

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Vol. 33 (3-4)

ACTAS
II

1º CONGRESSO
de
ARQUEOLOGIA
PENINSULAR

PORTO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

1993

SPA.E
SOCIÉDADA DE
PORTUGUESA DE
ANTROPOLOGIA
E-ETNOLOGIA



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918. Instituição colectiva de utilidade pública (D.R. nº 89, 2ª série, de 16/04/1987). Inscrita na Cons. do Registo C. do Porto sob o nº 49. Contribuinte nº 501663614.



Sede: Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 Porto (Portugal)

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge; *Secretários* — João Pedro Paiva Gomes Cunha Ribeiro e Mário Jorge Lopes Neto Barroca.

Direcção: *Presidente* — Vítor Manuel de Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* — Alexandra Cerveira Pinto Lima; *Secretário* — António Manuel dos Santos Pinto da Silva; *Tesoureira* — Paula Júlia da Mota Santos; *Vogais* — Maria de Jesus Sanches; Ana Maria Cameirão Leite da Cunha; Margarida Maria Oliveira dos Santos Silva; Iva João Teles Morais Botelho; Sérgio Emanuel Monteiro Rodrigues.

Conselho Fiscal: *Presidente* — Eduardo Jorge Lopes da Silva; *Secretários* — Carla Cristina Stokler Nunes; José Manuel Pinto Varela.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

Capa: Interior da Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo) (foto IPPAR).

S.P.A.E.
S O C I E D A D E
P O R T U G U E S A • D E
A N T R O P O L O G I A
E • E T N O L O G I A



TRABALHOS DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXXIII (Fasc. 3-4)

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. II

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1993

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
(Registada na D. G. da Comunicação Social sob o nº 112408)
Ano 75º vol. XXXIII fasc. 3-4 1993

Coordenação deste volume

Vítor Oliveira Jorge

Redacção

Direcção da S.P.A.E.

Edição e Propriedade

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 PORTO (Portugal)
(Inscrita na D.G. da Comunicação Social sob o nº 212407).

Composição, Impressão e Acabamento

Litografia A.C.
R. Conselheiro Lobato, 179 — 4700 BRAGA
Telefone 72967 — Fax 612008

Distribuição:

Afons'eiro, CRL/V.N. de Gaia
Apartado 354 — 4403 Vila Nova de Gaia Codex

Dezembro de 1993.

Tiragem: 1.500 exs.

Depósito legal nº 27405/89

ISSN: 0304 — 243 X

Edição subsidiada pela Câmara Municipal do Porto,
Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico,
Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de
Investigação Científica e Tecnológica.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with other publications.
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

Comissão de Honra

Presidente da República

Ministro do Planeamento e da Administração do Território

Ministro da Educação

Secretário de Estado da Cultura

Governador Civil do Porto

Presidente da Câmara Municipal do Porto

Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte

Reitor da Universidade do Porto

Vice-Reitor da Universidade do Porto para a Área Cultural

Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

Directora do Instituto Português de Museus

Presidente do Instituto Camões

Presidente da Fundação Eng.º António de Almeida

Presidente do Instituto da Juventude

Presidente da Fundação da Casa da Cultura de Língua Portuguesa

Director do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian

Director do Serviço de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian

Delegado Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura

Vereadora do Pelouro de Animação da Cidade da Câmara Municipal do Porto

Delegado no Porto do Instituto da Juventude

Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras do Porto

Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras do Porto

Entidades apoiantes

Subsídios:

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
FUNDAÇÃO ENG.º ANTÓNIO DE ALMEIDA
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
GOVERNO CIVIL DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INSTITUTO CAMÕES
FUNDAÇÃO DA CASA DA CULTURA DE LÍNGUA PORTUGUESA
INSTITUTO DA JUVENTUDE

Apoio logístico:

FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
INSTITUTO DA JUVENTUDE
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA
CÂMARA MUNICIPAL DE V. N. FOZ CÔA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA
ADRIANO RAMOS-PINTO (Vinhos)
MONTEPIO GERAL
CAFÉS MONTARROIO
UNICER
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE
RN TOURS-TRAVEL AGENCY
LIVRARIA LEITURA
LIBRERIA TIPO
GRUPO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO PORTO
INFOR
PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS
MUSEU D. DIOGO DE SOUSA (Braga)
ADEGA COOPERATIVA DE FREIXO DE NUMÃO (V.ª N.ª Foz Côa)
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA
ÁREA ARQUEOLÓGICA DO FREIXO
UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO
MUSEU MONOGRÁFICO DA CITÂNIA DE SANFINS
MUSEU DE ETNOLOGIA DO PORTO
INSTITUTO DO VINHO DO PORTO
PROLÓGICA

Como o 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular só se considera concluído com a publicação integral das Actas, em 6 volumes, esta lista poderá — e, cremos, deverá — ser acrescida até 1995. Do facto faremos o devido registo nos sucessivos volumes.

Secretários Gerais

Para Portugal: **Vitor Oliveira Jorge**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Para Espanha: **Rodrigo de Balbín Behrmann**, Professor Catedrático da Universidade de Alcalá de Henares

Primitiva Bueno Ramirez, Professora Titular da Universidade de Alcalá de Henares

Comissão Científica Portuguesa

J. M. Peixoto Cabral, Director do Instituto José de Figueiredo (Lisboa) (Arqueometria)
Rui Sobral Centeno, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Arqueologia Clássica)

José d'Encarnação, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Arqueologia Clássica)

Susana Oliveira Jorge, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Pré-história)

Maria Manuela Martins, Professora Associada da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Braga) (Proto-história/ Arqueologia Clássica)

Armando Coelho F. Silva, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Proto-história/ Arqueologia Clássica)

Cláudio Torres, Director do Campo Arqueológico de Mértola (Arqueologia Medieval)

Comissão Científica Espanhola

Manuel Acien, Professor Titular da Universidade de Málaga (História Medieval)

Carmen Aranegui, Professora Catedrática da Universidade de Valência (Arqueologia Clássica)

M.^a Eugénia Aubet Semmler, Professora Catedrática da Universidade Autónoma de Barcelona (Pré-história)

Ignacio Barandiarán Maestu, Professor Catedrático da Universidade do País Basco (Pré-história)

Miquel Barceló, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Barcelona (História Medieval)

Manuel Bendala Galán, Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Madrid (Arqueologia Clássica)

Germán Delibes de Castro, Professor Catedrático da Universidade de Valladolid (Pré-história)

Manuel Fernandez Miranda, Professor Catedrático da Universidade Complutense de Madrid (Pré-história)

Manuel Martin Bueno, Professor Catedrático da Universidade de Saragoça (Arqueologia Clássica)

Isabel Martinez Navarrete, Colaboradora científica do Departamento de Pré-história do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid) (Pré-história)

- Bernat Martí Oliver**, Director do Servei d' Investigació Prehistòrica (València) (Pré-história)
- Fernando Molina Gonzalez**, Professor Catedrático da Universidade de Granada (Pré-história)
- Alfonso Moure Romanillo**, Professor Catedrático da Universidade de Santander (Pré-história)
- Mercedes Roca**, Professora Catedrática da Universidade Central de Barcelona (Arqueologia Clássica)
- Javier Sanchez Palencia**, Colaborador científico do Departamento de Arqueologia do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid) (Arqueologia Clássica)
- Manuel Santonja Gomez**, Director do Museu de Salamanca (Pré-história)
- José Manuel Vazquez Varela**, Professor Titular da Universidade de Santiago de Compostela (Pré-história)

Presidentes das Secções

- I – *Pré-história*: **Antonio Arribas Palau**, Professor Catedrático Emérito da Universidade de Granada
- II – *Pré- e Proto-história*: **Hermanfrid Schubart**, Director do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid
- III – *Arqueologia Romana*: **Jorge de Alarcão**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- IV – *Arqueologia Medieval e Pós-Medieval*: **Carlos Alberto F. Almeida**, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- V (Sessão plenária dia 16-Manhã) – *Contribuições das ciências naturais e “exactas” à Arqueologia*: **Adília Moutinho Alarcão**, Directora do Museu Monográfico de Conímbriga
- VI (Sessão plenária dia 16-Tarde) – *Metodologia e teoria arqueológicas*: **Juan M. Vicent García**, Investigador do Departamento de Prehistoria do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid)
- VII – *Workshop sobre Datação pelo Radiocarbono*: **João M. Peixoto Cabral**, Director do Instituto José de Figueiredo (Lisboa)

SUMÁRIO

<i>Preâmbulo</i>	13
<i>O Paleolítico Superior Final de Rio Maior: perspectiva tecnológica,</i> por Nuno Ferreira Bicho	15
<i>La fabricacion de arpones oseos azilienses,</i> por Gema E. Adan Alvarez	37
<i>Gruta do Escoural - A necrópole neolítica,</i> por Ana Cristina Araújo, Ana Isabel Santos e Nicolas Cauwe	51
<i>Campesinos y ritos funerarios: el desarrollo de la complejidad</i> <i>en el Mediterraneo Occidental (IV-II milenios A.C.),</i> por Almudena Hernando Gonzalo	91
<i>El poblamiento prehistórico en el sector sur-oriental del</i> <i>Sistema Central peninsular (Alto Valle del Jarama,</i> <i>Guadalajara, España),</i> por Jesús F. Jordá Pardo	99
<i>El poblamiento prehistorico en la Cuenca del Mediona (Alt Penedes,</i> <i>Barcelona),</i> por J. Estévez, R. Piqué, A. Vila, M. Taulé, G. Weniger, A. Bonet, I. Clemente	119
<i>Antropología y ritual funerario en la Catalunya del IVº al</i> <i>IIº milenio a.C.,</i> por Oriol Mercadal i Fernández	137
<i>El Monte Areo, la Llaguna de Nievares y la Cobertoria: tres espacios</i> <i>funerarios para la comprension del complejo cultural megalitico</i> <i>en el Centro de Asturias,</i> por Miguel A. de Blas Cortina	163
<i>La investigacion de la pintura rupestre esquematica en Extremadura,</i> por M ^a Isabel Martínez Perelló	185
<i>Arte esquematico en la vertiente sur del Sistema Central,</i> por Jose Javier Alcolea Gonzalez, Fernando de Bunes Ibarra, Miguel Angel Garcia Valero, Pedro Jose Jimenez Sanz	199

<i>Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal</i> , por António M. Monge Soares e João M. Peixoto Cabral	217
<i>Evolucion, yacimientos y secuencia en la Edad del Cobre en la Alta Estremadura</i> , por Antonio González Cordero	237
<i>Agroal and the Early Bronze Age of the Portuguese Lowlands</i> , por Katina T. Lillios	261
<i>La intensificación económica y la integración del modo pastoril durante la Edad del Bronce</i> , por R. J. Harrison	293
<i>Metalurgia en el poblado de la Loma del Lomo (Guadalajara, España)</i> , por Jesús Valiente Malla	301
<i>Piezas con lustre del Bronce Final de Perales del Rio (Madrid)</i> , por Carmen Gutiérrez Saez	319
<i>La ceramica a torno de los contextos culturales de finales del II milenio a.C. en Andalucía</i> , por J. C. Martín de la Cruz e M. Perlina Benito	335
<i>As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: arquitectura e rituais</i> , por Virgílio Hipólito Correia	351
<i>El fenómeno funerario durante la Edad del Hierro en el País Vasco</i> , por Idoia Filloy Nieva	377
<i>Poblados de la Edad del Hierro en la Sierra de Huelva. Orígenes e influencias en la formación de la Baeturia</i> , por Juan Aurelio Pérez Macías	393
<i>Mundo ibérico y mundo púnico en la Alta Andalucía</i> , por Teresa Chapa Brunet, Juan Pereira Sieso e Antonio Madrigal Belinchón	411
<i>Ocupação proto-histórica e romana no Entre-Douro-e-Vouga Litoral: breve balanço de uma investigação em curso</i> , por António Manuel S. P. Silva	427

<i>Buscando a los pastores</i> , por Joaquín Gómez Pantoja	445
<i>El País Vasco en época romana. Nuevas perspectivas arqueológicas</i> , por Eliseo Gil Zubillaga	461
<i>El barrio judío y el convento de St. Francesc de Puigcerdà (Girona).</i> <i>Primeros resultados</i> , por Oriol Mercadal i Fernández	473
<i>Termoluminiscencia aplicada al patrimonio arqueológico</i> , por Isabel Rubio de Miguel e M ^a Concepción Blasco Bosqued ..	491



PREÂMBULO

Este segundo volume de Actas é o primeiro que sai do prelo após o Congresso. Justificam-se por isso algumas palavras introdutórias, porque, passados quase três anos de preparação, podemos agora falar deste evento como uma iniciativa que está a atingir, em larga medida, os seus objectivos. De facto, o balanço da experiência parece ser, desde já, francamente positivo. No conjunto, ela terá envolvido perto de 800 pessoas, praticamente divididas em partes iguais entre ouvintes (c. de 440) e participantes com comunicação oral ou poster (c. de 360). De assinalar uma significativa presença de estudantes (c. de 1/3 do total dos congressistas).

Como previsto, a sessão inaugural decorreu na Reitoria da Universidade do Porto, e nessa altura os participantes puderam receber, entre outra documentação, um livro-guia da reunião com 200 páginas, e assistir ao lançamento do 1º volume de Actas, com 500 páginas. Durante os três dias seguintes, já na Faculdade de Letras, o congresso dividiu-se por quatro secções diferentes: Pré-história, Pré e Proto-história, Arqueologia Romana, e Arqueologia Medieval e pós-medieval. Em cada secção um presidente, dois secretários e vários elementos da organização asseguraram o bom funcionamento das sessões, enquanto que, no secretariado, duas equipas atendiam permanentemente os diferentes elementos do público. Foram apresentadas cerca de 130 comunicações naquelas quatro secções. Nas noites dos dias 14 e 15 realizou-se uma “workshop” sobre a datação pelo radiocarbono, a qual reuniu os especialistas da Península. Aí se acordou num modo uniformizado de publicação dos resultados das datas a obter por este método. No dia 16 o congresso reuniu em plenário, igualmente na Faculdade de Letras. De manhã a sessão foi consagrada às contribuições das ciências naturais e exactas à Arqueologia. De tarde tratou-se de teoria e metodologia arqueológicas. Depois, cada presidente de secção leu as conclusões principais dos trabalhos apresentados na mesma (as quais serão reproduzidas no último volume das Actas) e a sessão encerrou com alocações dos secretários-gerais e com discursos do Sr. Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras do Porto e do representante do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Porto.

De acrescentar que, nos “bastidores” do congresso, se passaram coisas igualmente importantes. Em duas salas diferentes foi possível adquirir publicações da especialidade, trazidas por duas livrarias (uma do Porto, outra de Madrid),

e comprar edições da S.P.A.E., do G.E.A.P., do I.A.F.L.U.P. Noutras salas puderam observar-se numerosos “posters” apresentados pelos congressistas, bem como demonstrações em computador e em video. No dia 17 partiram da Faculdade três visitas de estudo. Uma, a escavações e estudos recentes das áreas do Porto e de Vila Nova de Gaia. Em ambas as cidades foram inauguradas exposições por ocasião do Congresso, com a colaboração dos respectivos gabinetes de Arqueologia. Outra, à Área Arqueológica do Freixo, à Citânia de Sanfins e respectivo Museu, e a Bracara Augusta. Uma terceira, desta vez de dois dias, deslocou congressistas a estações pré-históricas do Norte de Portugal; foram especialmente visitados abrigos com pinturas da Serra de Passos, em Mirandela, e o povoado fortificado calcolítico e da Idade do Bronze de Castelo Velho, em Freixo de Numão (V. N. de Foz Côa).

Assim, a efectivação do maior congresso de Arqueologia jamais realizado em Portugal deixou-nos satisfeitos, e confiantes, por um lado, na capacidade de organização da S.P.A.E. e da Academia do Porto em torno de um objectivo criativo e útil, além de dignificante para a Universidade, para a cidade, e para o país, e, por outro, na vantagem de, com regularidade, congregar os arqueólogos da Península num frutuoso diálogo comum. Daqui para a frente, portugueses e espanhóis, ou outros interessados nestas matérias, talvez possamos fazer muito mais coisas construtivas em conjunto, para bem da Arqueologia, da História e do património cultural ibéricos.

Porto, Dezembro de 1993

Vítor Oliveira Jorge

Secretário-Geral do Congresso para Portugal

O PALEOLÍTICO SUPERIOR FINAL DE RIO MAIOR: PERSPECTIVA TECNOLÓGICA

por

Nuno Ferreira Bicho *

Resumo: O estudo do Paleolítico em Portugal tem sido decisivamente influenciado pelos conhecimentos adquiridos em França, transmitidos por, entre outros, Henri Breuil e Jean Roche. Como tal, tem-se acreditado que o Paleolítico Superior Final português seguiria as linhas gerais do Magdalense e Azilense franceses. Nesta comunicação tenta-se demonstrar que tal não é o caso. Esta conclusão é baseada principalmente em aspectos tecnológicos de 12 indústrias líticas da região de Rio Maior. Estas indústrias separam-se em dois grupos, que se podem distinguir pelas suas cadeias operatórias, pela tipologia dos instrumentos retocados e pela economia das matérias-primas. Estes aspectos serão foco de uma breve descrição. Finalmente, um modelo teórico será apresentado como base para futura investigação do problema.

Palavras-chave: Paleolítico Superior. Tecnologia lítica. Rio Maior.

INTRODUÇÃO

O fim do Würm, entre 18000 e 10000 BP, foi palco de transformações radicais na vida dos caçadores-recolectores da Europa Ocidental. Estas transformações, de tipo tecnológico, tipológico e económico, resultando directa ou indirectamente da evolução climática, não foram uniformes e muito menos simultâneas em toda a Europa. Esta transformação paleoambiental foi mais rápida no Sul da Península Ibérica do que em qualquer outra área da Europa Ocidental, tendo como resultado uma maior estabilidade do meio cultural dos caçadores-recolectores residentes na área.

Este período parece ter sido caracterizado por uma expansão demográfica importante (Clark e Straus 1986), que terá tido início com o Solutrense durante o máximo da última glaciação. Esta explosão demográfica reflectiu-se no registo arqueológico através de um **aumento na diversidade das indústrias líticas.**

* Department of Anthropology, Drew University, Madison, NJ 07940, USA.

Esta diversidade, como será demonstrado no decorrer deste trabalho, está também presente no Paleolítico Superior Final em Portugal.

Durante as últimas cinco ou seis décadas, o Paleolítico Superior Final tem sido um dos períodos da Pré-história portuguesa ao qual tem sido dada apenas uma atenção cíclica, senão mesmo esporádica, e, geralmente de tipo secundário. Foi Manuel Heleno (1944, 1956), então director do Museu Nacional de Arqueologia que entre os anos 30 e 50, dirigiu grande número de escavações nas áreas de Rio Maior e Torres Vedras. O material arqueológico do Paleolítico Superior resultante destas escavações, e agora depositado em Belém, consiste em largos milhares de artefactos que foram estudados principalmente pelo Dr. João Zilhão. Depois de Heleno, foi Jean Roche que, através de escavações de diversas grutas da Estremadura (Roche 1979, 1982), dedicou alguma atenção ao estudo do Paleolítico Superior. Com a recente re-análise destes materiais por Zilhão (1985, 1987, 1988, comunicação pessoal 1993), parece evidente que a maior parte destas colecções foram, por um lado, mal caracterizadas em termos arqueológicos e, por outro, objecto de remeximento e misturas quer no campo devido a problemas metodológicos de escavação, quer no Museu Nacional devido às péssimas condições de armazenamento do material antes das remodelações ocorridas em 1980.

Como resultado das análises preliminares feitas por Zilhão (1985, 1987) e por Marks (comunicação pessoal 1988), sabe-se agora que apenas uma fracção do material de Rio Maior escavado por Heleno pertence ao Paleolítico Superior Final. Este período, geralmente caracterizado em França e no Norte de Espanha como incluindo o Magdalenense e o Azilense, parece, baseado quer nas colecções antigas quer em colecções resultando de escavações recentes, ser diferente em Portugal ou, pelo menos na área de Rio Maior, no que diz respeito à tecnologia lítica e respectivas cadeias operatórias, tipologia lítica, bem como nas suas estruturas económica e de estratégia de povoamento (cf. Bicho 1992, no prelo; Marks *et al.* no prelo). O estudo aqui descrito refere-se contudo apenas à variabilidade das cadeias operatórias em 12 colecções escavadas entre 1987 e 1990 e é, basicamente, um resumo de parte da tese de doutoramento do autor.

OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

O conjunto dos materiais líticos utilizados neste estudo foram obtidos através de escavações dos seguintes sítios arqueológicos: Areeiro I, Areeiro III, Cabeço de Porto Marinho, Carneira II e Pinhal da Carneira (Figura 1).

Areeiro I, descoberto e parcialmente escavado em 1987 (Bicho 1992; Marks *et al.* in press), está localizado, tal como o seu nome indica, à beira de um

enorme areeiro a Norte da cidade de Rio Maior. Este areeiro destruiu pelo menos a parte Este do horizonte arqueológico, que estaria, em resultado da plantação de pinheiros e da sua destruição pelo fogo, parcialmente remexido. Como consequência, não foi possível obter materiais para datação. A área escavada foi relativamente pequena, com um total de cerca de 20 m², já que, devido ao facto do depósito ter sofrido remeximentos, os objectivos dos trabalhos decorridos em Areeiro I (ou AR I) se limitaram à obtenção de uma amostra de material lítico que fosse compatível e estatisticamente significativa quando comparada com outras colecções. Os materiais líticos, permitem no entanto, caracterizar a ocupação Paleolítica como pertencente ao Magdalenense Antigo.

Areeiro III (ou AR III) foi descoberto durante uma campanha de prospecção realizada em Julho de 1989. Estando em perigo de destruição imediata, foi feita uma escavação de emergência ainda nesse mesmo mês, na qual foram escavados cerca de 31 m², divididos em cinco áreas de trabalho (Bicho 1991). Areeiro III estendia-se por uma área de cerca de 1000 m², estando presente-mente completamente destruído pelos trabalhos de extracção de areias. Este sítio era caracterizado pela existência de várias lareiras, das quais foi possível obter resultados radiométricos. As datações, referentes às diversas áreas escavadas (Quadro 1), sugerem que o sítio teria sido ocupado durante várias centenas de anos entre 8800 e 8500 BP, correspondendo provavelmente a um palimpsesto arqueológico.

O sítio do Cabeço do Porto Marinho foi descoberto em 1987, e devido à sua localização na borda de um outro areeiro, foi escavado ainda nesse ano. A importância deste sítio fez com que mais áreas fossem escavadas até 1993, revelando assim um dos sítios mais importantes da Península Ibérica, com ocupações que teriam começado com o Gravetense, prolongando-se durante todo o Paleolítico Superior, com a possível excepção do Solutrense, passando pelo Epipaleolítico, Neolítico Antigo e terminando com uma ocupação bastante importante da Idade do Bronze (Bicho 1992, no prelo; Marks *et al.* no prelo). Dos cerca de 10 níveis arqueológicos datados entre cerca 17000 e 9000 BP, apenas 8 foram objecto da análise descrita aqui, tendo sido todos datados (Quadro 1).

Manuel Heleno foi o primeiro arqueólogo a escavar no sítio de Carneira. Devido à qualidade dos materiais líticos e à possibilidade de haver sedimentos ainda *in situ*, uma nova área foi aberta a cerca de duas ou três dezenas de metros da área escavada originalmente por Heleno. Estes trabalhos que decorreram sob a direcção do Doutor Anthony Marks entre 1987 e 1989, desenterraram uma nova área com materiais arqueológicos em redor de uma lareira que, infelizmente, foi parcialmente destruída num momento do passado recente. Como resultado desta intrusão, não foi possível obter-se uma datação através do método

do Radiocarbono, ainda que amostras de sílex calcinado indiquem um momento de ocupação entre os 11000 e os 9000 BP.

Finalmente o último sítio, Pinhal da Carneira, foi descoberto em 1989 e escavado no ano seguinte. Localizado apenas a algumas dezenas de metros a Noroeste de Carneira, Pinhal da Carneira teria sido uma ocupação relativamente pequena que provavelmente se estendia apenas por uma ou duas dezenas de metros quadrados. Foi possível obter apenas uma datação deste nível, a qual indica que a ocupação humana deste sítio se deu um pouco antes de 11000 BP.

METODOLOGIA

Tradicionalmente, sínteses sobre o Paleolítico Superior Europeu são dominadas pela informação proveniente dos sítios arqueológicos localizados no Perigord e na Cantabria, e, como é evidente, tal facto resulta de uma longa história de escavações nestas duas áreas. Contudo, e mais importante em termos científicos, é que tais sínteses foram edificadas com base em argumentos tipológicos de carácter bastante rígido, escondendo muita da variabilidade e diversidade existentes nessas indústrias quer a nível geográfico, quer a nível temporal (ver por exemplo Straus 1992; White 1985).

Durante as últimas duas décadas outros tipos de análise e metodologias foram utilizadas no sentido de investigar a diversidade presente nas indústrias líticas paleolíticas. Entre outros, nos quais se contam a traceologia ou a análise espacial, um dos métodos que melhor resultados apresentou foi o estudo da tecnologia através de remontagens (Audouze *et al.* 1981; Marks e Volkman 1983). Como é evidente, remontagens permitem um conhecimento total e completo da cadeia operatória, mas, contudo, devido a diversos factores entre os quais se contam o tamanho da amostra, não foi aqui possível recorrer a tal processo. Assim, a cadeia operatória tem sido também frequentemente reconstituída com base na morfologia quer de debitage quer de utensílos retocados e de núcleos (por exemplo Ferring 1980; Munday 1979; Sampson e Bradley 1986).

ANÁLISE MORFOLÓGICA

No estudo aqui apresentado, devido quer à extensão das colecções líticas, quer ao facto de estas estarem em grande parte parcialmente calcinadas, foi essencialmente utilizada a morfologia dos materiais para reconstituição das diversas cadeias operatórias, o que permitiu a utilização de amostras relativamente pequenas. Assim, das 12 colecções estudadas foram utilizados perto de 40000

artefactos, dos quais 958 núcleos, 2353 utensílios retocados e mais de 7000 peças de debitage foram individualmente analisadas de acordo com três fichas de trabalho, uma para cada tipo de classe de artefacto e matéria-prima (sílex, quartzo e quartzito). A ficha para a debitage consistia na análise das seguintes características morfológicas: percentagem (menos de 25%, entre 25% e 74%, entre 75 e 95%, e mais de 95%) e localização de cortex (distal, proximal, medial, lateral, lateral/distal, lateral/proximal, etc.); formato do suporte (convergente, divergente, desviado, circular ou semi-circular); formato da parte distal do suporte (apontado, natural, ultrapassado, partido); perfil do suporte (plano, encurvado, torcido e irregular) secção do suporte (triangular, plano, trapezoidal, irregular); tipo de talão (liso, diedro, multifacetado, cortical, esmagado, puntiforme e labiado); padrão da face dorsal (paralelo a partir da parte proximal, paralelo a partir da parte distal, paralelo a partir dos lados, bi-direcional paralelo ao comprimento, bi-direccional paralelo à largura, bi-direcional cruzado e radial), presença de abrasão da cornija; comprimento, largura, espessura máxima (fora da zona do bolbo de percussão). A ficha de análise dos utensílios retocados e dos produtos de reavivamento do núcleo, ainda que semelhantes à da debitage, foram adicionadas com a análise da localização da área retocada e/ou crista, a direcção da crista e percentagem da mesma na face dorsal.

Os núcleos obedeceram essencialmente à mesma lógica de análise, ainda que em termos práticos a sua análise tivesse que seguir vias diferentes. Assim, foi feita uma tipologia que inclui: nódulo com um ou dois levantamentos; informe; discóide; piramidal, simples com um plano de percussão, prismático com um plano de percussão; simples ou prismático com dois planos de percussão separados; com dois planos de percussão opostos; com dois planos de percussão opostos e um separado; com dois planos de percussão cruzados; ortogonal; bipolar; e chopper. As características morfológicas analisadas foram o comprimento, largura, espessura, percentagem de cortex (seguindo as mesmas classes da debitage), secção (circular, triangular, quadrangular, e irregular), plano de percussão e o tipo de suporte produzido (lasca, lamela, lâmina, ou uma das combinações possíveis). As diversas faces do núcleo foram analisadas separadamente seguindo os seguintes critérios: cortex, face de lascamento, plataforma, crista, esmagamento e pequenos levantamentos.

ANÁLISE ESTATÍSTICA

A análise morfológica do material lítico permite-nos um conhecimento das cadeias operatórias mas, como é evidente, no caso de um estudo onde se pretende conhecer a variabilidade e tipo de transformação e evolução cultural

existentes numa determinada área, este tipo de análise não é de modo nenhum suficiente. A estatística permite-nos pois clarificar as impressões empíricas resultantes da análise morfológica.

No caso específico deste estudo, o objectivo principal era o do conhecimento da diversidade tecnológica existente na área de Rio Maior entre 16000 BP e 8500 BP. Para melhor definição de alguns dos padrões tecnológicos aí existentes foram utilizados vários métodos estatísticos de acordo com o tipo de informação extraída durante a análise morfológica. Desta análise resultaram dois tipos de variáveis: métricas (comprimento, largura e espessura) e categóricas (todas as outras categorias analisadas). Estas últimas foram usadas primeiro para identificar: 1) aquelas categorias que eram significativamente diferentes entre indústrias; 2) a variabilidade existente dentro de cada indústria; e 3) a diversidade das várias indústrias. Para tal, foi usado um método com duas fases utilizado pela primeira vez por Hietala em 1984. A primeira fase conhecida como “log-linear model” - ou “modelo do logaritmo-linear” - foi descrita da seguinte maneira:

The general log-linear model is similar to a factorial analysis of variance model (Scheffé, 1959: p.121), where the natural logarithms of the cell frequencies are characterized by a linear sum of parameters associated with a general effect, main effects for the individual variables, two-way interaction effects linked with pairwise combinations of the variables, and so forth. (1984:46).

Hietala sublinha também que hipóteses associadas com este modelo podem ser testadas estatisticamente através do G^2 estatístico:

Fortunately, hypothesis associated with the log-linear model may be statistically tested through the G^2 statistic (Fienberg, 1977, p.36). Interestingly, this statistic is a function of the likelihood ratio statistic (Rao, 1965, p.350), based on maximum likelihood estimates of the model parameters. If λ denotes the likelihood ratio statistic, then $G^2 = -2 \log \lambda$ and if, in addition, the alternative hypothesis is the simple negation of the null hypothesis (corresponding to the saturated model), then

$$G^2 = 2 \sum_i \sum_j n_{ij} \log (n_{ij}/m_{ij})$$

where n_{ij} is the observed frequency of the (i,j) cell and m_{ij} is the expected frequency of the (i,j) cell based on estimating the cell probabilities by the principal of maximum likelihood. If the null hypothesis is correct (i.e. if the fitted model is correct) and the sample size is not small, then the statistic has an approximate chi-squared distribution with degrees of freedom equal to the number of independent constraints, under the null hypothesis, placed on the parameters of the model. (1984:47).

A amostra deve ser considerada como inválida sempre que haja mais de vinte por cento das “frequências esperadas” (expected frequencies) com valores inferiores a cinco ou quando haja mais do que duas células sem valores. Para um teste de independência, os graus de liberdade (degrees of freedom) numa matrix com r linhas e c colunas é de $(r - 1)(c - 1)$.

Este método usando os resultados fraccionados do “log-linear model” e do “F estatístico” foi também introduzido por Hietala (*ibid.*), baseado no princípio de que

if a partitioning theorem is used to separate technological variability (for specific variables observed on particular artifact classes) into within-level and between-level components, then (under the hypothesis of unpatterned total variability), the G^2 /degrees of freedom statistic for between-level variability divided by the G^2 /degrees of freedom for within-level variability will, asymptotically, be an F-statistic with numerator and denominator degrees of freedom given by the degrees of freedom for the statistics in the numerator and denominator of the ratio. (1984:49).

Consequentemente:

This F statistic can be used to determine if between-level variability is substantially larger than within-level variability. Needless to say, the same concept can be employed for studying within-area and between-area variability and, hence, can be used to study local and global patterning. (*ibid.*:50).

Em termos práticos, a informação numérica foi organizada segundo as contagens de cada atributo (ex: tipo de talão com contagens para cortical, liso, diado, multifacetado, esmagado, labiado, punctiforme) para lascas e lamelas/lâminas. Cada conjunto de atributos era então objecto do teste estatístico para todas as colecções simultaneamente. O “software” usado foi “Stat View 512+” para Macintosh.

Depois de ter obtido o resultado de “ G^2 entre-sítios”, o teste foi executado para cada sítio individualmente para a obtenção do G^2 interno de cada sítio. O “ G^2 interno” foi executado com base na divisão em duas ou três sub-amostras da amostra principal de cada colecção estudada. Com a seguinte fase do processo, a obtenção do “F estatístico”, definiram-se quais os atributos morfológicos que apresentam mais variabilidade entre sítios e aqueles que, devido a características intrínsecas ao movimento técnico durante a redução do núcleo, são essencialmente diversificados, apresentando de facto um nível de variabilidade maior dentro de cada colecção do que na totalidade das colecções. Estes últimos apresentam valores F bastante pequenos enquanto que os valores P são bastante elevados. Aqueles atributos que são de facto importantes e significativos na diferenciação tecnológica apresentam valores F elevados e valores P

pequenos, permitindo assim a organização sincrónica e/ou diacrónica da variabilidade tecnológica no sentido de se definirem fases e fácies tecnico-culturais.

Para se definirem estatisticamente estes padrões tecnico-culturais vários métodos foram utilizados. Um dos métodos aqui usado é conhecido como “Q-mode Cluster analysis” ou apenas “Cluster” (veja-se por exemplo o trabalho de Bosselin e Djindjian em 1988 sobre o magdalenense francês). Este método estatístico agrupa os casos (neste trabalho colecções líticas) baseado na sua semelhança, usando medidas de proximidade seguindo um procedimento aglomerativo hierárquico. No presente estudo foram utilizados vários métodos de agrupamento ou “Cluster” usando o programa SPSSX: “between average” ou “Baverage” onde as ligações de agrupamento são feitas entre grupos (colecções líticas) usando frequências absolutas; e “Ward’s” onde o agrupamento se faz através da minimização da variabilidade interna total de cada colecção, usando a distancia euclidiana ao quadrado como medida de proximidade, sendo a distância entre duas colecções representada pela raiz quadrada da soma das diferenças ao quadrado entre os valores das variáveis a serem agrupadas, sendo consequentemente os valores analisados dados em frequências relativas. As variáveis utilizadas no primeiro método foram as matérias-primas, tipologia dos núcleos e atributos tecnológicos de lascas e lamelas/lâminas definidos como importantes através do “F estatístico” descrito acima, bem como atributos tecnológicos dos núcleos. As variáveis utilizadas no método “Ward’s” foram apenas as percentagens das diversas matérias primas de cada classe de artefactos (lascas, lamelas/lâminas e núcleos).

O segundo método utilizado para definir os agrupamentos técnico-culturais é essencialmente uma variante do “F estatístico”, usando simultaneamente todos aqueles atributos que reflectem a diversidade tecnológica na produção de lascas e lamelas/lâminas. Este teste é feito repetidamente incluindo várias colecções em cada teste de maneira a definir conjuntos de colecções que não apresentem diferenças tecnológicas, e que, consequentemente, tenham valores *P* insignificantes, ao contrário do teste inicial onde se procuravam variáveis que mostrassem ser diferentes.

As variáveis métricas foram usadas para clarificar as distinções entre grupos de colecções, tendo sido usado para isso o teste estatístico conhecido como ANOVA (One Way Analysis of Variance) ou análise de variância (mais uma vez foi utilizado o programa Stat View 512+). A ANOVA utilizada dá-nos resultados imediatos através de dois testes - Fishers PLSD e Scheffe - tendo sido utilizado um nível de significação de 10%. As variáveis utilizadas foram comprimento, largura e espessura de lascas, lamelas/lâminas e núcleos.

Um outro teste foi ainda utilizado, o do Qui-quadrado, recorrendo apenas a alguns atributos, para comparação entre a debitagem e os utensílios retocados,

no sentido de se definir o tipo de suporte procurado e utilizado para produção dos diversos tipos de utensílios.

Um aspecto importante que precisa de ser sublinhado aqui é de que estatística tem um valor relativo em arqueologia. A análise estatística não nos dá respostas ou não nos define padrões de maneira a que se possam construir sínteses. Pelo contrário, esses padrões devem ser visíveis empiricamente, sendo a análise estatística utilizada apenas para melhor ilustrar e **individualizar estatisticamente** os padrões de comportamento humano, já detectados durante a análise dos artefactos ou do processo de formação do sítio. Como tal a interpretação dos resultados estatísticos só pode ser feita de uma maneira relativa, quanto mais não seja porque certos padrões resultantes do procedimento estatístico não representam uma realidade arqueológica e, contrariamente, alguns padrões arqueológicos não podem ser reflectidos ao nível numérico. Pode-se dar como exemplo, o caso de duas amostras de lamelas analisadas em que a largura média respectivamente de 9 e 10 mm, mostra ser ao nível estatístico significativamente diferente, quando, de facto, essa diferença de 1 mm não tem qualquer valor ou significado ao nível da realidade cultural e arqueológica. Assim, os valores *P*, terão que ser considerados de uma forma relativa numa escala de três níveis: de .000 a .01 - diferença significativa; entre .01 e .05 - diferença pouco significativa; valores acima de .05 - diferença não significativa.

RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados obtidos pela análise morfológica (Quadros 2 e 3) podem ser divididos em três partes: a primeira diz respeito aos atributos morfológicos que são tecnologicamente significativos; a segunda parte diz respeito ao agrupamento de colecções para a definição de fases e fácies técnico-culturais; a terceira diz respeito à conceptualização e escolha do suporte dos utensílios retocados.

ATRIBUTOS MORFOLÓGICOS

Os atributos morfológicos das lascas que são significativamente diferentes entre colecções são o formato do suporte, o tipo de talão, a localização do cortex e a secção da lasca (Quadro 4). Em termos técnicos, podem-se tirar duas conclusões destes resultados: a primeira é de que as diferenças presentes em determinados atributos (formato do suporte, a localização do cortex e a secção

da lasca) são claramente o resultado de diferenças na cadeia de redução do núcleo; a segunda conclusão é a de que a diferença no tipo de preparação do talão existe, não só devido a diferenças tecnológicas, mas sim a opções pessoais do artesão desses suportes, uma vez que o tipo de talão é independente da cadeia operatória e, no caso das lascas, também do suporte produzido. Como é evidente, o tipo de talão pode ser dependente do tipo de percutor - 99% dos talões labiados são produzidos por percutores elásticos, ainda que esses mesmos percutores produzam todos os outros tipos de talão dependendo da força, velocidade e localização do ponto de impacto - pode ainda ser dependente do tipo de preparação do talão, ou seja, do facetamento ou não do mesmo. No entanto, as diferenças entre o tipo de facetamento e da utilização ou não de percutor elástico é sem dúvida nenhuma uma opção pessoal, ou possivelmente estilística (cultural-étnica) do grupo humano em causa.

As diferenças tecnológicas das lamelas não são tão comuns como aquelas encontradas nas lascas, aspecto bastante importante, uma vez que é comum analisar apenas a debitage laminar e lamelar. Contudo, as diferenças significativas presentes nas lamelas (formato da lamela, formato da parte distal) sugerem que tal diferença é resultado do tipo de suporte desejado (e produzido) em cada colecção lítica (Quadro 5). O outro atributo que mostra alguma diferença é o tipo de talão que, ao contrário do caso das lascas, representa essencialmente uma diferença tecnológica, uma vez que o tipo de talão (e o tipo de percutor) determinam o tipo de suporte produzido. Em termos reais, a diferença parece ser entre a produção de lamelas apontadas e lamelas não apontadas, o que em segunda instância, pode representar diferenças funcionais ou estilísticas (étnicas - representando diversos bandos de caçadores-recolectores) de cada ocupação.

AGRUPAMENTO DAS COLECÇÕES LÍTICAS

O resultado da ANOVA indica que existe uma grande variabilidade interna nas dimensões dos núcleos uma vez que os desvios padrão rondam os 30% da média. Como tal, os resultados são pouco significativos principalmente no que diz respeito à sua largura e comprimento. No entanto, duas amostras, Pinhal da Carneira e Areeiro III, separam-se claramente das outras colecções no que diz respeito ao seu comprimento.

Tal como com os núcleos, a ANOVA das lascas não apresentou resultados especialmente significativos com excepção da largura. É claro que existe um contínuo entre todas as amostras, agravado também por uma falta de standardização no tamanho das lascas, sugerindo, que de facto, a dimensão das lascas não foi um factor decisivo na sua produção.

Ao contrário das lascas, a dimensão das lamelas era sem dúvida nenhuma um factor importantíssimo no modo de produção das mesmas, (e como veremos mais adiante, a razão da diferença no comprimento dos núcleos de Pinhal da Carneira e Areeiro III). As dimensões das lamelas, bastante standardizadas, mostram um cuidado na sua produção, cuidado esse que não existiria durante as primeiras fases da cadeia operatória. Em termos do comprimento, verifica-se que existem 3 grupos claros e distintos entre si: Pinhal da Carneira e Areeiro III com médias entre os 21 e os 22 mm; CPM V, CPM I Lower, CPM III Trench, CPM II Middle, Areeiro I, CPM I Upper e CPM III Upper com médias entre os 25 e os 28 mm; e CPM IIIS, CPM II Upper e Carneira II com médias superiores a 30 mm. No caso da largura e da espessura, os resultados não são tão claros, mas continua a haver uma clara separação entre Pinhal da Carneira e Areeiro III e todas as outras amostras.

O resultado da análise de “Clusters” através do método de “Ward’s” da utilização das matérias primas vem confirmar os agrupamentos registados com a ANOVA e com “Baverage”. Assim, parece haver três grupos tecnológicos: o primeiro incluindo os sítios de Pinhal da Carneira e Areeiro III; o segundo grupo composto por CPM V, Carneira II, CPM III Trench, CPM II Upper, CPM III Upper, CPM IIIS e CPM I Upper; finalmente o terceiro grupo inclui as colecções de CPM II Middle, CPM I Lower e Areeiro I (Figura 2).

O “F Estatístico” veio confirmar por um lado os agrupamentos já definidos através dos outros testes e, por outro, clarificar e subdividir outros aspectos que não eram ainda visíveis. De facto, são estes resultados que mais se aproximam dos padrões empíricos obtidos durante o estudo das colecções. Os resultados dos testes com a informação tecnológica das lascas sugerem que existem dois grupos tecnológicos separados e distintos e um terceiro grupo que faz a ligação entre os dois primeiros. O primeiro grupo é composto por Areeiro I, CPM I Lower, CPM II Middle e CPM II Upper. O segundo grupo é composto por Carneira II, CPM V e Pinhal da Carneira, enquanto que o terceiro grupo inclui CPM III Upper, CPM I Upper e CPM III Trench, tendo ligações com algumas das outras colecções dos grupos 1 e 2.

Os resultados dos testes do material lamelar indicam padrões ligeiramente diferentes dos das lascas, formando claramente grupos de carácter temporal, dentro dos quais aparecem, sub-grupos que representam muito provavelmente fácies funcionais, ou mesmo tarefas definidas que caracterizavam cada sítio: o primeiro inclui Areeiro I, CPM I Lower e CPM II Middle; o segundo inclui CPM IIIS, CPM I Upper, CPM II Upper, CPM III Upper e CPM III Trench; o terceiro grupo é composto por Carneira II e CPM V. Os sítios de Pinhal da Carneira e Areeiro III neste teste apresentam-se isolados entre si e de todos os outros, mas em geral e nos outros testes parecem ter afinidades tecnológicas

claras entre si e distintas das outras colecções.

Todos estes resultados parecem indicar que de facto existem características tecnológicas que separam e identificam estas colecções com grupos. No entanto, parece claro que tal diversidade é mais evidente ao nível da produção de lamelar do que durante as primeiras fases da cadeia operatória enquanto se produziam apenas lascas. Esta distinção dos suportes teria com certeza significado estilístico e funcional para os grupos que os produziam.

CONCEPTUALIZAÇÃO E ESCOLHA DOS SUPORTES

Este aspecto do trabalho agora apresentado veio trazer resultados, que ainda que sejam pouco concludentes devido à dimensão de algumas amostras, são talvez dos resultados mais interessantes. Claramente, existem grandes diferenças entre todas as colecções no que diz respeito às dimensões de cada classe de utensílos retocados (ex: raspadeiras, buris, denticulados, micrólitos, etc). No entanto, o formato do suporte é muito semelhante em todas as colecções bem como a relação das diferentes fases da cadeia operatória com um determinado tipo de classe: lascas de descorticação foram muito raramente usadas para a produção de raspadeiras ou buris, enquanto que essas mesmas lascas foram regularmente usadas para fazer denticulados, encoches ou raspadeiras carenadas (que na realidade teriam sido núcleos e não utensílos). São também estas classes que apresentam os valores mais altos em termos de dimensões, claramente representando as fases iniciais da cadeia operatória enquanto a percentagem de cortex era ainda muito alta e em que as lascas eram relativamente grandes quando comparadas com os estádios finais da redução do núcleo. A utilização de dorso apresenta um padrão claríssimo em todas as colecções: os suportes escolhidos para estes utensílos foram, sem dúvida nenhuma, os de menor dimensão uma vez que em todas as amostras, as dimensões da totalidade dos micrólitos, são sempre inferiores às médias dos suportes não retocados. O mesmo acontece com as Lamelas Dufour, mas levado ao extremo já que as médias das dimensões desta classe, são na maior parte das vezes inferiores às dimensões mínimas dos suportes.

Em conclusão pode dizer-se que as lascas produzidas durante as fases iniciais da cadeia operatória, caracterizadas por dimensões maiores e com algum cortex eram usadas para a manufactura de encoches e denticulados. Durante as fases de preparação das faces de lascamento do núcleo, eram produzidas lascas com dimensões também grandes que eram utilizadas para a produção de raspadeiras e buris espessos, geralmente de tipo carenado. Nas últimas fases de redução do núcleo, as lascas eram de pequenas dimensões, completamente

descorticadas, de carácter mais regular em termos de formato e também mais planas, servindo para a produção de pequenas raspadeiras planas e também de alguns tipos de buris. Desta forma toda a cadeia operatória foi aproveitada, demonstrando haver uma economia muito organizada da matéria prima e, neste caso, do sílex em particular uma vez que o quartzo e o quartzito só muito raramente foram utilizados para a manufatura de utensílios retocados (Bicho no prelo).

CONCLUSÃO

Na área de Rio Maior, quartzo e quartzito existiam em abundância junto aos sítios arqueológicos. No entanto, a matéria-prima mais utilizada era o sílex, transportado entre 1 e 3 quilómetros para os sítios, em grandes quantidades ainda que fossem trazidos apenas nodúlos de pequenas dimensões. O sílex foi sempre usado maioritariamente para a manufatura da utensilagem retocada, enquanto que o quartzo e o quartzito, eram (raramente) usados, para a fabricação de instrumentos simples como denticulados e entalhes. Estes factos sugerem a existência de dois tipos de economia da matéria-prima em Rio Maior: de **conveniência** («expediency» para Binford -1979) usada para o quartzo e o quartzito, matérias-primas disponíveis em redor dos acampamentos Paleolíticos, recorrendo a cadeias operatórias simples e sendo as lascas usadas em bruto; e de **consumo** usada para o sílex, com cadeias operatórias longas e complexas e com um gasto de energia grande, sendo a matéria-prima transportada alguns quilómetros até chegar aos acampamentos. Os diferentes estádios das cadeias operatórias do sílex são no entanto completamente aproveitadas, sendo as lascas corticais, em geral maiores e mais espessas, usadas para produção de entalhes e denticulados, enquanto que as lascas não corticais, de dimensões mais reduzidas, eram utilizadas para a manufatura de pequenas raspadeiras e buris.

As indústrias líticas de Rio Maior são caracterizadas pela presença de 4 tipos principais de cadeias operatórias com várias variantes cada uma: uni-direcional, bi-direcional oposta, multi-direcional e carenada. As três primeiras produzem núcleos para lascas, lascas e lamelas e só lamelas, enquanto que a quarta cadeia só produz núcleos para lamelas (tipologicamente estes núcleos são raspadeiras e buris carenados) as quais foram utilizadas para a manufatura de pequenas pontas microlíticas conhecidas como “Lamelas Dufour”. Estas cadeias operatórias não foram todas usadas de igual maneira em todas as matérias-primas: enquanto que todas elas foram utilizadas frequentemente para o sílex, os seixos de quartzo e quartzito foram talhados seguindo essencialmente uma cadeia uni-direcional, geralmente caracterizada por pouca preparação do núcleo

e por um descorticação muito incompleto do mesmo.

Baseado na análise das indústrias líticas e nos resultados estatísticos, pode-se dizer que em Rio Maior existem simultaneamente mudanças em termos diacrónicos, com diversas fases tecnológicas entre os 16000 BP e os 8500 BP, e diversidade espacial caracterizada por fácies funcionais e tecnológicas. Estes últimos, são marcados por escolhas diferentes das cadeias operatórias usadas. Assim, um dos fácies foi chamado “carenado” devido à frequência com que esta cadeia foi usada, enquanto que o segundo fácies foi denominado “Rio Maior” uma vez que é aí muito frequente.

O fácies **Rio Maior** é marcado por diversas fases, começando depois do Solutrense e do fim da tecnologia bifacial, por volta de 16500 BP e terminando depois de 9000 BP. A primeira fase termina entre 15000 e 14500 BP, e é caracterizada por um uso frequente do quartzo e quartzito. As lascas de sílex são caracterizadas por formatos circulares e ovais e os talões são essencialmente lisos e corticais. As lamelas são raramente apontadas com talões lisos e, por vezes, corticais.

A segunda fase, ainda em estudo preliminar, e da qual não foram apresentados resultados numéricos aqui, parece remontar a cerca de 14000 BP, sendo caracterizada por um uso frequente do quartzo presente nas indústrias através de grandes núcleos e lascas de grandes dimensões. Depois de 12000 BP existem duas fases (a segunda começando por volta de 10500 BP) marcadas progressivamente pela intensificação do facetamento dos talões e o desaparecimento dos talões corticais, um aumento na frequência de suportes lamelares apontados bem como um aumento na frequência na utilização de sílex, aspecto que estará possivelmente relacionado com o aumento da produção de lamelas e de pontas microlíticas bem como de geométricos. Baseado num novo sítio, Fonte Pinheiro, localizado em Rio Maior e escavado em 1992, teria sido este fácies tecnológico que terá dado origem à tecnologia e cadeias operatórias mesolíticas presentes nos vales do Tejo e Sado.

O segundo fácies datado entre 12000 BP e 8500 BP, o fácies **Carenado** presente em Areeiro III (AR III) e Pinhal da Carneira (PC), tem como principal característica o uso extensivo de uma cadeia operatória que, estando presente no outro fácies, foi aí raramente usada. Esta cadeia operatória produziu núcleos carenados que vulgarmente seriam classificados como raspadeiras e buris carenados. Estes núcleos foram manufacturados para produzirem especificamente um tipo de lamela de pequenas dimensões, naturalmente apontadas e torcidas que seriam transformadas em pontas (lamela Dufour) através de um retoque leve semi-abrupto de maneira alterna ou/e alternante, geralmente basal. O fácies carenado caracteriza-se pela ausência de micrólitos geométricos, pela ausência de quartzo, sendo também o quartzito raramente usado.

Em conclusão, este estudo sugere que o termo Magdalenense, em Portu-

gal, tem uma definição própria porque: a) não corresponde à definição tradicional cronológica de Magdalenense (entre 17000 BP e 11000 BP); b) com uma tipologia idêntica (pequenas raspadeiras unguiformes e ogivais, buris diedros e sobre truncatura) o principal suporte é a lasca e não a lâmina; c) não há exemplos de fácies carenados durante o mesmo período para o Magdalenense; e d) ausência de arpões. Assim, o termo Magdalenense pode ser usado em Portugal apenas inserido no conceito dos grande tecno-complexos e com um significado essencialmente cronológico, entre o Solutrense e o aparecimento do Mesolítico, o que na Estremadura portuguesa, corresponde, aparentemente, a um tipo de tecnologia que se manteve estável até depois de 8500 BP contrastando assim profundamente com o Solutrense, já que o Magdalenense representa uma variabilidade cultural que não existe no Solutrense.

Agradecimentos: O autor agradece o suporte dado pelas seguintes instituições - National Science Foundation, EUA através da bolsa BNS-9107144, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Institute of Earth and Man, Southern Methodist University, Dallas, Drew University, Madison, ao Museu Nacional de Arqueologia e à Universidade Lusíada, Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- AUDOUZE, F., D. CAHEN, L. KEELEY & B. SCHMIDER (1981) «Le site Magdalénien du Buisson Campin à Verberie (Oise).» *Gallia Préhistoire* 24(1): 99-143.
- BICHO, N. (1991) «Areeiro III, an Open Air Site Dated to 8,850 BP (Rio Maior, Portugal).» *Mesolithic Miscellany*.12(2): 1-10
- BICHO, N. (1992) *Technological Change in the Final Upper paleolithic of Rio Maior, Portuguese Estremadura*. Dissertação de doutoramento, Dallas, Tx.
- BICHO, N. (no prelo) «Late-glacial Prehistory of Central and Southern Portugal.» In *Antiquity* 67(257), 1993
- BINFORD, L. (1979) «Organization and formation processes: looking at curated technologies.» *Journal of Anthropological Research*-35(3):255-273.
- BOSELIN, B. & F. DJINDJIAN (1988) «Un Essai de Structuration du Magdalénien Français à Partir de Outillage Lithique.» *Bulletin de la Société Préhistorique Française* 85 (10-12):304-331.
- CLARK, G. & L. STRAUS (1986) «Synthesis and Conclusions - Part I: Upper Paleolithic and Mesolithic Hunter-gatherer Subsistence in Northern Spain.» In *La Riera Cave: Stone Age hunter gatherer adaptations in Northern Spain*, editado por L. Straus and G. Clark , pp.351-366. Anthropological Research Papers 36, Tempe.
- FERRING, C. R. (1980) *Technological Variability and Change in the Late Paleolithic of the Negev*. Ph.D. dissertation, Southern Methodist University. Ann Arbor: University Microfilms.
- FIENBERG, S.E. (1977) «*The analysis of Cross-Classified Categorical data*. Massachusetts Institute of Technology Press, Cambridge.

- HELENO, M. (1948) «O problema Capsense. Contribuição Portuguesa para a sua Revisão.» Comunicação ao Instituto de Arqueologia na Sessão de Abril de 1944 (Lisboa). *Ethnos* 3:493-494
- HELENO, M. (1956) «Um Quarto de Século de Investigação Arqueológica.» *O Arqueólogo Português* II-III:221-237.
- HIETALA, H. (1984) «Variations on a Categorical Data Theme: Local and Global Considerations with Near-Eastern Paleolithic Applications.» In *Intrasite Spatial Analysis in Archaeology*, editado por H. Hietala, pp. 44-53. Cambridge University Press, Cambridge, London, New York.
- MARKS, A.E. & P.VOLKMAN (1983) «Changing Core Reduction Strategies: a Technological Shift from the Middle to Upper Paleolithic in the Southern Levant.» In *The Mousterian Legacy*, editado por E. Trinkaus, pp. 13-33. British Archaeological Reports, International Series 164.
- MARKS, A.E., J. ZILHÃO, N. BICHO & R. FERRING (no prelo) «Upper Paleolithic Prehistory in Portuguese Estremadura: Preliminary Results.» In *Journal of Field Archaeology*, 1993.
- MUNDAY, F. (1979) «Levantine Mousterian Technological Variability: A Perspective from the Negev.» *Paléorient* 5:87-104.
- RAO, C.R. (1965) *Linear Statistical Inferences and its Applications*. John Wiley and Sons: New York.
- ROCHE, J. (1979) «Le Magdalénien Portugais.» In *La Fin des Temps Glaciaires en Europe*, editado por D. Sonneville-Bordes, pp. 753-758. Editions du CNRS, Paris.
- ROCHE, J. (1982) «A Gruta Chamada Lapa do Suão (Bombarral).» *Arqueologia* 5:5-18.
- SAMPSON, G. & B. BRADLEY (1986) «Analysis by Replication of Two Acheulian Artifact Assemblages from Caddington, England.» In *Stone Age Prehistory*, editado por B.N. Bailey and P. Callow, pp. 29-45. Cambridge University Press, Cambridge.
- SCHEFFÉ, H. (1959) *The Analysis of Variance*. John Wiley and Sons, New York.
- STRAUS, L. (1992) *Iberia before the Iberians: the Stone Age Prehistory of Cantabrian Spain*. University of New Mexico Press, Albuquerque.
- WHITE, R. (1985) *Upper Paleolithic Land-use in the Périgord: a Topographic Approach to Subsistence and Settlement*. British Archaeological Reports, International Series 253, Oxford.
- ZILHÃO, J. (1985) «Données Nouvelles sur le Paléolithique Supérieur du Portugal.» In *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, Lisboa, Vol 2:101-112.
- ZILHÃO, J. (1987) *O Solutrense da Estremadura portuguesa. Uma Proposta de Interpretação Paleoantropológica*. Trabalhos de Arqueologia 04. Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, Lisboa.
- ZILHÃO, J. (1988) «The Early Upper Paleolithic of Portugal.» In *The Early Upper Paleolithic: Evidence from Europe and the Near East*, editado por J.F. Hoffecker and C.A. Wolf, pp. 135-155. British Archaeological Reports, International Series 437, Oxford.

Quadro 1
Datações do Paleolítico Superior Final de Rio Maior*

Sítio	Afiliação cultural	DATA BP	Nº de Lab.
CPM I Lower	fácies Rio Maior	16340±420	(SMU-2015)
		15820±400	(ICEN-542)
CPM II Middle	fácies Rio Maior	15410±195	(SMU-2476)
CPM I Upper	fácies Rio Maior	12220±110	(ICEN-687)
CPM IIIs Upper	fácies Rio Maior	11810±110	(ICEN-689)
CPM III Upper	fácies Rio Maior	11160±280	(ICEN-545)
CPM II Upper	fácies Rio Maior	11110±130	(SMU-2637)
CPM III Trench	fácies Rio Maior	10940±210	(ICEN-690)
Pinhal da Carneira	fácies Carenado	10880±90	(SMU-2635)
CPM V Lower	fácies Rio Maior	9100±160	(ICEN-688)
Areeiro III	fácies Carenado	8850±50	(ICEN-494)
		8860±80	(ICEN-547)
		8570±130	(ICEN-546)
		8380±90	(ICEN-688)

* em Marks *et al.* no prelo; Bicho no prelo.

Quadro 3
 Frequência absoluta dos atributos morfológicos das lamelas

Atributos	ARI		CPM I L		CPM II M		CPM I U		CPM III S		CPM III U		CPM II U		CPM III T		CR II		CPM V		PC		AR III			
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	3			
Formato do suporte convergente	29	15	29	15	24	27	68	27	71	60	25	27	23	24	28	11	22	20	19	22	27	48	18	53	67	
paralelo	10-	15	11	5	25	27	55	28	27	20	20	14	14	15	34	18	25	28	15	13	12	19	10	28	33	
Perfil do suporte plano	19	19	10	7	15	21	47	25	48	47	21	14	15	23	20	10	17	18	16	10	15	11	10	35	27	
encurvado	15	6	19	9	19	22	54	10	37	42	19	11	13	18	27	13	15	22	5	16	14	26	4	20	37	
torcido	12	6	11	5	12	22	44	23	32	17	5	16	10	10	17	9	16	13	14	9	11	32	14	26	36	
Formato da parte distal natural	32	18	21	12	24	40	76	30	70	69	27	22	19	35	39	23	32	41	17	17	14	35	11	40	53	
apontado	12	7	17	8	17	16	38	12	16	18	9	15	8	3	22	4	9	4	12	13	22	31	16	36	37	
part.+ultrap.	2	6	2	1	5	9	31	16	30	19	9	4	11	13	3	5	7	8	6	5	4	3	1	5	10	
Secção triangular	38	21	25	17	26	41	101	36	77	86	36	33	29	41	51	22	35	45	25	24	28	37	22	59	61	
trapezoidal	7	7	14	3	14	23	34	16	38	17	6	6	9	6	20	6	12	8	5	10	11	22	4	7	29	
Tipo de talão liso	22	15	16	9	24	33	75	30	40	49	26	25	23	25	22	15	17	30	16	11	15	32	14	39	51	
esmagado	6	4	7	3	11	12	15	3	21	11	3	5	4	10	16	6	7	8	5	6	11	18	4	7	10	
punctiforme	12	6	15	4	8	8	11	1	26	22	10	5	5	5	30	7	16	8	10	13	10	17	8	27	14	
Nº de levantamentos na face dorsal																										
1	7	1	2	3	6	8	10	10	16	15	1	4	3	6	3	3	4	5	4	5	4	6	4	8	3	
2	18	11	15	10	19	26	50	23	28	40	20	17	14	22	28	6	23	18	14	9	13	11	9	33	32	
3	15	10	14	4	12	13	56	13	36	25	12	8	14	14	17	16	16	19	10	8	14	34	10	25	30	
4 ou mais	5	8	9	3	7	16	24	12	36	25	12	11	7	8	16	7	5	10	6	13	9	18	4	14	35	
Abrasão da cornija ausente	38	25	27	21	44	61	139	57	107	104	37	35	33	48	44	28	34	46	27	31	31	53	23	70	90	
presente	8	6	13	1	2	4	6	1	10	2	8	6	5	3	20	4	14	7	8	4	9	16	5	11	10	
Amostra	46	31	40	22	46	65	145	58	117	106	45	41	38	51	64	32	48	53	35	35	40	69	28	81	100	

Quadro 4
Resultados de F-Estatístico para a variabilidade tecnológica interna e externa das lascas

Variáveis	entre colecções		interna		F-estatístico	valor-P
	G^2	d.f.	G^2	d.f.		
% de cortex	65.53	44	45.63	52	1.69	.05>p>.025
Localização do cortex	77.79	33	39.46	39	2.33	.01>p>.005
formato do suporte	276.35	44	98.97	52	3.31	p<.001
perfil do suporte	57.63	22	64.02	26	1.06	p>.25
formato da parte distal	51.16	22	51.65	26	1.17	p>.25
secção do suporte	239.44	22	29.25	26	9.63	p<.001
tipo de talão	269.51	44	102.72	52	3.09	p<.001
levantament. parte dorsal	106.78	44	66.52	52	1.90	.025>p>.01
abrasão da cornija	85.46	11	29.65	13	3.41	.025>p>.01

Quadro 5
Resultados de F-Estatístico para a variabilidade tecnológica interna e externa das lamelas

Variáveis	entre colecções		interna		F-estatístico	valor-P
	G^2	d.f.	G^2	d.f.		
formato do suporte	52.27	11	8.52	13	7.20	p<.001
perfil do suporte	39.00	22	54.68	26	.84	p>.25
formato da parte distal	129.59	22	37.53	26	4.09	p<.001
secção do suporte	23.77	11	30.36	13	.92	p>.25
tipo de talão	90.45	22	26.49	26	4.03	.005>p>.001
levantament. parte dorsal	48.46	33	66.64	39	.86	.1>p>.05
abrasão da cornija	76.11	11	26.88	13	3.34	.025>p>.01

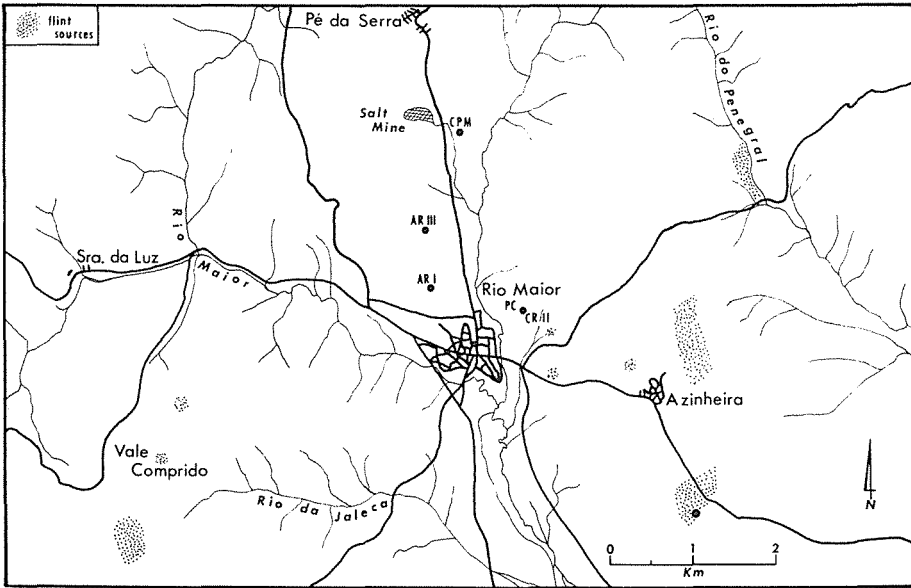


Fig. 1 — Mapa da área de Rio Maior (Areeiro I, Areeiro III, Cabeço do Porto Marinho, Carneira II e Pinhal da Carneira).

Dendrogram using Ward Method

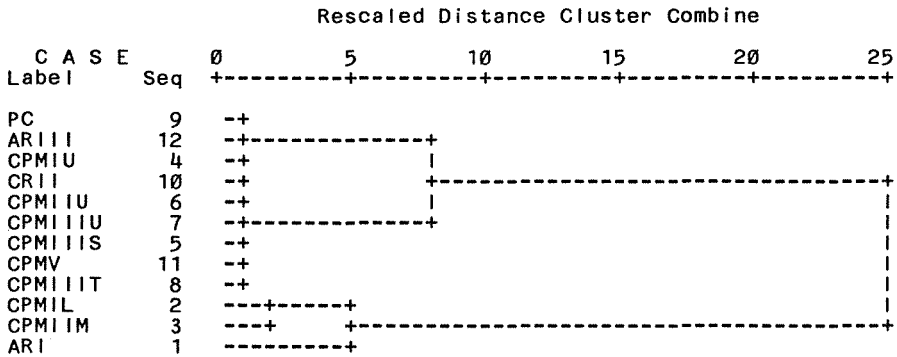


Fig. 2 — Dendrograma dos resultados do método “Ward’s” utilizando as frequências relativas de matérias-primas usadas nos sítios arqueológicos.



LA FABRICACION DE ARPONES OSEOS AZILIENSES

por

Gema E. Adan Alvarez

Resumen: La comunicación versará sobre la fabricación de los arpones óseos azilienses, mostrando nuestro estudio la “cadena de fabricación ósea” detectada a partir de los diversos restos óseos encontrados en los niveles azilienses de la Cueva de Los Azules (Cangas de Onís, Asturias - España).

El Aziliense de la cueva de Los Azules presenta, nivel 3 de la misma, una industria lítica muy tradicional (pequeños raspadores, escasos buriles, alto porcentaje de hojitas y menor número de puntas azilienses), y un utillaje óseo caracterizado por una abundante fabricación de arpones en comparación con el resto de industria en hueso. Estos arpones se definen por una sección aplanada, perforación proximal/mesial en ojal y una única hilera de dientes.

A través de una serie de piezas óseas pertenecientes a este nivel, pudimos determinar la secuencia del trabajo de los arpones: esquivarla de cuerna pasando por la primera conformación del útil, obtención de dientes hasta llegar a las últimas técnicas de acabado de la pieza.

Palabras-clave: Aziliense. Arpones. Cueva de Los Azules.

I. LOS ARPONES AZILIENSES EN LA CUEVA DE LOS AZULES

La Cueva de Los Azules (Cangas de Onís, Asturias) presenta una secuencia estratigráfica amplia que permite evaluar en conjunto el desarrollo del periodo Aziliense en el occidente cantábrico (FDEZ-TRESGUERRES y JUNCEDA 1992: 90-91). A grandes rasgos el N5 es un Aziliense Antiguo en formación, con claras rupturas con el Magdalenense superior, fechable en torno al XI milenio a. C.; mientras el N3, subdividido en ocho capas, es un Aziliense Reciente provisto de todas las características de un Aziliense típico del Occ. Cantábrico, cuyas fechas alcanzan el X milenio a. C. (FDEZ-TRESGUERRES y JUNCEDA en prensa).

Los arpones encontrados en los niveles azilienses de la Cueva de Los Azules fueron objeto de un reciente estudio (FDEZ-TRESGUERRES y JUNCEDA

en prensa). En las casi cien piezas óseas se aprecia una clara evolución formal¹:

— *Aziliense Antiguo*. Piezas apuntadas que pueden estar decoradas², con fuste dentado unilateral y una base perforada o abultada. Son arpones de gran longitud, más de 150 mm. y de sección rectangular o semicircular con cierto aplanamiento. Los dientes muy numerosos pueden ser rectos o curvos. La perforación basal es circular³.

Estos arpones azilienses enlazan y evolucionan los cambios morfológicos de los arpones óseos acaecidos durante el periodo Magdaleniense Superior-Final Cantábrico⁴ (GLEZ SAINZ 1989: 244), aunque los aspectos técnicos del MSFC están más cercanos a fases precedentes.

— *Aziliense Reciente*. Piezas apuntadas con mesial dentado unilateral y perforación mesial/proximal. Reducen su longitud, inferior a 100 mm., y adquieren una sección ovalada muy plana con un borde, el dentado, más rebajado de grosor (clara tendencia a partir del N3g). La extremidad distal adelgazada va enlazando de manera continua con el primer diente (sobretudo en las capas superiores N3e, N3 capas superiores y N2). Los dientes son curvos y angulosos (N3h, N3g, N3f) si bien la morfología es siempre angulosa a partir del N3e. También los arpones reducen el número de los dientes hasta el característico impar 3 o 1, con casos aislados de mayor número (N3e). La perforación es ya ovalada y situada preferentemente a la altura del último diente (a partir del N3g pues antes sigue realizándose en la base) aunque los arpones de un diente presentan siempre el orificio en la extremidad proximal. La morfología de esta extremidad aparece primero casi sin alterar (forma de varilla de extracción, con terminación roma - N3h y M3g -) hasta que comienza a rebajarse y adquirir un proximal apuntado (algunos en N3g, más abundantes en N3e y ya apuntados en N3 Capas Superiores y N2).

Las características morfológicas y técnicas propias de los arpones azilienses parecen prefigurarse en estos niveles recientes. Se puede señalar como el N3g a partir del cual se configura un modelo-tipo repetido y perfeccionado.

La comunicación se centra en este periodo (N3) y en la cadena de fabricación detectada (campanas 73-74 y 75).

¹ Para la descripción de arpones seguimos las pautas de . ORTEGA (1984) y para la descripción técnica-morfológica y tipológica ósea a G. ADAN ALVAREZ (1988), junto a la descripción del aserramiento de J. A. MUGICA (1990).

² Apareció otro arpón aziliense decorado en la Cueva de La Lluera (RODRIGUEZ ASENSIO 1990: 15-17).

³ Como el Arpón Aziliense encontrado en La Paloma (Asturias) (FDEZ-TRESGUERRES 1980: 72 y HOYOS te alii 1980: 138).

⁴ MONS (1979: 623) destaca en Francia la aparición de arpones aplanados desde el Magdaleniense VI.

II. SECUENCIA DE LA FABRICACION DE ARPONES DEL AZILIENSE RECIENTE

A partir de una serie de piezas óseas localizadas en las capas del N3 de la Cueva de Los Azules, hemos obtenido una secuencia de trabajo basada en los diversos grados de transformación de materia prima⁵.

El punto de partida lo determina el resultado final del arpón-tipo del Aziliense Reciente. Las características son: Pieza apuntada con fuste dentado unilateral y perforación mesial, de longitud inferior a 100 mm., y una sección ovalada aplanada cuyo borde dentado está más rebajado de grosor. Según este criterio, los diversos restos óseos han sido ordenados atendiendo a su estado evolutivo tanto morfológico como técnico (Gráfico - Cladograma - 1).

II. 1. Descripción de piezas⁶.

Una MATRIZ DE CUERNA (Azl. I IV. 5a) se localizó en el nivel 5a. Aunque nuestra intención es describir la secuencia de trabajo del N3, creemos significativo rescatar esta pieza por la técnica de extracción utilizada. Es una cuerna de muda en la que se aprecian los negativos de extracción de dos varillas. Estas fueron separadas de la matriz por medio de incisiones muy finas longitudinales en lateral y transversales, si bien al estar la pieza quemada consideramos que ha sido el tratamiento térmico lo que ha facilitado el trabajo y extracción de la varilla. Medidas 75x32x18 mm. (Lám. I. 1).

Las piezas pertenecientes al N3 presentan una planitud característica de la extracción por percusión (ALLAIN et alii 1974: 69) y una coloración indicio claro de un cierto tratamiento térmico de la matriz o varilla (STORDEUR 1988: 84).

— PIEZA ROMA. ESQUIRLA CUERNA (Az. 1/75. BII. 3E. 22). Esquirla alargada en cuerna de sección oval alterada por agentes físico/mecánicos/químicos. En la pieza se aprecia una modificación primaria y huellas de un posible raspado/cepillado por todas las superficies del útil. Medidas total: 109x19x10 mm. (Lám. I. 2).

— PIEZA ROMA. ESQUIRLA DE CUERNA EN FABRICACION (Az. 1.

⁵ La transformación de la materia prima combina el cambio producido en la materia prima (varilla cuerna- arpón) (DIEZ 1984: 16) y el número de técnicas utilizadas para realizar el útil (STORDEUR 1978: 20-23).

⁶ Las representaciones gráficas de las piezas muestran las incisiones visibles en la pieza a través de una lupa de 20 aumentos (líneas finas). El raspado cepillado previo se señala con tarma clara y las piezas con tratamiento térmico se marcan con trama oscura.

DII. 3e. 1). Esquirla de cuerna aplanada de sección oval, quemada. Presenta una modificación primaria con marcas cortas transversales en cara superior y lateral derecho, posiblemente encaminadas a modificar la pieza en el borde (¿fabricación de diente?). Medidas totales: 7x14x8 mm. (Lám. I. 3).

— PIEZA ROMA. ESQUIRLA DE CUERNA CON FABRICACION DE DIENTES (Az 1. HII. 3g). Esquirla ovalada quemada y casi conformada en útil pues en contraposición a la zona dentada (borde izquierdo) se detectan los extremos de la pieza. Esta modificación primaria fue conseguida mediante el corte y elaboración de la cuerna. Apreciamos incisiones pequeñas en lateral derecho y cara inferior (para adelgazar la pieza), incisiones oblicuas en borde dentado (para fabricar 3 dientes), y una profunda incisión longitudinal en la cara interna encaminada a rebajar el grosor del futuro arpon, y adquirir una sección ovalada/aplanada. Medidas: Ext. Distal: 16x13x5 mm. -Par Mesial: 58x17x6 mm. -Ext. Proximal: 15x16x5 mm. (Lám. II.4).

— PIEZA ROMA. ESQUIRLA DE CUERNA DENTADA EN FABRICACION (Az HIII. N3g). Esquirla con tres dientes (borde derecho), quemada y una clara sección oval. El fuste dentado unilateral presenta dientes casi angulosos. La pieza muestra una modificación primaria y la elaboración de una extremidad. En la cara superior de la parte distal existen abundantes incisiones oblicuas y transversales que parecen encaminadas a disminuir el grosor y conformar la parte apuntada. Medidas: Ext. Distal: 15x12x4 - Par. Mesial: 48x16x7 mm. - Ext. Proximal: 17x14x5 mm. (Lám. II 5).

— PIEZA APUNTADA. ARPON CON ZONA PROXIMAL EN FABRICACION (Az 1/76. N3). Apuntado de cuerna con sección oval y parte proximal fracturada en la que se intuye la fabricación de un posible orificio en la zona mesial (zona hundida por ambas caras). El arpon aparece con dos dientes rectos. La pieza con una modificación reconocible presenta huellas de aserramiento en la extremidad distal (incisiones longitudinales) y zona dentada (transversales), junto con longitudinales en el fuste donde el posible orificio. Todo el instrumento lleva un raspado/cepillado final. Medidas: Ext. Distal 15x6x4 mm. Par. Mesial: 39x15x6 mm. (Lám. II 6). (FDEZ-TRESGUERRES 1980: 35 fig. 3.19).

— PIEZA APUNTADA. ARPON PERFORADO CON DISTAL EN FABRICACION. (Az. 1/76. BIII. 3e. 10). Arpon quemado de sección triangular, con tres dientes rectos y extremidad distal en fase de regularización (sección rectangular). La pieza con una modificación reconocible, tiene un raspado/cepillado inicial y marcas, apreciadas con dificultad, en la cara externa por la abrasión final. Son incisiones más claras las localizadas en la cara interna: cortas y oblicuas en zonas de dientes y longitudinales en parte proximal. El orificio alargado en zona mesial, se consiguió por el sucesivo aserramiento rectilíneo de ambas caras (4x 2 mm.). Medidas: Ext. Distal: 27x13x8 mm. -Par. Mesial:

47x18x8 mm. - Ext. Proximal: 15x10x6 mm. (Lám. II. 7).

— PIEZA APUNTADA. ARPON PERFORADO (Az. FII. 3g.). Arpón de cuerna quemada, sección oval, tres dientes angulosos en borde derecho y una perforación ovalada situada en la zona mesial de la pieza. Tiene una modificación reconocible y marcas de aserramiento para: un posible adelgazamiento en ambas caras (incisiones longitudinales); la conformación de la extremidad distal (incisiones oblicuas en cara inferior y lateral) y la realización del orificio (incisiones longitudinales en las dos caras). Toda la pieza está fuertemente abrasionada. Medidas: Ext. Distal: 17x7x6 mm. - Par. Mesial: 53x18x7 mm. - Ext. Proximal: 16x15x6 mm. - Orificio: 11x4 mm. (Lám. II. 8).

II. 2. Secuencia y técnicas de trabajo

Un trabajo rápido y sin complejidad técnica requería una cornamenta de ciervo flexible y para ello, en teoría, es preferible una cuerna de un ciervo recientemente abatido que una cuerna de muda (SEMENOV 1981: 291). Sin embargo se conocían y existían modos de manejar la cuerna seca — (por ejemplo con grasa o una mezcla de cenizas y agua hirviendo (BARANDIARAN 1967: 271) — que facilitaban la fabricación de los útiles.

El método de extracción de las varillas de cuerna ha sido tradicionalmente asociado al ranurado (PIEL-DESRUISSEAU 1986: 212 y 246)⁷. Ciertos autores han mencionado otras técnicas diferentes como la de la percusión activa (ALLAIN et alii 1974: 69) o la del tratamiento térmico que hablaba la rigidez de la cuerna (SEMENOV 1981: 292)⁸. Cada técnica facilita la obtención de un tipo de sección y determina una cierta forma el resultado final: el ranurado permite secciones cuadrangulares y circulares (JULIEN 1982: 125) mientras la percusión facilita la obtención de varillas más aplanadas (ALLAIN et alii 1974: 70)⁹.

La única matriz localizada Azules (Lám. I. 1), es una cuerna de muda. Por su color (marrón oscuro con zonas quemadas) y marcas óseas (incisiones longitudinales y transversales) consideramos la elección de una técnica de extracción que combina la manipulación térmica (calentamiento) con el aserramiento.

⁷ En la Cueva de La Paloma (Asturias) HERNANDEZ PACHECO (1932: 24 y 25) menciona matrices en astas de ciervo trabajadas con ranurado.

⁸ Se suele mencionar la presencia de zonas quemadas en útiles para endurecer las piezas (NEWCOMER 1974: 64). La experimentación nos confirma como estos huesos se vuelven más duros pero también menos sólidos que los instrumentos sin señales de fuego (vid. Discussion en NEWCOMER 1974: 65).

⁹ En las reconstrucciones experimentales con tratamiento térmico no se mencionan las secciones obtenidas.

Las varillas obtenidas (según negativo de las mismas) presentan todavía en este N5, una sección rectangular como las que se obtiene del ranurado.

La secuencia de trabajo detectada en N3 comienza con una varilla ovalada (Lám. I. 2) que pudo extraerse por percusión. Es una pieza roma de forma rectangular más ancha en la base, de cierta largura (109 mm.) y aplanada (19 mm.), muy apropiada para la fabricación del arpón. Una primera transformación lleva a la regularización de la esquirra mediante un “raspado/cepillado”¹⁰.

La siguiente pieza (Lám. I. 3) tiene un color superficial (STORDEUR 1988: 84) que puede corresponder a una extracción-elaboración por tratamiento térmico. Presenta una morfología rectangular ensanchada por la base y una modificación primaria en ambas caras. La modificación se obtuvo con un primer ranurado/cepillado que conforma una sección ovalada muy plana, y un posterior aserramiento lateral en uno de sus bordes.

Las primeras transformaciones morfológicas en la fabricación del arpón aziliense aparecen en el fuste (Lám. II. 4). La esquirra extraída-elaborada mediante tratamiento térmico y posible percusión, aparece con las caras regularizadas, y obtiene los dientes mediante un aserramiento oblicuo progresivo (incisiones sucesivas en ambas caras de la pieza)¹¹.

El borde dentado fabricado con este procedimiento está poco diferenciado del fuste. Se realiza un canal por aserramiento longitudinal en la parte central de la cara inferior (parte esponjosa)¹² que junto a las sucesivas incisiones en la zona, marca y determina el futuro grosor de la pieza (rebajar 19 mm.) y la sección ovalada levemente triangular (más ancho en la lateral sin dientes y adelgazamiento en zona dentada).

Una vez conseguido el fuste dentado y la sección oval - triangular, se dispone la regularización de las extremidades del arpón. Una de las piezas (Lám. II. 5) aparece con la extremidad proximal conformada aunque sin perforación, pues el arpón mantiene la morfología de la varilla inicialmente extraída (extracción como la pieza precedente). Para conseguir el distal apuntado recortan la esquirra

¹⁰ BARANDIARAN (1967: 279) menciona un primer tratamiento de las varillas de cuernas encaminado a la regularización de la superficie por medio de un raspador o raedera de sílex, cuya utilización también explica SEMENOV (1981: 210).

¹¹ Las reconstrucciones experimentales de arpones magdalenenses (DAUVOIS 1974: 81 y JULIEN 1982: 125) muestran la fabricación de dientes mediante la separación de una parte de la materia prima, restos que incluso han sido identificados en algún yacimiento (BERKE 1977: 86). Los arpones en fabricación aparecidos en Cueto de La Mina durante el Magdaleniense Superior-Final Cantábrico (GLEZ SAINZ 1989: 58 y RASILLA 1991: 52 N° 4987- 4988- 4989) sugieren un aserramiento sucesivo (frotamiento experimentado en D'ENRRICO, F. , et alii 1984: 169) como técnica de conformación y no una separación ósea, como también ocurre en los arpones azilienses aquí estudiados.

¹² Incisión longitudinal que también ha existido en épocas precedentes (GLEZ SAINZ 1989: 247 y RASILLA 1991: 52 N° 4989).

mediante diversos aserramientos oblicuos en cara inferior. Se intenta dejar el borde no dentado recto y modificar el lateral contrario.

La perforación (Lám. II. 6) ovalada se obtiene mediante el aserramiento progresivo de ambas caras aprovechando la longitud de la parte mesial y proximal.

Otra pieza con proximal realizado (Lám. II. 7)¹³, consigue el distal apuntado (aplanado) mediante el recorte - desgaste lateral. De esta manera sigue sin modificarse el borde no dentado, que continúa recto y mantiene la sección triangular. La pieza perforada rebaja la extremidad proximal por ambos laterales, pues intentan conseguir el apuntamiento con idéntica sección mesial (aplanado).

El arpón apuntado (sección aplanada), mesial dentado (sección ovalada-triangular), perforado (zona mesial/proximal) y con base roma o apuntada (sección aplanada -triangular) (Lám. II. 8), es sometido a una fuerte abrasión. Esta última técnica de elaboración regulariza las caras y bordes de la pieza, pero no oculta las incisiones debidas a la fabricación.

III. CONSIDERACIONES FINALES

Los arpones del Aziliense Reciente (N3) de la Cueva de Los Azules (Cangas de Onís, Asturias), se fabricaron con varillas de cuerna aplanadas de morfología rectangular (más ancha en la base)¹⁴. La técnica de extracción intenta conseguir esquirlas más anchas que gruesas por lo que se elige preferentemente la percusión y el tratamiento térmico posiblemente combinado con aserramiento y percusión. Mediante el ranurado se extraen varillas de amplio grosor muy apropiadas para piezas con sección rectangular o circular, mientras en los arpones del Aziliense Reciente (N3) se trabaja con la intención de obtener piezas aplanadas, ya sea de la cara superior de la cornamenta (sección ovaladas) como de los bordes de la matriz (sección triangular). Además de la sección la percusión consigue esquirlas de un tamaño inferior a 100 mm.

Una primera fase de regularización somete a la varilla a una modificación primaria (conserva 1/3 de la dimensión de la varilla original) con una operación de raspado/cepillado para regularización de la misma y la obtención de la sección de la pieza (ovalada/triangular).

¹³ Esta pieza pudo ser extraída mediante un ranurado combinado con el tratamiento térmico. La cara externa de la cuerna se ha mantenido como borde sin dentar, y se modifican las dos partes esponjosas como cara superior e inferior del arpón.

¹⁴ La reconstrucción experimental de los arpones azilienses de DAUVOIS (1974: 81), presenta en primer lugar una varilla ovalada con distal y proximal apuntado, en la que se fabrican bordes dentados a veces recortando y otras abrasionando la cuerna.

Sigue a continuación la conformación de los dientes mediante el aserramiento oblicuo por ambas caras de la pieza. El adelgazamiento de la parte dentada, que puede estar delimitada mediante un canal central en la cara inferior, se obtiene por el aserramiento longitudinal continuado de toda la zona (puede rebajar casi 3 mm. de la sección originaria). Las piezas obtenidas por percusión lateral de la matriz tienen una sección plana y triangular levemente modificada por aserramientos longitudinales sin que necesiten del canal central.

La realización de las extremidades de la pieza está condicionada por la necesaria planitud de ambos (se rebaja de 1 a 2 mm. la sección de la parte mesial). Se obtiene una modificación reconocible (cortes con esquirla rebajada) con una simplicidad técnica (aserramientos parte esponjosa de la varilla). El apuntamiento de la extremidad distal del arpón se consigue mediante el recorte del lateral dentado con sucesivas incisiones en cara interior y exterior. La perforación, ubicada en una zona larga como es la parte mesial/proximal, se obtiene con aserramientos continuos y profundos¹⁵.

El orificio es alargado, siendo la media en el N3 de 8x3 mm., y la dimensión más repetida (6 de 24) 6x3 mm.. Toda la pieza se finaliza con una abrasión o raspado/cepillado¹⁶.

La fabricación de arpones azilienses está determinada por el tipo de útil que se pretende realizar: apuntado, dientes poco separados del fuste, mesial/proximal perforado y sobretodo una sección aplanada (oval/triangular). La materia prima es modificada con técnicas simples y rápidas (raspado - aserrado - abrasión) una vez obtenida la morfología determinada (aplanada) desde la extracción de la varilla (percusión - tratamiento térmico).

Este tipo de arpón perforado aziliense (fase reciente), denominado por LEROI GOURHAN (1989: 50) hembra¹⁷, es altamente efectivo pues logra penetrar en la pieza más fácilmente por su estrechez, dentición y perforación (JANSSENS 1960). La hendidura conseguida es pequeña con lo que evita que el instrumento se suelte una vez penetrado en la presa y que pueda retenerse mejor.

¹⁵ Técnica sencilla y efectiva, pues como demuestra NEWCOMER (1976: 298) el orificio de 4 mm. precisa 10 minutos.

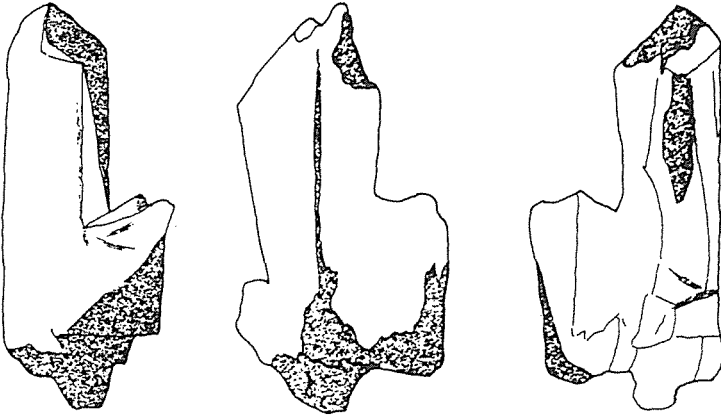
¹⁶ Algún arpón tiene marcas abrasivas de ocre (color rojizo pieza) como pareció ocurrir en Pincevent (BAFFIER et alii 1991: 223).

¹⁷ Siguiendo las explicaciones de LEROI-GOURHAN (1989: 51 y 53), el arpón macho deja la parte proximal sin penetrar en la pieza, mientras en arpón hembra se adhiere con tanta más fuerza cuanto más numerosas y anchas son los dientes. Además permanece en el cuerpo del animal pues el útil bascula y no puede expulsarse.

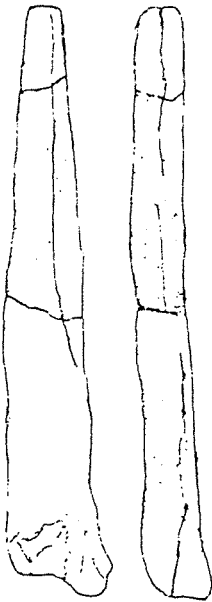
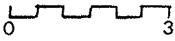
BIBLIOGRAFIA

- ADAN ALVAREZ, G. (1988). "La industria ósea neolítica de la Cueva de Nerja (Sala de la Mina 1979-1982)". *I Congreso Internacional del Estrecho de Gibraltar. Ceuta 1897*. UNED. Madrid. pp. 255-270.
- ALLAIN, J.; FRISTCH, R. ET TROTIGNON, F. (1974) "Le Débitage du bois de renne dans les niveaux à raclettes du Badegoulen de l'Abri Fristch et sa signification". *I. Colloque International sur l'Industrie de l'os dans la Préhistoire*. Université de Provence, pp 67-71.
- BAFFIER, D., BEYRES, S. BODU, P. (1991) "Histoire d'ocre à Pincevent. La question des lames ocrées". *25 ans d'études technologiques en préhistoire*. APDCA. Juan-les-Pins. pp. 215-234.
- BARANDIARAN, I. (1976) *El Paleomesolítico del Pirineo Occidental. Bases para una sistematización tipológica del instrumental óseo paleolítico*. Monografías Arqueológicas, Nº 3. Zaragoza.
- BERKE, H. (1967). "Déchets de fabrication de harpons magdaléniens découverts à Gönnersdorf (Neuwied)". *Bulletin de la Société Française*. Tome 74. Ed. CNRS nº 3. Paris. pp. 86-88.
- DAUVOIS, M. (1974) "Industrie osseuse préhistorique et expérimentations". *I Colloque International sur l'Industrie de l'Os dans la Préhistoire*. Université de Provence. pp. 73-84.
- DIEZ, C. (1984). "Descripción e interpretación arqueológica de restos óseos en yacimientos paleolíticos". *Revista de Arqueología*. Nº 34. Madrid. pp. 6-13.
- D'ERRICO, F., GIACOBINI, G. y PUECTI, I. (1984). "Les répliques en vernis de surfaces osseuses façonnées. Étude expérimental". *Bull. Soc. Préh. Française*. Tome 81. pp. 169-170.
- FERNANDEZ-TRESGUERRES, J. (1980) *El Aziliense en las provincias de Asturias y Santander*. Centro de investigación y Museo de Altamira. Monografías Nº 2. Santander
- FERNANDEZ-TRESGUERRES, J. (1980) "Informe sobre las campañas de excavación realizadas en la Cueva de Los azules entre 1986 y 1990". *Excavaciones arqueológicas en Asturias 1983-1986*. Oviedo. pp. 89-94.
- FERNANDEZ-TRESGUERRES, J. y JUNCEDA, F. (en prensa) "Los arpones azilienses de la Cueva de Los Azules (Cangas de Onís, Asturias)". en *Homenaje a J. Echegaray*.
- GONZALEZ SAINZ, C. (1989). *El Magdaleniense Superior-Final de la Región Cantábrica*. Ed. Tantin. Santander.
- HERNANDEZ PACHECO, E. (1932). *La vida de nuestros antecesores paleolíticos según los resultados de las excavaciones de la Paloma. (Asturias)*. Madrid.
- HOYOS, M. MARTINEZ NAVARRETE, M. I.; CHAPA, T.; CASTAÑOS, P.; SANCHIZ, F.B. (1980). *La Cueva de la Paloma. Soto de Las Regueras (Asturias)*. E.A.E. Nº 116. Madrid.
- JANSSENS, P. (1960). "La Transición del arpón magdalenense al arpón aziliense". *Investigaciones Prehistóricas*. II. Santander. pp.164-178.
- JULIEN, M. (1977). "Harpons unilatéraux et bilatéraux. Evolution morphologique ou adaptation différenciée?. *Methodologie appliqué à l'industrie de l'os préhistorique. Deuxième colloque*. Ed. C.N.R.S.Paris. pp. 177-189.
- JULIEN, M. (1982). *Les Harpons Magdaléniens*. Ed.C.N.R.S. Paris.
- LEROI-GOURHAN, A.1989. *El Medio y la Técnica. (Evolución y Técnica II)*. Taurus Comunicación. Madrid.

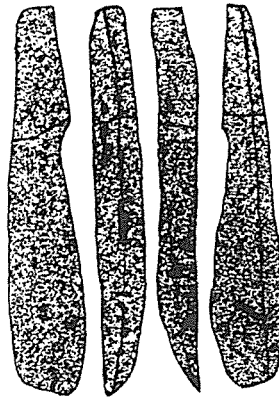
- MONS, L. (1979). "Les Harpons aziliens du Mas d'Azil. Etude préliminaire." *La Fin des Temps Glaciaires en Europe*. C.N.R.S. pp. 623-635
- MUGICA, J. A. (1990). "La Industria Osea durante el paleolítico Superior: La técnica de aserramiento y la extracción de lengüetas". *MUNIBE*. Nº 42. San Sebastian. pp. 65-73.
- NEWCOMER, M. H. (1974). "Outils en os du Paléolithique supérieur de Ksar Akil (Liban)" *Colloque International sur l'Industrie de l'Os dans la Préhistoire*. Université de Provence. pp. 59-65.
- NEWCOMER, M. H. (1976). "Experiments in upper paleolithic bone work". *Deuxième Colloque International de l'Industrie de l'os dans la préhistoire*. Ed.C.N.R.S. Paris. pp. 293-301.
- ORTEGA, M. L. (1984). "Modelo de Ficha analítica para Arpones Magdalenienses". *Primeras Jornadas de Metodología de Investigación prehistórica. Soria 1981*. Ministerio de Cultura. Madrid. pp. 195-203.
- RASILLA, M. DE LA (1991). *El Conde de la Vega del Sella y la arqueología pergística en Asturias*. Servicio de Publicaciones Principado. Oviedo.
- RODRIGUEZ ASENSIO, A. (1990). "Excavaciones arqueológicas realizadas en la Cueva de La Luera (San Juan de Priorio, Oviedo)." *Excavaciones arqueológicas en Asturias 1983-1986*. Oviedo. pp. 15-17
- SEMENOV, S. A. (1981). *Tecnología Prehistórica*. Akal. Madrid.
- STORDEUR-YEDID, D. (1978). "Proposition de classement des objets en os selon le degré de transformation imposé à la matière première." *Bull. Soc. Préhis. Française*. T. 75/1. Paris. pp.20-23.
- STORDEUR, D. (1988) a. *Outils e Armes en os du Gisement natoufien de Mallaha (Eynan) Israel*. Association Paleorient. Paris.



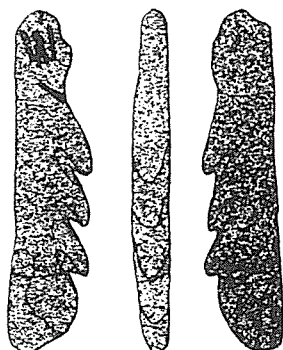
1. AZ1.I IV. N5A



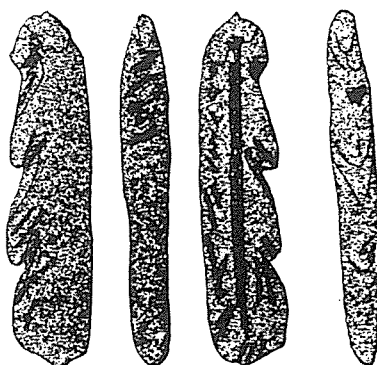
2. AZ1-75. BII. N3E. 22



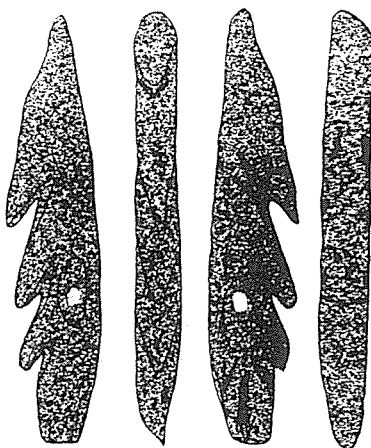
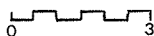
3. AZ1-76. DII. N3E.1



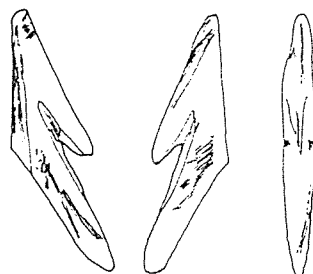
4. AZ1.H.II.N3G



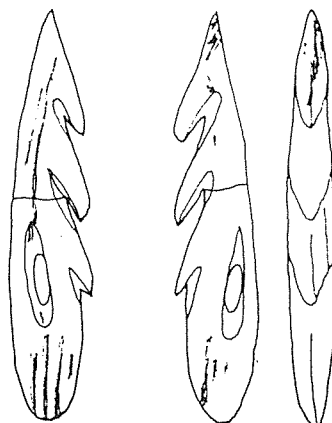
5. AZ.H.III.N3G



7. AZ1-76.B.III.N3E.10



6. AZ1-76.N3



8. AZ.F.II.N3G

LAMINA II

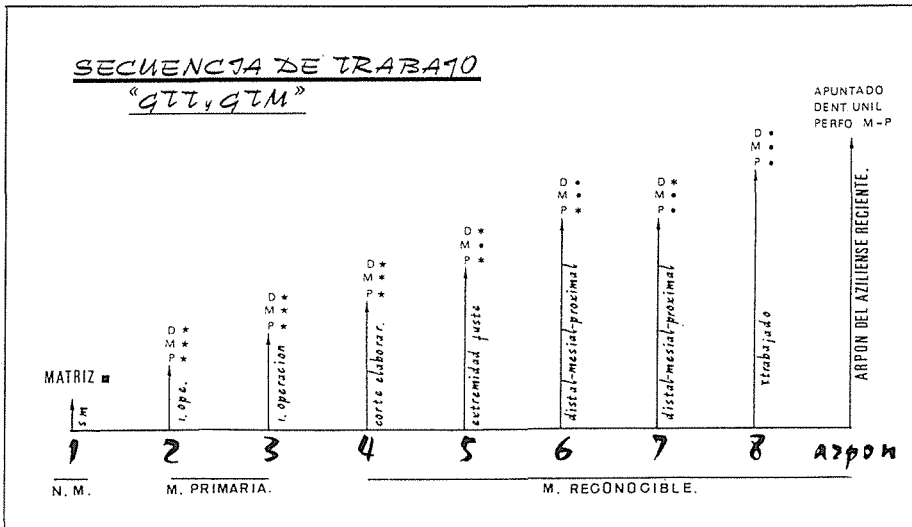


Gráfico 1 — El esquema gráfico (CLADOGRAMA: relación entre las unidades óseas, considerando los caracteres morfológicos), secuencian los atributos físicos de los arpones. Primero las transformaciones de la pieza según la extremidad distal (d), parte mesial (m) y la extremidad proximal (p), en cuatro apartados: ■ sin trabajar, ★ regularizado, * fabricado y ● acabado, finalizado con los rasgos últimos del «Arpón del Aziliense Reciente». Bajo las líneas secuenciales aparece el «Grado de Transformación Técnico» (GTT) (STORDEUR 1978): sin modificar (s.m.), una operación, corte y elaboración, extremidad y fuste, distal – mesial – proximal y trabajado. Y agrupando los números de las piezas el «Grado de Transformación Morfoanatómica» (GTM) (DIEZ 1984) en tres bloques: no modificado (n.m.), modificación primaria y modificación reconocible.



GRUTA DO ESCOURAL - A NECRÓPOLE NEOLÍTICA

por

Ana Cristina Araújo *, Ana Isabel Santos ** e Nicolas Cauwe ***

Resumo: Dá-se a conhecer o estudo realizado sobre o espólio arqueológico exumado durante os anos 60 nesta importante necrópole neolítica de gruta.

A prática de diferentes rituais de enterramento, alguns dos quais reproduzidos nas plantas e levantamentos realizados em 1963, permitem esboçar um 1º modelo da organização do espaço sepulcral no interior da cavidade. São reconhecíveis, no entanto, importantes perturbações de natureza pós-deposicional, quer na distribuição horizontal, quer na distribuição vertical dos achados.

A cronologia absoluta obtida sobre várias amostras recolhidas na cavidade, e o estudo da respectiva cultura material, permitem estabelecer paralelos com outros contextos arqueológicos considerados cronologicamente contemporâneos.

Palavras-chave: Neolítico. Necrópole. Ritual de enterramento.

INTRODUÇÃO - O SÍTIO

A Gruta do Escoural protagonizou, porventura, a mais importante descoberta arqueológica dos anos sessenta em Portugal. A este facto não era alheia a presença de pinturas e gravuras paleolíticas detectadas no seu interior, presença tanto mais significativa quanto a sua ocorrência era até então única em território português.

Administrativamente, situa-se no concelho de Montemor-o-Novo, freguesia de Santiago do Escoural, lugar da Herdade da Sala, e apresenta as seguintes coordenadas geográficas Gauss (folha 458 dos Serviços Cartográficos do Exército - 1971- Esc. 1/25000):

M - 199600

P - 175100

Altitude - 370

* Departamento de Arqueologia do IPPAR (Lisboa).

** Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa).

*** Institut Royal des Sciences Naturelles (Bruxelas).

A localização desta gruta no interior de uma região onde predominam os grandes afloramentos graníticos, que aliás foram excelentemente utilizados na arquitectura funerária megalítica pelas populações agro-pastoris que ali floresceram entre o Neolítico Médio e o Calcolítico, constitui um aspecto excepcional numa paisagem onde não é comum este tipo de formação geológica. A cavidade abre-se num afloramento de calcários cristalinos de época câmbria, muito metamorfizados, incrustados num maciço cristalofílico dominado por gneisses, localizado no extremo SE da Serra de Monfurado. Actualmente, o acesso ao interior faz-se através de uma entrada artificial situada a norte da rede cársica, aberta em 1963 por um tiro de pedreira, quando se procedia a trabalhos de exploração de mármore. Este acontecimento ocasional levou à identificação de uma importante necrópole, excelentemente conservada graças à deposição de uma espessa camada de calcite que preservou uma grande parte da superfície da gruta, mantendo em conexão alguns dos restos antropológicos e os espólios votivos a eles associados.

As escavações arqueológicas iniciaram-se ainda nesse ano, depois dos primeiros trabalhos de levantamento topográfico e da remoção dos materiais que se encontravam à superfície. A responsabilidade desta intervenção foi cometida ao Museu Nacional de Arqueologia (M.N.A.), que solicitou a Manuel Farinha dos Santos a direcção dos trabalhos de campo, que se prolongariam até 1971. O reconhecimento oficial da importância desta jazida arqueológica culminou com a sua classificação como Monumento Nacional através do Decreto Nº 45327 de 25 de Outubro desse mesmo ano.

Os espólios exumados ao longo dos sucessivos anos de escavações arqueológicas efectuadas no local não foram até ao momento objecto de inventário, análise e estudo sistemáticos, encontrando-se, a maioria, em depósito nas reservas do M.N.A.

A importância deste notável conjunto arqueológico justificou que em 1989 se iniciasse um novo projecto da responsabilidade do então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul e da Universidade de Liège (Bélgica). Este projecto visava fundamentalmente estudar o espólio arqueológico exumado nas antigas escavações, e determinar as suas condições de jazida através da realização de pequenas sondagens pontuais em locais previamente escolhidos, procurando simultaneamente detectar vestígios de outras eventuais ocupações ainda desconhecidas. Este projecto incluía ainda um programa de valorização, conservação e musealização de todo o conjunto arqueológico do Escoural.

O presente trabalho é essencialmente dedicado ao estudo do espólio neolítico proveniente das escavações realizadas entre 1963 e 1968, cujos materiais se encontram depositados no M.N.A., no Museu de Montemor e no Museu de Évora.

I. DESCRIÇÃO DA CAVIDADE

A Gruta do Escoural apresenta uma rede de galerias labirínticas (Est. I, Fig. 1), dispostas segundo um eixo principal de orientação NW - SE, construídas a partir do alargamento de fissuras entrecruzadas, distribuídas por dois andares principais. As paredes são de um modo geral lisas, denotando um tipo de formação em “regime inundado”, sendo os fenómenos de concreção litoquímica constituídos essencialmente por crostas.

São conhecidas diversas entradas. A principal, por onde se faz actualmente o acesso ao interior da cavidade, situa-se no extremo NW, e foi, tal como já referimos, posta a descoberto em 1963. Apesar de ser considerado um acesso artificial, a disposição e inclinação dos sedimentos nesta zona fazem-nos colocar seriamente a possibilidade da existência de uma antiga entrada precisamente neste local. A reforçar esta hipótese, refira-se a presença de uma chaminé, parcialmente cortada pelo tiro de pedreira que levou à descoberta da gruta, justamente no topo da actual porta de entrada. Por outro lado, é precisamente neste sector da gruta, sala de entrada e galerias adjacentes, que se encontram a maior parte dos depósitos arqueológicos, nomeadamente os vestígios da grande necrópole neolítica. Apesar do estudo antropológico se encontrar ainda em curso, é possível adiantar que a deposição dos corpos seria inicialmente feito à superfície; a gestão de um espaço funerário deste tipo requer, supostamente, uma entrada e acessos relativamente amplos. Estes requisitos só se verificam nesta zona da gruta. Com efeito, as restantes entradas actualmente conhecidas são estreitas e bastante sinuosas. Uma segunda entrada, situada precisamente no lado oposto da cavidade, encontra-se virada a SE, e apresenta um acesso extremamente difícil. As galerias que a partir daqui conduzem à área central da necrópole são muito estreitas e baixas, sendo por vezes necessário rastejar para passar de uma galeria a outra, já que o chão rochoso aflora, em muitos locais, à superfície. Torna-se deste modo extremamente difícil imaginar a utilização deste percurso para no fundo da cavidade se depositarem os mortos. Esta segunda entrada foi posta a descoberto a partir do exterior, em consequência da remoção dos sedimentos que a obstruíam, feita no decurso dos trabalhos arqueológicos que aqui tiveram lugar em 1965 e 1966, na altura em que foi escavada uma sepultura cuja atribuição cronológica está ainda por esclarecer.

A terceira entrada conhecida encontra-se sensivelmente a 20 metros para SE da segunda entrada, mas a uma cota inferior. A galeria que dá acesso ao interior da cavidade não apresenta mais de meio metro de altura, sendo necessário rastejar ao longo de todo o percurso que conduz ao sector norte da gruta correspondente ao espaço ocupado pela necrópole. Como vestígios arqueológicos, foram apenas recolhidos fragmentos osteológicos de fauna muito antiga, sobretudo hiena e cavalo, por

vezes muito brechificada, e alguns quartzos talhados semelhantes aos encontrados nas sondagens efectuadas entre 1990 e 1992 na Gal. 18, mas para ali transportados pela acção das águas e pela gravidade.

A planta da cavidade que se apresenta na Fig. 1, da responsabilidade de Phillipe Lacroix (Universidade de Liège), é o documento mais recente e mais completo da complexa rede de galerias que constituem a cavidade. Em 1963, foi realizada uma primeira planta muito esquemática da gruta, onde apenas foram implantadas a Sala A e três galerias às quais se atribuíram os números 1, 2 e 3; em 1967, Manuel Farinha dos Santos apresenta um plano parcial de duas novas galerias, denominando-as, igualmente, pelos números 2 e 3; em 1980, já em parceria com Mário Varela Gomes e Jorge Pinho Monteiro, é publicada uma planta mais completa da cavidade. Para evitar confusões e sobretudo imprecisões na análise, será utilizada ao longo deste trabalho a planta da Fig. 1; a diferenciação das galerias far-se-á, do mesmo modo, segundo a numeração aí apresentada.

II. SITUAÇÃO DO ESPÓLIO DAS ANTIGAS ESCAVAÇÕES

Os materiais, na ordem dos milhares de peças, encontram-se na maioria inéditos, tendo sido apenas sumariamente inventariados. Como já foi anteriormente referido (Silva et al 1991), a primeira fase de trabalho, já ao abrigo do novo projecto, consistiu, fundamentalmente, na reorganização do espólio e de toda a documentação existente. Esta reorganização permitiu reconhecer as metodologias utilizadas nas várias fases de trabalhos de escavação, principalmente no que diz respeito à distribuição espacial e estratigráfica de uma parte significativa dos achados. Contudo, o facto de estarmos perante uma colecção já parcialmente desmantelada pelas sucessivas tentativas de tratamento e análise, fez com que se perdessem irremediavelmente muitas das informações a ela respeitantes. Por outro lado, a impossibilidade de acesso aos cadernos de campo dificultou, e em muitos casos impossibilitou, a tarefa de tornar inteligíveis as várias e diversificadas informações contidas nas etiquetas que acompanhavam as peças. Para além dos problemas de correspondência entre os talhões de 1963 e 1964 referenciados na sala 1, subsistem outros, nomeadamente no que diz respeito às numerações atribuídas às diferentes galerias durante os anos em que foram realizados trabalhos arqueológicos nesta gruta. Não sendo possível controlar, com base nas informações actualmente disponíveis, o ano (ou anos) em que se procedeu a esta renumeração, não se poderão associar entre si alguns dos materiais exumados nas diferentes campanhas de trabalho. Esta tentativa de reconstruir todo um processo de escavação a partir única e exclusivamente de

alguns levantamentos e plantas realizados em 1963, e das informações codificadas que acompanhavam os materiais, é problemática e comporta naturalmente muitas imprecisões e riscos. No entanto, foi mesmo assim possível entender, na sua globalidade, o tipo e natureza das ocupações humanas presentes nesta jazida arqueológica, através do estudo dos materiais que apresentavam indicações de proveniência espacial e estratigráfica seguras e da análise da documentação produzida em 1963.

III. PUBLICAÇÕES PRODUZIDAS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os trinta anos passados sobre a descoberta deste sítio, e as cerca de uma dezena de publicações científicas parcelares produzidas, não forneceram a tão esperada síntese que explicasse globalmente o tipo e natureza das ocupações humanas ali ocorridas. Com efeito, os materiais nunca foram objecto de estudo e publicação sistemáticos, salvo em casos excepcionais, como por exemplo o contexto cardial (Santos, 1971), muito sumariamente descrito, e uma parte significativa da arte rupestre (Santos et al, 1980). O estudo mais importante relativo à necrópole prende-se com a análise antropológica dos restos humanos (Isidoro, 1981). Infelizmente, a análise incidiu exclusivamente na procura de índices osteométricos, obtidos a partir dos ossos inteiros, sendo excluídos os inúmeros fragmentos cujas características anatómicas e grau de conservação não eram considerados suficientemente representativos.

Num artigo publicado em 1985, M. F. dos Santos propõe uma sequência de ocupação no interior da gruta que se iniciaria num momento anterior ao da sua utilização como santuário rupestre do Paleolítico Superior e se prolongaria pelo Neolítico Antigo, atingindo, no entanto, a sua maior expressão no Neolítico Médio.

A exemplificar este esquema apresenta para a fase mais antiga de ocupação um conjunto de achados constituídos por “esferóides”, bem como alguma fauna fossilizada plistocénica, esta última exumada nos níveis mais profundos da sequência estratigráfica. Refere ainda a existência de uma indústria “leptolítica”, numa galeria “localizada junto à entrada primitiva da gruta”, sem contudo lhe precisar a natureza tipológica e cronológica. A presença de dois fragmentos de folhas de loureiro encontrados na grande sala da entrada, levariam este mesmo autor a propôr uma cronologia solutrense para a arte parietal do Escoural.

A descoberta de alguns fragmentos de cerâmica com decoração cardial, “associada a micrólitos”, permitiram a este mesmo autor identificar no interior da gruta um horizonte de ocupação do Neolítico Antigo.

No entanto, a grande uniformidade e coerência do espólio recolhido,

sobretudo no que respeita à cerâmica, caracterizada essencialmente por formas esféricas e lisas, onde sobressaem alguns revestimentos de tipo “almagrado”, associada a machados e enxós de pedra polida, lâminas de sílex e furadores em osso, levaram Farinha dos Santos a considerar que a necrópole dataria sobretudo do Neolítico Médio. A este facto não é alheio todo o trabalho desenvolvido anteriormente naquela região pelo casal Leisner e por Manuel Heleno, nomeadamente na prospecção e escavação de centenas de monumentos megalíticos, que lhes permitiu esboçar um quadro da evolução cronológico-cultural das comunidades humanas agro-pastoris que ali se estabeleceram a partir do Neolítico. No que respeita à organização do espaço sepulcral, Farinha dos Santos refere muito sumariamente a prática de rituais diversos, não adiantando contudo dados mais concretos sobre este assunto.

Recentemente é proposta uma nova sequência de ocupação no interior da cavidade (Santos et al, 1991). Esta sequência é obtida a partir do estudo tipológico de duas peças exumadas na cavidade, que se encontram depositadas no Museu dos Amigos de Montemor. A análise destes dois artefactos, “um alfinete” e um “ídolo falange”, levam estes mesmos autores a considerar a existência de uma ocupação da cavidade durante o Neolítico final e o Calcolítico, dando deste modo continuidade à necrópole do Neolítico Médio aí existente.

IV. PROBLEMAS DE NATUREZA ESPACIAL E ESTRATIGRÁFICA

Parecem existir duas áreas bem distintas no interior da cavidade: a zona da entrada actual, no sector norte da rede cársica, onde se situam a sala 1 e as galerias imediatamente adjacentes, corresponde grosso modo ao espaço ocupado pela necrópole neolítica e pelo “santuário” rupestre do Paleolítico Superior; o sector sul, nas galerias situadas junto a uma antiga entrada virada a SE, apresentam sobretudo vestígios de preenchimentos resultantes da acumulação de depósitos provenientes de ocupações do Paleolítico Médio, do Neolítico Antigo e do Calcolítico que tiveram lugar no exterior da cavidade.

Este amplo espaço parece ter sido assim sucessivamente reaproveitado por grupos humanos que, em momentos distintos e com motivações diferentes, aqui deixaram testemunhos importantes do seu comportamento.

Apesar de terem sido realizadas escavações pontuais em vários sectores do interior e exterior da cavidade no sentido de melhor conhecer as condições de jazida dos materiais exumados nos antigos trabalhos, não é naturalmente possível controlar, a posteriori, toda a gama de problemas que se deparam no próprio momento da escavação e que só aí podem ser detectados e isolados. Com efeito, certas modificações das posições e associações originais dos arte-

factos, resultantes de perturbações de natureza pós-deposicional, quer de origem antrópica quer derivadas da acção dos pequenos carnívoros, são extremamente difíceis, se não mesmo impossíveis, de reconhecer em gabinete.

Distribuição espacial dos achados

Na altura da sua descoberta, uma parte significativa da superfície da cavidade encontrava-se coberta por uma espessa camada de calcite. Este fenómeno, sendo posterior à última utilização da gruta como necrópole, em muito contribuiu para que se mantivessem em conexão alguns dos restos humanos aí depositados, bem como os espólios a eles associados. A sala 1 e as galerias 6, 11 e 7, que correspondem à área central da necrópole, apresentavam, à superfície, grupos ou associações de artefactos como já aludimos anteriormente. As plantas da superfície realizadas nessa altura retratam em parte o estado em que se encontravam os diversos contextos funerários. Se em alguns casos as respectivas estruturas não parecem ter sofrido deslocações significativas das suas posições originais, noutros, mais numerosos, é bem visível o grau de destruição sofrido. Na sala 3 também foram exumados os restos de pelo menos dois indivíduos, cujos ossos se encontravam aparentemente concentrados numa área restrita do talhão 6.

A análise da distribuição espacial do espólio funerário - cerâmica, indústria lítica e óssea, adornos e outros objectos votivos - apresenta padrões de distribuição muito uniformes. A sala 1 apresenta-se, neste aspecto, como local privilegiado. Apesar de existirem dúvidas quanto à localização de algumas das galerias, é notório que a grande concentração dos artefactos votivos se verifica na sala de entrada e nas galerias que com ela comunicam. Uma parte significativa do espólio cerâmico, nomeadamente os recipientes que se encontram inteiros, foram igualmente recolhidos neste sector da cavidade. No entanto, colagens efectuadas entre inúmeros fragmentos pertencentes a um mesmo recipiente, exumados em diferentes grupos da sala 1, cuja localização precisa é por enquanto desconhecida, mostram a existência de deslocações, não sendo possível avaliar, no entanto, o grau de dispersão efectivamente sofrido. Num tipo de jazida arqueológica como a que estamos a tratar, uma necrópole de gruta, são inúmeros os factores que intervêm nas modificações da "ordem original". Aos processos de degradação naturais (actividade dos pequenos carnívoros, alterações químicas provocadas pelo tempo), juntam-se outro tipo de variáveis, desta vez ligadas à própria estruturação do espaço funerário, por forma a tornar a "área sepulcral" existente mais rentável em termos do espaço disponível. Neste caso, a remoção das ossadas para a instalação de novas sepulturas provoca naturais misturas e conduz inevitavelmente a modificações na estrutura de

disposição original dos vestígios. Deste modo só as observações feitas “in situ” permitem separar aquilo que resulta de uma opção deliberada, do que é provocado por fenómenos contingentes e circunstanciais.

Se foi possível avançar com algumas observações de carácter espacial em relação ao espólio que se encontrava à superfície coberto por calclite, não nos é possível de forma alguma avaliar este mesmo aspecto em relação aos materiais que se encontravam nos níveis subjacentes. Com efeito, a inexistência de plantas para os anos de escavação posteriores a 63, e sobretudo o desconhecimento da localização de algumas das galerias entretanto escavadas (não esquecendo as confusões de numeração a que anteriormente aludimos), tornam extramamente difícil este tipo de análise. A cerâmica cardial identificada, apresenta-se dispersa (ver capítulo respeitante ao contexto cardial) e não é possível saber o tipo e natureza de ocupação (funerária?) a que se encontrava associada. Os materiais paleolíticos, mais concretamente do Paleolítico Superior, parecem ter sido encontrados na zona correspondente à área ocupada pela necrópole e pelo santuário rupestre. No entanto, a exiguidade da amostra, e sobretudo as imprecisões nos registos de escavação a partir de 1964, não permitem avaliar o tipo de distribuição espacial e muito menos entrar em considerações de natureza tafonómica.

Estratigrafia observada e sua crítica

A forma como os materiais se encontravam distribuídos em profundidade apresenta-se, igualmente, problemática. A partir da análise da documentação produzida em 1963 e 1964, é possível tecer algumas considerações sobre a estratigrafia encontrada na Sala 1. Desta documentação faz parte um conjunto de perfis estratigráficos associados a algumas observações de carácter sedimentológico. Foram deste modo definidas três camadas distintas, com espessuras variáveis consoante a maior ou menor potência estratigráfica das áreas sondadas. A sequência pode ser descrita da seguinte forma:

- Superfície** – placa estalagmítica;
- 1ª camada** – “terra preta”, varia entre os 10 e 20 cm, com bolsas de cinzas a que o escavador chama “cinzeiros”;
- 2ª camada** – “terra amarelada”, de maior potência sedimentar, entre 30 a 60 cm, atingindo no entanto na secção d, os 2,50 metros;
- 3ª camada** – “terra amarela clara”, por vezes denominada de “piçarreira”, que assenta sobre a “rocha natural”. Esta aflora a diferentes profundidades, conforme se pode depreender do seguinte quadro (profundidades tiradas no meio das secções):

QUADRO 1

Profundidades atingidas nas Secções (Quadrados) a a g da Sala 1

	Sec. a	Sec. b	Sec. c	Sec. d	Sec. e	Sec. f	Sec. g
Perfil E	80 cm	90 cm	130 cm	35 cm	90 cm	50 cm	230 cm
Perfil E	80 cm	50 cm	(1)	40 cm	60 cm	80 cm	250 cm

(1) - Na secção c, a rocha aflora à superfície.

São referidas, por vezes, lentículas de “terra esbranquiçada” na transição da 2ª para a 3ª camada, e fragmentos de placa estalagmítica no topo da 3ª camada.

A sala 1 não foi contudo totalmente escavada. Como se pode verificar ainda no local, em muitos dos quadrados (“secções”), foram retiradas apenas a placa estalagmítica superficial, e as 1ª e 2ª camadas. Os perfis E e W anteriormente referidos, correspondem a uma fileira de quadrados (secções a a g), dispostos segundo um eixo de orientação Norte-Sul, localizado próximo da parede W da referida Sala .

Sob o ponto de vista arqueológico, os materiais neolíticos encontram-se quase exclusivamente associados à placa estalagmítica superficial e à 1ª camada (a segunda é arqueologicamente bastante mais pobre). A 3ª camada é aparentemente estéril do ponto de vista arqueológico, pelo menos a avaliar pelos materiais aqui exumados, constituídos apenas por fauna (sobretudo ossos de coelho), e corresponde a um preenchimento plistocénico. Uma sondagem realizada em 1989 na sala 1, situada por baixo da entrada actual, aproveitando parte de um corte-testemunho deixado pelas antigas escavações, revelou-se quase estéril, à excepção da placa estalagmítica superior, correspondente à superfície actual da gruta. Envolvidos pela calcite, encontravam-se materiais absolutamente comparáveis aos artefactos recolhidos à superfície e na 1ª camada das antigas escavações. As camadas inferiores, estéreis, à excepção da camada imediatamente subjacente à placa estalagmítica que continha ainda alguns materiais arqueológicos, encontravam-se fortemente perturbadas pela presença de grandes tocas. Os sedimentos apresentavam-se inclinados para o interior da cavidade.

Em relação às restantes galerias, apesar de não existir qualquer documentação sobre a estratigrafia detectada, é possível verificar, da observação feita in situ, que as Galerias 6 e 11 continham uma potência sedimentar bastante reduzida, por vezes com o chão rochoso a aflorar praticamente à superfície. Os materiais arqueológicos aqui exumados, e isolados por grupos, como anteriormente referimos, encontravam-se embalados na placa estalagmítica. Os sedimentos subjacentes, praticamente estéreis, estão contidos em bolsas ou entre as fissuras

resultantes do afunilamento das paredes, ou no contacto entre a parede e o chão rochoso. Estas duas galerias foram completamente esvaziadas. Na galeria 7, no entanto, apenas foi escavada a placa estalagmítica superficial.

Na Sala 3, o contexto sepulcral aqui identificado encontra-se em níveis mais profundos do preenchimento, contrariamente ao que se verifica nos restantes sectores da cavidade. Este facto poderá estar relacionado com um tipo de estrutura funerária diferente, como se verá adiante.

A galeria 1 apresenta ainda conservado um corte estratigráfico com cerca de três metros de profundidade sobre o qual se podem tecer algumas observações. Foram aqui diferenciadas 4 camadas com espessuras variáveis. Na transição da 2ª para a 3ª camada, e a cerca de 50 cm abaixo da placa estalagmítica superficial, é visível uma segunda placa. Na recente sondagem efectuada na Sala 1, de que falamos atrás, foram igualmente detectados, sensivelmente à mesma cota, fragmentos de placa estalagmítica, dispostos de forma aparentemente descontínua na transição da camada 2 para a camada 3. Sob o ponto de vista arqueológico, o espólio neolítico exumado na galeria 1 encontra-se associado aos primeiros níveis do preenchimento, até ao nível 80-90 cm. Os depósitos inferiores contêm sobretudo restos de fauna plistocénica e alguma indústria lítica de idade plistocénica. A forte inclinação do chão desta galeria fez com que os primeiros sedimentos transportados para o interior da cavidade se tenham vindo aqui acumular, pela acção da gravidade. Isto mesmo se pode igualmente constatar em relação à galeria 3 e 3 bis, cujo chão inclina bruscamente na vertical. Não é de excluir a hipótese de alguns dos materiais arqueológicos recolhidos nestes sectores da gruta terem sido para aqui arrastados dado o forte desnível existente.

V. O NEOLÍTICO ANTIGO

V.1. O Contexto Cardial

A descoberta de fragmentos de cerâmica com decoração cardial em 1963 tinha sido já anteriormente assinalada por Manuel Farinha dos Santos (Santos, 1971). Segundo este autor, estas cerâmicas encontravam-se associadas a micrólitos, e tinham sido exumados “numa pequena área da camada da Sala 1, que prolongava a necrópole de deposição existente à superfície”. A identificação deste conjunto de cerâmicas não foi contudo acompanhada por uma descrição mais promonorizada do seu contexto. No inventário por nós realizado foi possível isolar os seguintes fragmentos, bem como a sua proveniência espacial e estratigráfica:

QUADRO 2

Distribuição espacial e estratigráfica da cerâmica
cardial no interior da cavidade

	Santos	Planta 1992	Talhão/Secção	Camada/Nível	Ano
Bordo, bojo e asa	Gal. 2	Gal. 8 (?)	Talhão 10	1ª camada	1968
Bordo, bojo e asa	Gal. 5	Gal. 9 (?)	Talhão 5	1ª camada	1968
Bordo	Sala A	Sala 1	—	—	1963
Bordo	Sala A	Sala 1	Secção T	2ª camada (10-15 cm)	1963
Bojo	Sala A	Sala 1	Secção B	1ª camada	1963
Bojo	Sala A	Sala 1	Secção O	1ª camada	1963
Bojo	Sala A	Sala 1	Secção T	2ª camada (10-15 cm)	1963
Bojo	Sala A	Sala 1	Secção T	2ª camada (10-15 cm)	1963
Bordo	Sala A	Sala 1	Secção B	1ª camada	1963

Como se pode verificar pelo quadro respectivo, a cerâmica cardial não se encontrava localizada, como aparentemente se depreende do artigo anteriormente referido, numa área restrita da sala A, mas espalhada por diferentes secções desta mesma sala, algumas das quais bastante afastadas entre si, e nas galerias às quais se atribuíram os números 2 e 5 cuja localização no interior da cavidade não é segura. Segundo informações do guarda da gruta, que acompanhou os trabalhos de escavação desde o início, estas galerias correspondem às galerias 8 e 9 da nossa planta. A sua associação a micrólitos é porém discutível, já que foi possível isolar em diferentes sectores da cavidade este mesmo tipo de artefactos, mas em estreita associação com o restante espólio neolítico não cardial. Isto não significa que a ocupação do Neolítico Antigo, para além das cerâmicas a que já aludimos, não tivesse fornecido micrólitos geométricos, mas sim que eles não são exclusivos desta mesma ocupação.

Apesar de existirem algumas diferenças entre si, todos os fragmentos cardiais exumados na gruta apresentam globalmente as mesmas características, quer ao nível da decoração, quer ao nível das pastas e superfícies (Est. II, Fig.1). A decoração é constituída por linhas de impressões paralelas ao bordo, descontínuas, mais ou menos espaçadas entre si conforme os fragmentos. As pegas, de perfuração vertical, apresentam este mesmo tipo de decoração, acrescida, na sua parte inferior, de um outro conjunto de linhas, desta vez dispostas na vertical. As pastas são grosseiras, estratificadas (negras no interior e vermelho/alaranjado no exterior) e apresentam elementos não plásticos de grão médio e grosso, sobretudo quartzos. As superfícies são rugosas e apresentam-se, na maioria, em muito mau estado de conservação.

Os fragmentos parecem assim pertencer a um mesmo vaso esférico alto de boca circular. As diferenças existentes entre alguns dos cacos, sobretudo no que

diz respeito à coloração, estão relacionadas com as diferentes condições de jazida a que estiveram sujeitos. Com efeito, os fragmentos exumados na sala A apresentam as superfícies mais deterioradas e mais alaranjadas do que os restantes. Por outro lado, apesar de ao nível da decoração se notarem algumas diferenças entre os vários fragmentos, apresentando alguns as linhas de impressões mais espaçadas do que outros, isso deve-se à forma como a própria decoração se encontra estruturada, com uma maior densidade de linhas junto às asas, tornando-se mais espaçadas à medida que se afastam destas.

A presença de cerâmica com decoração cardial é o único elemento indicador da existência de uma ocupação do Neolítico Antigo no interior da gruta. Não é possível, com os dados actualmente disponíveis, avançar com interpretações de carácter tipológico e funcional. A forma como estes materiais se distribuem em profundidade é problemática, com fragmentos exumados quer na camada 1 quer na camada 2, e aparentemente em associação com o restante espólio neolítico. Evidentemente que modificações de natureza pós-deposicional poderão estar na origem da dispersão vertical e horizontal destes artefactos, sendo actualmente muito difícil encontrar outro espólio (lítico? antropológico?) que lhe podesse estar eventualmente associado.

Resta apenas referir que a presença de fragmentos com este tipo de decoração faz desta cavidade o ponto mais interior do País onde foram até ao momento assinaladas este tipo de cerâmicas.

V.2. O Contexto das Cerâmicas Impressas

Foram identificados dois conjuntos distintos de cerâmicas impressas, os quais claramente se diferenciam das restantes cerâmicas exumadas nesta cavidade, caracterizadas quase exclusivamente pela presença de formas lisas. Estes conjuntos correspondem, aparentemente, a dois vasos diferentes. Este tipo de decoração está tradicionalmente associada a contextos do Neolítico Antigo Evoluído, com datas que oscilam entre 5500 e 6000 BP.

Um primeiro conjunto apresenta uma decoração constituída por cordões plásticos que se desenvolvem obliquamente em relação ao bordo, e convergindo junto à pega. Os cordões encontram-se decorados por impressões transversais relativamente profundas. No espólio das antigas colecções do Escoural foram identificados 8 fragmentos com este tipo de decoração, exumados nos seguintes sectores do interior e exterior da cavidade:

QUADRO 3

Distribuição espacial e estratigráfica das cerâmicas impressas

	Santos	Planta 1992	Talhão	Nível	Ano
Bojo	Sala C.1	Sala 2	T. 13	60-70 cm	1966
Bojo	S.C. II	Exterior	T. 1/65	120-13 cm	1965
Bojo	S.C. II	Exterior	T. 1/65	120-130 cm	1965
Bojo	S.C. II	Exterior	T.1/65	230-240 cm	1965
Bordo e pega	Exterior	Exterior	—	—	1965
Bojo	g. 1/65	Exterior	—	80-90 cm	1965
Bojo e bojo	Gal. 1	Gal. 1	T. 11	—	1966
Bojo	Gal. 1	Gal. 1	T. 9	0-10 cm	196

Como se pode verificar, a maioria provem do exterior da cavidade ou das galerias situadas junto à entrada SE da gruta. Com efeito, apenas dois fragmentos apresentam indicações de proveniência referidas ao interior (galeria 1), justamente no extremo oposto da gruta, o que nos coloca sérias dúvidas quanto à exactidão das indicações contidas nas etiquetas que acompanhavam estas mesmas peças. A reforçar esta desconfiança está o facto de um dos fragmentos, o bordo da Gal.1, T. 11, colar com um outro fragmento por nós exumado em 1990, quando se procedia a trabalhos de escavação no exterior da cavidade (sondagem 4), aproveitando precisamente um dos cortes aqui deixados pelos antigos trabalhos de Farinha dos Santos. Juntamente com este fragmento de 1990 encontravam-se outros seis, com as mesmas características, o que torna evidente que este recipiente terá sido abandonado no exterior da cavidade e não no interior. Como já referimos anteriormente, esta zona do exterior apresenta preenchimentos resultantes da acumulação de materiais escorridos do povoado calcólítico que se situa no topo do outeiro onde se abre a cavidade; estes materiais depositaram-se sob vestígios de ocupações pré-existentes (do Paleolítico Médio e do Neolítico Antigo Evoluído), penetrando por vezes entre as fissuras de grandes blocos de abatimento, provocando misturas acentuadas nos depósitos. As galerias situadas junto a esta entrada, apresentam nos primeiros níveis do depósito materiais igualmente provenientes do exterior, que aqui se acumularam pela acção da gravidade, entre os quais se conta o fragmento impresso retirado da Sala C.I. Se tivermos em conta as indicações de proveniência estratigráfica expressas nas etiquetas que acompanhavam as peças exumadas em 1965 e 1966, verifica-se que todas elas se encontravam nos níveis inferiores do preenchimento. Sabemos que Farinha dos Santos escavou os restos de um contexto sepulcral neste sector do exterior da cavidade, que se encontrava “por baixo” de um “nível de habitação do Neolítico recente”. As cerâmicas impressas que aqui identificámos, provenientes quer dos antigos quer dos recentes trabalhos de escavação, foram

exumadas nas camadas que se encontravam por baixo destes níveis de ocupação, sendo por isso cronologicamente anteriores.

Aparentemente, todos estes fragmentos pertencem a um mesmo recipiente esférico de boca fechada, de grandes dimensões, de pasta e superfícies muito grosseiras, onde abundam os elementos não plásticos de grão grosso (Est. II, Fig. 2).

Um segundo conjunto de cerâmicas com decoração impressa é constituído apenas por dois fragmentos de uma mesma asa, provenientes do T. 1/65, S.C.II, 120-220 cm, ou seja, do exterior da cavidade, igualmente junto à entrada virada a SE. Neste mesmo local foi por nós exumado, em 1990, um fragmento com as mesmas características, pertencente muito provavelmente ao mesmo recipiente. Trata-se de um vaso esférico de pasta sub-compacta, de superfícies mais bem cuidadas, com duas asas de perfuração horizontal. A decoração é constituída por pequenas impressões oblíquas mas profundas, que se organizam em torno da asa (Est. II, Fig. 3).

VI. A NECRÓPOLE DO NEOLÍTICO FINAL

VI. 1. Rituais Funerários

O interior da Gruta do Escoural apresenta-se como uma grande necrópole do Neolítico recente, caracterizada por uma grande homogeneidade na cultura material. Durante os trabalhos arqueológicos que aqui tiveram lugar foram identificados diferentes tipos de depósitos funerários: «deposição dos esqueletos à superfície», «inumação de crânios num nicho entaipado», «inumação em fossa», e «acumulação desordenada de ossos e vasos em montículos» (Santos 1971 e 1985).

A avaliação destas informações apenas pode ser feita com base nas indicações de proveniência dos artefactos e na análise das plantas e levantamentos realizados em 1963, os quais fornecem um retrato parcial do que seria a superfície da gruta no momento da sua descoberta. Com efeito, não há, por um lado, quaisquer registos das associações entre ossos e artefactos; e, por outro lado, as próprias ossadas exumadas em diferentes sectores da Sala 1 e das galerias adjacentes conservadas nas reservas do M.N.A., encontram-se totalmente misturadas, com excepção dos crânios e dos ossos longos completos, que estão marcados com as respectivas indicações de proveniência. O restante espólio antropológico encontra-se amontoado em sacos, no interior dos quais se conservam as respectivas etiquetas originais. Deste modo, embora seja possível afirmar que o conjunto de ossos de cada saco é proveniente das unidades de escavação

referenciadas nas etiquetas, é impossível realizar a atribuição de cada osso a uma das etiquetas, e portanto impossível a determinação de proveniências individuais precisas, tornando inviável a análise da organização espacial dos restos humanos. De qualquer modo, deve referir-se que a esmagadora maioria das etiquetas originais se refere a proveniências situadas no interior da Sala 1.

A análise das plantas de 1963 e das placas estalagmíticas removidas da gruta permite confirmar a existência de deposições primárias: os cadáveres eram transportados para o interior da cavidade e depositados sobre o chão, acompanhados das respectivas oferendas funerárias. Como exemplo deste tipo de situação, refira-se uma grande placa estalagmítica recolhida na sala 1 (em exibição na Galeria de Exposição Permanente do M.N.A.), a qual contem os restos de dois indivíduos em posição fetal, virados um para o outro, no meio dos quais, à altura das cabeças, foram depositados dois vasos cerâmicos. É ainda reconhecível um maxilar humano e dois outros pequenos vasos, sendo impossível detectar a presença de outro espólio dada a espessa camada de calcite que envolve estes restos.

Em relação à presença de um nicho entaipado com crânios sem espólio arqueológico associado, não existe qualquer outra documentação que forneça dados adicionais. No entanto, segundo informações do guarda da gruta, o referido nicho encontrava-se localizado na sala 1, e o número de crânios aí depositados era de 5 ou 6.

Quanto à «inumação de esqueletos em fossa acompanhados de espólio votivo idêntico ao que acompanhava as deposições de esqueletos à superfície», ela não está documentada, no interior da gruta, em nenhuma das plantas existentes no M.N.A. A análise da distribuição em profundidade do espólio da sala 3 indica porém que estruturas desse tipo poderão efectivamente ter aí existido. Com efeito, é esta a única zona da gruta em que a grande maioria do espólio provem de níveis profundos (entre 30 e 60 cm) e não da superfície. A análise destes restos, que se encontravam essencialmente concentrados no talhão 6, parece apontar para a presença de dois indivíduos, associados a ocre e a artefactos votivos similares aos encontrados nas deposições da sala A1 e galerias adjacentes.

Em relação à «acumulação desordenada de ossos e vasos em montículos», existe um conjunto de plantas referentes às galerias 6, 7 e 11 que retratam contextos funerários parcial ou totalmente destruídos. Se em algumas das situações, como é o caso do grupo 18 da galeria 7 (Est. III, Fig.1) e do grupo 15 da galeria 11 (Est. IV, Fig.1), é ainda possível avançar para a hipótese de se estar em presença de vestígios da deposição de um indivíduo, nos restantes casos é praticamente impossível avançar com interpretações mais precisas dado o estado de perturbação dos restos. No entanto, não é de excluir a hipótese de

poder ter havido práticas de remoção ou arrumação intencional de ossadas: nalguns casos, como no grupo 14 da galeria 11 (Est. V, Fig.1), é com efeito observável uma grande concentração de ossos de uma determinada categoria anatómica (fêmures e tíbias), praticamente sem espólio funerário associado.

A presença de um conjunto de crânios depositados num nicho entaipado, continua a ser, por enquanto, e dadas as limitações de informação existentes, a única informação que indicia a realização no interior da cavidade de outras práticas funerárias ou rituais que não as da deposição superficial ou inumação em fossa dos cadáveres.

VI. 2. Estudo Tipológico

1. A Cerâmica

Apesar de ter chegado até nós um número considerável de recipientes inteiros, existe uma massa enorme de fragmentos de cerâmica recolhidos na cavidade. As condições de jazida, nomeadamente a deposição do manto estalagmítico, provocaram um desgaste bastante acentuado das superfícies. Muitos dos recipientes foram retirados de espessas placas de calcite, removidas quer durante as escavações quer posteriormente, em laboratório, encontrando-se assim um número significativo de peças mutiladas, com fracturas muito recentes, dificultando deste modo os processos de colagem entre fragmentos. É extremamente difícil proceder actualmente a uma estimativa do número de vasos cerâmicos depositados nesta gruta pelas razões que atrás referimos, e pelo facto de se encontrarem ainda alguns exemplares agarrados aos cortes e em sectores da cavidade que ainda não foram escavados.

Características Gerais

Se considerarmos nesta análise exclusivamente os recipientes inteiros, nota-se que a maioria apresenta as faces interior e exterior tratadas. Este tratamento parece ter fundamentamente consistido na regularização das superfícies, por alisamento, verificando-se, mesmo assim, que os elementos não plásticos utilizados na confecção das pastas são visíveis a olho nú. Um número considerável de fragmentos perdeu as películas superficiais devido quer às condições de jazida, quer à qualidade das próprias pastas. Apenas um grupo muito reduzido de cerâmicas, brilhantes e muito macias, se apresentam aparentemente polidas. Existe igualmente um conjunto, de que fazem parte alguns recipientes inteiros,

que sofreu um tratamento constituído pela aplicação de um engobe ou, mais frequentemente, uma aguada de cor vermelha, geralmente em ambas as faces. Estes exemplares podem ser incluídos dentro das cerâmicas almagradas. Foram inventariados três recipientes esféricos, dois de boca elíptica, dois pequenos esféricos, um hemisférico baixo, e cerca de uma dezena de fragmentos com este tipo de tratamento.

A cor dominante é o castanho-acinzentado, a que se associam frequentemente manchas vermelhas, seguindo-se o castanho alaranjado e por último, em percentagens muito reduzidas, o vermelho. Ao nível das pastas, e em termos muito gerais, não existe no grande conjunto de cerâmicas exumadas nesta gruta uma grande variabilidade de fabricos. A maioria é caracterizada por uma pasta de textura sub-compacta, dominada por elementos não plásticos de grão médio e grosso, maioritariamente quartzos e feldspatos de matriz angulosa. Os recipientes de maiores dimensões apresentam geralmente pastas mais friáveis, por vezes bastante grosseiras. A cozedura homogénea é dominante, existindo apenas um pequeno grupo com pastas estratificadas.

Da análise feita a 161 fragmentos de bordos, número que consideramos bastante reduzido mesmo tendo em conta o facto de não terem sido contabilizados os recipientes inteiros, verifica-se que existe uma grande homogeneidade de tipos. Com efeito, a maioria das peças apresenta o bordo direito (92,5%) e o lábio arredondado (56,5%). Apesar das reduzidas dimensões de muitos destes fragmentos, dos quais é praticamente impossível retirar qualquer tipo de conclusão, verifica-se que as formas fechadas estão em maioria. Outro aspecto interessante a reter é que muitos dos bordos considerados como pertencentes a formas abertas, apresentarem o lábio aplanado. Esta mesma característica foi observada nos recipientes hemisféricos inteiros.

Formas

Foram considerados nesta análise quer os recipientes inteiros, quer fragmentos de outros, constituídos por um ou mais do que um caco, dos quais foi possível retirar elementos conclusivos sobre as respectivas morfologias. Este estudo permitiu reconhecer 5 grandes categorias tipológicas: esféricos, pequenos esféricos, hemisféricos, elípticos e carenados.

Dentro das formas esféricas, contam-se os recipientes de maiores dimensões, a maior parte constituídos por grandes fragmentos, dos quais apenas uma ínfima parte foi possível reconstruir. Tal como foi dito anteriormente, contam-se dentro deste grupo os recipientes que apresentam geralmente pastas muito grosseiras, de textura sub-compacta a friável, cheias de desengordurantes de

grosso calibre e com superfícies bastante danificadas. A maioria foi recolhida na grande sala da entrada, à superfície, e encontravam-se embalados na espessa crosta de calcite. Foram contabilizados 19 recipientes diferentes, dos quais apenas três se encontram inteiros (dois completamente envoltos em calcite), sendo os restantes constituídos por fragmentos que colam entre si. Os diâmetros externos destes vasos oscilam entre 19 e 23 cm. Alguns apresentam-se bastante fechados, tal como se depreende da inclinação das paredes de alguns dos bordos aqui considerados. Contam-se dentro deste caso dois fragmentos de bordo de um grande esférico de boca muito fechada, de pasta compacta e superfícies muito bem tratadas, provavelmente polidas, decorado por três caneluras paralelas ao bordo e apresentando um mamilo alongado com perfuração horizontal. Este recipiente, em forma de saco, pode ser considerado como excepção dentro do conjunto das formas esféricas. Infelizmente, a natureza da amostragem aqui presente não permite tecer considerações mais desenvolvidas, nomeadamente no que diz respeito a dimensões e índices de correlação, dado o facto destes recipientes se apresentarem muito fragmentados e por vezes com formas muito irregulares.

Os pequenos esféricos, num total de 8 recipientes diferentes, dos quais 4 se encontram inteiros, apresentam diâmetros externos que oscilam entre 10 e 12 cm, e alturas entre 8 e 10,5 cm. Estes recipientes distribuem-se quer pela sala 1 quer pelas galerias adjacentes. A maioria apresenta uma pasta de textura sub-compacta e superfícies alisadas de cor castanho escuro-acinzentado com manchas vermelhas e negras. Dois dos recipientes apresentam, um na superfície interior e outro na superfície exterior, vestígios de revestimento almagrado. Apesar de terem sido ainda inventariados bastantes fragmentos pertencentes a recipientes destas dimensões em vários sectores da cavidade, não é no entanto possível proceder a uma estimativa do seu número real.

As formas hemisféricas, algumas das quais poderão ser praticamente consideradas taças, também se encontram bem representadas no interior da cavidade. Infelizmente, muitos destes recipientes apresentam-se fracturados pelo facto de terem sido removidos da placa estalagmítica que os envolvia. Com efeito, dos 16 recipientes inventariados, apenas 4 se encontram inteiros. Em termos de distribuição espacial, estes recipientes foram recolhidos em diferentes grupos das galerias 6, 7 e 11, e na sala 1, a maioria dos quais à superfície.

Os pequenos vasos de boca oval aqui presentes são semelhantes aos encontrados nos inúmeros sepulcros megalíticos da região, e encontram igualmente paralelos na necrópoles de gruta da Estremadura Portuguesa. Estes recipientes encontram-se bastante bem representados, num total de 15 peças diferentes, encontrando-se ainda pelo menos um exemplar inteiro na cavidade, agarrado a um dos cortes da sala 1, junto à parede oeste, e em posição invertida. São

formas abertas, em geral de pequenas dimensões, com o diâmetro maior oscilando entre os 9 e 16 cm. São precisamente as formas elípticas que aparecem em melhor estado de conservação, tendo chegado até nós 14 exemplares praticamente inteiros. Está aqui incluída uma peça bastante sugestiva, quer pelas suas reduzidas dimensões, quer pela sua própria morfologia. Trata-se de um pequeno “barquiforme”, com apenas 3,3 cm de altura, de superfícies muito rugosas de côr alaranjada.

Os recipientes carenados, unicamente constituídos por fragmentos de bordos, apresentam formas abertas hemisféricas, com carenas altas (taças de carena alta), por vezes pouco pronunciadas. Os fragmentos com estas características, num total de 5 recipientes diferentes, foram exumados na sala A, na galeria 1 de 1966 e nas galerias 2 e 10 de 1968, em perfeita associação com o restante material arqueológico. Um dos fragmentos exumados na sala A encontrava-se no grupo 5, à superfície, embalado pelo manto estalagmítico.

Um artefacto com características diferentes, também confeccionado em cerâmica, foi recolhido na cavidade, na sala A, talhão 5, nível 0-10 cm. Trata-se de uma colher, de perfil muito plano e com pega sub-cilíndrica com cerca de 3 cm de comprimento. Apresenta-se parcialmente mutilada e com vestígios de calcite agarrados às superfícies.

2. Indústria Óssea

A indústria óssea existente nesta jazida é quase exclusivamente constituída por peças que apresentam a morfologia da extremidade distal pontiaguda. Apesar de não ser possível determinar com segurança a funcionalidade deste tipo de artefactos, foi adoptada a sua inclusão na categoria dos furadores, tal como é usual na generalidade da bibliografia arqueológica.

Como foi referido anteriormente, em termos de análise espacial, os artefactos aqui considerados obedecem a um padrão de distribuição similar aos restantes materiais arqueológicos recolhidos na cavidade. Num total de 18 peças, a sala 1 e a galeria 1 aparecem em termos de representação numérica em primeiro lugar, com 4 exemplares inventariados em cada uma, seguindo-se a sala 3 e a galeria 7, ambas com dois exemplares. Os restantes furadores aqui recolhidos ou não apresentam indicações de proveniência (contam-se neste caso três peças), ou então desconhece-se a localização exacta das galerias onde foram exumados. Em termos de distribuição vertical, aparecem normalmente associados à 1ª camada ou imediatamente abaixo dela, salvo as duas peças exumadas na sala 3, que aparecem nos níveis 100-110 cm e 140-150 cm respectivamente, e uma das peças da galeria 1, que aparece no nível 70-80 cm.

A maioria dos furadores aqui presentes foi obtida a partir de metápodes de oviceprídeos, fendidos longitudinalmente de modo a eliminar uma parte significativa da face oposta, normalmente a anterior, do osso. São peças geralmente simétricas que apresentam uma grande homogeneidade tipológica e técnica, com paralelos em inúmeros contextos sepulcrais, nomeadamente nas necrópoles de gruta da Estremadura portuguesa. Do conjunto de furadores exumados na Gruta do Escoural, destaca-se o exemplar escavado na Galeria 1, Talhão 10, obtido a partir de metápode de “*Cervus elaphus*” fendido longitudinalmente no sentido antero-posterior, aproveitando precisamente as ranhuras laterais do osso. Trata-se de uma peça muito alongada, aparentemente gravada com incisões, com cerca de 21 cm de comprimento e com o canal medular apagado pelo polimento a que foi sujeita.

Um segundo conjunto de artefactos, igualmente produzidos em osso, será analisado no capítulo respeitante aos objectos de adorno.

3. Indústria de Pedra Polida

A indústria de pedra polida aqui presente foi agrupada em 4 grupos tipológicos distintos: machados, enxós, goivas e diversos. Em termos de distribuição espacial, estes artefactos encontram-se igualmente concentrados na sala A e em torno desta, precisamente na área correspondente ao núcleo central da necrópole. Em termos de distribuição vertical, também é possível verificar que estes objectos foram recolhidos nos níveis superiores do preenchimento sedimentar, correspondentes à 1ª camada, existindo apenas uma peça associada à 2ª camada. É de salientar que muitos destes artefactos foram retirados da espessa camada de calcite que cobria a superfície da gruta, apresentando, deste modo, vestígios de concreções calcíticas agarradas às superfícies.

Os resultados da análise da indústria de pedra polida encontram-se sintetizados no quadro 4.

Os machados, num total de 6 peças, apresentam normalmente a secção espessa, oval, e perfil bi-convexo. Os gumes são geralmente pouco pronunciados e só excepcionalmente apresentam sinais de utilização. O polimento afecta geralmente a zona correspondente ao gume, sendo a restante superfície apenas picotada. Um dos exemplares, fracturado nas duas extremidades, apresenta numa das faces um sulco transversal em relação ao eixo da peça. Este sulco, bastante pronunciado, está relacionado com o tipo de encabamento utilizado.

QUADRO 4

Tipologia da Indústria de Pedra Polida

Tipo	Morfologia	Perfil	Secção	Gume	Dimensões
Machado	rapezoidal	bi-convexo	oval	convexo	9.6 x 5.3 x 3.6
Machado	triangular	aplanado	oval	fracturado	? x 3.1 x 1.4
Machado	rectAngular	bi-convexo	oval	convexo	8.8 x 4.2 x 3.7
Machado	trapezoidal	bi-convexo	rectangular	convexo	11.1 x 4.5 x 4.5
Machado	trapezoidal	bi-convexo	oval	direito	11.9 x 4.9 x 3.8
Machado	trapezoidal	aplanado	oval	fracturado	? x ? x 1.7
Enxó	rectangular	aplanado	oval	convexo	7 x 3.8 x 1.4
Enxó	trapezoidal	aplanado	oval	convexo	9.7 x 5 x 1.8
Enxó	trapezoidal	aplanado	oval	convexo	9.5 x 5.6 x 1.6
Enxó	trapezoidal	convexo	oval	convexo	9.2 x 4.1 x 2
Enxó	trapezoidal	aplanado	rectangular	direito	7.5 x 4.1 x 1.4
Enxó	trapezoidal	aplanado	rectangular	convexo	7.7 x 4 x 1.2
Enxó	trapezoidal	plano-convexo	rectangular	convexo	10.2 x 3.4 x 1.9
Enxó	trapezoidal	aplanado	oval	convexo	9.5 x 4.2 x 1.5
Enxó	trapezoidal	plano-convexo	oval	convexo	16.2 x 5.7 x 2.1
Enxó	triangular	aplanado	rectangular	convexo	10.2 x 5 x 1.5
Goiva	rectangular	—	triangular	direito	12.4 x 2.5 x 2.5
Goiva	rectangular	plano	oval		? x ? 2.2
Goiva	rectangular	plano	oval	direito	9.5 x 3.1 x 2.2

As enxós, com 10 exemplares inventariados, apresentam, contrariamente ao que se verifica com os machados, um perfil aplanado e secções rectangulares e ovais. O polimento é normalmente extensível a toda a superfície, com gumes não utilizados, o que acentua mais o seu carácter marcadamente votivo.

Em ambos os casos, machados e enxós, a morfologia trapezoidal é dominante.

As três goivas recolhidas nesta cavidade apresentam morfologia rectangular e perfis planos.

Dentro da categoria dos diversos, foi incluído um pequeno conjunto de objectos com características específicas:

- Três polidores/alisadores, de morfologia rectangular, perfis planos e flancos laterais bem polidos;

- Uma afiadeira/amoladeira de silhueta bastante irregular, com ambas as superfícies côncavas e polidas. Uma das faces apresenta vestígios de ocre vermelho. Foi topografada e desenhada na altura da sua descoberta, em 1963.

A análise petrográfica realizada sobre alguns dos machados e enxós recolhidos na cavidade parece apontar para uma origem não local das respectivas matérias-primas. O seu estudo será dado a conhecer na monografia final do sítio.

Associado ao espólio exumado nesta cavidade encontram-se alguns seixos naturais, apresentando geralmente formas alongados que, apesar de não evidenciarem qualquer tipo de utilização ou desbaste de natureza antrópica, poderão, no entanto, estar de alguma forma relacionados com o ritual funerário.

4. Indústria de Pedra Lascada

A indústria lítica de pedra lascada exumada na cavidade não apresenta, em termos gerais, uma grande variabilidade morfológica e técnica. Este facto está estreitamente relacionado com a natureza e funcionalidade deste arqueosítio. Com efeito, foram apenas considerados três grandes categorias tipológicas, que passamos a descrever:

Utensilagem laminar

Aparece bastante bem representada no interior da cavidade. As 34 lâminas aqui presentes (5 das quais se poderiam considerar dentro da categoria da lamenlas dadas as suas reduzidas dimensões) apresentam o mesmo modelo de distribuição espacial e estratigráfico verificado nas indústrias de pedra polida e óssea. Refira-se apenas que, mais uma vez, as peças recolhidas na galeria 1 e na sala 3, se encontram em termos de distribuição vertical, em níveis bastante mais profundos (nível 190-200 cm, no caso da peça recolhida na galeria 1 e 120-130 cm no caso de uma das peças exumadas na sala 3). O facto de 14 das peças aqui consideradas não apresentarem qualquer tipo de indicação de proveniência espacial e estratigráfica limita consideravelmente a análise. Em termos tipológicos e técnicos, trata-se de uma debitage bastante standardizada, caracterizada pela presença de lâminas com bordos e arestas muito regulares e perfis distais encurvados. A secção trapezoidal é dominante e os talões apresentam-se na maioria facetados. Como matéria-prima, foram utilizados diferentes tipos de sílex, por vezes de grão muito fino, geralmente de muito boa qualidade, cuja proveniência não é seguramente local.

A maioria das peças apresenta-se com a extremidade distal fracturada. Este facto resulta muito provavelmente da aplicação de um gesto intencional, por forma a eliminar a curvatura da peça. As características dos exemplares colectados sugerem um tipo de debitage realizada a partir de núcleos prismáticos relativamente grandes, por percussão indirecta, e em alguns casos mesmo por pressão.

Apesar da maioria dos suportes não apresentar qualquer tipo de modificação dos seus gumes, existe um pequeno conjunto de peças retocadas, quer por utilização - contam-se neste caso quatro lâminas com retoques muito marginais, irregulares e descontínuos no bordo direito - quer mesmo pela aplicação de um gesto intencional:

- fragmento proximal de pequena lamela em sílex, de secção trapezoidal e talão facetado, apresentando no bordo direito um retoque contínuo, marginal direito;

- fragmento distal de lamela em sílex com perfil distal curvo, de secção trapezoidal, bordos ligeiramente convergentes, apresentando um retoque contínuo parcial no bordo direito;

- fragmento proximal de grande lâmina em sílex granuloso, de secção trapezoidal, bordos paralelos e talão facetado, com retoque alterno;

- lâmina em sílex com o perfil distal curvo, de secção trapezoidal, bordos paralelos e talão facetado, apresentando no bordo direito um retoque contínuo, e no bordo esquerdo um retoque alternante;

- fragmento mesial de lâmina de sílex de secção trapezoidal, apresentando no bordo direito um denticulado irregular, e no bordo esquerdo um retoque contínuo obtido inversamente.

Geométricos

Num total de 11 exemplares, estes artefactos apresentam exactamente o mesmo padrão de distribuição vertical e espacial verificado nos restantes conjuntos tipológicos.

Tal como foi anteriormente referido, no capítulo respeitante ao Neolítico Antigo, os geométricos publicados em associação com as cerâmicas cardiais não apresentam, nem em termos tipológicos, nem em termos de distribuição espacial e estratigráfica, quaisquer diferenças em relação aos restantes, sendo, por esta razão, tratados conjuntamente neste capítulo.

Os micrólitos geométricos recolhidos na gruta são na sua totalidade trapézios, e foram obtidos a partir de suportes laminares em sílex. A pequena trunactura é maioritariamente côncava, e a grande trunactura rectilínea. São peças assimétricas, por vezes apresentando as bases irregulares. É visível, num dos exemplares, um entalhe bastante pronunciado na pequena base, provavelmente relacionado com a forma de encabamento.

Quadro 5

Tipologia dos Geométricos

Tipo	Forma	Secção	Pequena Truncatura	Grande Truncatura	Dimensões (cm)
Trapézio	assimétrico	trapezoidal	côncava	rectilínea	2.4 x 1.6 x 0.4
Trapézio	assimétrico	triangular	côncava	rectilínea	2.3 x 0.9 x 0.3
Trapézio	assimétrico	triangular	côncava	rectilínea	2.2 x 1.3 x 0.3
Trapézio	assimétrico	trapezoidal	côncava	rectilínea	2.0 x 1.3 x 0.3
Trapézio	assimétrico	triangular	rectilínea	rectilínea	2.2 x 1.5 x 0.3
Trapézio	assimétrico	trapezoidal	rectilínea	côncava	2.4 x 1.2 x 0.3
Trapézio	assimétrico	trapezoidal	côncava	rectilínea	2.3 x 1.6 x 0.3
Trapézio	assimétrico	trapezoidal	côncava	rectilínea	2.0 x 1.5 x 0.2
Trapézio	assimétrico	triangular	côncava	rectilínea	2.8 x 1.5 x 0.4
Trapézio	assimétrico	trapezoidal	côncava	rectilínea	2.7 x 1.7 x 0.3
Trapézio	—	trapezoidal	—	rectilínea	—

Núcleos

Trata-se de um conjunto constituído apenas por três peças: núcleo prismático para lâminas, em sílex cinzento escuro, com planos de percussão múltiplos - exumado na Galeria 4, Talhão 3, 2ª camada (1968); pequeno núcleo bipolar para lamelas, em cristal de rocha, com um único plano de percussão - exumado na Galeria 3, Talhão 2, 3ª camada (1968); núcleo em cristal de rocha (raspa-deira carenada ?)- exumado na Sala A, Talhão 3, Secção U, 2ª camada (0-5 cm) (1963).

5. Objectos de Adorno

Dentro desta categoria foram incluídos objectos fabricados em osso, rocha e concha. A sua representação no interior da necrópole é fraca, não sendo de excluir a hipótese de este facto poder estar relacionado com uma crivagem deficiente dos sedimentos.

Três contas tubulares, duas cilíndricas e um alfinete de cabelo, foram produzidas a partir de ossos cuja origem anatómica é indeterminável. O alfinete de cabelo, ligeiramente assimétrico e com cabeça de contorno trapezoidal e extremidade oposta apontada, foi recentemente objecto de estudo (Santos, Gomes e Cardoso, 1991). Segundo os seus autores, a tipologia pouco comum deste exemplar, “confere-lhe reconhecível aspecto antropomórfico”, com paralelos próximos nos “ídolos almerienses”, nos sepulcros megalíticos da península de

Lisboa e nas placas de xisto típicas da cultura megalítica do Alentejo.

Um segundo conjunto de objectos de adorno, constituído por 3 contas cilíndricas com perfuração bicónica e 7 contas discóides, foi produzido a partir de rocha, cuja determinação petrográfica se encontra em curso.

Apenas dois objectos de adorno em concha constam do espólio recolhido na cavidade. Trata-se de um fragmento de bracelete em concha *Glycymeris* e de um pequeno botão circular recortado, obtido a partir de uma concha de *Cerastoderma edule*.

Em termos de distribuição espacial e estratigráfica, a maioria destes objectos provem da Sala 1 e foram recolhidos à superfície ou na primeira camada.

6. Outros Artefactos

Para além do espólio que temos vindo a analisar neste capítulo, existem outras recolhas efectuadas na gruta. Destas recolhas fazem parte diversas conchas (muito fragmentadas), essencialmente representadas pelas espécies *Pecten*, *Mitylus* e *Ostrea*, que se encontravam em estreita associação com o restante espólio arqueológico e antropológico. Duas placas de grés, uma em exposição na galeria de exposição permanente do MNA e a outra no Museu dos Amigos de Montemor-o-Novo, foram publicadas por Farinha dos Santos como as únicas peças “caracteristicamente votivas” exumadas na cavidade (Santos, 1971). Infelizmente, não é possível saber a sua proveniência exacta no interior da gruta, nem o contexto exacto a que se encontravam associadas. Uma das placas, a de maiores dimensões, apresenta como indicação de proveniência um complexo e um número individual de marcação que não têm correspondência com a respectiva ficha descritiva; a segunda placa, apresenta um código de marcação correspondente ao complexo das peças com “proveniência desconhecida” (Inventário realizado pela própria equipa de Farinha dos Santos)

As duas placas apresentam forma elíptica, a maior com perfuração aberta numa das extremidades do eixo maior, e a mais pequena numa das extremidades do eixo menor. Ambas apresentam um rebordo saliente, em toda a periferia da peça no caso da placa maior, e parcial, com rebordo limitado à parte superior que contém a perfuração, no caso da placa mais pequena.

Um fragmento de uma peça, de que apenas se conserva o talão, poderá corresponder à base de um objecto votivo em calcário polido. Apresenta secção oval e foi exumada em 1966 no Talhão 5 da Sala A, no nível 40-50 cm.

Uma outra peça considerada dentro da categoria dos objectos marcadamente votivos, foi igualmente objecto de estudo particular (Santos, Gomes e Cardoso, 1991). Trata-se de uma falange de *Equus caballus* “totalmente mode-

lada por abrasão com polimento muito fino”, com paralelos nos “ídolos falange” das necrópoles calcolíticas da Estremadura portuguesa - raramente em povoados - e nos contextos megalíticos do Alentejo e Algarve, segundo descrição dos autores da publicação já referida anteriormente. Não apresenta qualquer tipo de decoração, apesar da sua silhueta sugerir uma “forma antropomórfica”. Esta peça foi exumada em 1966, na Galeria 1, Talhão 11, no nível 120-130 cm. A natureza, condições de jazida e integração cronológico-cultural deste objecto serão discutidas nas conclusões.

Foi igualmente recolhido um número significativo de fragmentos de ocre de cor vermelha, carvões e sedimentos carbonizados, provenientes sobretudo da sala 1.

C. Cronologia Absoluta e Paralelos

Seis datas de Carbono 14, processadas por três laboratórios diferentes (Lovaina, Lisboa e Oxford), foram obtidas a partir de amostras de ossos humanos provenientes dos antigos trabalhos de escavação e de recolhas por nós efectuadas no interior da cavidade. Os resultados obtidos encontram-se sintetizados no seguinte quadro:

QUADRO 6

Datações Absolutas

Laboratório	Proveniência	Anos BP	cal BC 1 σ	cal BC 2 σ
Lv - 1922	G. 4.3	4500 \pm 60	3345 - 3045	3370 - 2929
Lv - 1923	G. 4.4	4610 \pm 60	3496 - 3340	3600 - 3105
Lv - 1924	G. 12.3	4460 \pm 70	3335 - 2937	3360 - 2920
Lv - 1925	G. 12.4	4420 \pm 60	3297 - 2926	3340 - 2910
ICEN - 861	Sala 1	4680 \pm 80	3627 - 3356	3644 - 3103
OxA - 4444	G.3/g.18	5560 \pm 160	4595 - 4228	4769 - 4005

As duas primeiras amostras foram por nós recolhidas em 1989 na galeria 4, em pequenos nichos à superfície, e encontravam-se cobertas por calcite. A primeira (G.4.3) corresponde a um fragmento de osso ilíaco direito de adulto que se encontrava associado a um conjunto homogéneo de que faziam parte bastantes fragmentos ósseos, cerâmica, e uma concha de *Pecten*; a segunda (G.4.4), uma diáfise de tibia esquerda, pertencente a um indivíduo aparente-

mente jovem, também se encontrava associada a outros fragmentos ósseos humanos. As duas amostras seguintes, também por nós recolhidas em 1989, provêm ambas da galeria 12, que nunca foi escavada. A primeira (G.12.3), corresponde a um fragmento proximal de diáfise de um fémur direito, que se encontrava completamente coberto por concreções calcíticas; a segunda (G.12.4), corresponde a um fémur direito desprovido da epífise distal. Estas duas últimas amostras encontravam-se inseridas em conjuntos compreendendo diversos fragmentos ósseos humanos sem espólio associado. A amostra ICEN-861 foi recolhida em 1964 na sala 1, talhão I, e corresponde a um fragmento proximal de fémur humano direito. A última amostra (OxA - 4444), um fragmento de tíbia humana, foi recolhida em 1963 no grupo 18 da galeria 3 (galeria 7 da nossa planta), e corresponde a uma provável deposição individual.

Até à obtenção destas datações absolutas a necrópole do Escoural era geralmente considerada como datando do Neolítico Médio, isto é, do período compreendido entre cerca de 5000 e cerca de 5500 BP. Os resultados agora obtidos, indicam, porém, uma cronologia bastante mais tardia, entre 4400 e 4600 BP, isto é, do Neolítico Final. Apenas um, o obtido por acelerador, é compatível com a cronologia tradicionalmente atribuída à necrópole. A aceitação deste último resultado deve porém ser considerada sob reserva, dado que ele foi obtido a partir de uma amostra com baixo teor de colagéneo (o que explica o seu elevado desvio-padrão), e é proveniente de uma zona da gruta para a qual foram obtidas duas das datas (Lv-1924 e Lv-1925) enquadráveis no Neolítico Final. A Galeria 12, onde estas duas últimas amostras foram recolhidas, não é com efeito senão a continuação da Galeria 3 de onde foi extraída a placa estalagmítica que continua o osso humano da amostra OxA - 4444.

A conjugação destes dados cronométricos com as características tipológicas do espólio em que a cronologia tradicional se baseava permitem um certo número de propostas de interpretação da cronologia da necrópole, de entre as quais, com o prosseguimento dos estudos, sairá certamente a que se revelará como mais correcta. A título de exemplo, apresentar-se-ão de seguida algumas dessas hipóteses:

a) A data OxA - 4444 não considerado como válida. A ser assim, e com excepção de um uso esporádico — enterramento individual (?) representado pelo vaso com decoração cardial — durante o Neolítico antigo, a necrópole dataria exclusivamente do Neolítico Final, época que está aliás documentada entre o espólio artefactual por «fósseis directores» como as taças carenadas e um alfinete de cabeça trapezoidal. As cerâmicas esféricas lisas por vezes almagradas deixariam portanto de poder ser consideradas como exclusivas do Neolítico Médio, continuando a sua produção até horizontes cronológicos mais tardios; ou, então, as cerâmicas deste tipo são características do Neolítico final e não do

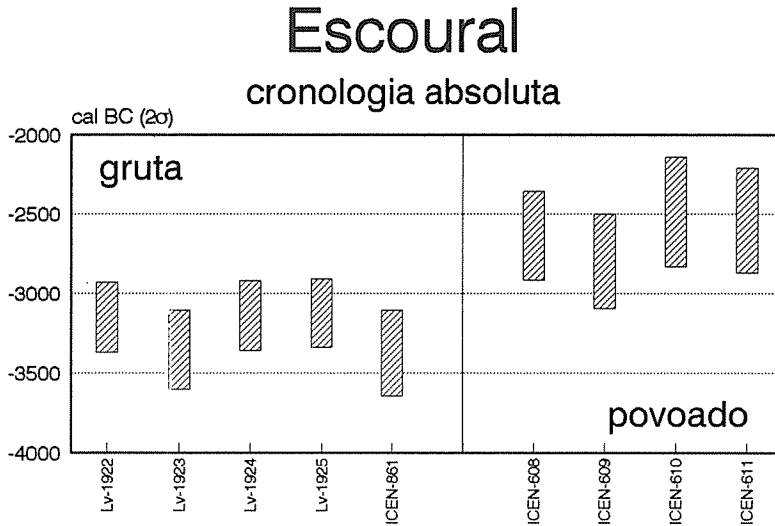
Neolítico médio, como até hoje tem vindo a ser defendido.

b) A data OxA - 4444 é considerada como válida. O uso da gruta como necrópole teria assim uma diacronia longa, começando no Neolítico antigo e acabando no Neolítico final. Dado se tratar, com excepção dos possíveis enterramentos da sala 3, de deposições à superfície, sem sedimentação subsequente, o chão da gruta terá então que ser considerado como correspondendo a um enorme palimpsesto, em que é admissível a coexistência lado a lado de contextos separados por centenas de anos de diferença. A ser assim, coloca-se necessariamente o problema de saber qual terá sido a época em que o uso da gruta foi mais intenso, bem como o problema de saber quais as associações a estabelecer entre datas, espólio osteológico, e espólio arqueológico. Eis algumas das combinações que a este respeito são permitidas pela hipótese de diacronia longa:

— o facto de cinco resultados em seis indicarem o Neolítico final pode ser tomado como indicando que a maior parte dos enterramentos datará deste período; o que não significa necessariamente que seja esse o caso do espólio arqueológico; pode por exemplo admitir-se que a maior parte dos enterramentos do Neolítico final apenas teriam sido acompanhados de oferendas líticas (como acontece por exemplo no Lugar do Canto — Ferreira e Leitão, s/d), pelo que a maior parte da cerâmica dataria do Neolítico médio, embora este período estivesse menos bem representado entre os restos osteológicos; ou, em alternativa, como na hipótese 1, haveria que admitir que as cerâmicas esféricas lisas, por vezes almagradadas, continuam até ao Neolítico final;

— o facto de cinco resultados em seis indicarem o Neolítico final pode ser considerado como um acidente de amostragem, datando antes a maioria dos enterramentos do Neolítico médio, tal como se tem tradicionalmente considerado; a ser assim, ficaria explicada a relativa raridade dos fósseis directores do Neolítico final, e os alicerces da sistemática tradicional manter-se-iam intactos.

De todo este jogo de alternativas há uma que corresponde a um facto que nos parece inquestionável: o da existência, qualquer que seja a sua importância relativa, de uma componente do Neolítico final na necrópole do Escoural. Não parece com efeito razoável pôr em dúvida a validade dos cinco resultados estatisticamente idênticos (gráfico 1), produzidos por dois laboratórios diferentes, e obtidos a partir de amostras de proveniência diversificada. No estado actual da questão, parece-nos mesmo que esta componente deve ser maioritária, se não mesmo exclusiva. De qualquer forma, torna-se claro que é necessário prosseguir o programa de datações para esta necrópole, o qual deverá doravante incidir sobre contextos com características precisas, que permitam testar as hipóteses acima esboçadas e suas variantes: ossos associados a cerâmicas



almagradas; ossos dos enterramentos da sala 3; ossos das deposições superficiais de tantas galerias quantas seja economicamente possível datar. Como é óbvio, a história das colecções e as limitações que ela impõe ao estabelecimento de associações seguras constituem obstáculos que poderão vir a impedir a plena realização de um programa deste tipo.

Crítérios tipológicos foram igualmente invocados, recentemente, em apoio da existência no interior da cavidade de uma ocupação calcolítica (Santos, Gomes e Cardoso 1991). Esta tese baseia-se exclusivamente na análise tipológica de um artefacto proveniente da cavidade e que se encontra actualmente em exposição no Museu dos Amigos de Montemor-o-Novo. Este objecto, um “ídolo falange” segundo os autores, apresenta-se “totalmente modelada por abrasão com polimento muito fino”, com paralelos em diversos contextos calcolíticos. Esta atribuição colocamos, contudo, bastantes reservas. Por um lado, o estudo do espólio recolhido na cavidade mostrou não existirem quaisquer elementos que nos permitam veicular a hipótese da existência de uma ocupação posterior à necrópole do Neolítico final agora estudada; por outro lado, mesmo que se venha a confirmar a natureza intencional e simbólica do referido artefacto, a sua presença não é, por si só, reveladora da existência de um outro contexto de ocupação diferente, seja ele de que natureza for; por último, as indicações de proveniência que acompanham esta peça reforçam ainda mais as nossas dúvidas. Com efeito, o facto de se encontrar associado a um nível já bastante profundo da sequência sedimentar, onde apenas se encontram presentes fragmentos ósseos e alguma indústria lítica de idade seguramente plistocénica - as cerâmicas e restantes materiais da necrópole encontram-se a sensivelmente 30 cm acima deste nível - mostram que o referido objecto se encontra

completamente fora de contexto. Dados os condicionalismos anteriormente referidos, a hipótese da presença de uma ocupação calcolítica no interior da cavidade é inconsistente e carece de fundamento. A identificação de um povoado fortificado desta época no exterior, precisamente no topo do outeiro onde se abre a gruta, poderá ser responsável pela entrada de algum espólio no interior da cavidade. Os poucos artefactos claramente calcolíticos encontrados na zona correspondente à necrópole do interior da gruta (alguns crescentes em cerâmica), encontravam-se à superfície, por cima da calcite, e devem ter sido para ali transportados pela acção da gravidade, por entre as fissuras e chaminés existentes no tecto da gruta.

As relações entre a ocupação funerária do interior da cavidade e os vestígios encontrados no exterior são por enquanto prematuras. A presença de gravuras rupestres estratigraficamente subjacentes ao povoado fortificado calcolítico de que falámos anteriormente (Gomes, 1991, Gomes *et al.*, 1983), permitiu aos autores responsáveis pelos trabalhos arqueológicos aqui efectuados datar o “santuário” rupestre exterior do Neolítico final. Deste modo, pensamos ser plausível, em face dos dados actualmente conhecidos, poder atribuir à população que enterrou os seus mortos no interior da cavidade a autoria das gravuras existentes no exterior.

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, O. da V., LEITÃO, M. s/d, *Portugal Pré-Histórico, seu Enquadramento no Mediterrâneo*, Publicações Europa-América, p. 132-137.
- GOMES, M. V., 1991, Corniformes e Figuras Associadas de Dois Santuários Rupestres do Sul de Portugal. Cronologia e Interpretação, *Almansor*, nº 9, p. 17-74.
- GOMES, R. V., GOMES, M. V., SANTOS, M. F. dos, 1983, O Santuário Exterior do Escoural. Sector NE (Montemor-o-Novo, Évora), *Zephyrus*, XXXVI, Salamanca, p. 287-307.
- ISIDORO, A. F., 1981, Espólio Ósseo Humano da Gruta Neolítica do Escoural, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XXIV, Fasc. 1, Porto, p. 5 - 46
- SANTOS, M. F. dos, 1971, A Cerâmica Cardial da Gruta do Escoural, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, Vol. 1, p. 93-94.
- SANTOS, M. F. dos, 1985, Manifestações Neolíticas no Contexto dos Testemunhos Pré-Históricos do Outeiro da Herdade da Sala (Escoural. Montemor-o-Novo. Portugal), *XVII Congresso Nacional de Arqueologia*, Zaragoza, p. 135-142
- SANTOS, M. F. dos, GOMES, M. V., MONTEIRO, J. P., 1980, Descobertas de Arte Rupestre na Gruta do Escoural, *Altamira Symposium*, Madrid, p. 205-242.
- SANTOS, M. F. dos, GOMES, M. V., CARDOSO, J. L., 1991, Dois Artefactos de osso, Pós-Paleolíticos, da Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo, Évora), *Almansor*, nº 9, 1991, p. 75-94.
- SILVA, A. C., OTTE, M., ARAÚJO, A. C., CAUWE, N., LÉOTARD, J. M., LEGEUNE, M., LACROIX, P., COLLIN, F., 1991, A Gruta do Escoural: Novas perspectivas para o seu Estudo e Valorização, *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, p. 173-181.

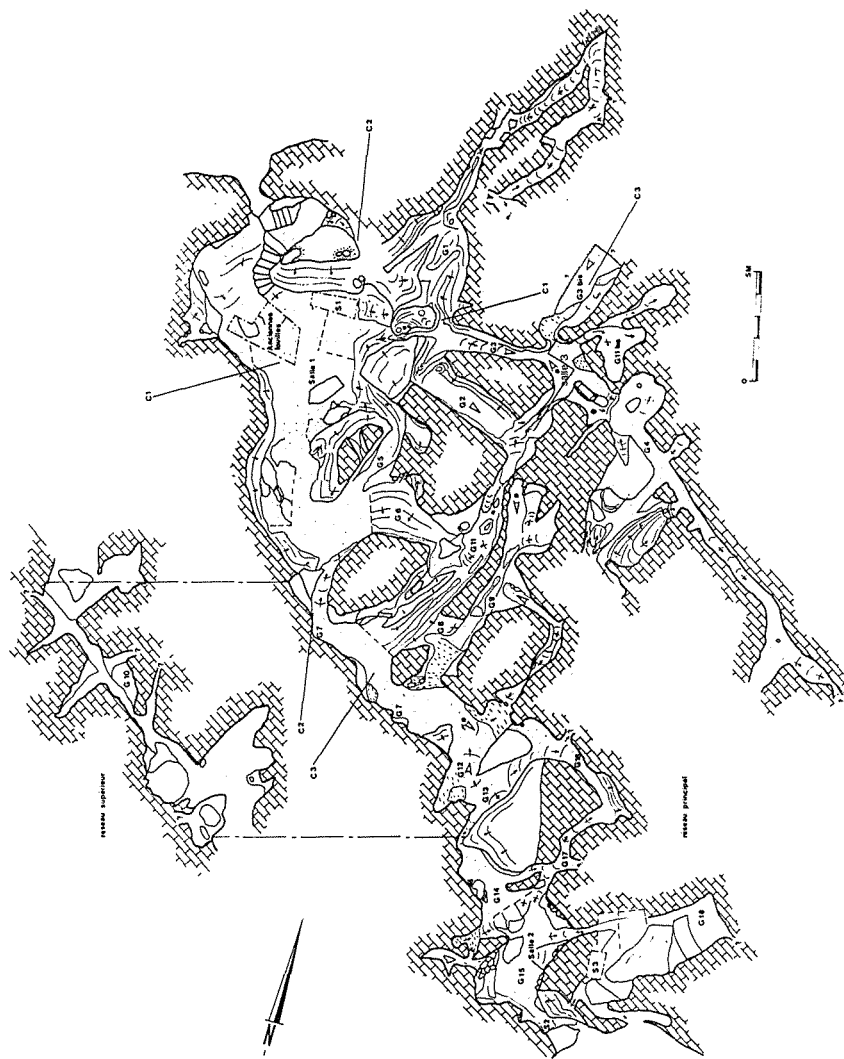


Fig. 1 — Planta da cavidade (rede superior).

Est. II

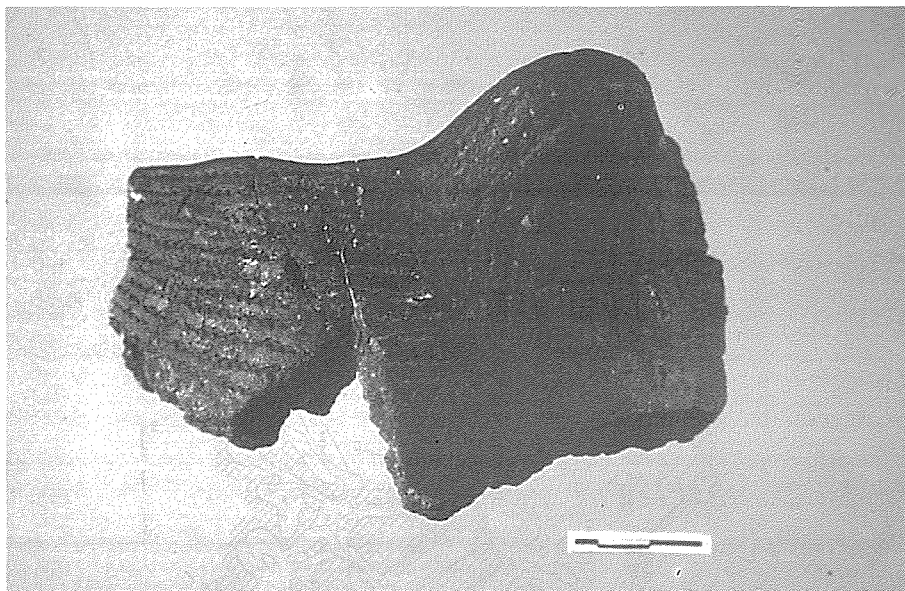


Fig. 1 — Vaso cardinal (fot. de Miguel Flávio).

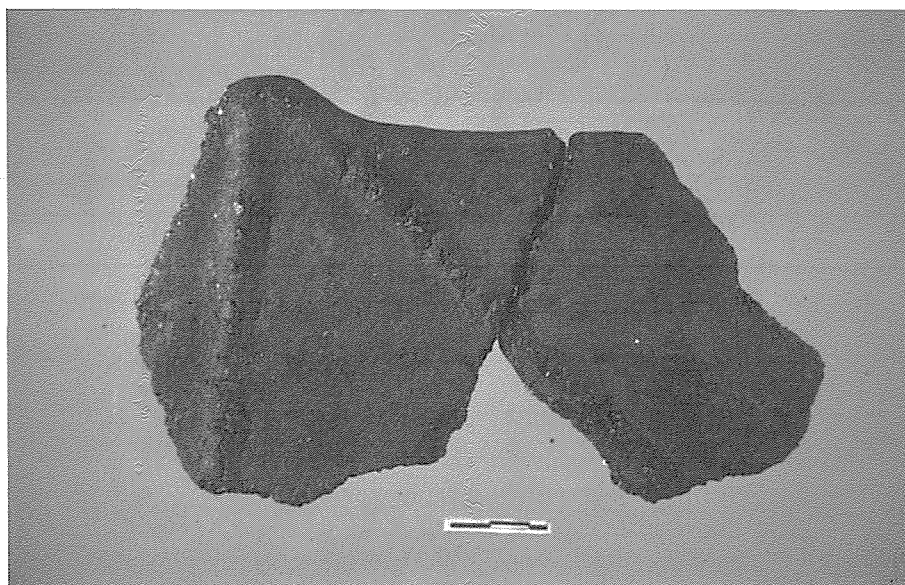


Fig. 2 — Vaso 1 com decoração impressa (fot. de Miguel Flávio).

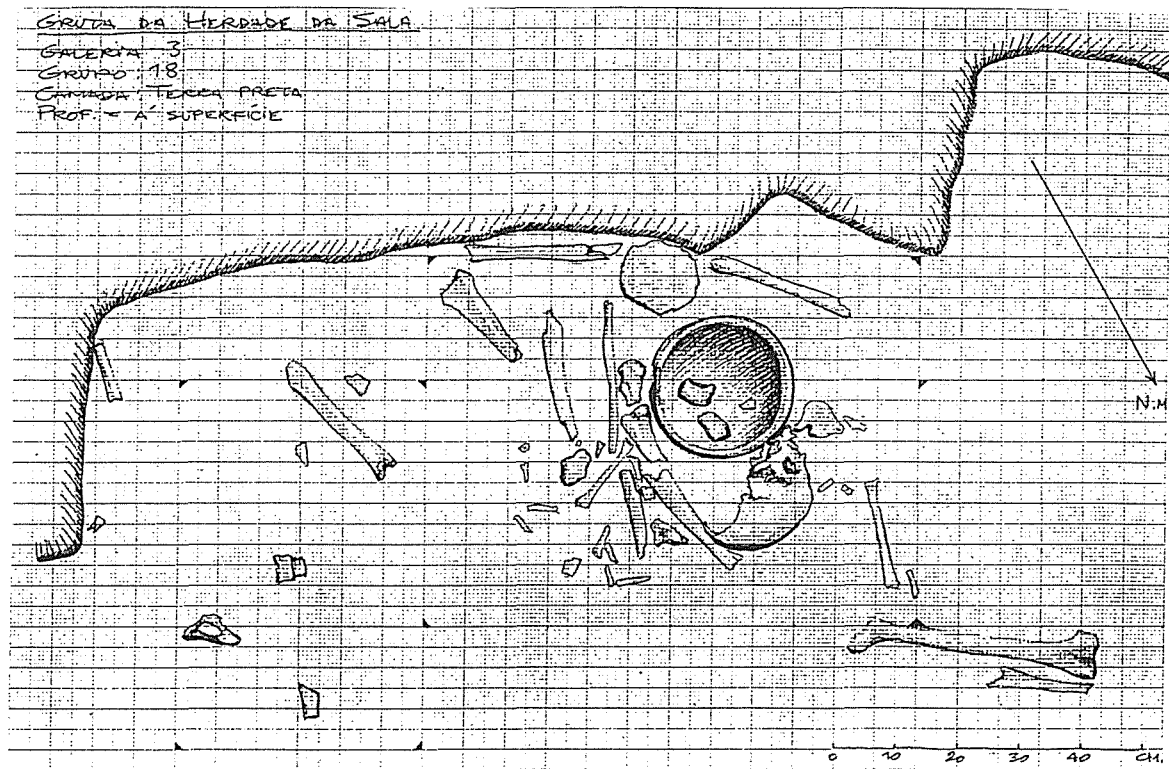


Fig. 1 — Reprodução da planta de superfície do Grupo 18 da Galeria 3 (Galeria 7 da planta de 1992). Contexto funerário correspondente a uma provável deposição individual.

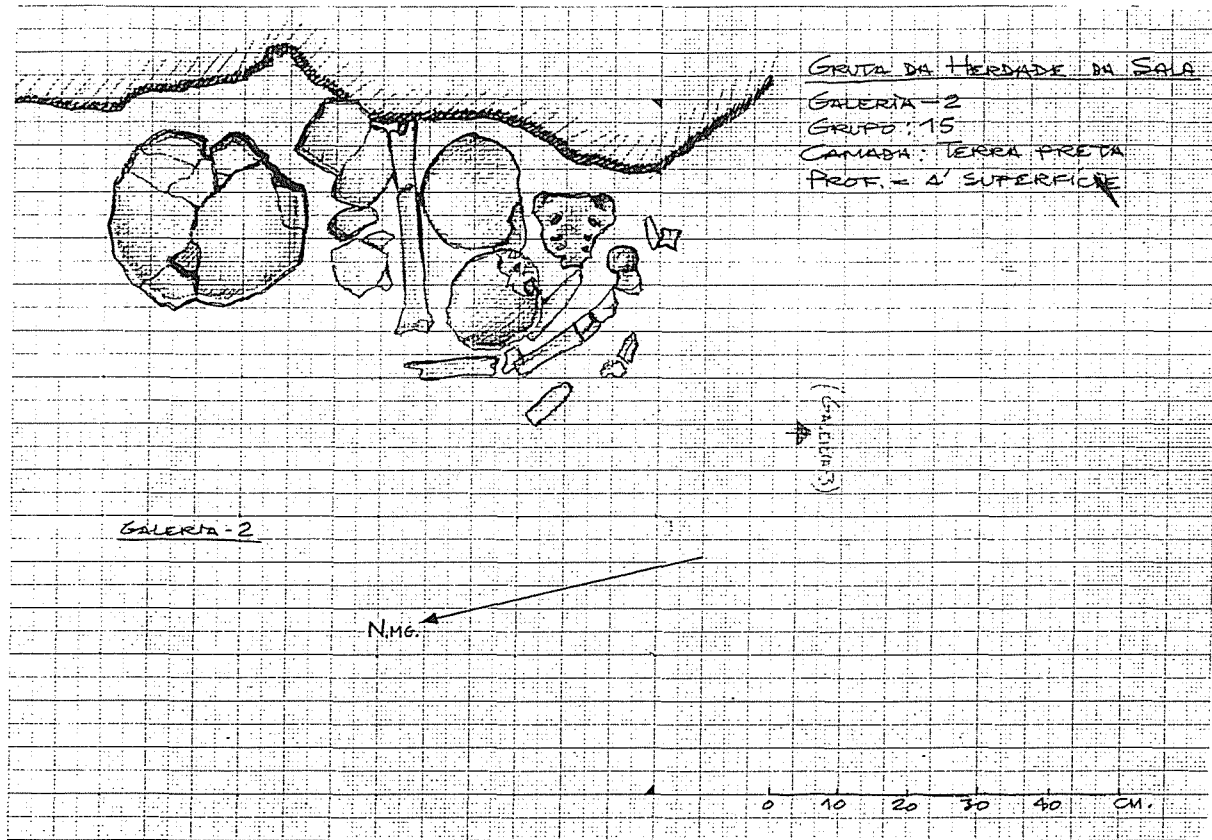


Fig. 1 — Reprodução da planta de superfície do Grupo 15 da Galeria 2 (Galeria 11 da planta de 1992). Contexto funerário correspondente a uma provável deposição individual.

GRUPO DA HERDADE DA SALA

GALERIA - 2

GRUPO - 14

CAMADA: ASSENTE EM CALCITE

PROF = (A SUPERFICIE)

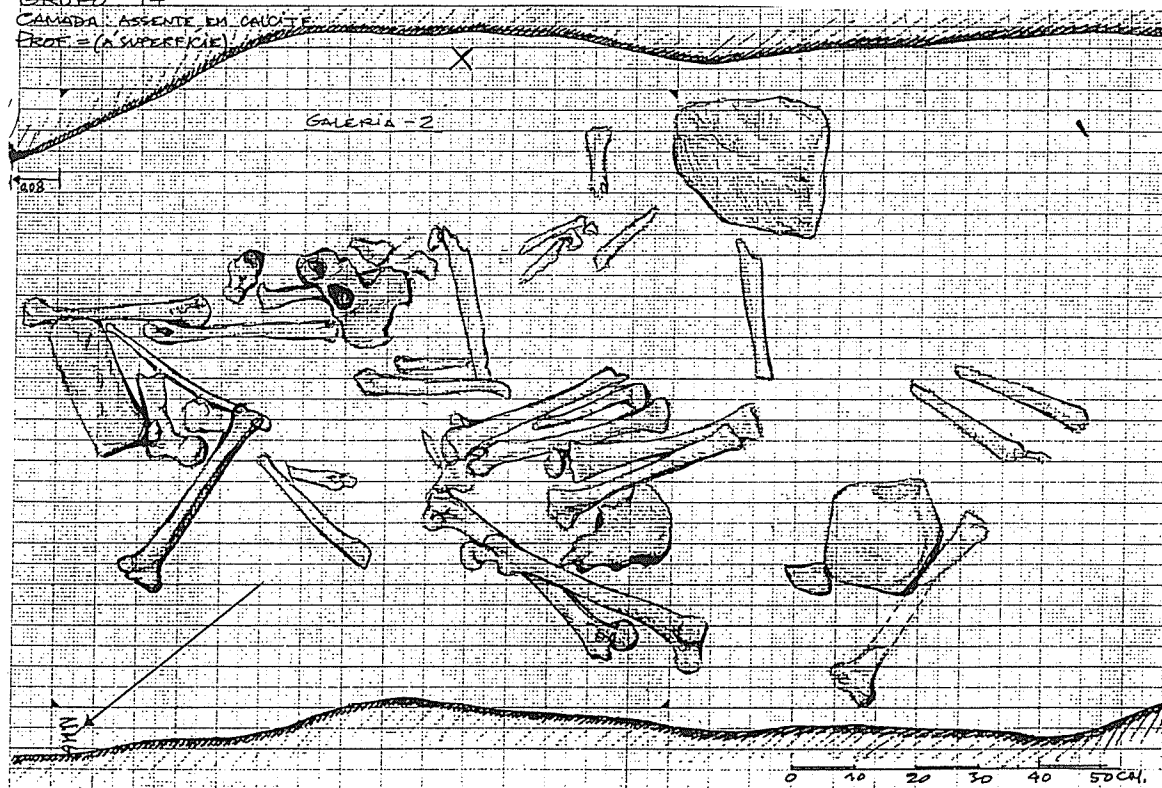
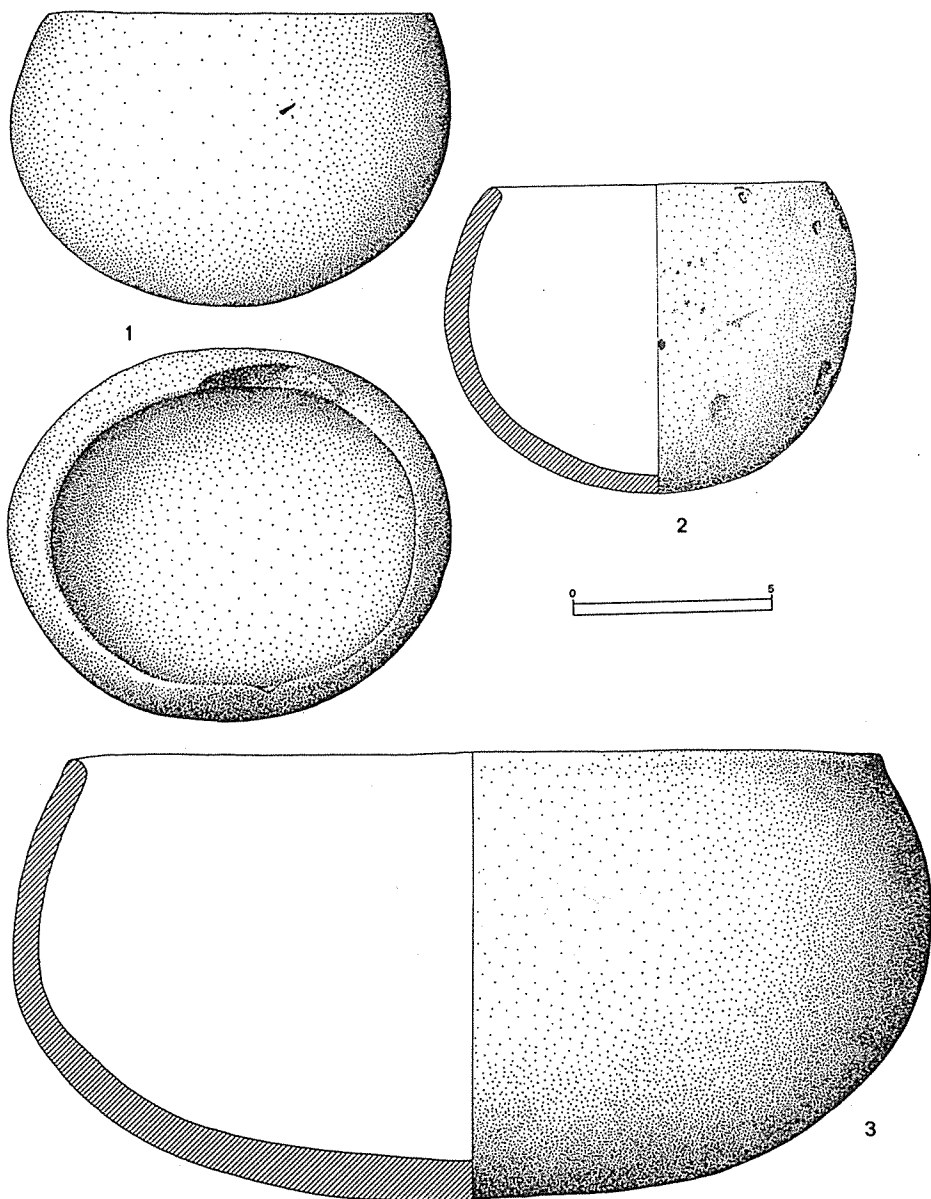
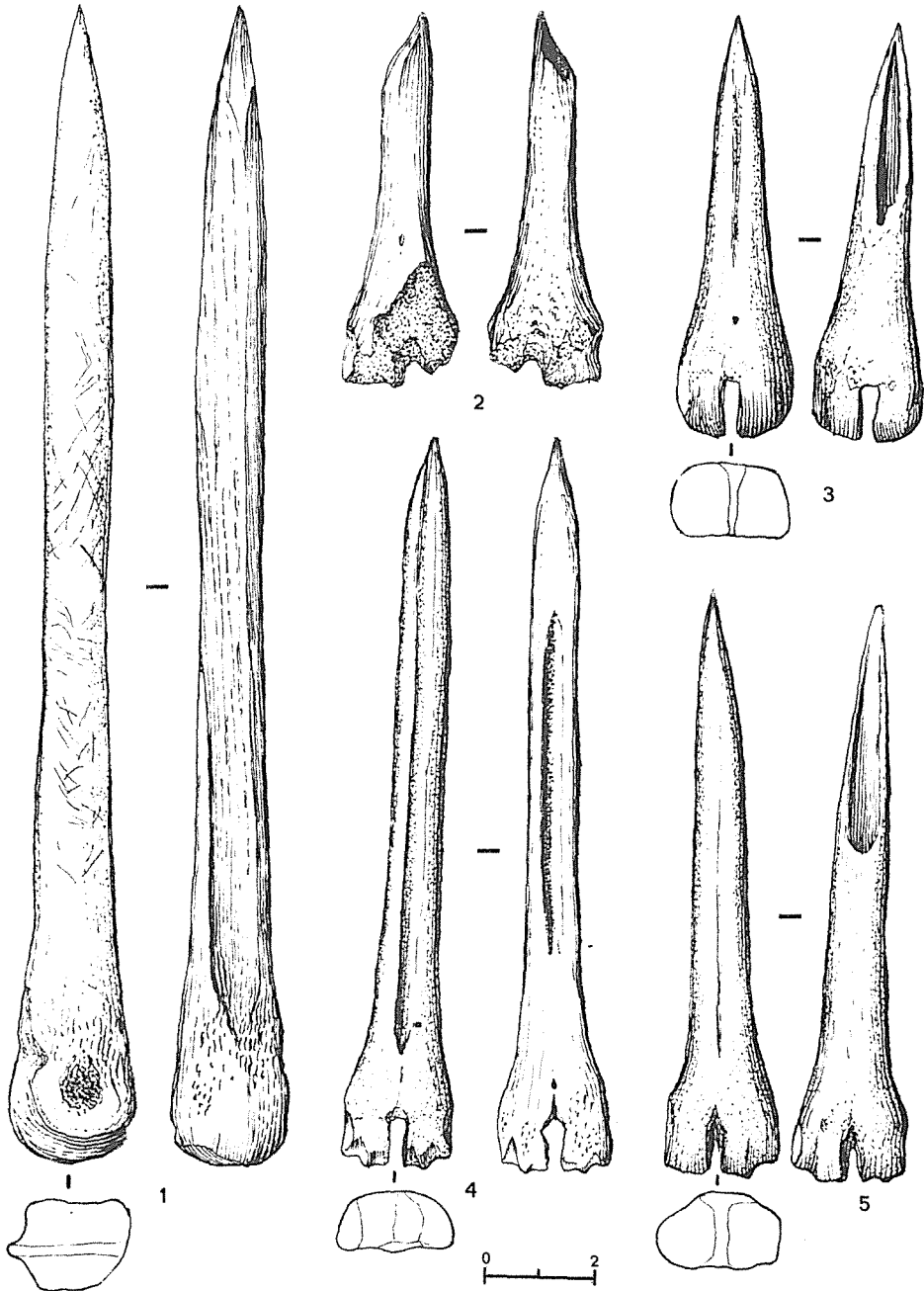


Fig. 1 — Reprodução da planta de superfície do Grupo 14 da Galeria 2 (Galeria 11 da planta de 1992). Contexto funerário correspondente a uma provável deposição secundária.

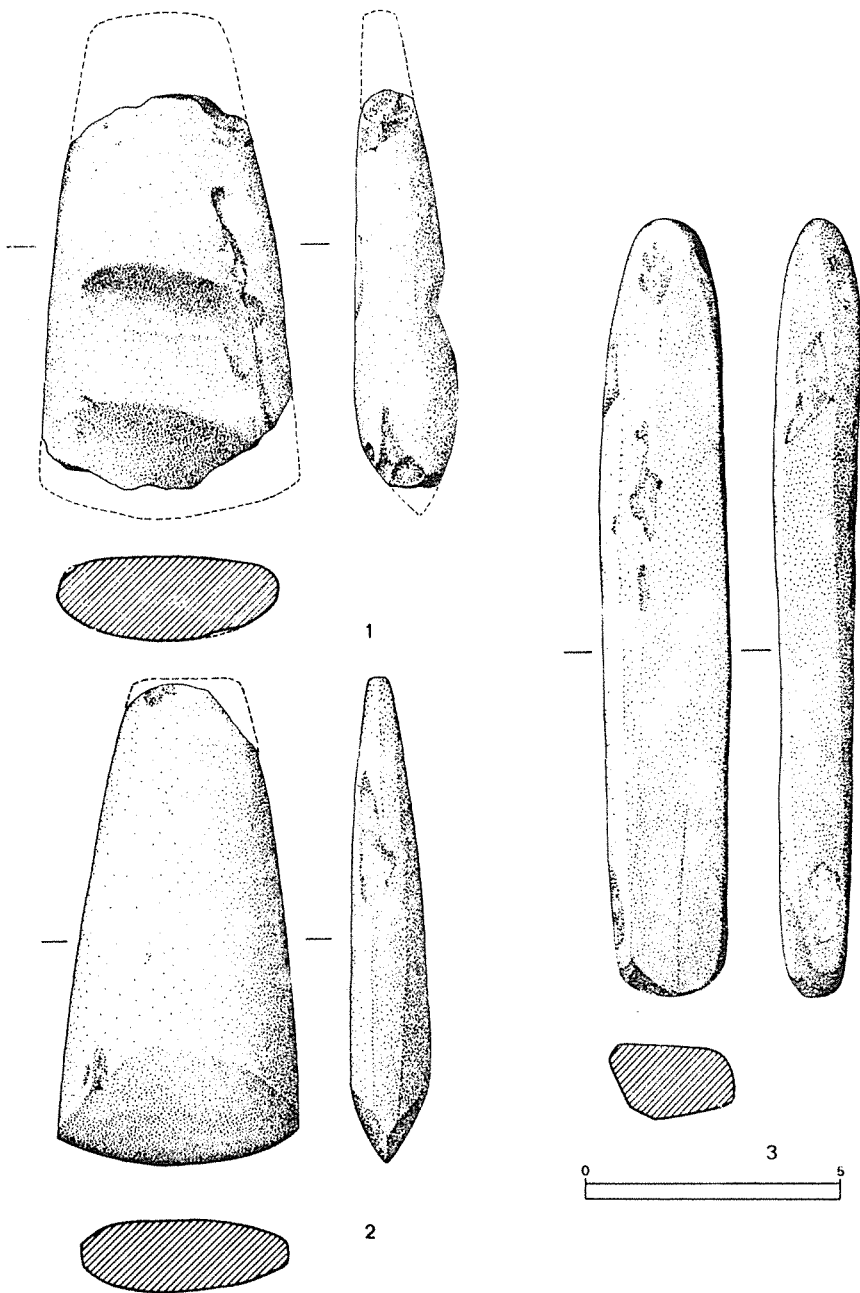


Cerâmicas:
1 – Vaso de boca elíptica. 2 – Pequeno vaso esférico. 3 – Vaso hemisférico
(desenhos de Helena Figueiredo).



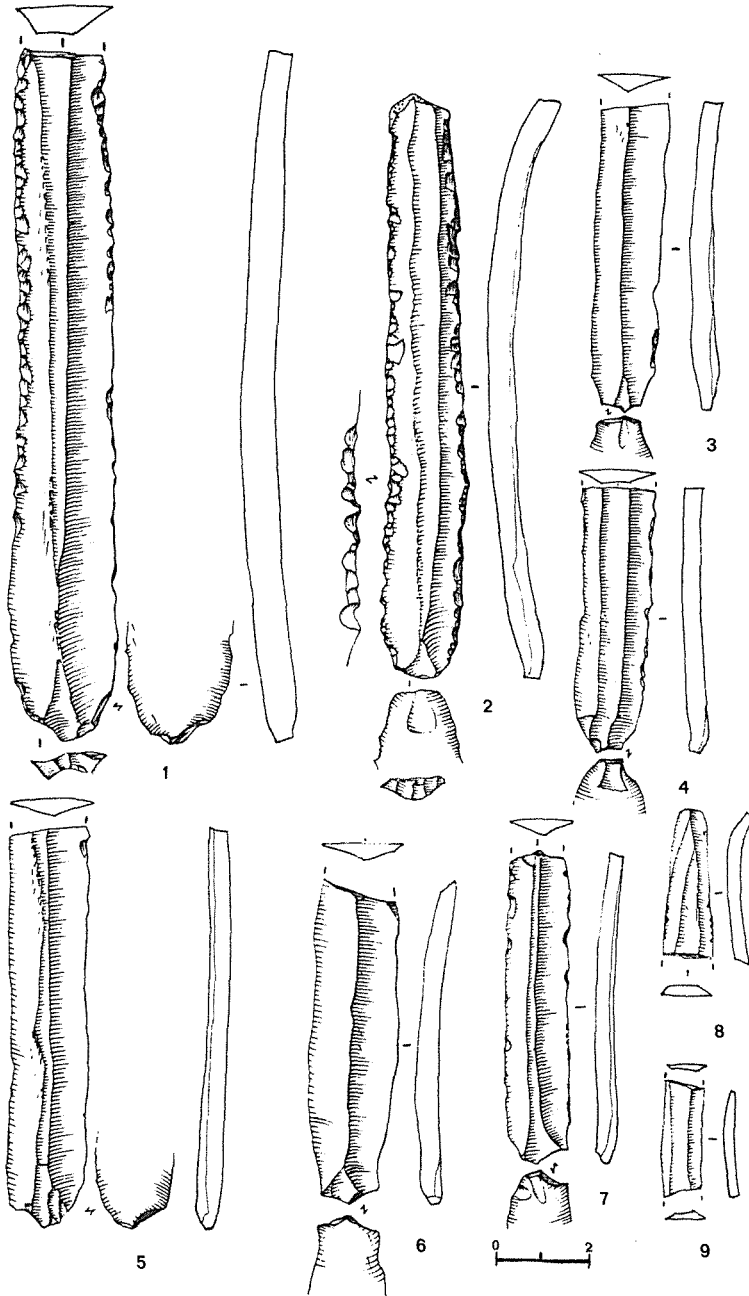
Furadores em osso:
 1 - Sobre metápode de *Cervus elaphus*; 2-5 - Sobre metápodas de ovicaprídeos
 (desenhos de Thierry Aubry).

Est. VIII

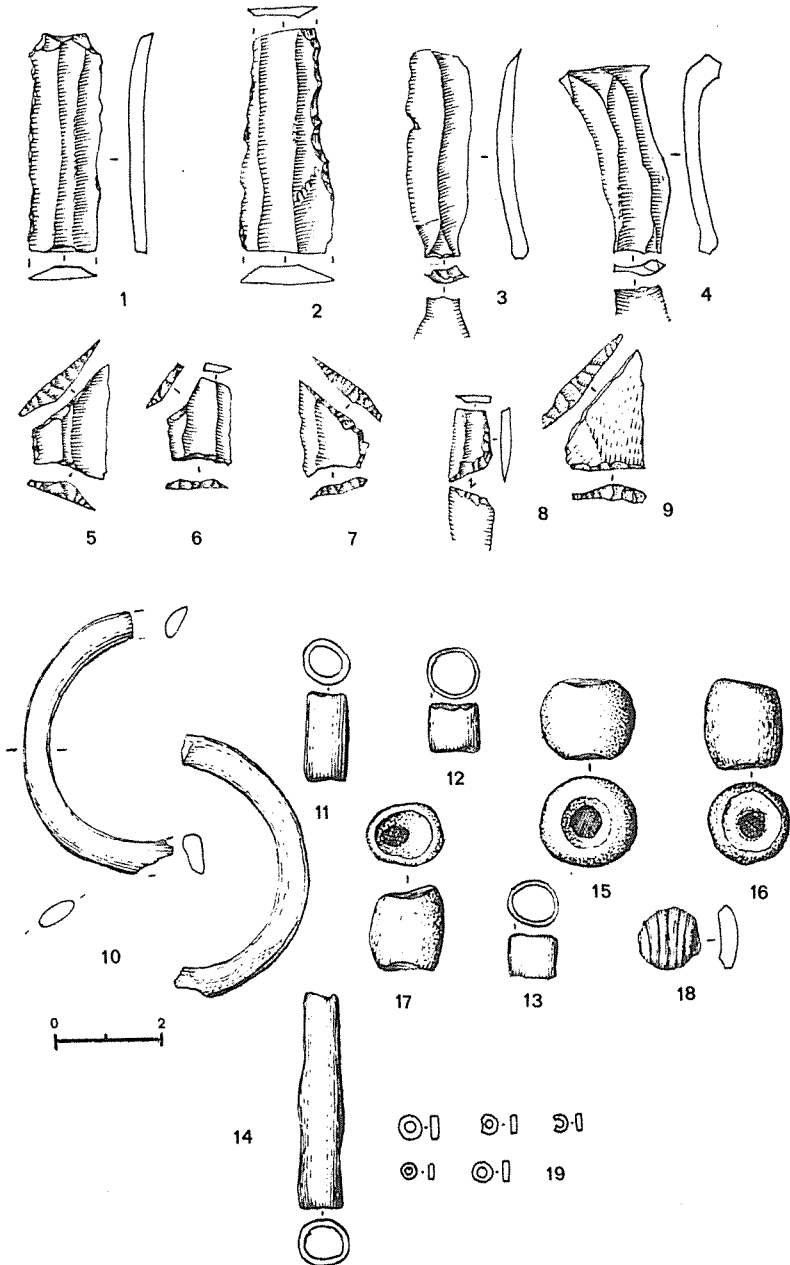


Pedra Polida:

- 1 - Machado com sulco transversal; 2 - Enxó; 3 - Alisador
(desenhos de H. Figueiredo).



Lâminas e lamelas
(desenhos de Thierry Aubry).



1-4 - Lâminas; 5-7, 9 - trapézios; 8 - elemento de foice; 10 - fragmento de pulseira em concha *Glycymeris*; 11-14 - contas em osso; 15-17 - contas cilíndricas; 18 - concha de *Cerastoderma edule* recortada; 19 - 5 contas discóides (desenhos de Thierry Aubry).

CAMPESINOS Y RITOS FUNERARIOS: EL DESARROLLO DE LA COMPLEJIDAD EN EL MEDITERRANEO OCCIDENTAL (IV-II MILENIOS A.C.)

por

Almudena Hernando Gonzalo *

Resumen: Una comparación de los desarrollos arqueológicos de tres zonas del Mediterráneo Occidental -las islas, el Sureste español y La Mancha- nos muestra cómo la complejidad del ritual que reflejan sus respectivos mundos funerarios entre el IV y el II milenio, aumenta en relación directa con el riesgo que cada una de ellas implica para el desarrollo del modo de vida campesino. De hecho, si clasificamos las tres zonas en orden decreciente de riesgo para una economía agrícola, por un lado, y de elaboración ritual funeraria, por otro, el resultado es el mismo: islas del Mediterráneo Central, Sureste español y zona de La Mancha.

Palabras-clave: Campesinos. Calcolítico. Mundo funerario.

INTRODUCCIÓN

En distintos lugares y con variados argumentos se ha venido sosteniendo desde hace tiempo que el desarrollo del mundo funerario refleja el progresivo aumento de la complejidad de las sociedades que lo crean. Así expuesto, tal conclusión parece no sólo elemental, sino anticuada y repetida a través de todo modelo utilizado en la investigación de la Prehistoria peninsular.

Parecería por tanto absurdo presentar una comunicación dedicada a reiterar exclusivamente tan obvio aserto. Ahora bien, estudios recientes (CRIADO 1991, 1993, VICENT 1990) han intentado ir más allá de esta conclusión básica, buscando la relación existente entre la aparición y desarrollo de la arquitectura y ritual funerario con la necesidad de transformar las pautas de relación con la naturaleza que caracteriza al modo de vida campesino.

Mi intención es intentar sugerir cómo los procesos de cambio cultural que caracterizan el inicio de un modo de vida campesino en tres zonas concretas: las islas del Mediterráneo Central — tomando a Cerdeña como ejemplo —,

* Dpto. Prehistoria, Fac. Geografía e Historia. Universidad Complutense. Madrid.

el Sureste español y la zona de la Mancha española, tienen un reflejo muy expresivo de sus diferencias en las características concretas con que en ellas se desarrolla el mundo funerario.

DESARROLLO

Para ello, deberíamos comenzar por ordenar las tres zonas conforme a un criterio decreciente de riesgo para dicho modo de vida. El resultado parece obvio: 1) las islas, por la propia condición de insularidad, de terreno demarcado e improrrogable; 2) el Sureste español, porque su configuración orográfica lo asíslo de la ciclogénesis mediterránea y atlántica, y esto lo convierte en una zona más árida que sus vecinas y porque estudios realizados (HERNANDO Y VICENT 1987) demuestran que la diferencia fundamental con la zona húmeda colindante es su menor proporción de tierra arable, de manera que ésta pasaría a convertirse en un recurso crítico y, por tanto, disputado, en el momento en que pasara a ser el principal medio de producción. Y 3) la Mancha, de características no especialmente favorables, pero de mucho menor riesgo para un modo de vida campesino que las anteriores.

El modo de vida campesino ha sido definido por J. Vicent (1990) fundamentalmente por la vinculación permanente de los productores primarios a sus medios de producción, que es lo mismo que decir a la tierra. En consecuencia, sería de esperar que en aquellas zonas donde la tierra es más escasa o la producción menos eficiente, el establecimiento de ese vínculo se convirtiera en un factor de supervivencia defendido por encima de cualquier otro. La principal manera de establecer un vínculo con la tierra es demostrar una larga ocupación en ella, esto es, utilizar el tiempo como argumento. Y la principal materialización del tiempo, su más clara evidencia, son los muertos. Estos, negados y escondidos por los cazadores-recolectores (CLASTRES 1987:76), deberían, en consecuencia, empezar a ser exhibidos ahora, y no como individuos, aspecto que no interesa para tales fines, sino como “los muertos” de un grupo dado, como colectividad anónima pero esencial (v.CRIADO 1991:105), por cuanto significan respecto al tiempo.

Ahora bien: la instrumentalización de los muertos supone una transformación radical del pensamiento, puesto que necesita conectar al vivo con una realidad de la que hasta entonces, según parece demostrar el registro arqueológico y todo estudio etnológico sobre cazadores-recolectores, se sentía desconectado, estableciendo un sentido lineal, temporal y dependiente de la existencia (CLASTRES 1987: 74-77). La utilización de los muertos para ganar batallas de vivos se convierte así, en un proceso complejo que necesita como paso previo,

dotar al muerto de un carácter diferente al que tenía, es decir, necesita convertirle en “antepasado”, sancandole de la mítica categoría de “ancestro” de la que goza entre los cazadores-recolectores. Y parece que dicha transformación es visible en el registro arqueológico a través del ritual funerario.

Si estos presupuestos fueran correctos, deberíamos esperar:

1) Que las tradiciones de enterramiento comenzaran sólo cuando comienza el establecimiento en aldeas, esto es, cuando comienza el modo de vida campesino y no la agricultura, que puede introducirse como un medio de estabilización económica en un sistema de caza-recolección (VICENT 1990: 263-264, INGOLD 1986, 1990, BENDER 1978).

2) Que dichas tradiciones fueran, inicialmente, de enterramiento colectivo, donde, poco a poco, los muertos sufrirían un proceso de individualización al irse convirtiendo en “antepasados” concretos.

3) Que el ritual funerario fuera más complejo en aquellas zonas con mayor riesgo agrícola o escasez de tierra arable.

4) Que dicho ritual fuera desapareciendo a medida que el proceso de estabilización del modo de vida campesino fuera avanzando y las relaciones de poder del mundo de los vivos fueran consolidándose y estructurándose.

Pues bien, si comenzamos con estos puntos, y analizamos las secuencias de desarrollo en las tres zonas, observaremos que ni en las islas ni en el Sureste español hay ocupación permanente y estable hasta el Neolítico Final. Hasta entonces, la ocupación es esporádica y escasa, aunque existe, tal como demuestra la presencia de obsidiana de las Islas Lipari en Córcega en el VI M., por ej. (CHERRY 1984:10). El fósil-guía del Neolítico Antiguo, la “cerámica cardial”, aparece asociada a un predominio de especies salvajes (LOPEZ 1988, CHAPMAN 1985: 145), lo que demuestra que la caza, la pesca y la recolección siguen siendo aún las actividades económicas preferentes en ambos territorios. El mantenimiento de la ocupación de las cuevas como lugar de habitat y la ausencia de construcciones de cualquiera otra funcionalidad en el paisaje demuestra claramente la continuación de las estrategias económico-sociales previas. Tanto las culturas del Neolítico de las Cuevas en la Península Ibérica, como las llamadas “culturas” de Filiestru, Sa Carropu y Grotta Verde en Cerdeña, resultan claros ejemplos en este sentido.

La ocupación sistemática no se inicia hasta el Neolítico Final, coincidiendo con la generalización de las especies domesticadas (MOLINA 1987, ATZENI 1985: xxvii, TRUMP 1984: 513). Ello significa que ahora el hombre necesita la tierra productiva, de la que va a depender. Tal proceso es visible en el registro arqueológico no sólo por la aparición de las primeras aldeas, sino sobre todo, por el inicio de las tradiciones de enterramiento (VICENT 1990, CRIADO 1991).

Efectivamente, tanto en el Sureste español como en Cerdeña, éstas comienzan justo al final del Neolítico, configurando lo que se ha venido llamando Cultura de Ozieri en Cerdeña o Cultura de Almería en el Sureste, primeras culturas propiamente agrarias.

En Cerdeña, la zona de mayor índice de riesgo, la cultura de Ozieri se caracteriza por la aparición de millares de tumbas y de algunas estructuras interpretadas como lugares de culto. El desarrollo de la elaboración ritual va a ser tremendamente rápido, construyéndose, por ejemplo, tumbas que reproducen arquitectónicamente las casas de los vivos, con habitaciones diferenciadas, puertas adinteladas, etc. (ATZENI 1985: XXI-XL). Algunas estructuras se han interpretado incluso como "santuarios" por la complejidad de las plantas y el espacio que ofrecen a la actividad ritual. Como colofón de este despliegue en el mundo funerario hacen su aparición los primeros asentamientos defendidos, anticipo de las posteriores "nuraghas" de la Edad del Bronce.

Por su parte, las primeras tradiciones funerarias del Sureste español del Neolítico Final están representadas por estructuras poco visibles y muy accesibles, como son los llamados Ründgräber almerienses o las primeras cistas megalíticas (MOLINA 1988: 262) de la segunda mitad del IV M., situadas fuera de la zona de habitat. Se trata de tumbas colectivas y por tanto caracterizadas por un enterramiento desindividualizado de los muertos, que parece confirmar la necesidad de destacar al grupo que entierra y no al individuo enterrado (v. CRIADO 1991, CRIADO Y FABREGAS 1989, VICENT 1990).

Desde estas primeras tumbas, y a medida que se consolida la economía agraria, se puede observar también aquí un progresivo aumento de la elaboración ritual. Sea cual sea el tipo de tumba -cuevas naturales y artificiales, dólmenes o tholoi- recibieron enterramientos colectivos con un tratamiento similar de los muertos, de la propia tumba y de los ajuares (v. BOLLAIN 1984, IDAÑEZ SANCHEZ 1984: 166, LEISNER 1941: 107, CHAPMAN 1981, MOÑITA et al. 1986, OLARIA DE GUSI 1979). Los espacios funerarios se abren y o bien ganan (dólmenes, tholoi) o bien pierden definitivamente la visibilidad (cuevas) del monumento, aunque siempre mantienen la de su posición en el espacio, y añaden, en cualquier caso, otros elementos al ritual, como son el espacio de la cueva en sí, apto para celebraciones colectivas, o la dificultad de su acceso. A través de todo ello se observa cómo los rituales se están haciendo complejos, como demuestra también la prolongación de corredores y la apertura de patios de entrada. Hasta aquí todo parece concordar con la experiencia de los megalitos gallegos (CRIADO Y FABREGAS 1989) o irlandeses (THOMAS 1988), por ejemplo, donde se documentan en determinados monumentos espacios que podrían haber estado dedicados al ritual ceremonial. Pero aquí, este proceso culmina con la aparición de los poblados fortificados de El Argar, en cuyo interior

aparecen tumbas individuales con ajuares diferenciados que incluso son infantiles, indicando una transmisión genética del poder.

Por último, la zona de La Mancha, además de ser la de menor riesgo es también la peor conocida. No obstante, los escasos datos disponibles indican que las primeras tradiciones de enterramiento están representadas igualmente por cuevas sepulcrales colectivas, aunque en esta zona el grado de elaboración ritual es muy inferior al presente en el mismo tipo de enterramiento en el Sureste español o Cerdeña. No hay incineración parcial, por ej. (v. FERNANDEZ VEGA Y GALAN SAULNIER 1986). Ello podría asociarse con unas relaciones de competencia de menor nivel, que sin embargo, se equiparan a las de aquellas zonas en la Edad del Bronce, momento en el que quizás la ocupación de la Mancha rebasara su límite conflictivo. En este momento aparecen asentamientos de habitat, localizados bien en zonas bajas -"Cultura de Las Motillas"-, bien en altura, siempre conteniendo en su interior enterramientos individuales con ajuares diferenciados, al igual que en el Sureste (NAJERA 1984).

Así pues, si volvemos a ordenar las tres zonas conforme a una complejidad decreciente del ritual funerario, el resultado volvería a ser: 1) islas del Mediterráneo Central, 2) Sureste español, y 3) zona de La Mancha.

CONCLUSIÓN

De todo lo dicho pueden extraerse las siguientes conclusiones:

1) Parece establecerse una relación directa entre riesgo agrícola y elaboración ritual en el mundo funerario entre el IV y el II M. a.C., cuando comienza el modo de vida campesino.

2) En el mundo de los muertos parece recaer al principio el mayor potencial representativo de la transformación social, por lo que habría sido necesario delimitarlo claramente, bien alejando el poblado del lugar de enterramiento, bien situándolo en lugares de difícil acceso (como las cuevas), aumentando el sentido de privacidad y ocultamiento (v. WHITTLE 1988: 181), como demuestra el enterramiento en grietas, normalmente denominadas "cuevas", o bien explicitando arquitectónicamente sus límites (dólmenes o tholoi).

3) Pero, a su vez, habría sido necesario transformar la categoría que los vivos atribuyen a los muertos, de ancestros a antepasados. El aumento de los espacios rituales que caracteriza la evolución de los megalitos (CRIADO Y FABREGAS 1989, THOMAS 1988) o de las cuevas parecen servir de escenario a la representación de tal paso: corredores y pasillos, lajas perforadas a modo de puertas o localizaciones distantes y difíciles en las cuevas. Un estado avanzado de este proceso sería aquel en el que llega a representarse en la tumba la "casa"

de los antepasados, su lugar de residencia, como sucede en la cultura de Ozieri, ligando así definitivamente la tierra al linaje que la explota. Los antepasados “viven”, “habitan” allí. El grupo de descendencia está así vinculado a esa tierra.

4) Una vez fijado el sentido diacrónico de la existencia, gracias entre otros cambios a la vinculación con los antepasados, y establecida la posibilidad de transmisión generacional de derechos y poderes, la inversión de energía en la construcción de los lugares de habitat pasaría a manifestar ahora el “mapa político” de apropiación de un territorio y la distribución de los focos de poder. La explotación cada vez más intensiva de sus recursos geológicos, forestales, animales o vegetales, vendría a demostrar el mismo espíritu de apropiación, ya consolidada sobre el espacio hasta entonces reivindicado. En este momento, la complementariedad funcional de los asentamientos parece absolutamente imprescindible, dada la inmovilidad total del grupo, por lo que no parece tener mucho sentido atribuir a “culturas” distintos tipos de asentamientos diferentes, como se ha pretendido en el Bronce de la Mancha o en el de las islas.

El hecho es que, a partir aproximadamente del 1800 b.c. y en las tres áreas citadas, la competitividad entre los grupos campesinos en lucha por su supervivencia ha llevado a la construcción de sofisticadas estructuras de habitat, en cuyo espacio se incluyen, en general, tumbas de individuos cuya posición en el grupo demuestra también el surgimiento de niveles económicamente diferenciados. Los muertos son ya sólo antepasados, representando una etapa más en la vida de los vivos y manteniendo, por tanto, las características de cada uno de éstos en la vida real. Al contrario que hasta entonces, no existe ya la distinción entre ambos mundos, puesto que el conflicto fundamental tiene lugar ahora sobre bases económico-social-ideológicas asumidas e institucionalizadas.

BIBLIOGRAFIA

- ATZENI, E. et alii (1985): *Ichnussa. La Sardegna dalle origini all'età classica*. Grazanti, Scheiwiller.
- BOLLAIN, A. (1986): “Los yacimientos funerarios del Calcolítico Murcia: una revisión bibliográfica”. *Trabajos de Prehistoria* 43: 85-98.
- CHAPMAN, R. (1981): “Los Millares y la cronología relativa de la Edad del Cobre en el Sudeste de España”. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada* 6: 75-89.
- (1985): “The Later Prehistory of Western Mediterranean Europe: Recent Advances”. *Advances in World Archaeology* 4: 115-187.
- CHERRY, J.F. (1984): “The initial colonisation of the West Mediterranean Islands in the light of island biogeography and palaeogeography”. In W.H. Waldren, R. Chapman, J. Lewthwaite and R.c. Kennard (eds.): *The Deyá Conference of Prehistory. Early Settlement in the Western Mediterranean Islands and the Peripheral Areas*. B.A.R.

International Series 229: 7-27.

- CLASTRES, P. (1987): *Investigaciones en Antropología Política*. Ed. Gedisa, Barcelona, 1a. reimpresión.
- CRiado, F. (1991): "Tiempos megalíticos y espacios modernos". *Historia y Crítica I*: 85-108, Santiago de Compostela.
- (1993): "Límites y posibilidades de la Arqueología del Paisaje". *Archivo Español de Arqueología*, e.p.
- CRiado, F. y FABREGAS, R. (1989): "The megalithic phenomenon of northwest Spain: main trends". *Antiquity* 63, n. 241: 682-96.
- FERNANDEZ VEGA, A. y GALAN SAULNIER, c. (1986): "Las denominadas "cuevas sepulcrales colectivas eneolíticas" del País Valenciano y la Meseta". *Boletín del Museo Arqueológico Nacional (Madrid)*IV: 7-26.
- HERNANDO, A. y VICENT, J.M. (1987): "Una aproximación cuantitativa al problema de la intensificación económica en el Calcolítico del Sureste de la Península Ibérica". *El origen de la metalurgia en la Península Ibérica*. Papeles de Trabajo. Arqueología 1 Instituto Universitario José Ortega y Gasset. Univ. Complutense de Madrid. Págs. 23-39.
- IDAÑEZ SANCHEZ, J.F. (1984): "Incineración parcial en los enterramientos colectivos del Sudeste español. *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*, Santander, pgs. 165-166.
- INGOLD, T. (1986): *The appropriation of Nature. Essays on Human Ecology and Social Relations*. Manchester Univ. Press, Manchester.
- (1990): "Society, Nature and the Concept of Technology". *Review from Cambridge* 9(1): 5-17.
- LEISNER, G. (1941): "Puertas perforadas en sepulcros megalíticos de la Península Ibérica". *Corona de Estudios que la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria dedica a sus Mártires*. Ed. J. Martínez Santa Olalla. Tomo I, págs. 107-124.
- LOPEZ GARCIA, P. (coord.)(1988): *El Neolítico en España*. Ed. Cátedra, Madrid.
- MOLINA GONZALEZ, F. (1987): Seminario impartido en la Fundación Ortega y Gasset. 17-II-1987. Inédito.
- (1988): "El Calcolítico en la Península Ibérica. El Sudeste". *Rassegna di Archaeologia* 7: 255-262.
- MOÑITA, R., CORRAL, M., DIAZ, M.A., COLMENAREJO, M.R. y SANCHEZ, M.M. (1986): "Espacios de habitación y funerarios en el S.E. durante el Calcolítico". *Arqueología Espacial. Coloquio sobre el Microespacio 2*: 139-156, Teruel.
- NAJERA, T. (1984): *La Edad del Bronce en la Mancha Occidental*. Tesis Doctorales de la Universidad de Granada 458.
- OLARIA DE GUSI, C. (1979): "Dos nuevas tumbas megalíticas en Almería: el ritual funerario en la cultura de Los Millares y su problemática de interpretación". *Estudios dedicados a Carlos Callejo Serrano*. Excma. Diputación Provincial de Cáceres, págs. 511-532.
- THOMAS, J. (1988): "The social significance of Cotswold-Severn burial practices". *Man* 23: 540-559.
- TRUMP, D. (1984): The Bonu Ighinu Project. In W.H. Waldren, R.Chapman, J. lewthwaite and R.C. Kennard (eds.): *The Deya Conference of Prehistory. Early Settlement in Western Mediterranean Islands and the Peripheral Areas*. B.A.R. International Series 229, págs. 511-532.

- VICENT, J.M. (1990): "El Neolítico. Transformaciones sociales y económicas". *Actas del Coloquio sobre "Canvi Cultural"*. Barcelona, Marzo 1989. Ed. Columna, Barcelona, págs.241-293.
- WHITTLE, A. (1988): *Problems in Neolithic Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge.

EL POBLAMIENTO PREHISTÓRICO EN EL SECTOR SUR-ORIENTAL DEL SISTEMA CENTRAL PENINSULAR (ALTO VALLE DEL JARAMA, GUADALAJARA, ESPAÑA)

por

Jesús F. Jordá Pardo

Resumen: Desde 1983, un equipo multidisciplinar está llevando a cabo investigaciones sobre las diferentes etapas del poblamiento prehistórico y su medio ambiente en el Alto Valle del Jarama (Guadalajara). Hasta el momento se han descubierto varios yacimientos con industrias del Paleolítico Superior (uno de ellos con arte mueble), del paleolítico Medio (actualmente en curso de excavación) y de la Edad del Bronce. El análisis sincrónico y diacrónico de las diferentes ocupaciones nos ha permitido conocer las características económicas y ambientales de las mismas así como sus variaciones. Los nuevos datos se integran dentro del marco geográfico del Sistema Central.

Palabras-clave: Prehistoria. Sistema Central. Análisis regional.

1. INTRODUCCION

La zona objeto de esta comunicación está situada en el término municipal de Valdesotos que se encuentra en el borde nor-occidental de la provincia de Guadalajara (Castilla - La Mancha, España) (fig. 1). Ocupa una extensión de unos 4 Km² y su longitud máxima no supera los 4 Km. Geográficamente, la zona está enclavada en la vertiente meridional del extremo oriental del Sistema Central, y corresponde a un sector del Alto Valle del Jarama, que aparece rodeado al N por las sierras de Somosierra y Ayllón, mientras que por el S el valle esta limitado por las llanuras y relieves tabulares de la Cuenca Terciaria del Tajo.

En este marco geográfico, el Alto Valle del Jarama, en el tramo comprendido entre las localidades de Puebla de Vallés y Retiendas, corta y atraviesa una estrecha franja de calizas del Cretácico superior muy tectonizadas y afectadas por una intensa karstificación. Este sistema kárstico se encuentra atravesado por el río Jarama, dando lugar a un cañón kárstico en cuyos acantilados de ambas márgenes aparecen gran cantidad de cuevas y abrigos rocosos, exponentes de

las diferentes etapas del desarrollo kárstico y del encajamiento fluvial. Esta karstificación esta intimamente ligada al río Jarama, marcando este los diferentes niveles de base del karst, a lo largo de su encajamiento. Por encima de las calizas cretácicas y de forma discordante, aparecen depósitos detríticos terciarios generados por abanicos aluviales en una etapa anterior al emplazamiento y encajamiento del río Jarama.

El paisaje en el que se insertan estas cavidades, presenta unas características muy benignas para la ocupación prehistórica de la zona durante el Pleistoceno superior y el Holoceno. Así, todas estas cavidades y abrigos están situadas sobre el valle del Jarama, que circula fuertemente encajado en las calizas, y que está poblado por abundante vegetación arbórea y ripícola, mientras que en el exterior del valle existen amplias superficies de tendencia planar, cubiertas por encinar y monte bajo, además de por cultivos cerealísticos.

Dado el interés que presenta la zona del Alto Valle del Jarama, estamos llevando a cabo un estudio inter y multidisciplinar con objeto de establecer la secuencia cronológica, tecno-cultural y ambiental de la zona durante las últimas etapas del Pleistoceno superior y el Holoceno. De esta forma podremos analizar las variaciones diacrónicas que se dan en el hábitat y en las formas de explotación de este en la zona, centrándonos fundamentalmente en el Paleolítico Medio, Paleolítico Superior y Calcolítico. En este sentido creemos que el vacío existente en cuanto a yacimientos paleolíticos en este sector de Castilla - La Mancha no debe achacarse a la no existencia de estos, sino también a la ausencia de prospecciones sistemáticas encaminadas a la documentación de todo tipo de yacimientos. Nuestras propias prospecciones demuestran lo anteriormente expuesto.

2. DESARROLLO DE LOS TRABAJOS (1983-1993)

Los trabajos de investigación arqueológica en el Alto Valle del Jarama (Valdesotos, Guadalajara) comenzaron en 1983, cuando un equipo dirigido y coordinado por el profesor Dr. Francisco Jordá Cerdá, Catedrático de Prehistoria de la Universidad de Salamanca, descubrió el yacimiento Jarama II, el 29 de enero del citado año, gracias a las indicaciones del profesor José Enrique Villar, quién amablemente condujo dicho equipo al lugar en donde, años atrás, un alumno suyo, D. Miguel Castán, había extraído de forma casual una singular pieza de arte mueble. Una vez constatada la importancia del yacimiento, se prospectó el Alto Valle del Jarama en el término municipal de Valdesotos, documentando la existencia de varios yacimientos (Jarama I y Jarama II), contando con el correspondiente permiso de la Dirección General de Bellas Artes y Archivos del Ministerio de Cultura.

Posteriormente (1984-85), se elaboró un proyecto a largo plazo titulado **Investigaciones Prehistóricas en el Alto Valle del Jarama (Valdesotos, Guadalajara)**¹, solicitando el correspondiente permiso de excavaciones arqueológicas sistemáticas a la Dirección General de Cultura de la Junta de Comunidades de Castilla - La Mancha, para realizar trabajos en el Alto Valle del Jarama, permiso que fué concedido acompañado de una pequeña subvención. Esto permitió realizar la primera campaña de excavaciones en Jarama II en septiembre de 1985, documentándose materiales muy significativos del Paleolítico Superior. Los trabajos continuaron en septiembre de 1988 contando con el permiso y la subvención de la Dirección General de Cultura de La Junta de Comunidades de Castilla - La Mancha, prospectándose de nuevo el valle y concluyéndose la excavación sistemática de Jarama II. En esta campaña se localizó un nuevo yacimiento, Jarama VI, atribuido en una primera aproximación al Paleolítico Medio.

Desde 1989 hasta 1993 se han llevado a cabo cinco campañas de excavación sistemática en el yacimiento de Jarama VI bajo la dirección del que suscribe y de Miguel A. García Valero, contando con el correspondiente permiso y subvención económica de la Junta de Comunidades. Actualmente se está elaborando la memoria científica de la excavación por un amplio equipo interdisciplinar.

Los resultados de la excavación en Jarama VI así como el estado de abandono y destrucción a cargo de saquadores clandestinos nos motivaron a solicitar en 1991 un permiso de prospección superficial en los restos del yacimiento Jarama I, adscrito inicialmente al Paleolítico Medio y Superior, permiso que fué concedido pero que no fué acompañado por la correspondiente subvención. Se llevó a cabo una recuperación de materiales en superficie bajo la dirección de Rogelio Estrada García y el que suscribe, solicitándose permiso de excavación para el año 1992, que no fue concedido, continuando el yacimiento en estado de deterioro y saqueo progresivo.

En la actualidad prosiguen los trabajos en el Alto Valle del Jarama a cargo de un amplio equipo científico², habiéndose dado a conocer gran parte de los resultados

¹ El Proyecto de Investigación se describe en la comunicación presentada por el que suscribe en el 1.º Congreso de Arqueología de Castilla - La Mancha, celebrado en Albacete en octubre de 1990, cuyas actas se encuentran en prensa (Jordá Pardo, *in lit.*).

² Para la realización del Proyecto de Investigación contamos con un nutrido equipo de especialistas que se encargarán de los diferentes aspectos abordados en el Proyecto.

- Dirección del Proyecto de Investigación y Dirección de las Excavaciones Arqueológicas Sistemáticas en Jarama II: Dr. Jesús F. Jordá Pardo.

- Dirección de las Excavaciones Arqueológicas Sistemáticas en Jarama VI: Dr. Jesús F. Jordá Pardo y Miguel Angel García Valero.

- Dirección de la Prospección Arqueológica Superficial en Jarama I: Dr. Jesús F. Jordá Pardo y Rogelio Estrada García.

de las investigaciones llevadas a cabo hasta el momento, tanto en congresos como en revistas nacionales e internacionales (Jordá Pardo, 1986, 1988, *in lit.*; Jordá Pardo *et al.*, 1988/1989; Adán Álvarez *et al.*, 1989; Adán Alvarez y Jordá Pardo, 1989; Jordá Pardo y García Valero, 1989; Estrada *et al.*, 1992).

3. LOS YACIMIENTOS Y SUS MATERIALES

Las intervenciones arqueológicas en el Alto Valle del Jarama durante el decenio 1983-1993 han tenido lugar en tres yacimientos concretos, Jarama I, Jarama II y Jarama VI, prosiguiendo en este último en la actualidad las excavaciones arqueológicas sistemáticas.

Jarama I

El yacimiento de Jarama I corresponde a los restos de una pequeña cavidad, parcialmente destruida por las obras de construcción de la carretera local de Puebla de Valles a Valdesotos, situada en la margen derecha del río Jarama. Actualmente sólo se conserva el fondo de la cueva, que originalmente podría alcanzar unos 8 m de longitud máxima y una orientación hacia el SE. Es en este fondo donde se conserva intacto un paquete sedimentario de potencia superior a 1 m.

Los materiales recogidos en la prospección superficial (Estrada *et al.*, 1992) forman una pequeña colección de objetos líticos, realizados sobre cuarcita, cuarzo y sílex, siendo esta última la materia prima predominante en la elaboración de

-
- Industrias líticas: M.A. García Valero (Dpto. de Prehistoria, Universidad Complutense de Madrid), Rogelio Estrada García y Javier Pastor.
 - Industrias óseas: Gema Adán Alvarez.
 - Cerámica: Juan José Cano Martín.
 - Macromamíferos: Dra. Begoña Sánchez Chillón (Museo Nacional de Ciencias Naturales, Madrid) y José Cervera (Museo Geominero, Instituto Tecnológico Geominero de España, Madrid).
 - Micromamíferos: Dra. Carmen Sesé Benito (Museo Nacional de Ciencias Naturales, Madrid).
 - Ornitofauna: Antonio Sánchez Marco (Museo Nacional de Ciencias Naturales, Madrid).
 - Herpetofauna: Borja Sanchíz (Museo Nacional de Ciencias Naturales, Madrid).
 - Ictiofauna: M. José Rodrigo García (Servicio de Investigación Prehistórica, Valencia).
 - Antropología Física: Dr. Juan Luis Arsuga, Ignacio Martínez (Facultad de Ciencias, U.C.M., Madrid) y Alfonso Arribas Herrera (Museo Nacional de Ciencias Naturales, Madrid).
 - Dataciones absolutas: Beta Analytic Inc, Miami, Florida.
 - Medio Ambiente actual (flora y fauna): Marina González Fernández y Manuel Viñó.
 - Geoarqueología, Sedimentología y Paleoclimatología: Dr. Jesús F. Jordá Pardo.
 - Análisis sedimentológicos: Laboratorios Generales del Instituto Tecnológico Geominero de España.

útiles. La industria lítica recuperada (fig. 2) se compone de núcleos (cuarcita, cuarzo), útiles (cuarzo, sílex), crestas, hojas y hojitas (sílex) y restos de talla (cuarzo y sílex). Entre los útiles aparecen buriles, raspadores y una hoja con retoque continuo sobre un borde, existiendo un predominio claro de los primeros. Pese a lo reducido de la muestra y a la ausencia de elementos claramente diagnósticos, las características generales de este conjunto lítico permiten situarlo en una primera aproximación en el Paleolítico Superior, probablemente en algún momento del período Magdaleniense (Estrada *et al.*, 1992). La existencia de yacimientos magdalenienses en la vertiente N del Sistema Central con industrias talladas sobre cuarzo y cristal de roca (Fabián, 1984/1985, 1985) y la proximidad del yacimiento del Magdaleniense Inferior de Jarama II confieren una mayor fiabilidad a nuestra hipótesis.

Además, entre los materiales recuperados en superficie hay que citar varios fragmentos cerámicos, a los que habría que unir los restos cerámicos y óseos (humanos y animales) recuperados por técnicos del Museo Provincial de Guadalajara durante las obras de ejecución de la carretera y actualmente depositados en dicha institución. Los restos humanos corresponden a varios individuos, por los que se trataría de una pequeña necrópolis colectiva de inhumación, que podría situarse en el Calcolítico, dado que se encuentra en las proximidades de otro enterramiento claramente adscrito a ese momento cultural (Jarama II). Lamentablemente la destrucción parcial de la cavidad ha impedido la documentación completa de este interesante yacimiento.

Jarama II

Jarama II es una cueva de pequeñas dimensiones (10 m de longitud máxima por 2 m de anchura media) situada en la margen izquierda del río Jarama que se encuentra colgada en la parte alta del acantilado originado por el encajamiento fluvial, presentando su abertura una orientación hacia NW. Está parcialmente colmatada por una secuencia litoestratigráfica compuesta por tres niveles (Jordá Pardo, 1988; Jordá Pardo *et al.*, 1988/1989; Adán Alvarez *et al.*, 1989) que de muro a techo son:

— Nivel detrítico inferior. Presenta una potencia visible de unos 2 m y se compone de un conglomerado formado por cantos y gravas de esquisto y cuarcita redondeados, englobados en una matriz arenosa de color rojo. Paleontológica y arqueológicamente estéril, procede de la intrusión de los depósitos detríticos terciarios situados en el exterior.

— Nivel detrítico superior. De 1 m de espesor máximo, está compuesto por arenas y limos de cuarzo y mica muy sueltos con escasos cantos de esquistos

y cuarcitas y cantos aislados de caliza. Hacia el interior su color es marrón claro con tonalidades anaranjadas, mientras que hacia el exterior la mayor presencia de materia orgánica le confiere un color marrón oscuro. Se dispone de manera completamente desorganizada rellenando un paleorelieve desarrollado sobre el nivel infrayacente. Contiene dos horizontes arqueológicos claramente diferenciados. En la parte interna de la cavidad, donde los sedimentos son más sueltos, y en posición inferior dentro del nivel se encuentran los materiales más antiguos, atribuidos como veremos al Paleolítico Superior, que aparecen removilizados. Sobre este horizonte y hacia la parte externa yacen materiales de clara adscripción postpaleolítica.

— Corteza estalagmítica. Corresponde al techo del depósito y se encuentra parcialmente erosionada, conservándose en la zona más interna de la cavidad, donde engloba materiales detriticos y fragmentos cerámicos.

Los materiales más antiguos (Adán Alvarez *et al.*, 1989) componen una colección compuesta por instrumentos líticos (buriles, truncaduras, raspadores, útiles dobles, raederas, lascas y láminas), objetos óseos (azagayas de sección cuadrangular y oval, huesos apuntados y colgantes) (Adán Alvarez y Jordá Pardo, 1989), objetos ornamentales (colgantes sobre piezas dentarias de ciervo y cabra) y una pieza excepcional de arte mueble: una estatuilla de marfil que representa un glotón (*Gulo gulo*) (fig. 3.1) (Adán Alvarez *et al.*, 1989; Jordá Pardo y García Valero, 1989; Jordá Pardo *et al.*, 1988/1989). Además se recogieron numerosos restos faunísticos muy fragmentados. Dadas las características de la cueva y de los objetos materiales encontrados y la ausencia de estructuras habitacionales, podemos relacionar este conjunto con una funcionalidad de tipo ritual. En cuanto a la adscripción cultural, los materiales líticos no son demasiado explícitos, mientras que la industria ósea permite situar el conjunto en el Magdaleniense Inferior. En efecto, la azagaya de sección cuadrangular con motivos decorativos lineales y geométricos en caras opuestas (fig. 3.2) es propia del Magdaleniense Inferior cantábrico de facies tipo Juyo (Utrilla, 1981; Corchón, 1986), al igual que la azagaya de sección ovalada con fuste cilíndrico y bisel en la base (Corchón, 1986). Cronológicamente, el Magdaleniense Inferior de facies tipo Juyo se sitúa hacia los 16.000 años BP, por lo que el yacimiento magdaleniense de Jarama II se situaría en los últimos momentos del Pleistoceno superior, concretamente en el estadio isotópico 2 (Shackleton y Opdyke, 1973), en uno de los momentos más fríos del Würm IV, posiblemente coincidente con el Dryas Ib de la escala polínica tradicional.

Los materiales más recientes corresponden a objetos realizados en hueso (espátulas, palita-espátula y punzones) (Adán Alvarez y Jordá Pardo, 1989) (fig. 4), industria lítica mayoritariamente de sílex (puntas de flecha con retoque plano invasor de tipo triangular con pedúnculo y aletas incipientes, hojas de

sección triangular y trapezoidal, una de ellas retocada y con pátina de uso, hojitas, lascas), materiales cerámicos (cuencos, vasos, ollas y orzas) y ornamentales (cuentas de collar). Entre los materiales cerámicos destacan un fragmento de galbo decorado con triángulos incisos enmarcando series de puntos impresos y un pequeño vaso hemisférico con las superficies exterior e interior bruñidas. Asociados a estos materiales aparecieron numerosos restos de vertebrados, tanto de macro y micro mamíferos, como de aves, reptiles, anfibios y peces, aportados en algunos casos de forma clara por el hombre, predominando los introducidos por animales dadas las características del yacimiento. La asociación de estos materiales a restos humanos de varios individuos (actualmente en estudio), así como las características del yacimiento, permiten pensar que se trata de una necrópolis de inhumación colectiva. La atribución cultural de estos materiales es clara: tanto las puntas de flecha con retoque invasor y las grandes hojas retocadas como las espátulas y punzones sobre metápodo de ovicáprido son propias del Calcolítico, existiendo paralelos cercanos en la Cueva de los Enebralejos, en la vertiente N de Sistema Central (Municio y Piñón, 1990). La presencia de un fragmento cerámico decorado con triángulos incisos que enmarcan series ordenadas de puntos impresos permiten aproximar la cronología de este conjunto al Calcolítico precampaniforme, con claros paralelos en Las Pozas (Casaseca de las Chanas, Zamora) (Val Recio, 1983) y Los Bajos (Vecilla de Trasmonte, Zamora) (Pérez Rodríguez *et al.*, 1991). Cronológicamente, estos momentos del Calcolítico precampaniforme se sitúan entre los 2.500 y los 2.000 años BC (Val Recio, 1983), por lo que nos encontraríamos hacia la parte media del Holoceno, en el tránsito de los períodos polínicos Atlántico y Sub-Boreal.

Jarama VI

El yacimiento de Jarama VI se encuentra situado en la margen izquierda del río Jarama, a media ladera, presentando características de abrigo rocoso. La cavidad, orientada al N, tiene una longitud máxima de 16 m, mientras que su anchura varía entre 1 y 23 m, en el interior y exterior respectivamente, alcanzando una altura de unos 5 m en la boca y de 1 m en el fondo. La secuencia litoestratigráfica de Jarama VI consta de tres niveles que descansan sobre la roca del sustrato, fracturada y ligeramente alterada, que de muro a techo son:

— Nivel 3: De 5 a 50 cm de arenas de color gris, marrón y marrón-rojizo, con gravas de pizarra y abundantes cantos rodados de cuarcita y pizarra y también bloques y cantos angulosos de caliza autóctona, que hacia el exterior del abrigo aparecen con las aristas más desgastadas, presentando una gradación granulométrica del interior (centiles menores) al exterior (centiles mayores). No

tienen cementación pero si una matriz arcillosa que les confiere cierta cohesión. Internamente los materiales se disponen paralelos entre sí y a la superficie deposicional. Su geometría es tabular y presentan un inclinación deposicional muy marcada hacia el exterior de la cavidad, extendiéndose por debajo del nivel 2. Está generado por aportes autóctonos originados por gelifracción del techo de la cavidad, que posteriormente son retrabajados por aguas fluviales. La base de este nivel se compone de unos 10 a 15 cm de arenas anaranjadas de naturaleza carbonatada, producto de la alteración de la roca del sustrato. Contiene abundantes restos arqueológicos líticos y óseos.

— Nivel 2: De 10 a 160 cm de arenas grises de grano fino a medio, bien calibradas y bien lavadas, de cuarzo, mica, pizarra y feldespatos, y limos marrones. No aparecen cementados, si bien son compactos aunque fácilmente disgregables. Se observan numerosas estructuras sinsedimentarias y postdeposicionales de gran calidad, como laminaciones paralelas y cruzadas, ripples de corriente y de ola, estructuras de escape de fluidos, laminación convolute, huellas de raíces, galerías de animales, etc. Su geometría es cuneiforme. Su origen es claramente fluvial, y es atribuible a una etapa de grandes avenidas en el río Jarama. Se detectan facies de canal, de desbordamiento y de llanura de inundación. En los materiales finos de llanura de inundación que culminan el estrato aparecen de forma muy dispersa restos arqueológicos líticos y óseos, que en algunos casos se disponen de forma concentrada alrededor de un pequeño hogar, que se manifiesta además por la concentración de carbones y por la rubefacción del sedimento limoso. También se detectan intrusiones de materiales arqueológicos en los niveles de arenas producidas por la actividad biológica postdeposicional.

— Nivel 1: De 20 a 50 cm de arenas rojizas de grano fino a medio y limos, de cuarzo, mica y caliza, que contienen cantos de caliza autóctonos muy angulosos, apareciendo sus aristas ligeramente corroidas por disolución. También contienen gravas de pizarra con morfología planar. En su base, este nivel engloba cantos rodados fluviales de cuarcita, pizarra y cuarzo. La matriz es escasa, arcillosa, y localmente aparece una cementación carbonatada. Su aspecto es masivo, si bien se pueden observar puntualmente tenues laminaciones marcadas por los clastos planares. Su geometría es irregular, con forma de cuña, apareciendo los mayores espesores hacia el exterior de la cavidad, y adelgazándose hacia el interior. Se dispone con una cierta pendiente hacia el interior de la cavidad. Su límite inferior es erosivo. La génesis de este nivel es debida a aportes autóctonos originados por procesos de gelifracción en el techo de la cavidad y por arrollada difusa de materiales finos, en un medio frío y seco. Este nivel contiene una gran acumulación de restos arqueológicos líticos y óseos.

— Nivel K: Brecha y corteza estalagmítica de color gris o blanco, con un espesor medio de 20 cm, muy porosa o alveolar en su base, con aspecto tobáceo,

y laminada hacia su parte media y superior. Contiene gravas de pizarra dispersas y se encuentra en su conjunto fuertemente cementada. Su geometría es irregular, típica de estas formaciones, ciñéndose a las irregularidades de los sedimentos que sella. Su origen está ligado a la precipitación química de carbonatos en un medio templado-cálido.

Los materiales arqueológicos aparecidos en los niveles 1, 2 y 3 corresponden a industrias líticas y restos de fauna. Las primeras están siendo estudiadas por M. A. García Valero quien las atribuye al Paleolítico Medio y componen una importante colección constituida por varios miles de objetos, hecho este que nos habla de la riqueza arqueológica del yacimiento, fundamentalmente los niveles 1 y 3. Las materias primas utilizadas son el cuarzo, que predomina claramente, la cuarcita, el sílex (frecuentemente alterado) y el cristal de roca. Las piezas presentan un tamaño medio, siendo el soporte más habitual las lascas. El retoque es simple, abrupto, escaleriforme y alterno, y los tipos más habituales son puntas, raederas, buriles, escotaduras y denticulados, que aparecen en menor proporción que las lascas simples o con algún tipo de retoque. En algunos casos se observa la utilización de la talla levallois para la realización de algunos útiles. Destaca el elevado número de núcleos, lascas de descortezado y restos de talla, claramente indicativos de la ejecución de la cadena operativa lítica en el yacimiento.

Los restos faunísticos exhumados en los tres niveles pertenecen a la totalidad de los grupos de vertebrados (macro y micromamíferos, aves, reptiles, anfibios y peces), destacando por su mayor presencia los macromamíferos. Estos presentan una cierta homogeneidad taxonómica a lo largo de la secuencia, habiéndose identificado en una primera aproximación *Cervus elaphus*, un cérvido de pequeña talla, *Equus caballus*, ovicápridos (Ovinae-Caprinae), *Capra* sp., *Rupicapra rupicapra*, grán bóvido (*Bos* sp./*Bison* sp.) y un carnívoro. Destaca la presencia de individuos juveniles. Entre los pequeños mamíferos aparece con cierta frecuencia *Oryctolagus cuniculus* junto a diversas especies de ratones y de murciélagos. La mayoría de los restos óseos corresponden a pequeños fragmentos de difícil identificación y determinación, si bien aparecen bastantes restos identificables y determinables a nivel específico o genérico. Se observan en numerosas piezas marcas de carnicería e indicios claros de fracturación intencional de las diáfisis óseas mediante percutor sobre yunque, así como alteraciones postdeposicionales de diferente índole.

En cuanto a la situación del yacimiento en la escala cronoestratigráfica, hasta el momento contamos con una datación radiocarbónica realizada en el laboratorio Beta Analytic Inc (Miami, Florida, USA), que nos aporta para el pequeño hogar situado en el nivel de limos del techo del Nivel 2 la fecha BETA-56639: 32.600 ± 1.860 BP. Por tanto, el techo del Nivel 2 se encuentra

en un momento del Pleistoceno superior, situado en la parte más alta del estadio isotópico 3 (Shackleton y Opdyke, 1973), o utilizando la escala polínica clásica, en el interestadial situado inmediatamente por debajo del episodio de Arcy. Los niveles 1 y 3 corresponderían a episodios climáticos de carácter frío, más húmedo el inferior (Nivel 3) y de características más secas el superior (Nivel 1), mientras que el Nivel 2 se desarrollaría en un clima marcadamente húmedo y térmicamente más benigno.

4. EL POBLAMIENTO PREHISTORICO DE ALTO VALLE DEL JARAMA EN EL MARCO CONTEXTUAL DEL SISTEMA CENTRAL

En el Alto Valle del Jarama, situado en el extremo sur-oriental del Sistema Central peninsular, hemos documentado un poblamiento discontinuo desde las últimas etapas del Pleistoceno superior hasta los inicios de la segunda mitad del Holoceno, poblamiento que corresponde a ocupaciones del Paleolítico Medio, Paleolítico Superior y Calcolítico.

El poblamiento del Paleolítico Medio se documenta a través de tres niveles estratigráficos que se corresponden con otros tantos momentos de ocupación de la cavidad de Jarama VI. La ocupación más antigua (Nivel 3) ofrece una serie de características que permiten pensar en una cierta estabilidad en el hábitat: ausencia de discontinuidades estratigráficas, abundancia de materiales líticos y óseos, ejecución de la totalidad de la cadena operativa lítica en el asentamiento, explotación exhaustiva de los recursos animales, introducción en la cavidad de numerosos elementos líticos alóctonos, etc. Esta ocupación tiene lugar en unas condiciones climáticas frías y ligeramente húmedas. La invasión de la cavidad por aguas del río Jarama hacen que esta se abandone durante un período de tiempo relativamente corto por su inhabitabilidad, tiempo durante el que se deposita un importante paquete de sedimentos fluviales (Nivel 2) que culminan con el desarrollo de sedimentos de acreción vertical propios de una zona de llanura de inundación. Sobre estos materiales finos (tramo superior del Nivel 2) se detectan momentos habitacionales esporádicos correspondientes a pequeñas estructuras de combustión alrededor de las cuales se localizan algunos instrumentos líticos y restos de animales consumidos, observándose la ausencia de los productos del proceso tecnológico. En este nivel también se documentan momentos de ocupación de la cueva por carnívoros y carroñeros. Este episodio de desbordamiento fluvial tendría lugar en un clima con importantes precipitaciones concentradas muy puntualmente, hecho este que unido a la morfología de cañón que presenta el valle del Jarama permitiría fuertes ascensos del nivel del río hasta alcanzar la cavidad. Sobre el techo del Nivel 2, tiene lugar una ocupación

de gran intensidad que se desarrolla en un clima muy frío y seco (Nivel 1). Se detectan numerosas manifestaciones de la actividad antrópica, como modificación de la superficie deposicional, aportaciones de grandes cantos rodados alóctonos, restos de la totalidad de la cadena operativa lítica, explotación al máximo de los recursos animales, con fracturación sistemática de diáfisis óseas por percusión, pisoteo, etc. Finalmente, estos depósitos se ven sellados por una corteza estalagmática de la que apenas quedan restos, generada bajo unas características climáticas cálidas y de cierta humedad.

La ausencia de datos impide conocer la existencia de una ocupación continuada del valle desde el Paleolítico Medio al Superior, dado que entre el registro de Jarama VI y el de Jarama I y II existe un lapso temporal superior a los 10.000 años.

El poblamiento del Alto Valle del Jarama por gentes del Paleolítico Superior se manifiesta a través de la ocupación habitacional de un yacimiento (Jarama I) del que apenas contamos con información y del uso ritual de una pequeña cavidad colgada en el acantilado del cañón del río Jarama. En esta pequeña cavidad se ha localizado un conjunto de materiales propios del Magdaleniense Inferior entre los que destaca una estatuilla elaborada en marfil que representa un glotón (*Gulo gulo*). Esta estatuilla nos da pie para realizar una interpretación climática muy sugestiva, dada la ausencia de datos de esta índole existente en el corazón de la península para las últimas etapas del Pleistoceno superior (Jordá *et al.*, 1988/1989). La presencia de glotones en el interior de la península, propios de zonas de tundra y taiga, testimoniada por el hallazgo de Jarama II y por la representación rupestre de Los Casares (Cabré, 1934; Barandiarán, 1974), probablemente integrantes de poblaciones residuales entorno al Sistema Central, nos habla de unas condiciones climáticas muy extremas, probablemente más frías que las que en ese mismo momento tenían lugar en la franja cantábrica. La mayor continentalidad de las mesetas favorecería el desarrollo de estepas frías propias para el desarrollo de poblaciones de estos mustélidos. En este sentido Uchupi (1988) señala para los últimos momentos del Pleistoceno superior unas condiciones de tundra en las dos mesetas, con la existencia de nieves perpétuas en el Sistema Central.

Una nueva discontinuidad en el registro arqueológico, superior también a los 10.000 años, nos lleva al Holoceno medio, período en el cual tiene lugar la ocupación del Alto Valle del Jarama por poblaciones calcolíticas, de las cuales contamos con los restos de dos interesantes necrópolis colectivas de inhumación, una de ellas destruida (Jarama I) y otra conocida a través de nuestros trabajos de excavación. Se trata de necrópolis en cueva similares a otras situadas en el entorno del Sistema Central, cuya adscripción cultural correspondería al Calcolítico precampaniforme. Cronológicamente podrían situarse entre la mitad del tercer

milenio y los comienzos del segundo milenio. En esta época asistiríamos a un cambio en el paisaje, que presentaría ya características holocenas.

Independientemente de los yacimientos del Alto Valle del Jarama, en las zonas circundantes al Sistema Central en las dos mesetas castellanas existen yacimientos con restos culturales materiales del Paleolítico Medio, como la Cueva de Los Casares (Riba de Saelices, Guadalajara) (Beltrán y Barandiarán, 1968) y La Olmedilla (Sacedón, Guadalajara) (Cuadrado y Giles, 1971), del Paleolítico Superior, como el Abrigo de Tamajón (Guadalajara) (Cabrera y Bernaldo de Quirós, 1979), La Dehesa (El Tejado, Salamanca) (Fabián, 1984/1985, 1985), La Hoz (Santa María del Espino, Guadalajara) (Balbín *et al.*, *in lit.*), o incluso en las laderas del valle del río Salado en las proximidades de Los Casares y La Hoz (Barandiarán, 1973), y del Epipaleolítico, como las riberas del Sorbe (Humanes, Guadalajara) (Fernández-Galiano *et al.*, 1989).

Más frecuentes son los yacimientos con manifestaciones artísticas del Paleolítico Superior, ya sean muebles o rupestres. Las representaciones artísticas sobre soportes muebles son escasas, contando por el momento con la placa grabada de Villalba de Almazán (Soria) (Jimeno y Fernández, 1988; Jimeno *et al.*, 1990) y las placas decoradas de La Hoz (Balbín *et al.*, *in lit.*), además de la ya mencionada estatuilla de Jarama II. Las manifestaciones artísticas rupestres aparecen tanto en el interior de cuevas como al aire libre. Entre las primeras, podemos señalar Los Casares y La Hoz (Cabré Aguiló, 1934), el Reguerillo (Patones, Madrid) (Maura, 1952), en la Meseta Sur, y la Cueva de la Griega (Pedraza, Segovia) (Sauvet, 1983) en la Meseta Norte. Entre las segundas se encuentran los grabados de Domingo García (Segovia) (Martín y Moure, 1981; Ripoll López, com.pers.), Siega Verde (Villar de Argañán, Salamanca) (Balbín *et al.*, 1991) y Mazouco (Freixo de Espada a Cinta, Alto Duero, Portugal) (Oliveira Jorge *et al.*, 1982).

En cuanto al poblamiento durante el Holoceno en torno al Sistema Central, podemos citar en la vertiente S numerosos yacimientos neolíticos, calcolíticos y de la Edad del Bronce en las provincias de Guadalajara (Fernández-Galiano *et al.*, 1989) y de Madrid (Antona, 1987; Martínez Navarrete, 1987), y en la vertiente N, la Cueva de los Enebralejos (Prádena, Segovia) (Municio y Piñón, 1990), que se encuentra en un contexto geográfico y geológico muy similar al del Alto Valle del Jarama.

Es en este marco regional y cronológico en donde se inscriben las diferentes ocupaciones prehistóricas detectadas en el Alto Valle del Jarama, espacio geográfico que se muestra como una zona propicia para el desarrollo de asentamientos humanos durante el Pleistoceno medio y el Holoceno. Las sucesivas campañas de investigación permitirán alcanzar un mayor grado de conocimiento tanto de las características ocupacionales del valle como de la evolución ambiental

del mismo, a la vez que posibilitará la localización de nuevos registros arqueológicos que completen las lagunas existentes en la secuencia cronoestratigráfica, paleoambiental y cultural.

REFERENCIAS

- ADÁN ALVAREZ, G., GARCÍA VALERO, M.A., JORDÁ PARDO, J.F. Y SÁNCHEZ CHILLÓN, B. (1989): Jarama II, nouveau gisement Magdalénien avec art mobilier de la 'Meseta Castellana', (Guadalajara, Espagne). *Préhistoire Ariègeoise*, t. XLIV, pp. 97-120.
- ADÁN ALVAREZ, G. Y JORDÁ PARDO, J.F. (1989): Industrias óseas del Paleolítico y Postpaleolítico pirenaico en relación con los nuevos hallazgos de Jarama II (Guadalajara). *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie I, 2, pp. 109-130.
- ANTONA DEL VAL, V. (1987): El Neolítico. *130 años de Arqueología madrileña*, Comunidad de Madrid, pp. 45-57.
- BALBÍN BERHMANN, R. DE, ALCOLEA GONZÁLEZ, J., SANTONJA, M. Y PÉREZ MARTÍN, R. (1991): Siega Verde (Salamanca). Yacimiento artístico paleolítico al aire libre. *Del Paleolítico a la Historia*, Museo de Salamanca, pp. 33-48.
- BALBÍN BERHMANN, R. DE, ALCOLEA GONZÁLEZ, J.J. Y CRUZ NAIMI, L.A. (*in lit.*): Un ejemplo de arte mobiliario paleolítico en la Meseta castellana: las placas decoradas de la Cueva de la Hoz (Guadalajara). *1º Congreso de Arqueología Peninsular, Porto, 12-18, outubro, 1993*.
- BARANDIARÁN, I. (1973): *La cueva de Los Casares*. Excavaciones Arqueológicas en España, 76.
- BARANDIARÁN, I. (1974): El glotón (*Gulo gulo* L.) en el Arte Paleolítico. *Zephyrus*, XXV, pp. 177-196.
- BELTRÁN, A. Y BARANDIARÁN, I. (1968): *Avance al estudio de las cuevas paleolíticas de la Hoz y los Casares (Guadalajara)*. Excavaciones Arqueológicas en España, 64.
- CABRÉ AGUILÓ, J. (1934): Las Cuevas de los Casares y de la Hoz. *Archivo Español de Arte y Arqueología*, X, pp. 225-254.
- CABRERA, V. Y BERNALDO DE QUIRÓS, F. (1979): Abrigo de Tamajón. *Arqueología*, 1979.
- CORCHÓN, S. (1986): *El Arte Mueble Paleolítico Cantábrico: Contexto y análisis interno*. Monografías del Centro de Investigación y Museo de Altamira, 16.
- CUADRADO, E. Y GILES, F. (1971): Excavaciones arqueológicas en la Necrópolis medieval y yacimiento paleolítico de la Olmedilla (Sacedón, Guadalajara). *Noticario Arqueológico Hispánico*, XIII-XIV, pp. 163-172.
- ESTRADA GARCÍA, R., JORDÁ PARDO, J.F. Y PASTOR MUÑOZ, J. (1992): El yacimiento prehistórico de Jarama I (Valdesotos, Guadalajara). Campaña de prospección de 1991. *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie I, 5, pp. 153-164.
- FABIÁN, F. (1984/1985): Los útiles de arista diédrica sobre prismas piramidales o nódulos de cristal de roca (UAD) en el yacimiento de La Dehesa, El Tejado de Béjar (Salamanca). Estudio morfotécnico. *Zephyrus*, XXXVII-XXXVIII, pp. 115-124.
- FABIÁN, F. (1985): El Cerro del Berrueco. Casi diez mil años de habitación ininterrumpida.

- Revista de Arqueología*, 65, pp. 6-7.
- FERNÁNDEZ GALIANO, D., GARCÍA-GELABERT, M.P. Y RUS, I. (1989): *Arqueología de Castilla - La Mancha*. Servicio de Publicaciones, Junta de Comunidades de Castilla - La Mancha.
- JIMENO MARTÍNEZ, A. Y FERNÁNDEZ MORENO, J.J. (1988): Una placa de arte mueble paleolítico en la provincia de Soria. *Trabajos de Prehistoria*, 45, pp. 235-242.
- JIMENO MARTÍNEZ, A., FERNÁNDEZ MORENO, J.J., GÓMEZ BARRERA, J.A. Y GALINDO ORTIZ DE L., M.P. (1990): Arte paleolítico en la provincia de Soria: La placa de Villalba. *Nvmantia. Investigaciones Arqueológicas en Castilla y León*, III, pp. 9-50.
- JORDÁ PARDO, J.F. (1986): Jarama II. Nuevo yacimiento del Paleolítico Superior. *Revista de Arqueología*, 61, pp. 14-24.
- JORDÁ PARDO, J.F. (1988): Investigaciones Prehistóricas en el Alto Valle del Jarama (Guadalajara). *I Congreso de Historia de Castilla - La Mancha*, II, Pueblos y Culturas Prehistóricas y Protohistóricas (1), pp. 111-123.
- JORDÁ PARDO, J.F. (*in lit.*): Investigaciones Prehistóricas en el Alto Valle del Jarama (Valdesotos, Guadalajara). Proyecto de Investigación y primeros resultados. *Actas del I Congreso de Arqueología de Castilla - La Mancha (Albacete, 26-28, octubre, 1990)*.
- JORDÁ PARDO, J.F. Y GARCÍA VALERO, M.A. (1989): Las representaciones de glotón (*Gulo gulo* L) en el Arte Paleolítico pirenaico y un nuevo hallazgo de arte mueble en el Alto Valle del Jarama (Guadalajara). *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie I, 2, pp. 89-107.
- JORDÁ PARDO, J.F., GARCÍA VALERO, M.A., ADÁN ALVAREZ, G. Y SÁNCHEZ CHILLÓN, B. (1988/1989). Una nueva pieza de arte mueble magdaleniense: el glotón de la Cueva de Jarama II (Valdesotos, Guadalajara). *Ars Praehistórica*, VII-VIII, pp. 107-122.
- MARTÍN, E. Y MOURE, J.A. (1981): El grabado de estilo paleolítico de Domingo García (Segovia). *Trabajos de Prehistoria*, 38, pp. 97-108.
- MARTÍNEZ NAVARRETE, M.I. (1987): Los primeros períodos metalúrgicos. *130 años de Arqueología madrileña*, Comunidad de Madrid, pp. 59-81.
- MAURA, M. (1952): Los dibujos rupestres de la Cueva del Reguerillo (Torrelaguna), provincia de Madrid. *II Congreso Nacional de Arqueología*, pp. 73-74, 4 láms.
- MUNICIO GONZÁLEZ, L. Y PIÑÓN VARELA, F. (1990): Cueva de Los Enebralejos (Prádena, Segovia). *Nvmantia. Investigaciones Arqueológicas en Castilla y León*, III, pp. 51-76.
- OLIVEIRA JORGE, S., FERREIRA DE ALMEIDA, G.A., SÁNCHEZ, M.J. Y SOEIRO, M.T. (1982): Descubierta de gravuras rupestres en Mazouco, Freixo de Espada-a-Cinta (Portugal). *Zephyrus*, XXXIV-XXXV, pp. 65-70.
- PÉREZ RODRÍGUEZ, F.J., SANZ GARCÍA, F.J., MARCOS CONTRERAS, G.J., MARTÍN CARBAJO, M.A. Y MISIEGO TEJEDA, J.C. (1991): Intervención arqueológica en el yacimiento Los Bajos (Vecilla de Trasmonte, Zamora). *Anuario 1991 Instituto de Estudio Zamoranos Florián de Ocampo*, pp. 149-173.
- SAUVET, G. Y S. (1983): *Los grabados rupestres prehistóricos de la Cueva de La Griega (Pedraza, Segovia)*. Corpus Artis Rupestris, I. Palaeolithica Ars, Vol. 2, 32 pp.
- SHACKLETON, N.J. Y OPDYKE, N.D. (1973): Oxigen isotope and paleomagnetic

- stratigraphy of equatorial Pacific core V28-238: oxygen isotope temperatures and ice volumes on a 10^5 year and 10^6 year scale. *Quaternary Research*, 3, pp. 39-55.
- UCHUPI, E. (1988): The Mesozoic-Cenozoic geologic evolution of Iberia. A tectonic link between Africa and Europe. *Rev. Soc. Geol. Esp.*, 1 (3-4), pp. 257-294.
- UTRILLA, P. (1981): *El Magdaleniense Inferior y Medio en la Costa Cantábrica*. Monografías del Centro de Investigación y Museo de Altamira, 4.
- VAL RECIO, JESÚS DEL (1983): *El Calcolítico precampaniforme en el occidente de la Meseta. El yacimiento: Las Pozas (Zamora)*. Memoria de Licenciatura, Universidad de Valladolid.

Est. I

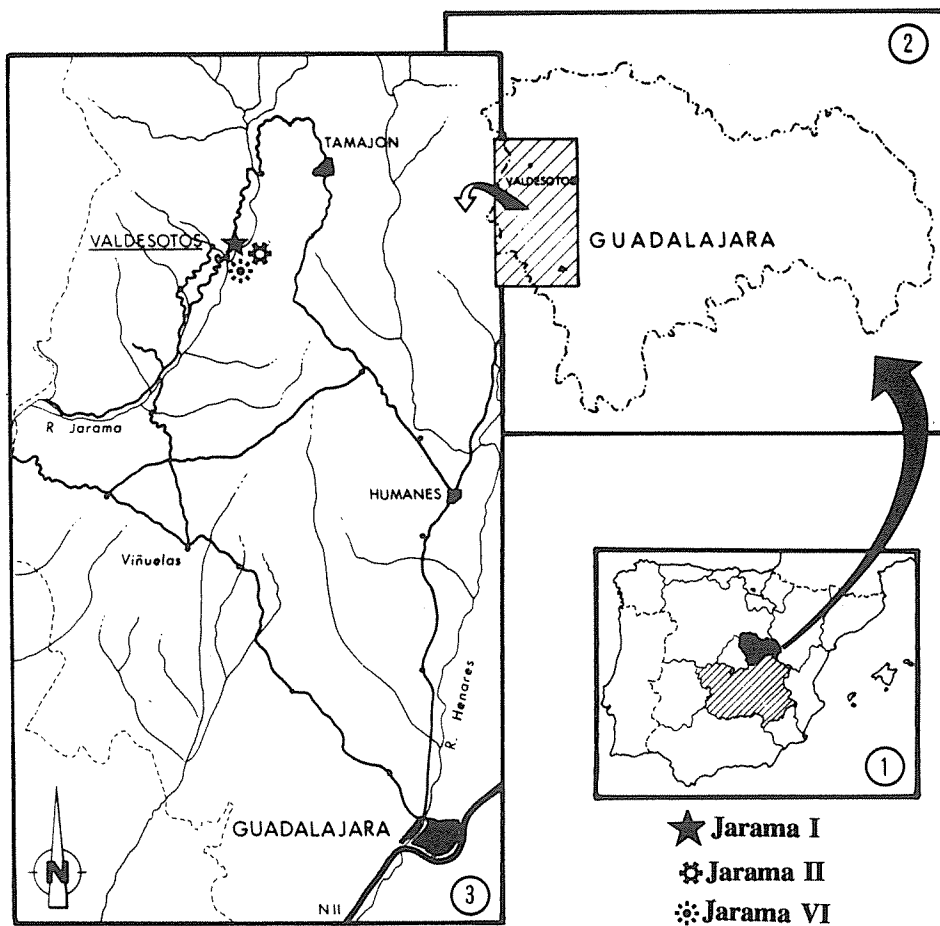


Fig. 1 — Situación geográfica regional (1), provincial (2) y local (3) de los yacimientos Jarama I, Jarama II y Jarama VI (dibujo: F. Ramírez Trillo).

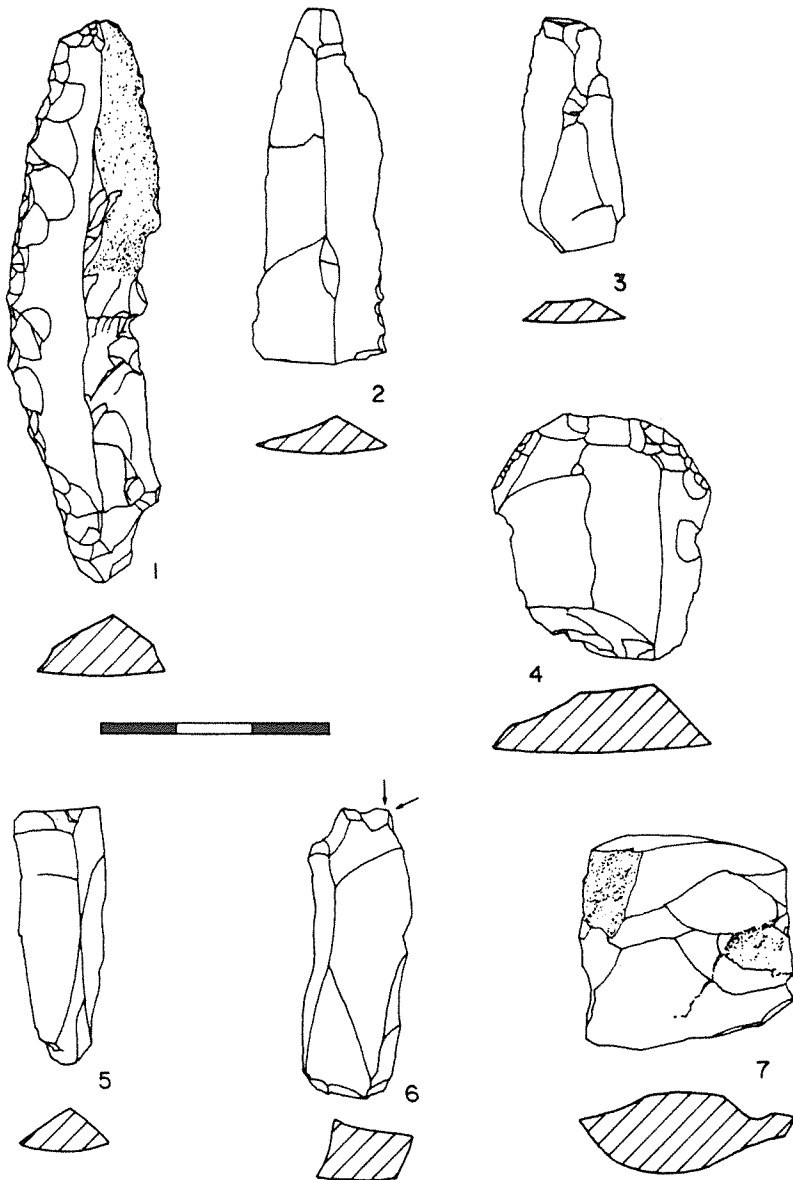


Fig. 2 — Materiales líticos de Jarama I: 1, hoja con retoque continuo, 2, fragto. distal de hoja, 3, hoja, 4, raspador simple, 5, fragto. proximal de hoja, 6, buril diedro, 7, pieza astillada (dibujos: J. Pastor Muñoz).

Est. III

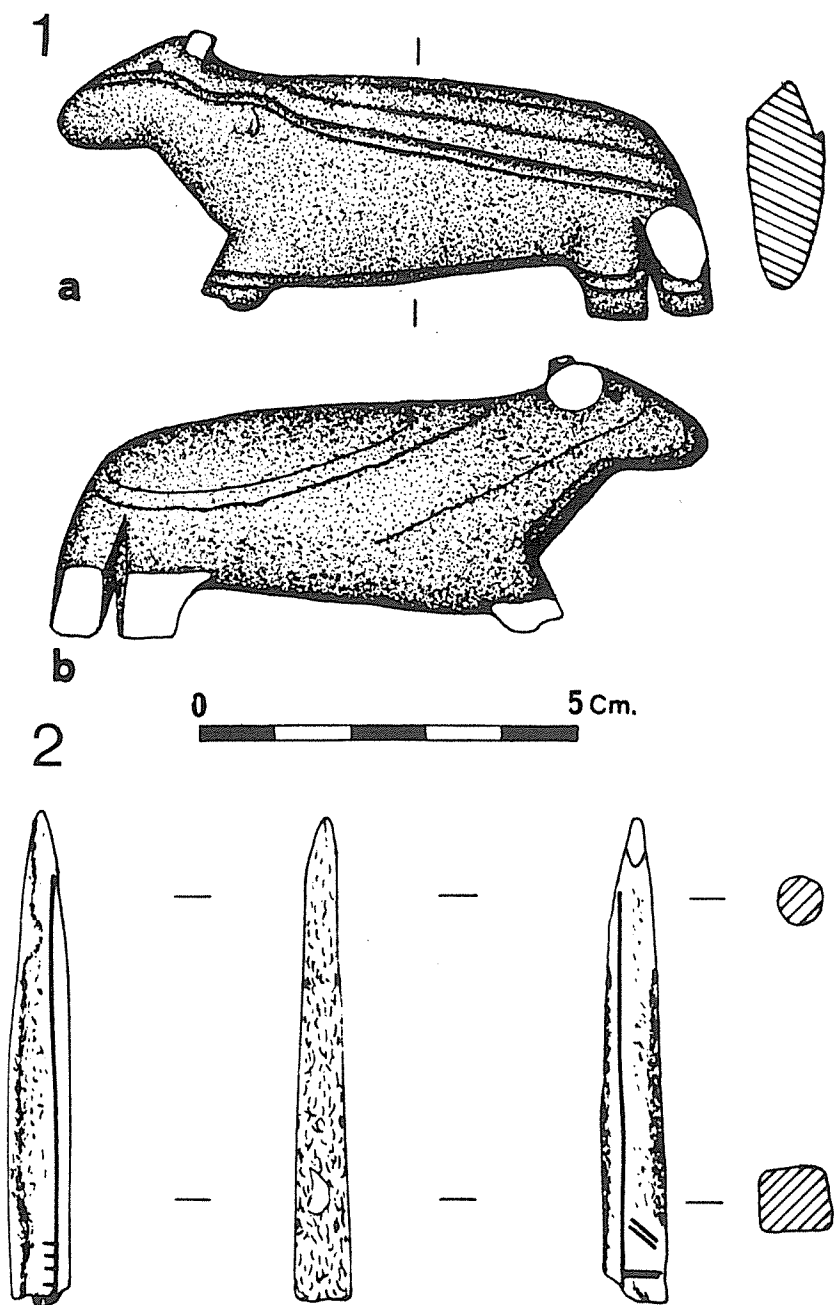


Fig. 3 — Materiales paleolíticos de Jarama II: 1, estatuilla que representa un glotón (dibujo: M.A. García Valero), 2, azagaya de sección cuadrangular (dibujo: G. Adán Alvarez)

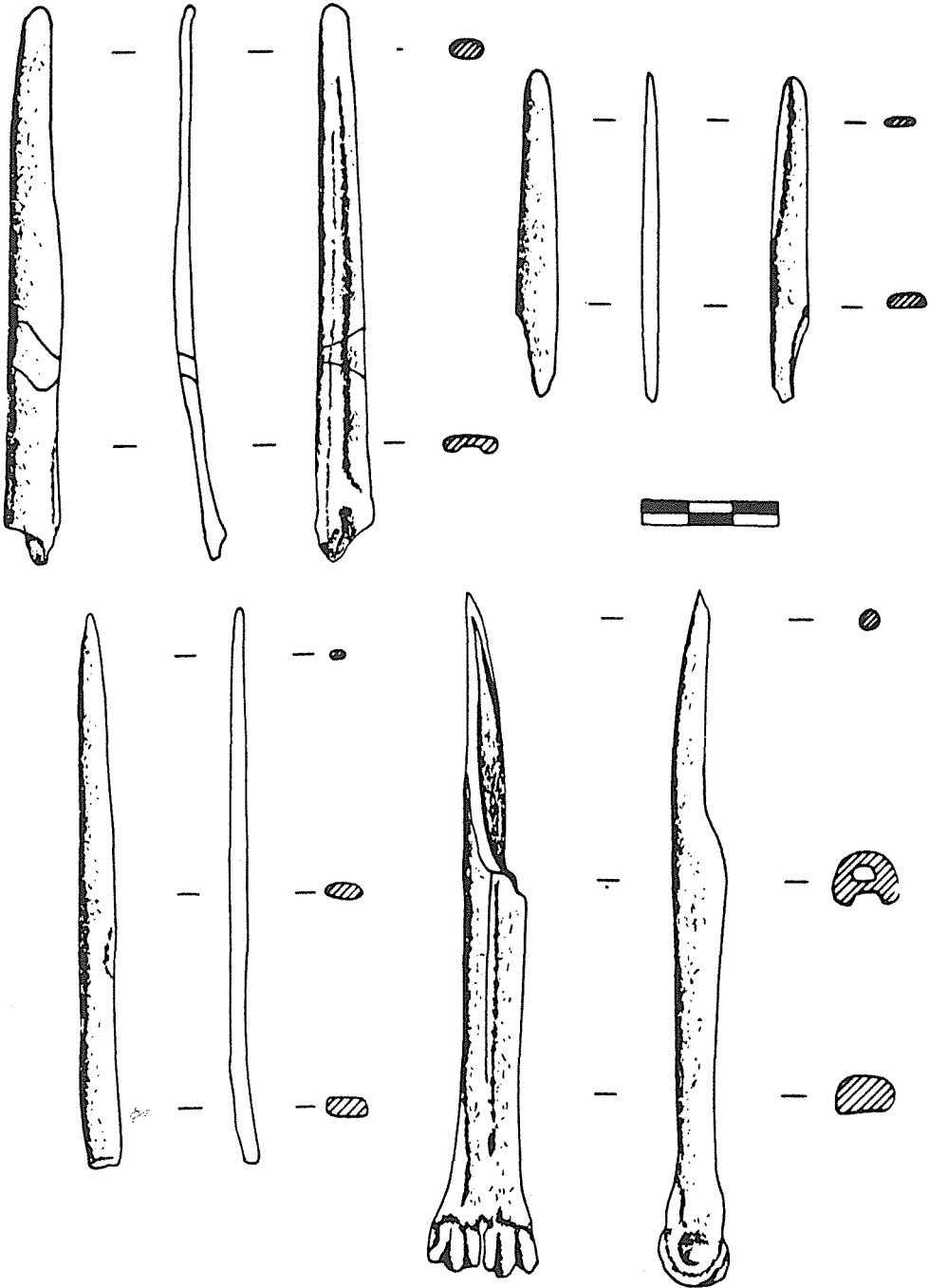


Fig. 4 — Industria ósea calcolítica de Jarama II: 1 y 2, espátulas, 3 y 4, punzones (dibujos: G. Adán Álvarez).

EL POBLAMIENTO PREHISTORICO EN LA CUENCA DEL MEDIONA (ALT PENEDES, BARCELONA)

por

J. Estévez, R. Piqué, A. Vila, M. Taulé,
G. Weniger, A. Bonet y I. Clemente

Resumen: El proyecto «El poblamiento Prehistórico en la cuenca del Mediona» trata de reconstruir la historia del paisaje y la de la acción humana sobre él a través de prospecciones extensivas y excavaciones simultáneas en la zona de travertinos de Sant Quintí de Mediona a unos 40 kms. al oeste de Barcelona, en la comarca del Art Penedés. Los travertinos nos han documentado la existencia de una superposición de dos sistemas con dos pequeños lagos en el Cuaternario reciente.

Se documentan dos fases principales de poblamiento prehistórico en la zona: una en el Paleolítico medio y otra en el Neolítico final–Bronce antiguo existiendo un claro vacío en hallazgos del Paleolítico Superior y Mesolítico. Se plantea la cuestión sobre cuáles son las causas responsables de este hiatus.

Palabras-clave: Paleolítico medio. Neolítico. Paleoambiente.

EL PROYECTO DE INVESTIGACIÓN

El proyecto “El poblamiento Prehistórico en la cuenca del Mediona” pretende integrar varios aspectos fundamentales: La investigación básica, la arqueología preventiva y la utilidad pública. Por una parte, reconstruir la historia del paisaje y la de la acción humana sobre él a través de una investigación interdisciplinaria aplicada a prospecciones extensivas, muy detalladas, acompañadas y guiadas por excavaciones simultáneas en varios sitios puntuales. Por otra, hay una intención de desarrollo y ensayo de nuevas técnicas (lumino-luminiscencia, micromorfología de suelos arqueológicos, técnicas de muestreo malacológico, tratamiento de datos antracológicos, análisis de ácidos grasos de suelos paleolíticos, etc.) así como adquisición de conocimientos básicos (sobre el desarrollo del poblamiento en la zona) para completar nuestro entendimiento de las sociedades prehistóricas en nuestro país. Existe también una proyección social ya que con la prospección

intensiva se conseguirá un cartografiado exhaustivo de yacimientos de la zona y una evaluación del potencial patrimonial de las distintas zonas. Así se pretende lograr un modelo de actuación en Arqueología preventiva que sea aplicable a otras zonas de alto riesgo.

Por último, los resultados de la investigación en cuanto a la dinámica de las sociedades en y con el paisaje están directamente relacionados con los proyectos de los actuales habitantes de la zona para el desarrollo industrial (infraestructura turística en relación con la rehabilitación del paisaje).

La primera fase de la investigación se realizó bajo la forma de un proyecto conjunto entre la Universidad Autónoma de Barcelona y el Instituto Arqueológico Alemán de Madrid y se llevó a cabo con la ayuda y participación de la Deutsche Forschungsgemeinschaft y de la Institución Milà i Fontanals del C.S.I.C. de Barcelona. Los trabajos de campo han sido subvencionados por el I.A.A. y la Generalitat de Catalunya.

Desde 1991 la investigación sobre el poblamiento prehistórico de la zona de travertinos de Sant Quintí de Mediona se realiza en el marco de la cooperación interregional Catalunya/Baden-Württemberg, mediante un convenio entre la Universidad Autònoma de Barcelona y el Landesdenkmalamt, sección Patrimonio Arqueológico, de Baden-Württemberg. En la investigación participan además de la Institución Milà i Fontanals del C.S.I.C. de Barcelona, la Universidad de Tübingen y otros centros docentes y de investigación de Catalunya (Instituto de Investigación y Desarrollo del C.S.I.C.) y Baden-Württemberg (Universidades de Heidelberg y Politécnica de Stuttgart). El apoyo financiero está a cargo del Instituto Arqueológico Alemán, del departamento de Patrimonio de la Generalitat de Catalunya, de la Universidad de Tübingen y de la empresa Würth.

MARCO GEOGRAFICO Y GEOLOGICO

La zona de travertinos de Sant Quintí de Mediona se encuentra a unos 40 kms. al oeste de Barcelona, en la comarca del Alt Penedés, en el contacto de la cordillera litoral catalana con la llanura del Penedés.

La cordillera está compuesta principalmente por sedimentos triásicos (calcáreas dolomíticas del "Muschelkalk", conglomerados y arenas dolomíticas del "Buntsandstein" y de "Keuper"). La llanura del Penedés está, en cambio, constituida por arenas y conglomerados del Mioceno y sedimentos cuaternarios.

Su situación sobre la falla que separa el horst del Gaià de la fosa del Penedés provoca la surgencia de numerosas fuentes que, en circunstancias óptimas, han formado pequeños lagos. Debido al contenido calcáreo de las aguas, éstas, al aflorar, han ido produciendo formaciones travertínicas de fuente y de fondo

de charca. Los travertinos nos han documentado la existencia de una superposición de dos sistemas con dos pequeños lagos en el Cuaternario reciente.

La más antigua de las fases de formación de estos travertinos se puede situar en el Eemiense. Las viseras de travertinos, su carstificación y erosión han formado numerosas cavidades y abrigos. La actividad agrícola holocena ha provocado una intensa depositación de aluviones en las partes bajas de la cuenca, sepultando los asentamientos bajo gruesas capas de limos arcillosos. Los aterrazamientos para el cultivo, que en parte son de época medieval, han modificado el paisaje natural, recortando las pendientes y los rellenos naturales de valle. La construcción de establos y viviendas ha provocado, además, el recorte y la modificación de numerosos abrigos y cavidades.

Estas alteraciones del paisaje han dejado al descubierto antiguas ocupaciones humanas en numerosos puntos del valle, haciéndolas por primera vez accesibles a la investigación arqueológica pero, al mismo tiempo, por desgracia, han destruido irreversiblemente numerosos yacimientos.

HISTORIA DE LAS INVESTIGACIONES

El descubrimiento de los sitios tuvo lugar durante exploraciones realizadas en 1986 por Jordi Estévez y Rafel Mora. Estas tenían como objetivo localizar nuevos yacimientos para poder contextualizar la zona arqueológica de los Cingles del Capelló (en Capellades), donde R. Mora estaba realizando excavaciones arqueológicas.

En un principio, los trabajos se concentraron en el yacimiento que llamamos Mediona I, en el que se realizaron campañas intensivas de excavación durante los años 1987-1990 (Estévez y Weniger, 1991; Weniger, e.a., 1990) Durante 1989 y 1990, paralelamente a los trabajos en Mediona I, se realizaron prospecciones intensivas y sondeos en otros lugares de la zona travertínica.

En 1991 se llevó a cabo otra campaña de prospecciones intensivas para conocer mejor la potencialidad de la zona y elegir la de mejores posibilidades para la realización de futuros trabajos. Se localizaron varios yacimientos y se pudo realizar una primera aproximación a la reconstrucción de la historia geomorfológica (Weniger, e.a., e.p.). Durante la campaña de 1993 se ha centrado la acción prospectiva en los yacimientos Mediona I, La Canyada y Can Costella. (fig. 1)

MEDIONA I

El yacimiento se encuentra en la zona norte de los travertinos, en el lado derecho del valle del Mediona. Se extiende sobre una terraza de cultivo frente

a una pequeña cavidad y ha proporcionado, hasta ahora, una serie de siete horizontes arqueológicos situables en el Paleolítico medio, sin haber alcanzado aún la base de la estratigrafía (fig. 2). Después de una serie de sondeos y análisis topográficos se puede estimar que la potencia estratigráfica puede llegar a los 3 metros bajo el nivel alcanzado actualmente por la excavación.

En la zona central se han abierto 50 m² que representan sólo una pequeña parte del área ocupada la cual, según los sondeos realizados, podría tener una extensión mínima de 300m². Es probable que en función de los hallazgos de superficie esta extensión pudiera extenderse a varios miles de metros cuadrados.

En la terraza de cultivo inferior, siguiendo la pendiente hacia el río que presentan todos los niveles, se ha podido detectar también la presencia del nivel geológico más reciente, con restos de ocupación humana. Limos arcillosos de la terraza holocena se superponen a estos niveles pleistocenos, con una potencia que va en aumento hacia el río.

Por la riqueza de hallazgos Mediona I se ha convertido en uno de los yacimientos del Paleolítico medio más ricos de la Península.

De los 3680 restos óseos sólo 123 (3,3%) son determinables, lo que debe atribuirse a la mala conservación y a la fragmentación antrópica original. Los fenómenos de conservación diferencial han afectado a los huesos de manera desigual. Así, por ejemplo, se han conservado muy pocos restos en el nivel geológico AM mientras que, en cambio, más de la mitad proceden del nivel RO. Esta descomposición de los restos óseos queda testificada por la presencia de colofanización.

Entre los restos óseos dominan los de caballo salvaje. Este dominio de los équidos se refuerza por la presencia de restos de asno salvaje. Un solo resto nos documenta la existencia del rinoceronte. En los horizontes arqueológicos superiores el caballo es la especie mejor representada, mientras que en el inferior lo es el conejo, seguida de nuevo por el caballo. En los horizontes arqueológicos III y IV se han recuperado algunos restos escasos de ciervo y de cabra montés.

La reducida base de datos no permite hacer interpretaciones más detalladas sobre la economía y la subsistencia de los distintos momentos de ocupación. El predominio del caballo como elemento principal de la subsistencia cárnica concuerda con lo documentado en todos los otros yacimientos del Paleolítico medio del NE de la Península situados en biotopos comparables.

La elevada presencia de restos de conejo es una característica de muchos yacimientos paleolíticos y mesolíticos de la costa mediterránea. En la mayoría de ellos no se puede discriminar si esta aportación es debida efectivamente a la caza antrópica o si estamos frente a un fenómeno estrictamente natural. Hasta hace poco sólo se había podido documentar la aportación y consumo antrópico

(gracias a señales de descarnación y al tipo de fracturación) en algunos yacimientos del holoceno tardío, como el Cingle Vermell en Vilanova de Sau (Vila, 1985), o del tardiglaciari, como Cova Matutano en Vilafamés (Olaria, e.a., 1981). Los recientes estudios tafonómicos parecen documentar mejor la importancia de la intervención antrópica en la aportación de lagomorfos a los yacimientos ya desde el Paleolítico medio.

La presencia de señales de cremación en algunos huesos de esta especie en Mediona I permite suponer una cierta sincronía, lo cual, unido a la propia naturaleza del yacimiento (depósito de pendiente al aire libre) podría indicarnos un aporte y consumo antrópico.

El inventario de artefactos líticos (fig. 3) no muestra ningún cambio aparente a lo largo de la secuencia estratigráfica. La producción básica se realiza a partir de núcleos discoides, siendo muy escasos los indicios del empleo de la técnica de talla conocida como "Levallois".

Esto puede deberse, entre otras cosas, a que la materia prima es muy abundante y de origen local (procedente de los derrubios de las terrazas del Mediona). El area fuente original son o bien las calcáreas dolomíticas del Muschelkalk inferior de la cordillera catalana (atravesadas por el rio Mediona algunos kilómetros aguas arriba del yacimiento), o bien las formaciones sedimentarias terciarias que se hallan algo más lejos hacia el NW, en la zona montañosa. No obstante, la cantera más probable la constituyen los grandes cantos que se encuentran en grandes cantidades en la otra vertiente del valle, al frente y al norte del yacimiento, redepositados en los aluviones Plio-Pleistocénicos del piedemonte.

A la disponibilidad de la materia prima se contraponen, sin embargo, su regular calidad para la talla. La materia prima presenta muchos planos de fractura internos, el grano es muy grueso y resulta muy dura. Podría existir una relación entre la mala calidad de la materia prima y la elevada presencia de artefactos líticos termoalterados. En los horizontes arqueológicos Ib y IV existe una proporción de hasta un 50% de artefactos con señales de termoalteración, mientras que en algunos de los cuadros muestreados esta proporción se eleva al 70%. Aunque las malas propiedades de fracturación de la materia prima podrían dar sentido a la práctica premeditada de la alteración térmica, todavía no está clara su intencionalidad. Esta práctica apenas ha sido documentada en yacimientos del Paleolítico medio. En este sentido, se están realizando experimentos controlados, con el fin de hallar caracteres micro- y macroscópicos que permitan definir y clasificar mejor el efecto de la termoalteración en la materia prima (Clemente, e.p.)

En el HA III se pudo excavar un hogar que estaba claramente rehundido en el HA IV. En su estratigrafía se observan dos fases de utilización. En la base

se detecta un estrato negro carbonoso en el que se reconocen claramente pequeñas partículas de carbón. Por encima encontramos un relleno limoso que, en su parte superior, estaba claramente calcinado por otra fase de utilización. Por el momento no ha sido posible calcular el tiempo transcurrido entre los dos episodios de encendido. Podría tratarse tanto de una reutilización producida durante un mismo episodio de ocupación del sitio como de una reutilización del mismo lugar durante dos ocupaciones distintas.

A partir de los resultados de los análisis micromorfológicos realizados y de la bibliografía actual sobre el tema, sabemos que el hogar de Mediona I tuvo una combustión intensa, llegando a temperaturas superiores a los 600 grados centígrados pero no superiores a los 800°. Sabemos también que la combustión se llevó a cabo en un ambiente reductor ya que hay pocos indicios de rubefacción (Taulé, 1993).

En otros dos puntos se pudieron documentar concentraciones de materiales termoalterados asociados con acumulaciones de carbones. En este caso se trata o bien de pequeños hogares sencillos sin preparación estructural o bien de acumulaciones de residuos procedentes de limpiezas de otros hogares.

La datación de los sílex termoalterados por medio del método de la Termoluminiscencia tan sólo ha permitido una localización cronológica muy grosera entre la cuarta y la tercera fase isotópica. En total se realizaron 28 pruebas de TL, que han dado como resultado unas dataciones provisionales de entre 98.000 y 50.000 años. Estas dataciones se reparten de forma descoordinada a lo largo de la estratigrafía y no son, por lo tanto, adecuadas para una datación más estricta de los conjuntos arqueológicos. Pueden existir fundamentalmente dos explicaciones para este fenómeno de dispersión de las dataciones:

1. El contexto estratigráfico postulado es incorrecto: los materiales han sido descolocados por perturbaciones que no han podido ser detectadas.
2. Las dataciones provisionales obtenidas no son correctas por problemas técnicos.

El análisis micromorfológico de los sedimentos excluye una inversión estratigráfica y documenta, sin lugar a dudas, la posición primaria del depósito; al mismo tiempo postula la inexistencia de perturbaciones postdeposicionales fuertes.

Por otro lado, la posición estratigráfica de cada resto ha sido controlada mediante un sistema de excavación muy riguroso y la atribución estratigráfica ha sido verificada con ayuda de un paquete informático integral (Weniger, e.a., 1991). Por ello es poco probable que la explicación esté en indeterminaciones estratigráficas.

Es más probable que el fenómeno se deba a la elevada cantidad de uranio que contenían las muestras de Mediona I. Normalmente, el contenido de uranio

en los sílex de yacimientos paleolíticos, como por ejemplo los del Sur de Francia, se mantiene por debajo de las 2ppm. En Mediona, en cambio, el contenido en uranio llega a las 50ppm, con notables oscilaciones en materiales del mismo horizonte arqueológico, según las pruebas realizadas.

Los niveles geológicos RO y ROI son los que han proporcionado un mayor número de fragmentos de carbón determinables. En el espectro antracológico de ambos niveles se observan taxones típicamente termo-mesomediterráneos (*Pinus halepensis*, *Pistacia lentiscus*, *Olea europaea* var. *sylvestris*, *Quercus ilex-coccifera*) al lado de taxones de tendencia supramediterránea (*Quercus caducifolio*, *Pinus* tipo *sylvestris*, *Juniperus* sp., *Prunus* sp). También están documentadas especies de ribera: *Salix* sp. y *Ulmus* sp. En conjunto, reflejan condiciones ambientales templadas para ambos niveles.

También el análisis de los restos malacológicos permite constatar el dominio de especies termófilas, aunque de diferentes biotopos. Es interesante señalar que se observa, a partir de la malacofauna, un descenso progresivo de la humedad desde los niveles más antiguos a los más modernos. (A. Bonet, informe inédito)

LA CANYADA

El yacimiento está situado a unos 50m del de Mediona I en la misma vertiente del valle. Se trata de un pequeño abrigo totalmente colmatado con una amplia terraza en la que se encuentran abundantes materiales en superficie.

En la parte interna se realizó un sondeo de 2m² que evidenció una potencia estratigráfica de más de dos metros. Se observa una sucesión de cinco estratos geológicos, constituidos básicamente por limos rojizos, que contienen por lo menos dos niveles de ocupación definidos por la presencia de carbones, lascas y restos óseos.

Los restos líticos son básicamente núcleos y soportes sin trabajo secundario de retoque. La comparación de los caracteres tecnológicos de los restos líticos con los de Mediona I permiten atribuir el conjunto también al Paleolítico medio.

La reducción del área sondeada a causa de los bloques de piedra que surgen a medida que se profundiza, no permite constatar si la secuencia continúa por debajo de la formación de travertino que se halló en la base.

Como conclusión, se puede deducir que existe un yacimiento bastante parecido al de Mediona I en este sitio. No obstante, los trabajos realizados este año, cuya evaluación aún no ha finalizado, plantean ciertos problemas a la hora de correlacionar este primer sondeo con los nuevos sondeos realizados en la terraza exterior. En ésta existe una sedimentación distinta: se diferencian por lo menos 6 niveles geológicos, compuestos por arenas y loes, totalmente estériles, con una potencia de 3,5m.

Mediante una sonda se pudo profundizar 1 m. más, lo que permitió recuperar algunos fragmentos de carbón. Es plausible suponer que pueden existir niveles con ocupaciones sepultadas por más de 4m. de sedimentos.

CAN COSTELLA

En la zona meridional de los travertinos de Sant Quintí se pudo detectar la existencia de una serie de abrigo; uno de ellos ofrece una secuencia de sedimentos Pleistocénicos con ocupaciones del Paleolítico medio.

Se trata del fondo de un abrigo formado en el travertino y que fue destruido en su mayor parte por la acción erosiva del Mediona, los trabajos agrícolas y la extracción de piedra calcárea. El área conservada puede llegar a 5m². Se han podido constatar 6 niveles geológicos.

Según los resultados de los análisis micromorfológicos los niveles muestreados pertenecen a suelos rojos mediterráneos, con hidromorfismo importante pero no generalizado. Se trata de un suelo de tipo coluvial, formado por arrastre sobre cortas distancias.

Los análisis nos informan que ha habido un proceso importante de formación travertínica en una época húmeda, seguido por un proceso de deposición de los suelos rojizos mediterráneos con fragmentos travertínicos provenientes de la misma cavidad. Posteriormente ha habido una época más seca, con procesos erosivos, y durante la cual hubo lluvias escasas pero violentas.

La gran edafización de los niveles analizados, junto con la gran presencia de fosfatos y huesos colofanizados nos hace pensar que en la cavidad ha habido importantes cantidades de materia orgánica que ha facilitado los procesos edáficos y que quizás pueda relacionarse con una ocupación frecuente por parte de diversos carnívoros.

En la primera campaña se recuperaron más de 90 restos. Se trata de restos óseos, malacológicos, carbón, coprolitos y artefactos líticos. Entre los restos óseos determinables (un 45% del total de los huesos), dominan los de conejo. Además se documentan algunos restos de un gran bóvido, una cabra montés y un ciervo rojo. Faltan los équidos que estaban, en cambio, bien representados en Mediona I. También hay que remarcar la presencia de restos de un gran carnívoro, probablemente hiena.

Los análisis realizados en los coprolitos para hallar polen y macrorestos vegetales fueron infructuosos. Sorprendentemente tampoco se ha encontrado coprostenol en los análisis químicos.

En la primera campaña además de los restos orgánicos fueron hallados 14 artefactos líticos, que a juzgar por sus caracteres tecnológicos, podrían situarse en el Paleolítico medio. Se trata de soportes sin modificación posterior y de tres núcleos.

La presencia de coprolitos y la distribución de restos óseos por todo el perfil parece indicar una alternancia entre las ocupaciones humanas y las de carnívoros.

El estrato con ocupación humana está enmarcado por niveles de travertino. Se encuentra sobre una placa de concreción calcárea y subyace a una cortina travertínica que muy probablemente se formó después de la desocupación. Las dos formaciones travertínicas han sido datadas mediante el método del Torio-Uranio por el Instituto para Física Ambiental de la Universidad de Heidelberg. Para el travertino superior se obtuvo una antigüedad de 80.000+6000/-5000 BP. El travertino inferior proporcionó un fechado de 75.000+4000/-3000 BP. Con ello se puede correlacionar la ocupación de Can Costella con la base de la secuencia inferior de la cueva de l'Arbreda o Can Garriga (Girona) (Canals y Carbonell, 1989). Los hallazgos de Can Costella son más antiguos que los de la serie datada en Abric Romaní (a 15km al NE en el valle del vecino río Anoia) (Bischoff, e.a., 1988) y que la mayoría de los yacimientos del Paleolítico medio datados en Catalunya y en el SE de Francia.

Han podido ser determinados algunos fragmentos de carbón procedentes de los diferentes niveles, estos pertenecían a *Pinus* tipo *sylvestris* y a *Taxus baccata*. Debido al bajo número de carbones recuperados consideramos necesario esperar a que futuros trabajos de excavación proporcionen más restos antes de inferir datos paleoambientales. El espectro malacológico refleja, respecto a Mediona I, una mayor presencia de especies de ambiente húmedo y sombrío, condiciones que se conseguirían por la presencia de fuentes y charcas, así como por la misma orientación del yacimiento.

LA BORIA

En el curso de las prospecciones en el margen opuesto del río se halló otro yacimiento del Paleolítico medio. Los hallazgos se reparten sobre un área de varios cientos de metros cuadrados, frente a una pared de travertino que forma una especie de anfiteatro. En esta zona hubo a principios de siglo una cantera de la que se extraía el travertino, lo cual produjo un retroceso de unos diez a veinte metros del frente de esa formación.

Hacia el Sur, delante del travertino, se extiende una terraza de unos 60 m. de anchura, delimitada por una pared, que contiene sedimentos pleistocenos de más de 2,5m. de potencia. No obstante, debido a la modificación de la topografía original, sólo será posible localizar las áreas intactas mediante la aplicación intensiva de sondeos y prospección remota.

Existía una concentración de artefactos líticos en superficie en el margen SE de la zona. Se trata de un conjunto de lascas y núcleos. Estas piezas tienen un marcado carácter tecnológico del Paleolítico medio.

Una de las catas que se realizaron, en el SE, demostró la existencia de niveles Pleistocenos sin que, por desgracia, se pudieran reconocer en esa área tan reducida horizontes con ocupaciones humanas.

En La Boria tenemos, pues, documentada la existencia de un yacimiento del Pleistoceno superior, cuya potencia y extensión conservadas no han podido ser todavía convenientemente evaluadas.

En el plano superior del depósito travertino se han hallado algunas piezas que, por la técnica laminar de obtención del soporte y por su formatización, pueden reflejar la existencia de un asentamiento del Paleolítico superior.

MEDIONA II

Los sondeos realizados a unos 150 metros al SW de Mediona I permitieron descubrir un yacimiento al aire libre del Neolítico final-Bronce, al que denominamos Mediona II.

En la base de un potente paquete de limos se halló un nivel con importantes señales de termoalteración y carbones; asimismo, contenía restos de cerámica decorada y artefactos de sílex sin retoque. La cerámica decorada del horizonte de ocupación pudo ser datada por Termoluminiscencia: HDTL29e1 2600 ± 450 BC; HDTL28e2 2860 ± 465 BC; HDTL29e3 2340 ± 390 BC; lo que nos proporciona una datación del contexto de 2590 ± 405 BC. Como complemento, se pudo obtener una datación por C14 (HD14889-14475) de 3775 ± 35 BP (Calibrada BC 2285-2142) sobre los carbones del horizonte termoalterado. Este carbón datado era una rama, del grosor de un brazo, determinada como *Juglans regia*. Se trata, por tanto, del macroresto vegetal más antiguo de esta especie datado directamente en la Península Ibérica.

En base a la datación radiométrica puede situarse esta ocupación al aire libre en un contexto del Neolítico final- Bronce antiguo. Se trata de uno de los pocos yacimientos del III milenio antes de Cristo con dataciones absolutas existentes en el NE de la Península. En general, hay pocos indicios de ocupaciones para este período y se trata casi siempre de yacimientos en cuevas o ocupaciones al aire libre no estratificadas, con lo cual esa transición entre Neolítico y Bronce está muy poco documentada.

El fragmento de cerámica decorada en el margen con improntas digitales no tiene paralelos comparables. Según el propietario del terreno, en los años treinta, al perforar un pozo a unos 20m al SW del sondeo actual, se encontraron muchos restos óseos que quizás puedan relacionarse con ese nivel de ocupación.

En el pozo, aún existente, hemos podido realizar una aproximación estratigráfica. Encontramos, a 2 m bajo el nivel de la superficie actual, un dintel

de travertino que se va interestratificando con limos rojos hasta una profundidad de 14 metros, que descansan sobre un nivel de derrubios del Mediona.

Así pues podemos deducir que el depósito de la terraza Holocena tiene en el sector de Mediona II una potencia de unos dos metros y descansa sobre una formación masiva de travertinos. Los travertinos, visibles hoy en día en el curso del rio, corresponden a una segunda fase de la formación de travertinos en la zona.

Es probable que la ocupación de Mediona II esté a sólo unos 50cms.sobre el nivel de travertinos.

LA ROMPUDA

Este yacimiento se encuentra en un abrigo, a 350 metros al SW de Mediona II, en la pendiente superior del margen derecho del valle. Al pie de la pared calcárea, en una superficie de unos 20m² se pudieron recoger fragmentos cerámicos y líticos. Los 45 artefactos recuperados son básicamente lascas, fragmentos y algunas láminas.

Algunos de los soportes presentan termoalteraciones. El inventario del material lítico no puede clasificarse con precisión, aunque por sus caracteres tecnológicos no puede atribuirse en modo alguno al Paleolítico medio. Podemos considerar que constituyen una unidad con la cerámica hallada.

Los 30 fragmentos cerámicos son de producción basta, de calidad variable y con superficies muy corroidas. El desgrasante es grosero y tiene un elevado contenido mineral. Algunos de los fragmentos tienen cierto paralelismo con los de Mediona II. Tres fragmentos tienen una decoración de líneas poco marcadas.

Es pues probable que, según la reducida base de datos que poseemos, la Rompuda pueda situarse en la transición entre el Neolítico y el Bronce.

CAN QUEROL

El yacimiento se encuentra en un abrigo de la zona meridional de los travertinos, a unos 200m. al SW del yacimiento de Can Costella. Se sitúa sobre una terraza, sostenida por una pared de piedra seca, y se antepone a una pared travertínica. En esta zona, en superficie, pudieron recogerse restos de sílex, cerámica prehistórica y moluscos del genero *Pectunculus*.

Entre los 73 artefactos líticos hay tres núcleos con muy poca preparación que documentan una producción básica muy sencilla. El material está, en parte, patinado y tiene también señales de termoalteración. El tipo de materia prima se corresponde con el espectro encontrado en todo el valle.

Entre los soportes se encuentran lascas, hojas, laminillas y laminillas de borde de núcleo. Todos los lascados presentan el bulbo muy marcado. En la zona de la pared hay todavía indicios de sedimentos en posición primaria que, al ser muestreados y cribados, proporcionaron varias pequeñas laminillas y restos de cerámica.

El abrigo fue muy alterado en los años 60 por trabajos de construcción y remodelación de la zona. La probable terraza medieval que se antepone al abrigo fue ampliada por medio de otro muro de contención de piedra seca y rellena con tierras que se arrancaron de la sedimentación prehistórica del abrigo.

Los sedimentos restantes nos indican que hubo en otro tiempo un relleno de, por lo menos, 1,5 m. de potencia. Por los hallazgos hechos hasta ahora se trataría de una ocupación del Neolítico-Bronce.

LA FABRICA

Durante la campaña de prospecciones de 1991 se halló en la zona septentrional de los travertinos, sobre el margen izquierdo del Mediona, un nuevo yacimiento al aire libre al que se denominó La Fábrica. Podría tratarse también de un asentamiento neolítico. Entre las piezas halladas destacan: 8 restos de núcleos y algunos fragmentos de láminas, fragmentos de cerámica no determinables y un instrumento de piedra pulida.

LOS TRAVERTINOS DE SANT QUINTI

Según los trabajos efectuados hasta el momento por el Dr. Dieter Burger (Burger, e.p.), en el tramo cartografiado del río se pueden reconocer claramente tres fases de formación de travertino (fig. 4). Por su posición, estructura y conservación se puede estimar una datación escalonada de dichas fases. Mediante la datación radiométrica sabemos que los travertinos más antiguos conservados provienen del Eemiense (edad absoluta 109.000-89.000 años). Fueron desmantelados por una fuerte y extensa erosión provocada por un nuevo encauzamiento del río. La regresión de la fase fría würmiense explicaría este fenómeno.

Del mismo modo, con la transgresión, después del máximo glaciar, se relleno de nuevo el valle produciéndose una extensa formación de travertinos (entre 18.000 y 8000 años). Este relleno ha sido recortado y erosionado en gran medida, por lo que hoy sólo se localiza a lo largo del cauce.

Esta fase erosiva tiene una magnitud muy superior a la anterior y por lo

tanto no puede ser atribuida a un nuevo descenso del nivel marino. Como demuestran los pequeños depósitos de travertino en el mismo cauce (datadas de 4000 años) se seguían dando las condiciones de formación de nuevo travertino. La causa más probable para esta fase de interrupción en la formación de travertino y de la erosión renovada debe ser atribuida a la agresión antropogénica en la cuenca del río.

Las hipótesis cronológicas que se formularon en base al análisis morfológico del relieve han sido plenamente confirmadas.

CONCLUSIONES Y HIPOTESIS

Las prospecciones intensivas y las excavaciones realizadas hasta el momento documentan dos fases principales de poblamiento prehistórico en la zona: una en el Paleolítico medio y otra en el Neolítico final-Bronce antiguo; asimismo se constata la ausencia de yacimientos del Paleolítico superior y del Mesolítico.

Se plantea la cuestión sobre cuales son las causas de este hiatus y si se trata de un fenómeno local o regional.

Dilucidar esta última cuestión implica la necesidad de revisar las cronologías de los yacimientos correspondientes a las distintas fases del Würm y el Holoceno temprano en el resto de Catalunya. Los datos procedentes de esta revisión nos permiten reconocer una modificación cuantitativa entre el poblamiento del Paleolítico Medio y el del Superior y Epipaleolítico, en cuanto a cantidad de yacimientos. Sólo con el Neolítico se puede observar un salto significativo, llegándose a superar con creces el centenar de yacimientos.

Si comparamos estos datos con los de la costa atlántica del norte de España, se puede ver una oposición significativa.

Entre las dos fases paleolíticas se han triplicado las evidencias de habitación. Por lo tanto, ese hiato en el norte de la península está menos marcado que en Cataluña. Con ello se ve que existen diferencias claras entre la costa norte del Mediterráneo y la costa atlántica.

La costa central y sudeste del Mediterráneo muestra una situación similar a la de Catalunya. Si nos referimos exclusivamente a las cuevas y abrigos, podemos apreciar que no hay ningún aumento cuantitativo reconocible entre el P. Medio y el Superior-Epipaleolítico. También aquí se ve, pues, una interrupción en la historia del poblamiento de muchas cuevas.

Así, parece que el hiatus de poblamiento en los travertinos de Sant Quintí de Mediona no es un fenómeno local sino un acontecimiento regional.

¿Que causas pudieron ser las responsables de este patrón estratigráfico?. Se pueden formular dos hipótesis:

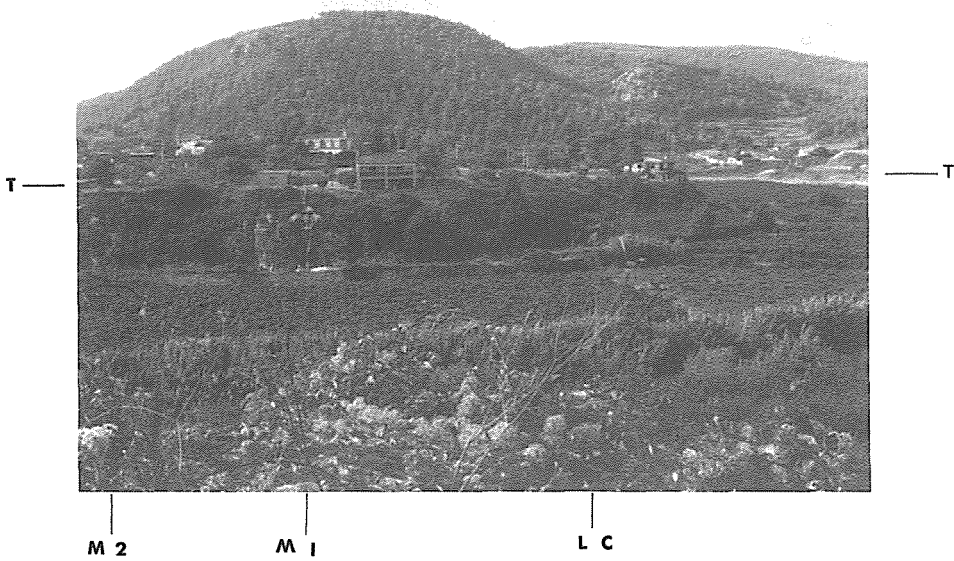
1. Procesos climáticos-sedimentológicos son los responsables del hiatus de poblamiento. O bien produjeron una fuerte erosión por lo que la mayoría de los yacimientos de aquellos períodos ya no existen, o bien, cubrieron esos yacimientos con una sedimentación masiva, con lo cual no son accesibles hoy en día más que en casos excepcionales.

2. En el Paleolítico Superior y Epipaleolítico existió un patrón de asentamiento distinto al del Paleolítico Medio y Neolítico. Y los travertinos de Sant Quintí no fueron utilizados como zona de asentamiento durante aquellos.

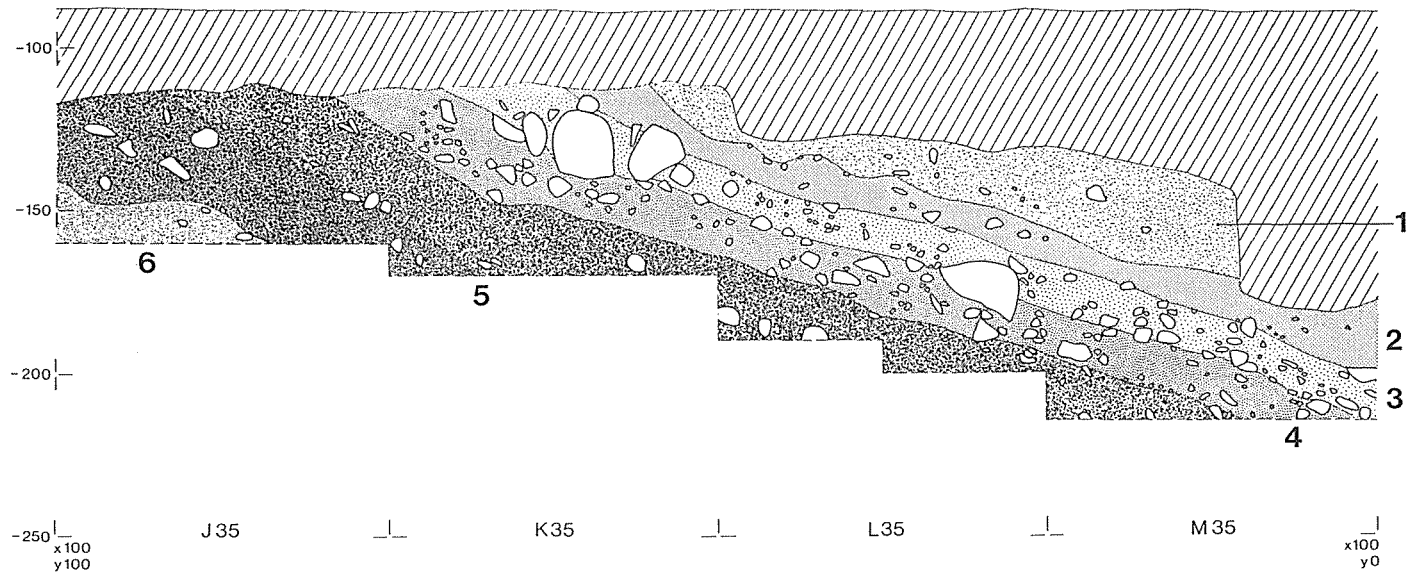
En ambos casos las oscilaciones del nivel marino han podido ser un factor decisivo. Por ahora no se puede decidir cual de las dos hipótesis presenta mayores probabilidades de ser la más explicativa o como se suman los efectos de los dos fenómenos. En todo caso podemos entrever la importancia que tuvo la oscilación del nivel del mar para la historia del poblamiento prehistórico de toda la costa oriental de la Península.

BIBLIOGRAFIA

- BISCHOFF, J.L., e.a. (1988) "Uranium series dating of the mousterian ocupation at Abric Romaní, Spain" *Nature*, 332: 68-70
- BURGER, D. (e.p.) "Die Travertine von Sant Quinti de Mediona" en Weniger, G. y Estévez, J. (e.p.)
- CANALS, J. y CARBONELL, E. (1989) *Catalunya paleolítica* Patronat F. Eiximenis. Girona
- CLEMENTE, I. (e.p.) "Thermal alterations of flint implements and the conservation of microwear polish: preliminary experimental observations" *VI Intern. Flint Symposium*. Madrid 1991
- ESTEVEZ, J.; WENIGER, G. (1991) "El jaciment paleolític de Mediona I" *Tribuna d'Arqueologia 1989-1990*: 7-17
- OLARIA, C. e.a. (1981) "El yacimiento magdalenense superior de Cova Matutano (Villafamés, Castellón). Estudio del sondeo estratigráfico 1979" *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia castellanenses*, 8: 21-100
- SERVEI CARTOGRAFIC DE LA GENERALITAT DE CATALUNYA (1982) Mapa topogràfic de Catalunya.
- TAULE, M.A. (1993) "La Micromorfología de suelos como técnica para el análisis de rasgos edáficos de origen antrópico" *Procesos Postdeposicionales. Arqueología Espacial* 16-17 :353-362. Teruel
- VILA, A. (1985) *El Cingle Vermell: un assentament de caçadors-recol·lectors del X mil·lenni BP* Excavacions Arqueològiques a Catalunya, 5
- WENIGER, G., e.a. (1990) "Vorbericht über die Ausgrabungen in Mediona I bei Sant Quinti de Mediona, Barcelona" *Madriider Mitteilungen*, 31: 1-20
- WENIGER, G., e.a. (1991) "SANQUIN: un programa para la valoración y reconstrucción de niveles arqueológicos" *Complutum*, 1:293-298
- WENIGER, G. e.a. (e.p.) "Prospektionen und Sondagen in den Travertinen von Sant Quintí de Mediona. Untersuchungen zur Siedlungsarchäologie Nordostspaniens" *Madriider Mitteilungen*.

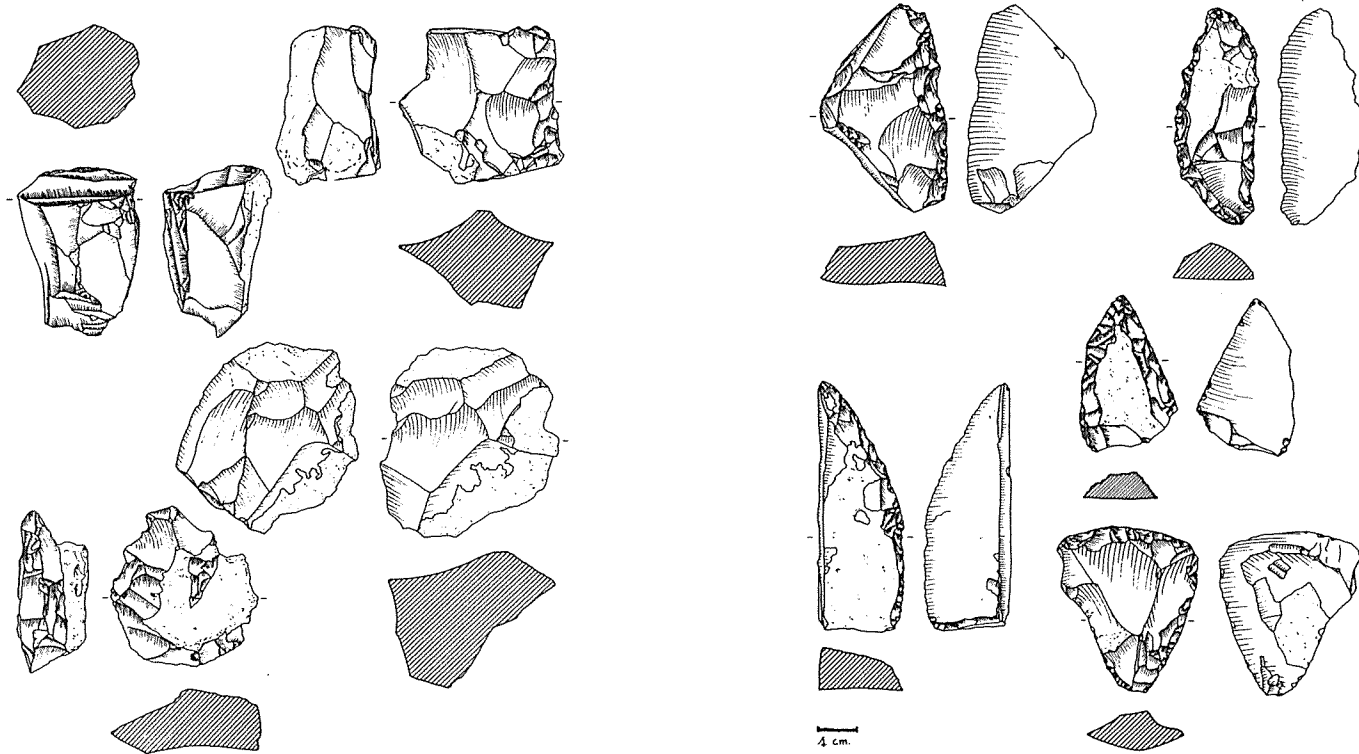


I – Vista panorámica del valle del Mediona con la formación travertínica emiense y los yacimientos Mediona I, Mediona II y La Canyada.

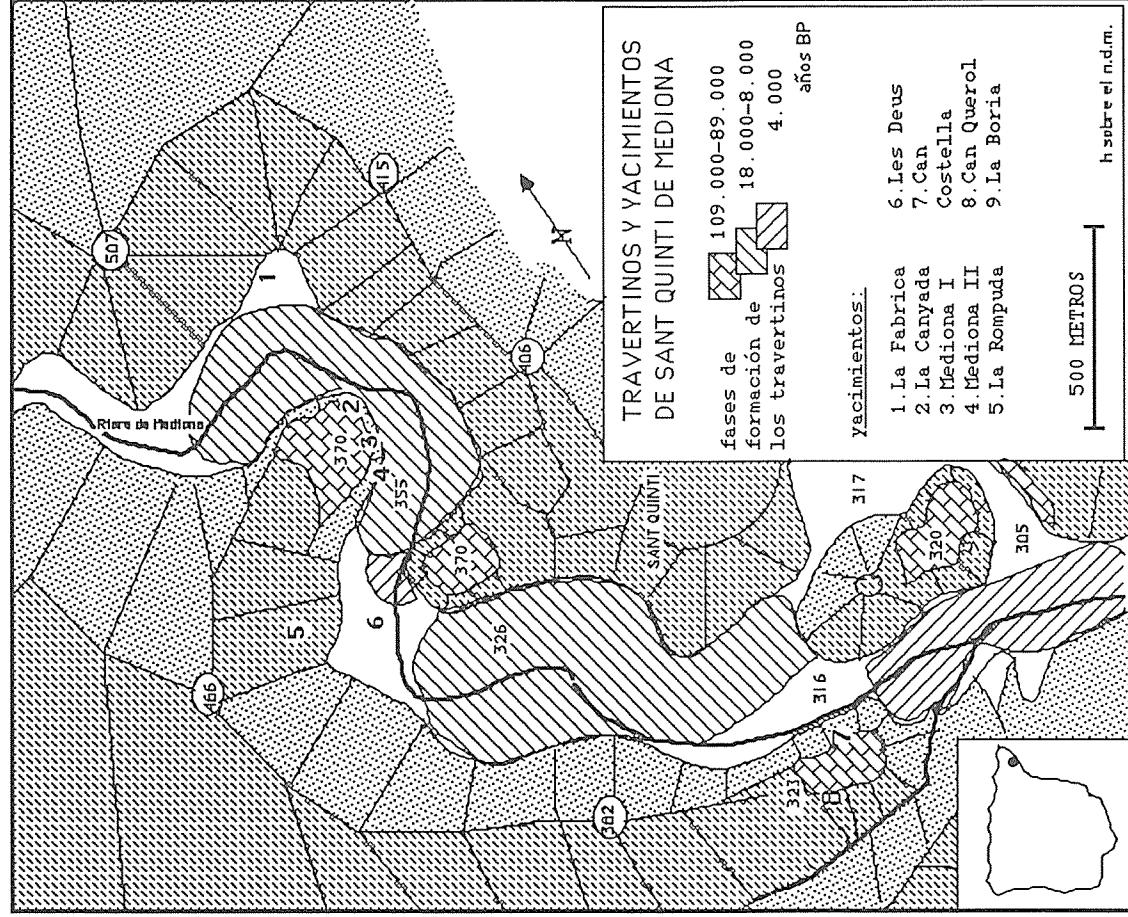


II - Sección E (35-36) de Mediona I, mostrando la inclinación de los niveles
 (1=AM, 2=AM/RO, 3=RO/AM, 4=RO y ROI, 5=G, 6=MC).

Est. II



III – Muestra de la industria lítica (soportes retocados y núcleos) de Mediona I.



IV – Esquema geológico de la zona con la ubicación de los depósitos de travertino y yacimientos más importantes.

ANTROPOLOGÍA Y RITUAL FUNERARIO EN LA CATALUNYA DEL IV^o AL II^o MILENIO a.C.

por

Oriol Mercadal i Fernández

Resumen: Este trabajo pretende ofrecer una visión sintética del estado actual de nuestros conocimientos sobre el mundo funerario y la organización social y ideológica de las comunidades que entre el IV-II milenio a.C. se implantan en el territorio catalán. Se presentan datos en muchos casos novedosos, resultados de excavaciones recientes y un tratamiento interdisciplinar del registro, con nuevos enfoques teóricos y metodológicos. Se ofrece un panorama de la evolución que ha sufrido la concepción funeraria desde las primeras fases de la neolitización y la consolidación de las sociedades campesinas hasta el inicio de la complejidad social en las primeras comunidades metalúrgicas.

Palabras-clave: Arqueología de la muerte. Catalunya. Neolítico-Edad del Bronce.

INTRODUCCIÓN

Tras los trabajos de FUSTÉ (1956, 1957 y 1963), GUERRERO (1976) y, fundamentalment, de TURBÓN (1981) las aportaciones antropológicas relacionadas con la Prehistoria Reciente, durante los últimos quince años, han sido relativamente pobres y puntuales, faltando síntesis renovadoras (como la de VIVES, 1990, para la época medieval). El último trabajo de conjunto (TURBÓN, 1989) repite, sin aportaciones relevantes, los resultados publicados por él años antes. Los estudios de Paleopatología, desarrollados casi exclusivamente, por Campillo (CAMPILLO, 1977, 1983, etc.) se han visto incrementados por la aparición de investigadores en campos más específicos (p.ej. en Paleostomatología: CHIMENOS, 1991). De igual manera, nuevos campos de estudio como los de la Paleonutrición, la Paleoserología, la Genética de poblaciones y la Paleogenética -ADN en restos fósiles- se están consolidando o se encuentran en proyección. Sin embargo, bien per una falta cuantitativa de datos, bien per falta de síntesis,

todas estas disciplinas se acercan poco al problema que planteamos. Por desgracia, continúan siendo las técnicas tradicionales de la Paleontología-descriptiva y métrica- las que nos marcan las pautas de las conclusiones sobre este período. Y, si bien, son las que mayor duración han tenido, su desarrollo metodológico no ha sido demasiado importante; no faltan los investigadores que rechazan su práctica y que no aceptan cuestiones tales como la de las tipologías raciales deducidas a partir del esqueleto.

El presente trabajo busca, mediante la aportación de nuevos datos y la revisión de otros, el planteamiento de hipótesis formuladas con premisas mínimamente válidas que se puedan contrastar en futuros trabajos. Esto se lleva a cabo, indefectiblemente, mediante el complemento de aspectos antropológicos y arqueológicos, puesto que hemos creído que la única vía posible pasaba por la revisión de conjuntos “cerrados”, en donde la relación restos humanos-cultura material resulta indudable y datable sin suspicacias. Éstos, quizás nos ofrecerán una pauta metodológica a seguir en trabajos posteriores. Tiene por objetivo analizar la evolución biológica de la población catalana durante la Prehistoria Reciente y intentar verificar la existencia de aportes foráneos y su importancia. La metodología utilizada tiene como finalidad el establecimiento de “patrones morfológicos” que permitan comparar poblaciones y diferenciarlas. Y, en nuestra opinión, ésto es posible; por tanto, creemos en una cierta validez de los datos métrico-descriptivos para establecerlo. De hecho, diversos estudios sobre poblaciones actuales (p.ej., HOWELLS, 1973) demuestran que es posible un tratamiento estadístico discriminante de estas variables.

EL SUBSTRATO BIOLÓGICO. DEL EPIPALEOLÍTICO AL IV^º MILENIO

La escasez de restos humanos anteriores al Neolítico Antiguo, aparecidos en Catalunya, nos ha llevado a utilizar el conjunto cerrado mejor representado del Levante peninsular: la población de “El Collado”(Oliva, Valencia) -aprox. 7.000 a.C. (sin calibrar). Si aceptamos la hipótesis propuesta por Bertranpetit (BERTRANPETIT y CAVALLI-SFORZA, 1991) y la mayoría de filólogos, en la que se plantea que el substrato pre-neolítico peninsular sería homogéneo exceptuando el País Vasco (diferenciado, probablemente, ya desde el Paleolítico Superior), esto sería correcto. Con todo, debemos ser prudentes, pues se trata de un único yacimiento. Su estudio paleoantropológico evidenció caracteres tales como una marcada tendencia a la braquicefalia o una robustez general, y su análisis craneométrico (MERCADAL y PÉREZ-PÉREZ, en prensa) mostró unas diferencias estadísticamente significativas entre ésta y las de época posterior del mismo

ámbito geográfico (Neolítico y Edad del Bronce), que también se contraponen a lo observado en los neolíticos -Sepulcros de fosa, básicamente- de la región catalana.

Como respuesta a este cambio, no debe rechazarse una evolución intrapoblacional particular (con tendencia a la gracilización, dolicocefalización...), pero creemos que resulta altamente improbable. Por otro lado, observamos como la evolución postneolítica es algo diferente en Catalunya (TURBÓN, 1981 i 1989) del País Valenciano (FUSTÉ, 1956 y 1957): mientras en la primera encontramos un porcentaje relativamente elevado de individuos braquicéfalos (algunos de estatura y robustez relevantes), en el Levante (WALKER, 1990) y, sobre todo, en el Sur y Centro peninsulares (GARRALDA, 1979;1986) continúan estando representados por una población dolicomorfa y poco robusta clasificada como "mediterránea", en su práctica totalidad (GARRALDA, 1974). Por tanto, la continuidad biológica desde el Neolítico parece evidente en estas últimas regiones. Tales hipótesis coincidirían, en parte, con un modelo difusionista como el propuesto por Bertranpetit (BERTRANPETIT y CALAFELL, 1992), según el cual, el proceso de neolitización se iniciaría en el NE peninsular, difundiendo hacia el Sur, pero con una intensidad menor que la esperada -en base a la Arqueología-. Además, en determinados lugares es importante el grado de perduración de las economías epipaleolíticas, que coexistieran junto a las de los nuevos pobladores neolíticos, según el modelo dual propuesto por algunos investigadores (FORTEA y MARTÍ, 1985, p.ej.). Aunque quizás se trate más de una mezcla de elementos genéticos y culturales lejanos, que de una aculturación en sentido estricto (BERTRANPETIT y CAVALLI-SFORZA, 1991); y es posible que los principales agentes de cambio llegasen en un momento ya tardío del Neolítico, como proponen algunos autores para gran parte de Europa (SHERRAT, 1988). Por otro lado, los diferentes resultados arqueológicos (dataciones absolutas, estratigrafías, paleobotánica, etc.) presentan al Neolítico levantino como más antiguo que el catalán. Y el registro botánico actual establece que la aparición de vegetales cultivados, al igual que la cerámica, es repentina, sin transición alguna observable (BUXÓ, 1992); en el mismo sentido se mueven, también, los estudios arqueozoológicos (NADAL y MORALES, 1992).

Así pues, a partir de los resultados antropológicos obtenidos, y en relación con algunos de los otros expuestos, lo que planteamos es un aporte poblacional foráneo que introduciría nuevas técnicas e ideas aculturando, de forma progresiva, al substrato epipaleolítico local.

ANTROPOLOGÍA DEL NEOLÍTICO

Con respecto a la población neolítica catalana del IVº milenio (Epicardial-

-Postcardial) conocida, observamos un claro predominio del tipo definido como "mediterráneo". Como único matiz, a confirmar en adelante, parece darse un carácter más grácil entre la población localizada en las necrópolis de la Catalunya meridional (TURBÓN y CAMPILLO, 1982b; MERCADAL, 1988-89 y 1991) que en la que conocemos de la Catalunya Vella -básicamente, en cueva- donde se integran caracteres considerados atávicos como los cromañidos, una mayor robustez corporal (FUSTÉ, 1966; BOSCH y TARRÚS, 1991; etc.), o una tendencia más marcada a la meso-braquicránea (CAMPILLO y VIVES, 1986, p.ej.).

En relación al Neolítico Medio, la mayor parte de restos estudiados pertenecen a los "Sepulcros de Fosa"; las características biológicas que definirían a su población podrían considerarse, en parte, con una continuidad de aquellas del Neolítico Antiguo meridional: una dolico-mesocránea, un cráneo de altura media, prognatismo subalveolar, estatura moderada y gracilidad corporal media o acusada (FUSTÉ, 1952 i 1980; VIVES, 1981; MERCADAL, 1991). Por otro lado, la similitud morfológica interpoblacional entre grupos relativamente alejados entre sí (Bòbila Madurell-Sant Julià de Ramis/Puig d'en Roca) plantea la cuestión de si se trata de una población biológicamente homogénea.

Del Solsonià, tenemos las cistas de la Feixa del Moro -Juberri, Andorra- (VIVES, 1988) y Costa dels Garrics del Costa dels Garrics I (Pinell, Solsonès). En general, su población coincide con la del Sabadell ià tanto en la forma craneal como en la gracilidad post-craneal, aunque algún individuo presente un cráneo más alto (hipsi-acrocránea) o otros caracteres propios de la subvariedad robusta (GUERRERO, 1992).

Una cuestión a destacar en el seno de tales poblaciones es una importante mortalidad infantil, al parecer, con unos períodos especialmente críticos, observada en los yacimientos de más reciente excavación, (BOSCH y TARRÚS, 1990; GUERRERO, 1992; CASTANY y GUERRERO, 1992; ANFRUNS et al., 1992).

Del Neolítico Final, son pocas las conclusiones que podemos extraer a nivel morfológico, dado el estado fragmentario de los restos en función de un enterramiento colectivo que caracteriza el período.

ANTROPOLOGÍA DEL CAMBIO DE MILENIO. DEL FINAL DEL NEOLÍTICO A LA EDAD DEL BRONCE

En relación al tránsito del Neolítico hacia la Edad del Bronce, la primera evidencia con la que nosotros contamos es la de un individuo aparecido en la

cueva de "El Toll". Su estudio antropológico (CAMPILLO, 1985) reveló una tipología alpina, diferente del resto poblacional estudiado con anterioridad (FUSTÉ, 1966), de tipo cromañido, básicamente, y de cronología probablemente neolítica. Por otro lado, M.A. Petit (1986) destacaba la presencia de una aguja de cabeza discoidal que le acompañaba, típica de la "cultura de Straubing", situable a inicios del Bronce Antiguo, y que se localizaba entre las actuales Alemania y Suiza.

Posteriormente, hemos podido constatar que el tipo racial del individuo no sería tan estrictamente alpino, sino más cercano al que presentaban los campaniformes renanos ("Zonenbecher" y "Glockenbecher") y, por derivación, algunos individuos del Bronce Antiguo alemán y suizo -Adlerberg, Singer, Straubing...- (GERHARDT, 1953; RIQUET, 1970). Creemos, pues, que aquí la relación cultura material-tipología racial no deja lugar a dudas, si bien se trata de un único individuo.

Observado ésto, revisamos los casos de la cueva de la "Ventosa" (LLONGUERAS et al. 1981) y del "Torrent de St. Oleguer" (CUESTA, 1985), por tratarse de "celulas" cerradas en donde las inhumaciones primarias y individuales/dobles presentaban recipientes campaniformes de estilo regional asociados. Los autores que los estudiaron proponían una tipología mediterránea grácil, aunque que ya advertían ciertas incongruencias con ésta, tales como la hipsicránea y acrocránea (cráneo alto), caracteres más propios de otros tipos como el de los mediterráneos robustos; prueba de ésto es que Turbón (1981) define a la mujer de St. Oleguer como mediterránea robusta, precisamente en función de estos últimos caracteres, al revés que F. Cuesta.

Si analizamos tal problemática, vemos que los caracteres que se asocian en estos individuos no los encontramos nunca juntos en otros de tipología mediterránea grácil o robusta estrictas. Así, la hipsicránea y acrocránea observadas, propias de la variedad robusta, van sistemáticamente asociadas a dolico/hiperdolicocefalia, mayor robustez general, abombamiento occipital, contorno superior pentagonoide, etc. (TURBÓN, 1981), hecho que no está patente aquí, y algo similar acontece al revés con la variedad grácil. Por otro lado, la braqui-hiperbraquicránea y la hipsicrânia que presentan los niños de St. Oleguer podrían ser originales, y no debidas a una deformación *post-mortem* como se argumenta en el estudio (CUESTA, 1985).

En conclusión, creemos que no se trataría de individuos mediterráneos puros, sino que se encuentran más cercanos a la tipología centroeuropea asociada al campaniforme o de grupos del Bronce Antiguo. El hecho de que ciertos caracteres puedan inducir a pensar en una tipología mediterránea creemos que puede explicarse de dos maneras:

a) los propios centroeuropeos presentan una población heterogénea, debido a un substrato antiguo "mediterranoide", que incluye individuos dolico-mesocéfalos en su seno. Como ejemplo, vemos que la misma media del índice cefálico entre la población alemana con campaniforme es levemente braquicránea en el sexo masculino y mesocránea en el femenino.

b) la propia dispersión del elemento campaniforme -de aceptarse como grupo- y su distribución hacia zonas más meridionales llevó a un mestizaje racial que derivaría en formas más cercanas a las mediterránidas y gráciles, fruto del contacto con un substrato local de tal tipo.

Por tanto, pensamos que se ha de ser cauteloso al considerar como no foráneos, automáticamente, a aquellos individuos que presenten un índice cefálico por debajo de 80 (es decir, braquicefalia estricta) sin tener en cuenta el conjunto de caracteres morfológicos y su contexto cultural.

Los restos humanos de la Cueva de "El Calvari", si bien resultan pobres cuantitativa y cualitativamente, están siendo estudiadas por nosotros.

En nuestra opinión, esto podría suponer la presencia -no sabemos en que grado- de una gente foránea, a Catalunya hacia el cambio de milenio, si nos atenemos a las dataciones obtenidas para la "Cova del Frare", de 2.040 a.C. (MARTÍN et al., 1985). Y en base a los datos de la tipología racial, deberíamos pensar en una población centroeuropea con campaniforme o directamente derivada de ésta -como mínimo, en un primer momento-.

El último estudio efectuado por nosotros se refiere a la población del paradolmen de Tafania (MERCADAL, en prensa); aquí, observamos que las características morfológicas del grupo (braquicefalia, hipsicránea, planooccipitalia, cierta robustez, estatura elevada, etc.) concuerdan con lo que apuntábamos, y difieren de las que caracterizan a la población peninsular calcolítica y de la Edad del Bronce, mayoritariamente de raíz mediterránida (GARRALDA, 1974 y 1986). Así, para Garralda (1979:219), Catalunya es la única región peninsular en la que acepta que la braquicefalia sea "el producto de una influencia de los centros de braquicefalización de otras regiones europeas".

Sobre esta cuestión han incidido de forma desigual diversos autores (FUSTÉ, 1955, 1963, etc.; RIQUET, 1970; GUERRERO, 1976; TURBÓN, 1981 y 1989) encontrándose, con ciertos problemas de adscripción espacial y crono-cultural de los restos óseos. A pesar de ello, se definió un tipo racial -si se acepta tal determinación- caracterizado por tener un cráneo corto, redondo, alto y de occipucio plano; mal denominado tradicionalmente como "dinárico-armenoide", que en-

contramos representado en diferentes lugares y, entre ellos, en las áreas centroeuropea y circumalpina. Gerhardt (1976) establecía cinco tipos principales en Centroeuropa: planooccipital, alpino, nórdico, mediterráneo y *Klötze* (mal clasificables). El tipo braquicéfalo planooccipital y robusto se asociaba, aparentemente, al hombre y, no tanto a la mujer. Su hipótesis consideraba la posibilidad de una exogamia masculina que incidiría en la población local, observándose su continuidad durante las “culturas” de Adlerberg, Straubing, etc., del Bronce Antiguo. En Bohemia (CHOCHOL y BLAJEROVA, 1964), Francia (RIQUET, 1970) y Holanda también se conoce este tipo racial asociado a material campaniforme, y las interpretaciones fueron similares. El hecho que resulta más chocante, en opinión de Harrison, es que no se trate de campaniformes antiguos y “internacionales”(AOC, AOO o Marítimo), sino de regionales, cronológicamente posteriores.

Por contra, la población predominante en Catalunya y en el resto de la Península, a lo largo de la Historia ha sido la “mediterránea de subvariedad grácil”; es decir, la definida como de cráneo largo y estrecho, mediano o bajo, grácil y de occipucio abombado, así como de esqueleto post-craneal grácil o medio y altura corporal mediana o baixa. Durante el Neolítico también es el tipo predominante, essent acompañado de una minoría de individuos mediterráneos de subvariedad robusta y de otros paleomorfos -como, p.ej., los denominados cromañidos- (VIVES, 1981).

Así pues, la hipótesis planteada por Turbón (TURBÓN, 1981) se confirmaría parcialmente, si bien se daría de forma diferente y en un momento muy anterior -casi mil años antes de lo que se apuntaba-. Turbón planteaba, entonces, una llegada de “braquicéfalos”, más o menos puntual, que coincidiría con materiales supuestamente foráneos -cerámica con asa con apéndice de botón-(MALUQUER, 1942) y que se localizaba, casi exclusivamente, al alrededor del actual Solsonès; tal éxodo tendría como causa primera la búsqueda de metal, y de aquí su situación cerca de las minas de Riner. Anteriormente, otros autores (GUERRERO-LORENZO, 1976) se explicaban en términos similares, amparándose en el ejemplo de las minas de Urbiola en donde aparecieron, también, algunos individuos braquicéfalos (FUSTÉ, 1982).

Harrison (1977) caracterizaba una serie de cerámicas campaniformes como “regionales”; es decir, de evolución local, a diferencia del AOC y del Marítimo, denominados “internacionales”, que responderían a un fenómeno de comercio a larga distancia. Catalunya era entendida como una continuación de la región languadociense y definida, materialmente, por los estilos “pirenaico” y “Salomó”. Después (1980) trató de ingenuos a los antropólogos que habían intentado des-

cifrar la identidad de un supuesto “pueblo campaniforme”. Los primeros trabajos antropológicos de síntesis sugerían unos individuos altos y robustos, de cráneo ancho y redondo, asociados a los supuestos elementos foráneos, especialmente al ser comparados con los hallados en los megalitos. Harrison rechazó una “tipología” preestablecida y criticaba el método tradicional por simplista, inadecuado y subjetivo, destacando la creencia por parte de los antropólogos de que el cráneo humano es un buen indicador de diferencias entre poblaciones.

Al respecto, hemos de decir que el porqué de un cráneo alto o bajo, ancho o estrecho, o mejor dicho, de una tendencia poblacional hacia ello, todavía está por resolver. Los investigadores creen observar unos fenómenos generales (braquicefalización post-neolítica y del s.XIX d.C., dolicocefalización medieval y del s.XX, p.ej.) pero las causas son totalmente hipotéticas: influencias debidas al medio, nutricionales, relaciones con la altura corporal, compensaciones de tipo alométrico, etc.

Harrison abogó entonces, metodológicamente, por la comparación entre poblaciones enteras a partir de un análisis estadístico multivariante y decía: *“ahora, la manipulación de los caracteres craneales tiende a corroborar, precisamente, aquello que deseamos probar”* (1980:105-106). El pensaba que si realmente hubo un “grupo campaniforme” con características físicas particulares, lo más correcto para llegar a reconocerlo sería mezclar las poblaciones de la “cerámica de cuerdas”, “campaniformes” y las de la “Edad del Bronce” en un grupo único, comparar cada una con las otras y, a su vez, clasificar los individuos en relación con su propia población. Relacionado con esto, ha de decirse que el método multivariante permitió establecer diferencias intergrupales en poblaciones modernas a partir de sus cráneos (HOWELLS, 1973) hecho en el que no parecía creer Harrison. La Antropología también ofrece nuevos caminos como el análisis de caracteres “discretos o discontinuos”, de tipo descriptivo, y de origen genético (BERRY y BÉRRY, 1967) o el estudio de grupos sanguíneos, ya bastante desarrollado, sobre poblaciones fósiles. En realidad, tenemos diversos recursos metodológicos para acercarnos al problema pero la experiencia nos muestra las dificultades que todos ellos plantean: método poco desarrollado, delicadez de las muestras, significación en unas poblaciones y en otras no, margen de error grande, etc. En definitiva, su rechazo principal ha sido a propuestas de *“rápidos movimientos de gente para explicar los cambios principales”* y cree que hay que buscar explicaciones de tipo funcional.

LA ARQUEOLOGÍA FUNERARIA: ARQUITECTURA Y RITUAL. EL NEOLÍTICO

Estadio Inicial

Los datos relacionados con las yacimientos del Neolítico Antiguo son todavía escasos ya que los que conservan restos humanos, excavados sistemáticamente, son pocos (TREINEN-CLAUSTRE, 1985 y 1986; MESTRES, 1988-89; BOSCH y TARRÚS, 1991; CASTANY y GUERRERO, 1992). Lo conocido -sobre todo, en las cuevas- apunta siempre una falta de selección de los restos y, probablemente, un enterramiento primario sucesivo con una reutilización del espacio sepulcral, que obliga a remover y retirar parte de los huesos. Ha de destacarse un número relativamente elevado de inhumaciones (sobre veinte) considerado, hasta hace poco, como exclusivo y característico de los enterramientos colectivos del segundo milenio. Algunos estudios recientes apuntan la posibilidad de nichos familiares (CASTANY y GUERRERO, 1992). Asimismo, se localizan los primeros indicios de cremación. El ajuar empieza a individualizarse, pero las frecuentes alteraciones post-mortem de los restos modifican las asociaciones; en él tiene una gran importancia el papel de la fauna -tanto doméstica como salvaje- repitiéndose sistemáticamente en casi todos los conjuntos. En base a esto y a otras evidencias relacionadas con el mundo megalítico -enterramiento de bóvidos, gravados en menhires-, hay autores que han hablado de un culto al toro o al buey (Grioterres, Llord VIII, Menhir dels Palaus?, etc.). Otros elementos como los "minerales verdes" empiezan a parecer, pero como apuntan Blasco y otros (BLASCO et al. 1992), muestran una disparidad propia de una fase de tanteo; además, aparecen tanto en lugares de habitación como en necrópolis y manufacturada o en estado bruto, hechos que no se repetirán ya en el Neolítico Medio.

Una de las aportaciones más destacadas de los últimos años ha sido la de nuevos conjuntos megalíticos datados dentro del cuarto milenio -sin calibrar- (3700-3800 a.C. para las cistas del grupo de Tavertet: CRUELLS et al., 1992; 3300-3000 a.C. para los sepulcros de corredor de l'Alt Empordà: TARRÚS, 1987; 3000 a.C. para las cistas del Solsonià: LLOVERA, 1985-6; CASTANY, 1992), con lo que las cuestiones de su origen y la regionalización de tal fenómeno cobran una nueva perspectiva. Es evidente, que el proceso de sedentarización, de "domesticación del paisaje", que empieza a consolidarse a finales del Neolítico Antiguo fija la idea de territorio, que se desarrollará en toda su plenitud a partir de la segunda mitad del IVº milenio y la primera del IIIº-. Los poblados al aire libre del Neolítico Antiguo, desconocidos hasta hace poco (ALCALDE et alii.,

1990; ALCALDE et alii., 1992; TARRÚS et alii., 1992), y en donde el papel de la agricultura se ha incrementado (BUXÓ, 1992), lo confirman.

Ahora, es el monumento -y sobre todo, los elementos complejos de éste (túmulo, peristalito, e. radiales)- el que actúa de estandarte y de hito territorial de la sociedad que lo levanta; un elemento dominante en el territorio (CRUELLS et al.1992). Sin embargo, algunos autores han constatado una aparente dualidad: las cistas con túmulo complejo en las que se inhumaba un solo individuo (Costa dels Garrics I, El Padró II) frente a las sencillas en las que se ha constatado la presencia de hasta siete (Costa dels Garrics II); concluyendo que la monumentalidad del sepulcro es inversamente proporcional al número de inhumados (CASTANY, 1992). Por su parte, M. Cura cree que ya resulta inaceptable la dualidad cista=sepultura individual; sepulcro de corredor=s. colectiva (CURA, 1992). En cualquier caso, el monumento ya no aparece como algo aislado y "casual", sino como el fruto de una premeditación, una preocupación específica por la delimitación del espacio funerario definido por los monumentos que constituyen la necrópolis (cistes de Tavertet, Solsonià, Cap de Creus...) y del territorio vital a partir de éstos. El mundo de los vivos y de los muertos parecen en estrecha relación, como se constata en Ca n'Isach (TARRÚS et. alii, 1992), al igual que sucede en el Vallesità (Bòbila Madurell).

Todo ello plantea, necesariamente, una estratificación social (TARRÚS et al., 1988: 31), en un momento muy anterior a lo que se suponía, en la que se conjugan aspectos de rendibilidad del trabajo y especialización económica. Es evidente, pues, una selección social relacionada con el rango de la persona a inhumar. Y éste también empezará a verse plasmado en el ajuar funerario. En toda sociedad compleja, objetos y materiales adquieren un valor de cambio, diferente al suyo intrínseco, ya sea por razones de estética, magia o praxis -curativas, p.ej.-. Y es a partir de este momento cuando aparecen elementos como la variscita (BLASCO, 1992) o el pectúnculo (MARTÍN y JUAN-MÜNS, 1985; BOSCH y TARRÚS, 1990) que se integran en los ajuares funerarios en forma de piezas de collar, colgantes o pulseras.

En relación al ritual de enterramiento, podrían hipotetizarse algunas diferencias: p.ej., la posición de los cuerpos observada en algún yacimiento en fosa del Neolítico Antiguo como el "Hort d'En Grimau" (MESTRES, 1988-89; MERCADAL y PÉREZ-PÉREZ, 1988-89), hecho que podría responder a un rito funerario concreto, que entroncaría con lo observado -aunque algo diferente- en los "Sepulcros de Fosa" del Neolítico Medio- (MARTÍN et al., 1988; MERCADAL, 1991) y que podría estar relacionado, aquí, con la edad de los individuos. Hay que resaltar, igualmente, los ejemplos colectivos de la parte

septentrional frente a las sepulturas individuales del Sur y zonas litorales. En conjunto, ésto podría estar en función de complejos tecno-culturales diversos y aún, incluso, de poblaciones diferentes desde el punto de vista biológico.

Estadio de plenitud

Ya en el Neolítico Medio, es bien conocida la diversidad de la arquitectura sepulcral que se encuentra y que hasta ahora parecía responder, en gran parte, a cuestiones estrictamente geográficas: sepulcros de corredor y cistas del Alt Empordà -"Grupo Empordanès"- (TARRÚS, 1987), fosas en el litoral y cuencas fluviales -"Vallessià" o "Sepulcros de fosa", propiamente dichos- (RIPOLL y LLONGUERAS, 1963; MUÑOZ, 1965) y cistas prepirenaicas -"Solsonià"- (CURA, 1975 y 1976). Actualmente, se plantea la posibilidad de la existencia de grupos diferentes de tradición diversa, pero la situación se diversifica con los nuevos hallazgos tanto de conjunto como puntuales (p. ej., CASTANY, 1992; ALIAGA et al., 1992; ROVIRA, 1992; PETIT, 1993).

Es en este momento cuando se consolida la sociedad neolítica, alcanzando su máximo equilibrio. La difusión de los elementos de cambio es máxima, observándose una expansión de la variscita que trasciende el territorio catalán (VILLALBA et alii, 1992) y una ruta del pectúnculo a lo largo del eje Ebro-Segre (MARTÍN y JUAN-MUNS, 1985). Ahora, las diferencias en el tratamiento del ajuar sepulcral se acentúan, uniéndose a la individualización de la sepultura, la personalización del ajuar, la exaltación del yo como individuo social: la sepultura de Montjuïc de Altés (Bassella, Lleida) contenía un sólo individuo acompañado de un collar con 20 piezas de variscita y un brazalete de pectúnculo con 32 anillas (CASTANY, 1992). En la Bóbila Madurell (Sant Quirze del Vallès, Barcelona) algunos niños o subadultos de corta edad iban ornados con elementos diversos (cerámica, sílex, hueso, múltiples collares...) entre los que sobresalían las cuentas de collar de variscita. Por otro lado, algunos elementos (plaquetas) parecen asociarse, exclusivamente, a individuos infantiles. En este sentido, es interesante notar la diferencia observada entre los materiales de hábitat y los de carácter funerario (materiales, tipos, grado de fragmentación, huellas de uso, etc.), que evidencia un elemento relacionado con esta "preocupación" por la la muerte (MIRET, 1992; CRUELLES et al., 1992, p.ej.).

És, pues, evidente, que determinados elementos como la variscita tuvieron un valor social entre las sociedades neolíticas catalanas. Si tenemos en cuenta su representación o carácter, hemosos de concluir un rol de prestigio del individuo.

Pero, además, éste debería ser de carácter hereditario, ya que resulta difícil aceptar otra razón para explicar tal distinción en niños de muy corta edad.

Un fenómeno biológico-cultural asociado recientemente a esta población neolítica, casi desde sus orígenes, es el de la trepanación. La tesis mantenida por Turbón (1981) defendía una asociación braquicefalia-trepanación altamente significativa desde un punto de vista estadístico. Y, por tanto, parecía lógico considerarla como un aspecto cultural más introducido por gente foránea, hacia el Bronce Medio-Reciente (1300 a.C. aprox.). Actualmente, tenemos conocimiento de un cierto número de individuos trepanados con una cronología claramente neolítica, datados tanto de forma relativa como absoluta, hecho que invalida, como mínimo parcialmente, tal hipótesis.

En la cueva de “El Pasteral” se obtuvo, en un momento del Neolítico Antiguo Epicardial, una cronología de 3.320 ± 70 a.C. (CAMPILLO y VIVES, 1986; BOSCH et al., 1989), mientras que se localizó una segunda en la “Timba d’En Barenys” (TURBÓN y CAMPILLO, 1982b) perteneciente al final del Neolítico Antiguo (hacia 3.500-3.000 a.C.?). En “Can Tintorer” el resultado obtenido fue de 2.870 ± 100 , en un horizonte cultural de “Sepulcros de fosa” - ya del Neolítico Medio- (CAMPILLO, 1986; VILLALBA et al., 1989). Además, Campillo (1977) ya había encontrado una cuarta en la “Bòbila Madurell” y, recientemente, en la “Caserna de St. Pau” de Barcelona (ANFRUNS et al., 1992; CAMPILLO y MAJÓ, 1992), situable en un Neolítico Antiguo Evolucionado, se han exhumado tres individuos de los que uno presentaba tres trepanaciones.

Su distribución geográfica también se amplía pero, a la vez, resulta curioso observar como la mayoría de las neolíticas se encuentra cerca del litoral. Esto podría hacer pensar en hechos no directamente relacionables; es decir, que si bien ya se conocería la trepanación durante el Neolítico en Catalunya (hecho ampliamente documentado en el Próximo Oriente y Europa), por otro lado, los grupos exógenos llegados después del cambio de milenio quizás la poseerían entre sus prácticas y la desarrollarían de forma importante, visto el número de las que pertenecen al Calcolítico o a la Edad del Bronce. Nuevos hallazgos como los del “Cau de la Guineu” (GUERRERO y CASTANY, 1983) o la “Balma de la Sargantana” (CAMPILLO, 1989) amplían el número de éstas, referidas a la Catalunya Central. Igualmente factible sería pensar en una difusión desde la costa hacia el interior.

¿El fin de un modelo económico y social?

Como motivo introductorio de reflexión, queremos presentar tres estruc-

turas pertenecientes a los “Sepulcros de Fosa” que, por exceder del patrón de esta cultura, podrían tratarse de ejemplos transicionales los cuales apuntarían, aún en el seno de un grupo representativo del Neolítico Medio pleno, lo que será la sociedad de finales del 3er milenio y gran parte del 2º milenio, caracterizada por el ritual colectivo, la inhumación secundaria, etc.:

a) sepultura que contenía los restos craneales y post-craneales de un niño, completamente desconectados y cuidadosamente dispuestos, acompañados de restos faunísticos, objetos de hueso, sílex...

b) estructura que albergaba tres individuos infantiles y un adulto masculino, acompañados de cánidos, sin ajuares claramente atribuibles (MERCADAL, O.; VIVES, E. 1992).

c) probable ejemplo de violencia, observándose dos individuos en conexión anatómica rigurosa, pero con el cráneo completamente chafado y uno de ellos con una punta de flecha clavada en una vértebra, así como lesiones en la columna (CAMPILLO et al., 1993).

Con referencia a la cuestión de la violencia intergrupala, queremos dejar constancia del enterramiento colectivo (sobre 300 individuos) de San Juan ante Portam Latinam (Alava), en donde se han hallado ocho inhumados con evidencias de haber sufrido lesiones por puntas de flecha -clavadas-, algunas con supervivencia, y datado de forma relativa en el Neolítico Medio (ETXEBERRIA y VEGAS, 1992).

Las deposiciones secundarias en enterramientos colectivos podrían haberse iniciado durante el Neolítico Final “Veraziense” -hacia 2.500 ac.- (MARTÍN et al., 1985; VIVES y MARTÍN, 1992). Un nombre de inhumados amplio -de hasta cincuenta- sólo es frecuente en Catalunya, en lo que se ha denominado genericamente, “osarios” (RIQUET, 1970); ya sea en sepulcros megalíticos (GUERRERO, 1985; TARRÚS, 1987), en los abrigos cerrados y segmentados con lajas -o paradólmenes- (MARCET et al., 1982; MERCADAL et al., 1989; GUERRERO y CASTANY, 1983; TARRÚS et al., 1991) o en algunas cuevas (CASTELLANA et al., 1989; CARRASCO et al., 1989), todos ellos situables entre el Neolítico Final y la Edad del Bronce Antiguo (2.500-1.700 a.C. aprox.). De hecho, -como ya apuntábamos- diversos sepulcros del Neolítico Antiguo han ofrecido alrededor de una veintena de inhumados, aunque en condiciones algo diferentes tanto en lo que se refiere a disposición como ajuar funerario. La información de tipo espacial de que disponemos es pobre y no permite extraer conclusiones generalizables (MARTÍN et al., 1985; CENT-VINT GROUP, 1987; VILLALBA et al., 1989; etc.), si bien suele hablarse de “paquetes de huesos”, aparente selección de éstos, fragmentación acusada -¿intencional?- etc.

EL SEGUNDO MILENIO: LA TRANSICIÓN NEOLÍTICO-EDAD DEL BRONCE

Las excavaciones arqueológicas de los últimos años, el incremento de dataciones absolutas y los nuevos estudios de síntesis arqueológica han aportado nuevos datos sobre la tipología sepulcral, las cronologías asignables y el medio en que estuvieron incluidos. Si analizamos los tipos de sepulcros en donde se han localizado materiales considerados como campaniformes (“internacionales” o “regionales”) o otros del Bronce Antiguo, posiblemente foráneos, nos encontramos con una gran variedad, que ha llevado a una cierta divergencia de interpretación entre los investigadores.

En primer lugar, tenemos lo que se podrían denominar “celulas” individuales o dobles, recortadas en substrato geológico (“T. de St. Oleguer”) o aprovechando cavidades naturales y cerrándolas (“C. de la Ventosa” y “C. del Calvari”(ESTEVE, 1966)). Aquí, parece corroborarse pues, uno de los tipos de enterramiento tradicionalmente aceptado para los campaniformes: “individual”, primario y con un ajuar claramente asociado, siendo la posición mayoritaria la “fetal” (lateralización corporal y miembros flexionados).

A continuación, se constata su presencia en las denominadas “arcas con vestíbulo en pozo” que, después de la excavación del “Salt d’en Peió” (Alt Empordà) son consideradas calcolíticas (TARRÚS, 1987). Éste se presenta como un tipo de megalito de nueva planta y, posiblemente de carácter “individual”, aunque reutilizable. Otros investigadores (CURA, 1987) creen ver en construcciones de la Catalunya Central, (SERRA VILARÓ, 1927) la expresión de este mismo megalitismo. Por desgracia, la falta de restos humanos en el primer caso, y las reutilizaciones sufridas por estos últimos, no permiten un planteamiento directo de la cuestión. Con todo, los trabajos de Guerrero (1976) y Turbón (1981) describen la presencia de individuos braquicéfalos planooccipitales y curvooccipitales en ellos, considerándolos como claramente foráneos. Riquet (1970) apuntaba la posibilidad de que alguno de ellos -Collet de Su- estuviese en relación con el campaniforme centroeuropeo y, de hecho, Guerrero (1976) ya planteaba *“una primera penetración de factores braquicefalizantes a nivel del Eneolítico Inicial, acompañando íntimamente al campaniforme internacional (...) y una segunda oleada de formas braquioides con el Bronce Medio con asa de apéndice de botón”*.

Por tanto, deberá reconsiderarse la relación “tipo racial”-“tipo sepulcral” y, en nuestra opinión, parte de la población que acogerían los megalitos del Solsonès podría tener un origen ligado a los “campaniformes” centroeuropeos, al constatar su similitud con los individuos anteriormente presentados. Y son,

precisamente, los yacimientos con campaniforme en donde se detecta un mayor número de aquellos que definiríamos como braquicéfalos -o casi-, de cráneo alto, y planooccipitalia o leve curvooccipitalia.

Una tercera manifestación sepulcral de este momento -que puede ir asociada, o no, a materiales campaniformes- es el abrigo paradolménico, segmentado y cerrado con lajas. La problemática que presenta reside en la acumulación de restos, fruto de un enterramiento colectivo y, en ocasiones, de las reutilizaciones en diferentes momentos (CURA, 1982; 1987). Por otro lado, los tipos raciales que recogen son diversos: mediterráneos gráciles y robustos, braquicéfalos planooccipitales y curvooccipitales, y formas probablemente transicionales; ésto parece ser el resultado, por un lado, del proceso de mestizaje apuntado (si se acepta la llegada de grupos foráneos) y, por otro, de la misma variabilidad intrapoblacional de los grupos (locales o foráneos).

Con esto, volvemos sobre la problemática del enterramiento primario frente al secundario, debatida los últimos años (MARCET et al., 1982; GUERRERO y CASTANY, 1983; CURA, 1987; MERCADAL et al., 1989; VIVES y MARTÍN, 1992). En nuestra opinión, y por lo observado en recientes excavaciones, hemos de pensar en un fenómeno mixto de inhumación de tipo primario que, *a posteriori*, se vería modificada por la introducción de nuevos cuerpos, y secundario; seguramente, esto respondería a razones de espacio o y a cuestiones rituales -que, en ocasiones, resulta difícil diferenciar-reduciéndose parcialmente los cuerpos (en algunos casos, constatado) o, simplemente, arrinconándolos. De cualquier modo, vuelve a repetirse la presencia de individuos braquicéfalos en un momento de transición de milenio o algo posterior; es un hecho que, observado en la "Balma de la Sargantana" (MERCADAL et al., 1989) y en "Tafania" (MERCADAL, en prensa), podría ser paralelizable a otros lugares como "Aigües Vives"-Brics- o la "Torre d'en Cornet" -Sallent- (TURBÓN y CAMPILLO, 1982a). Ha de remarcarse la circunstancia de que, siendo Aigües Vives el yacimiento con mayor número de braquicéfalos planooccipitales, también presenta un rico ajuar en donde se incluye campaniforme de tipo cordado -es decir, antiguo-; en cambio, éste no está presente en la Balma de la Sargantana, si bien los braquicéfalos presentan una tipología diferente -con un cráneo más bajo y curvooccipital- y aparentemente atenuada.

Otras construcciones con materiales campaniformes son los megalitos de cronología neolítica, reutilizados bajo formas diversas, como el "cofre" localizado en la galería cubierta del "Mas de la Mata" (PANYELLA y GARRIGA, 1945-46; TARRÚS, 1987). De nuevo, la falta de restos humanos no estudiados no permite relacionar a éstos con los materiales. Con todo, ejemplos no faltan en otros lugares de Europa, en donde se ha documentado la intrusión de campaniformes y, posteriormente, de gente del Bronce Antiguo, que coinciden

con poblaciones diferentes desde el punto de vista antropológico (KRAMAR, 1977), las cuales modificaron el megalito arquitectónicamente, variando su sentido funerario original.

Un último modelo sepulcral es el detectado en las planicies litorales o de la Catalunya Central (Alt Penedès, Vallès Occidental, Osona). Si bien, en su mayoría parece corresponder a un fenómeno algo más tardío (Bronce Antiguo-Medio), determinados elementos y las dataciones obtenidas para el Institut de Manlleu -2.070 ± 80 y 1.740 ± 120 a.C.- (BOQUER et al., 1989) en donde apareció campaniforme pirenaico, permiten incluir tal tipo en la misma cronología. Se trata de fosas de planta circular que, a menudo, se han interpretado como estructuras reutilizadas, cuya función original era diferente a la sepulcral (MERCADAL, 1991 ; CRUELLES et al., 1990, etc.). El tipo de enterramiento que muestran puede ser primario o secundario y selectivo, y el número de individuos siempre superior a la unidad. Ejemplos de ésto los tenemos en "Can Soldevila" (COSTA et al., 1982), "Bòbila Madurell-Can Feu" (MARTÍN et al., 1988), "Polígon St. Pere Molanta" (MESTRES y MIRET, 1988) o "Can Roqueta" (BOQUER et al., 1990 y 1991). Queremos incidir, de nuevo, en la presencia de braquicefalia o de caracteres que podrían considerarse, en nuestra opinión, como foráneos (hipsicránea junto con alta mesocránea, p.ej.) observados en la Bòbila M.-Can Feu (MERCADAL, 1991), Institut de Manlleu (CRUELLES et al., 1990) y St. Pere Molanta (MERCADAL y PEREZ-PEREZ, 1991).

CONCLUSIONES

Los resultados antropológicos obtenidos para la transición Epipaleolítico/Mesolítico-Neolítico, nos sugieren un aporte poblacional foráneo que introduciría nuevas técnicas e ideas aculturando, de forma progresiva, al substrato local. De todas formas, los datos son todavía escasos, aunque esta hipótesis parece refrendada por otro tipo de datos (botánicos, genéticos, ceramológicos, etc.).

Por lo que respecta a la transición 3.^{er}-2.^o milenio, creemos constatar la presencia de un elemento racial diferente a la población local registrada a lo largo del Neolítico, que podría definirse morfométricamente como braquicráneo o marcadamente mesocráneo, hipsicráneo y metriocráneo o acrocáneo (es decir, cráneo alto), y planooccipital o ligeramente curvooccipital, entre otros caracteres; más bien, robusto y de altura variable (alta en algunos casos). Su origen sería centroeuropeo, manifestándose en Catalunya, en ocasiones, algo atenuado, bien por clina genética, bien por mestizaje local. Asimismo, se muestra bajo diferentes formas sepulcrales (abrigo, megalito, fosa...) pero, pensamos que, originariamente, con un enterramiento de tipo primario y "individual" siempre,

y que *a posteriori* se vería afectado por nuevas influencias culturales que harían revivir la idea de colectividad acompañada, ya durante la Edad del Bronce, de inhumación secundaria y selección. Según nuestro punto de vista, pues, podría haberse dado una regionalización del fenómeno expuesto, evolucionando paralelamente la/las población/es local/es y la/s foránea/s en un inicio, mezclándose después.

Lejos de lo que Harrison definió como un “pueblo campaniforme”, exponemos que la llegada de contingentes de población foránea no se explicaría bajo un prisma unitario ni puntual, sino que debería de aceptarse un largo y continuado contacto con gente centroeuropea, que diversificara sus costumbres funerarios parcialmente, quizás en función del substrato local existente a su llegada (Sabadellà, Solsonà, Empordanès...). Una de las pruebas de ello podría ser la falta de individuos tipológicamente “centroeuropeos” en otras poblaciones peninsulares, a pesar de presentar campaniforme o materiales considerados como “foráneos”, también. Por tanto, no se trata de un fenómeno globalizador sino, del fruto de un contacto entre unas regiones determinadas, en uno u otro sentido.

Esto no resulta del todo excluyente, por otro lado, con la explicación funcional de Harrison (1980) que dice que durante la “Edad del Cobre” se alcanza, en Europa, una jerarquización social inexistente antes, que motivó una rápida difusión de objetos simbolizando poder y prestigio social. Es el producto de una competición por el control de los recursos y, a la vez, por la ostentación de poder, entre élites vecinas. Considera un rápido desarrollo del proceso (en menos de doscientos años), pasando de un “grado de *status* bastante modesto en los grupos con campaniforme, a una fuerte jerarquización, con los grandes caudillos del Bronce Antiguo (...) jerarquías que, una vez establecidas, demostraron su eficacia y la perdurabilidad del sistema social establecido”. Gilman (1976) aboga por un fenómeno similar basado en el establecimiento de una sociedad jerarquizada fundamentada en la realización de grandes obras hidráulicas, sobre todo, en el SE peninsular. Pero, de hecho, esta diferenciación socioeconómica tan evidente en Europa no parece observarse en Catalunya, por lo menos traducida en una presencia abrumadora de objetos de prestigio (GALLART, 1991) o de estructuras habitacionales y funerarias, “comunitarias”, difícilmente definibles cronológicamente, en muchas ocasiones.

Desde el punto de vista antropológico creemos, pues, que podría plantearse la existencia de dos tipos raciales -o, cuando menos, morfológicos- principales, que aparecen en este momento:

A. Uno directamente derivado de los campaniformes alemanes “puros”, Los caracteres del cual ya han sido expuestos. Sólo añadiremos que la altura

corporal no sería siempre alta, como en algunas poblaciones originales (1.80 m.) sinó que puede resultar mediana o baja (1.60-1.65 m., para el sexo masculino) fruto de los cambios apuntados; esto ya se observa, de hecho, en las mismas poblaciones del Bronce alemán y suizo (Straubing, p.ej.) y más, en el SE francés (RIQUET, 1970).

B. Un segundo, marcadamente circumalpino, braquicéfalo o casi, cráneo de altura mediana-baixa (ortocráneo, tapinocráneo...) y abombamiento occipital mayor. En general, la capacidad craneal es menos elevada. Parece procedente de las regiones meridionales de Suiza, SE de Francia y N de Italia. Cronológicamente, podría ser algo posterior.

En este sentido, algún autor (CURA, 1982 y 1987) duda de que los materiales campaniformes encontrados en los abrigos provengan de la misma zona que el osario colectivo, asociable a materiales de cronología algo posterior. Del mismo modo, creemos interesante remarcar que en la cueva de "el Calvari", definida por Harrison con "*el conjunto cerrado de enterramientos con Marítimo más importante de la Península Ibérica*" (p.77), hallamos juntos dos fenómenos aparentemente diferentes en un sentido cronológico y ritual y, quizás, cultural. Por un lado, las inhumaciones primarias con un ajuar claramente asociado -campaniforme, parcialmente- situable en el Calcolítico y, por otro, un enterramiento colectivo que parece más tardío, perteneciente ya al Bronce Antiguo. Según Serra Vilaró, "St. Oleguer" podría ser un conjunto de tres o más células separadas, con más de un individuo en cada una y quizás en posición secundaria; Harrison no duda de su carácter "cerrado". También se observa aquí, pues, el fenómeno apuntado.

De hecho, Riquet (1970) ya había definido al territorio catalán como el núcleo más meridional de la oleada centroeuropea, preconizando una confluencia de poblaciones procedentes de Alemania, Suiza...-vía Ródano-y otras del Norte de Italia (Polada), en el Bronce Antiguo. Los primeros enterrarían en megalitos ("caissons") mientras que los segundos lo harían en cueva y en otros sepulcros, a manera de osarios. Años después, en una discusión, vuelve a asegurar que existen representantes dinámicos indudables, en la Península Ibérica, que son intrusivos campaniformes (GARRALDA, 1979, p. 222). Para él, pues, el fenómeno campaniforme supone la "fractura" biológica más fuerte observada en la Prehistoria de la población europea. Asimismo, Guerrero y Lorenzo (1976) hacen de los braquicéfalos, los responsables de la introducción de la metalurgia en Catalunya -sin una base realmente sólida- y Guerrero (1975; 1976) habla de una segunda invasión relacionable con la cerámica de la Polada y el hacha de rebordes. La influencia de la obra de Riquet es evidente. Finalmente, Lorenzo, basándose en la presencia del tipo alpino o bien, de cultura material caracte-

rística -casos de “Borja” y “Foz de Escalote”, respectivamente- (LORENZO, 1985; LORENZO y ETAYO, 1987), también hipotetiza una llegada de gente foránea, a Aragón, en este momento, vía Ródano.

En resumen, se evidencia un proceso de braquicefalización, en Catalunya, a partir de finales del tercer milenio. Nosotros pensamos que no es el producto de una evolución autóctona de la población neolítica local (por las razones ya expuestas) sinó, que fue el fruto de la influencia -más o menos directa- de una población exógena diversa; esto no excluye, evidentemente, un contacto similar en épocas anteriores, difícil de comprobar desde la Antropología, hoy por hoy. Y como dice J.L. Maya (MAYA, 1990), el paso entre el Neolítico Final y el Bronce Reciente debió ser continuo y variado, en los Pirineos, y los braquimorfos no tenían porqué pertenecer a una o otra comunidad y culturas concretas.

Algo que puede ser ilustrativo -y, para nosotros, demostrativo- es el hecho de que en un mismo momento dado, en áreas tan diversas como la actual Austria, la fachada atlántica o el resto de la Península Ibérica -excepto un pequeño número en Levant y núcleos muy concretos (Ciempozuelos) y dudosos (GARRALDA, 1979)- la presencia de este tipo resulta nula (RIQUET, 1970; GARRALDA, 1974 y 1986) i su evolución posterior se muestra bastante diferente en el resto de Europa (Francia, Suiza, Rumania, etc.), tendiendo a una fijación del índice craneal elevado (p.ej., NECRASOV, 1984) o bien, una estabilización y dilución del elemento braquicéfalo en una mayoría racial diferente (TURBÓN, 1989). Como ya apuntábamos, la población catalana presentaba un porcentaje relativamente alto de braquicéfalos estrictos (13.55%) en relación a otras peninsulares como las del SE (FUSTÉ, 1956; WALKER, 198), Levante y Meseta (GARRALDA, 1974) o el País Vasco (DE LA RUA, 1988).

Es decir, si bien se observa una tendencia a la braquicefalización post-neolítica (SCHWIDETZKY, 1974; TWIESSELMANN, 1980), éste no es un fenómeno homogéneo generalizado. Actualmente, se discute un proceso de braquicefalización en el s. XIX y de dolicocefalización o desbraquicefalización en Europa desde finales del s. XIX y durante el s. XX; se observa una tendencia a la reducción de la anchura craneal y aumentar la longitud y la altura. Se cree (SUSANNE et al., 1988) que el aumento de estatura corporal no puede explicar, totalmente, una reducción de la anchura craneal y se piensa más en un efecto alométrico de compensación: cuanto más largo y alto, menos estrecho, si no aumenta el volumen craneal.

Para acabar, creemos en una necesidad inmediata de buscar nuevos “conjuntos cerrados” en los que la relación cultura material-restos humanos resulte clara y bien definible cronológicamente, así como desarrollar nuevas metodologías para intentar contrastar las hipótesis planteadas o apuntar nuevas soluciones - metodológicas e interpretativas-, más válidas que las actuales.

BIBLIOGRAFIA

- ALIAGA, S. y MERCADAL, O. (1988-89) "Las cistes del Cap de Creus (Alt Empordà, Girona)", *Arqueocrítica* 1, pp. 16-20. Universidad de Barcelona.
- ALCALDE, G.; BOSCH, A. y BUXÓ, R. (1992) "Plansallosa, un lloc d'habitació a l'aire lliure del Neolític Antic a la Vall del Llierca (La Garrotxa)". *IX.è C.I.A. Puigcerdà*, pp. 95-97. Andorra
- ANFRUNS, J.; MAJÓ, T.; MERCADAL, O.; PEREZ-PEREZ, A. y TURBÓN, D. (1991) "Aproximació a l'antropologia de la població neolítica de Catalunya", *IX.è C.I.A. Puigcerdà*, pp. 301-305. Andorra.
- ANFRUNS, J.; MAJÓ, T. y OMS, J.I. (1993). "Las restes humanes neolítiques de la Caserna de Sant Pau", annex II. *Tribuna d'Arqueologia* 1991-92: 36-38. Dep. Cultura. Generalitat de Catalunya. Barna
- BERTRANPETIT, J. y CAVALLI-SFORZA, L.L. (1991) "A genetic reconstruction of the history of the population of the Iberian Peninsula". *Ann. Hum. Genet.*, 55: 51-67.
- BERTRANPETIT, J. y CALAFELL, F. (1991) "Detecció dels efectes genètics de la neolitització en la població ibèrica actual". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp. 43-45. Andorra.
- BLASCO, A.; EDO, M. y VILLALBA, M.J. (1992) La cal.laïta: l'ús dels minerals verds durant el Neolític a Catalunya a partir de la difractometria de raigs X". *IX.è CIA de Puigcerdà*, pp.206-208. Andorra.
- BOQUER, S.; BOSCH, J.; CRUELLES, W.; MIRET, J.; MOLIST, M.; y RODÓN, T. (1989) "L'Institut de Manlleu (Osona). Un hàbitat de inicis de l'Edat del Bronze", *Tribuna d'Arqueologia* 1988-89: 99-112. Generalitat de Catalunya, Servei d'Arqueologia, Barna.
- BOQUER, S.; GONZALVEZ, L.; MERCADAL, O. RODÓN, T. y SAENZ, L. (1990) "Les estructures del Bronze Antic-Bronze Mitjà al jaciment de Can Roqueta (Sabadell, Vallès Occidental)". *Arraona*, 7:9-25, tercera època, Sabadell.
- BOQUER, S.; GONZALVEZ, L.; MERCADAL, O. RODÓN, T. y SAENZ, L. (1992) "Un nou assentament del Bronze-Ferro al Vallès: Can Roqueta (Sabadell, Vallès Occidental)", *Tribuna d'Arqueologia* 1990-91: 41-51, Dep. Cultura. Generalitat de Catalunya. Barcelona.
- BOSCH, A.; MERCADAL, O. y TARRÚS, J. (1989) "La cova sepulcral del Neolític Antic de l'Avellaner", *Tribuna d'Arqueologia* 1988-89: 15-27, Dep. Cultura, Generalitat de Catalunya. Barcelona.
- BOSCH, A. y TARRÚS, J. (1991) *La cova sepulcral del Neolític Antic de l'Avellaner (Cogolls, La Garrotxa)*. C.I.A.G. Serie monogràfica nº 11. Diputació de Girona/ Generalitat de Catalunya. Girona.
- CAMPILLO, D. (1977) *Paleopatología del cráneo en Cataluña, Valencia y Baleares*. Ed.Montblanc-Martín.
- CAMPILLO, D. (1983) *La enfermedad en la Prehistoria. Introducción a la Paleopatología*. Ed. Salvat. Barna
- CAMPILLO, D. (1985) "Estudi de les restes humanes trobades a la cova del Toll (Mojà) durant la campanya de salvament portada a terme l'estiu del 1985". *Empúries*, 47: 34-40. Diput. Barcelona.
- CAMPILLO, D. (1986) "Study of a trepaned skull belonging to the Neolithic Period coming from the site of Can Tintoré in Gavà (Barcelona, Spain), *VI European*

Meeting of the Paleopathology Association, Madrid.

- CAMPILLO, D. y VIVES, E. (1986) "Estudi de les restes humanes de la cova de "El Pasteral" (Girona), *Quaderns*-1985, Centre de Estudis Comarcals de Banyoles: 57-69, Banyoles.
- CAMPILLO, D. (1989) "Estudio paleopatológico de los restos procedentes de la "Balma de la Sargantana" de Renau (Oliola, La Noguera, Lleida)", *VI Congreso Español de Antropología Biológica*, pp. 324-331. Bilbao.
- CAMPILLO, D. (1992) "Study of three trepanated skull from the Neolithic Period exhumed in "St. Pau Road" in Barcelona (Spain). *IX European Meeting of the Paleopathology Association. Journal of Paleopathology* vol. 4 no. 2. p. 79. Ed. L. Capasso. Teramo.
- CAMPILLO, D.; MERCADAL, O. y BLANCH, R.Ma. (1993) "A mortal wound caused by a flint arrowhead in individual MF18 of the Neolithic period exhumed at St. Quirze del Vallès". *International Journal of Osteoarchaeology*, vol. 3:145-150.
- CARRASCO, T. et al. (1989) "Estudi dentari de les restes humanes de la cova de Can Sadurní, Begues", *I Jornades Arqueològiques del Baix Llobregat*, pp.65-72. Castelldefels.
- CASTANY, J. (1992). "Arquitectura i rituals als sepulcres neolítics del Solsonès". *Gala. Revista d'Arqueologia i Antropologia*, 1: 71-77. Museu Arqueològic Municipal. St. Feliu de Codines.
- CASTANY, J. (1992) "Estructures funeràries dels megàlits neolítics del Solsonès" *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp.249-254. Andorra.
- CASTANY, J. y GUERRERO-SALA, L.A. (1992). "Població i antropologia d'un nínxol d'inhumació col·lectiva i successiva del grup Montboló a Grioterres (Vilanova de Sau, Osona)". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp.153-154. Andorra.
- CASTELLANA, C. et al. (1989) "Estudi antropològic de les restes humanes de la cova de Can Sadurní. Begues." *I Jornades Arqueològiques del Baix Llobregat*, pp.55-64. Castelldefels.
- CENT VINT GROUP (1987) *Dinàmica de la utilització de la cova 120 per l'home en els darrers 6000 anys*. Serie monogràfica nº7, C.I.A.G. Girona.
- CHIMENOS, E. (1991) *Estudio paleoestomatológico de poblaciones prehistóricas de Catalunya*. Ed. Pórtico.
- COSTA, F.; GARCIA, P.; MARCET, R. y MAS, J. (1982) "El jaciment prehistòric de Can Soldevila (Sta. Perpètua de Mogoda)". *Fulls d'Arqueologia i Història*, pp. 9-48. Sta. Perpètua de Mogoda.
- CRUELLES, W. y MOLIST, M. (1989) *Un poblat a l'aire lliure de fa 4000 anys. El jaciment de l'Institut de Batxillerat de Manlleu (Osona)*. Eds. del Museu de Manlleu, 4. Manlleu.
- CRUELLES, W.; CASTELLS, J. y MOLIST, M. (1992) "Una necròpolis de "cistes amb túmul complex" del IV mil.leni a la Catalunya Interior". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp. 153-154. Andorra.
- CUESTA, F. (1985) "Estudio de los restos humanos procedentes del Torrent de St. Oleguer, en Sabadell (Vallès Occidental) y algunos problemas relacionados con el vaso campaniforme en Cataluña", *Estudios de la Antigüedad*, 2: 69-92. U.A.B. Bellaterra.
- CURA, M. (1975) "Consideraciones sobre los enterramientos en cistas neolíticas y su evolución posterior en Cataluña", *XIII C.N.A.* pp. 279-288. Zaragoza.

- CURA, M. (1976) "El grup cultural de les cistes neolítiques del Pre-Pirineu català ("El Solsonià")", *Cypsela* 1, pp. 49-52. Girona.
- CURA, M. (1982) "La Balma dels Ossos de la Torre d'En Cornet (Sallent, Bages). *Informació Arqueològica*, 42: 13-17. Diputació de Barcelona. Barcelona.
- CURA, M. (1987) "Origen i evolució del megalitisme a les comarques centrals i occidentals de Catalunya: I. Del Neolític Mitjà a l'Edat del Bronze", *Cota Zero*, 3: 76-83. Eumo editorial. Vic.
- CURA, M. (1992) "Contribucions a la problemàtica dels orígens del megalitisme a Catalunya". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp. 273-276. Andorra.
- CHOCOL, J. y BLAJEROVA, M.(1964) "Die Bevölkerung mit der Glockenbecherkultur. Anthropologische Erkenntnisse über die Bevölkerung in Böhmen. *Památky Archeologicke* 55: 432-478.
- DE LA RUA, C. (1988) *El cráneo vasco: morfología y factores craneofaciales*. Diputación Foral de Vizcaya. Bilbao.
- DEL RINCÓN, M.A. (1992). "La primera mitad del III milenio". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp. 233-236. Andorra.
- ESTEVE, F. (1966) "La cueva sepulcral del "Calvari d'Amposta". *Pyrenae*, 2: 25-50, Barcelona.
- FORTEA, J. y MARTÍ, B. (1985) Consideraciones sobre los inicios del Neolítico en el Mediterráneo español. *Zephyrus*, 37-38: 167-199. Salamanca.
- FUSTÉ, M. (1952) "Cráneos procedentes de la necrópolis de Sant Quirze de Galliners (Barcelona). Contribución al problema de los "negroides neolíticos", *T.I.B.S.* vol.XIII, nº1: 1-70, Barcelona.
- FUSTÉ, M. (1956) "Raíces prehistóricas del complejo racial de la Península Ibérica", *Zephyrus*, vol. VIII: 110-124. Salamanca.
- FUSTÉ, M. (1957) "Estudio antropológico de los pobladores neo-eneolíticos de la región valenciana", *Servicio de Investigaciones Prehistóricas*. Serie de trabajos varios nº 20, Valencia.
- FUSTÉ, M. (1963) "Antropología Prehistórica de la región catalana", *II Symposium de Prehistoria Peninsular*. Instit. de Arqueología de la Univesidad de Brcelona. Barcelona.
- FUSTÉ, M. (1966) "Restos humanos prehistóricos de la cueva de El Toll (Moyà, Barcelona). *Pyrenae*, 2 : 17-24, Barcelona.
- FUSTÉ, M. (1982) "Restos humanos de la cueva de los hombres verdes de Urbiola (Navarra)". *Trabajos de Arqueología de Navarra*, 3: 2-41. Pamplona.
- GALLART, J. (1991) *El dipòsit de bronzes de Llavorsí. Pallars Sobirà*. Les excavacions arqueològiques a Catalunya en els darrers anys. Exc. Arq. a Cat., 10. Dep. Cultura. Generalitat. Barcelona.
- GARRALDA, Ma. D. (1974) *Estudio antropológico de la población del Neolítico y Bronce I en la Península Ibérica*. Tesis doctoral. Univ. Complutense. Fac. Filosofía y Letras. Madrid.
- GARRALDA, Ma D. (1979) "Les populations du Néolithique et du Bronze I dans la Péninsule Ibérique et Las Iles Baleares", *Archives suisses d'anthropologie générale*, 43, 2, pp. 211-222, Genève.
- GARRALDA, M.D. (1986) "Ethnogenèse des Peuples Ibériques (env.1000 B.C.-500 AC)", a BERNHARD, KANDLER und PALSON (eds.) *Ethnogenese europäischer*

- Völker. pp. 187-297. Gustav Fisher, Stuttgart-New York.
- GERHARDT, K. (1953) *Die Glockenbecherleute in Mittel- und Westdeutschland*. Stuttgart.
- GERHARDT, K. (1976) "Anthropotypologie der Glockenbecherleute in ihren Ausschwärmelandschaften". *Glockenbechersymposion*, pp. 147-164.
- GILMAN, A. (1976) "Bronze Age dynamics in Southeast Spain". *Dialectical Anthropology* 1, pp. 307-319.
- GRANADOS, O.; PUIG, F. y FARRÉ, R. (1993). "La intervenció arqueològica a Sant Pau del Camp: un nou jaciment prehistòric al Pla de Barcelona". *Tribuna d'Arqueologia* 1991-92: 27-32. Dep. Cultura. Generalitat de Catalunya. Barcelona.
- GRIVÉ, M. (1932) "L'Esquerda de Les Roques d' "El Pany", *Anuari de l' I.E.C.* 1927-31:19-23. Barcelona.
- GUERRERO, L. (1976) *Lerida antropològica*. Cultura Ilerdense. Lérida.
- GUERRERO, L. (1985) "Interpretación antropológica del dolmen de La Mota o de Canet d'Adri (Gerona), *Quaderns*, vol. II, pp. 117-135, C.E.C.B., Banyoles.
- GUERRERO, L. A. y LORENZO, J.I. (1976) "Unidad étnica y homogeneidad racial de los eneolíticos de las cuevas leridanas", *Cypsela*, 1:74-78. Girona.
- GUERRERO, L. A. y CASTANY, J. (1983) *El Cau de la Guineu a la Prehistòria del Bages*. Memòria de excavació. Servei d'Arqueologia. Generalitat. Barcelona. Inédita.
- GUERRERO, L. (1992). "Aspectes rituals en els megàlits del Solsonès". *IX.è Col·loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp. 257-258. Andorra.
- HARRISON, R.J. (1977) *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*. Am. School of Preh. Research, Bull. 35, Peabody Museum, Harvard Univ., Massachussets.
- HARRISON, R.J. (1980) *The Beaker Folk. Copper Age Archaeology in Western Europe*. Thames and Hudson. London.
- HOWELLS, W.W. (1973) *Cranial Variation in Man*. Papers of the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, vol. 67, Cambridge, Massachussets.
- KRAMAR, Ch. (1977) "Las restes humaines néolithiques du prémier dolmen (MVI) du Petit-Chasseur à Sion (VS)", *Archives suisses d' anthropologie générale*, 41, 1: 37-42. Geneve.
- LLONGUERAS, M.; FERRER, P.; CAMPILLO, D. y MARTÍN, A. (1981) "Enterrament campaniforme a la cova de la Ventosa (Piera, Anoia)", *Ampurias*, 43: 97-111. Barcelona.
- LORENZO, J.I. (1985) *La Antropología aragonesa. Contribución al conocimiento de las poblaciones del Neolítico-Bronce en Aragón*. Memoria de Licenciatura. Fac. de Letras de Zaragoza. Inédita.
- LORENZO, J.I. y ETAYO, J.M. (1987) "Cueva I en la Foz de Escalete, Las Peñas de Riglos (Huesca)", *Inf. Preliminar. Arqueología Aragonesa* 1985: 65-67. Zaragoza.
- LLOVERA, X. (1985-86) "La Feixa del Moro (Juberri) i el Neolític Mig-Recent a Andorra". *Tribuna d'Arqueologia* 1985-86:15-24. Dep. Cultura. Generalitat de Catalunya. Barcelona.
- MALUQUER, J. (1942) "La cerámica con asas de apéndice de botón y el final de la cultura megalítica del Nordeste de la Península", *Ampurias*, IV: 171-198. Barcelona.
- MAR CET, R.; PETIT, Ma. A.; ROVIRA, J. y VIVES, E. (1982) "Balma de la Sargantana o de Renán, Oliola". *Les exc. arq. a Catalunya en els darrers anys*. Exc. Arq. a Cat., 1: 155-157. Generalitat de Catalunya. Barcelona.
- MARTÍN, A.; BOSCH, J.; MIRET, J.; BLANCH, R.Ma.; ALIAGA, S.; ENRICH, R.;

- COLOMER, S.; ALBIZURI, S.; FOLCH, J.; MARTÍNEZ, J. y CASAS, T. (1988) "Les excavacions al paratge de la Bòbila Madurell i de Can Feu (St. Quirze del Vallès, Vallès Occidental)", *Tribuna d'Arqueologia* 1987-88:77-92. Barna.
- MARTÍN, A.; BIOSCA, A. y ALBAREDA, M.J. (1985) "Excavacions a la cova del Frare (Matadepera, Vallès Occidental). Dinàmica ecològica, seqüència cultural i cronologia absoluta", *Tribuna d'Arqueologia* 1983-84: 91-103. Barna.
- MARTÍN, A. y JUAN-MUNS, N. (1985) "Posición estratigráfica de los "brazaltes" de pectúnculo de cova del Frare (Matadepera, Vallès Occidental)". *Quaderns*, pp. 71-80. C.E.C.B. Banyoles.
- MAYA, J.L. (1990) "Calcolítico y Edad del Bronce en Cataluña", *Aragón/Litoral Mediterráneo: interconios culturales durante la Prehistoria*. Ponencias. pp.263-298. Zaragoza.
- MERCADAL, O. y PÉREZ-PÉREZ, A. (1988-89) "Estudi paleoantropològic i paleonutricional de la població neolítica de l'Hort de En Grimau". *Olerdulae* 1-4, anys XIII-XIV, pp.131-146. Vilafranca del Penedès.
- MERCADAL, O., PÉREZ-PÉREZ, A. y CHIMENOS, E. (1989) "Estudio paleoantropológico y paleonutricional de la población del yacimiento de la Balma de la Sargantana (Oliola, La Noguera, Lleida)", *VI Congreso Español de Antropología Biológica*, pp. 392-399. Bilbao.
- MERCADAL, O. (1991) "Bòbila Madurell: un bon exemple en la relació Arqueologia-Antropologia", *Limes*, 1.pp. 36-43. Cerdanyola del Vallès.
- MERCADAL, O. y PÉREZ-PÉREZ, A. (1991b) "Estudi paleoantropològic i paleonutricional del jaciment del Polígon de St. Pere Molanta (Olerdola, Alt Penedes)", *Beca Fundació Mestres-Jané*. Inédito.
- MERCADAL, O. (1992) "Antropologia del segon mil·lenari a Catalunya: una evidència de trencament cultural?", *Gala. Revista d'Arqueologia i Antropologia*, 1: 127-130. Museu Arqueològic Municipal. St. Feliu de Codines.
- MERCADAL, O. y VIVES, E. (1992). "Noves dades sobre el ritual d'enterrament al Neolític Mitjà: l'exemple de la Bòbila Madurell". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp. 185-186. Andorra.
- MERCADAL, O. (en prensa) "Paleoantropologia i ritual funerari. Paradolmen de Tafania (Ventalló, Baix Empordà)". *Cypsela*, X. Girona.
- MERCADAL, O. y PÉREZ-PÉREZ, A. (en prensa) "Estudio morfométrico de la población epipaleolítica de "El Collado" (Oliva, Valencia)". *VII Congreso Español de Antropología Biológica*. 1991. Granada.
- MESTRES, J. (1988-89) "Las sepulturas neolíticas de l'Hort de En Grimau (Castellví de la Marca, Alt Penedes)", *Olerdulae* 1-4, pp. 97-129, anys XIII-XIV, Vilafranca del Penedes.
- MESTRES, J. y MIRET, J. (1988) "Conferència-visita a alguns jaciments dels termes d'Olerdola i de Vilafranca". El gran Penedès. *Butlletí de l'Institut d'Estudis Penedesencs*, 7: 13.
- MIRET, J. (1992) "La indústria lítica del Neolític Mitjà: característiques de la indústria lítica de les sepultures y dels contextos d'habitació". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp.183-184. Andorra.
- MOLIST, M.; CRUELLES, W. y CASTELLS, J. (1987) "L' àrea megalítica de Tavertet (Osona)", *Cota Zero*, 3: 55-68, Eumo Editorial, Vic.
- MOLIST, M. (1992). "El Neolític Mitjà a Catalunya: estat del coneixement, debats i preguntes a inicis dels anys 90". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de*

Puigcerdà, pp. 157-163. Andorra.

- MUÑOZ, A.M. (1965) *La cultura neolítica catalana de los "sepulcros de fosa"*. IAP. Publicaciones Eventuales nº 9. Universidad de Barcelona.
- NADAL, J. y MORALES, A. (1992) "Els primers animals productors del Neolític català: una evidència del model difusionista". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp. 23-24. Andorra.
- NECRASOV, O. (1984) "L'évolution de l'indice cranien, du Néolithique au Prémière Age du Fer en Roumanie", *Bull. et Mem. Soc. de Anthropol. de Paris*. t.1, serie XIV, 197-206. Paris.
- PANYELLA, A. y GARRIGA, J. (1945-46) "Excavación de tres megalitos en Port de la Selva (Alto Ampurdán). *Ampurias*, V: 341-346. Barna.
- PETIT, Ma.A. (1986) *Memòria de la campanya de salvament a la cova de El Toll (Moià, Barna)*. Servei de Arqueologia, Generalitat. Barcelona. Inedita.
- PETIT, Ma.A. (1993) "La cista del Pla de la Bassa de Can Garriga (Santa Maria d'Olib, Bages)". *Homenatge a Miquel Tarradell*. pp. 149-153. Curial Ed. Catalanes. Estudis Universitaris Catalans. Barcelona.
- RIPOLL, E. y LLONGUERAS, M. (1963) "La cultura neolítica de los sepulcros de fosa en Cataluña", *Ampurias*, XXV: 1-90. Barcelona.
- RIQUET, R. (1970) *Anthropologie du Néolithique et du Bronze Ancien*. Impr. Texier. Poitiers.
- SERRA VILARÓ, J. (1927) *Civilització megalítica a Catalunya. Contribució al seu estudi*. Museum Archaeologicum Diocesanum. Solsona.
- SHERRATT, D. (1988) Book Review. Archaeology and Language. *Current Anthropology*, 29: 458-463.
- SUSANNE, C.; VERCAUTEREN, M.; KRASNICANOVA, H.; JAEGER, V.; HAUSPIE, R. y BRUZEK, J. (1988) "Évolution séculaire des dimensions cephaliques", *Bull. et Mém. de la Soc. d'Anthropol. de Paris*, t. 5, serie XIV, nº 3: 151-161, Paris.
- TARRÚS, J. (1987) "El megalitisme de l'Alt Empordà (Girona): Els constructors de dòlmens entre el Neolític Mitjà i el Calcolític a l'Albera, Serra de Roda i Cap de Creus", *Cota Zero*, 3: 36-54. Vic.
- TARRÚS, J.; BADIA, J.; BOFARULL, B.; CARRERAS, E. y PIÑERO, M.-D. (1988) *Dòlmens i menhirs. III monuments megalítics de l'Alt Empordà i Vallespir oriental*. Guies del Patrimoni Comarcal, 3. Carles Vallès Editor. Figueres.
- TARRÚS, J.; CHINCHILLA, J.; ALIAGA, S. y MERCADAL, O. (1992). Ca n'Isach (Palau-saverdera): un assentament a l'aire lliure del Neolític mitjà". *Tribuna d'Arqueologia 1990-91*: 27-39. Servei d'Arqueologia. Generalitat de Catalunya. Barcelona.
- TARRÚS, J. (1992). "El megalitisme antic a Catalunya". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*. pp. 239-243. Andorra.
- TARRÚS, J. et al. (En prensa) "El paradolmen calcolític de Tafania (Ventalló, Baix Empordà)". *Cypsela*, X. C.I.A.G. Girona.
- TREINEN-CLAUSTRE, F. (1986) "Le Groupe Montbolo dans son contexte pyrénéen", en DEMOULE, J.P. et GUILAINE, J. (dir.) *Le Néolithique de la France. Hommage a G.Bailloud*, pp. 217-232. Ed. Picard.
- TREINEN-CLAUSTRE, F. et alii. (1985) "La plus ancienne sépulture collective du Midi". *La Recherche*, 163: 250-251. Paris.
- TURBÓN, D. (1981) *Antropología de Cataluña en el II milenio*, Eds. de la Univ. de Barcelona. U.B. Barna.

- TURBÓN, D. (1989) "El passat biològic de l'home a Catalunya", *Cota Zero*, 5: 65-71. Eumo Editorial. Vic.
- TURBÓN, D. y CAMPILLO, D. (1982a) "Restos humanos de la Bauma dels Ossos de la Torre d'En Cornet (Sallent, Barcelona)". *4rt C.I.A.P.* Puigcerdà.
- TURBÓN, D. y CAMPILLO, D. (1982b) "Los restos humanos de Riudoms", *Bol. Soc. Esp. de Antrop. Biològica*, 3: 46-52, Madrid.
- VILARDELL, R. (1992) "Problemàtica que ens planteja la troballa d'una inhumació a la Timba d'en Barenys (Riudoms, Baix Camp)". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp. 117-118. Andorra.
- VILLALBA, Ma.J.; BLASCO, A. y EDO, M. (1989) "La Prehistòria al Baix Llobregat". *Pre-actes I Jornades Arqueològiques del Baix Llobregat vol. II (Ponències)*. :7-41, Castelldefels.
- VILLALBA, Ma.J.; BAÑOLAS, L. y ARENAS, J. (1992) "Evidències funeràries a l'interior de les mines de Can Tintorer". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp. 209-212. Andorra.
- VIVES, E. (1988) "La Feixa del Moro a Juberrí. Antropologia de les restes neolítiques". *7è C.I.A.P.* pp. 67-71. Puigcerdà.
- VIVES, E. (1990) *La població medieval catalana. Origen i evolució*. Eumo Editorial. Col. "Referències". Vic.
- VIVES, E. y MARTÍN, A. (1992) "Elements de reflexió sobre el ritual dels enterraments secundaris del nivell sepulcral verazià de la cova del Frare de St. Llorenç del Munt (Matadepera)". *IX.è Col.loqui Internacional d'Arqueologia de Puigcerdà*, pp. 209-212. Andorra.
- WALKER, M.J. (1988) *Ensayo de caracterización de poblaciones del SE español. 3000 a 1500 a.J.C.* Universidad de Murcia.

EL MONTE AREO, LA LLAGUNA DE NIEVARES Y LA COBERTORIA: TRES ESPACIOS FUNERARIOS PARA LA COMPRESION DEL COMPLEJO CULTURAL MEGALITICO EN EL CENTRO DE ASTURIAS

por

Miguel A. de Blas Cortina *

Resumen: Las excavaciones arqueológicas efectuadas en los últimos doce años en enclaves megalíticos aportan una base documental, por vez primera, de entidad suficiente para un intento de comprensión del megalitismo en el sector centro de Asturias. Los ambientes tan contrastados que los acogen: el Monte Arco domina un extenso ámbito marítimo mientras que la Cobertoria se instala en el umbral de la alta montaña, componen posiciones extremas de lo megalítico cuya complejidad se manifiesta tanto en las distintas fórmulas del orden monumental, como en la concepción arquitectónica y en los restantes testimonios culturales asociados. Los grados diversos de interrelación entre toda esa serie de factores, y sus implicaciones en el proceso del poblamiento prehistórico del territorio considerado, componen la base argumental de la exposición.

Palabras-clave: Megalitismo. Poblamiento prehistórico. Asturias.

En términos generales, haciendo por ello abstracción de manifestaciones aisladas conocidas desde hace decenios, no se produce una primera evaluación de fenómeno megalítico en Asturias hasta 1973 con la aparición del *Recuento* de estructuras tumulares¹. En este enorme esfuerzo de catalogación, considerando la dispersión y ubicación de diferentes túmulos, con independencia de su tipología, en la mayoría de las ocasiones desconocida, se rompe el tópico de que tales construcciones prehistóricas coexistían una exclusiva de los sectores montañosos del occidente de la región o de enclaves muy limitados de las tierras costeras orientales. En efecto, se inventarían en el Recuento varias decenas de túmulos distribuidos en torno a la cuenca hidrográfica del Nalón, cubriendo de forma desigual el ámbito que media entre las sierras prelitorales (en Gijón,

* Universidad de Oviedo.

¹ J. M. González, "Recuento de los túmulos sepulcrales megalíticos de Asturias", en *Archivum*, XXIII, Universidad de Oviedo, 1973, 5-42.

Villaviciosa y Sariego) y la depresión central (Llanera y Siero) hasta la cordillera Cantábrica en la divisoria con la Meseta (concejos de Lena o Quirós, *verbi gratia*).

El intento inicial de aproximación a la realidad cultural de esos vestigios arqueológicos, inevitablemente parcial y restringido, arranca en 1976 con la excavación de un pequeño megalito en Sariego y, posteriormente, con los trabajos en los túmulos de Silvota de Bobes y Altu la Mayá, en Siero (1978-1979), y de Piedrafita, en Las Regueras (1980). El análisis arqueológico de las diferentes estaciones investigadas documentaba la compleja variedad de estructuras, tipos y, verosímilmente, tiempos culturales encubiertos por morfologías monumentales de apariencia externa, al menos hoy, semejante. Hablábamos entonces desde megalitos, más o menos clásicos de filiación calcolítica, hasta túmulos con arquitectura interna perceptible que situábamos en un ambiente paramegalítico, o de estructuras tumulares ciertamente extrañas asociables a un momento evolucionado de la Edad del Bronce². Los cuatro lugares, por vez primera investigados en el centro de la región, ponían de manifiesto el polimorfismo de las construcciones tumulares, vinculado en algunas a versiones distintas de un mismo universo cultural o, por el contrario, a conceptos e inserciones tempoculturales muy distintos.

A partir de 1981, campañas sucesivas de excavación se aplicaron ya no en análisis puntuales, sino en una indagación intensiva sobre conjuntos tumulares de presumible pertenencia al complejo cultural megalítico. Situados en emplazamientos diferentes, cabría esperar, presumiblemente interrelaciones también distintas con el entorno circundante, generándose en cada caso formas culturales diferenciadas cuya cercanía o distancia cronológicas convendría al mismo tiempo aquilatar. Corresponden las zonas elegidas a medios tan dispares como la alta montaña (La Cobertoria), sierras prelitorales (la Llaguna de Niévares) y sierras bajas, inmediatas al mar (Monte Areo) (fig. 1). Las enseñanzas obtenidas en dichas estaciones, tras la excavación de una docena de monumentos constituyen hoy el corpus fundamental para un primer conocimiento del multiforme megalitismo, hasta ahora sinónimo exclusivo de neolitización, en el también variado paisaje de las comarcas centrales de Asturias.

² M. A. de Blas Cortina, "El túmulo dolménico de *El Cantón I* (Sariego)", *Noticiero Arqueológico Hispánico*, 10, Madrid, 1980 (9-35). ID., "Los túmulos de Silvota de Bobes y Altu la Mayá", *N.A.H.*, 12, 1981 (11-42). ID., "Piedrafita V. Nuevos aspectos sobre el polimorfismo de las arquitecturas funerarias prehistóricas en el N-NO. de la Península Ibérica", *Arqueología*, 12 Porto, 1985 (129-136).

1. DESCRIPCIÓN SUMARIA DE LAS ESTACIONES

Pretende la exposición que sigue, no sólo la referencia resumida de las tres estaciones investigadas, bajo una perspectiva arqueológica estricta, sino también la valoración de su entorno, mediato e inmediato, a la organización interna del dispositivo monumental, y de los diversos factores pertinentes para una posible construcción del juego de contrastes y afinidades entre estaciones que, por su propio ambiente espacial, deberían corresponder a formas variadas en la radicación del poblamiento humano, neolítico *sensu lato*, en ambientes de diferencias acusadas.

El orden establecido se acomoda con la mayor cercanía al mar y la menor altitud de los territorios de implantación de las respectivas necrópolis. Iniciamos pues la exposición con el enclave más bajo y costero.

A. Monte Areo (Carreño)

Este extenso conjunto tumular constituye una de las mayores sorpresas que, en los últimos años, haya generado la investigación arqueológica en lo que a los tiempos postpaleolíticos se refiere. En efecto, quien conozca el paisaje regional comprenderá el carácter llamativo de una gran concentración de túmulos en un relieve de escasa altitud entre las ciudades de Oviedo, Gijón y Avilés, un territorio densamente poblado, concentración inadvertida hasta 1989. Posteriormente, en la primavera de 1991, una exploración sistemática del Monte, previa a las excavaciones que se iniciarían el mismo año, permitió el reconocimiento de una treintena de estructuras prehistóricas, cantidad inesperada.

Es Monte Areo un relieve estrecho y alargado que, en dirección O.SO-NE. E se extiende por los concejos de Carreño, especialmente, y Gijón, finalizando al NE en la Campa Torres, en aguas del mar Cantábrico. Actúa Areo como una aparente barrera de separación entre las tierras de suave topografía de la región costera de Peñas, al N., y la cuenca sedimentaria central asturiana, al S. Esta posición destacada permite que se vea la sierra desde puntos diversos, ofreciéndose como una referencia espacial de primer orden. En su conformación son también determinantes la baja altitud y el aplanamiento (en realidad son viejas plataformas marinas), dispuesto su lomo, sumariamente, en dos escalones que se suceden en torno a los 150 m. y 250 m., respectivamente. La elevación sobre las áreas bajas que dominan es discreta: 175 m. en el N. y, algo más acentuada, 200 m. en el S., pero suficiente para erigirse en un espléndido mirador tanto hacia la región de Peñas, con el océano al fondo, como sobre extensos sectores de la Cuenca Central. Pese a esta situación de dominio, las tierras bajas están próxi-

mas y el tiempo de desplazamiento desde las mismas hasta los lugares funerarios resulta breve. Esta última nota delata ya algo que más adelante será considerado: la perceptible cercanía entre el espacio vital y el funerario.

El complejo monumental del Monte Areo es, además, único en su entorno más inmediato, de modo que en su ámbito de influencia apenas hay estructuras semejantes identificadas.

La elección por los constructores prehistóricos parece, pues, manifiesta, al igual que la cartografía de las distintas localizaciones aporta en su análisis la configuración de un plausible orden monumental. En primer término, se observa la elección clara de planos horizontales para cada arquitectura; se reparte, así, la necrópolis en dos grandes áreas correspondientes a los dos niveles ya señalados. La forma de distribución de los túmulos permite, al mismo tiempo y tal como reflejamos en la fig. 2, distinguir tres zonas monumentales individualizadas: X, Y, Z, entre las cuales cabe observar una notable equidistancia. Las áreas X e Y se estructuran, a su vez, en agrupamientos de rango menor, integrados por dos o tres arquitecturas y sólo en un número superior, seis, en el área X. Al mismo tiempo, y también de manera sucinta, existe alguna estructura aislada. No es este, sin embargo, lugar para el desarrollo de las múltiples sugerencias que el intento interpretativo de este orden nos suscita.

La extensa necrópolis parece cumplir con lo apuntado el papel de un complejo funerario múltiple que reúne, sobre un eje de poco más de cuatro kilómetros, distintos agrupamientos de tumbas, verosíblemente correspondientes a comunidades prehistóricas diferentes, localizables tanto al N. como al S. de la sierra, disponiendo seguramente de territorios de hábitat y de aprovechamiento económico establecidos con una cierta precisión.

Iniciadas las excavaciones en 1991 son dos, por el momento, los túmulos excavados (núms. VI y XV) aportando dos conceptos arquitectónicos distinguibles con claridad. En el VI, un potente túmulo bien construido con un aporte de sedimentos trabado o recubierto por sendas capas de bloque de piedra, ocultaba por completo, circunstancia por vez primera constatada en el megalitismo regional, la cámara, totalmente invisible desde el exterior. Esta última, de planta cuadrangular, se cerraba con un bloque único de cubrición. El túmulo XV, con un dispositivo monticular de cierta semejanza con el anterior, envolvía una cámara diferente provista de un corto pero neto corredor de acceso, tipo cameral desconocido hasta este hallazgo en todo el centro de Asturias.

La monumentalidad de este dolmen mantiene una coherente relación con el ajuar fúnebre recuperado (no hay aquí materiales debidos al azar o aportados por las tierras del túmulo): un rico conjunto laminar elaborado en sílex de alta calidad, algún geométrico y puntas de retoque plano bifacial (además de los habituales pulimentados). El trinomio instrumental aludido indica por los ras-

gos tecno-tipológicos su correspondencia con un momento bastante evolucionado de los megalítico, en un calcolítico temprano para el que la fecha C-14 (GrN-19724), no corregida, 5040 (\pm) 70 B.P., sería orientativa.

B. La Llaguna de Nievares (Villaviciosa)

La estación, excavada entre 1987 y 1990, es también de reciente conocimiento. En este caso, pese a su relativa proximidad al mar (al N. y a unos 7,5 km en línea de aire) mantiene el paisaje netas diferencias con el visto en Monte Areo. La necrópolis se inscribe en las proximidades del Picu Curiella (541 m. s. n. m.) en el extremo septentrional de un cordal prolongado que corre en dirección N-S e integrado en un sistema orográfico de frecuentes inflexiones, el que componen las sierras prelitorales erguidas entre la Cuenca Central (en este caso, la depresión de Sariego) y la rasa costera de Villaviciosa. En consecuencia, y aunque desde la necrópolis se logra una extensa panorámica sobre el litoral (al O. y a unos 20 km. está el Monte Areo), el ambiente real es el de media montaña, cerrado al S. el territorio por el cordón serrano en el que se elevan cotas superiores a los 750 m. Las tierras bajas inmediatas (fig. 3) se sitúan ya tras un desnivel de 400 ó más metros por debajo de las cotas de situación del espacio prehistórico. El enclave domina y articula tres espacios diferenciados: la costa al N, y los valles feraces de Villaviciosa al E. y Peón al O.

Comprendiblemente, el orden monumental en un medio morfológicamente complejo y quebrado responde a pautas organizativas distintas a las percibidas en Monte Areo. El conjunto de la Llaguna se compone de siete estructuras seguras, más otras dos probables. Tomándolo como centro de referencia, en el ámbito comprendido en un radio de menos de 7 km. son 10 las localizaciones tumulares conocidas, superando en total los 40 monumentos.

En todos los casos, bien los agrupamientos (2, 3 ó 6 túmulos) o las arquitecturas aisladas, se erigen en posiciones topográficamente dominantes, siguiendo en su distribución el rumbo N.NE-S.SO de los cordales. Cinco de los lugares se encuentran entre los 400-500 m. de altitud, cuatro por encima o hacia los 300 m., y dos, por debajo de la cota 200³. Hay además túmulos dispersos en lugares diferenciados, a veces tenuemente, en el espacio ya más homogéneo de la rasa costera, en cotas que oscilan entre los 100 y 200 m. (se anotan al menos una decena de lugares en las tierras bajas litorales). La densidad tumular

³ Esta distribución se registra en el mapa arqueológico incluido en: A. Martínez, O. Requejo, C. Cabo y M. Jiménez, "Las cartas arqueológicas de Gijón y Villaviciosa. Métodos y resultados", en *Excavaciones arqueológicas en Asturias 1987-90*, Oviedo, 1992 (238).

es, pues, alta, de 7,63 túmulo/ km². Como límite, hoy insuperable, está el hecho de que, en casi la mayoría, su filiación arquitectónica y cultural nos es desconocida, aunque entre los elevados en ámbito de montaña la presencia de elementos ortostáticos, como atributo genérico, es bastante común.

Volviendo a la Llaguna, cinco de sus túmulos se disponen en una superficie reducida, y extendidos sobre un eje de 250 m; resulta inevitable la percepción de un conjunto funerario organizado. La proximidad física entre las arquitecturas no se traduce, sin embargo, en uniformidad tipológica; ocurre todo lo contrario. La fórmula constructiva más clásica es la del túmulo C: una cámara poligonal encerrada en un túmulo poco común por la extrema minuciosidad con que fue construido, partiendo de un primer túmulo de piedra de volumen hemiovoide que recubría el recinto sepulcral. Tanto las arquitecturas A como D son muy diferentes y ajenas a las fórmulas megalíticas convencionales: D es un gran túmulo con una potente coraza exterior en la que algunas piedras pueden llegar a pesar centenares de kg. Ese trabado edificio, que implica un considerable esfuerzo de acopio de materiales y de ejecución, encierra en su centro una pseudocámara minúscula que, si realmente cumplió una función fúnebre ésta tuvo que producirse con anterioridad a la erección del gran montículo artificial. Distinto en su concepto constructivo el A que, carente de cámara, ofrecía, no obstante, uno o dos ortostatos, además de un empedrado y de un gran bloque depositado en el *solum*⁴. Todo ello se encontraba sellado por una potente capa, inalterada, de sedimento. Finalmente, la arquitectura E era una obra aparente; es decir, aprovechando una elevación del sustrato rocoso fue dispuesta una película de bloques que, externamente, se confunde con un verdadero túmulo. Estamos así ante un falso túmulo aunque prehistórico, inmediato a D con cuya expresión monumental se debiera articular.

Los documentos industriales asociados no desdican de los propios de un megalitismo arquitectónicamente clásico: productos laminares, piezas pulimentadas y microlitos, exclusivamente geométricos (trapecios). Entre estos últimos, los de A y C responden a viejas tradiciones (retoque abrupto y técnica del microburil), mientras que en A está presente el retoque en doble bisel⁵, más genuinamente neolítico.

De dos de los monumentos se obtuvieron fechas C-14 a partir de fragmentos de carbón vegetal asociados a los episodios basales de las respectivas arquitecturas: túmulo A, 5175 (±) 25 B. P. (GrN-18282) y 5140 (±) 60 B. P. (GrN-18283);

⁴ Los saqueos en el monumento dificultan, obviamente, la absoluta comprensión de su estructura; queda excluida, pese a ello, cualquier posibilidad de continuidad ortostática integrando un recinto cameral específico.

⁵ M. A. de Blas Cortina, "Arquitecturas megalíticas en la Llaguna de Niévares (Villaviciosa)", en *Excav. Arq. en Asturias 1987-90*, 1992 (113-128).

y túmulo D, 5135 (\pm) 40 B. P. (GrN-16647) y 5110 (\pm) 60 B. P. (GrN-16648). Las determinaciones radiocarbónicas, de gran coherencia entre sí, apuntan a un marcado sincronismo entre los monumentos “extraños” y a la antigüedad de ese megalitismo *sui generis*.

C. La Cobertoria (Lena-Quiros)

Este complejo conjunto prehistórico, sito en el umbral de la alta montaña, se localiza en el sector meridional de la Sierra del Aramo, entre altitudes de 1.220 y 1.331 m. El dispositivo monumental sigue el rumbo S-N del cordal en que se asienta, en la divisoria entre los valles de Lena (al E.) y Quirós (al O.), tierras bajas que se encuentran ya, realmente, distantes, salvando para acceder a ellas un desnivel que puede alcanzar, en Lena, los 900 m.

En ese medio montañoso, quebrado y de pendientes pronunciadas, la densidad tumular resulta, comprensiblemente, muy baja. Con el mismo radio considerado en las otras dos estaciones (6-7 km.) sólo pueden ser anotadas siete estructuras, dispersas en principio en puntos elevados y bien visibles en su medio orográfico. El orden monumental es, en un territorio de tal naturaleza, comprensiblemente primario (fig. 4).

La mayor densidad corresponde al área de La Cobertoria, con seis estructuras vistas, excavadas entre 1981 y 1987⁶. Tres de las arquitecturas se levantan en lugares inteligibles, puntos de tránsito de un valle a otro, en plena articulación entre las laderas confluyentes. Ocurre así en el lugar de Los Fitos y en la Collá Cimera. Un megalito ocupa el punto culminante del cordal (El Llagüezu); otros dos (Mata'l Casare I y II) se escapan a la norma, discretamente dispuestos en plena vertiente aunque no lejos del Collado de La Cobertoria y del itinerario por el que se produce el tránsito de valle a valle.

Con tan parco número de monumentos ofrece La Cobertoria, sin embargo, perfiles variados. Los dolmenes de la Collá Cimera o del Llagüezu, p. ej., eligen posiciones estratégicas (collado o vértice geodésico), dominantes y expresivas de modos de asentamiento propios en la montaña. Mata'l Casare I y II, por el contrario, escapan a esa norma, casi imperceptibles en un plano con una pendiente próxima el 35 %. Las hipotéticas razones de tan peculiar elección espacial, basadas en la idea de que un pequeño grupo de individuos sólo puede mover grandes bloques en un medio inclinado y que, en consecuencia, sacrifican la

⁶ M. A. de Blas Cortina, “Excavaciones arqueológicas en la necrópolis megalítica de La Cobertoria (divisoria Lena-Quirós) y en los campos de túmulos de Piedrafita y el Llanu la Vara (Las Regueras)”, en *Excav. Arq. en Asturias, 1983-86*, Oviedo, 1990 (69-77).

bondad de la ubicación a cambio de la monumentalidad, ya la hemos apuntado en otra oportunidad⁷. Por último, las dos estructuras de Los Fitos se emplazan también en un pequeño collado.

Desde un punto de vista arquitectónico, El Llagüezu, la Collá Cimera y Mata'l Casare I y II resultan afines. Son megalitos *sensu estricto* con cámaras ortostáticas de tendencia cuadrangular, túmulos bien perceptibles y, cuando se conserva, alguna poderosa laja cobertera (Mata I). La definición del tipo constructivo es tan expresa que Mata I y II, pese a su posición insólita, disponen, asimismo, de su túmulo pétreo y, no podría ser de otro modo, inclinado e integrando arcos-contrafuerte para evitar el desplazamiento de la cámara, además de grandes bloques periféricos en el túmulo para contener su relleno. Mata I y II son, pues, verdaderos dólmenes aunque carentes de ajuar o de industria asociada a la arquitectura. La notable salvedad a este aserto es que de Mata I procede el espléndido anillo de tiras, en oro, datable en el Bronce Antiguo⁸ y que, como razón más verosímil, provendría de la tardía utilización de un viejo dolmen. Con ello aceptamos la idea de que el uso prolongado de las cámaras megalíticas raras veces se refleja en modificaciones de su estructura primaria⁹.

Por el contrario, tanto el Llagüezu como La Collá, megalitos que ocupan posiciones clásicas y destacadas, con sus túmulos bien definidos de piedras y sedimento debidamente ordenados, aportan una industria lítica a la que es difícil calificar de otro modo que arcaizante. Un bajo índice de laminaridad (imperceptible en el Llagüezu), y sendos geométricos por arquitectura, contrastan con una industria tallada (más de la treintena de raspadores en el sedimento de la Collá Cimera) microlítica y arcaica que rezuma recuerdos epipaleolíticos. Sin entrar aquí en consideraciones más extensas sobre el porqué de tal ambiente material y técnico, pudiéramos admitir que las posiciones de preeminencia topográfica de estos dos dólmenes simples corresponden a las instalaciones más antiguas de la necrópolis; es decir, a la presumible inauguración de ese elevado territorio funerario. La excentricidad del emplazamiento de Mata I y II plantea la irresoluble cuestión de contemporaneidad o diacronía con respecto a los anteriores, mejor situados, sucesión de acontecimientos que resulta, no obstante, razonable.

⁷ M. A. de Blas Cortina y J. Fdez. Tresguerres, *Historia Primitiva en Asturias. De los cazadores-recolectores a los primeros metalúrgicos*, Gijón, VI Centenario del Principado de Asturias 1388-1988, S. Cañada Ed., 1989 (147).

⁸ M. A. de Blas Cortina, *La prehistoria reciente en Asturias*, Oviedo, 1983 (130-131) y específicamente en ID., "El anillo áureo de tiras de la Mata'l Casare I y su localización megalítica", en *Madrider Mitteilungen*, t. 35 (en prensa).

⁹ I. Kinnes, "Dialogues with Death", en *The Archaeology of Death*, eds. by R. Chapman, I. Kinnes and K. Randsborg, Cambridge University Press, 1981 (83-91).

Por último, en Los Fitos se concreta un ciclo cultural diferente y posterior. Una de las arquitecturas refleja, en tamaño claramente reducido, los rasgos esenciales de los megalitos de la zona. La pequeña cámara acogía un hacha plana (con aleación de Sn) y una placa con perforaciones en los extremos (un buen ejemplar de los demoninados brazales de arquero). Indudablemente, este “micromegalito”, con su túmulo de piedra, es ya un monumento sepulcral del Bronce Antiguo avanzado.

La filiación de la estructura restante, muy próxima a la anterior, encierra bastantes problemas y ninguna certeza. Se reduce a un alineamiento semicircular de pequeñas lajas hincadas con un diámetro de unos 15 m. En el centro geométrico del semicírculo se identificó un hogar rehundido en el *solum*. Fueron allí recuperados los restos de una industria lítica escasamente expresiva que, en parte, parece asociada al aludido hogar.

Al menos globalmente, La Cobertoria no sólo ofrece una clara diacronía monumental; también parece conformar una prelación temporal en la progresiva construcción, acumulativa, de la necrópolis: lo más antiguo en los enclaves dominantes; lo posterior, en posiciones de menor rango topográfico.

II. EL JUEGO DE AFINIDADES Y CONTRASTES COMO REFERENTE DE LA EXTENSION NEOLITICO-MEGALITICA

Los casos anotados sucintamente componen la documentación actual más detallada para acercarse al poblamiento neolítico en el espacio en estudio. La diferente morfología de los territorios considerados implica múltiples distinciones entre uno y otro conjunto prehistórico. Las desiguales densidades monumentales sugieren densidades de población también diferentes, comprensibles cuando corresponden a medios ambientales diversos (Fig. 5). Si partimos de la idea tan generalizada, que nosotros hicimos propia hace años, de que el espacio de los muertos organiza el de los vivos¹⁰ y que el paisaje megalítico, por ello, es un referente del orden territorial establecido¹¹, los tres ámbitos megalíticos reflejan la diversidad nacida de un conjunto de intenciones comunes en su origen. En Monte Areo, la concentración tumular y su orden monumental se acomodan bien con un territorio de suave topografía y de recursos múltiples (incluidos los aportados por el mar) en el que no hay ningún imperativo climático que impida su ocupación continuada. Aunque el área funeraria fuera, por su naturaleza

¹⁰ B. D'Agostino y A. Schnapp, “Les morts entre l'objet et l'image”, en *La mort, les morts dans les sociétés anciennes* (Dir. de G. Gnoli y J. P. Vernant), Cambridge University Press & Ed. Maison des Sciences de L'Homme, 1982, 19.

¹¹ De Blas y Fdez. Tresguerres, *Historia primitiva...*, 115-116.

especial, inexplorada, las zonas productivas económicamente estarían cercanas, pudiendo verificarse el acceso a los sepulcros en cualquier estación del año. El extenso territorio articulado por esta sierra longilínea y baja pertenecería a comunidades distintas entre las que el verosímil reparto del espacio mortuorio sea tal vez el causante de la distribución y agrupamientos monumentales que anotamos en la figura 2.

Buena parte de estos argumentos son aplicables a la necrópolis de La Llaguna; en La Cobertoria, sin embargo, observamos un territorio menos poblado en el que el acceso a las tumbas es poco viable en los meses invernales, cuando la nieve, de otoño a primavera, sería un meteoro frecuente. La baja densidad monumental, esperable en un ámbito duro; el desplazamiento valle-línea de cumbres se inscribe además en un itinerario largo y penoso. Los recursos serían, no obstante, estimables. No se debe menospreciar la potencialidad alimenticia de los pastos polifíticos de los tramos superiores de la cordillera de modo que la visita al territorio funerario no debía entrañar conflictos con la simultánea explotación de sectores serranos circundantes, carentes de las imposiciones rituales que afectarían a las necrópolis. Los valles, profundos y estrechos, acogiendo en sus laderas masas forestales considerables¹² compondrían un biotopo de notable rendimiento energético. La reconstrucción paleobotánica describe para el entorno de la Mata'l Casare un ambiente muy boscoso con *Quercus* como género principal acompañado por *Corylus* como orla. Esta realidad forestal tiene un evidente corolario: ¿cuántos megalitos estarían envueltos por arbolado en su época? y ¿qué sentido tiene en tales circunstancias hablar de si el megalito vé o es visto? Es probablemente su ámbito el perceptible en el paisaje, y no siempre la propia arquitectura. La generalización oculta inevitablemente las situaciones específicas.

La producción del bosque atlántico puede alcanzar anualmente entre 20 y 25 Tm de alimento por Km², alimento provisto de un alto aporte vitamínico (en especial vitamina C) y mineral, superior incluso al de una dieta basada en el grano y la carne¹³. Pasto y bosque serían parte de los estímulos básicos para la paulatina ocupación del interior montañoso con unas pautas demográficas y económicas (sin duda el viejo modelo epipaleolítico de subsistencia seguiría siendo útil) distintas a las operativas en la Cuenca Central y en el espacio

¹² Hace ya años que el sedimento basal y tumular de La Mata'l Casare fue objeto de análisis polínicos por M. Dupré Olliver quien los recoge en su *Palinología y Paleoambiente. Nuevos datos españoles. Referencias*, S.I.P. y Universidad de Valencia, 1988, 89-91.

¹³ P. I. Bogucki, *Forest, farmers and stockherders. Early Agriculture and its consequences in North-Central Europe*, Cambridge University Press, 1988, 81.

costero.

En lugares como La Cobertoria, en un riguroso medio de montaña, la idea además de que las altas cumbres constituyen el tránsito al ámbito celeste, adquiere una acentuada intensidad y la elección (¿religiosa?) de un lugar sobreelevado para el uso fúnebre es por ello más precisa que en las áreas de morfología menos abrumadora.

El sello de las condiciones y factores implicados tan heterogéneos y apenas enunciados, tal vez pueda percibirse en la propia volumetría de los túmulos considerados. El gráfico que incluimos (Fig. 6) muestra el progresivo aumento en el tamaño de la superficie de cada una de las arquitecturas a medida que descendemos en altitud. Las posiciones extremas corresponden al pequeño dolmen de la Collá Cimera, en La Cobertoria, y al túmulo XXIII del Monte Areo. El potencial constructivo, o número de operarios implicados en la erección de aquel megalito a 1.331 m de altitud, tuvo que ser indudablemente menor que el requerido, por ejemplo, en la Llaguna D, donde sólo el acarreo y acopio de sedimento y de los bloques de piedra utilizados en el voluminoso túmulo tuvieron que precisar un generoso gasto energético.

La consideración de la tipología monumental concuerda con lo ya anotado. En La Cobertoria, el modelo imperante radica en una sencilla cámara ortostática, de tendencia subrectangular, reforzada por bloques-contrafuerte en su contorno, y cubierta por un túmulo que puede incorporar un anillo peristáltico (La Collá Cimera) o un ritmo claro de capas de sedimento alternadas con otras de piedra (El Llagüezu). La misma receta, con particularidades comprensibles, se observa en Mata I y II en su peculiar asentamiento inclinado. Más aún, el modelo perdurará en Los Fitos en plena Edad del Bronce.

Podemos hablar, por tanto, en esta necrópolis de alta montaña de homogeneidad arquitectónica, de un clasicismo tipológico, que subsume no sólo espacios de asiento diferentes sino, marcos tempo-culturales distintos entre sí. Tradición y conservadurismo en La Cobertoria, en síntesis, frente a la diversidad y mayor apertura a conceptos innovadores observables en el Monte Areo y la Llaguna de Nievares.

En el último cuarto del IV milenio a. C., según el C-14 convencional, se erigen en La Llaguna arquitecturas poco ajustadas a los diseños megalíticos típicos (salvo Llaguna C de cámara poligonal). No debe extrañarnos este hecho y que la progresiva difusión de lo genéricamente denominado megalítico produzca formas arquitectónicas variadas cuya relación con el rito fúnebre es una hipótesis aceptada aunque con difícil, en nuestro caso, confirmación empírica. Rarezas como el túmulo A, — que no ofrece nada que realmente sea una cámara y sí ortostatos inconexos y pavimentos sellados por una potente y ordenada estructura tumular-, tienen su correlato en túmulos como Chã de Santinhos II (y también

una cierta proximidad cronológica en fechas C-14)¹⁴. En la misma región cantábrica, investigaciones recientes documentan estructuras que se escapan a la simplicidad de las clasificaciones tipológicas habituales: el túmulo 24 de la Sierra de La Borbolla, en el oriente de Asturias¹⁵, u otro en el conjunto de Trikuaiñti (Guipuzcoa) lo corroboran¹⁶. Tanto en el ejemplo portugués como en el vasco las extrañas estructuras se asocian a megalitos más o menos comunes.

También en La Llaguna la pequeña pseudocámara del gran túmulo D estuvo sepultada por más de dos metros de sedimento y de piedra y nunca pudo ser, por ello, reutilizada. La estructura E, un falso túmulo prehistórico que acompaña al D reafirma la complejidad o diversidad estructural en una misma estación, ¿trasunto, acaso, de un universo ritual elaborado o de concepciones funerarias distintas y presentes en un mismo espacio mortuorio?

Por lo visto hasta el momento, Monte Areo reúne también diversidad, dentro de un formulario clásico, incluyendo cámaras ortostáticas desarrolladas e, incluso, con un corredor corto pero bien definido. La diferencia de uso entre cámaras accesibles cuantas veces sea preciso (Monte Areo VI y XV) y lo huecos camerales sellados para siempre tras su primer y único empleo (de nuevo Llaguna D) tienen que corresponder a conceptos funcionales (y rituales) bien diferentes.

Si se toman las industrias líticas como base comparativa, las tendencias inferidas de las arquitecturas ganan en solidez. En La Cobertoria, el retoque abrupto en los geométricos y la frecuencia de los raspadores, muy sumarios y microlíticos (de aire aziloide), declaran un tono industrial de raigambre epipaleolítica-geometrizada; arcaísmo, en última instancia. El retoque en doble bisel en La Llaguna, el plano invasor sobre foliaceas o láminas en el Monte Areo, anotan, por el contrario, una mayor renovación técnica, aunque con distancias entre el acento neolítico y lo ya propiamente calcolítico. En ambas estaciones concurre también un buen desarrollo de lo laminar apenas presente, por el contrario, en La Cobertoria. De la relación entre estos últimos productos y los demás elementos tallados da cuenta el histograma de la fig. 7. La estima de lo laminar radica también en las proporciones de tales productos: los promedios dimensionales son altos en M. Areo frente al tamaño muy reducido de las escasas láminas de La Cobertoria. Si en Monte Areo se observa una manifiesta selección de la materia prima, estamos ante un probable testimonio de la

¹⁴ V. Oliveira Jorge, "Les tumulus de Chã de Santinhos (Ensemble mégalithique de Serra de Aboboreira, Nord du Portugal)", en *Arqueologia* 12, 1985, 111 y ss.

¹⁵ P. Arias y C. Pérez, "Investigaciones prehistóricas en la Sierra Plana de La Borbolla (1979-1986)", en *Excavaciones arqueológicas en Asturias 1983-86*, Oviedo, Principado de Asturias, 1990, 147-151.

¹⁶ J. A. Múgica y A. Armendáriz, "Excavaciones en la estación megalítica de Murumendi (Beasain, Guipuzcoa)", en *Munibe*, 91, 105-165.

importación, desde regiones relativamente lejanas, de láminas acabadas, en La Cobertoria se recurrió solamente a nódulos pequeños, con una gran economía material, hecho vinculado con una conducta menos exigente y adaptada a los recursos más inmediatos.

También en Monte Areo XV, en el tránsito del IV al III milenio, concuerda su arquitectura evolucionada con una expresiva asociación de tipos en el ajuar: el binomio punta de retoque plano-trapecio rectángulo. Este último geométrico es rarísimo en el Cantábrico¹⁷ y, en cambio, dominante en algunos megalitos de la Meseta Norte. Ocurre así, al menos, en el salmantino de La Veguilla, donde rectángulos y foliaceas de retoque invasor perfilan un fuerte influjo cultural, tardío, portugués¹⁸. En todo caso, el carácter noroccidental de algunos megalitos como Monte Areo ratifica la propuesta que hicieramos hace años para una parte del megalitismo astur representada en el sepulcro pintado de Santa Cruz, en la cuenca del Sella¹⁹; además, el binomio tecno-tipológico señalado indica una situación de modernidad con buenos referentes en los dólmenes evolucionados del SO. peninsular o en las cuevas artificiales del Tajo.

¿Significan los contrastes señalados una pronunciada diacronía entre las estaciones consideradas? Es probable que no. En tal posición podría concluirse, erróneamente, que la existencia de un ámbito megalítico tan estratégico y cercano al mar como Monte Areo fuera posterior a la de los dólmenes montañoses de La Cobertoria. Por el contrario, debe ser siempre considerada una relativa y genérica contemporaneidad, de modo que el arcaísmo industrial visto en estos últimos no deba entrañar, ineludiblemente, una antigüedad mayor que la correspondiente a fórmulas más evolucionadas en las tierras bajas. Lo cierto es que en La Cobertoria el espacio funerario alcanza en su empleo, como vimos, la Edad del Bronce, perennidad desconocida en La Llaguna y, por ahora, en Monte Areo.

En consecuencia, la diacronía en principio perceptible debe ser valorada en cada necrópolis en particular. Monte Areo VI y XV bien pudieran significar un antes y un después en el ordenamiento de la extensa sierra funeraria costera; igualmente, los monumentos de la Collá Cimera y Los Fitos, o la continuidad de usos en la Mata'l Casare I con su joya del Bronce Antiguo, revelan en La

¹⁷ En 1984, sólo se computaban dos ejemplares en todo el megalitismo vasco: A. Cava, "La industria lítica en los dólmenes del País Vasco meridional", en *Veleia I*, 1984, Universidad del País Vasco, 100.

¹⁸ J. A. Soler, "La industria lítica del dolmen de La Veguilla (Salamanca)", en *B.S.A.A.*, LVII, 1991, 9-52.

¹⁹ M. A. de Blas Cortina, "La decoración parietal del dolmen de la capilla de Santa Cruz (Cangas de Onís, Asturias)", en *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 98, Oviedo, 1979, 717-757.

Cobertoria tiempos bien diferentes y una larga continuidad a través de siglos.

Las novedades en La Cobertoria parecen tardías, introducidas en la Edad del Bronce, cuando el impulso de la minería del cobre tuvo que actuar como un seguro revulsivo del viejo estatismo megalítico²⁰. El cambio sugiere, en este enclave montañoso, un neto contraste entre la tradición y la novedad; el uso del mismo espacio funerario, garante de la perpetuación del “archivo genealógico” no excluye modificaciones tan sustanciales (¿afirmación de individualidades acaso relacionadas con el control/distribución del cobre?) como la que el túmulo de Los Fitos anima a recrear.

La Llaguna y Monte Areo, lejos del estatismo comentado, reflejan un mayor dinamismo acorde con unos mecanismos de reparto territorial más afinado entre comunidades vecinas. Productividad-potencialidad de recursos en el territorio favorecen tasas de población más elevadas y, por ello, una mayor pluralidad de formas culturales, cuyo reflejo puede ser captado en monumentos tan heteróclitos como los que se agrupan en La Llaguna. Es este, en fin, un megalitismo de tierras bajas que habla de una mayor intensidad y fluidez en las relaciones intercomunitarias, de la percepción de ciertas innovaciones técnicas y, probablemente, ideológicas o espirituales (dólmenes de corredor, o como vemos más al E, dólmenes pintados).

Los tres focos megalíticos comentados, abiertos a la mutación unos (los costeros) y anclados a la reiteración los de montaña, componen aspectos complementarios en la comprensión del poblamiento de las comarcas centrales de Asturias, poblamiento radicado en biotopos muy distintos. Esos portadores del primer repertorio cultural neolítico probado aquí, resultan difícilmente filiables en estadios de vida humana previos. El aire epipaleolítico de las industrias en piedra de La Cobertoria no cuenta, por ahora, con antecedentes en su propio territorio; la intensidad del poblamiento tardopleistocénico en el sector medio de la cuenca del Nalón es considerable pero los sedimentos holocénicos en cuevas aparecen normalmente arrasados. La existencia, pues, de un epipaleolítico tardío, postaziliense en sentido amplio, es aquí desconocida. Un epipaleolítico distinto basado, en parte, en los recursos litorales, el asturiense, es el solo testimonio de vida antemegalítica en las inmediaciones del Monte Areo y de la

²⁰ M. A. de Blas Cortina, “La minería prehistórica del bronce en las montañas astur-leonesas”, en *Minería y metalurgia de las antiguas civilizaciones mediterráneas y europeas*, I Coloquio Internacional, Madrid, 1989, 143-153. ID., “Minas prehistóricas del Aramo (Riosa). Campaña arqueológica de 1987”, en *Excavaciones arqueológicas en Asturias 1987-90*, Oviedo, Principado de Asturias, 1992, 59-68.

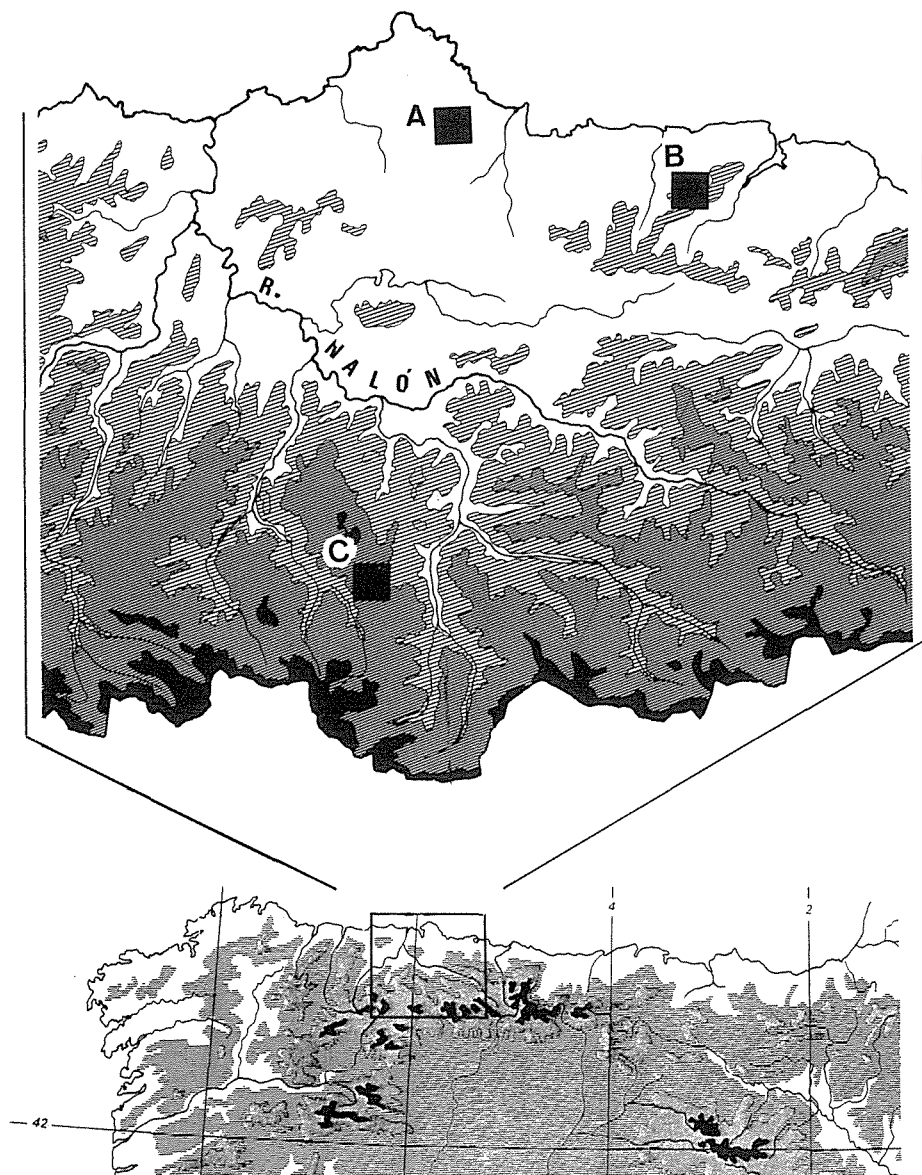
Llaguna de Niévares²¹. Por el momento, las conexiones plausibles entre un epipaleolítico tardío de tradición asturiense y lo megalítico carecen aquí de bases documentales a diferencia de la articulación que entre ambos procesos culturales fuera estimada en la costa oriental²².

La diversidad, en definitiva, atisbada a través del polimorfismo arquitectónico en los tres centros funerarios considerados, pudiera responder tanto a una diferente base de partida cultural como a las condiciones inherentes a la instalación humana en medios naturales tan contrastados, y en situaciones de relación/competencia con otras comunidades muy desiguales. Las sugerencias de arcaísmo o innovación anotadas, según hablemos del ámbito litoral o del pórtilo de la alta montaña, son, en cualquier caso, consecuencia de la lectura de un corpus documental todavía restringido. La precariedad de formulaciones complejas es evidente cuando el análisis arqueológico, orientado por interrogantes como los sumariamente reseñados, resulta tan parcial, limitado por el sesgo arquitectura-ergología, ante las pertinentes limitaciones para disponer de un enfoque amplio y transdisciplinar.

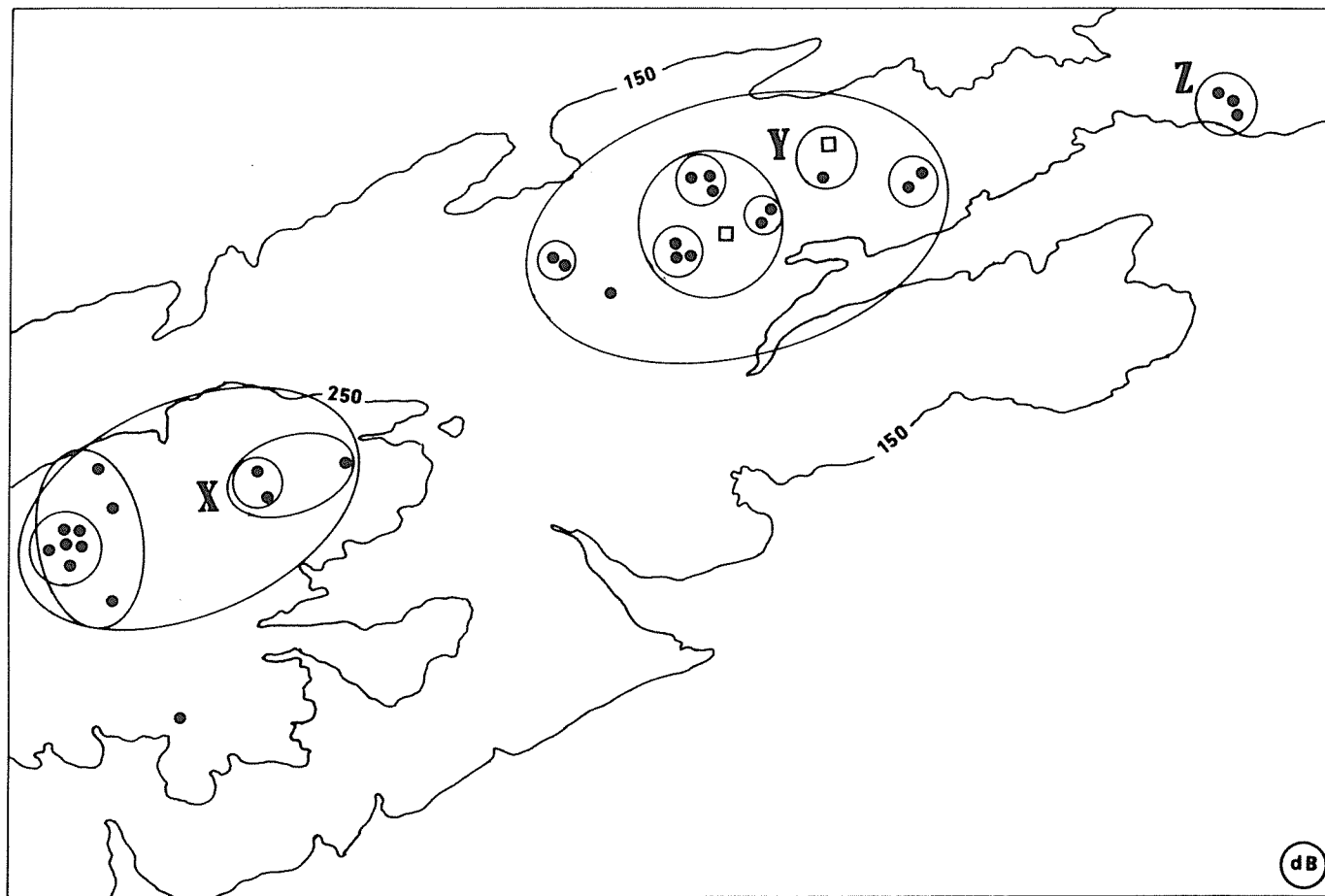
²¹ El asturiense de la región de Peñas, donde se ubica Monte Areo, está registrado hace ya años en M. Pérez, "Los yacimientos prehistóricos de la región de Cabo Peñas", en *Actas del XIII Congreso Nacional de Arqueología. Huelva 1973*, Zaragoza, 1975, 119-132 y M. A. de Blas Cortina, M. R. Glez. Morales, C. Márquez Uría y J. Rguez. Asensio, "Picos asturianos de yacimientos al aire libre en Asturias", en *Bol. del Instituto de Estudios Asturianos*, 93-94, Oviedo, 1978, 335-336. El asturiense de Villaviciosa, en Sobrepeña (Tazones), en A. Martínez *et alii*, "Las cartas arqueológicas...", cit", 242.

²² M. R. Glez. Morales, *El asturiense y otras industrias locales*, Centro Invs. Mus. Altamira, Monografías, nº 7, 1982, 207-208 y M. A. de Blas Cortina, "La ocupación megalítica en el borde costero cantábrico: el caso particular del sector asturiano", en *El megalitismo en la Península Ibérica*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1987, 127-141.

Est. I

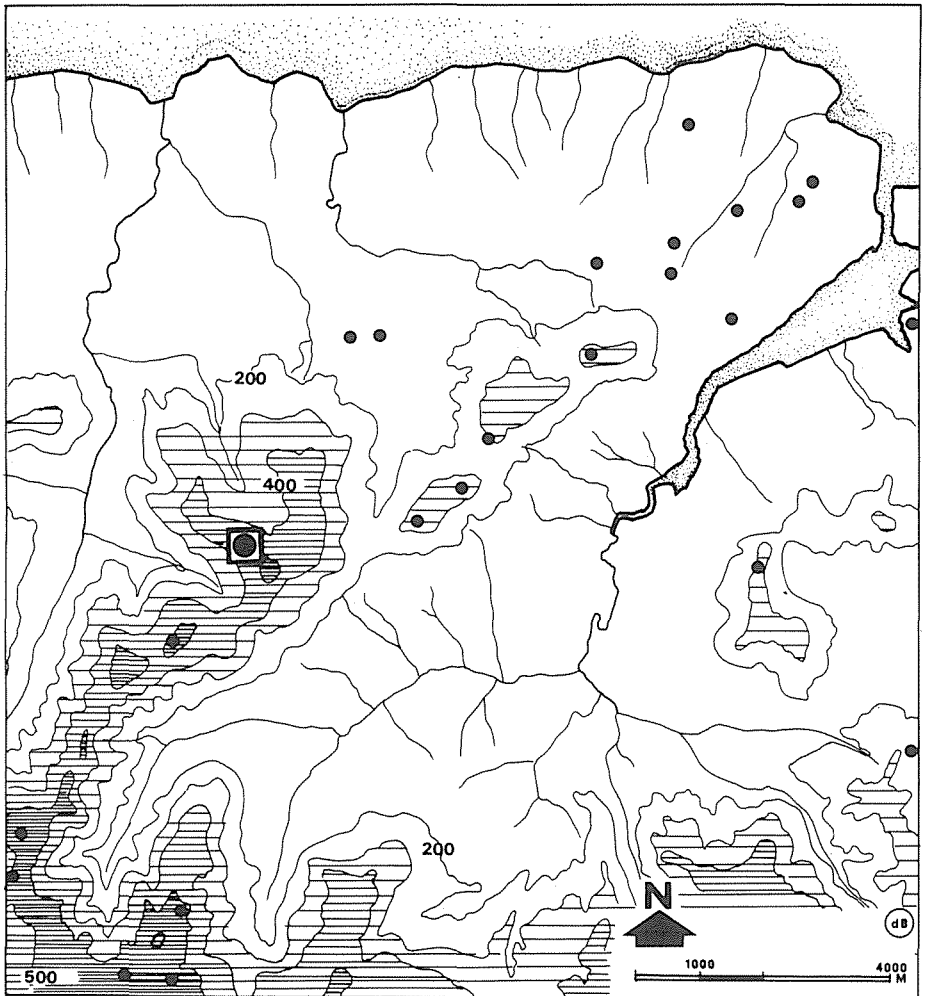


1. Localización en el sector central de Asturias de las estaciones megalíticas aludidas: A, Monte Arco (Carreño); B, La Llaguna de Niévares (Villaviciosa) y C, La Cobertoria (Lena-Quirós).

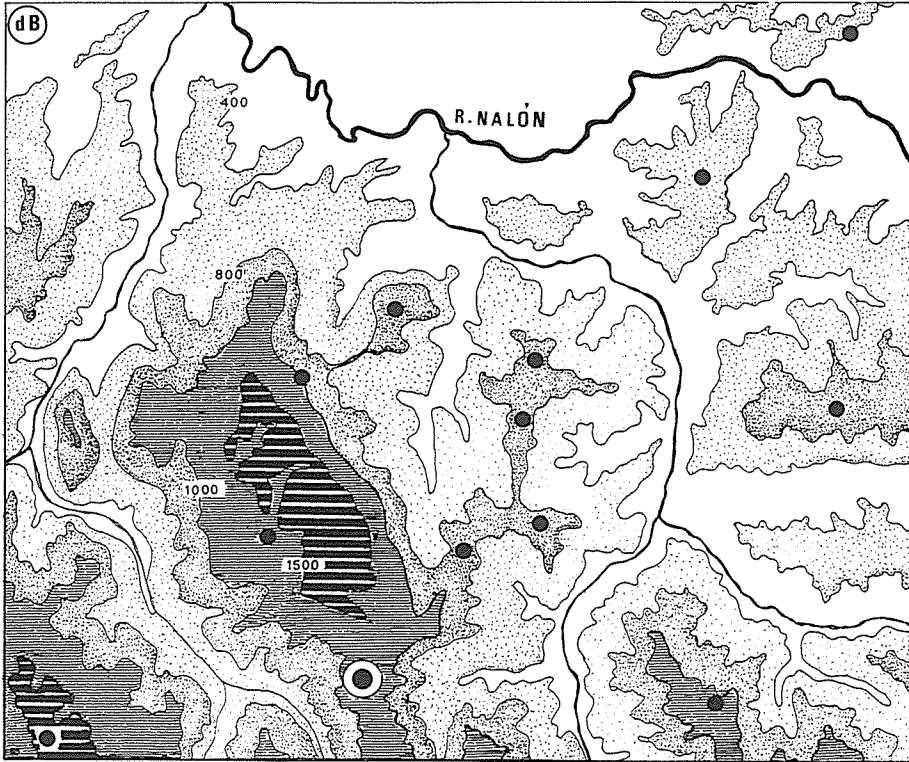


2. Monte Aro: el perceptible “orden monumental” en las planicies superiores de la sierra; X, sobre el escalón de 250 m; Y y Z sobre el de 150 m.

dB

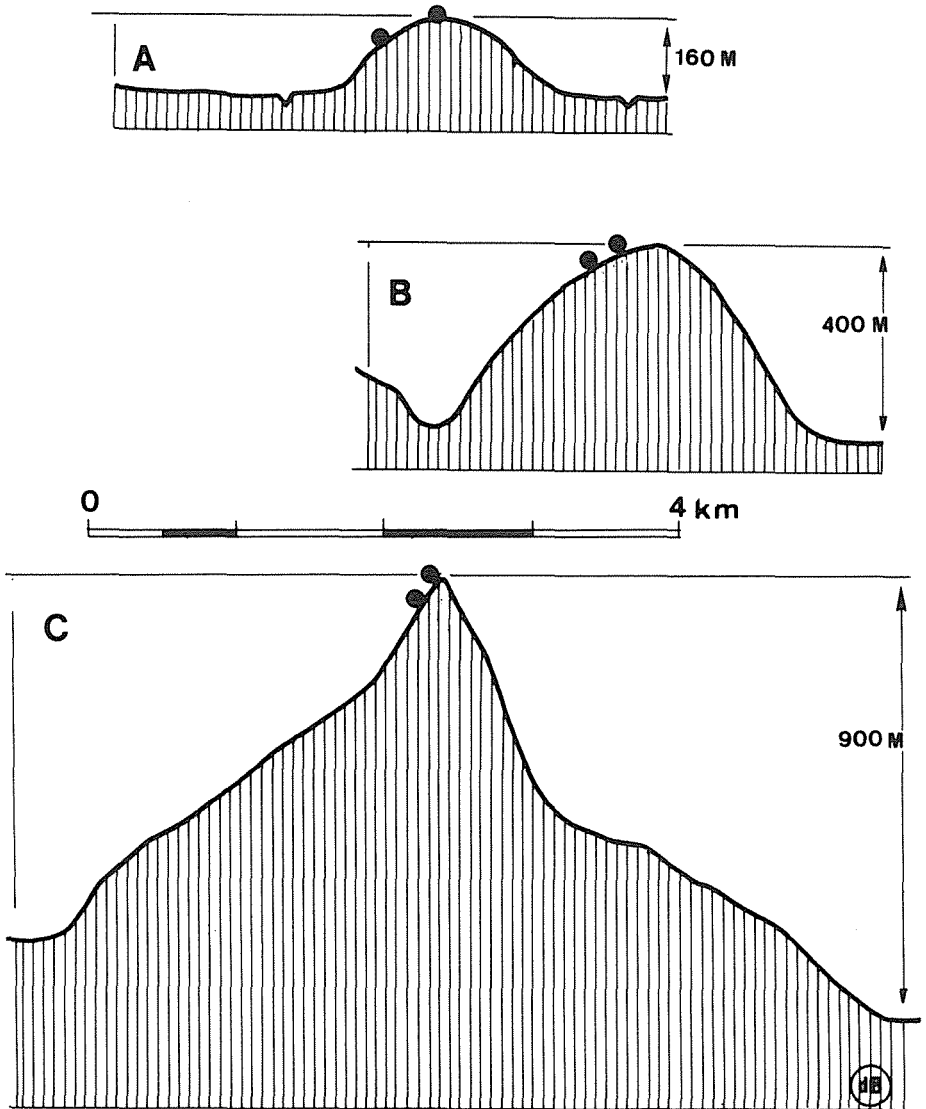


3. La estación de la Llaguna de Niévares (cuadrado con círculo inscrito) en las sierras prelitorales y en relación con otras localizaciones tumulares en el ámbito costero.

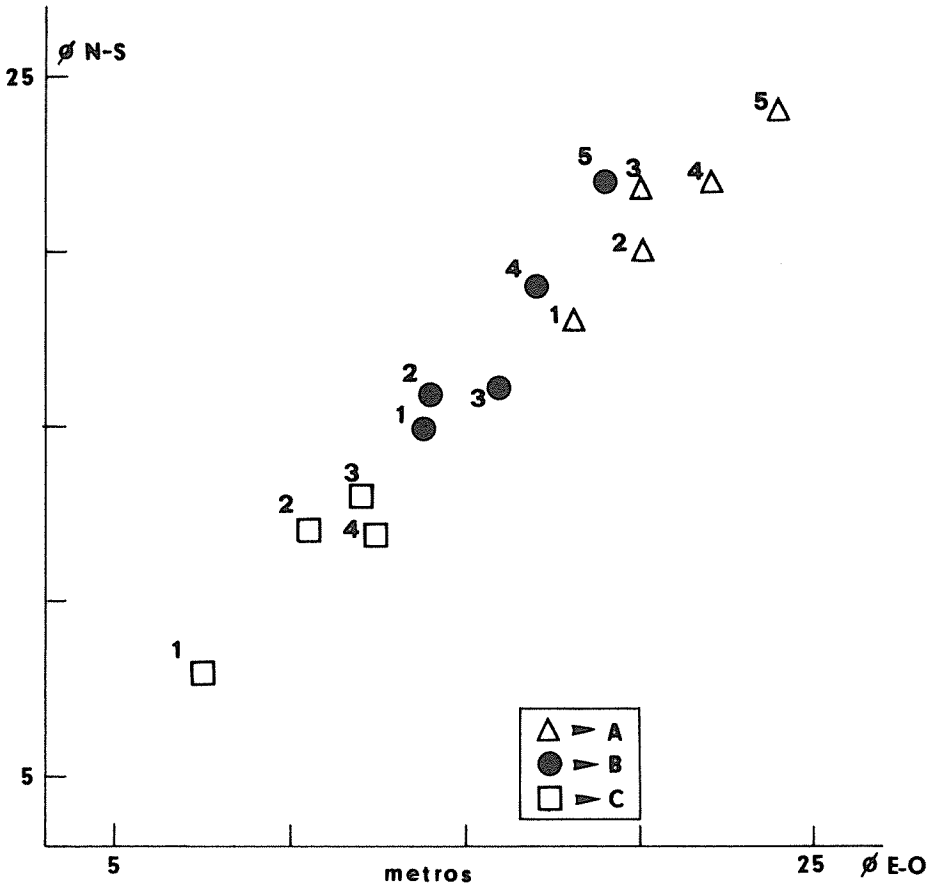


4. La Cobertura (círculos concéntricos) en el umbral de la alta montaña y otros túmulos de su entorno.

Est. V

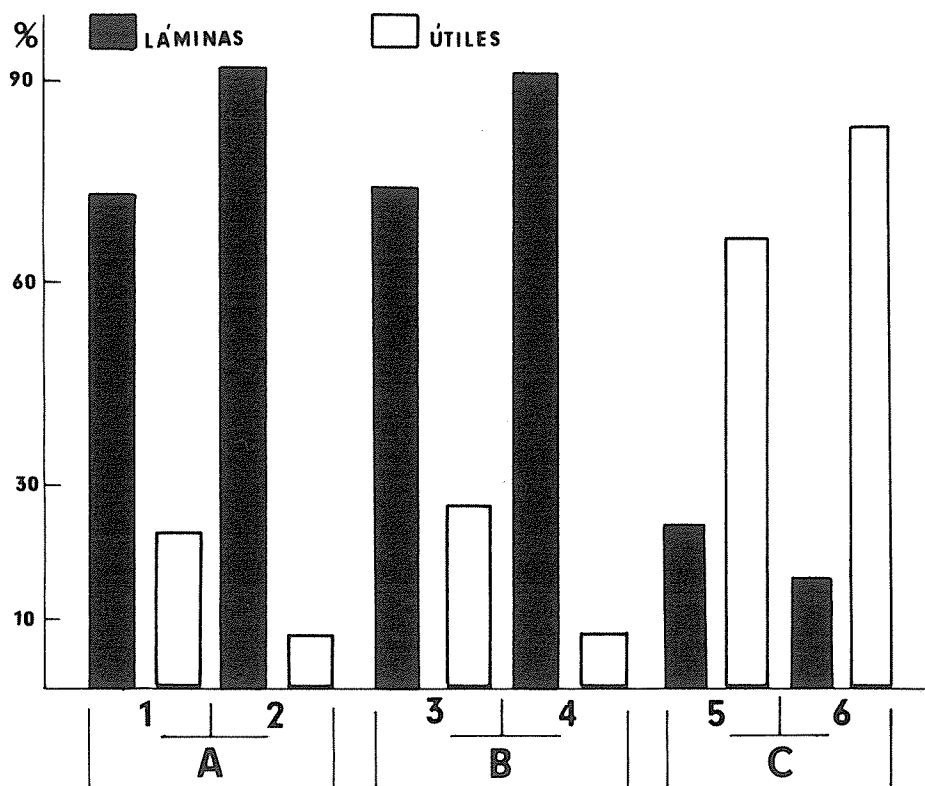


5. Esquemas del medio orográfico de las tres estaciones y distancias en altura con respecto a los valles-tierras bajas inmediatos (las claves A, B y C en la fig. 1).



6. Dimensiones superficiales de los túmulos de las tres estaciones.

Est. VII



7. Binomio láminas/útiles: 1 y 2 (túmulos VI y XV de Monte Arco); 3 y 4 (túmulos C y D de la Laguna); 5 y 6 (Collá Cimera y el Llagüezu, en La Cobertoria).

LA INVESTIGACION DE LA PINTURA RUPESTRE ESQUEMATICA EN EXTREMADURA

por

M^a Isabel Martínez Perelló

Resumen: Ante los últimos descubrimientos de numerosas estaciones rupestres postpaleolíticas en Extremadura se abre un nuevo panorama en el que cabe relacionar el "horizonte artístico esquemático" extremeño con el existente en el resto de la Península Ibérica y que aporta interesantes elementos que permiten aproximaciones cronológicas y culturales, contribuyendo a aclarar el actual estado de la cuestión.

Palabras-clave: Pintura rupestre. Arte esquemático. Extremadura.

La pintura rupestre esquemática en España ha sido tradicionalmente un tema poco tratado por los estudiosos del arte prehistórico peninsular, sobre todo si comparamos con lo que sucede con los otros tipos de manifestaciones artísticas prehistóricas, las levantinas y las paleolíticas, mucho más llamativas desde el punto de vista artístico e interpretativo. Sin embargo, en aparente contradicción, es precisamente la pintura rupestre esquemática la que ofrece un mayor número de yacimientos conocidos, unos ochocientos que se extienden por todo el territorio peninsular, frente al centenar de los paleolíticos y casi a los doscientos levantinos de localización no tan extensa, y es el arte del que poseemos las alusiones escritas sobre su existencia más antiguas.

Las primeras referencias al arte esquemático se han remontado tradicionalmente al siglo XVI, pues aparecen en la obra de LOPE DE VEGA *Las Batuecas del Duque de Alba*, unos versos que VICENTE PAREDES (*Paredes*, 1909:438-439), erudito extremeño, identificó como alusiones a las pinturas rupestres del valle salmantino:

“Esas casas, que pintadas
Se ven en este trabón,
Non son en Batueca halladas,
Que nuevas casas no son

Tan polidas fabricadas.
 Ni esos fuertes animales,
 Tan feroces y tan listos,
 Con garras y lanas tales,
 Son en nuestros valles vistos
 Por montañas ni arenales.”(Vega Carpio, 1900: t. XI, 511).

Esta referencia ha sido tomada como cierta posteriormente por muchos autores. BECARES PEREZ (Bécares, 1991:67) argumenta contra esta interpretación que las casas y animales pintados a que se hace referencia en el poema no aluden necesariamente a las pinturas rupestres de Las Batuecas, sino que hacen referencia a los motivos pintados sobre el escudo, que identifica con el “trabón” mencionado, que acompañaba al cadaver del supuesto sobrino de don Rodrigo en la obra. En 1778 si se hace mención evidente a las pinturas de las Batuecas en la obra de ANTONIO PONZ *Viaje de España* (Ponz, 1778: t.VII, 203-204), donde dice “Se pasa el río debajo del que llaman sepulcro del rey don Sebastián, y caminando hacia el convento se ve un sitio que llaman el de las “cabras pintadas”, porque en las peñas, que están tan perpendiculares como paredes de casas con sus esquinas y ángulos rectos, se veían ciertas figuras muy mal hechas por los mismos pastores con almagre, en que parece quisieron representar cabras”, en esta cita de Ponz tenemos pues la primera referencia escrita indudable de arte rupestre en España. Dudosos nos parecen los versos de CERVANTES en el Quijote, cap. XXXV:

“En las cavernas lóbregas de Dite,
 Donde estaba mi alma entretenida
 En formar ciertos rombos y caracteres,”.

En 1783 son halladas las pinturas de la Peña Escrita y la Batanera (Fuencaliente, Ciudad Real) por el cura de Montoro F. LOPEZ DE CARDENAS durante una prospección geográfica ordenada por el Conde de Floridablanca (Nieto Gallo, 1984; Nieto Gallo, 1984-85: 211-216; Nieto y Caballero, 1984). Incluye una reseña en el informe de la prospección y realiza un croquis de las pinturas, que considera púnicas o egipcias.

M. DE GONGORA Y MARTINEZ, catedrático de la Universidad de Granada, publica en 1868 su libro *Antigüedades Prehistóricas de Andalucía* (Góngora y Martínez, reed.1991), en el que dá a conocer las estaciones rupestres de Sierra Morena y Vélez Blanco en Almería, adjudicándolas en un principio al mundo íbero o celta, aunque tras el descubrimiento de la cueva de Los Letreros en Vélez Blanco subiría la cronología. Esta obra marca definitivamente la existencia de una pintura rupestre cuyos motivos son esquemas, descritos por Góngora y Martínez como “símbolos jeroglíficos escritos con modo rústico y sencillo por

el dedo índice de ruda mano y con tinta rúbrica bituminosa”, aunque en aquella época, en la que la ciencia prehistórica no estaba todavía lo suficientemente desarrollada, pasaría inadvertida.

Hay que tener en cuenta que hasta 1880 no se produciría la primera publicación de las pinturas de Altamira (S.de Sautuola, 1880), descubiertas un año antes, y que hasta los primeros años del siglo XX, al amparo de nuevos descubrimientos en Francia, no serían aceptadas como auténticas (Ripoll, 1982: 10-12).

En 1903 se descubren las pinturas rupestres de Calapatá (Cretas, Teruel) (Vidiella y Cabré, 1907: t. I, 68) de arte levantino y en 1907 se descubre Cogul (Lérida), publicado un año después con una primera reproducción de las figuras en él representadas (Rocafort, 1908: 65-75). Este descubrimiento atrajo a Henri Breuil, quien en 1908 publicó un artículo en el que las interpretaba como correspondientes a una facies en clima templado del arte paleolítico (Breuil, 1908: 10 y ss.).

Es entonces cuando se plantea la existencia de un tipo de representaciones artísticas diferentes a las levantinas, pues ambas aparecían en la estación de Cogul. VICENTE PAREDES (Paredes, 1909: 437-439), tras el descubrimiento de Cogul, hace un comentario sobre la existencia de unas pinturas en el Valle de Las Batuecas, aludidas por LOPE DE VEGA y por PONZ, que motiva la visita de JUAN CABRE un año después.

En marzo de 1910 CABRE realiza unas exploraciones por el valle salmantino localizando hasta 18 abrigos con pinturas rupestres de este tipo.

En estos primeros años del siglo XX, sobre todo desde 1911 hasta 1918, varios prehistoriadores -OBERMAIER, BREUIL, CABRE, HERNANDEZ PACHECO, BURKITT y WERNERT- recorren las sierras españolas ayudados por prospectores para localizar pinturas esquemáticas, que surgen abundantemente, a la vez que se originan distintas teorías sobre su origen y cronología. Todos los hallazgos confirman la existencia de una arte que es denominado “esquemático” al estar formado por signos conceptuales, abstracciones y esquematismos. Cabré señala “Con los nuevos descubrimientos nos hallábamos a la vista de un arte que en nada se parecía a los que se habían estudiado en Francia, costa cantábrica y en las provincias de Teruel y Lérida. Era un arte distinto, con su sello típico...” (Cabré, 1915: 78).

Son éstos los años de intensas búsquedas de estaciones rupestres con arte esquemático por parte del ABATE BREUIL, especialmente en Andalucía y Extremadura.

En Extremadura los primeros trabajos en profundidad se deben precisamente a este investigador francés, quien en 1916 recorrió las serranías de la provincia con el prospector Tomás Pareja y sus hijos localizando la mayor parte

de los abrigos pintados hoy conocidos.

Tras el trabajo de prospección de BREUIL y sus guías entre 1915 y 1917 por todas las serranías de Extremadura, se publica por J.CABRE AGUILO la noticia de veintinueve cuevas y peñones con pinturas rupestres inéditas en Cáceres y Badajoz: la Sierra de Quintana, Montes de Helechosa, Sierra de Guadalupe, y Sierras de Almadén a Cabeza del Buey (Cabré, 1915: 86-87).

HERNANDEZ PACHECO y CABRERA mencionan la existencia de pinturas rupestres en su artículo "Pinturas prehistóricas y dólmenes en la región de Alburquerque", publicado en 1916 (HERNANDEZ PACHECO y CABRERA, 1916: 118-128).

BREUIL publica en 1917 el descubrimiento de varios abrigos en la región que limita las provincias de Badajoz y Ciudad Real, que posteriormente denominara Abrigos de Los Buitres, realizando un estudio de las representaciones de carro y trineo que en ellos reconoce (Breuil, 1917: 81-86).

J.R.MELIDA en el tomo dedicado a Badajoz del Catálogo Monumental de España recoge también muchas de estas pinturas, señalando "Las rebuscas hechas por los especialistas en las sierras que desde la provincia de Ciudad Real atraviesan la Extremadura Central hasta penetrar en tierra portuguesa, han revelado la existencia de pinturas rupestres, que, como acertadamente indicó don Juan Cabré (...) "forman un conjunto de arte, obra tal vez del mismo pueblo que pintó los canchales del Valle de Las Batuecas". En su mayor parte estas pinturas no han sido publicadas. Al grupo en cuestión pertenecen las que se encuentran en las sierras que van de Almadén a Cabeza del Buey (...)". (Mélida, 1925: t. I, 28 y ss.). MELIDA incluye en su obra una primera y breve descripción de las pinturas de la Cornisa de la Calderita, que él denomina Cueva de la Zarza, en el término pacense de Zarza de Alange-Alange, de las que asegura que BREUIL, su descubridor, había presentado los dibujos en la Exposición de Arte Prehistórico de Madrid, organizada por la Sociedad Española de Amigos del Arte en 1921 (Sociedad Española de Amigos del Arte, 1921:68, núms.297, 298 y 299). También dá a conocer las pinturas de la Peña del Castillo, en Alange (Badajoz) (Mélida, 1925: 80). De la provincia de Cáceres, en el tomo dedicado a esta provincia, recoge la "noticia imprecisa de que existen pinturas rupestres en la Sierra de Guadalupe", ofreciendo fotografías y croquis de los motivos de la Cueva Chiquita o de Alvarez, en Cañamero, que ya había sido citada por BREUIL anteriormente, recogiendo algunos de sus motivos (Breuil, 1918: 63).

En 1929 se publican de nuevo, de manera más extensa, las manifestaciones pictóricas del abrigo Cornisa de la Calderita en Badajoz (VINIEGRA VERA, 1929:63-82) bajo los auspicios del Centro de Estudios Extremeños, con copias a mano alzada de las pinturas y un intento de interpretación y cronología.

Después de ésto, entre 1933 y 1935 aparece la monumental obra de BREUIL

Les peintures rupestres schématiques de la Péninsule Ibérique fruto de sus trabajos realizados a nivel peninsular. Es un enorme corpus de arte rupestre, en el que recoge en cuatro volúmenes la totalidad de los hallazgos habidos hasta entonces en la Península Ibérica (Breuil, 1933-35). El segundo de estos volúmenes está dedicado a las tierras del Guadiana e incluye varios grupos de abrigos y rocas: grupo de los alrededores de Peñalsordo, de Cabeza del Buey, de la Sierra de Helechal, de la Sierra de Hornachos, de Alange, de la zona situada entre Alange y la Sierra de San Servan, de Alburquerque y de la Hoz del Guadiana. Todos éstos se pueden englobar en cinco núcleos de arte rupestre en Badajoz: el de los alrededores de Mérida, el de la Sierra del Pedroso, el de Hornachos, el de Alburquerque, ya en la frontera con Portugal, y el de la Hoz del Guadiana, en los límites con Cáceres y Ciudad Real. En la provincia de Cáceres únicamente recoge la Cueva Chiquita, en Cañamero.

Con la publicación de esta obra comienza una etapa en la que se realizan importantes trabajos de interpretación del origen y significado del arte esquemático (ALMAGRO BASCH, 1947: t. I, 94-110) (KÜHN, 1957: 124-128) (CAMON AZNAR, 1954: 418-452) (BOSCH GIMPERA, 1965a; Bosch Gimpera, 1965b; Bosch Gimpera, 1967a: t. LXXI; Bosch Gimpera, 1967b: t. IV; Bosch Gimpera, 1968) a la vez que continúan los descubrimientos de nuevas estaciones pictóricas por todo el territorio peninsular.

Tras la publicación de Breuil en la provincia de Badajoz se produce un largo vacío en lo que a investigaciones se refiere, interrumpido por la noticia del descubrimiento de pinturas rupestres en el Abrigo de Hoyo de Pela (Navalvillar de Pela) por CANOVAS PESSINI, con breve descripción y reproducción de algunos motivos (Cánovas Pessini, 1941: 442-444), y por el hallazgo de la Cueva de San José en Quintana de la Serena, dado a conocer por por CASCO ARIAS (Casco Arias, 1950: 312-318).

En la provincia de Cáceres tampoco se tienen noticias de hallazgos e investigaciones, excepto la mención que hace HERNANDEZ PACHECO de la presencia de pinturas en la “diversidad de peñones y abrigos en las cuarcitas de las Villuercas, entre los pueblos de Cañamero, Berzocana y Guadalupe (Cáceres)” (Hernández Pacheco, 1959: 34-57).

No será hasta 1968, año de la publicación de la tesis de PILAR ACOSTA *La pintura rupestre esquemática en España*, cuando se realice otra obra de conjunto del arte esquemático, esta vez estableciendo una tipología, seriación y evolución de las figuras, basándose en el trabajo de Breuil y sentando las bases para posteriores estudios, realizando además un estudio del origen y difusión de los tipos de motivos, tratando de establecer una cronología. En esta obra, por tanto, vuelven nuevamente a estudiarse los motivos de la pintura esquemática extremeña ya analizados por el investigador francés.

Las cuestiones cronológicas serán planteadas también de nuevo en estos años, al tener lugar en la década de los sesenta las primeras reuniones de carácter internacional en las que se plantean temas relacionados con el arte rupestre. La primera reunión se celebró en Wartenstein (Austria) en 1960, bajo la presidencia de Pericot y la presencia del abate Breuil, y en ella se debatieron principalmente cuestiones en torno a la cronología del arte levantino, aunque también se analizaron sus relaciones con el arte esquemático. La segunda reunión fue de excepcional interés para la pintura rupestre esquemática. Se celebró en 1966 en Barcelona, bajo la dirección de RIPOLL PERELLO, que presentó el artículo Cuestiones en torno a la cronología del arte rupestre postpaleolítico en la Península Ibérica (Ripoll, 1968: 165-192). Ya en la década de los 80 tiene lugar otra reunión, el Coloquio Internacional sobre Arte Rupestre (Salamanca, 1982) en el que también se analizaron cuestiones sumamente interesantes en torno al arte esquemático, presentando Ripoll el artículo Cronología y periodización del esquematismo prehistórico de la Península Ibérica (Ripoll, 1983: 28-35).

En la provincia de Cáceres, FERNANDEZ OXEA dá a conocer en 1969 las pinturas rupestres de las cuevas de Los Morales, Los Cabritos y del Cancho de la Sábana, en la Sierra de las Villuercas, término de Berzocana (Fernandez Oxea, 1969).

En 1972 SORIA SANCHEZ publica algunos grabados y pinturas esquemáticas, como las de la Cueva del Castillo de Monfragüe, en el término de Torrejón el Rubio (SORIA SANCHEZ, 1972), que serán posteriormente estudiadas por RIVERO DE LA HIGUERA junto con las del Pradillo, en Trujillo, Cancho del Reloj, en Solana, Cueva de los Cabritos, en Berzocana, y Cancho de la Burra o de Baus, en Cañamero (Rivero de la Higuera, 1972-73).

BELTRAN LLORIS también se ocupa de las pinturas del Monfragüe (Beltrán Lloris, 1973), al igual que GARCIA MOGOLLON, que añade dos descubrimientos muy próximos a las pinturas tradicionalmente conocidas del Monfragüe: la Cueva del Peine y la Cueva de Los Murciélagos (García Mogollón, 1974).

En 1974 se dan a conocer en el V Congreso de Estudios Extremeños los abrigos del Risco de las Cuevas, en Cañamero, descubiertos por Juan Gil Montes en ese año (RODRIGUEZ DE LAS HERAS y GIL MONTES, 1976: 68-78).

Cinco años después, en el VI Congreso de Estudios Extremeños, se presenta un amplio estudio sobre la Cueva de El Buraco, en Santiago de Alcántara (AMADOR CARRETERO et alii, 1982: 15-32).

En 1979 también se publican los trabajos de un equipo que comienza a trabajar en Los Barruecos, en Malpartida de Cáceres (GONZALEZ y ALVARADO, 1979: 16-22; González y Alvarado, 1985: 155-165).

En 1980 GRANDE DEL BRIO añade a las estaciones de Monfragüe tres nuevos yacimientos con pinturas esquemáticas descubiertos unos años antes en

la Sierra de Las Corchuelas (Grande del Brío, 1980: 147-152).

En 1987 GRANDE DEL BRIO publica tres abrigos localizados en la zona de Membrío y Santiago de Alcántara, que vienen a sumarse a la Cueva de El Buraco (Grande del Brío, 1987: 225-226).

En la comarca de Las Villuercas GARCIA ARRANZ efectúa una primera obra de conjunto que analiza de manera completa las manifestaciones artísticas de un área concreta de Cáceres (García Arranz, 1990a y 1990b).

Recientemente se vienen realizando descubrimientos en toda la provincia cacereña, como tres abrigos localizados en la Sierra de la Solana, junto al río Alagón, cuatro estaciones en el Campo Arañuelo, en la zona de Perelada de San Román, y siete nuevos abrigos en la comarca de Las Villuercas, fruto de un plan de estudio del arte rupestre en toda la provincia que se viene realizando desde 1986 y que cuenta con la colaboración del Departamento de Prehistoria de la Universidad de Alcalá. Quedan con estos estudios definidos seis grupos o núcleos de arte esquemático en Cáceres: el núcleo de Villuercas-Ibor, el núcleo de Campo Arañuelo, el núcleo Trujillano-Cacereño, el núcleo Monfragüe-Miravete, el núcleo Alagón y el núcleo Membrio-Santiago de Alcántara, que contienen 58 estaciones rupestres, ubicándose la 59ª estación, la Peña del Huevo en Riomalo de Abajo, en el extremo septentrional de la provincia (ALVARADO y GONZALEZ, 1991: 139-156; Alvarado y Gonzalez, 1993: 18-25).

En la provincia de Badajoz desde los trabajos que realizara el abate BREUIL, y han pasado ya más de setenta años, faltan estudios rigurosos y con una documentación completa de las manifestaciones rupestres postpaleolíticas existentes. Faltan sobre todo trabajos de conjunto en la línea de la tesis de CABALLERO KLINK sobre las pinturas rupestres esquemáticas de la vertiente septentrional de Sierra Morena, en la provincia de Ciudad Real (Caballero Klink, 1983) y de la tesina de ORTIZ MACIAS sobre las pinturas rupestres esquemáticas al sur de la comarca de Mérida (Ortiz Macías, 1986).

Repasando la provincia de Badajoz por núcleos observamos que, aparte de la Sierra del Pedroso, que permanecía intacta desde los estudios de Breuil, el resto de la provincia ha sido tratado en algunos artículos, antiguos en su mayoría, que hacen mención o realizan una aproximación al estudio de algunas estaciones rupestres.

En el núcleo de Mérida encontramos la publicación del abrigo Cornisa de la Calderita (VINIEGRA VERA, 1929), los trabajos de MAGDALENA ORTIZ (Ortiz Macías, 1986, 1989, 1990) y de LEON GIL y GARCIA-VERDUGO RUBIO (León Gil y García-Verdugo Rubio, 1983; León Gil, 1993).

En el núcleo de la Hoz del Guadiana se publica el descubrimiento del Abrigo de Hoyo de Pela por CANOVAS PESSINI (1941), analizado después

por RIVERO DE LA HIGUERA (1972-73) y posteriormente por BALBIN BEHRMANN et alii (1977), y se publican las pinturas de la Cueva de la Panda por GAVILAN y VAQUERIZO (1988-89).

En la comarca de La Serena se da a conocer la Cueva de San José por CASCO ARIAS (1950), estudiada posteriormente por RIVERO DE LA HIGUERA (1972-73).

Nos centramos a continuación en el núcleo de la Sierra del Pedroso, en donde hemos llevado a cabo nuestras investigaciones. En este área únicamente se conocían los abrigos con arte esquemático publicados por Breuil en 1933 (Breuil, 1933: t. II, 42-98).

Es debido a esta escasez de trabajos realizados, así como a la existencia todavía de grandes vacíos en el estudio y revisión de determinadas “áreas artísticas”, por lo que centramos nuestra investigación en el estudio de las pinturas rupestres de un área geográfica concreta, situada en el extremo sudoriental de la comarca extremeña de La Serena, en donde una cadena montañosa constituida por canchales subverticales de cuarcitas ordovícicas y silúricas que destacan sobre terrenos del Cámbrico principalmente, sigue una dirección SOE-NE y engloba varias sierras que toman diferentes nombres. A sus pies se localizan los pueblos de Capilla, Peñalsordo, Zarza Capilla, Cabeza del Buey, Almorchón y Helechal. Ocupan el extremo meridional de la penillanura extremeña, entre el Guadiana y Sierra Morena, descendiendo sus agrestes graderíos hasta la llanura andaluza, ubicándose en los límites provinciales de Córdoba, Ciudad Real y Badajoz. Las coordenadas geográficas que delimitan este territorio son 1°17' 00"-1°42'10" longitud OE y 38°50' 00"-38°40' 00" latitud N, según las hojas 806 y 807 del Mapa Topográfico Nacional, escala 1:50.000, ediciones de 1950 y 1952. Los nombres de estas elevaciones rocosas de norte a sur y de este a oeste son: Sierra de la Moraleja, perteneciente a la cadena montañosa de La Alcudia, Sierra del Palenque, Sierra de Agallares, Sierra del Torozo, Sierra de las Cabras, Sierra del Calvario, Sierra de las Vacas, Sierra del Aliso, Sierra de la Osa, Sierra de la Rinconada y Sierra de Tiros. Estas sierras, que englobamos con el nombre genérico de Sierra del Pedroso, constituyen también el límite NOE de la gran llanura andaluza de Los Pedroches.

Animados por el profesor Ripoll que incitó nuestro interés y amablemente se brindó a dirigirnos el trabajo, comenzamos por revisar y rehacer el trabajo que había efectuado BREUIL en la Sierra de la Moraleja, en donde localizó diez abrigos que dió a conocer como “Los Buitres de Peñalsordo”. Tras una primera prospección por la zona, en la que partimos del antecedente de esas pinturas rupestres esquemáticas, e incitados por la singular geomorfología del sector, con escarpadas formaciones y abundantes abrigos, paredes rocosas y covachos que albergaban la posibilidad de nuevos hallazgos, tuvimos la certeza

de la existencia de abrigos y rocas en los que existían pinturas esquemáticas inéditas. Así en sucesivas campañas, desde el año 1988 hasta 1993, prospectamos la zona en búsqueda de nuevos emplazamientos rupestres. En las campañas de 1990 a 1993 se nos unieron para la agilización del trabajo de campo los arqueólogos Graciela Rodríguez y Javier Jiménez.

En la Sierra del Pedroso, nosotros comenzamos las investigaciones como ya hemos mencionado de la mano de Breuil, revisando en primer lugar sus abrigos, que hacen un total de ventiseis (Breuil, 1933: t. II, 42-98), y prospectando la sierra en busca de emplazamientos inéditos. Son treinta y cuatro las nuevas estaciones descubiertas, por lo que nos hallamos ante un conjunto que alcanza los sesenta yacimientos (Martínez Perelló, 1993 a).

Comenzando por el término de Capilla, en él se localiza el primer grupo de pinturas: diez abrigos situados en la Sierra de la Moraleja y publicados por Breuil como los abrigos de Los Buitres de Peñalsordo. No hemos encontrado restos de pinturas en el Abrigo 3º, completamente cubierto de líquenes, y hemos descubierto un nuevo abrigo, por lo que los yacimientos rupestres de Los Buitres siguen siendo diez. También hemos localizado nuevos abrigos en este término de Capilla. Son el conjunto de cuatro estaciones situadas en el Peñón del Pez y el que hemos denominado Abrigo del Castillo de Capilla (Martínez Perelló, 1988-89: 203-209 y 212)

Pertenecientes al T.M. de Peñalsordo son los abrigos localizados por Breuil en la orilla izquierda del río Zujar: “Cueva de la Hoya de la Huerta”, “Cueva del Toril de los Toros” y “El Solapo del Toril de los Toros”. A estos debemos añadir los nuevos descubrimientos que hemos efectuado, la “Gruta de la Sierra de Agallares”, el “Abrigo del Valle de la Huerta Vieja” y el “Collado de la Cruz Chiquita”(Martínez Perelló, 1988-89: 209-211).

En el Término de Zarza Capilla hemos localizado de momento un abrigo sumamente interesante, la Cueva del Vercialejo en la Sierra del Torozo.

En Cabeza del Buey Breuil da a conocer tres abrigos en la “Majadilla del Puerto Alonzo”, que en realidad son dos, tres rocas pintadas en el “Cerro Estanislao”, que igualmente son dos, y tres estaciones en el Valle de los Alisos: la “Cueva de la Majadilla del Local”, el “Peñón Amarillo del Callejón del Valle de los Alisos” y la “Cueva del Barranco de la Higuera”. A estos yacimientos hemos añadido los nuevos abrigos del Morro del Valle de la Venta (Martínez Perelló, 1993 b), el Abrigo del Barranco de la Higuera, y frente al pueblo de Cabeza del Buey las Cuevas Superior e Inferior de la Fuente del Peral y la Cueva del Pozo Retumba.

Finalmente, en Helechal, pueblo que pertenece al término municipal de Benquerencia de la Serena, el abate Breuil sitúa varios abrigos pintados en la vertiente meridional de la Sierra de Tiros. Los escarpes sobre los que se ubican

reciben los nombres de Cerro de Las Moriscas, y Cerro de El Montón, separados por el Puerto de Las Ruedas. Breuil concede una denominación distinta para la vertiente occidental de El Montón: lo llama Las Grajas. En el cerro de Las Moriscas Breuil estudia dos abrigos que denomina “Abrigo del Zarzal” y “Abrigo Superior”. A estos tenemos que añadir siete nuevas estaciones rupestres para cuya denominación hemos empleado una numeración correlativa que incluye los dos abrigos de Breuil. En el Puerto de Las Ruedas sitúa otras dos rocas pintadas y en la vertiente occidental de El Montón localiza los abrigos del “Callejón del Peñón de las Grajas” y del “Peñón Amarillo del Olivar de Las Grajas”. Hemos añadido diez nuevos yacimientos con representaciones esquemáticas en este cerro, para los que también empleamos una numeración correlativa. Finalmente, en la zona conocida como Las Calderas, muy próxima al pueblo, hemos localizado tres rocas más inéditas hasta el momento en las que se han pintado motivos esquemáticos. Son en total ventiseis abrigos, seis cuya existencia ya se conocía por Breuil pero no su ubicación exacta, y veinte nuevos, todos concentrados en un área pequeña, lo que convierte a Helechal en una zona importante como centro de arte rupestre.

Esperamos que continúe el interés, que consideramos creciente, por las manifestaciones artísticas esquemáticas en Extremadura, y que las investigaciones se extiendan a los restantes núcleos que quedan por revisar y ampliar, tanto en Cáceres como en Badajoz.

BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA, P., (1968), *La pintura rupestre esquemática en España*, Memorias del Seminario de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Salamanca, Salamanca.
- ALMAGRO BASCH, M., (1947), “Arte prehistórico”, *Ars Hispaniae*, t. I, Madrid.
- ALVARADO, M. y GONZALEZ, A., (1991), “Pinturas y grabados rupestres de la provincia de Cáceres. Estado de la investigación”, *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)*, *Extremadura Arqueológica II*, Mérida-Cáceres, pp. 139-156.
- (1993), “Nuevas pinturas rupestres en Extremadura. Pintura naturalista en el entramado esquemático de las Villuercas (Cáceres)”, *Revista de Arqueología*, nº 143, Madrid, pp. 18-25.
- AMADOR CARRETERO, P., FERNANDEZ GOMEZ, L., y LINARES TIRADO, J.M., (1982), “Pinturas esquemáticas inéditas de “El Buraco” (Santiago de Alcántara)”, *Actas del VI Congreso de Estudios Extremeños*, Arqueología, Mérida, 1979, pp. 15-32.
- ASOCIACION DE AMIGOS DEL ARTE, 1921, *Catálogo y Guía de la Exposición de Arte Prehistórico Español*, Madrid.
- BALBIN BEHRMANN, R. de, FERNANDEZ-MIRANDA FERNANDEZ, M. y MOURE ROMANILLO, A., (1977), El abrigo con pinturas esquemáticas de Hoyo de Pela

- (Navalvillar de Pela, Badajoz), *Boletín del Semin. de Estudios de Arte y Arq.*, t. XLIII, Valladolid, pp. 5-26.
- BECARES, J. (1991), "La pintura rupestre esquemática en la provincia de Salamanca", *Del Paleolítico a la Historia*, Museo de Salamanca, pp. 61-79.
- BELTRAN LLORIS, M., (1973), "Las pinturas rupestres esquemáticas del Castillo de Montfragüe en Torrejón el Rubio (Cáceres)", *Estudios de Arqueología Cacereña*, Monografías arqueológicas, XV, Zaragoza, pp. 59-85.
- BOSCH GIMPERA, P., (1965a), "La significación del neolítico Circunmediterráneo", *Pyrenae*, t. I.
- (1965b), "La chronologie de l'art rupestre seminaturaliste et schématique et la culture megalithique portugaise", *Rev. da Faculdade de Letras*, 9, Lisboa.
- (1967a), "Civilisation megalithique portugaise et civilisations espagnoles", *L'Anthropologie*, t. LXXI.
- (1967b), "Las relaciones prehistóricas mediterráneas", *Anales de Antropología*, t. IV, México.
- (1968), "La chronologie de l'art rupestre seminaturaliste et schématique de la Península Ibérique", *La Préhistoire, problèmes et tendances* (Homenaje a R: Vaufray), Paris.
- BREUIL, H., (1908), "Les peintures quaternaires de la roca de Cogul", *Bulletí del Centre Excursionista de Lleyda*, I, pp. 10 y ss.
- (1917), "Le char et le traineau dans l'art rupestre d'Extremadure", *Rev. Terra Portuguesa*, núms.15 y 16, Lisboa.
- (1918), "Algunas leyendas y creencias populares españolas relacionadas con serpientes y lagartos", *Boletín de la Sociedad Española de Historia Natural*, XVIII, Madrid.
- (1933-35), *Les peintures rupestres schématiques de la Péninsule Ibérique*, t. I-IV, Fondation Singer-Polignac, Lagny.
- CABALLERO KLINK, A., (1983), *La pintura rupestre esquemática en la vertiente septentrional de Sierra Morena (Ciudad Real) y su contexto arqueológico*, Estudios y Monografías del Museo de Ciudad Real, nº 9, Ciudad Real.
- CABRE AGUILO, J., (1915), *El arte rupestre de España*, Comisión del Inventario Paleontológico y Prehistórico, Memoria nº1, Madrid.
- CAMON AZNAR, J., (1954), *Las artes y los pueblos de la España Primitiva*, Madrid.
- CANOVAS PESSINI, J., (1941), "Covacha prehistórica con pinturas rupestres", *Atlantis*, t. XVI, cuad.I y II, Madrid, pp. 442-444.
- CASCO ARIAS, J., (1950), "Descubrimiento de pinturas rupestres en la Caverna de San José", *Revista de Estudios Extremeños*, t. VI, nº4, Badajoz, pp. 312-318.
- FERNANDEZ OXEA, J.R., (1969), "Nuevas pictografías y petroglifos en tierras cacereñas", *Revista de Guimarães*, t. LXXIX, núms.1-2, pp. 41-44, figs.1-8.
- GARCIA ARRANZ, J.J., (1990a), "Los animales en la pintura rupestre esquemática de Las Villuercas (Cáceres): testimonio gráfico de un modo de vida prehistórico", *Alcántara*, nº 20, abril-junio, Cáceres.
- (1990b), *La pintura rupestre esquemática en la comarca de las Villuercas (Cáceres)*, Cáceres.
- GARCIA MOGOLLON, F.J., (1974), "Las pinturas esquemáticas del Montfragüe, en la provincia de Cáceres", *Revista de Estudios Extremeños*, t. XXX, nº3, pp. 551-580.
- GAVILAN CEBALLOS, B., y VAQUERIZO GIL, D., (1988-89), "Un nuevo conjunto de pinturas rupestres en la provincia de Badajoz: las cuevas de La Panda (Talarubias)", *Ifigea*, V-VI, pp. 9-34.
- GONGORA Y MARTINEZ, M. de, (1991 reed.), *Antigüedades prehistóricas de Andalucía*,

- Colección "Archium", Granada.
- GONZALEZ, A. y ALVARADO, M., (1979), "Pinturas esquemáticas en Malpartida de Cáceres (Cáceres)", *Alcántara*, nº 195, abril-mayo-junio, pp. 16-22.
- (1985), "Pinturas esquemáticas y grabados rupestres de Los Berruecos (Malpartida de Cáceres)", *Actas de las II Jornadas de Metodología y Didáctica de la Historia, Prehistoria y Arqueología*, Cáceres, pp. 155-165.
- GRANDE DEL BRIO, R., (1980), "Nuevos abrigos con pinturas rupestres en "Montgragüue" (Sierra de la Corchuela, Cáceres)", *Zephyrus*, XXX-XXXI, Salamanca, pp. 147-152.
- HERNANDEZ PACHECO, E., (1959), *Prehistoria del Solar Hispano*, Madrid.
- HERNANDEZ PACHECO, E. y CABRERA, A., "Pinturas prehistóricas y dólmenes de la región de Alburquerque", *Boletín de la Real Sociedad Española de Historia Natural*, t. XVI, pp. 118-128.
- KÜHN, H., (1957), *El arte rupestre en Europa*, Barcelona.
- LEON GIL, M. y GARCIA-VERDUGO RUBIO, R., (1983), *Pintura rupestre esquemática en Mérida. Sierra de Arroyo de San Serván*, Publicaciones de la Caja de Ahorros de Badajoz, Badajoz.
- LEON GIL, M., (1993), "Pinturas rupestres esquemáticas de la Sierra del Conde, Oliva de Mérida (Badajoz)", *Proserpina*, 7, pp. 7-31.
- MARTINEZ PERELLO, M.I., (1988-89), "Un nuevo conjunto de pinturas esquemáticas en la Sierra del Pedroso (Peñalsordo y Capilla, Badajoz)", *Ars Praehistorica*, t. VII-VIII, Sabadell (Barcelona), pp. 201-219.
- (1993a), "La pintura rupestre esquemática en la zona oriental de la provincia de Badajoz: estado de la cuestión", *Espacio, Tiempo y Forma*, serie I, t. VI, (en prensa).
- (1993b), "Arte Rupestre en Badajoz. Un nuevo abrigo con pinturas esquemáticas: El Morro del Valle de la Venta (Cabeza del Buey)", *Revista de Estudios Extremeños*, 1993 (en prensa).
- MELIDA, J.R., (1925), *Catálogo Monumental de España. Provincia de Badajoz*, t. I, Madrid, pp. 28 y ss y p.80.
- NIETO GALLO, G., (1984), "Las primeras copias de pinturas rupestres esquemáticas en España, 1783", *Estudios y Monografías*, 11, Museo de Ciudad Real.
- (1984-85), "Don Fernando José López de Cárdenas, descubridor del Arte Rupestre Esquemático", *Zephyrus*, XXXVII-XXXVIII, Salamanca, pp. 211-216.
- NIETO GALLO, G. y CABALLERO KLINK, A., (1984), "*Bicentenario de la pintura esquemática. Peña Escrita 1783-1983*", Museo de Ciudad OReal.
- ORTIZ MACIAS, M., (1986), *Pintura rupestre esquemática al Sur de la comarca de Mérida*, memoria de licenciatura inédita, Facultad de Filosofía y Letras, Cáceres.
- ORTIZ, M. y MUÑOZ-TORRERO, E., (1989), "Dos estaciones de pinturas rupestres esquemáticas en la Sierra de San Serván (Badajoz)", *XIX Congreso Nacional de Arqueología*, (Castellón de la Plana, 1987), Zaragoza, 1989, pp. 249-258.
- (1990), "Pinturas rupestres esquemáticas: Escenas y composiciones. Arroyo de San Serván, Mérida y Zarza de Alange", *Revista de Estudios Extremeños*, XLVI, I, Badajoz, pp. 87-111.
- PAREDES, V., (1909), "De la Sociedad Excursionista Extremeña y algo de Prehistoria de Extremadura", *Revista de Extremadura*, IX, Cáceres, pp. 437-442.
- PÖNZ, A., (1778), *Viaje de España*, t. VII, Madrid, pp. 203-204.
- RIPOLL, ed. (1968), "Cuestiones en torno a la cronología del arte rupestre pospaleolítico en la Península Ibérica", *Simposio Internacional de Arte Rupestre*, (Barcelona,

- 1966), Barcelona, Instituto de Prehistoria y Arqueología de la Diputación Provincial de Barcelona, pp. 165-192.
- (1982), "Síntesis de la historia de los descubrimientos de arte prehistórico y su problemática", *Sautuola*, III, Santander, pp. 9-21.
- (1983), "Cronología y periodización del esquematismo prehistórico de la Península Ibérica", *Zephyrus*, XXXVI, Salamanca, pp. 28-35.
- RIVERO DE LA HIGUERA, M.C., (1972-73), "Nuevas estaciones de pintura rupestre esquemática en Extremadura", *Zephyrus*, XXIII-XXIV, Salamanca, pp. 287-312.
- RODRIGUEZ DE LAS HERAS, A. y GIL MONTES, J., (1976), "Últimos hallazgos de pintura rupestre esquemática en Las Villuercas", *Actas del V Congreso de Estudios Extremeños* (Arqueología y Arte Antiguo), Badajoz, 1974, pp. 68-78.
- ROCAFORT, B., (1908), "Les pintures rupestres de Cogul", *Butlletí del Centre Excursionista de Catalunya*, XVIII, nº 156, pp. 65-75
- SANZ DE SAUTUOLA, M., (1880), *Breves apuntes sobre algunos objetos prehistóricos de la provincia de Santander*, Santander.
- SORIA SANCHEZ, V., (1972), "Recientes hallazgos arqueológicos en Extremadura", *Revista de Estudios Extremeños*, t. XXVIII, nº 2, Badajoz, pp. 283-290.
- (1972), "Restos arqueológicos en Extremadura", *Revista de Estudios Extremeños*, t. XXVIII, nº 3, Badajoz, pp. 441-454.
- VEGA CARPIO, Lope de, (1900), "Las Batuecas del Duque de Alba", en *Obras de Lope de Vega*, Real Academia Española, Madrid, t. XI, pp. 505-539.
- VINIEGRA VERA, V., (1929), "El arte rupestre en la provincia de Badajoz. Cornisa de La Calderita, Sierra de la Zarza", *Revista del Centro de Estudios Extremeños*, t. III, Badajoz, pp. 63-82.

ARTE ESQUEMATICO EN LA VERTIENTE SUR DEL SISTEMA CENTRAL

por

Jose Javier Alcolea Gonzalez*, Fernando de Bunes Ibarra**
Miguel Angel Garcia Valero** y Pedro Jose Jimenez Sanz*

Resumen: Catálogo completo del arte esquemático de la zona. Conrelaciones cronologicas que enlazan directamente con el megalitismo, este como manifestación parcial, en lo artístico, del más amplio esquematismo.

Palabras-clave: Arte. Esquemático. Sistema Central.

INTRODUCCIÓN

Desde hace dos años se está llevando a cabo el proyecto interdisciplinar denominado “El Poblamiento Prehistórico Antiguo en el sector suroriental del Sistema Central” dirigido por los firmantes, todos ellos investigadores colaboradores de los departamentos de Prehistoria de las Universidades de Alcalá de Henares y Complutense de Madrid, y que en la actualidad se halla en la fase de prospecciones sobre el terreno.

El ámbito de este estudio radica en el noroeste de la provincia de Guadalajara, engarzando con el proyecto en curso de Carta Arqueológica de la provincia, financiado por la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha y coordinado en esta zona por el Area de Prehistoria de la Universidad de Alcalá de Henares, si bien no se descarta ampliarlo, siempre que cesen las trabas administrativas que hoy en día lo impiden, a la zona norte de la vecina provincia de Madrid, de la que ya tratamos en estas páginas. Esta forma parte del mismo contexto

* Universidad de Alcalá de Henares.

** Universidad Complutense, Madrid.

geográfico-ambiental, y ha sido intensamente prospectada por algunos de los firmantes, ya sea en el ámbito de los trabajos de la Escuela de Arqueología de la C.A.M, o bien formando parte del equipo que realizaba el inventario artístico rupestre de la provincia. Esta familiaridad con la vecina división administrativa nos ha permitido constatar la identidad cultural entre ambas áreas en diferentes periodos cronológicos.

En la presente comunicación nos limitaremos a dar a conocer, de forma sucinta, los yacimientos con Arte Rupestre Esquemático localizados durante las prospecciones en la zona de estudio, relacionándolos con los de las inmediaciones y con sus contextos arqueológicos.

UBICACIÓN, GEOLOGÍA Y PAISAJE

El área en que se está llevando a cabo este proyecto de investigación, se sitúa en las estribaciones surorientales del Sistema Central, más concretamente al sur de las Sierras del Robledal y del Lobosillo, y al oeste de Sierra Gorda. Este territorio se ve atravesado desde el NE. al SO. por un eje fundamental; el río Jarama, que constituye junto con el Sorbe y el Lozoya los cursos fluviales más importantes.

La Geología de esta zona presenta una gran diversidad, al estar representadas todas las eras geológicas y gran parte de sus periodos. Destacaremos en ella una estrecha banda, formada por dolomias, calizas dolomíticas y calizas correspondientes al Cretácico Superior (Santoniense y Campaniense inicial), que con la misma dirección que el Sistema Central (NE-SO) va desde Retiendas (Guadalajara) hasta Torrelaguna (Madrid), constituyendo en su mayor parte un anticlinal atravesado perpendicularmente por numerosos barrancos. La intensa carstificación sufrida por estas rocas ha dado lugar a la formación de numerosas cavidades y abrigos naturales, de gran interés para nuestro proyecto, y que, en el caso que nos ocupa, acogen la mayoría de las estaciones con Arte Esquemático.

La geomorfología condiciona un paisaje variado en una extensión de no muy grandes dimensiones; con todo, pueden establecerse dos claros dominios morfoestructurales; la Sierra, al norte y al este del Macizo Antiguo, y al sur y al este, la depresión constituida por diferentes unidades sedimentarias terciarias neotectónicas de piedemonte, sujetas a una activa morfogénesis desde el final del Plioceno hasta la actualidad. Destacaremos las siguientes formaciones: relieves graníticos, relieves estructurales abruptos desarrollados en las series ordovícicas, relieves estructurales mesozoicos, rampas o superficies de erosión de enlace entre la Cuenca Terciaria y el Sistema Central, las altiplanicies de los páramos calcáreos, altiplanicies de páramos siliciclásticos, relieves en graderío debido a

las terrazas de los ríos y vegas de los mismos (PORTERO, J. M. et Al. 1991).

Las dos comarcas naturales que aquí se encuentran, la Sierra y la Campiña Alta, presentan como característica común la elevada altitud de sus terrenos, que supera los 1000 m. sobre el nivel de mar en gran parte de la Sierra, y, si exceptuamos los valles fluviales, no desciende nunca por debajo de los 800 mts. en la Campiña. Destaca, entre ambas comarcas, el contraste entre lo accidentado y quebrado de las zonas serranas y la horizontalidad propia de los terrenos de la Campiña.

Como dijimos en un principio, incluimos en este trabajo los yacimientos con Arte Rupestre de las inmediaciones del área que nos ocupa, por lo que se tratarán las estaciones recientemente descubiertas en la vecina provincia de Madrid.

El yacimiento situado más al norte sería el Abrigo del Portalón (Villacadima, Guadalajara) (ORTEGO, T. 1963. pp. 91-104; GOMEZ BARRERA, J. 1993. pp. 429-437), en el extremo oriental del Sistema Central, concretamente en la Sierra de Ayllón, unos 20 kms. al norte del límite septentrional de nuestra zona original de estudio (Fig. 1 nº 1). A pesar de esto, es necesario destacar que dos de los firmantes del presente artículo, y en colaboración con el Área de Prehistoria de la Universidad de Alcalá de Henares, llevan a cabo en la actualidad trabajos encaminados a un inventario y estudio global del Arte Rupestre Esquemático de la Provincia de Guadalajara. Dentro de estos trabajos, la zona de Villacadima y sus aledaños (Sierra de Pela, Paramcras de Atienza) ocupan un lugar primordial, habida cuenta de las antiguas noticias (CABRE, J. 1915, 1941. pp. 316-344) que situaban en el lugar varios yacimientos artísticos, situación confirmada por nosotros en lugares como Las Majadas de Torrubia, Peña del Cid o la Ermita de Nuestra Sra. del Puente.

Más al sur, a unos 21 kms. del anterior, y en un ambiente totalmente serrano, se encuentra el Pico Ocejón (Valverde de los Arroyos, Guadalajara), ya dentro de los límites de nuestro proyecto, que constituye, con sus 2.048 metros la cima más alta de la provincia. En la vertiente oriental de este monte cuarcítico, a media ladera y en un rellano junto al paraje denominado "fuente de la angostura" se ubican las representaciones de la Cueva, (Fig. 1, nº 2, y fig. 2.1) que constituyen el testimonio rupestre más elevado (1570 mts.) de los contemplados en este trabajo.

El principal núcleo rupestre de la zona se encuentra en la banda caliza anteriormente citada, concretamente entre las localidades de Valdepeñas de la Sierra (Cuevas de los Hombres y del Arroyo de la Vega) y Torrelaguna, situándose el yacimiento más meridional en El Vellón (Abrigo de Los Horcajos), con una gran concentración de yacimientos (Fig. 1, números 4 a 12, y fig. 2.2) en apenas 11 kms. lineales.

Por último, trataremos las estaciones de Valdesalices (Fig. 1, nº 13) (Guadalix de la Sierra, Madrid) y Los Aljibes (Fig. 1, nº 14) (Manzanares el Real, Madrid) (PRIEGO, C. 1991. pp. 87-125), ésta ya dentro de unos dominios geomorfológicos diferentes, en el marco del paisaje granítico del Sistema Central, que constituyen el testimonio artístico esquemático más meridional de los estudiados en este trabajo.

DESCRIPCION DE LOS YACIMIENTOS.

Como ya explicamos anteriormente, el abrigo del Portalón (Villacadima, Guadalajara) constituye el yacimiento artístico mas septentrional de los contemplados en este trabajo.

Dado a conocer por T. Ortego (1963. p. 91-104), y recientemente reestudiado por Gómez Barrera (1993. p. 6-13), la estación se localiza unos 2 kms. al oeste del pueblo de Villacadima, junto a la cabecera del río Sorbe (Fig. 1), aprovechando un gran abrigo calizo situado unos 1400 mts. por encima del nivel del mar (GOMEZ BARRERA, J. A. 1993. p. 10) y orientado a poniente. En la actualidad dicho abrigo sirve como aguarado de ganado, habiendo sido techado y, casi con total seguridad, desocupado de su más que posible yacimiento arqueológico.

La acción humana, unida a la fuerte actuación de la erosión en las paredes, plasmada en un descamamiento casi general de aquéllas, nos han legado tan sólo una visión fragmentaria de lo que en su día debió ser la decoración del abrigo. Este grado de deterioro, todavía en curso, como demuestra que entre nuestras visitas, tres en total y espaciadas por lapsos de tiempo no inferiores a los seis meses, la caída de lascas pintadas de la pared pueda documentarse con facilidad, no permite un análisis detallado de las representaciones presentes.

No obstante podemos señalar la existencia de varios antropomorfos de buen tamaño, sobre todo uno de ellos, acompañado de un grupo de barras, pintados en color rojo y en un estado bastante fragmentario. Junto a ellos podría existir un cuadrúpedo, ya señalado por Gómez Barrera (1993. p. 13), y diversos restos deteriorados de líneas cuya interpretación se nos escapa. Entre éstas, tanto Ortego (1963. pp. 433) como Gómez Barrera (1993. pp. 11) señalan la existencia de un conjunto de antropomorfos realistas de poco tamaño, sobre cuya adscripción iconográfica mantenemos serias dudas, habida cuenta de su escaso tamaño y la irregularidad manifiesta del soporte sobre el que se asientan.

En conjunto, poco más se puede señalar sobre el abrigo del Portalón, sino es que nos encontramos ante un conjunto rupestre de evidente importancia al que, tanto la acción antrópica como la larga exposición a la intemperie, han deteriorado de tal manera que su estudio no podrá resolver, casi con seguridad,

los problemas de asignación e interpretación de figuras que hoy se plantean.

El siguiente yacimiento contemplado sería La Cueva (Valverde de Los Arroyos, Guadalajara), situado 21 kms. al sur de la anterior, en la falda este del Pico Ocejón a 1570 mts. de altura sobre el nivel del mar (Fig. 2.1), concretamente en una oquedad cuarcítica orientada al este, en cuyo interior, y aprovechando su pared norte se localizan varios grupos de pinturas esquemáticas.

Como en el caso anterior, la cavidad ha sido utilizada hasta hace poco tiempo como recinto de guarda de ganado, aunque en este caso, la mayor resistencia del soporte que acoge a las pinturas ha preservado a éstas de los irreparables daños documentados en el Portalón de Villacadima. No obstante algunas de las representaciones han sido afectadas por la extracción de bloques de cuarcita, posiblemente destinados a construir el cierre de la cueva.

El conjunto rupestre que allí puede observarse en la actualidad consta de varios paneles pintados, todos ellos en rojo vivo, el más importante compuesto por una agrupación de antropomorfos (Fig. 3) formando dos hileras verticales. Las figuras poseen siempre sexo masculino, y en dos ocasiones están oculadas, a la par que en otras tantas se produce una curiosa composición, en la que entre los brazos y piernas de grandes antropomorfos se inscriben otros idénticos, pero más reducidos. Las únicas figuras que desentonan de la tónica general del panel sería un antropomorfo de brazos en asa cuadrática (Fig. 3) y una línea transversal que podría corresponder al cuerpo de un cuadrúpedo cuyo parte inferior se encuentra deteriorada.

El resto de los paneles de la cueva no difieren en absoluto de lo que acabamos de relatar, destacando sobremanera las representaciones humanas, que son prácticamente las únicas en aparecer.

El siguiente yacimiento a considerar sería el abrigo de las Quintillas, situado en la localidad de Muriel, junto a la margen derecha del río Sorbe. El abrigo fue dado a conocer por T. Ortego (1979), y en la actualidad se encuentra seriamente afectado por un pantano que embalsa al Sorbe en ese punto, y que fue construido en la pasada década. La existencia de la presa nos ha impedido localizar las pinturas descritas por T. Ortego, posiblemente por su efectiva desaparición a causa de la acción de las aguas, que se limitaban a una curiosa asociación de antropomorfos cruciformes, barras y puntuaciones, todo ello pintado en color rojo. Ante la situación planteada, nos limitamos a reseñar su existencia sin entrar en análisis más detallados que resultarían aventurados sin poder revisar las manifestaciones artísticas in situ.

Unos 20 kilómetros al sur de la estación de Las Quintillas se encuentra la cueva del Arroyo de la Vega, sita en la localidad alcarreña de Valdepeñas de la Sierra (Fig. 1. nº 4, y fig. 2.2), con ella entramos en el grupo de abrigos y cuevas decoradas situados en la barrera caliza que trascurre, paralela al cauce

del Jarama, desde Retiendas (Guadalajara) hasta Torrelaguna (Madrid) (Fig. 2.2).

La peculiar forma de ordenarse topográficamente en el espacio, su particular iconografía, y sus yacimientos arqueológicos asociados nos han llevado a considerar a estas estaciones como un grupo homogéneo, y como tal los describiremos, obviando el hecho de que las localizadas en la provincia de Madrid se salen de los límites geográficos del proyecto en que se inscribe este trabajo, y habida cuenta que tres de los yacimientos más importantes, la cueva del Arroyo de la Vega (Fig. 1, nº 4) (ALCOLEA, J., DE BUNES, F., GARCIA VALERO, M. A. y JIMENEZ, P. e. p.), la cueva de Las Avispas (Fig. 1, nº 7) (ALCOLEA, J., BAENA, J., GARCIA VALERO, M. A. y GOMEZ, J. 1992. pp. 19-22) y el Abrigo de Belén (Fig. 1. nº 10) (ALCOLEA, J., DE BUNES, F., GARCIA VALERO, M.A. Y MARQUEZ, B. e.p.) han sido tratadas de manera más detallada en otros trabajos realizados por varios de los firmantes de esta comunicación.

Los conjuntos rupestres presentes en esta zona son en total 9 (Fig. 2.2) agrupados en los términos municipales de Valdepeñas de la Sierra (Cuevas del Arroyo de la Vega y de Los Hombres) en Guadalajara, Patones (Covacho del Pontón de la Oliva, Cueva de Las Avispas, Abrigo del Pollo y Cueva del Aire), Torremocha del Jarama (Abrigo de Belén), Torrelaguna (Cueva del Derrumbe) y El Vellón (Abrigo de Los Horcajos) en la provincia de Madrid.

La mayoría de ellos poseen una serie de características prácticamente comunes; como son el aprovechamiento de pequeñas cavidades (cuevas o covachos en el caso del Arroyo de la Vega, Los Hombres, Pontón de la Oliva, Las Avispas y El Derrumbe, pequeños abrigos calizos en El Aire, El Pollo y Belén) situadas en su mayoría en la vertiente oeste de los barrancos que atraviesan la banda caliza entre las localidades de Valdepeñas de la Sierra y Torrelaguna (Fig. 2.2), exceptuando la Cueva de Los Hombres, la representación de la Cueva del Aire y el Abrigo de Los Horcajos, con orientación este y generalmente abriéndose en la boca de los cañones (Cueva del Arroyo de la Vega, Covacho del Pontón de la Oliva, Abrigo del Pollo, Abrigo de Belén).

A esta particular reiteración de las situaciones topográficas de los abrigos se unen otras características comunes, como la insistencia de la pintura roja en la realización de las manifestaciones artísticas, la repetición de modelos iconográficos, como los heliomorfos y ancoriformes de la Cueva del Arroyo de la Vega (Fig. 4) (ALCOLEA, J., DE BUNES, F., GARCIA VALERO, M. A. y JIMENEZ, P. e.p. Fig. 1) y del Abrigo de Belén (ALCOLEA, J., DE BUNES, F., GARCIA VALERO, M. A. Y MARQUEZ, B. e.p. Fig. 1), sobre cuyo significado tratamos más ampliamente en los artículos específicos de cada estación, el aprovechamiento de relieves naturales para inscribir las representaciones,

singularmente relevante en la cueva del Arroyo de la Vega (Fig. 4.), el Abrigo de Belén y la cueva de Las Avispas, y la asociación topográfica de yacimientos sepulcrales que contienen inhumaciones colectivas y materiales arqueológicos referibles al calcolítico y bronce local.

Esta última característica es particularmente significativa en las cuevas de Las Avispas (Fig. 1, nº 7) (Patones, Madrid) y del Derrumbe (Fig. 1, nº 11) (Torrelaguna, Madrid). En la primera de ellas, junto a un modesto conjunto rupestre, localizado en su entrada y compuesto por un conjunto de barras y puntos en rojo asociado a una hornacina natural de la roca (ALCOLEA, J., BAENA, J., GARCIA VALERO, M. A. Y GOMEZ, J. 1992. pp. 21, fig. 2), se localiza un gran yacimiento sepulcral datable en el Calcolítico-Bronce local (IDEM. pp. 22). En la segunda de ellas, la única representación conocida, un antropomorfo realizado en pintura roja, se asocia a restos humanos y materiales cerámicos similares a los de la cavidad antes citada.

Esta asociación es menos inmediata en otros casos, pero tanto la cueva del Arroyo de la Vega (ALCOLEA, J., DE BUNES, F., GARCIA VALERO, M. A. y JIMENEZ, P. e. p.), como el Covacho del Pontón de la Oliva poseen en sus inmediaciones cavidades similares a las anteriores que han proporcionado restos de inhumaciones colectivas en el curso de sus respectivas prospecciones.

En el plano meramente artístico, el conjunto de abrigos y cuevas decoradas no es excesivamente espectacular, con yacimientos, si exceptuamos el abrigo de Los Horcajos (Fig. 1, nº 12) (El Vellón, Madrid), cuyo número de representaciones no es ni muy numeroso ni muy variado, tanto tipológica como técnicamente.

En el primero de los aspectos cabe resaltar la insistencia en la representación de antropomorfos, presentes en la cueva del Arroyo de la Vega (Fig. 4.2), en la cueva de Los Hombres (Fig. 5), en el covacho del Pontón de la Oliva y en el abrigo de Belén, a la vez que son la única representación conocida en las cuevas del Derrumbe y en el exterior de la cueva del Aire. Junto a estos motivos destacan los peculiares heliomorfos de la cueva del Arroyo de la Vega (Fig. 4.1) y del Abrigo de Belén, de idéntica tipología aunque desigual tamaño, los ramiformes del Abrigo de Belén y del covacho del Pontón de la Oliva, y los conjuntos de puntos y barras presentes en la práctica totalidad de las estaciones contempladas.

La única estación de la zona que se aleja de estos parámetros sería el abrigo de Los Horcajos (El Vellón, Madrid) (Figs. 1, nº 12 y 6). Esta se encuentra aprovechando un abrigo de mayores dimensiones que los anteriores, unos 11 mts. de longitud total, que se abre en la vertiente sur de un cañón excavado en calizas situado unos 4 Kms. al oeste de la localidad madrileña de El Vellón.

Sobre las paredes del abrigo se localizan no menos de 30 figuras, todas de pequeño tamaño y pintadas en rojo, aunque en esta ocasión se produce el único caso de diferencia tonal acusada, que iría del rojo vinoso claro en la mayoría de las representaciones, hasta el rojo oscuro en un peculiar grupo de pequeñas figuras (cápridos y antropomorfos) situadas en la parte inferior de la pared este del abrigo (Fig. 6.2), sin que esta diferenciación parezca responder a un gran salto temporal en su realización, ni a la existencia de dos fases claramente aislables en la decoración del abrigo.

Entre las figuras se pueden observar varios grupos de antropomorfos de diversa tipología (Fig. 6), desde los simples hasta los ancoriformes, pasando por una peculiar asociación de figuras humanas con brazos en asa, dos de ellas con posibles tocados capitales (Fig. 6.1). Junto a la representación de la figura humana destacan las figuraciones zoomorfas (Fig. 6), al menos tres, un cánido y dos cabras, estas deterioradas y afrontadas, enmarcando una composición en la que también intervienen antropomorfos (Fig. 6.2). Junto a estos tipos encontramos infinidad de puntuaciones, barras, y, al menos, dos esquemas pectiniformes (Fig. 6).

La concentración de figuras, su composición, y las características topográficas del abrigo que las acoge, hacen de éste un caso especial en el marco del núcleo al que parece pertenecer. No obstante, su situación geográfica diferencial, al sur del ámbito de cañones antes descrito, podría explicar su originalidad, que le liga más a las estaciones del norte de Guadalajara, que como ésta parecen responder a un esquema menos especializado y, por tanto, más en consonancia con los yacimientos esquemáticos al uso.

Al mismo tiempo, y por su temática, podría relacionarse con el cercano abrigo de Valdesalices (Fig. 1, nº 13) (Guadalix de la Sierra, Madrid), del que tan sólo cabe resaltar que su única representación es un cuadrúpedo pintado en rojo.

Por último, y como ya señalamos, nos ocuparemos del Abrigo de Los Aljibes (Fig. 1, nº 14) (Manzanares el Real, Madrid), testimonio más meridional de los yacimientos aquí tratados. Conocido desde 1987 (PRIEGO, C. 1991. pp.88), se encuentra en pleno paraje de La Pedriza, aprovechando una oquedad formada por dos grandes batolitos de granito que delimitan un espacio interior de forma rectangular y orientación norte-sur, sobre cuyas paredes oeste y este se desarrollan los paneles pintados, que como en todos los casos anteriores lo están en color rojo.

La pared este es la que posee la mayor parte de las representaciones, en concreto 28 figuras antropomorfas (PRIEGO, C. 1991. pp. 92. fig. 3), algunas de ellas sexuadas, y todas muy homogéneas y con una disposición en hileras que nos hacen recordar sobremanera los antropomorfos de La Cueva (Valverde

de Los Arroyos, Guadalajara). Junto a estos antropomorfos se documentan 3 signos, dos subrectangulares y otro circular (IDEM. pp. 92).

La pared oeste tan sólo poseé restos de dos signos pintados (IDEM. pp. 92, fig. 4).

Con el abrigo de Los Aljibes llegamos al final de la descripción de los yacimientos rupestres esquemáticos conocidos en el sector nororiental de la vertiente sur del Sistema Central, sobre el carácter de este conjunto, y sobre su posible significación cronológica y cultural trataremos en el siguiente epígrafe.

CONSIDERACIONES GENERALES

La primera conclusión que puede extraerse de la anterior descripción es la existencia de un núcleo rupestre esquemático situado en la vertiente sur del sector nororiental del Sistema Central, núcleo desconocido hasta hace pocos años, toda vez que tan sólo poseíamos noticias de tres de las 14 estaciones que hoy lo forman; concretamente de los abrigos del Portalón y las Quintillas (ORTEGO, T. 1963. pp. 91-104. y 1979. pp.429-437) al norte de la provincia de Guadalajara, y, de éste más recientemente, del abrigo de los Aljibes (PRIEGO, C. 1991. pp. 87-125), situado en la Pedriza de Manzanares.

Este núcleo parece tener una serie de características comunes, cual son la exclusividad de la pintura roja, la elección de lugares de ubicación por encima de los 1000 mts. de altura, con algunos yacimientos francamente altos, como el caso del Portalón de Villacadima, a 1400 mts. (GOMEZ BARRERA, 1993. pp. 10) y La Cueva de Valverde de Los Arroyos, a 1570 mts. de altitud, y la insistencia en la realización de determinados temas, como es el de los antropomorfos.

Estas características no desentonan con gran parte de lo que conocemos del resto del Arte Esquemático peninsular, término, no obstante, bastante ambiguo, que parece responder a un cajón de sastre en el que agrupamos manifestaciones artísticas que coinciden en su ininteligibilidad (BALBIN, R. de. 1989. pp. 18 y ss.) y deben pertenecer a diversos momentos cronológicos. Siguiendo al mismo autor, y a la separación por él propuesta (IDEM. pp. 20-22), el núcleo del sur del Sistema Central entraría en el grupo Esquemático pintado, que es el que mejor se adapta al paradigma del Arte Esquemático.

Esta adscripción no debe sorprendernos, toda vez que en áreas geográficas aledañas conocemos grandes núcleos rupestres esquemáticos en los que la variedad pintada poseé una indudable importancia. Recientemente (GOMEZ BARRERA, 1993. pp. 12) se ha señalado la cercanía del Portalón de Villacadima al grupo pintado soriano de Ligos, y nosotros mismos (ALCOLEA, J. DE BUNES, F.

GARCIA VALERO, M. A. Y JIMENEZ. e.p.) hemos indicado las indudables coincidencias entre algunas estaciones de la vertiente sur del Sistema Central (Arroyo de la Vega, Abrigo de Belén) con yacimientos del grupo segoviano del Duratón (LUCAS, R. 1980), como La Nogaleta, Carrascal II, Los Angostillos, Solapa del Aguila y El Cabrón (IDEM. pp. 511-522). A estos ejemplos se podrían adjuntar el gran conjunto soriano de Valonsadero (ORTEGO, T. 1951. PP. 275-305) y algunos temas del grupo recientemente descubierto en Molina de Aragón (BALBIN, R. de, BUENO, P., JIMENEZ, P., ALCOLEA, J. et AL. 1990. pp. 18-21).

Todas estas evidencias nos demuestran la vigencia de las estaciones del sur del Sistema central en el seno de la pintura esquemática del centro de la Península, de la que forman parte, y con la que deben compartir sentido, y de manera más laxa, espectro cronológico.

A pesar de la uniformidad general que parece recubrir a todos los yacimientos contemplados en este estudio, podemos establecer una diferenciación entre el grupo situado en las calizas cretácicas que van desde Valdepeñas de la Sierra hasta Torrelaguna (Fig. 2.2) y el resto de las estaciones estudiadas.

En efecto, en este núcleo parecen darse unas condiciones de ubicación geográfica (localización en las entradas de las vertientes oeste de cañones calizos), especialización iconográfica (importancia de las representaciones solares y de determinadas esquematizaciones humanas-ancoriformes- equivalentes a motivos idoliformes) dentro del monocorde repertorio esquemático, y de asociación, tanto directa como indirecta, a cuevas de inhumación colectiva con materiales de aspecto calcolítico-bronce, que parecen individualizarle del resto de las estaciones conocidas. Sobre este hecho volveremos más tarde, pero parece tener una importancia capital cara a su situación en un marco de referencia cronocultural adecuado.

Hablando de este marco de referencia, sabido es lo dificultoso de fijar las representaciones esquemáticas en un espacio cultural definido. En otro lugar (ALCOLEA, J., DE BUNES, F., GARCIA VALERO, M. A. y JIMENEZ, P. e.p.) ya analizamos las raíces de este fenómeno artístico desde los comienzos del Neolítico peninsular hasta bien entrada la Edad del Bronce, comparándolas, como marcan los cauces actuales de la investigación (BALBIN, R. de, 1989. pp. 24) (CARRASCO, J. Y PASTOR, M. 1983. pp. 176), con las bases de poblamiento prehistórico de la zona, en este caso referida al ámbito de las calizas antes citadas. Así señalamos la existencia de un importante conjunto de yacimientos que recubrían un espectro cronológico que iría desde el Neolítico final hasta momentos campaniformes, conjunto que posibilitaba unos cauces de relación no desdeñables, proponiendo unas fechas neolítico-calcolíticas para el desarrollo del núcleo rupestre en aquella zona.

La cuestión es más espinosa en lo que concierne a las estaciones que no parecen poseer un contexto arqueológico definido, en concreto las del norte de la provincia de Guadalajara. Gomez Barrera (1993. pp. 10) señala unas fechas algo más tardías para el fenómeno documentado en el Portalón de Villacadima, que atribuye a grupos generalmente pastoriles que se desenvolverían por la zona a partir del III milenio y, fundamentalmente, durante el Bronce Antiguo. Por encima de la diferencia cronológica apreciada, irrelevante si entendemos lo débil de los argumentos arqueológicos cara a ajustar con absoluta certeza la cronología de los abrigos y cuevas decoradas, si parece razonable su afirmación sobre el carácter pastoril de los grupos humanos responsables.

En lo que al grupo del sur del Sistema Central concierne, la elevada altitud media de los yacimientos, por encima de los 1000 mts, que a veces están ligados a paisajes muy propios para la explotación ganadera, como en el caso de La Cueva (Valverde de Los Arroyos) situada en una zona de pastos de altura (1570 mts. de altitud), el mismo de Villacadima, y el del Abrigo de Los Aljibes (Manzanares el Real), rodeado por un paisaje granítico adhesionado de altura (1000 mts. de altitud), parece confirmar esta hipótesis, al menos en lo que respecta a una parte fundamental del modo de vida de estas gentes.

Así pues parece establecida la posibilidad de una cronología amplia, que cubriría sobre todo el Calcolítico y los primeros momentos del Bronce local, con unas raíces neolíticas no desdeñables, toda vez que en la zona, como ya señalamos, poseemos los únicos testimonios de ocupación neolítica de la provincia de Madrid, en concreto las cuevas del Aire (Patones, Madrid) (FDEZ.-POSEE, M. D. 1980) y de La Higuera (Patones, Madrid) (BARRIOS, J. e.p.).

A parte de estas consideraciones generales, existen, como ya anticipamos anteriormente, más posibilidades de análisis para una serie de yacimientos concretos, asociados a conjuntos sepulcrales de características calcolíticas, en concreto la cueva del Arroyo de la Vega, la cueva de Las Avispas, o el abrigo de Belén. La iconografía presente en estos yacimientos (esquemalizaciones solares, etc.), unida a su antes comentada situación topográfica, nos ha permitido relacionarlos directamente con el fenómeno artístico megalítico (ALCOLEA, J., DE BUNES, F., GARCIA VALERO, M. A. y JIMENEZ. e.p.), concebido por algunos autores (BUENO, P. y BALBIN, R. de, 1990. pp. 560-561) como una selección gráfica extraída del corpus general del Arte Esquemático, y vigente cuando menos desde el IV milenio a.C.

Al mismo tiempo, la consideración de la inhumación colectiva en cuevas como un fenómeno paramegalítico presente en la vertiente norte del Sistema Central (DELIBES, G. et Al. 1985. pp. 33), y de implatación paralela al primer megalitismo meseteño (IDEM. pp. 35), parecen hacer viable la presencia de un grupo similar al sur de dicha cadena montañosa, con la particularidad añadida

de incorporar decoraciones rupestres. Esto supondría la existencia de auténticas necrópolis naturales de inhumación colectiva, en forma de cañones calizos muy bien individualizables, en la que la ordenación topográfica de los enterramientos y las decoraciones rupestres parecen obedecer a reglas bastante estereotipadas, y en las que aquéllas poseén un valor funerario más que probable.

Las posibilidades de datación de estos yacimientos "especiales" son más ajustadas, toda vez que pueden ponerse en relación genética con el mundo artístico megalítico, extendido desde el IV al II milenio a. c. La presencia de materiales indudablemente calcolíticos en los yacimientos sepulcrales cercanos parece, no obstante, proponer una fecha dentro del III milenio para el arranque del fenómeno en la zona.

CONCLUSION

Como resumen final, podría hablarse de la existencia de un importante grupo artístico esquemático en la vertiente sur del Sistema Central. Grupo que, en el estado actual de nuestros conocimientos, consta de al menos 14 yacimientos rupestres, yacimientos que comparten bastantes rasgos comunes, como la exclusividad de la pintura, roja en todos los casos, la repetición estereotipada de temas antropomorfos, y, en el plano geográfico, su frecuente ubicación en alturas rallanas los 1000 mts. por encima del nivel del mar.

Se trataría por tanto de un fenómeno serrano, ligado posiblemente a comunidades fundamentalmente ganaderas, sin excluir otras actividades complementarias, que debieron poblar la zona a partir del Neolítico final, manteniendo sus tradiciones culturales apenas sin variación hasta momentos más o menos avanzados de la la Edad del Bronce.

Durante este considerable lapso temporal debemos situar la realización de las pinturas sobre las que trata este trabajo, si bien se puede establecer casi con certeza la tradición megalítica de algunas de las estaciones, que forman parte de un peculiar sistema de enterramientos paramegalíticos en la zona caliza de Valdepeñas de la Sierra-Torrelaguna, en el límite mismo de las provincias de Madrid y Guadalajara. Estas, a la luz de los materiales de las cuevas de enterramiento parecen centrarse en el momento de mayor auge del megalitismo meseteño, dentro del Calcolítico local y con fechas propias del III milenio a.C.

Alcalá de Henares-Madrid. 25 de Agosto de 1993.

BIBLIOGRAFIA

- ALCOLEA, J., BAENA, J., GARCIA VALERO, M. A. y GOMEZ, J. (1992). "La cueva de las Avispas. Un yacimiento con arte rupestre en la provincia de Madrid." *B.A.E.A.A.* Nº 32. Enero-Diciembre 1992. Madrid. pp. 19-22.
- ALCOLEA, J., DE BUNES, F., GARCIA VALERO, M. A. y JIMENEZ, P. (e.p.). "Las pinturas rupestres esquemáticas del Arroyo de la Vega (Valdepeñas de la Sierra)". *Rev. Wad-al-Hayara*. Guadalajara.
- ALCOLEA, J., DE BUNES, F., GARCIA VALERO, M. A. y MARQUEZ, B. (e.p.). "Las pinturas rupestres esquemáticas del Abrigo Belén (Torremocha del Campo, Madrid)". *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Universidad Autónoma de Madrid. Madrid.
- BALBIN, R. de. (1989). "El Arte Megalítico y Esquemático del Cantábrico". En *Cien años después de Sautuola*. Dip. Regional de Cantabria. Santander. pp. 16-97.
- BALBIN, R. de, BUENO, P., JIMENEZ, P., ALCOLEA, J. et Al. (1990). "Arte rupestre levantino en Guadalajara. El abrigo del Llano. Rillo de Gallo, Molina de Aragón". *Rev. de Arqueología*, Feb. Madrid. pp. 16-24.
- BARRIO, J. (e.p.). "El yacimiento neolítico del covacho de La Higuera (Patones, Madrid)".
- BUENO, P. Y BALBIN, R. de. (1992). "Art mégalithique dans la Peninsule Iberique: Une vue d'ensemble". *Rev. de L'Anthropologie*. T. 96, nº 2-3. Paris. pp. 499-572.
- CABRE, J. (1915). *El arte rupestre en España*. Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, 1, Madrid.
- (1941). *Pinturas y grabados rupestres, esquemáticos, de las provincias de Segovia y Soria*. *Archivo Español de Arqueología*. XLIII. pp. 316-344.
- CARRASCO, J. y PASTOR, M. (1983). "Aproximación al fenómeno esquemático en la cuenca alta del Guadalquivir". *Zephyrus* XXXVI. Salamanca. pp. 167-177.
- DELIBES, G. et Al. (1985). *Historia de Castilla y León: I, La Prehistoria del Valle del Duero*. Valladolid. Ambito.
- FDEZ-POSEE, M. D. (1980). "Los materiales de la cueva del Aire de Patones (Madrid)". *Noticiario Arqueológico Hispano*, nº 10. Madrid. pp. 39-64.
- GOMEZ BARRERA, J. A. (1993). "Las pinturas rupestres de Villacadima. Guadalajara". *Rev. de Arqueología*, nº 146. Junio. Madrid. pp. 6-13.
- LUCAS, R. (1980). "Aproximación al conocimiento de las estaciones rupestres y de la pintura esquemática en el barranco del Duratón (Segovia)". *Altamira Symposium*. Madrid-Santander. pp. 505-526.
- ORTEGO, T. (1951). "Las estaciones de arte rupestre en el monte Valonsadero de Soria". *Celtiberia*, nº 2. Soria. pp. 275-305.
- (1963). "Las pinturas rupestres del Portalón, en el término de Villacadima (Guadalajara)". *Ampurias*, XXV. pp. 91-104.
- (1979). "Un nuevo conjunto de pinturas rupestres en el término de Muriel (Guadalajara)". *Actas del XV C.N.A.*, Zaragoza. pp. 429-438.
- PORTERO, J. M. et Al. (1991). *Mapa Geológico de España. 1:50.000*. Nº 485. Valdepeñas de la Sierra. Inst. Técnico y Geominero de España. Madrid.
- PRIEGO, C. (1991). "Pinturas rupestres del abrigo de Los Aljibes en la Pedriza de Manzanares". *Estudios de Prehistoria y Arqueología Madrileñas*. nº 7. Madrid. pp. 87-125.

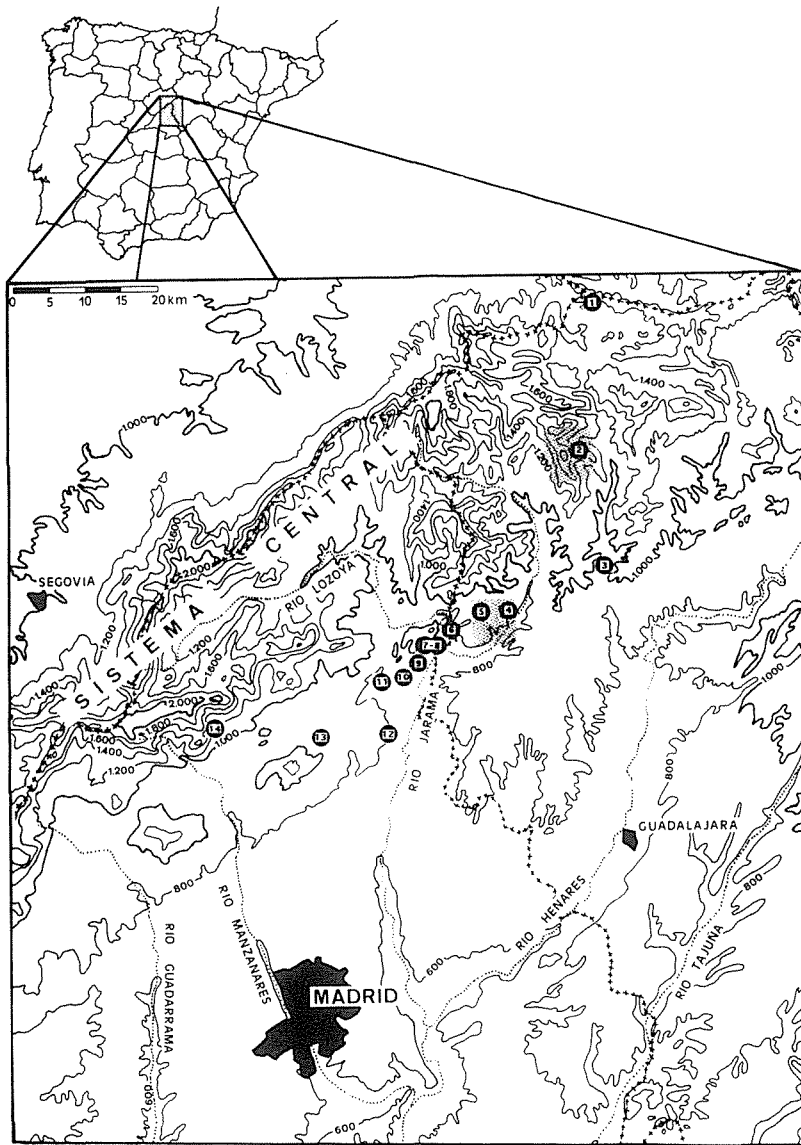


Fig. 1 — Localización de yacimientos con arte rupestre esquemático en la zona Suroriental del Sistema Central: 1- Abrigo de El Portalón (Villacadima, Guadalajara), 2 - La Cueva (Valverde de los Arroyos, Guadalajara), 3 - Abrigo de las Quintillas (Muriel, Guadalajara), 4 - Cueva del Arroyo de la Vega (Valdepeñas de la Sierra, Guadalajara), 5 - Cueva de los Hombres (Valdepeñas de la Sierra, Guadalajara), 6 - Covacho del Pontón de la Oliva (Patones, Madrid), 7 - Cueva de las Avispas (Patones, Madrid), 8 - Abrigo del Pollo (Patones, Madrid), 9 - Cueva del Aire (Patones, Madrid), 10 - Abrigo de Belén (Torremocha, Madrid), 11- Cueva del Derrumbe (Torrelaguna, Madrid), 12 - Abrigo de los Horcajos (El Vellón, Madrid), 13 - Abrigo de Valdesalices (Guadalix de la Sierra, Madrid), 14 - Abrigo de Manzanares (Manzanares El Real, Madrid).

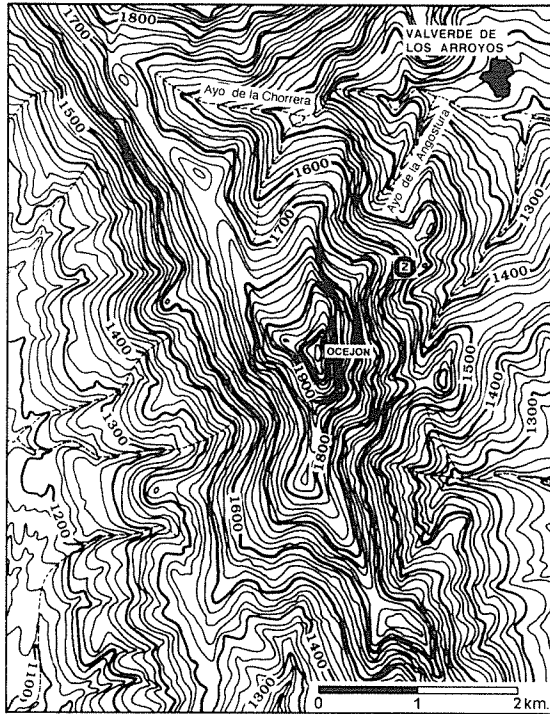


Fig. 2.1 — Localización de la Cueva (2) (Valverde de los Arroyos, Guadalajara).

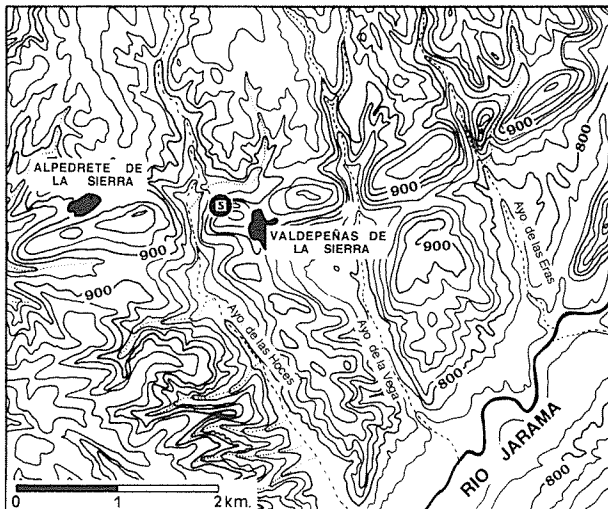
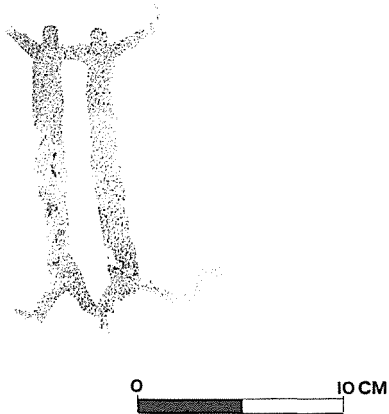


Fig. 2.2 — Localización de la Cueva del Arroyo (4) y la Cueva de los Hombres (5) (Valdepeñas de la Sierra, Guadalajara).

Est. III



3



4

Figs. 3 — Panel principal de **La Cueva** (Valverde de Los Arroyos, Guadalajara), y
4. Antropomorfos de la cueva de **Los Hombres**
(Valdepeñas de la Sierra, Guadalajara).



Fig. 5 — Representaciones de la cueva del Arroyo de la Vega (Valdepeñas de la Sierra, Guadalajara). 1. Panel I. 2. Panel II.

Est. V



Fig. 6 — Representaciones del abrigo de Los Horcajos (El Vellón, Madrid).
1. Panel I. 2 Panel II.

CRONOLOGIA ABSOLUTA PARA O CALCOLÍTICO DA ESTREMADURA E DO SUL DE PORTUGAL

por

António M. Monge Soares * e João M. Peixoto Cabral **

Resumo: Apresenta-se o conjunto de datas de radiocarbono conhecidas para contextos calcolíticos da Estremadura e Sul de Portugal. Uma vez calibradas, fazendo uso de métodos estatísticos apropriados, determinam-se, para diversos intervalos de confiança, as balizas cronológicas para o Calcolítico bem como para os diferentes horizontes (ou fases) em que este período tem sido subdividido. Identificam-se sincronismos e diacronismos entre a Estremadura e o Sul e levantam-se interrogações acerca de paralelismos e cronologias até agora admitidos como válidos.

Palavras-chave: Datas C-14. Estatística. Calcolítico.

1. INTRODUÇÃO

Os métodos de datação absoluta constituem uma ferramenta indispensável para o pré-historiador quando pretende estabelecer a cronologia dos sistemas socioculturais e das transformações por eles sofridas e que se inferem a partir das evidências arqueológicas. Para a Pré-História Recente, a datação pelo radiocarbono tem sido, e deverá continuar a ser, o método mais utilizado, na medida em que é aplicável a materiais vulgares no registo arqueológico e tem um limite de idade de cerca de 50000 anos. Entre nós, este método e, em muito menor grau, a datação pela termoluminescência, têm sido os únicos métodos de datação absoluta de que se tem feito uso.

As datas obtidas pela termoluminescência são datas de calendário solar. O mesmo não acontece com as datas determinadas pelo método de datação pelo radiocarbono. Anos de radiocarbono e anos de calendário solar são entidades diferentes e, por conseguinte, não permutáveis entre si. Na verdade, um dos postulados básicos deste método de datação, aquele que afirma

* Laboratório de Isótopos Ambientais. Departamento de Química, ICEN(INETI), 2685 Sacavém.

** Direcção actual: Instituto José de Figueiredo, Rua das Janelas Verdes, 1200 Lisboa.

que o teor de radiocarbono na atmosfera se tem mantido constante ao longo do tempo, não é correcto. O teor de radiocarbono na atmosfera tem variado, devido a uma série de factores nomeadamente variações da quantidade de radiação cósmica que atinge a Terra, variações da actividade solar e do campo geomagnético terrestre e devido, também, à variabilidade das dimensões dos reservatórios geoquímicos do carbono e das taxas de transferência entre eles. Por outro lado, as datas convencionais de radiocarbono são calculadas usando o valor do período de Libby (5568 ± 30 anos) e não o verdadeiro valor do período (5730 ± 40 anos). Daí que subtrair 1950 à data convencional de radiocarbono e apresentar e discutir os resultados assim simplesmente obtidos se afigure sem qualquer significado e totalmente erróneo. O caminho correcto é o de converter as datas convencionais em datas de calendário solar, através das denominadas curvas de calibração.

Em 1986 foram publicadas curvas de calibração de alta precisão, sendo algumas delas universalmente aceites e recomendado o seu uso pelas Conferências Internacionais sobre o Radiocarbono [1,2]. Também desde os finais da década de 80, diversos programas de computador têm sido desenvolvidos por alguns laboratórios de radiocarbono, os quais permitem, de uma maneira expedita, a calibração das datas convencionais, a sua representação gráfica, a visualização da distribuição de probabilidade que lhes está associada e, mesmo, a combinação de várias datas [3,4,5]. Neste trabalho sobre o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal far-se-á uso de dois desses programas.

O conjunto de datas que irá ser analisado foi obtido em diversos Laboratórios, que utilizam técnicas distintas. Ultimamente tem sido aflorado, em algumas publicações portuguesas de Arqueologia, o problema da interpretação de datas obtidas em diferentes laboratórios para o mesmo contexto e, com mais acuidade, para a “mesma amostra”. É do conhecimento geral que existe alguma variabilidade, por vezes acentuada, que se pode traduzir em erros sistemáticos da ordem de uma centena ou mesmo de duas centenas de anos, entre resultados de laboratórios diferentes. Para quantificar e, se possível, eliminar esses erros sistemáticos têm sido realizados vários estudos de intercomparação laboratorial [6]. Em trabalho anterior [7] foram comentados os resultados obtidos pelo último estudo deste tipo, o mais completo até agora realizado, e que foi levado a cabo em 1989/90 pela Agência Internacional de Energia Atómica. Felizmente, desse estudo pode concluir-se que os laboratórios que têm produzido as datas que irão ser analisadas são laboratórios que apresentam resultados nos quais se pode depositar confiança e, por conseguinte, a comparação entre essas datas não necessita da aplicação de qualquer factor correctivo.

2. AS DATAS ABSOLUTAS PARA O CALCOLÍTICO

Para facilitar a exposição e também tendo em conta a diversidade da cultura material conhecida através dos registos arqueológicos optou-se por dividir o conjunto de datas por dois sub-conjuntos: o primeiro referente ao Sul de Portugal e o segundo à Estremadura Portuguesa, mais especificamente às bacias terminais do Tejo e do Sado. Foram apenas consideradas as datas já publicadas e que não tenham sido julgadas anómalas pelos autores que as publicaram. No seu tratamento utilizou-se a última versão do programa CALIB, desenvolvido por Stuiver e Reimer [8], ou um outro programa, também denominado CALIB, desenvolvido por Pazdur e colaboradores [9,10], o qual permite, tal como o anterior, a representação gráfica da distribuição de probabilidade da data calibrada para diversos intervalos de confiança, mas que realiza, além disso, a combinação de datas calibradas e a representação gráfica de quantis (quartil superior, quartil inferior e mediana, por ex.) e de intervalos interquantis.

A atribuição de contextos ao Calcolítico, às suas diferentes fases ou “horizontes”, embora possa ser polémica por vezes, segue a que é realizada pelos investigadores que publicaram as datas. Por outro lado, apresentam-se algumas datas de contextos anteriores e posteriores ao período em causa com o fim de melhor situar as balizas cronológicas da evolução cultural ocorrida.

2.1. Sul de Portugal

No Quadro I apresenta-se uma listagem das datas absolutas publicadas para a região sul do país. As datas convencionais de radiocarbono foram calibradas utilizando o programa CALIB de Stuiver e Reimer.

Para uma melhor visualização deste conjunto de datas foi construída a Fig.1. Nesta, as datas calibradas, obtidas agora através do segundo programa CALIB referido, estão representadas como intervalos de confiança de 95%, ao mesmo tempo que se representa também, a traço mais cheio, o intervalo entre os quartis superior e inferior, correspondente ao intervalo de confiança de 50%, e se indica a posição da mediana (x). As datas obtidas pela termoluminescência estão representadas pelos intervalos de confiança de 68% (traço cheio) e de 95% (ponteados), indicando-se também a posição da mediana (x).

Do Quadro I e da Fig.1 algumas conclusões se podem retirar. O Neolítico, especialmente o Neolítico Final, continua a carecer de um número significativo de datas, o que faz com que uma cronologia absoluta fina e fiável para este período continue longe de ser estabelecida. Com uma amostra de cerâmica do Castelo do Giraldo, atribuível a um contexto do Neolítico Final, foi obtida pela

termoluminescência uma data compatível com as obtidas pelo radiocarbono para outros povoados alentejanos atribuíveis já ao Calcolítico, mas que devido ao seu elevado desvio padrão em pouco contribui para estabelecer uma baliza cronológica que separe o Neolítico do Calcolítico nesta região. Para a transição Calcolítico - Idade do Bronze a situação é semelhante devido ao pequeno número de datas existentes para o denominado Bronze do Sudoeste. No entanto, se se conjugarem as datas obtidas para a necrópole do Bronze Pleno da Herdade do Pomar, com a que foi determinada para a Estrutura 1 do Monte Novo dos Albardeiros, que poderá ser atribuível ainda ao Calcolítico ou já ao Bronze Antigo (ver Ref. [20]), então a transição do Calcolítico para a Idade do Bronze poderá talvez colocar-se nos finais do III Milénio A.C.. A data determinada para a *Tholos* de A dos Tassos, embora com um elevado desvio padrão, parece ser demasiado recente para o contexto que o monumento representa.

O programa CALIB de Pazdur e colaboradores permite determinar, a partir de uma análise estatística de um conjunto de datas, a duração de uma cultura (ou fase dessa cultura) para vários intervalos de confiança. O intervalo de confiança de 50% representa o “floruit” de uma determinada cultura. O “floruit” é um conceito introduzido por Barbara Ottaway [24] e que se pode definir como o período de tempo que corresponde ao intervalo central no qual foram produzidos 50% de todos os artefactos datáveis dessa cultura. Por outras palavras, corresponde ao seu período de florescimento. O grau de sobreposição de intervalos interquartis permite ajuizar da contemporaneidade e, por conseguinte, da possibilidade de transmissão cultural entre as várias culturas ou fases culturais em análise .

Fazendo uso das 37 datas determinadas a partir de amostras provenientes de contextos habitacionais do Calcolítico do Sul do país (representadas entre as duas linhas a ponteadas na Fig. 1) obteve-se, com o referido programa de Pazdur e colaboradores, a distribuição de probabilidade representada na Fig. 3.1. Daí se conclui que o “floruit” do Calcolítico no Sul de Portugal terá ocorrido entre 3039 e 2610 cal AC. Se se quiser trabalhar com intervalos de confiança de 95%, então o Calcolítico do Sul terá ocorrido entre 3362 e 2156 cal AC.

2.2. Bacias terminais do Sado e do Tejo

No Quadro II e na Fig. 2 apresentam-se as datas absolutas para as bacias terminais do Sado e do Tejo, região que engloba as penínsulas de Setúbal e de Lisboa. Os programas de tratamento de dados e as convenções usadas foram os mesmos utilizados na alínea anterior. Para esta região conhecem-se já algumas datas para o Neolítico Final que permitem colocar esta fase na segunda metade

do IV Milénio A.C., embora o seu número não seja ainda significativo para permitir estabelecer limites mais precisos. Para o Bronze Pleno foi determinada recentemente uma data (para o Catujal), que coloca o contexto datado nos inícios do II Milénio.

Conforme se pode observar facilmente pela Fig. 2, a maior parte das datas atribuíveis a contextos do Calcolítico “caem” dentro do III Milénio A.C.. As datas obtidas para o povoado da Penha Verde e para o monumento da Praia das Maçãs, pesem embora os desvios padrão associados, não parecem corresponder aos contextos que se pretendia datar. Se se combinarem estatisticamente as datas do Calcolítico (32 datas), tal como se fez na alínea anterior, obtem-se a representação da Fig. 3.2. Verifica-se que o intervalo de confiança de 50% corresponde ao intervalo 2856-2521 cal AC e o de 95% ao intervalo 3247-1996 cal AC.

2.3. Periodização do Calcolítico

Segundo alguns arqueólogos deverão ser consideradas três fases principais no processo de evolução do Calcolítico, quer no Sul quer na Estremadura Portuguesa [34]. A fase inicial caracteriza-se, em ambas as regiões, pela raridade ou mesmo ausência de vestígios metalúrgicos. No Sul, a utilização de formas cerâmicas típicas do Neolítico Final (a taça carenada, por ex.) encontra-se em declínio, enquanto novas formas, como os pratos de bordo espessado e os crescentes em cerâmica, são já abundantes. Na Estremadura esta fase caracteriza-se pela cerâmica canelada. A fase seguinte, do Calcolítico Pleno, traduz-se, no Sul, por uma presença significativa do prato de bordo espessado e por uma ausência da taça carenada e de outros materiais de tradição neolítica. Surgem vestígios da prática da metalurgia do cobre (artefactos metálicos, pingos de fundição e cadinhos). Na Estremadura, o Calcolítico Pleno caracteriza-se também pelo aparecimento de vestígios da metalurgia do cobre e pela cerâmica decorada tipo folha de acácia. Por fim, uma terceira fase, campaniforme, em ambas as regiões.

Esta caracterização, algo simplista, do faseamento do Calcolítico, e mesmo este faseamento, tem sido posto em causa por outros investigadores. Victor Gonçalves [35] questiona, a partir das escavações por si efectuadas nos povoados da Sala nº.1 e da Torre do Esporão, a validade da taça carenada como “fóssil director” de uma fase “antiga” dentro do Calcolítico e José Morais Arnaud [17], no povoado de Porto Torrão, encontrou este tipo de cerâmica quer nos níveis pré-campaniformes quer nos campaniformes. Por outro lado, “na estratigrafia do Zambujal os “copos” (canelados) aparecem nas fases mais an-

tigas, rareando após a fase 3 e sendo aparentemente substituídos pelos vasos campaniformes que dominam na fase 4, enquanto a cerâmica com decoração em “folha-de-acácia” está representada em todas as fases do povoado” [14]. Parece, pois, que pelo menos alguns dos principais “fósseis directores” utilizados no faseamento ou na caracterização das duas primeiras fases do Calcolítico são controversos.

As datas absolutas disponíveis poderão, porventura, ajudar a clarificar o problema. Segundo Tavares da Silva e Joaquina Soares, a fase I do Monte da Tumba é representativa da fase inicial do Calcolítico do Sul (ver Ref. [34]). Para esta fase estão disponíveis oito datas que se escalonam entre 4550 ± 150 BP (UGRA-236) e 4180 ± 30 BP (ICEN-117). Para o povoado da Sala nº.1, que também pertenceria à fase inicial do Calcolítico, existem 4 datas com valores entre 4490 ± 100 BP (ICEN-444) e 4140 ± 110 BP (ICEN-448), compatíveis com os anteriores. No entanto, para S. Brás 1 as duas datas determinadas para um nível do Calcolítico Pleno têm valores que se sobrepõem aos mais elevados obtidos para os dois povoados anteriores. O mesmo se dirá das datas UGRA-131 e UGRA-90 obtidas para o Cerro do Castelo de Santa Justa. E que dizer das datas obtidas para o povoado de Porto Torrão? Note-se que as datas determinadas para o estrato campaniforme são estatisticamente idênticas a várias das obtidas para contextos de outros povoados considerados como do Calcolítico Inicial. Assim, o conjunto de datas conhecido para o Calcolítico do Sul põe em questão não só a utilização dos artefactos referidos como “fósseis directores” para o estabelecer do faseamento proposto, mas também o próprio faseamento. Parecem, antes, indicar que populações contemporâneas, em regiões contíguas, ou próximas, talvez por motivos sociais e/ou económicos, fazem ou não uso nos locais de *habitat* das inovações tecnológicas e da cultura material a que tinham acesso. A ser assim, o Calcolítico Inicial e o Calcolítico Pleno seriam duas fases com limites cronológicos arbitrários, a que não corresponderiam particulares atributos culturais que os distinguíssem. Seria, então, talvez preferível dividir a evolução cultural correspondente ao Calcolítico em apenas dois períodos: um ante-campaniforme e outro campaniforme.

No referente à última fase do Calcolítico do Sul, o único contexto datado foi o de Porto Torrão, único povoado desta região onde, até agora, a cerâmica campaniforme foi encontrada em grande abundância, ao contrário do que tem acontecido em outros povoados já estudados (ver Ref. [17]). As datas obtidas estão de acordo com uma cronologia antiga para este campaniforme, uma vez que muita da cerâmica detectada em Porto Torrão se integra no estilo “marítimo” ou “internacional”.

No referente às penínsulas de Setúbal e Lisboa, segundo João Cardoso (ver Ref. [27]) a estação de Leceia constitui um bom exemplo do faseamento

referido para o Calcolítico da Estremadura. Entre outros, o povoado do Alto do Dafundo, com um único estrato atribuível ao Calcolítico Inicial (com copos canelados e sem folha de acácia), tem contribuído para validar o modelo de evolução do Calcolítico nesta região. Para este povoado obteve-se apenas uma data - ICEN-446 4300±60 BP - a qual é compatível com as determinadas para a camada 3 e para a muralha de Olelas e com as correspondentes ao Neolítico Final de Leceia. Para o Calcolítico Inicial deste povoado existem quatro datas e apenas uma (ICEN-674) é estatisticamente idêntica às atrás referidas. As restantes integram-se no grupo das que têm sido determinadas para o Calcolítico Pleno, o que coloca a questão de saber se a situação na Estremadura não será semelhante à que ocorre no Sul (note-se também o problema, atrás mencionado, do Zambujal) ou se aquelas três datas não serão aceitáveis. Note-se, também, que ICEN-314 3770±130 e ICEN-315 3730±170 datam amostras provenientes de contextos ante-campaniformes de Leceia, quando no Zambujal a cerâmica campaniforme surge num estrato da fase 3b datado de 3995±35 BP (GrN-7004) e noutros estratos posteriores datados de 4025±95 BP (GrN-6669, fase 4b), 3950±65 BP (GrN-7007C, fase 4b) e 3625±65 BP (GrN-6668, fase 4c) [36]. Também o aparecimento do campaniforme no povoado da Serra das Baútas, datado pela termoluminescência em 2650±260 A.C. (OxTL169d(i)), terá sido mais ou menos simultâneo com o do Zambujal.

3. COMENTÁRIOS FINAIS

Do que atrás foi referido terá ficado patente a escassez de datações absolutas, quer para o Neolítico Final, quer principalmente para a Idade do Bronze. Daí que a transição do Calcolítico para esta última seja de cronologia praticamente desconhecida, até por falta de conhecimento e estudo de contextos arqueológicos atribuíveis, com segurança, a esse período. Para o Calcolítico, nas duas regiões em apreço, existe já um número razoável de datas de radiocarbono, o que permite afirmar que a sua cronologia corresponde à maior parte do III Milénio A.C., englobando também, no caso da região Sul, os finais do IV Milénio. O tratamento estatístico efectuado aponta para que o florescimento do Calcolítico ocorra primeiro no Sul do que nas bacias terminais do Sado e do Tejo, o que não será talvez de admirar se se tiver em conta que é no Sul que existem as ocorrências mineiras (cobre) objecto de exploração nesse período.

Se o número de datas para o Calcolítico é já de certo modo significativo, não o é o número de estações ou contextos arqueológicos datados. Daí que as populações objecto de análise estatística possam estar algo enviesadas e as diferenças encontradas entre os limites cronológicos para o Calcolítico no Sul

e na Estremadura possam não corresponder à realidade. Também uma periodização para o Calcolítico se torna difícil de realizar em bases seguras, devido ao pequeno número de contextos datados. Aliás, os dados disponíveis, tal como foi referido, põem em dúvida a validade dos “fósseis directores” que têm sido utilizados para caracterizar o Calcolítico Inicial e Pleno e colocam mesmo a questão se terá razão de ser essa divisão. Os contextos datados do Calcolítico Campaniforme são também escassos o que torna impossível atribuir limites cronológicos precisos a este período e muito menos aos vários estilos de cerâmica campaniforme identificados no registo arqueológico.

4. REFERÊNCIAS

- [1] STUIVER, M.; KRA, R.S.(eds.), 1986 - «Proceedings of the 12th International ¹⁴C Conference. Calibration Issue.» *Radiocarbon*, 28 (2B), pp. 805-1030.
- [2] STUIVER, M., LONG, A.; KRA, R.S.(eds.), 1993 - «Calibration 1993.» *Radiocarbon*, 35(1), 244p.
- [3] AITCHISON, T.C.; LEESE, M.; MICHCZYNSKA, D.J.; MOOK, W.G.; OTLET, R.L.; OTTAWAY, B.S.; PAZDUR, M.F.; PLICHT, J.; REIMER, P.J.; ROBINSON, S.W.; SCOTT, E.M.; STUIVER, M.; WENINGER, B., 1989 - «A comparison of methods used for the calibration of radiocarbon dates.» *Radiocarbon*, 31 (3), pp. 846-862.
- [4] STUIVER, M.; REIMER, P.J., 1993 - «Extended ¹⁴C Data Base and Revised CALIB 3.0 ¹⁴C Age Calibration Program.» *Radiocarbon*, 35(1), pp. 215-230.
- [5] PLICHT, J., 1993 - «The Groningen Radiocarbon Calibration Program.» *Radiocarbon*, 35(1), pp. 231-237.
- [6] ROZANSKI, K., 1991 - «International Atomic Energy Agency Consultants' Group Meeting on C-14 Reference Materials for Radiocarbon Laboratories - Report.» A.I.E.A., Vienna.
- [7] SOARES, A.M.M., 1993 - «Datações Absolutas para os IV e III Milénios A.C.: Uma Análise Crítica.» *Transformação e Mudança*, 1º. Simpósio (Cascais, Abril 1993), UNIARQ (em publicação).
- [8] STUIVER, M.; REIMER, P.J., 1993 - «CALIB User's Guide Rev. 3.0.3.» Quaternary Isotope Laboratory, University of Washington.
- [9] PAZDUR, M.F.; MICHCZYNSKA, D.J., 1989 - «Improvement of the procedure for probabilistic calibration of radiocarbon dates.» *Radiocarbon*, 31 (3), pp.824-832.
- [10] MICHCZYNSKA, D.J.; PAZDUR, M.F.; WALANUS, A., 1990 - «Bayesian Approach to Probabilistic Calibration of Radiocarbon Ages.» *Proceedings of the Second International Symposium ¹⁴C and Archaeology*, PACT 29, Strasbourg, pp. 69-79.
- [11] WHITTLE, E.H., ARNAUD, J.M., 1975 - «Thermoluminescent Dating of Neolithic and Chalcolithic Pottery from Sites in Central Portugal.» *Archaeometry*, 17 (1), pp. 5-24.
- [12] GONÇALVES, V.S., 1989 - «Manifestação do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular: 1. Deusa (s) - Mãe, placas de xisto e cronologias, uma nota preambular.» *Almonsor*, 7, pp. 289-302.

- [13] GONÇALVES, V.S., 1990 - «O povoado pré-histórico da Sala nº 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a Campanha I (88).» *Portugália*, Nova Série, VIII, pp. 7-16.
- [14] PARREIRA, R., 1990 - «Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal.» *Estudos Orientais*, 1, pp. 27-43.
- [15] SOARES, A.M.M.; CABRAL, J.M.P., 1987 - «O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Tumba. VI. Cronologia Absoluta.» *Setúbal Arqueológica*, VIII, pp. 155-165.
- [16] GONÇALVES, V.S., 1989 - «Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental.» Vol. I, UNIARQ/INIC, Lisboa.
- [17] ARNAUD, J.M., 1993 - «O Povoado Calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): Síntese das Investigações Realizadas.» *Vipasca*, 2, pp. 41-60.
- [18] GOMES, M.V., 1991 - «Corniformes e figuras associadas de dois santuários rupestres do Sul de Portugal. Cronologia e interpretação.» *Almansor*, 9, pp. 17-74.
- [19] SILVA, C.T.; SOARES, J., 1993 - «O Calcolítico alentejano.» *Transformação e Mudança*, 1º. Simpósio (Cascais, Abril 1993), UNIARQ (em publicação).
- [20] GONÇALVES, V.S., 1988/89 - «A Ocupação Pré-Histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz).» *Portugália*, Nova Série, IX-X, pp. 49-61.
- [21] SOARES, A.M.; CABRAL, J.M.P., 1984 - «Datas convencionais de radiocarbono para estações arqueológicas portuguesas e a sua calibração: revisão crítica.» *O Arqueólogo Português*, Série IV, 2, pp. 167-214.
- [22] BARCELO, J.A., 1991 - «El Bronce del Sudoeste y la Cronologia de las Estelas Alentejanas.» *Arqueologia*, 21, pp.15-24.
- [23] SOARES, A.M.M., 1993 - «O Bronze do Sudoeste na Margem Esquerda do Guadiana. As Necrópoles do Concelho de Serpa.» *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Maio 1993)*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa (em publicação).
- [24] OTTAWAY, B.S., 1972 - «Dispersion diagrams: a new approach to the display of 14C dates.» *Archaeometry*, 15, pp. 5-12.
- [25] SOARES, A.M.M., 1993 - «The ¹⁴C content of marine shells: evidence for variability in coastal upwelling off Portugal during the Holocene.» *International Symposium on Applications of Isotope Techniques in Studying Past and Current Changes in the Hydrosphere and the Atmosphere*, A.I.E.A., Vienna (em publicação).
- [26] CARDOSO, J.L.; CUNHA, A.S.; AGUIAR, D., 1991 - «O Homem Pré-Histórico no Concelho de Oeiras. Estudos de Antropologia Física.» *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 2, pp. 21-25.
- [27] CARDOSO, J.L., 1989 - «Leceia. Resultados das escavações realizadas 1983-1988.» Câmara Municipal de Oeiras, 146 p.
- [28] GONÇALVES, J.L.M., 1993 - «A Fortificação Calcolítica de Olelas (Sintra). Neolítico e Transformação na Estremadura.» *Transformação e Mudança*, 1º. Simpósio (Cascais, Abril 1993), UNIARQ (em publicação).
- [29] GONÇALVES, J.L.M., 1993 - Idolos de cornos de Olelas (Sintra) e da Serra das Éguas (Amadora). *al-madan*, II Série, 2, pp. 38-40.
- [30] GONÇALVES, J.L.M., 1992 - «Olelas e Pragança. Duas fortificações calcolíticas da Estremadura.» *O Arqueólogo Português*, Série IV, 8 (em publicação).
- [31] STRAUS, L.G., 1989 - «New Chronometric Dates for the Prehistory of Portugal.» *Arqueologia*, 20, pp. 73-76.
- [32] GONÇALVES, J.L.M., 1991 - «O Povoado do Alto do Dafundo (Linda-a-Velha, Oeiras). Corte A e datação para o Calcolítico inicial estremenho.» *Arqueologia*,

- 21, pp. 24-26.
- [33] CARDOSO, J.L.; CARREIRA, J.R., 1993 - «Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage.» *Méditerranée*, 2, pp. 193-206.
- [34] SILVA, C.T.; SOARES, J., 1987 - «O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Tumba. I - Escavações Arqueológicas de 1982-86 (Resultados Preliminares).» *Setúbal Arqueológica*, vol. VIII, pp. 29-79.
- [35] GONÇALVES, V.S., 1991 - «Sítios, «Horizontes» e Artefactos: 2. Algumas breves considerações sobre as chamadas taças carenadas e a primeira metade do 3º Milénio em Portugal.» *Arquivo de Cascais*, 10, pp. 81-120.
- [36] SANGMEISTER, E., 1976 - «Das Verhältnis der Glockenbecherkultur zu den Einheimischen Kulturen der Iberischen Halbinsel.» *Glockenbecher Symposion (Oberried, 1974)*, pp. 424-438.

QUADRO I

Datas absolutas para o Sul de Portugal

Ref. de Laboratório	Tipo de amostra	Data convencional (BP)	Data de calendário solar (cal AC ou A.C.)*		Observações
			1 σ	2 σ	
ANTA GRANDE DA COMENDA DA IGREJA					
OxTL - 169f	cerâmica		3235±310		Imponente sepulcro da câmara poligonal e corredor longo. Longo período de utilização. [11]
CASTELO DO GIRALDO					
OxTL - 169a	cerâmica		3105±300		Início da ocupação do povoado. Neolítico. [11]
ANTA DA BOLA DE CERA					
ICEN - 66	ossos	4360±50	3033 - 2911	3096 - 2885	Nível de base. Placas de xisto. [12]
SALA Nº 1					
ICEN - 444	ossos	4490±100	3350 - 2930	3500 - 2900	Nível 6.
ICEN - 445	"	4490±80	3350 - 3030	3490 - 2920	Nível 5. Taças carenadas e pratos de bordo espessado
ICEN - 447	"	4490±110	3360 - 2930	3510 - 2890	Nível 4. em todos os níveis. Placas de xisto no nível 3. [13]
ICEN - 448	"	4140±110	2880 - 2500	2920 - 2400	Nível 3.
S. BRÁS 1					
ICEN - 44	carvão	4410±140	3340 - 2890	3500 - 2630	Calcolítico Pleno. Metalurgia. [14]
ICEN - 43	"	4480±60	3340 - 3040	3360 - 2920	" " " "
MONTE DA TUMBA					
UGRA - 236	carvão	4550±150	3500 - 2930	3650 - 2880	
ICEN - 115	"	4340±35	3013 - 2908	3034 - 2887	
ICEN - 114	"	4390±50	3086 - 2917	3294 - 2895	
UGRA - 172	"	4540±90	3370 - 3050	3510 - 2920	Fase I. Sem Metais. [15]
ICEN - 116	"	4400±80	3260 - 2910	3340 - 2880	
UGRA - 234	"	4280±100	3020 - 2700	3260 - 2590	
ICEN - 113	"	4220±120	2920 - 2610	3100 - 2470	
ICEN - 117	"	4180±30	2876 - 2668	2883 - 2620	

QUADRO I (continuação)

Ref. de Laboratório	Tipo de amostra	Data convencional (BP)	Data de calendário solar (cal AC ou A.C.)*		Observações
			1 σ	2 σ	
MONTE DA TUMBA (cont.)					
ICEN - 131	"	4310 \pm 110	3040 - 2710	3330 - 2610	Fase II. Metalurgia. [15]
CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA					
UGRA - 131	carvão	4390 \pm 150	3340 - 2880	3500 - 2610	Início do povoado. [16]
UGRA - 90	"	4310 \pm 170	3260 - 2630	3490 - 2470	" " " "
UGRA - 91	"	4100 \pm 140	2880 - 2460	3020 - 2210	
UGRA - 75	"	3990 \pm 130	2850 - 2310	2880 - 2060	
UGRA - 77	"	3960 \pm 180	2860 - 2150	2910 - 1940	
UGRA - 76	sementes carbon.	3920 \pm 130	2570 - 2200	2870 - 1990	Vida plena do povoado. [16]
Ly - 3230	" "	4400 \pm 140	3340 - 2890	3500 - 2620	
Ly - 3229	" "	4250 \pm 110	2920 - 2630	3250 - 2500	
UGRA - 86	carvão	3910 \pm 120	2560 - 2200	2860 - 1990	
UGRA - 85	"	3890 \pm 130	2560 - 2140	2860 - 1970	
PORTO TORRÃO					
ICEN - 56	ossos	4300 \pm 80	3020 - 2790	3100 - 2630	Camada 3. Pré-campaniforme [17]
ICEN - 55	"	4290 \pm 50	2918 - 2881	3024 - 2705	(mesma amostra)
ICEN - 61	"	4230 \pm 60	2900 - 2700	2920 - 2620	Camada 1. Campaniforme [17]
ICEN - 60	"	4200 \pm 70	2890 - 2630	2920 - 2580	(mesma amostra)
POVOADO DO ESCOURAL					
ICEN - 609	ossos	4260 \pm 90	2920 - 2700	3090 - 2590	Calcolítico Pleno (ocupação mais antiga). [18]
ICEN - 608	"	4120 \pm 100	2880 - 2500	2910 - 2410	" " (metalurgia). [18]
ICEN - 611	"	4010 \pm 90	2620 - 2410	2870 - 2210	" " (ocupação mais recente). [18]
ICEN - 610	"	3940 \pm 90	2560 - 2290	2850 - 2140	" " " " " "
ETAR (V.N. MILFONTES)					
ICEN - 726	<i>Monodonta sp.</i>	4120 \pm 60 **	2870 - 2580	2880 - 2480	Calcolítico. [19]
PALHEIRÃO FURADO					
ICEN - 731	<i>Patella sp.</i>	3820 \pm 70 **	2400 - 2140	2460 - 2030	Calcolítico. [19]

QUADRO I (continuação)

Ref. de Laboratório	Tipo de amostra	Data convencional (BP)	Data de calendário solar (cal AC ou A.C.)*		Observações
			1 σ	2 σ	
MONTE NOVO DOS ALBARDEIROS					
ICEN - 530	ossos	4060±80	2860 - 2470	2880 - 2360	Estrutura 2. Calcolítico Pleno. Com metalurgia. [20]
ICEN - 529	"	3760±100	2320 - 1990	2460 - 1890	Estrutura 1. Calcolítico? Bronze Antigo? [20]
ANTA 1 DA FARISOA					
OxTL - 169i	cerâmica		2405±260		Sepulcro com câmara poligonal e corredor. O <i>tumulus</i> continha também a <i>tholos</i> mencionada a seguir. [11]
THOLOS DA FARISOA					
OxTL - 169j	cerâmica		2675±270		Aparelho ortostático. [11]
THOLOS DE A DOS TASSOS					
Sa - 199	carvão	3320±200	1880 - 1400	2130 - 1120	Aparelho de pedra vã. [21]
HERDADE DO POMAR					
ICEN - 87	ossos	3510±45	1886 - 1746	1938 - 1688	Bronze Pleno. [22]
ICEN - 85	"	3330±140	1750 - 1440	1950 - 1270	" " "
BELMEQUE					
ICEN - 142	ossos	3230±60	1530 - 1420	1630 - 1400	Bronze Pleno. [23]

* cal AC refere-se às datas de radiocarbono calibradas; por sua vez, A.C. é aplicável às datas obtidas por Termoluminescência.

** Os valores destas datas são apresentadas já corrigidas para o efeito de reservatório oceânico. Considerou-se que a idade aparente das conchas marinhas tem o valor de 380±30 anos [25].

QUADRO II

Datas absolutas para as bacias terminais do Sado e do Tejo.

Ref. de Laboratório	Tipo de amostra	Data convencional (BP)	Data de calendário solar (cal AC ou A.C.)*		Observações
			1 σ	2 σ	
COMPORTA **					
CSIC - 648	<i>Ostrea sp.</i>	4930±50	3773 - 3655	3892 - 3638	
CSIC - 652	<i>Ruditapes decussatus</i>	4720±50	3623 - 3376	3637 - 3362	Neolítico médio. [15]
CSIC - 649	" "	4580±50	3368 - 3136	3409 - 3099	
CSIC - 653	" "	4270±50	2913 - 2788	3011 - 2699	Neolítico final/Calcolítico inicial. [15]
LAPA DO FUMO					
KN - 361	carvão	5040±160	3990 - 3660	4230 - 3390	Camada vermelha. Neolítico médio. Placas de xisto. [21]
ICEN - 240	ossos	4420±45	3251 - 2924	3305 - 2915	" " " " " " " [7]
COVA DAS LAPAS					
ICEN - 463	ossos	4550±60	3360 - 3100	3500 - 3040	Placas de xisto. [12]
LECEIA					
ICEN - 738	ossos	4630±45	3497 - 3351	3509 - 3147	Neolítico final (<i>Tholos?</i> Gruta artificial?). [26]
ICEN - 312	carvão	4530±100	3370 - 3040	3610 - 2920	Neolítico final. Taça carenada e bordo denteado. [27]
ICEN - 313	"	4520±130	3490 - 2930	3630 - 2890	" " " " " " " "
ICEN - 316	"	4520±70	3350 - 3050	3490 - 2930	" " " " " " " "
ICEN - 674	"	4370±60	3080 - 2910	3290 - 2880	Calcolítico inicial. Copos canelados. [27]
ICEN - 91	ossos	4130±60	2870 - 2580	2880 - 2490	" " " " " " "
ICEN - 673	carvão	4130±100	2880 - 2500	2920 - 2460	" " " " " " "
ICEN - 675	"	4100±90	2870 - 2490	2890 - 2410	" " " " " " "
Ly - 4205	carvão	4030±120	2860 - 2410	2890 - 2200	Calcolítico pleno. Folha de acácia. [27]
ICEN - 92	"	4120±80	2870 - 2500	2890 - 2460	" " " " " " "
ICEN - 89	ossos	4200±70	2890 - 2630	2920 - 2580	" " " " " " "
ICEN - 95	<i>Venus sp.</i>	3990±70 ***	2580 - 2410	2850 - 2290	" " " " " " "
ICEN - 102	<i>Patella sp.</i>	3970±70 ***	2570 - 2360	2840 - 2210	" " " " " " "
ICEN - 737	ossos	3920±70	2474 - 2288	2578 - 2147	Calcolítico pleno. Anterior à presença campaniforme. [26]

QUADRO II (continuação)

Ref. de Laboratório	Tipo de amostra	Data convencional (BP)	Data de calendário solar (cal AC ou A.C.)*		Observações
			1 σ	2 σ	
GrN - 7008	ossos	3980±35	ZAMBUJAL (cont.) 2556 - 2460 2574 - 2403		Fase III 2a-3c. [21]
ICEN - 466	<i>Patella sp.</i>	4300±60 ***	ALTO DO DAFUNDO 2920 - 2880 3040 - 2700		Calcolítico inicial. Copos canelados. [32]
ICEN - 573	ossos	4120±50	PRAGAÇA 2866 - 2581 2878 - 2496		Calcolítico. Corredor na muralha (enchimento). [30]
ICEN - 572	"	4050±60	2840 - 2470 2870 - 2460		" " " " " "
H - 2049/1487	carvão	4260±60	PRAIA DAS MAÇÃS 2910 - 2710 3020 - 2630		Câmara ocidental. [21]
H - 2048/1458	"	3650±60	2130 - 1920 2190 - 1790		Tholos. [21]
W - 656	carvão	3420±200	PENHA VERDE 1960 - 1460 2280 - 1260		Campaniforme tardio. [21]
ICEN - 843	ossos	3570±45	CATUJAL 1949 - 1787 2028 - 1752		Bronze II.[33]

* cal AC refere-se às datas de radiocarbono calibradas; por sua vez, A.C. é aplicável às datas obtidas por Termoluminescência..

** Para as amostras da Comporta não foi determinada a razão $\delta^{13}\text{C}$ e as datas respectivas não foram corrigidas para o fracionamento isotópico. Daí que, as datas se possam considerar como corrigidas para o efeito de reservatório oceânico (ver Ref. [15]). A margem de erro que lhes está associada é maior (embora não quantificável de um modo preciso) do que a publicada.

*** Os valores destas datas são apresentados já corrigidos para o efeito de reservatório oceânico. Considerou-se que a idade aparente das conchas marinhas tem o valor de 380±30 anos [25].

QUADRO II (continuação)

Ref. de Laboratório	Tipo de amostra	Data convencional (BP)	Data de calendário solar (cal AC ou A.C.)*		Observações
			1 σ	2 σ	
LECEIA (cont.)					
ICEN - 314	carvão	3770±130	2450 - 1980	2560 - 1780	Calcolítico pleno. Anterior à presença campaniforme. [27]
ICEN - 315	"	3730±170	2450 - 1890	2580 - 1680	" " " " " " " "
OLELAS					
ICEN - 878	ossos	4730±60	3630 - 3380	3650 - 3360	Torre 3. Camada 4. Neolítico (cerâmica impressa). [28]
ICEN - 879	"	4400±45	3090 - 2920	3294 - 2910	Torre 3. Camada 3. Calcolítico inicial. [29]
ICEN - 880	<i>Pecten maximus</i>	4310±110 ***	3040 - 2710	3330 - 2610	" " " " " " " "
ICEN - 939	ossos	4360±60	3040 - 2910	3260 - 2880	" " Muralha. Calcolítico inicial. [28]
ICEN - 346	"	4350±150	3300 - 2710	3490 - 2510	Corredor na muralha (enchimento). Calcolítico. [30]
ICEN - 347	"	4060±70	2850 - 2470	2870 - 2410	" " " " " " " "
BAÚTAS					
OxTL - 169 d(ii)	cerâmica		3100±305		Baútas C. Neolítico. [11]
OxTL - 169 d (i)	"		2650±260		Baútas A. Calcolítico Campaniforme. [11]
PENEDO DE LEXIM					
OxTL - 169 e(ii)	cerâmica		3055±290		Lexim C. Neolítico. [11]
OxTL - 169 e (i)	"		2880±280		Lexim B. Calcolítico. [11]
BURACA DOS MOUROS, BOCAS					
ETH - 4498	carvão	4450±85	3330 - 2920	3360 - 2890	Calcolítico. [31]
ZAMBUJAL					
GrN - 6671	carvão	4170±55	2880 - 2620	2890 - 2580	Fase Vx 2a
GrN - 7002	"	4050±40	2612 - 2492	2854 - 2465	" " 3a
GrN - 7003	"	4055±40	2614 - 2494	2856 - 2466	" " 3b
GrN - 7004	"	3995±35	2563 - 2463	2581 - 2410	" " 3b
GrN - 7005	"	4055±40	2614 - 2494	2855 - 2466	" " 3c
GrN - 6670	"	4150±105	2880 - 2510	2920 - 2460	" " 3c/4a
GrN - 6669	"	4025±95	2850 - 2460	2880 - 2280	" " 4b
GrN - 7007C	"	3950±65	2560 - 2340	2590 - 2210	" " 4b
GrN - 6668	"	3625±65	2110 - 1890	2180 - 1770	" " 4c
GrN - 7009	carvão	4200±40	2882 - 2696	2893 - 2620	Fase III 2a. [6]

SUL

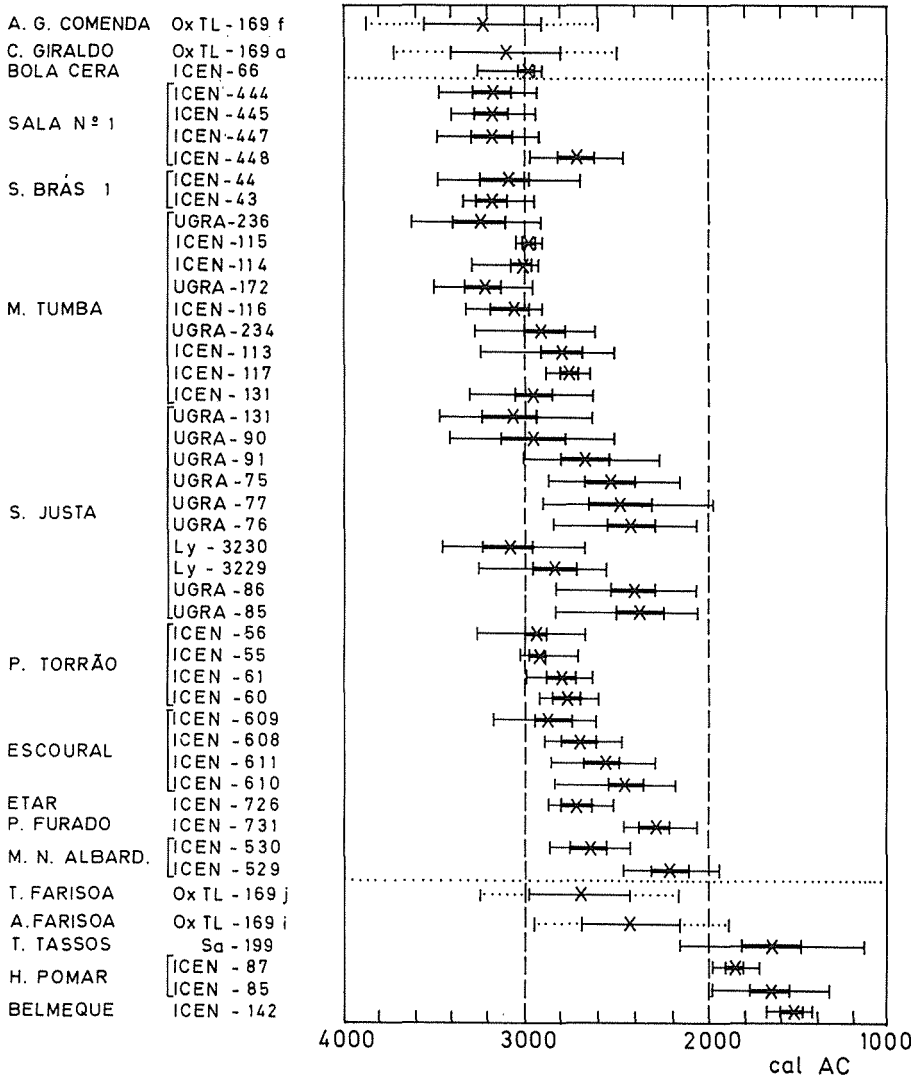


Fig. 1 — Representação gráfica das datas absolutas (em anos de calendário solar) referentes ao IV, III e II Milénios A.C. para o Sul do país. As datas obtidas pela Termoluminescência estão representadas pelos intervalos de confiança de 68% (traço cheio) e de 95% (pontilhado), indicando-se também a posição da mediana (x). As datas de radiocarbono calibradas foram obtidas fazendo uso do programa CALIB de Pazdur e colaboradores (ver Ref. [9]) e estão representadas como intervalos de confiança de 95%, indicando-se também o intervalo de confiança de 50% (traço mais cheio) e a posição da mediana (x).

TEJO e SADO

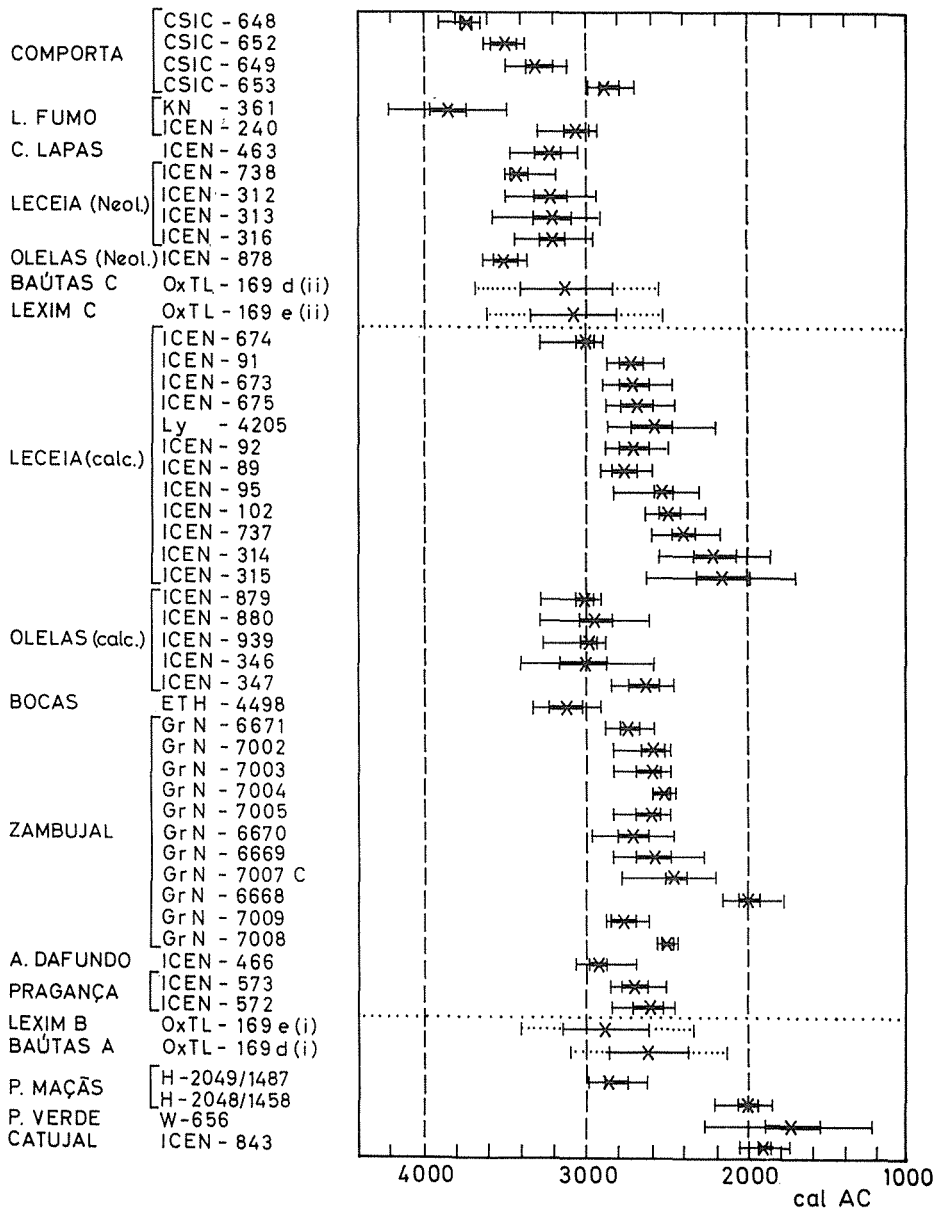
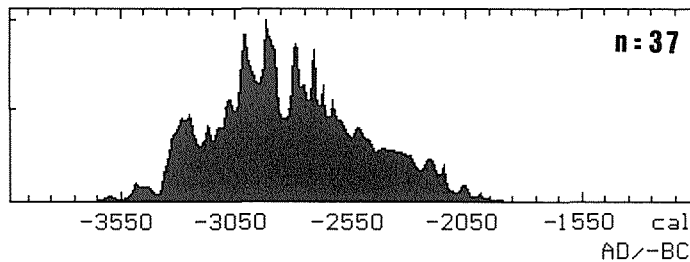


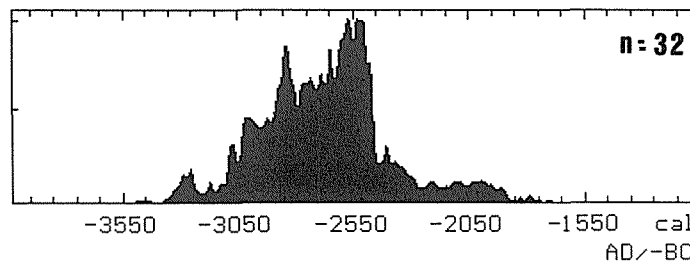
Fig. 2 — Representação gráfica das datas absolutas (em anos de calendário solar) referentes aos IV, III e II Milénios A.C. para as bacias terminais do Tejo e do Sado. As convenções utilizadas foram as mesmas da Fig. 1.

Ranges	
0.50	[-3039, -2610]
0.95	[-3362, -2156]
0.98	[-3474, -2062]



1. SUL

Ranges	
0.50	[-2856, -2521]
0.95	[-3247, -1996]
0.98	[-3296, -1914]



2. TEJO E SADO

Fig. 3 — Representação gráfica da distribuição de probabilidade dos conjuntos de datas calibradas correspondentes aos contextos calcolíticos dos povoados do Sul (1) e das bacias do Tejo e do Sado (2), tendo sido utilizado para a sua construção o programa de Pazdur e colaboradores (ver Ref. [9]).

EVOLUCION, YACIMIENTOS Y SECUENCIA EN LA EDAD DEL COBRE EN LA ALTA EXTREMADURA

por

Antonio González Cordero

Resumen: En la Alta Extremadura, recientes excavaciones y prospecciones han permitido extender el radio de acción cultural de la Edad del Cobre y conocer su situación con respecto a otros yacimientos de la órbita peninsular. Las estratigrafías de poblados como el Cerro de la Horca, Cabrerizas, Barruecos, Valdecañas y la cueva del Conejar, así como los materiales de otros yacimientos detectados y aún no excavados, nos marcan una dinámica de desarrollo similar e la que se contempla en la Cuenca del Guadiana, Bajo Guadalquivir o la Estremadura portuguesa. Según esto hemos podido encuadrar los materiales de los distintos niveles arqueológicos en una secuencia trifásica que en Extremadura presenta una fase Antigua, definida por el horizonte de cazuelas carenadas, tipificadas en Araya o Sierra de la Pepa. Una fase Plena con dos horizontes; uno arcaico representado por poblados como El Lobo, otro avanzado representado por poblados como La Pijotilla, Cerro de la Horca, etc.... y una fase Final con presencia de especies campaniformes.

Palabras-clave: Edad del Cobre. Campaniforme. Alta Extremadura.

I. INTRODUCCION

Nuestra pretensión a la hora de presentar este trabajo es la de ofrecer, previa a una investigación más general, la trayectoria de poblamiento Calcolítico en la provincia de Cáceres considerando también el sustrato Neolítico. En esta parte de la región extremeña la historia de la investigación sobre estos periodos data de épocas muy recientes, tan solo los estudios sobre el megalitismo habían centrado hasta ahora la atención¹, siendo muy escasas las noticias que se tenían acerca del habitat, secuencias estratigráficas, etc. Fue a partir de los años 80, acusando un cierto retraso con respecto a otras áreas peninsulares, cuando se ponen en marcha una serie de programas destinados a paliar las deficiencias de

¹ V. y G. Leisner, "El Guadalperal", *Madridrer Mitteilungen* I, Berlín (1960); *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel der Western*, Berlín 1965; P. Bueno, *Los dólmenes de Valencia de Alcántara*, Excavaciones Arqueológicas de España, nº 155, Madrid 1988.

conocimiento que se tenían sobre tales periodos, así, bajo el auspicio del Museo Provincial, Universidades y la Junta de Extremadura, muy pronto se dispuso de un volumen de información que si bien no permitía reconstruir el ambiente cultural de una forma generalizada, al menos se entreveía la posibilidad de establecer una secuencia de poblamiento y discernir por primera vez las distintas entidades culturales que configuraron los espacios de tiempo antes mencionados.

El principal inconveniente planteado por la escasez de datos, fue sorteado gracias a una intensa prospección que nos llevó a catalogar del orden de 115 yacimientos, repartidos entre poblados al aire libre y cuevas, aparte cabe considerar otros 317 yacimientos ligados a manifestaciones rupestres y enterramientos. Sin embargo, a pesar del abultado volumen de información, la interpretación de los datos resultaba forzada por la procedencia superficial de la mayoría del material recolectado y obligaba además a interpretarlo bajo los patrones de regiones limítrofes. La necesidad por tanto de un registro propio, hizo que comenzara a plantearse la necesidad de excavaciones sistemáticas en áreas que ofrecieran buenas perspectivas estratigráficas y de poblamiento.

Un área particularmente atractiva por su densidad de yacimientos se hallaba encerrada entre los ríos Tamuja y Gibranzos, ambos afluentes del Almonte, río que es a su vez tributario del Tajo por la margen izquierda. Las excavaciones y sondeos que allí realizamos nos ofrecieron una primera referencia secuencial que en parte resultó pareja a la que ya se venía observando en la Cuenca Media del Guadiana², en el Suroeste Peninsular y en la Extremadura portuguesa³. No obstante estas apreciaciones quedarían supeditadas por el momento a la franja meridional del río Tajo, en tanto que en la zona septentrional del mismo, aún a falta de excavaciones que nos obligan a una natural reserva, el también cuantioso material recopilado en superficie nos advierten ya de un cierto alejamiento de esas influencias emanadas del Suroeste.

Son pues, pocos los yacimientos excavados sistemáticamente, aunque las estratigrafías obtenidas constituyen ya un aval notable para establecer un proceso de poblamiento, al menos para una buena parte del sur de la provincia, para el resto los yacimientos y materiales de los que aquí haremos mención, quizá no hagan posible una periodización, pero constituyen un sugestivo punto de referencia, para llegado el momento establecer un panorama definido de la evolución y

² V. Hurtado, "El Calcolítico de la Cuenca Media del Guadiana y la necrópolis de la Pijatilla", *Actas de la Mesa Redonda sobre el Megalitismo Peninsular*, Boletín de la A.E.A.A., 20, Madrid 1986; J. J. Enriquez, *El Calcolítico o Edad del Cobre de la Cuenca extremeña del Guadiana: Los poblados.*, Museo Arqueológico de Badajoz 1990.

³ C. Tavares da Silva y J. Soares, "Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve", *Setúbal Arqueológica*, II-III, 179-272, Setúbal 1977.

desarrollo que incluso pueda abarcar desde el Neolítico al Bronce Pleno.

II. EL SUSTRATO NEOLITICO

De la existencia de un horizonte Neolítico no se tenía en la Alta Extremadura constancia más que a través de elementos líticos que integraban los ajuares dolménicos y presumiblemente algunas cerámicas decoradas de la cueva de Boquique (Plasencia) que aparecían camufladas entre materiales del Bronce⁴. Se trataba de fragmentos decorados con técnica de punto y raya (boquique) que hacían acto de presencia aparte de en la cueva homónima, en varios yacimientos de la Meseta Central en la Vaquera (Segovia)⁵, en Verdelpino (Cuenca)⁶, Atapuerca (Burgos)⁷ e incluso de Andalucía.

El interés de las mismas se revelará como fundamental, a raíz de su hallazgo encadenado en varios yacimientos del centro extremeño. El primero de ellos tuvo lugar en la cueva del Conejar⁸, muy cerca de la que conocemos por Maltravieso, en una de las escasas formaciones carsticas con que cuenta la provincia de Cáceres; desgraciadamente todo el material de la cueva fue revuelto y utilizado para fabricar tapial mezclando los materiales de unos periodos con otros. Por esta causa investigaciones posteriores⁹ la emparentaron confusamente con producciones meseteñas de la Edad del Bronce, aún poniendo de relieve la ausencia de otras cerámicas típicas de esa fase como son las excisas o bruñidas. Como mucho, y esto considerando la abundancia de láminas y elementos pulimentados, retraían la fecha de ocupación a fines del Neolítico o principios del Eneolítico, sin que se valoraran la presencia de otros valiosos temas decorativos como los triángulos rellenos de impresiones, las cerámicas acanaladas, cerámicas con pastillas aplicadas, la abundancia de asas y mamelones, las puntas de flecha y la presencia de punzones metálicos, placas grabadas, punzones de hueso, etc; elementos que colocados en orden debidamente evidencian una

⁴ M. D. Fernández-Posse, "Consideraciones sobre la técnica de boquique", *Trabajos de Prehistoria*, 39, 137-159, Madrid 1982.

⁵ A. Zamora, "Excavaciones de la Cueva de la Vaquera, Torreiglesias-Segovia (Edad del Bronce)", *Excma. Diputación de Segovia*, Segovia 1976.

⁶ J. A. Moure y M. Fernández- Miranda, "El abrigo de Verdelpino (Cuenca), Noticia de los trabajos de 1976", *Trabajos de Prehistoria*, 32, 31-83, Madrid 1977.

⁷ J. M. Apellaniz y S. Domingo, "Estudios sobre Atapuerca (Burgos). II. Los materiales de superficie del Santuario de la Galería del Sílex", *Cuadernos de Arqueología de Deusto*, 10, Bilbao 1987.

⁸ E. Cerrillo, "La Cueva del Conejar junto a Cáceres. Materiales de Superficie", *Hom. a Martín Almagro*, 37-43, Madrid 1983.

⁹ M^a. I. Saucedo, "La Cueva del Conejar (Cáceres). Una muestra de los materiales aparecidos en 1981", *Norba V*, 47-58, Cáceres 1984.

ocupación más antigua que la obviamente Calcolítica, que queda interrumpida bruscamente hasta la aparición intrusiva de dos fragmentos estampillados que quizá puedan englobarse en la Edad del Hierro.

Serían las excavaciones en la Charneca de Oliva de Mérida (Badajoz), una cueva fuera de nuestro ámbito¹⁰, la que proporcionaría un lote de cerámicas con las características que apuntamos, junto a numerosas especies lisas y otras decoradas con cordones aplicados, mamelones, incisiones, etc. Esta, en palabras de su investigador, resultaba más fácil de paralelizar con las cuevas y conjuntos Neolíticos que las ya aludidas del Conejar o la de Boquique, no sólo por el distinto desarrollo que tienen las cerámicas decoradas con respecto a los complejos de Cogotas I, sino por la constancia de motivos presentes en numerosas cuevas andaluzas y del Neolítico costero portugués. A destacar la ausencia de industrias microlíticas y la presencia de un ídolo sobre hueso largo y una placa decorada, materiales que parecen evidenciar una reocupación Calcolítica que tal vez deba ser tenida en cuenta como parte sustancial correspondiente a un enterramiento en el que también pertenezcan láminas de sílex y cuentas de collar.

Los resultados del análisis material en la Charneca dieron pie a considerar otros conjuntos procedentes de cuevas localizadas en las estribaciones de la Sierra de Montánchez, Peña Aguilera (Arroyomolinos de Montánchez) y los Atambores (Zarza de Montánchez)¹¹, ambas con materiales procedentes de abrigos formados por hacinamiento de moles graníticas.

En ambos casos las cerámicas impresas forman un grupo mayoritario, predominando las líneas de impresiones horizontales y curvas en torno a mamelones, bordes dentados o con digitaciones, cordones aplicados con digitaciones o impresiones y espigados o simples líneas impresas junto al borde. Las incisiones son más escasas y se limitan casi siempre a decoraciones en espiga enmarcado por trazos paralelos y haces entrecruzados; muy importante es apuntar el número de mamelones, muchos de ellos perforados y asas en cinta que suelen estar situadas casi siempre bajo el borde. El grueso de las forman corresponden a formas abiertas, cuencos y vasos de paredes verticales, en forma de saco y fondos cóncavos.

La industria lítica es desconocida en los Atambores, pero en Peña Aguilera, aparte de pequeñas lascas y restos de talla, están presentes los tipos geométricos, tres trapecios asimétricos, dos laminitas y un segmento de círculo.

¹⁰ J. J. Enriquez, "Excavaciones de urgencia en la cueva de la Charneca, Oliva de Mérida (Badajoz)", *Noticiario Arqueológico Hispano*, 28, 9-24, Madrid 1986.

A. Gonzalez, *Carta arqueológica del Partido Judicial de Montánchez*, Tesis de Licenciatura Inédita, Cáceres 1986.

¹¹ A. González, *Carta Arqueológica del Partido Judicial de Montánchez*, Tesis de Licenciatura Inédita, Cáceres 1986.

Salvando el cúmulo de circunstancias que imponía el carecer de estratigrafía, el conjunto de cerámicas impresas no dejaban de estar exentas de interés, acrecentándose éste por el evidente paralelismo con otros grupos neolíticos, sobre todo del sur peninsular, más que hacia el norte, donde se asiste a una dispersión y rarificación de las especies. No obstante todavía había que entender la filiación neolítica en un sentido amplio de provisionalidad hasta que por fortuna pudieran ubicarse estratigráficamente en niveles arqueológicos, circunstancia que felizmente tuvo lugar unos años más tarde en el Cerro de la Horca de Plasenzuela, una estación al aire libre distante 30 Km. del Conejar y 20 Km. de los de la Sierra de Montánchez.

La caracterización tipológica en el yacimiento del Cerro de la Horca como pusimos de manifiesto en otra ocasión¹², procede de un conjunto de materiales que en el perfil estratigráfico se sitaban a una profundidad que oscila entre 1,00 m. y 1,25 m., punto en el que llegamos al lecho rocoso. Es interesante destacar que el yacimiento se compone estructuralmente de tres zonas, una meseta, la ladera y la base o pie del cerro, siendo este último el único punto donde tuvieron lugar los hallazgos que relacionaremos.

En primer lugar hay que hacer constar la masiva presencia de cerámicas decoradas frente a especies lisas, caracterizando el horizonte que denominamos C.H.1 los tipos decorados con técnica de boquique, entre los cuales se observa una preferencia a agrupar en motivos lineales -rectilíneos o curvilíneos- y paralelos, ordenados en algún caso a partir de mamelones. Otras técnicas de impresión se reducen a un puntillado ordenado en paralelo junto al borde, a digitaciones sobre cordones aplicados o digitaciones sobre la misma pared de la vasija.

Observamos también algunas incisiones en triángulos invertidos, rellenas franjas delimitadas por impresiones sobre los bordes y también en los cordones aplicados. Los elementos en relieve como mamelones y cordones, ya sean horizontales o verticales son muy numerosos, situándose la mayoría muy cerca de los bordes que tienden a ser redondeados o plano oblicuos. Merece apuntarse por último la presencia de asas acintadas, cilíndricas verticales y horizontales.

En consonancia con otros conjuntos, la industria lítica es muy pobre, con un utillaje reducido a pequeñas hojas, lascas de sílex y un segmento de círculo.

La practica totalidad de los materiales proceden de 8 cortes en la base, de los cuales en dos pudo comprobarse un total aislamiento por una cápa de árido esteril con respecto a los materiales calcolíticos que logicamente se situaban

¹² A. González, M. de Alvarado, L. Municio y F. Piñón, " El poblado del Cerro de la Horca (Plasenzuela, Cáceres). Datos para la secuencia del Neolítico Tardío y la Edad del Cobre en la Alta Extremadura", *Trabajos de Prehistoria*, 45, 87-102, Madrid 1988.

por encima de estos, en el resto se hallaban revueltos junto a materiales más modernos producto de la intrusión desde las capas superiores que buscaban el lecho rocoso para excavar en él silos o buscar el asiento de las cabañas.

Algo semejante ocurre en Los Barruecos de Malpartida de Cáceres, donde la técnica de boquique contemporiza con la primera fase de ocupación Calcolítica del yacimiento, que los autores reflejan como un horizonte de transición al Calcolítico Pleno¹³.

Hacia el cuadrante norte de la provincia, la escasez de los tipos cerámicos decorados con punto y raya es más notoria, pero ello debe achacarse a una mayor debilidad en las prospecciones, puesto que aún siguen haciendo acto de presencia en la misma cueva de Boquique o en poblados al aire libre como el de la Oliva de Plasencia y el Cerro Sodado de Jarandilla, asociados además en éste último a utillaje de una tradición geométrica que paralelamente va generalizándose en los sepulcros megalíticos que pueblan todo el territorio cacereño¹⁴.

No se conocen por el momento más yacimientos con este fósil guía que es la cerámica decorada de punto y raya, pero en relación con la problemática que representa la expansión del Neolítico por tierras cacereñas conviene hacer referencia a un núcleo de abrigos enclavados en la orilla derecha del río Tajo en el tramo del pantano de Valdecañas y a la propia cueva de Maltravieso.

Los de la primera serie están caracterizados por la presencia de cerámicas lisas, en su mayoría cuencos de casquete esférico, cuencos de paredes abiertas, vasos de labios ligeramente exvasados y alguna cazuela con carena. Entre las especies decoradas, sólo unos fragmentos con acanaladuras o con las superficies recubiertas de almagra. Abundan los elementos de prehensión acentuándose dentro de ellos el dominio de los mamelones sobre las asas, mientras en el capítulo de la industria tallada, esta se orienta como en casos precedentes hacia útiles de tradición geométrica, y lo que es también importante, no se aprecian elementos que puedan tener una frecuencia en yacimientos Calcolíticos.

El último yacimiento, Maltravieso, es si cabe más problemático, tanto por procedencia sin estratificar de sus materiales, como por su peculiar decoración de espigas y triángulos reticulados y líneas quebradas, inéditas hasta esta fecha en panorama de la prehistoria provincial. M.I. Saucedo y J. Cerrillo¹⁵ señalan esta particularidad en la temática y la dificultad de darle una atribución concre-

¹³ M^a. I. Saucedo, "La secuencia cultural de Los Barruecos, Malpartida de Cáceres (Cáceres)", *Extremadura Arqueológica* II, 27-44, Mérida-Cáceres 1991.

¹⁴ P. Bueno, *Megalitismo en Extremadura*, Tesis Doctoral Inédita, Universidad Complutense, Madrid 1987.

¹⁵ M^a. I. Saucedo y J. Cerrillo, "Notas para el estudio de las cerámicas de la Cueva de Maltravieso (Cáceres)", *Primeras Jornadas de Arqueología do Nordeste Alentejano*, 45-49, S. Mamede 1985.

ta, pues lo mismo aparcan en contextos neolíticos¹⁶ que del Bronce¹⁷. Ahora bien si se valoran las formas de tipos globulares, en forma de saco, paredes rectas, sin el menor asomo de carena u otros atributos como los bordes sencillos, con mamelones montados o inmediatos al mismo, encontramos una mayor aproximación al momento que enuncia un enraizamiento profundo Neolítico, tal vez incluso se trate de las cerámicas más antiguas de todo el conjunto que hemos descrito, ya que no le faltan paralelos con cerámicas de cuevas como la Carigüela, Cueva de la Mujer, Majólicas o la Dehesilla¹⁸.

La documentación proporcionada por las cuevas y poblados referidos anteriormente, nos indica el origen y caracteres culturales de un sustrato Neolítico en el que creemos se hallan representados al menos un horizonte Neolítico avanzado dominado por las decoraciones de punto y raya y una industria microlítica que no van a perdurar en las etapas calcolíticas subsiguientes y al que quizá podría sumarse en hipótesis uno más arcaico, representado por las cerámicas incisas de Maltravieso que queda a la espera de una contextualización estratigráfica. Este horizonte se halla definido en las estaciones de El Conejar, Peña Aguilera, Atambores, Boquique, Barruecos, Cerro de la Horca (Cáceres) o La Charneca (Badajoz). Todas ellas hay que atribuir las no a un Neolítico Final, o a un Calcolítico muy arcaizante como en un principio se pensó, sino a un Neolítico Tardío, puesto que este ámbito, está bastante bien tipificado por asentamientos como Araya o Santa Engracia¹⁹, con cuadros cerámicos mayoritariamente lisos, gran presencia de cazuelas carenadas, ausencia de platos y de cualquier vestigio de cobre, que son por otra parte asimilables al horizonte de las cazuelas carenadas o “taça carenada” del S.O. Así pues, la ocupación de estos yacimientos donde se registran las cerámicas decoradas con técnica de Boquique, parecen corresponderse con el epígono de la tradición neolítica de las cerámicas decoradas, siendo factible asimilarlas al denominado Neolítico Tardío de la Alta Andalucía²⁰ o al Superior del Occidente portugués²¹, o lo que es lo mismo a un fondo cultural neolítico, previo al Neolítico Final de las cerámicas lisas del

¹⁶ M. Pellicer, *El Neolítico y el Bronce de la Cueva de la Carigüela del Piñar (Granada)*, Madrid 1964.

¹⁷ G. Delibes y J. Fernández, “El castro protohistórico de La Plaza en Cojeces del Monte (Valladolid). Reflexiones sobre el origen de la fase Cogotas I”, *B.S.E.A.A.*, XLVII, 51-70, Valladolid 1981.

¹⁸ S. Navarrete, *La cultura de las cuevas con cerámica decorada en Andalucía Oriental*, Granada 1976.

¹⁹ J. J. Enriquez, “Avance al estudio de los materiales procedentes de Araya, Mérida (Badajoz)”, *Pyrennae*, XVII-XVIII, 191-203, Barcelona 1981-82.

²⁰ A. Arribas y F. Molina, “El poblado de Los Castillejos de Montefrío (Granada)”, en M. Ryan (ed): *The origins of Metallurgy in Atlantic Europe (V Atlantic Colloquium)*, 7-34, Dublín 1980.

²¹ J. Guillaime y O. Veiga-Ferreira, “Le Neolithique ancien au Portugal”, *B.S.P.F.*, 67, 1, 304-332, París 1970.

cuadrante suroccidental, caracterizado por las cazuelas carenadas²².

El nombre de este horizonte de cazuelas carenadas proviene de la extraordinaria cantidad de estos materiales que “aparecen junto a algunas cerámicas decoradas, vasos y un instrumental de piedra que está en conexión con tareas agrícolas, actividades cinegéticas y recolectoras: molinos de mano, molederas, hachas, azuelas pulimentadas, dientes de hoz con lustre de cereal, raspadores, puntas de flecha, etc.”²³. Su vigencia, a pesar de que no tiene una comprobación simultánea, se fija entre el 2890 y el 2500 a.C. y afecta en Extremadura a contadas áreas poblacionales como La Garrovilla, El Carrascalejo, Camino de Meriendas y Albarregas y las ya citadas de Araya y Santa Engracia²⁴, casi todas situadas en la cuenca del Guadiana.

Aquí tuvo una atribución transicional calificándosele ambiguamente como Neolítico Final, contemporáneo al Calcolítico Inicial, o como un Calcolítico Inicial neolitizante, pero la reinterpretación estratigráfica de yacimientos como el asentamiento de Paredes (TP) o la gruta de Feteira (TP) muestran claramente las diferenciaciones entre el fondo tardoneolítico y la Edad del Cobre, prescribiendo la atribución transicional del horizonte de “copos canelados” o cazuelas carenadas. Las dataciones de Papa Uvas II (2.890±120 a. C.);²⁵ o las de Lapa do Fumo B (3.090±160 a.C.)²⁶, son notablemente más antiguas que las generalmente presentadas para el estuario del Tajo o Extremadura, correspondiéndose más con las fases de apogeo del megalitismo occidental como señalan los hallazgos de algunos dólmenes de Santiago de Alcántara y Aliseda, por mencionar algunos próximo a nosotros.

III. LA EDAD DEL COBRE – ETAPA DE TRANSICION

Según según el diseño secuencial que hemos expuesto y que ya había sugerido en otra ocasión²⁷, entre Araya y La Pijotilla o el Cerro de la Horca,

²² F. Piñón, “La Edad del Cobre en el Sudoeste peninsular: claves de la periodización de un proceso”, *El origen de la metalurgia en la Península Ibérica*, 40-64, Oviedo 1987.

²³ J. J. Enriquez y E. Jiménez, *Las tierras de Mérida antes de los romanos*, Prehistoria de la comarca de Mérida, 72, Mérida 1989.

²⁴ J. J. Enriquez, *El Calcolítico....Op. Cit.*

²⁵ J. C. Martín de la Cruz, “Papa Uvas I. Aljaraque, Huelva. Campañas 1976-1979”, *Excavaciones Arqueológicas de España*, 136, Madrid 1985.

²⁶ E. da Cunha, “Sobre a peridização do Neolítico e o Calcolítico do território português”, *Actas da I Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*. *Tabalhos do G.E. A. P.*, 3, 147-182, Porto 1979.

²⁷ A. González, J. Castillo y M. Hernández, “La secuencia estratigráfica en los yacimientos Calcolíticos del área de Plasenzuela (Cáceres)”, *Extremadura Arqueológica* II, 11-26, Mérida-Cáceres 1991.

hacia falta un verdadero horizonte de transición o de formación que en Andalucía y Portugal aparece caracterizado por la asociación entre dos elementos definidores del Neolítico Final y el Calcolítico Pleno del S.O -la cazuela carenada y los platos de bordes engrosados-; ocurre en Papa Uvas IV²⁸, en niveles inferiores de Los Vientos de la Zarcita²⁹, y en Monte da Tumba I en Portugal³⁰. En Extremadura localidades como El Lobo³¹ revelan la existencia de este mismo fenómeno que se resume en la asunción de tres corrientes culturales, de un lado la representada por poblados al aire libre del S. O con cazuelas carenadas, de otra la tipificada en poblados como la Pijotilla con platos de bordes engrosados y finalmente otra patentizada en ídolos placa, báculos, que nos demuestran la impregnación de un carácter megalítico en este periplo, que marca el inicio de una secuencia trifásica para Extremadura definida en la provincia de Cáceres por el yacimiento plasenzuelano de Sierra de la Pepa.

La realización de sondeos estratigráficos en este yacimiento estuvo motivada por el extraño perfil tipológico que ofrecían alas muestras recogidas en superficie, distinto al que presentaban otras estaciones distribuidas por la misma comarca³².

El material cerámico básico sin embargo no son las cerámicas carenadas, sino los vasos, sobre todo los de paredes rectas con fondos cóncavos y los cerrados de paredes reentrantes. Los cuencos ocupan en el panel de restos, un apartado poco importante y muy similar al de las ollas, cuya variedad más resaltada es aquella que posee engrosamientos en el borde; muchos de estos contenedores se hallan decorados con impresiones de puntillados, cordones con digitaciones o incisiones transversales a la boca de la vasija o al mismo borde, recordando tradiciones más antiguas. Hay que añadir que buen número de los tipos enumerados poseen mamelones o perforaciones. Las cazuelas siguen en orden de importancia, mientras que el número de platos engrosados es meramente simbólico.

La industria lítica es muy exigua, reduciéndose su presencia a algunas láminas, puntas de flecha de base cóncava, dientes de hoz y azuelas.

El modelo de poblamiento aún a falta de verificación de otros núcleos

²⁸ J. C. Martín Cruz, "Papa Uvas II. Aljaraque, Huelva. Campañas de 1981 a 1983", *Excavaciones Arqueológicas de España*, 149, Madrid 1986.

²⁹ F. Piñón, " Los Vientos de La Zarcita (Santa Bárbara de la Casa, Huelva). Resumen de la investigación sobre la Edad del Cobre en Huelva: 1981-1987", *Actas de las I Jornadas de Arqueología Andaluza*, Sevilla, 1988.

³⁰ C. Tavares y J. Soares, "Monte da Tumba (Torrao). Eine befestigte siedlung der Kupferzeit im Baixo Alentejo (Portugal)", *Madrider Mitteilungen*, 25, 1-21, Heidelberg 1985.

³¹ L. Molina, "El poblado del Bronce I de El Lobo (Badajoz)", *Noticario Arqueológico Hispánico*, 9, 93-127, Madrid 1980.

³² A. González, J. Castillo y M. Hernández, La secuencia...Op. Cit, 20-21.

perteneciente a este horizonte Inicial en Cáceres, será ya habitual en periodos posteriores con núcleos asentados en la cima de una colina, dominando sobre la llanura y cercano a cursos de agua. Sus estructuras son secillas, a base de piedras trabadas en seco o colocadas a doble hilada, que en el caso de la cerca o muralla que rodea el recinto de Sierra de la Pepa llega a formar un extenso paramento.

Este yacimiento, al que hemos considerado como un exponente fiel del horizonte de formación, combina como hemos dicho las cazuelas carenadas con vasos, cuencos y un escasísimo número de platos, materiales doblemente importantes para nuestra reconstrucción secuencial, pues vendría a solucionar por una parte el problema de continuidad y por otro fijar el momento de arranque de la Edad del Cobre en nuestro territorio, algo que se viene observando en poblados de la orla del Guadina, donde el porcentaje de estos elementos "cazuelas carenadas y platos", adquiere matices distintos según los poblados excavados, así mientras en Santa Engracia dominan porcentualmente las primeras, en el Carrascalejo ya han hecho su aparición los bordes almendrados y en el Lobo el índice de cazuelas comienza a descender, aproximándose a Los Castillejos de Fuente de Cantos³³ o La Pijotilla³⁴.

IV. EL CALCOLITICO PRECAMPANIFORME

Esta fase, prácticamente desconocida en la Alta Extremadura tan sólo hace unos años, ha conocido un auge tan notable que ahora resulta uno de los periodos, sino mejor conocidos, al menos es de los que más datos poseemos. La intensidad de las prospecciones ha puesto al descubierto un extenso conjunto de sesenta y nueve poblados, una densidad parangonable a la de la Baja Extremadura³⁵, lo que en cierto modo puede confirmar el carácter expansivo de estas poblaciones que parecen alcanzar en esta fase su mayor florecimiento cultural, reflejándose tanto en el hábitat como en las construcciones funerarias megalíticas.

El análisis del conjunto de todos los materiales, queda bastante limitado por el alcance de las excavaciones que por el momento han quedado reducidas a la franja sur del Tajo. En esta mitad sur, el proceso de poblamiento puede ser contemplado fundamentalmente a partir de las secuencias estratigráficas de yacimientos como el Cerro de la Horca, Castrejón, Cabrerizas, Castillejos, Los

³³ J. M^a. Fernández, M^a. I. Saucedo y A. Rodríguez, "Los poblados Calcolítico y Prerromano de Los Castillejos (Fuente de Cantos, Badajoz)", *Extremadura Arqueológica* I, 69-88, Mérida 1988.

³⁴ V. Hurtado, "Informe de las excavaciones de urgencia en La Pijotilla, Campaña de 1990", *Extremadura Arqueológica* II, 45-67, Mérida-Cáceres 1991.

³⁵ J. J. Enriquez, *El Calcolítico...* Op. Cit.

Barruecos, Aguasviejas y El Jardinero, mientras que en la mitad septentrional, la misma secuencia sólo puede ser vislumbrada a través de materiales recogidos en superficie, no obstante, los datos obtenidos son lo suficientemente elocuentes como para poder plantear apriorísticamente una trayectoria de poblamiento, que si en lo estructural resulta bastante parecida a la del sur, al menos culturalmente presenta algunos rasgos diferenciados que la aproximan a la dinámica de los asentamientos mesetños.

Para una mejor comprensión revisaremos aquellos poblados revestidos de cierta significación y que consideremos como exponentes de un área concreta, en este sentido el Cerro de la Horca y Cabrerizas nos ofrecen esta visión en el cuadrante suroriental de la provincia, Los Barruecos en la Occidental, Navalunga y los Mármoles, La Mesilla y el Canchal en el Noreste, El Madroñil y la Coronita en el Norte y por último en el cuadrante central y Noroccidental el Castillejo de Villasbuenas, el Castillejo de Santiago del Campo y Campillones de Plasencia.

La trayectoria del primero se conoce a través de diversas publicaciones, habiendo adelantado en estas páginas algo de su contenido en cerámicas impresas, horizonte que a partir de este momento hay que valorar además por su discontinuidad estratigráfica con las capas superiores que se corresponden con una fase ya Plena (C.H. II) y veremos que también tardía del Calcolítico. Su registro estratigráfico constituyó la primera referencia explícita acerca del proceso evolutivo de este periodo en la Alta Extremadura.

El área excavada mostró la existencia de silos, hogares, cabañas de diferentes dimensiones, construidas con segmentos paracirculares de piedras, repartidos entre la meseta y la base del cerro.

El grueso de la cerámica es lisa, siendo abundantes los recipientes semiesféricos de todos los tamaños; les siguen los platos, fuentes provistos preferentemente de bordes engrosados-reforzados, almendrado, de pestaña entrante y los planos cóncavos, los vasos globulares y alguna olla troncocónica de gran tamaño. Las cazuelas sin embargo tienen una frecuencia casi nula. Mamelones

La cerámica decorada supone un fuerte porcentaje en el conjunto, en el que cabe valorar su riqueza temática. Su carácter distintivo viene dado por las incisiones con temas en zig-zags, espina, esteliformes, triángulos, acanaladuras paralelas y haces desordenados que curiosamente igual que lo harán las impresiones aparecen frecuentemente en el fondo de los platos y fuentes. Las impresiones se agrupan normalmente en amplias bandas o entramados verticales, oblicuos, horizontales o rellenando triángulos; muchas han sido rellenadas de una pasta blanca de procedencia caliza. La variedad de pastillas repujadas destaca abundantemente, agrupándose en hileras bajo el borde, a semejanza de las pastillas aplicadas mucho más escasas.

Esporádicamente se halla la cerámica pintada o la engobadas con almagra u otras soluciones más perecederas que confiere a veces a los recipientes un aspecto satinado o bruñido.

Pesas de telar, crecientes, morillos, cucharones, queseras o coladores representan al bloque cerámico industrial, y una figura idoliforme al iconológico. En este apartado quizá pueden incluirse también, algunas pesas decoradas imitando los grabados antropomorfos de algunas placas alentejanas y extremeñas.

La industria osca es igualmente abundante, registrándose la presencia de punzones, espátulas e incluso ídolos falange. La industria lítica parte con un gran número de piezas trabajadas en sílex, con un elevado índice de puntas de flecha de base recta, cóncava, cóncava, con aletas, pedúnculos, etc, dentro de una diversidad de armaduras y tamaños. Le continúan las láminas de sección triangular y trapezoidal, dientes de hoz, raspadores, buriles, etc.

Punzones, fragmentos de cuchillos curvos como los de los Millares o Vila Nova, fragmentos de hachas, remaches y placas forman el instrumental de cobre recogido con cierta frecuencia, tanto en este nivel como en superficie, junto a rebabas y crisoles.

Añadido todo esto a un instrumental pulimentado de elementos de trituración, masa, molienda, percusión, a las hachas y azuelas aportan un cuadro tipológico extenso al que sólo cabe añadir la presencia de vasos calcareos reticulados, cuentas de collar e ídolos cilindros macizos en gola.

El yacimiento de Las Cabrerizas comparte el mismo cuadro ergológico con el yacimiento anterior, pero matizado por la presencia, en lo que se lleva excavado, de un único nivel adscrito a este Clacolítico Pleno regional, que implica una ausencia total de elementos campaniformes. Consta no obstante de algunas novedades como las cerámicas con decoraciones incisas ondeadas o lineales trazadas a peine, presentes en La Pijotilla, pero prácticamente ausentes en el vecino Cerro de la Horca, del cual dista apenas seis kilómetros. Es interesante también la elevada proporción de cerámicas con pastillas repujadas, la muestra faunística, que ayuda junto a lo extraído en otras otras localidades del entorno a una reconstrucción parcial del ecosistema y la constancia de materiales elaborados en cobre, como un hacha y un punzón que en esta latitud confirman la extensión de la metalurgia antes de la etapa campaniforme.

Otro motivo de importancia de Cabrerizas viene dado por la presencia de una gran cabaña circular con un muro de cerramiento de 70 cms. de espesor que levanta en los puntos mejor conservados hasta 60 cms. En la sección de las paredes, dos hiladas de piedras de distintos tamaños presentan caras regulares al interior y exterior del anillo, mientras que en el núcleo del muro van trabadas con barro y otra piedras más pequeñas. La puerta se abre al Noreste, cerrando todo una superficie de 16,61 m².

En el centro se apilan las piedras que habrían de servir de calzo al poste central, y muy concentrados hacia la puierta, un hogar delimitado por piedras, una plancha de pizarra y un escaño de piedra para sentarse frente a un molino barquiforme, que hallamos recostado junto a la pared, al lado de molederas y un hacha.

En un punto opuesto, también junto a la pared descansaba un gran recipiente cerámico, junto a un nutrido lote de pesas de telar, tapaderas de pizarra y esquirilas producto de una actividad de talla.

La pavimentación del suelo se resolvió con un relleno de cenizas apisonadas y la cobertura, a juzgar por las huellas en las pellas de barro debió de estar construida con materiales vegetales tales como cañas y retama.

Este hallazgo enriquece el mapa de patrones urbanísticos, que aparecían pobremente representados en otros yacimientos de nuestra región y contribuye a establecer puntos de conexión con otros asentamientos, algunos tan alejados como el Malagón (Granada) o los de la Extremadura portuguesa.

Otros asentamientos, particularmente interesante de este área, son El Castillejos, un poblado amurallado, situado frente a una fortificación en la que verificamos a lo largo de un corte de 16 m. la existencia de tres partes distintas de amurallamiento en función de la defensa de una plataforma donde se situó una línea murada de 2,60 m de espesor con la cara exterior bien dispuesta, a base de grandes sillares irregulares. La segunda línea viene a ser un aterramiento de sustentación del muro superior y de los bastiones de la base, uno de los cuales tuvimos la oportunidad de interceptar parcialmente.

Desde su cima se divisa apenas unos 300 m. un poblado amurallado al cual tuvo que servir, a juzgar por la coetaneidad de sus materiales cerrados en un único horizonte precampaniforme similar a la Horca o Cabrerizas, de los cuales dista 8 y 5 Kms. respectivamente.

El Castrejón, La Matilla, El local son otros asentamientos de este cuadrante con un perímetro cerrado por murallas con el mismo tipo de materiales, en los que el hábitat se combina entre abrigos graníticos y cabañas circulares de sólida estructura petrea; más hacia el sur se encuentra La Navilla de Montánchez, con una importante continuidad en el Bronce, El Castilijillo de Valdemorales y hacia el Este Aguasviejas en Trujillo, Santa Cruz, Cerro de la Cabeza en Escorial y el Castillo de Cañamero.

Hacia Occidente, prácticamente en la misma línea se halla el poblado de los Barruecos. Excavado recientemente, fue dado a conocer por nosotros a raíz del descubrimiento de pinturas esquemáticas y grabados rupestres diseminados entre los caprichosas formas graníticas que caracterizan su paisaje³⁶; poste-

³⁶ A. González y M. de Alvarado, "Pinturas esquemáticas y grabados rupestres de los Barruecos (Malpartida de Cáceres)", *Actas de las I Jornadas de Metodología y Didáctica de la Historia. Prehistoria y Arqueología*, 155-168, Cáceres 1985.

riormente un adelanto sobre los primeros hallazgos materiales³⁷ contribuyó de manera decisiva a la realización de una investigación arqueológica de mayor envergadura³⁸.

La cerca o anillo que debió rodear el recinto, actúa como un mero complemento de las enormes rocas que de forma natural se hallan asentadas en el terreno, interrumpiéndose a trechos. Su excavación sacó a la luz una cimentación a base de cantos irregulares y tierra apisonada sobre la que se montaban grandes bloques de piedra, a veces clavadas verticalmente.

En el interior el espacio habitado se reparte entre los abrigos que forman las rocas hacinadas y un gran espacio al aire libre, en ambos se han detectado zócalos de cabañas construidas con materiales perecederos, hogares y agujeros para postes, etc.

Aparentemente muestra tres niveles de ocupación, al primero ya hemos hecho referencia, se trata del horizonte de formación Calcolítico, pues en él se asocian platos a cazuelas carenadas, un segundo con desarrollo Pleno al que sucede la etapa campaniforme. Un cuarto nivel más antiguo queda en entredicho por la surgencia de cerámicas con decoración impresa tipo Boquique junto a microlitos de segmento de círculo, pero dado que se asocia al nivel Calcolítico inicial sin expresar ninguna diferenciación, más parece que se trate de un material revuelto por los pobladores de fases posteriores, que una pervivencia en el bagaje cultural, cuando en el yacimiento falta un verdadero horizonte Neolítico Final. Es de todos modos una circunstancia a tener en cuenta, porque el mismo fenómeno se repite en Los Castillejos II de Plasenzuela, con la salvedad de que en esta estación aparece junto a materiales del Calcolítico Pleno.

El desarrollo Pleno muestra un cuadro de materiales muy semejante a los ya referidos de la comarca de Plasenzuela, aunque se echa a faltar la densidad temática de las decoraciones cerámicas, más simples y explícitas en los Barruecos. Las únicas diferencias las marcan la mayor presencia de cerámicas tratadas con una solución almagrina y la ausencia de industria metálica en este nivel.

En el mismo cuadrante de la provincia otros yacimientos recogen las mismas influencias del Calcolítico tipificado por los platos de bordes engrosados; El Jardiner de Valencia de Alcántara³⁹, El Castillón, Las Mazarronas y Canchos de la Muralla en Garrovillas y quizá en otros escasamente prospectados del Puerto del Clavín y Morrón del Peral.

³⁷ A. González y M., de Alvarado, "Aportación al estudio del yacimiento de Los Barruecos, Malpartida de Cáceres, Cáceres", *Alcántara*, 3, 57-78, Cáceres 1984.

³⁸ M^a. I. Saucedo, " Primeros avances sobre el Calcolítico en Extremadura: Los Barruecos, Malpartida de Cáceres (Cáceres)", *Norba* 7, 17-23, Cáceres 1986.

³⁹ P. Bueno y R. Balbín, "El proyecto arqueológico -Valencia de Alcántara: El Jardiner y yacimientos megalíticos de la comarca de Valencia de Alcántara (Cáceres)", *Extremadura Arqueológica* II, 89-101, Mérida-Cáceres 1991.

En los yacimientos situados al Norte del Tajo, apenas hay noticias de excavaciones sistemáticas, por lo que la interpretación de los datos que disponemos queda bastante subjetivada por la falta de relación estratigráfica. El detalle más interesante que se observa es la notable ausencia por el momento de cualquier vestigio de platos o fuentes de bordes engrosados y la mayor presencia de especies como las pastillas repujadas y peinadas.

El primer poblado destacado, Navalunga, en la Jara cacereña, se halla muy cerca del Tajo, aislado del centro de la provincia por el macizo de Las Villuercas. Le rodea un paisaje de bolos graníticos semejante a los Barruecos, de hecho abundan en sus alrededores pinturas y grabados rupestres, a la par que una parte del poblado se cobija entre los abrigos que forma una canchallera. Carece aparentemente de muralla y registra al menos un nivel con presencia de cerámicas de pastillas repujadas e impresas inserta en recipientes hemisféricos, y globulares, la acompañan pesas de telar, crecientes, una industria lítica de láminas foliáceas y láminas de cobre⁴⁰.

El del los Mármoles es un ejemplo del desarrollo del poblamiento de la orilla del Tajo en el tramo de Valdecañas, su descubrimiento se debe al descenso de nivel en las aguas del pantano que arrastraron consigo los sedimentos arenosos, hasta dejar al descubierto numerosos silos, fondos de cabaña y hogares. Su extensión a intervalos por ambas orillas, intercalándose entre monumentos funerarios megalíticos como El Horquillo en Bohonal de Ibor o El Guadalperal, en Peraleda de la Mata, nos informan de un estilo de poblamiento que tal vez tenga mucho que ver con traslaciones estacionales del asentamiento desde poblados vecinos como el que hemos citado de Navalunga u otro cercano de La Cabecita.

El mismo Obermaier⁴¹, autor de la excavación del segundo monumento comentó, que en la periferia del dolmen de Guadalperal se descubrieron hogares, manchas de carbón, cenizas, molinos naviformes, piedras para afilar hachas, pellas de barro, puntas de flecha, etc, es decir, que se trata de gentes que construyeron sus viviendas sin el abrigo de murallas, con materiales tan perecederos que no quedan de las mismas, sino unos agujeros para el calzo de postes, unas piedras de delimitación de su perímetro y los hogares o los silos.

La ocupación de tales lugares debe ocurrir en un momento evidentemente más antiguo si nos atenemos a los materiales presentes en los tholos, pero su gran expansión tiene lugar en la plenitud de la Edad del Cobre, llegando a infiltrar cerámicas con pastillas repujadas en sepulcros como Guadalperal, donde hasta el momento habían pasado desapercibidas.

⁴⁰ A. González y D. Quijada, *Los orígenes del Campo Arañuelo y la Jara cacereña, Navalmoral de la Mata* 1991.

⁴¹ G. y V. Leisner, "El Guadalperal...", Op. Cit.

En el escalón de la Vera, mirando tanto a la orilla del Tiétar como en el interior tuvimos ocasión de inventariar recientemente siete poblados, de los cuales el más importante es el del Canchal en Jaraiz de la Vera. Situado sobre un otero granítico, recorre su coronamiento una muralleja construida a base de una doble hilada de piedras hincadas, que suponemos sería rellenas con aparejo de similares características; en el interior, sobresalen los paramentos circulares de algunas cabañas delatando varios de estos espacios que debieron de estar recubiertos por materia vegetal a juzgar por la cantidad de pellas de barro con improntas que observamos. Molederas, yunques, hachas, puntas de flechas y gran cantidad de material cerámico fueron recogidos en superficie. Destaca la presencia de cuencos hemisféricos de gran tamaño, vasos cerrados, ollas, crecientes, pesas de telar, algunas decoradas al estilo del Cerro de la Horca, pastillas repujadas y fragmentos con bandas de pintura negra en el borde.

Al pie del yacimiento contabilizamos diez sepulcros de tipo dolménico con cámara circular y corredores cortos, lo que nos hacen suponer la existencia de niveles más antiguos en el yacimiento. Uno de ellos ha sido excavado clandestinamente, desconociéndose el paradero de su ajuar.

Otro yacimiento de gran entidad se halla entre las cuestas de Torreseca y Mesillas, tal vez el más extenso de la provincia de Cáceres, pero desgraciadamente el aterrazamiento a que se ha visto sometido para la plantación de un pinar ha provocado el destrozo de toda su muralla y la mayor parte de las estructuras internas del asentamiento. De él proceden incontables fragmentos de cerámica, la mayoría grandes contenedores globulares o troncocónicos con cordones aplicados y mamelones de hechura tosca, cuencos semiesféricos y vasos de cuelllos realzados, de paredes rectas o reentrantes, bien cuidados y con decoraciones a peine, pastillas repujadas o aplicadas, impresiones. Reseñables son los crecientes de grandes dimensiones, pesas de telar rectangulares, ovaladas, agujereadas por uno o dos extremos, morillos, soportes, coladores, cucharones, etc.

La industria lítica está constituida por grandes hojas de sílex, puntas de flechas y una relevante cantidad de desechos de talla, producto de un taller que encuentra en la llanura del Campo Arañuelo una fuente inagotable para su abastecimiento.

El único atisbo de estructura doméstica la descubrimos en una de las terrazas erosionada recientemente por el agua, junto a verdaderas masas de pellas. Consistía en el cerramiento o refuerzo de una cabaña confeccionado enteramente con barro que debieron cocer, pues su dureza era similar al adobe. Parte del arco que describe se halla perdido, pero en lo conservado es suficiente para adivinar una planta de forma elíptica.

La posición del asentamiento en el borde de una meseta que mira a la fosa tectónica del Tiétar le confiere enormes posibilidades de explotación del territorio,

refrendadas por la riqueza de la tierra y variedad del nicho ecológico.

En la misma onda se hallan el yacimiento del Cuarto de la Lagartera, Torreseca, Capichuelas, Borbollón y Arroyo de Santa María.

Girando hacia en Norte, en plena comarca de las Hurdes hemos computado cinco yacimientos, interesantes por cuanto a esta comarca se le había supuesto un vacío, en función de un supuesto aislamiento. Aquí los poblados se establecen sobre empinadas montañas, rodeadas la mayoría de la veces por uno o dos cursos de agua; no se aprecian líneas de defensa, salvo en el caso del Collado del Cerezal, donde sobresalen en la ladera grandes lastras de pizarra que hoy se hallan vencidas. Como en casos precedentes las cubiertas de las cabañas debieron de contruirse a partir de materiales perecederos, por lo abundante que son las peyllas de barro, en las que se reconocen además improntas de tallos de brezo.

El material lítico en sílex es escaso, sólo unas puntas de flecha de base convexa, perforadores y lascas delatan una actividad de talla, pero por contra es abundante la de elementos pulimentados, de molienda e incluso percusión.

Las cerámicas peinadas, con impresiones y mamelones parecen corresponderse con una banda de difusión más septentrional que meridional, aunque estos datos aún seben ser contrastados a través de excavaciones.

Con respecto al fenómeno megalítico en esta comarca, conocemos al menos dos sepulcros en las Casas Tejadas de Ovejuela que conservan parte de los ortostatos en pie y la cubierta. Así mismo en el Madroñil, La Coronita, Las Corras y Chapallares existen otro tipo de enterramientos de menor tamaño, que parecen hallarse en relación con el hallazgo de ídolos estela.

En el último sector, que abarca prácticamente el cuadrado occidental del la provincia, se conocen menos asentamientos, pero siguen conservando a efectos de poblamiento en mismo corte que los anteriores, con emplazamientos altos, al borde de riberos o gargantas, menos en la Lucía de Monroy donde sorpresivamente en un terreno completamente llano, carente de estructuras arquitectónicas afloran fragmentos de cerámicas, en su mayoría decoradas con pastillas repujadas, un caso similar al que M^a. I. Saucedo estudia en el yacimiento vecino de Los Términos. En Los Campillones de Plasencia hay constancia de amurallamiento, pero escasea la cerámica, igual que en el Matón de Hernán Pérez, el Castillejo de Perales del Puerto o el de Villasbuenas de Gata.

Un caso excepcional es el poblado de los Castillejos de Santiago del Campo⁴², un yacimiento de la Edad del Hierro parcialmente excavado en cuya base se descubren materiales del Calcolítico Pleno, Final y Bronce Pleno que

⁴² J. Esteban y J. Salas, "1ª campaña de excavaciones en el Castro de El Castillejo de Santiago del Campo (Cáceres)", *Extremadura Arqueológica* I, 129-142, Mérida 1988.

fueron consignados erróneamente por sus excavadores. Se trata de cerámicas a peine, repujadas, mamelones e incluso campaniformes asociados a puntas de palmela.

V. CALCOLITICO FINAL, LA FASE CAMPANIFORME

La etapa campaniforme se conoce en la provincia de Cáceres deficientemente, pues en la mayoría de las estaciones donde se ha registrado su presencia, salvo en el Cerro de la Horca, Barruecos y Guadalperal, en el resto, El Risco, Horquillo, Castillejos de Santiago del Campo, etc., se reduce a meros testimonios de la extensión de esta fase.

Tal vez lo más significativo sea su convivencia con elementos de la tradición anterior, al menos en apariencia, ya que de momento no conocemos ningún yacimiento en Extremadura, que esta fase aparezca íntegra y aislada de las anteriores.

El que mayor cantidad y variedad de cerámica campaniforme ha proporcionado es el Cerro de la Horca (C.H. III) con 71 fragmentos, 34 de los cuales corresponden a tipos incisos del complejo ciempozuelos, 31 con puntillados geométricos, cinco ejemplares mixtos con incisiones y puntillado y un fragmento de cordado.

Dentro de los puntillados reconocemos como pertenecientes al complejo marítimo clásico, 11 fragmentos, mientras el resto parece corresponder a desarrollos locales que en cierto modo pueden ser asimilables a algunas temáticas del complejo Palmela, al igual que los cinco ejemplares mixtos.

La presencia del campaniforme cordado, como ocurre en La Pijotilla puede justificar, como apuntaran Hurtado y Amores⁴³ la recepción de un flujo de ideas con regiones transpirenaicas donde estas temáticas, al igual que las pastillas repujadas parecen haberse dado con anterioridad.

El hecho de que en el Cerro de la Horca la presencia de cerámicas campaniformes sólo tenga constancia en niveles superficiales, impide su asociación a estructuras, lo mismo que en Los Barruecos, donde el registro campaniforme es mayoritariamente inciso. Únicamente en el Horquillo, (Talavera la Vieja), en una parte arrasada por el agua del pantano de Valdecañas, se dibujan las plantas de algunas cabañas, silos y hogares.

Guadalperal es el único depósito funerario donde aparece esta variedad

⁴³ V. Hurtado y F. Amores, "Estudio de las relaciones culturales a través de fósiles directores en la Pijotilla, Badajoz", *Actas de las II Jornadas de Metodología y Didáctica de la Historia*, Cáceres.

cerámica en la provincia, compartiendo un lugar especial junto a muchos otros megalitos de la Meseta (Delibes Metalurgia) reutilizados en un momento tardío, siendo en este como en otros casos muy evidente la diferencia de ajuares de una y otra época.

Todos son materiales Ciempozuelos y si seguimos la pauta de los enterramientos en fosa, en Guadalperal podemos afirmar que fueron inhumados al menos tres individuos, lo que supone un volumen de ajuares considerable.

Delibes⁴⁴ recientemente ha suregido, a raíz del estudio de los megalitos salmantinos donde se da la misma situación que en Guadalperal, que las gentes Ciempozuelos, reinciden en el alojamiento de sus muertos en el mismo lugar en que las poblaciones locales lo hacían ya más de un milenio antes, lo que supone un síntoma de continuidad cultural, frente a la corriente discontinuista que se venía manteniendo y que parecía refrendada por ciertos megalitos burgaleses.

VI. CONSIDERACIONES FINALES

Lo suministrado páginas atrás, constituye la base de un apunte hipotético de la secuencia de la Edad del Cobre en la Alta Extremadura a la espera de que se realicen nuevas excavaciones, en tanto, nuestra valoración puede resumirse en los siguientes puntos:

a) El Horizonte Neolítico Tardío en Extremadura se halla definido por la presencia de cerámicas decoradas tipo boquique asociadas a una industria microlítica que no tendrá continuidad en las etapas subsiguientes y que es asimilable al Neolítico Tardío de Andalucía o al Superior portugués.

b) El Neolítico Final con un registro mayoritario en los sepulcros dolménicos es asimilable al horizonte de las cazuelas carenadas del Suroeste o la "Taça carenada".

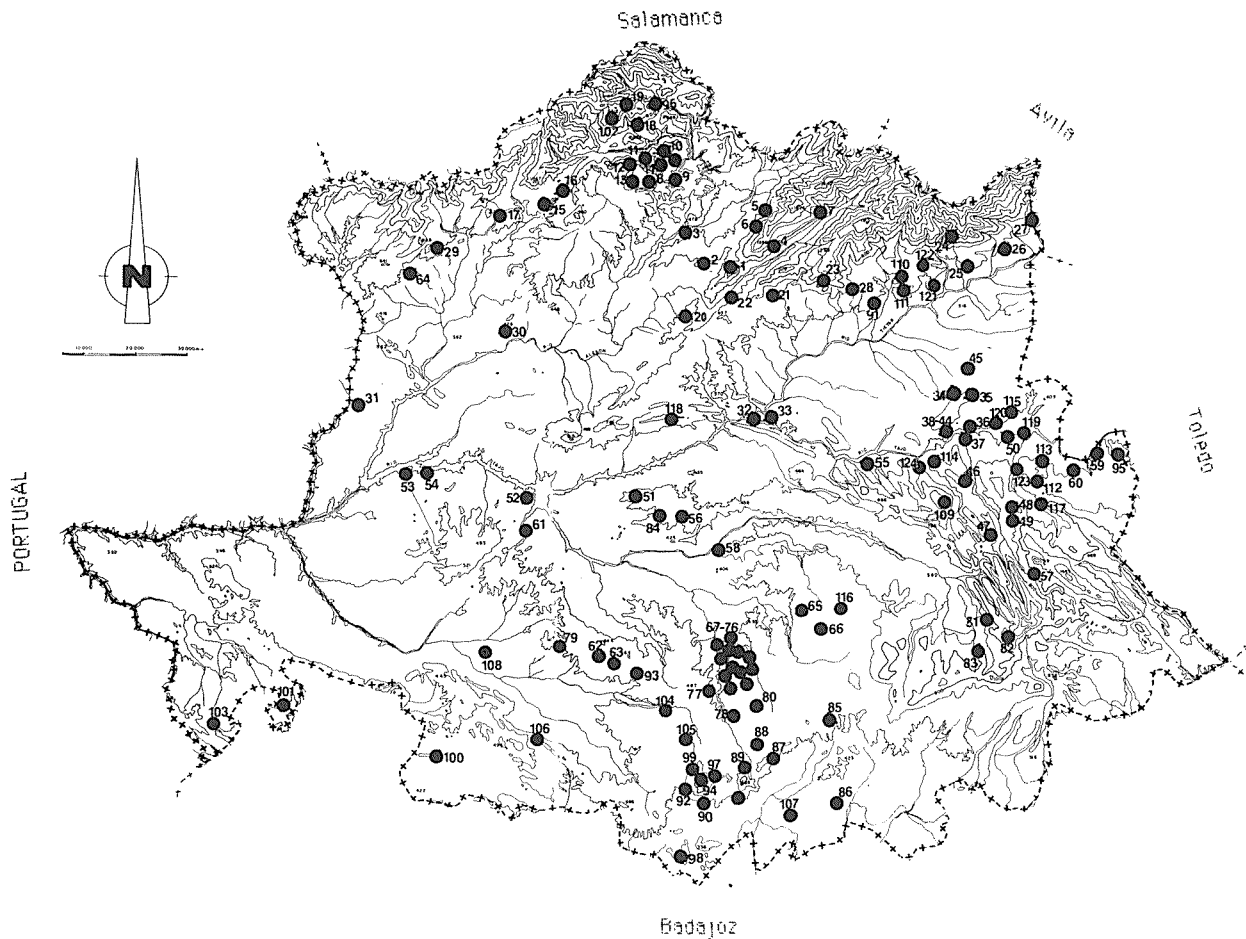
c) El horizonte que hemos denominado de transición, representado en la Alta Extremadura por el yacimiento de Sierra de la Pepa, está caracterizado por la asociación estratigráfica de las cazuelas carenadas y los platos de borde engrosado en consonancia con lo atestiguado en Papa Uvas IV y Monte da Tumba.

d) El Calcolítico Pleno parece contar con dos áreas delimitadas geográficamente por la fosa del Tajo. La meridional se abriría según lo expuesto, a fuertes influencias del Sur y el Oeste respectivamente, mientras que la septentrional se abre más hacia la meseta. Su mayor florecimiento, a tenor de las fechas proporcionadas por los yacimientos de Plasenzuela lo alcanza entre el 2200 y

⁴⁴ G. Delibes, "Sobre los enterramientos del grupo campaniforme de Ciempozuelos: Diversidad y tradición", *El origen de la metalurgia en la Península Ibérica II*, 43, Madrid 1987.

el 2000 a. C.

e) La fase Campaniforme parece superponerse a las anteriores, acusando una recesión en el poblamiento. Su duración aun no se ha podido determinar, pero el impacto, aunque menor que en otra áreas, debió ser sostenido a juzgar por su amplia representatividad de sus variedades.



Yacimientos de la Edad del Cobre en la Alta Extremadura (V. leg. págs. segs.).

- 1 — Boquique (Plasencia).
- 2 — El Berrocalillo (Plasencia).
- 3 — La Cuesta (Oliva de Plasencia).
- 4 — El Butracón (El Rebollar).
- 5 — Cabezabellosa.
- 6 — Navalanguilla (Plasencia).
- 7 — Majada Vieja, Varallana, Las Tejoneras, Majada Rodrigo, Majada Vieja (Navaconcejo).
- 8 — Covacho del Aceuche, Covacho cuarto de Las Patatas, Eras del Peñasarro (Santibañez el Bajo).
- 9 — Cabeza de Serrano (Santibañez el Bajo).
- 10 — Huerta de Serrano (Santibañez el Bajo).
- 11 — Los Casares (Santibañez el Bajo).
- 12 — Los Corrales (Santibañez el Bajo).
- 13 — Peña Escrita (Santibañez el Bajo).
- 14 — Cabezo Jerrero (Santibañez el Bajo).
- 15 — Alcorboque (Hernán Pérez).
- 16 — La Retama (Hernán Pérez).
- 17 — Castillejos (Villasbuenas de Gata).
- 18 — La Coronita (Aceña de Camino Morisco).
- 19 — El Collao (El Cerezal).
- 20 — Campillones (Plasencia).
- 21 — Jara de la Torre (Malpartida de Plasencia).
- 22 — Cerrucejo Bajo (Malpartida de Plasencia).
- 23 — Torremenga.
- 24 — Talaveruela.
- 25 — Cuevas de Valderrey (Valverde de la Vera).
- 26 — Cruz del Pobre (Villanueva de la Vera).
- 27 — El Cardenilla (Madrigal de la Vera).
- 28 — El Canchal (Jaraiz de la Vera).
- 29 — Perales del Puerto.
- 30 — Coria.
- 31 — Castillo de Peñafiel (Zarza la Mayor).
- 32 — Cueva del Peine (Torrejón el Rubio).
- 33 — Monfregüe (Torrejón el Rubio).
- 34 — Escuelas del Campo Arañuelo (Navalmoral de la Mata).
- 35 — Arroyo del Borbollón (Navalmoral de la Mata).
- 36 — La Muralla (Valdehuncar).
- 37 — Junta del Ibor — Tajo (Bohonal de Ibr).
- 38 a 44 — Abrigos del Ribero del Tajo (Belvís de Monroy).
- 45 — Arroyo de Santa María (Navalmoral de la Mata).
- 46 — Cerro de la Cabecita (Mesas de Ibor).
- 47 — Cueva de Las Ferrerías (Campillo de Deleitosa).
- 48 — Pico de la Covacha (Fresnedoso de Ibor).
- 49 — Abrigo de la Covacha (Fresnedoso de Ibor).
- 50 — Los Mármles (Bohonal de Ibor).
- 51 — Las Higueras (Talaván).
- 52 — Morrón de La Atalaya (Garrovillas).
- 53 — La Muralla (Garrovillas).
- 54 — Cueva de Lucillos (Garrovillas).
- 55 — Al Balat (Higuera).
- 56 — Los Términos (Monroy).
- 57 — Cueva del Aguazal (Castañar de Ibor).
- 58 — Agujón de Pantoja (Cáceres).
- 59 — Castros (Villar del Pedroso).
- 60 — Las Talayuelas (Valdelacasa).
- 61 — Las Mazarronas (Garrovillas).
- 62 — Cueva de Maltravieso (Cáceres).
- 63 — Cueva del Conejar (Cáceres).
- 64 — Sierra de Santa Olalla (Cilleros).
- 65 — El Zorro (Trujillo).
- 66 — Aguasviejas (Trujillo).
- 67 — Sierra de la Pepa (Plasenzuela).
- 68 — Castillejos I-IV (Plasenzuela).

- 69 — Cabrerizas de La Jara (La Cubre).
- 70 — Palacio de Casillas (Plasenzuela).
- 71 — La Horca (Plasenzuela).
- 72 — El Morrón, Los Covarrones y El Local (Plasenzuela).
- 73 — La Matilla y Acchuche (Plasenzuela).
- 74 — Cueva de Las Caballerías (Plasenzuela).
- 75 — Castrejón (Plasenzuela).
- 76 — Casillas (Plasenzuela).
- 77 — Molino Villareio (Plasenzuela).
- 78 — El Guijo (Plasenzuela).
- 79 — Los Barruecos (Malpartida de Cáceres).
- 80 — Los Pozuelos (Plasenzuela).
- 81 — Cueva Chiquita (Cañamero).
- 82 — El Castillo (Cañamero).
- 83 — Higuera, Cerro de la Ermita y Lote Tena (Cañamero).
- 84 — La Lucia (Monroy).
- 85 — Cerro de Santa Cruz (Santa Cruz de la Sierra).
- 86 — Cerro de la Cabeza (Escorial).
- 87 — Castillejo (Robledillo de Trujillo).
- 88 — Castillejo (Zarza de Montánchez).
- 89 — Atambores (Zarza de Montánchez).
- 90 — Pico Chate (Jaraiz de la Vera).
- 92 — Peña Aguilera (Montánchez).
- 93 — Castillo del Puerto (Cáceres).
- 94 — Los capallares (Vegas de Coria).
- 95 — El Castillo (Montánchez).
- 96 — Cerro Tejoneras (Villar del Pedroso).
- 97 — El Torreón (Montánchez).
- 98 — La Navilla (Montánchez).
- 99 — Montánchez.
- 100 — Morrón del Peral (Cáceres).
- 101 — Torre Albarragena (Valencia de Alcántara).
- 102 — El Jardinero (Valencia de Alcántara).
- 103 — El Madroñil (Camino Morisco).
- 104 — Torrequemada.
- 105 — El Depósito (Valdefuentes).
- 106 — Cancho del Pito (Cáceres).
- 107 — Los Canchales (Miajadas).
- 108 — Las Almedías (Aliseda).
- 109 — Sierra de la Caldilla (Higuera).
- 110 — Cerro Soldado (Jaraiz de la Vera).
- 111 — Las Capichuelas (Jarandilla).
- 112 — Navalucnga (Peraleda de San Román).
- 113 — Peña Castillo (Peraleda de San Román).
- 114 — Milanillo (Valdecañas).
- 115 — Orilla de Guadalperal - El Gordo.
- 116 — Torrucejo (Trujillo).
- 117 — El Escoberal (Peraleda de San Román).
- 118 — La Cueva (Serradilla).
- 119 — El Horquillo (Talavera la Vieja).
- 120 — Orilla de Peraleda (Peradela de la Mata).
- 121 — Mesillas (Jarandilla).
- 122 — Queserías (Robledillo de la Vera).
- 123 — Cancho de la Colmena (Peraleda de San Román).
- 124 — Cueva de Valdecañas (Vandecañas).

AGROAL AND THE EARLY BRONZE AGE OF THE PORTUGUESE LOWLANDS

by

Kafina T. Lillios *

Resumo: Povoados datados da Idade do Bronze inicial nas “Terras Baixas” do Sul de Portugal (2000-1500 AC) têm sido difíceis de identificar e, assim, o início do segundo milénio AC tem representado uma fase de fragmentação cultural ou um hiato cultural na Pré-história portuguesa. O povoado de Agroal (Vila Nova de Ourém), escavado entre 1988 e 1992, é o primeiro povoado datado pelo radiocarbono desse período. A estação tem fornecido dados que indicam actividades de pastagem (principalmente de *Bos*), agricultura intensiva, metalurgia do cobre e produção de têxteis. Nesse sentido, o Agroal demonstra alguma continuidade com os povoados da Idade do Cobre do Centro-Sul de Portugal. Esta comunicação sintetiza os dados obtidos nos povoados e enterramentos do Bronze Inicial nas “Terras Baixas” portuguesas e propõe um modelo explicativo das transformações dramáticas que ocorreram na transição da Idade do Cobre para a do Bronze.

Palavras-chave: Bronze Inicial. Mudança cultural. Centro-Sul de Portugal.

INTRODUCTION

The central problem that has plagued research on the Copper to Bronze Age transition in Portugal has been the lack of sites dated to the Early Bronze Age (2000-1500 BC). As a whole, radiocarbon dates for the later prehistory in Portugal are not abundant, and, as a result, attributions of late prehistoric material have relentlessly tossed on a stormy sea of conjectures, inconsistencies, and far-flung comparisons with the Spanish evidence.

Agroal is the first site in Portugal that has been securely dated to the Early Bronze Age. As such, it offers a unique means by which to evaluate previous chronological attributions, and, in particular, to understand why this period has presented such challenges to investigators in the past. Most importantly, it is currently the best available gauge by which to monitor the cultural changes that occurred between the Copper and Bronze Ages of the Portuguese lowlands.

* Department of Anthropology and Sociology. Ripon College, Ripon, WI 54971 USA.

In this paper, I present the results of survey and excavation which were conducted under my direction at Agroal between 1988 and 1990. This research revealed that Agroal was inhabited during both the Bronze Age (Early and Late), and Middle Ages; most of my discussion here, however, will concentrate on the Early Bronze Age occupation of the site. Although Agroal had been noted as early as the 1940s by the Portuguese archaeologist J. Camarate França (Castro 1973), it had not been excavated prior to 1988.

Throughout this fieldwork, I was particularly concerned with the following questions:

- 1) how do the artifacts, faunal assemblage, and context of Agroal compare to those of other well-defined Copper and Bronze Age sites,
- 2) what about the Early Bronze Age, as represented by Agroal, has rendered this period difficult to identify archaeologically, and, how might this problem be rectified in future survey programs, and
- 3) what was the nature of the subsistence economy and scale of social interactions at Agroal.

Environment of the Nabão Valley and Agroal

The site of Agroal is located on a hilly ridge (elev. 150 m) that overlooks a sharp bend in the Rio Nabão, at the confluence of the Nabão and the Ribeira dos Chãos (Fig. 1). The site extends approximately 700 m east-west, and 100 m north-south along this ridge.

The geology of the Nabão is succinctly described by Barnett (1985):

“The Valley of the Nabão is situated in a series of horizontal limestone beds of Jurassic through Miocene Age that extend west to the Atlantic coast. The topography is hilly and karstic; caves and underground channels are abundant. A fault marks the eastern boundary of the Nabão Valley, separating it from the Ordovician and Silurian quartzites, conglomerates, and metavolcanics to the east that are drained by the Rio Zêzere. Pre-Cambrian granites and schists dominate the geology further to the east”.

Flint is available in many areas along the Nabão, some within a few minutes walking distance from Agroal; material for groundstone tools, such as amphibolite cobbles, can be found within a day's walk.

The soils typical of the hills are degraded Alfisols (Red Mediterranean Soils, ‘terra rosa’). Generally, the topsoil and A horizons have eroded away; the red, clayey Bt horizon is left exposed. Preliminary analyses of the soils that

pre-date Bronze Age deposits at Agroal have indicated that the hill was covered by much less degraded soils during the site's Bronze Age occupation. These analyses will be discussed below.

Forests of pines (*Pinus pinaster*) dominate many of the hilltops of the Nabão; more common, however, are dense patches of kermes oak (*Quercus coccifera*), rock rose (*Cistus monspeliensis*), spurge (*Euphorbia characias*), wild olive (*Olea oleaster*), and expanses of fragrant herbs, such as rosemary (*Rosmarinus officinalis*) and lavender (*Lavandula* sp.). The year-round grazing of small herds of goat and sheep prevent the regeneration of the primary vegetation. Of the cultivated species, the olive and the grape are the most common.

In comparison to the hills in the Nabão Valley, the valley bottom is lush and fertile. Small dense plots of vegetable gardens, orchards, and vineyards, are maintained with the use of hand tools and animal-drawn irrigation systems.

The vegetation which covers the site primarily consists of oak shrubs, herbs, and olive groves (fig. 2). In many areas, the limestone bedrock is exposed, suggesting a long of history of human use. The only area along the ridge currently cultivated is a 100x100m depression located between two hillocks in Zone 2.

On the south slope of Agroal, a magnificent fresh water spring emerges and drains into the Nabão. Descriptions of this spring constitute most of the early published references to Agroal.

“At this spring of Agroal, there is a large opening of water, that originates within craggy eminences and extremely high rocks where eagles are nursed; these peaks are, therefore, known as the Peak of the Eagle. In the village (of Agroal) it already enters with the arrogance of a river... From it emerges a great amount of water with such a strong current that it turns many olive presses and mills...

...Although this river is born with severity, it flows always through a fertile and delightful land, until, when accompanied by many brooks, it is carried off by the Rio Zêzere...” (Costa 1868-9:109-110)

It is, in fact, the vegetation associated with the spring which gives the name to the area. ‘Agroal’ is derived from the Portuguese word for watercress (*Nasturtium officinale*), or *agrião*, which in the 1930s grew “in luxuriant festoons” (Guimarães 1932), and is still collected today for use in salads and soups.

This year-round spring at the base of Agroal provides an abundance of clean, cold water (2 million liters per 24 hours) (Guimarães 1932:8), and was probably an important factor in the initial settlement of the area in prehistory.

METHODOLOGY

Introduction

The principal goals of the fieldwork at Agroal were the following:

- 1) to establish an occupational chronology for the site and determine the nature of these occupations,
- 2) to identify the boundaries of the site during its occupations, and
- 3) to discover reasonably undisturbed deposits of Bronze Age material.

These were achieved by a combination of mapping, surface collection, soil phosphate testing, test pitting, and excavation. The general procedures followed for each of these activities, as well as processing and analytical techniques, will be briefly described below.

Mapping

Mapping was carried out in 1988 and 1989, during which the following maps were produced: a site plan (1:2000) (Fig. 3), indicating topography and architecture, plans (1:10) of pits and trenches excavated, and sections (1:20) of excavated pits and trenches. The site plan was produced with the use of a transit and stadia rod, using as a site datum a geodesic benchmark easily identified on the Portuguese Army map for the concelho of Vila Nova de Ourém (Serviço Cartográfico do Exército 1983). The site was divided into four zones (1-4), each similar in their topographic situation and modern land use practices.

Surface Collection

Surface collections were undertaken between in 1988 and 1990, in Zones 1-4. All surface artifacts were collected, whether diagnostic or undiagnostic, and their location, by zone, was noted. This was carried out in order to determine the areas where excavation would be most productive. Prior to excavations in 1988 and 1989, Zones 1-4 were traversed. At these times, Zone 4 was under a pine forest and no material below the layer of pine needles was recovered. However, in 1990, during which another survey was carried out, this pine forest had been cleared and the soil turned over for the planting of eucalyptus; an abundance of prehistoric artifacts was, at this time, recovered. The discovery of this material was instructive in indicating that the site was larger than previously suspected, and, since many of the artifacts were diagnostic and similar to other excavated material from Agroal, it was possible to confirm the chronological attribution of the site.

Soil Phosphate Testing (Field Method)

A pilot study was undertaken in the spring of 1988 to test the suitability

of applying phosphate analysis as a pre-excavation survey technique. Soil phosphates have long been known to be rough indicators of the degree of human activity. Their elevated values in soils are known to be the result of organic refuse disposal, cultivation, manuring, or the decomposition of organic building remains (Dauncey 1952; Arrhenius 1963; Sjöberg 1976). The technique used to determine soil phosphates in the field was Eidt's Ring Chromatography Field Test (RCFT) (Eidt 1984). This simple field test involves a two-step process of phosphate extraction, with a solution of ammonium molybdate and hydrochloric acid, and reduction, with a solution of ascorbic acid and distilled water. The intensity of the color change (to blue) of the soil on ash-free filter paper in combination with these solutions reflects the relative quantity of available phosphates in the soil. The reactions were stopped at the end of 2.5 minutes, with a solution of sodium citrate and water, and assigned a value, on a scale from 0-5; 0 meant no color change, 5 meant a thick blue band formed around the soil sample on the filter paper.

The RCFT is known to be an imprecise method of measuring soil phosphates since available phosphates form only a portion of the total phosphate levels of a soil. Nevertheless, it was thought to be worthwhile to compare the results of this technique with the results from other pre-excavation testing techniques, such as collection of surface artifacts and determination of deposit depth.

A 100 meter north-south transect was measured in Zone 3, where there was considerable surface artifactual material and visible architecture. Sub-datums were established every 10 meters. Depth to bedrock, weight of surface artifactual material within a 2m radius of each sub-datum, and phosphate levels, using the RCFT, were plotted. As figure 4 shows, the RCFT produced results similar to those of the other two more traditional survey techniques; it was also fast and non-destructive.

Test Pitting

In the spring of 1988, a 0.5 x 2.0m test pit (pit 1) was opened along a path on the north slope of the hill. This area was chosen because it was the area in which ceramics (carinated, burnished, hand-made) and animal bones had been found. Excavation proceeded by following natural layers, which were visible in the cut, screening (with 4mm mesh), and soil sampling at each layer. By the end of the 1989 season, a 9m² extension of this test pit had been excavated.

Excavation

Excavations were carried out in two six-week seasons in 1988 and 1989. Crew members included volunteers and students from the United States, Europe, Australia, and South America. Crew size ranged from five to ten individuals.

Excavations were concentrated in Zone 3, where the greatest abundance of

surface artifacts and architecture was noted. Two types of excavation strategies were employed. First, systematic sampling of different areas on the hilltop and hillslope was carried out. This was done so that all general areas would be covered, even if they did not yield surface artifacts. Pits opened under this strategy include pits 58-9/70-5, 52, and 60-9/76-82. Pits were also opened along discontinuous transects in order to determine the relation between features, such as Structures A and B (pits 2-5, 6-9, 10-5, and 16-23). This second strategy was also employed to relate known to unknown areas, such as upslope and downslope from pit 1 (i.e., pits 38-9, 42-5, 46-9, 53-6).

Excavation proceeded by following the natural stratigraphy. Natural layers greater than 10cm were further subdivided into 10cm artificial levels; 20cm artificial levels were sometimes used in areas where the stratigraphy was thought to be comparable to another known area. Digging was carried out with trowels, and where necessary, small picks. All soil was screened in 4mm screens; all artifacts and 'ecofacts' found in screening, including charcoal, bones, and seeds, were retrieved. In addition, samples from all artificial levels (designated by letters) within all natural layers (designated by numbers) were collected for soil analysis and flotation.

Processing and Recording

Processing and recording of the finds recovered occurred both in the field and in the United States. All artifacts were washed, and, if they had broken in the field or in transport they were glued together with a glue soluble in acetone (i.e., Uhu). All diagnostic artifacts (ceramic rims, bases, handles, with decoration, metal, lithics, bone, glass) were labeled individually, noting the excavation year and the pit, layer, and level in which they were found. For example, an object with a number of AG.88.5.4A.4 was excavated in 1988, and recovered in pit 5, level 4, layer A (which would be the first 10cm of layer 4). '4' was the individual reference of that object, which differentiated it from AG.88.5.4A.5, etc. Non-diagnostic artifacts were bagged together by layer and level, and not labeled individually. Some reconstruction, particularly of ceramics and bones, occurred after labeling. Each fragment from a reconstructed vessel or bone kept its individual number, so that it was possible to determine from a reconstructed piece whether there was mixing between the levels in which the fragments were found. In this way, I was able to establish, for example, that there had been considerable mixing (from roots or burrowing animals) in Structure B (pits 16-23); many of the reconstructed vessels were made from pieces found in different levels.

Most diagnostic artifacts from prehistoric levels were photographed and drawn, much of the Medieval material was similarly recorded.

Soil and flotation samples were recorded using a different series of numbers,

also indicating the layer and level in which they were taken. For soil analyses, including determinations of texture, color, pH, chemical composition, approximately 100 grams were collected. For flotation, samples of 8 liters of soil were collected. Flotation was carried out by mixing water from the spring at Agroal, stirring, and pouring the surface layer into a screen covered by cheesecloth. The cheesecloth was later folded, and set outdoors to dry.

Analyses

Ceramics. Diagnostic ceramics were sorted by decoration, rim form, and base form. Macroscopic identification of clay inclusions were made with the assistance of Howard Snyder (Yale University, Department of Geology and Geophysics).

Lithics. Classification by form and raw material were made of the flaked and groundstone lithics found at Agroal. Michael Chazan (Yale University, Department of Anthropology) provided assistance with classification; Howard Snyder helped in the identification of raw materials.

Metals. The metal objects recovered in Bronze Age contexts included a fishhook and a crucible. Samples of these materials were taken and analyzed for their physical and chemical constituents by David Killick (Harvard University, Peabody Museum).

Fauna. All fauna was identified using comparative collections at Yale University (Peabody Museum, Osteology Collection and Department of Anthropology). Each bone was identified by genus and species, if possible, body part, and side. Dr. Richard Meadow (Harvard University, Peabody Museum) assisted in these identifications.

Cementum deposition analyses were carried out on some of the well-preserved teeth by Margaret Beasley (University of London) in order to determine seasonality patterns at the site (Bourque, Morris, and Spiess 1978). Examination of the cementum banding patterns offers information as to the age and season of death. In all mammals, two bands of cementum are produced, one in the winter months, one in the summer months. The band produced in the winter months is thin and dark; the band produced in the summer is wide and light. Once the tooth is sectioned, and examined under a high-power microscope, it is often possible to examine the outer edge of the tooth (root area) and determine which of the two bands is situated at the outermost layer, reflecting conditions at death. The age at death is determined by counting the bands, dividing by two (as two are produced a year), and adding the age in which the tooth is known to erupt in the species. The results of these analyses are summarized in Table 5 and discussed below.

Soils. Analyses of particle size, pH, organic matter, and soil macronutrients were conducted at the Connecticut Agricultural Experiment Station, using procedures outlined in Wilde et al. 1979.

In addition, sequential fractionation of soil inorganic phosphates (Eidt 1984) was carried out by Dr. Robert Brinkmann at the State Soils Laboratory of the University of Wisconsin-Milwaukee. Phosphorus is an element found in all living things, which is extremely stable and strongly binds with iron, aluminum, and calcium cations. Unlike carbon and nitrogen, it does not volatilize (Eidt 1984:26). Phosphate analysis, thus, has been attractive to archaeologists interested in determining site boundaries and use-areas (Lippi 1988; Cavanagh, Hirst, and Litton 1988) and has had a long, albeit checkered, history in archaeology (Eidt 1984:33-8). The principal cause for the setbacks, and resultant skepticism (Cornwall 1958:195) in archaeological applications of phosphate analysis has been the confusion relating to the **total phosphate** value of a soil, or the total value of those phosphates both available and unavailable for plant uptake, and its **available phosphates**, which form only a small percentage of the total phosphates. Soils of low-base status (low pH) were thought to leach soil phosphates, when in fact, pH only effects those phosphates held in the available form.

In order to quantify the different forms of phosphates in soils, Eidt (1977) adapted the procedure of sequential fractionation of inorganic phosphates, first developed in the 1950s by the soil scientists Chang and Jackson (1957), to archaeological purposes. The technique allows for the identification of soils enriched by human activities through the isolation of the three fractions of inorganic phosphates: Fraction I corresponds to loosely bound aluminum and iron phosphates, Fraction II to the occluded aluminum and iron phosphates, and Fraction III to calcium phosphates. When settlement, or any other soil enriching activity ceases, the iron and aluminum cations that were loosely bound gradually occlude as Fraction II phosphates (Eidt 1984: 42). The ratio of Fraction II to Fraction I was thought by Eidt to be a relative dating technique (Eidt 1984:43). The results of phosphate fractionation analysis carried out on the soils at Agroal and their relevance to understanding the economy and ecology of the Early Bronze Age occupation of the site are discussed in this paper.

Charcoal. Charcoal recovered in excavation and flotation were identified by Lucinda McWeeney (Yale University, Department of Anthropology).

CHRONOLOGY

Absolute Dates

Agroal was first occupied in the Early Bronze Age, abandoned, and then

reoccupied between the 13th and 17th centuries A.D. The following radiocarbon dates for these two phases have been obtained.

Phase I - Bronze Age

3560 +/- 145 BP (GX-15390-G), bone collagen,
calibrated to 2360-1520 BC

3570 +/- 205 BP (GX-15390-A), bone apatite, calibrated
to 2280-1680 BC

Phase II - Medieval

670 +/- 50 BP (WIS-2081), charcoal (*Olea* sp. and
Crataegus sp.)

450 +/- 50 BP (WIS-2082), charcoal

310 +/- 50 BP (WIS-2083), charcoal

The material used to provide the Bronze Age dates were fragments of uncarbonized animal recovered in level 2, of pit 1. The Medieval dates were taken on charcoal recovered in pits 10-5, level 3 (WIS-2081, 2082) and pits 16-23, level 5 (WIS-2083) (Steventon and Kutzbach 1990).

Stratigraphy

Levels that contained Bronze Age material were either mixed with Medieval objects (such as those in pits 32-3, 38-9, 60-9/76-84), or unmixed and secondary (such as those in pits 1/24-7/40-1/50-2, 53-6, and 58-9/70-5). In general, the site has suffered a good deal of post-depositional disturbance, including erosion, ploughing/tilling; and compaction. These factors have rendered the unequivocal dating of structures quite difficult; most of these structures appear to be, however, Medieval in date.

SUMMARY OF OCCUPATIONAL HISTORY

Based on the documentary and archaeological evidence recovered during two seasons of excavations, the history of Agroal can be summarized into six major occupation and abandonment phases:

Phase I. Pre-occupation phase. Post-Pleistocene to pre-Bronze Age occupation (ca 10,000-2000 BC). Duration- ca 8000 years. No evidence for human occupation exists for Agroal prior to the Bronze Age.

Phase II. Bronze Age occupation (2000-1000 BC). Approximate size of settlement- 6 ha for Early Bronze Age, 12 ha for Late Bronze Age. Duration- ca 1000 years. The Early Bronze Age phase at Agroal was radiocarbon-dated; the Late Bronze Age determination was made by the comparison of the ceramics

to those from the site of Outeiro do Circo (Parreira 1971-5). No structural remains have been discovered, although it is possible that the Medieval structures on the site were made of reused Bronze Age building materials.

Phase III. Abandonment phase. Post-Bronze Age to pre-Medieval (1000 BC-AD 1300). Duration-ca 2300 years. While there is currently no archaeological evidence for occupation at Agroal during this phase, it is difficult to state that the land was not used (i.e., for grazing, hunting, gathering, cultivation).

Phase IV. Medieval occupation (AD 1300-1640). Approximate size of settlement-8 ha. Duration- ca 350 years. Dating for this occupation phase, derived from radiocarbon determinations and coinage, is quite secure. Numerous structures are in association with this occupation, including enclosure and terrace walls, domestic structures, and a possible animal pen.

There are faunal remains for this phase (N=630), with ovicaprids predominating (83%). Some cattle (2%) and pig (4%) were also recovered. During this phase, Agroal was apparently the site of a farm owned by the Order of Christ (successors to the Knights Templars in Portugal), as suggested by the discovery of a limestone stela in Zone 2 as well as the copper ring from pits 38-9, both with the cross of the Order represented. Based exclusively on the archaeological and architectural evidence, it appears that Zone 2 was devoted to the cultivation and processing of crops, while Zone 3 was devoted to the maintenance of domestic animals, the processing of their products, as well as their slaughter.

Phase V. Post-Medieval occupation (AD 1640-present). Duration-ca 350 years. During this phase, there appears to have been a shift from occupation on the hilltop to the base of the hill, at which is situated the year-round spring. The earliest documentary records for Agroal date to this phase (AD 1641-1645) and relate to the spring and various waterwheels situated in the area along the Nabão (Câmara Municipal de Tomar 1968:218-44). In the 1800s, Agroal continued to be known for the spring, and in particular for its associated mills used to produce olive oil (Costa 1868-9:109). Later, in the early 1900s, the area between the Structures A and B was used briefly as a field (unmanured) for the cultivation of corn. Photographs dating to the 1940s show relatively little vegetation covering the hilltops; the local inhabitants attribute this to the cutting of bushes for fuel.

Current land use activities, which include agriculture and grazing, probably minimally affect evidence for earlier activities, since they are concentrated in a few areas outside the principal occupational zones.

THE EARLY BRONZE AGE AT AGROAL

Ceramics

Pits 1/24-7/40-1/50-2 (level 2). Approximately 1000 ceramic fragments

were found in this 5 cu m area; roughly 120 were rim fragments from different vessels. The fabric and surface treatment of these ceramics are fairly homogeneous; all are handmade. The predominant inclusions are quartz grains, limestone fragments, and organic matter. The fabric color ranges from a buff, red-orange, brown or black; the color variation seems primarily due to different firing conditions. The only decoration found in these ceramics are 'mamilos', or small knobs, placed either along the rim or on the body of the vessel. Typically, both the exterior and interior surfaces are burnished. The one base fragment with which it was possible to reconstruct a base diameter shows that at least some vessels were flat-based. Base fragments from round-bottomed vessels, common in Early Bronze Age burials, may be underrepresented at Agroal since these can be indistinguishable from body fragments.

The ceramics from these pits have been classified into four major form types- I, II, III, and IV. Type I includes carinated vessels. Subtypes have been designated based on the relationship between the position of the rim and carination. Type Ia is composed of vessels whose rims extend to the same diameter as the carination; Type Ib is composed of vessels whose carinations extend beyond the diameter of the rim (Fig. 4).

Type II includes non-carinated vessels with curved profiles. Type IIa includes bowls with a curved, open profile (Fig. 5); Type IIb is composed of bowls with a curved profile and constricted neck.

Type III includes non-carinated vessels with straight, but non-vertical profiles, similar to the 'tronco-cónico' forms of Bronze Age vessels in northern Portugal (Bettencourt 1988) (Fig. 6).

Type IV is characterized by vessels with straight, vertical profiles. Whether the vessels are round- or flat-bottomed is uncertain, given the size of the fragments recovered (Fig. 1). These vessel types are comparable to those of ceramics excavated at other Bronze Age settlements in the Estremadura, such as Quitéria and Pessegueiro (Silva and Soares 1981:141-180) and Bronze Age dolmens in the Beiras (Senna-Martínez 1983-4).

Lithics

Both flaked and groundstone tools constitute the Early Bronze Age lithic assemblage at Agroal. Included in this short discussion are those recovered from unmixed and mixed deposits. The raw materials used for the stone tool industry are flint and quartzite for the flaked tools and quartzite and amphibolite for the groundstone tools. The flint and quartzite are local materials; the nearest source of amphibolite is ca. 40km to the east of Agroal.

The flaked tool industry is quite simple. The quartzite industry is composed of cortical elements, both large and small, and flakes taken from river cobbles. The

assemblage of flint artifacts is primarily debitage from the production of blades. One possible sickle blade and a point are the only two retouched flint tools.

The groundstone industry represented at Agroal's Early Bronze Age levels consists of two quartzite grinding/hammerstones.

Metal

Evidence for a metallurgical industry at Agroal was limited to ceramic crucible fragments and a copper fishhook. The metal droplets in the crucible and the fishhook are composed of arsenical copper. The fishhook is similar in form to others found on Copper and Bronze Age settlements in Portugal, such as Rotura (Silva 1966-7:169), Leceia (Cardoso, Soares, and Silva 1983-4:66), and Pessegueiro (Silva and Soares 1981:177). The source of the ore used in the crucible and the fishhook is not certain, although copper ores are known from the Lisbon area (100km from Agroal) and throughout northwestern and southern Spain (Coles and Harding 1979:9).

Fauna

A total of 524 animal bone fragments was recovered in Early Bronze Age levels in pits 1/24-7/40-1/50-2. While this sample is not large enough to be uncritically employed in comparisons with other assemblages, its internal consistency indicates that it can be used to derive significant conclusions on Early Bronze Age husbandry practices at Agroal. As mentioned above, the high density of faunal material and artifacts in this area suggests that this area represents a refuse deposit.

Table 1 indicates that approximately 50% of the faunal assemblage could be identified by species and animal part. Most of the bones were therefore quite fragmented, some apparently by butchery (cut marks) and others by carnivore chewing (gnaw marks).

TABLE 1
Summary of bones identified at Agroal

Total bones and bone fragments	524
Total bones identified	
by species	222
Percent bones identified	
by species	42.4
Total bones identified	
by bone element	209
Percent bones identified	
by bone element	39.9

The taphonomic history of this assemblage can be further elucidated by table 2, which shows the frequency of bone elements represented. What is most notable here is that those bones which predominate are those which do not provide meat, such as the skull, vertebrae, podials, metapodials, and phalanges. Those bone parts that are associated with most of the meat on animals, such as the long bones, are poorly represented. Such a distribution suggests that this assemblage is the refuse from a butchery area, and that those body parts which provided food, were taken elsewhere to be consumed.

TABLE 2
Frequency of bone elements at Agroal
(all species combined)

Bone Element	Total	Percent
Tooth	60	28.7
Cranium (no teeth)	46	22.0
Phalanx	15	7.2
Vertebra	14	6.7
Scapula	13	6.2
Metapodial	13	6.2
Podial	12	5.7
Rib	9	4.3
Radius	7	3.3
Tibia	6	2.9
Humerus	4	1.9
Pelvis	4	1.9
Femur	3	1.4
Ulna	2	1.0
Patella	1	0.5
Fibula	0	0.0

The next table (table 3) shows the proportion of animal species represented. Two points are clear from this table: 1) the assemblage from this area is predominantly of domestic animals, and 2) that *Bos* fragments constitute the majority of these bones. Such a distribution is suggestive of a highly specialized domesticate economy, not unlike that posited by Sherratt (1981) for other European Bronze Age sites. Cattle, according to Sherratt, were used for their milk, traction, and as means of transportation, and allowed second millennium BC populations in Europe, which may have been experiencing a certain pressure to compete for resources in the prime agricultural regions, to inhabit more marginal lands.

TABLE 3
Distribution by species of fauna recovered at Agroal

	Total	Percent
<i>Bos</i>	122	55.0
Ovicaprids	52	23.4
<i>Sus</i> (wild or domesticate)	45	20.3
Birds	3	1.3

Since cattle appear to have been a particularly important animal species in the economy of the site, the frequency of bone elements for that species was examined. Table 4 shows a similar distributional pattern as table 1; most of the bones represented are of non-meat parts. Thus, it also appears that beef was consumed, but in a different area from this apparently butchery/refuse area.

TABLE 4
Frequency of *Bos* bone elements at Agroal

Bone Element	Total	Percent of identified <i>Bos</i> bones (N=83)
Tooth	34	41.0
Phalanx	8	9.6
Cranium (no teeth)	7	8.4
Metapodial	7	8.4
Podial	7	8.4
Vertebra	5	6.0
Radius	4	4.8
Tibia	4	4.8
Pelvis	3	3.6
Humerus	1	1.2
Femur	1	1.2
Patella	1	1.2
Scapula	1	1.2
Fibula	0	0.0
Ulna	0	0.0
Rib	0	0.0

Further investigations were carried out in order to determine what the principal function of cattle were at the site. Of primary concern was whether

cattle were kept for meat or for its secondary products, such as milk, traction, or transportation. Cementum deposition analyses of the *Bos* teeth were thus undertaken in order to determine the seasonality of the site's occupations. Margaret Beasley, of the University of London, performed the sectioning and analysis. In addition to cattle, pig and ovicaprid teeth were submitted for study; however, only the cattle teeth provided cementum bands that were well-preserved enough to indicate seasonality. Table 5 shows the results of those cattle teeth recovered in pits 1/24-7/40-1/50-2 that could be analyzed.

TABLE 5
Results of Cementum Analysis (Agroal)

Field #	Tooth	Age	Season at Death
AG.50.2.1	upper right third premolar	≥6 years	winter
AG.41.2.75	upper right third premolar	?	?winter
AG.50.2.252	lower left third molar	≥8 years	winter
AG.F.84	lower right third molar	5 1/2 years	early spring
Winter	=	November to end February	
Early Spring	=	late February to early March	

It is not realistic to reconstruct kill-of patterns on the basis of these four teeth. However, the patterns indicated do suggest that the cattle at Agroal were kept past their meat-producing prime, and possibly functioned as a source of milk or as draught animals. Cattle were also part of specialized culling practice; all the animals represented by these teeth were killed around the same time-during the winter/early spring. These data are consistent with a 'Secondary Products Revolution', as suggested by Sherratt (1981).

THE LATE BRONZE AGE AT AGROAL

Ceramics

Pits 53-6 (Levels 2 and 3A). The ceramics recovered in these levels differ somewhat from those in pits 1/24-7/40-1/50-2. Some of the forms represented are of vessels with curved, rather than sharply carinated profiles, and some are decorated in ways different from the above mentioned ceramics, such digital impressions along the rim ('digitada'). They are all, however, handmade and

burnished. Parallels for these ceramics can be found in the Late Bronze Age assemblage from Bocas, Rio Maior (Straus et al. 1988) and Cabeço do Crasto, Seia (Senna-Martinez, Guerra, and Fabião 1986:21, 23).

Pits 58-9/70-5 (Levels 1 and 2). The ceramics from these levels are all hand-made and burnished, as those mentioned above, although the fabric and forms differ significantly. The clays used in these ceramics are predominantly micaceous; the fragments are in general much harder and tend to be from thinner-walled vessels than those in pits 1/24-7/40-1/50-2. The nearest source of micaceous deposits is the Rio Zêzere, located 4km east of Agroal. The profiles of the ceramics in these pits are both curved, as well as straight, and have flat bases (Fig. 8). Flat-based ceramics are considered to be diagnostic of the Late Bronze Age (Parreira 1971-5). Some fragments are decorated with notches or incised.

In addition to vessel fragments, one ceramic spindle whorl was found in these pits. It was undecorated, and is similar to a ceramic spindle whorl found at the Bronze Age settlement of Pessegueiro (Silva and Soares 1981:177).

Lithics

The groundstone assemblage recovered in Late Bronze Age levels consist of an amphibolite hammerstone and a quartzite grinding stone.

BRONZE AGE MATERIAL RECOVERED DURING SURVEY

The diagnostic artifacts recovered from the survey at Agroal could all be dated to the Early and Late Bronze Age. These included a ceramic fragment with digital impressions (Fig. 9), similar that found in what is believed to be an Early/Middle Bronze Age level at Agroal. One of most interesting finds, however, was a rim fragment with a hemispherical 'mamilo' and decorated with an impressed wedge-like pattern ('dentado'). Vessels with hemispherical lugs are known at the Early Bronze Age level at Cadaval (Cruz and Oosterbeek 1985:71, fig. 20); however, the only other parallel in its decoration as well as the 'mamilo' is an unpublished fragment excavated at Zambujal and recovered in level 5, believed to be an Early Bronze Age level (unpublished, Museu Municipal de Torres Vedras, field#: R-23-87-4/Z-R-12, M. Kunst: personal communication).

Numerous flint blades were recovered in the survey in an abundance not found through excavation. On one blade, in particular, silica gloss was detected, suggesting its use as a sickle blade. Finally, a 'mó movente' made of a micaceous

schist, which is found 10km east of Agroal, was recovered. This grinding stone, in addition to the adze fragment and sickle blade, attest to agricultural practices at Agroal.

RESULTS OF PHOSPHATE FRACTIONATION

Phosphate fractionation was carried out on soil samples collected during excavation. As a way of assessing the degree to which these soils represented enriched areas due to human and/or animal activities, control soils in the area of Agroal were sampled and analyzed. These control soils were collected in areas with known land use histories.

Control soils sampled were ranked by total phosphate value, from highest to lowest. A control sample was taken from the Bt horizon of the soil developed over a Würmian cryoclastic deposit found approximately 500m north of Agroal (J. Zilhão: personal communication), and since it is not believed to have been significantly effected by human occupation, it provides a baseline total inorganic phosphate value to which the other samples can be compared. This value (224.6 ppm) corresponds to the average value for inorganic phosphorus in sedimentary rocks (ca 200 ppm) given by Eidt (1984a: 27). Organic refuse areas and fields (unmanured) resulted in the greatest enrichment of total phosphate levels. Settlement and manured fields would be associated with much higher values. The soils under natural vegetation had the lowest total phosphate levels.

Archaeological soils collected from Zone 3 were ranked by their total phosphate value. By comparing these values with control samples, it was possible to determine which soil physical and chemical characteristics were most stable over time, and thus which characteristic(s) were the best indicators of use activities. Since the persistence of these traits, however, is highly dependent on the nature of the particular land use activities (intensity and duration), pH of the soil, and time since abandonment of the site, the results from this investigation may not apply to all archaeological situations, e.g. in the tropics, where the cycling rate of organic matter is higher than in temperate zones, such as the Mediterranean (Birkeland 1984: 268-71).

Soil pH was found not to be persistent, as had been noted previously (Birkeland 1984: 268-71). Organic matter levels are, however, more so, as the value from the presumed Medieval animal pen (Structure C) is still fairly high, even after abandonment 350 years ago. Total inorganic phosphate levels proved to be surprisingly stable, as evidenced by a comparison of the total phosphate value of a modern corn field at Agroal (sample 105=441.8 ppm) to that of a corn field known to have been abandoned between 50 and 100 years ago (sample

36=463.0 ppm). In order to visualize the changes in soil enrichment over time, two variables were plotted against each other: Time (Fraction II/I) and Intensity (Total Inorganic Phosphates) (Fig 10). Scales were equalized by ranking the samples by the values for these variables. The samples have also been distinguished by the date for the majority of associated artifacts.

A number of observations and tentative conclusions can be derived from this plot. First, there is a rough correlation between the relative age (Fraction II/I) of the soils and their associated artifacts. The cases where the correlation appears to deviate from the expected pattern are, however, worthy of note. The soils associated with Bronze Age artifacts in the lower right hand corner of the plot appear to be quite 'young'. This would suggest that either the technique is faulty or that the artifacts and the soil were not deposited at the same time. These samples, however, correspond to a shallow soil that developed since the deposition of the artifacts; no horizon differentiation was evident here (pits 58-9/70-5). A low II/I ratio would thus be expected, based on the soil's immaturity. The 'old' soils associated with Medieval artifacts in the left half of the plot are also instructive. They were all collected from the area between Structures A and B, at the site of an abandoned corn field. Mixing of artifacts and soils would be an expected occurrence, given the recent history of the area.

It is also clear that there is a correlation between time and the intensity of these activities. In general, the 'older' the soil, the higher the level of enrichment. That the two occupational phases of the site are roughly comparable in duration makes it possible to suggest that there was a decrease in the population of humans and/or animals at the site between its Bronze Age and Medieval occupations. While this is difficult to test, the archaeological data reflecting production activities indicate that at least a larger number of these activities are represented in the Bronze Age occupational phase than in the Medieval, and is possibly associated with a higher population level. Secondly, it is also possible that a shift from year-round to seasonal settlement occurred. Thirdly, agricultural systems may have shifted from being intensive, possibly with manuring, in the Bronze Age to extensive in the Middle Ages. The use of secondary products of animal domesticates in the Bronze Age is already suggested by the discovery of a spindle whorl and the cementum analysis of the cattle teeth. That other secondary products, such as manure, might have also been exploited, is not unlikely. This process of 'extensification' is also suggested by the shift in cattle/ovicaprid ratio from the Bronze Age to Medieval occupations of the site. The Bronze Age faunal assemblage is characterized by a higher cattle to ovicaprid ratio than the Medieval assemblage.

DISCUSSION

One of the principal results from the excavations at Agroal is the identification and secure dating of an Early Bronze Age occupation - a period which has been believed to represent a sort of cultural hiatus in the Portuguese lowlands (Straus et al. 1988:83). The recovery of abundant cultural material in well-dated levels was critical to the evaluation of chronological attributions of other late prehistoric sites. Finally, the faunal remains and soils sampled from Agroal permitted, for the first time, the reconstruction of the economy and ecology of an Early Bronze Age settlement in Portugal.

Perhaps the most significant conclusions derived from the excavations at Agroal is the recognition that the material recovered from Early Bronze Age deposits, in particular undecorated ceramics and stone tools, share many features, i.e., form and technique, with Copper Age material. Such a conclusion calls into serious question prior attributions of other Copper Age levels that do not have absolute dates. This continuity also transforms considerably models of cultural discontinuity which have traditionally been favored for the Portuguese lowlands. Discontinuity did occur, however, in the abundance and variety of decorated ceramics and flaked tool forms that are generally associated with Copper Age settlements.

The Bronze Age community at Agroal apparently subsisted on the products of plants and animals, both wild and domestic. Despite systematic flotation of all archaeological levels, no seeds were recovered. That sickle blades, a grinding stone, axes, and adzes were found, however, indicates that some exploitation of plant products was carried out. To what degree this was undertaken cannot be known at this point. More can be said regarding animal husbandry at Agroal. In particular, the recovered fauna and artifacts suggest the secondary use of animal domestics, in particular cattle. The mature cattle bones at Agroal suggest that these animals were not kept primarily as meat suppliers, but rather for their milk, transportation, or traction. As pack animals, these cattle would have facilitated travel and exchange throughout the hills of central and northern Portugal, as they do, in Portugal, to this day. The cattle would have also been a source of potential exchange goods, such as cheese, that could have been used to acquire agricultural products in the more arable zones. Cattle may have also functioned as indicators of wealth, as they are among some East African groups, like the Nuer.

The similarity of ceramic forms and decorations at Agroal and those of Bronze Age sites in northern and southwestern Portugal suggest such an exchange or the possibilities of emulation and population movement. The non-local origins of the amphibolite and copper ores represented at Agroal also point to interactions

with non-local groups. No indication for the on-site production of groundstone amphibolite objects has been recovered; thus, it is possible that the axe, adze, and hammerstone were brought to the site in a finished form.

Agroal, during the Early Bronze Age, thus appears to have been a fairly small and relatively self-sufficient community. It increased in size during the Late Bronze Age, perhaps as a reflection of its strategic location near a reliable spring and successful exploitation of local resources. It also, however, probably engaged in regular interactions with neighboring communities, as evidenced by the presence of objects made from non-local raw materials, and the overall similarity of its artifacts to those of other Bronze Age sites in northern and southern Portugal.

The nature of the Bronze Age deposits and artifacts at Agroal has also provided indications as to why it has been so difficult to identify Early Bronze Age settlements in the past. Considerable erosion, apparently due to a rather intensive use of the land during this period, no doubt has contributed to the displacement of artifacts and occupational levels, making site identification a challenging endeavor. A site at which there is poor depositional preservation does not generally find itself the object of intensive study. If more is to be known of the Early Bronze Age in Portugal, however, it will be essential that archaeologists first recognize the importance of this period, and then devise effective survey and excavation programs to deal with the special problems of Early Bronze Age settlements.

BIBLIOGRAPHY

- ARRHENIUS, O. (1963) - Investigation of soil from old Indian sites. *Ethnos* 28:122-36.
- BARNETT, W.K. (1985) - The preliminary physical analyses of two early Neolithic potsherds from the Gruta do Caldeirão, Tomar. *Arqueologia na Região de Tomar. Suplemento ao Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar* 1:47-54.
- BETTENCOURT, A.M.S. (1988) Os vasos tronco-cónicos da estação arqueológica Castelo-Sever do Vouga. *Arqueologia* 18:99-104.
- BOURQUE, B.J., MORRIS, K., AND SPIESS, A. (1978) - Determining the season of death of mammal teeth from archaeological sites: a new sectioning technique. *Science* 199(3):530-1.
- CAMARA MUNICIPAL DE TOMAR (1968) - *Anais do Município de Tomar. Vol. IV (1581-1700)*. Tomar.
- CARDOSO, J.L., SOARES, J., AND SILVA, C.T. da (1983-4) - O povoado calcolítico de Leceia (Oeiras). *Clio/Arqueologia* 1:41-68.
- CASTRO, M.J.M. (1973) - *Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Tomar*. (Dissertação para Licenciatura em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

- CAVANAGH, W.G., HIRST, S., AND LITTON, C.D. (1988) - Soil phosphate, site boundaries, and change point analysis. *Journal of Field Archaeology* 15:67-83.
- CHANG, S.W. AND JACKSON, M.L. (1957) - Fractionation of soil phosphorus. *Soil Science* 84:133-44.
- COLES, J.M. AND HARDING, A.F. (1979) - *The Bronze Age in Europe*. New York: St. Martin's Press.
- CORNWALL, I.W. (1958) - *Soils for the Archaeologist*. London: Phoenix.
- COSTA, P. A. C. da (1968-9) - *Corografia Portuguesa e Descrição do Famoso Reyno de Portugal*. 3 vols. Braga: D. Gonçalves Gouvea.
- CRUZ, A.R. AND OOSTERBEEK, L. (1985) - A gruta do Cadaval: elementos para a pré-história do Vale do Nabão. *Arqueologia na Região de Tomar. Suplemento ao Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar* 1:61-76.
- DAUNCEY, K.D.M. (1952) - Phosphate content of soils on archaeological sites. *The Advancement of Science* 9:33-6.
- EIDT, R.C. (1977) - Detection and examination of anthrosols by phosphate analysis. *Science* 197:1327-33.
- EIDT, R.C. (1984) - *Advances in Abandonment Settlement Analysis: Application to Prehistoric Anthrosols in Columbia, South America*. Milwaukee, WI: The Center for Latin America, University of Wisconsin-Milwaukee.
- GUIMARAES, V. (1932) - *As Águas do Agroal*. Lisbon.
- LIPPI, R.D. (1988) - Paleotopography and phosphate analysis of a buried jungle site in Ecuador. *Journal of Field Archaeology* 15:85-97.
- PARREIRA, R. (1971-5) - O povoado da idade do bronze do Outeiro do Circo (Beringel/Beja). *Arquivo de Beja* 28-32:31-34.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (1983-4) - Contribuições para uma tipologia da olaria do megalitismo das Beiras: olaria da Idade do Bronze. *CliolArqueologia* 1:105-38.
- SENNA-MARTINEZ, J.C., GUERRA, A. and FABIAO, C. (1986) - *Cabeço do Crasto. São Romão, Seia. A Campanha I (1985)*. Lisboa: Unidade de Arqueologia, Centro de História, Universidade de Lisboa.
- SHERRATT, A.G. (1981) - Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution. In *Pattern of the Past: Studies in Honour of David Clarke*. I Hodder, G. Isaac, and N. Hammond, eds. P. 261-305. Cambridge: Cambridge University Press.
- SILVA, C.T. da (1966-7) - O povoado pré-histórico da Rotura. *Arquivo de Beja* 23-4:164-72.
- SILVA, C.T. da and SOARES, J. (1981) - *Pré-História da Área de Sines*. Sines: Gabinete da Área de Sines.
- SJOBERG, A. (1976) - Phosphate analysis of anthropic soils. *Journal of Field Archaeology* 3:447-54.
- STEVENTON, R.L. AND KUTZBACH, J.E. (1990) - University of Wisconsin radiocarbon dates XXVI. *Radiocarbon* 32(2):209-228.
- STRAUS, L.G., ALTUNA, J., JACKES, M. AND KUNST, M. (1988) - New excavations in Casa da Moura (Serra d'el Rei, Peniche) and at the Abrigos de Bocas (Rio Maior, Portugal). *Arqueologia* 17:65-94.
- WILDE, S.A., COREY, R.B., IYER, J.G., AND VOIGT, G.K. (1979) - *Soil and Plant Analysis for Tree Culture*. 5th Revised Ed. Oxford: Mohan Pramlani.

Est. I

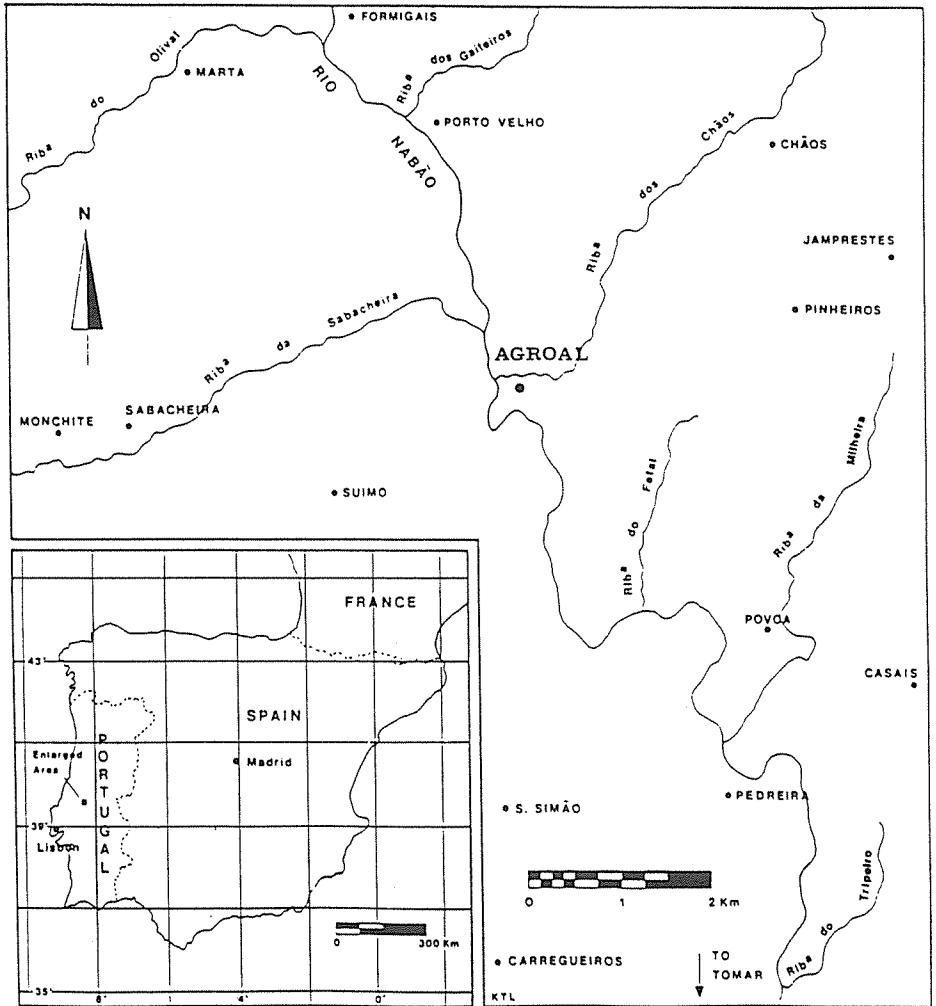


Fig. 1 — Agroal in Nabão Valley.

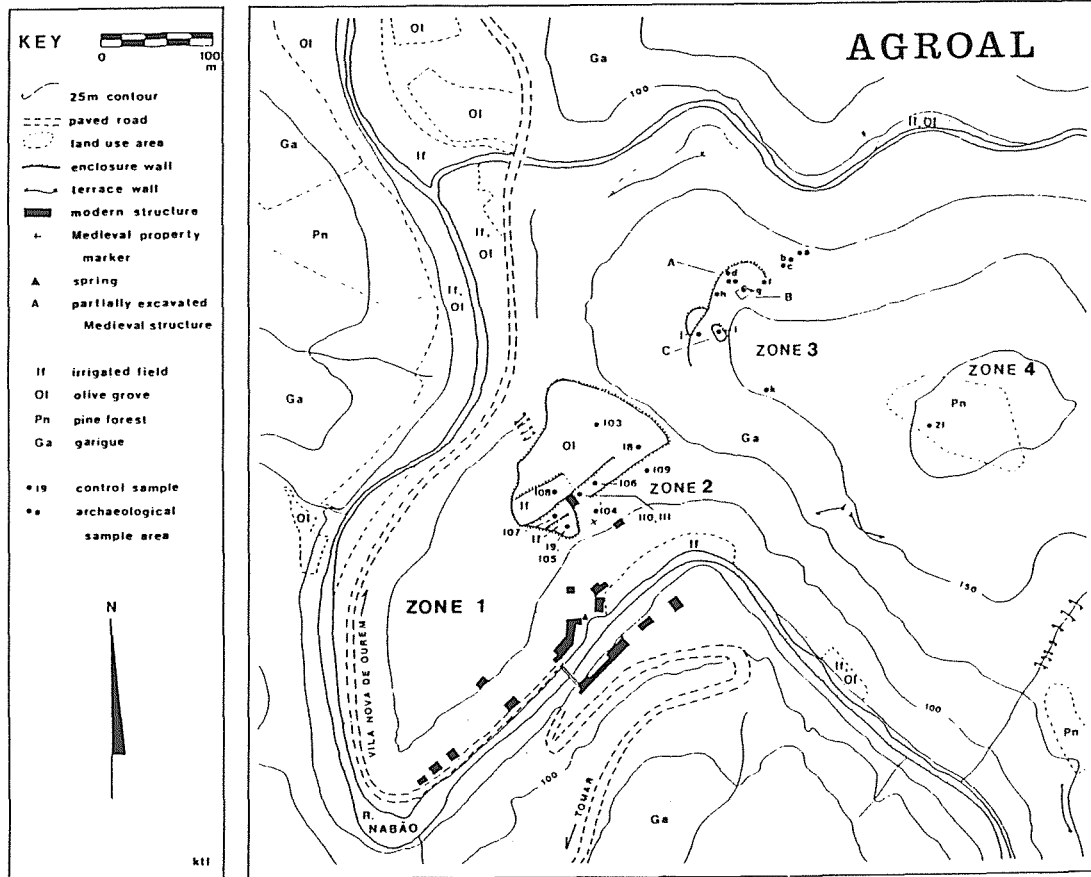


Fig. 2 — Land use at Agroal.

Est. III

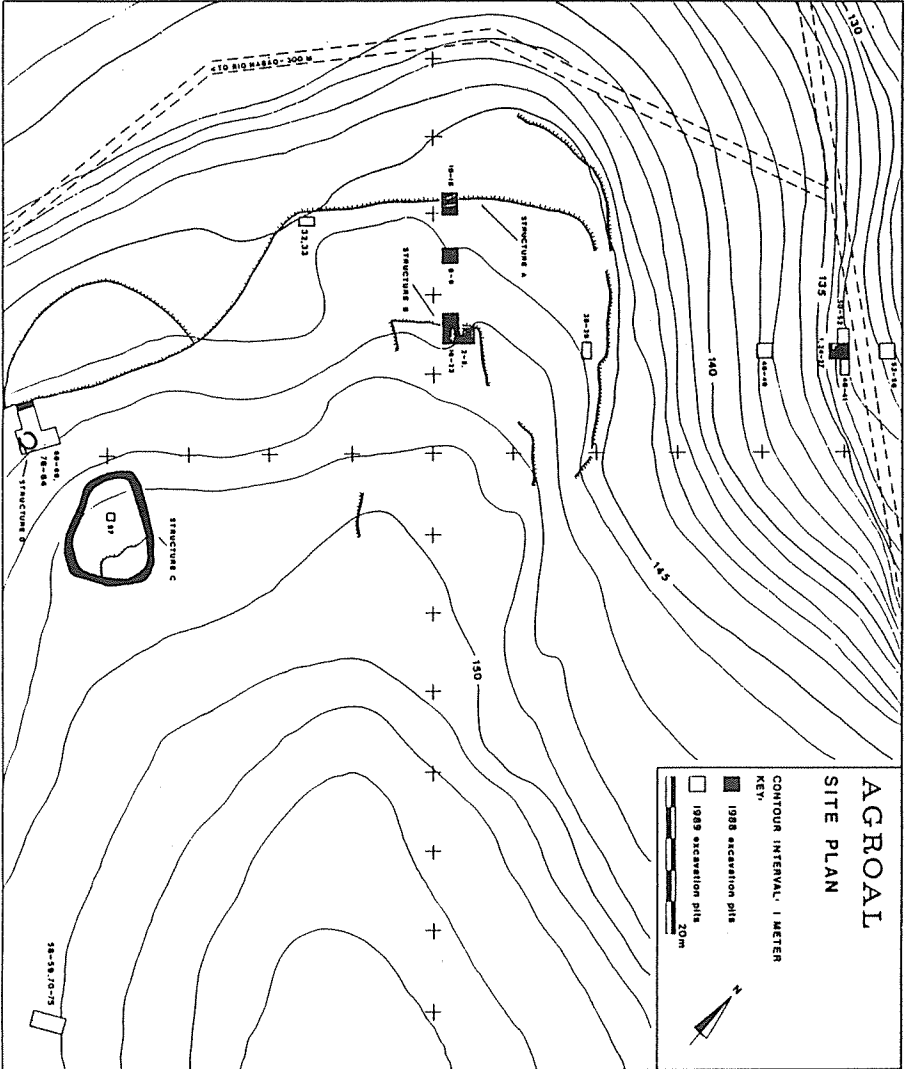


Fig. 3 — Site plan of Agrual.

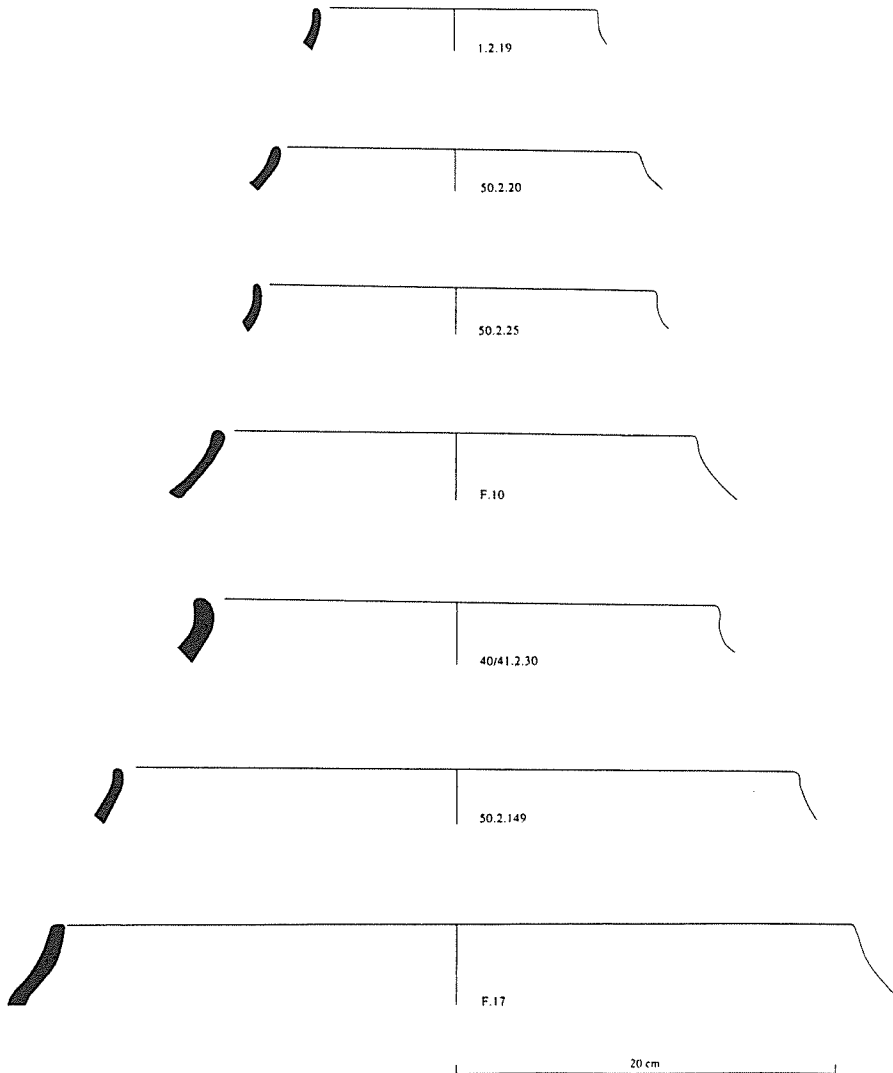


Fig. 4 — Type 1b Ceramics, Agroal.

Est. V

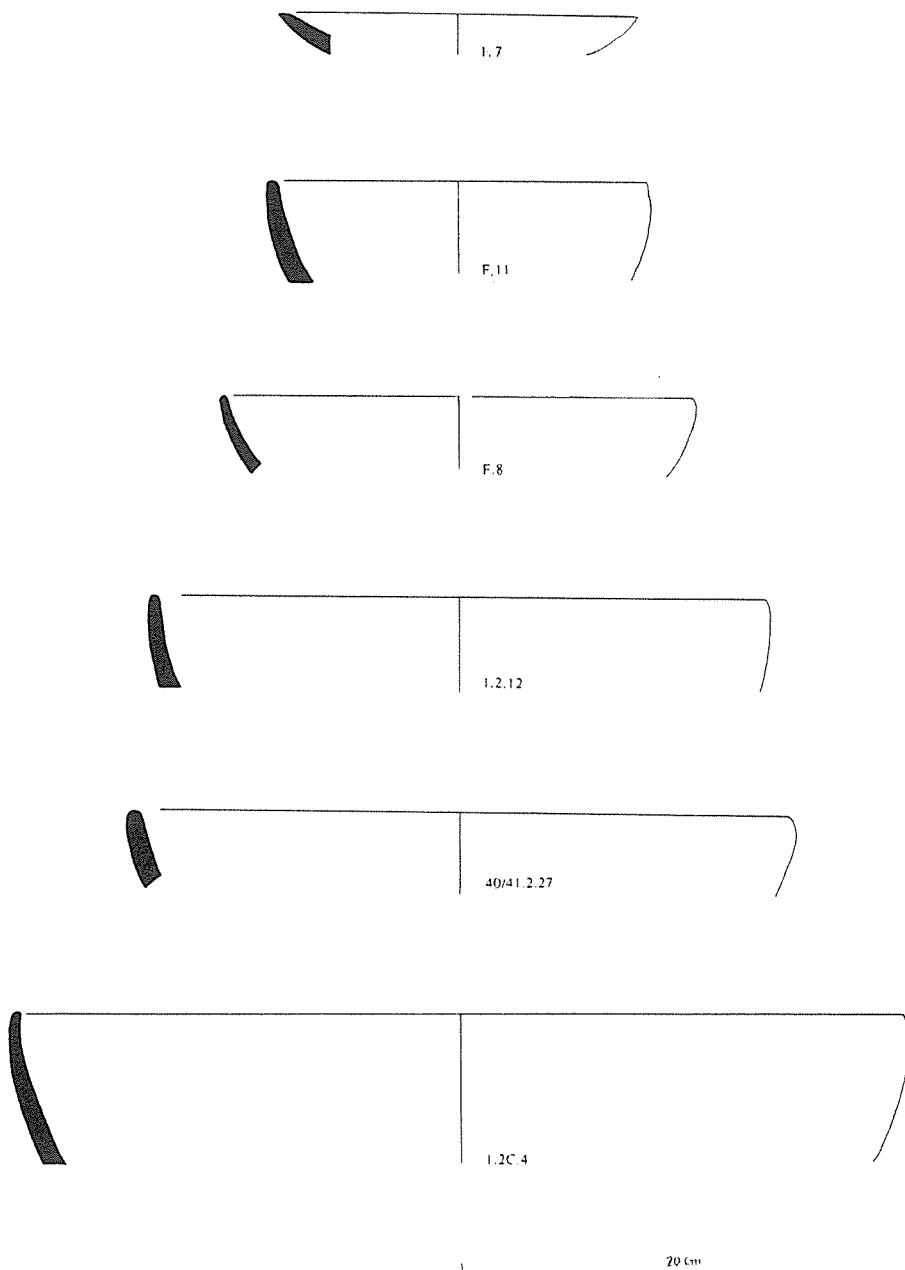


Fig. 5 — Type II 2 Ceramics, Agroal.

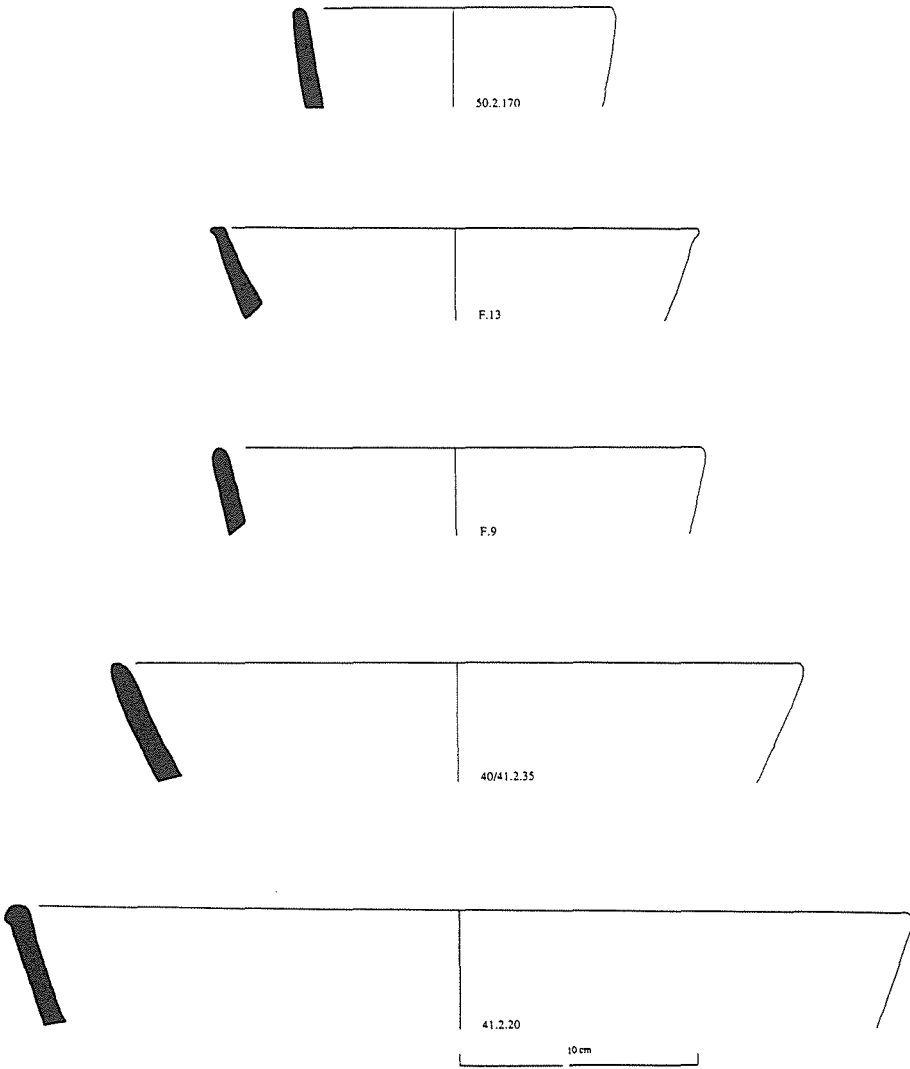


Fig. 6 — Type III Ceramics, Agroal.

Est. VII

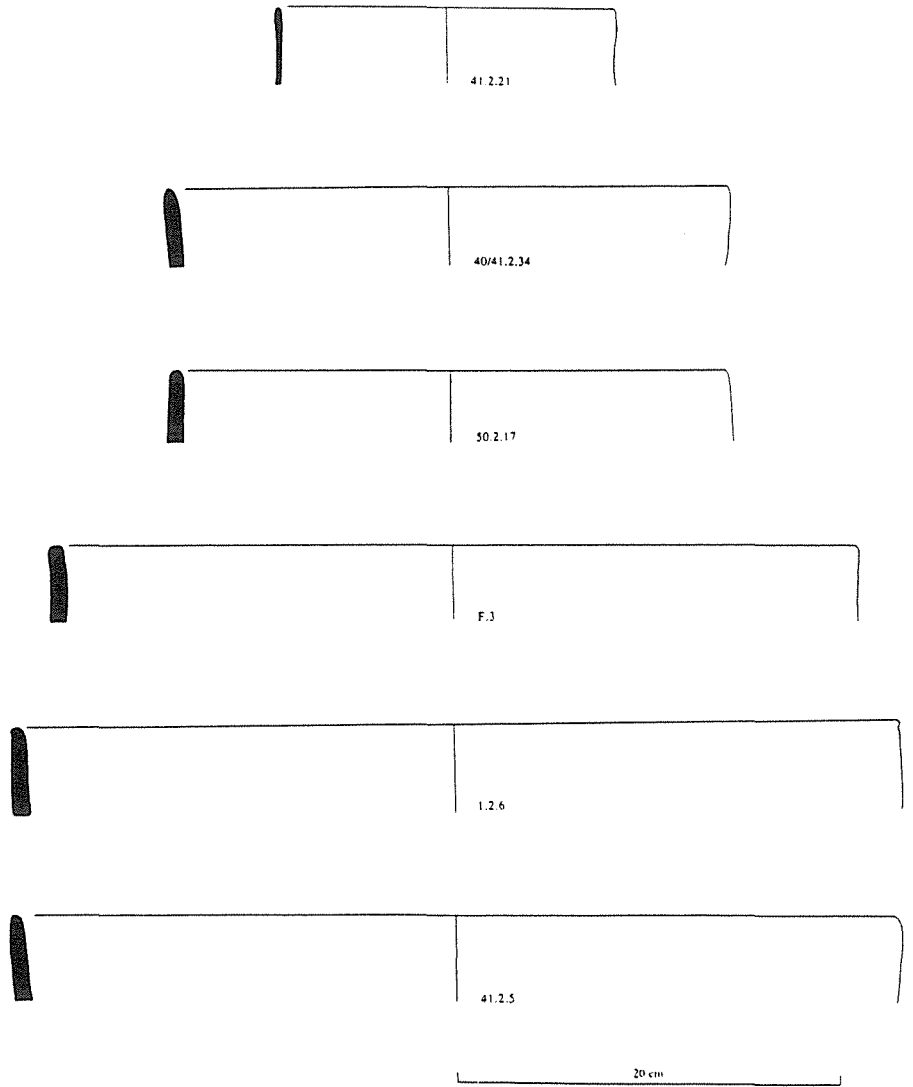


Fig. 7 — Type IV Ceramics, Agroal.

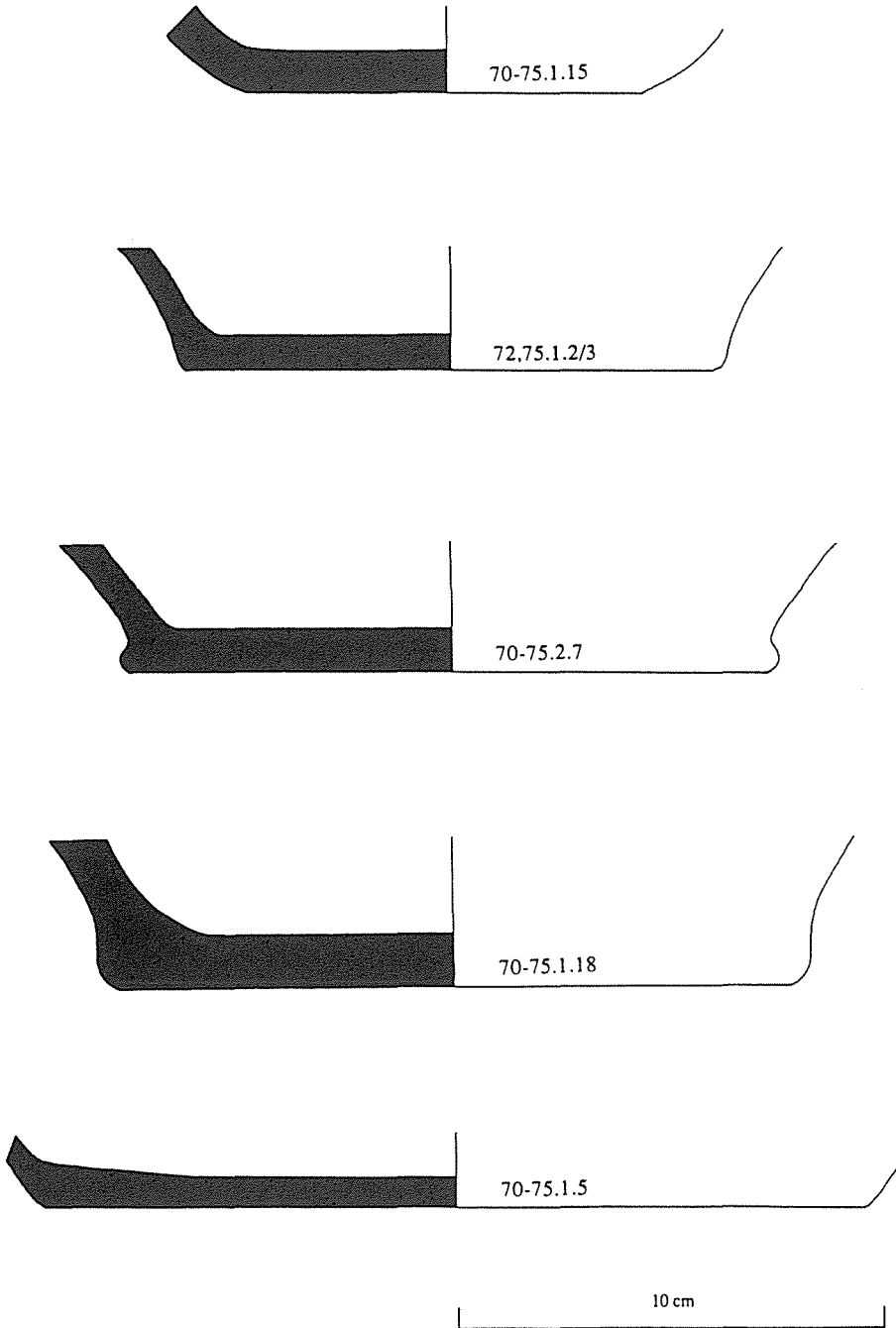


Fig. 8 — Flat-Based Ceramics from Pits 70-5, Agroal.

Est. IX

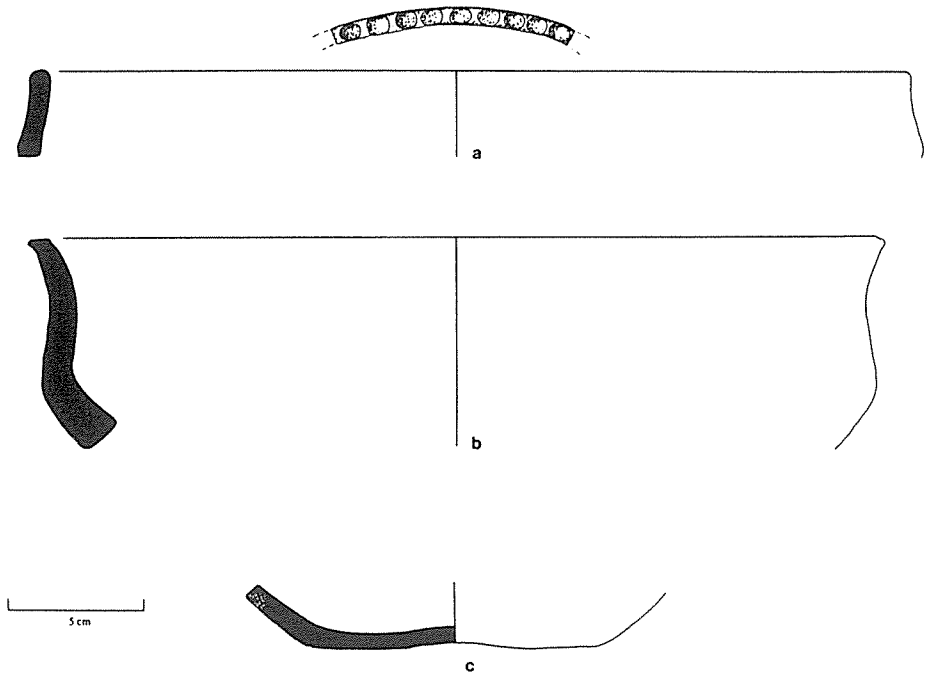


Fig. 9 — Ceramics from Agroal Survey Zone 1D (base of hill) (a: rim with impressions, b: rim with carination, burnished, c: fragment of flat-based vessel).

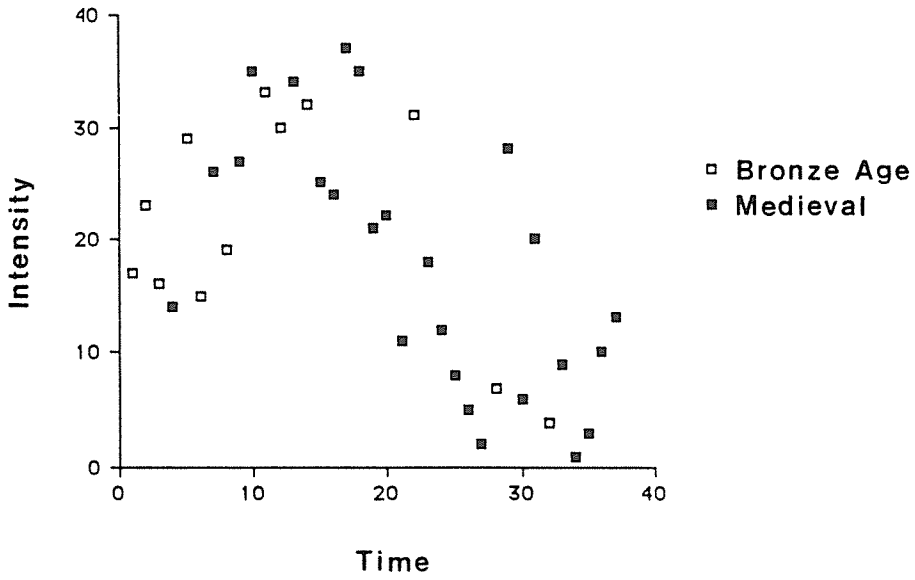


Fig. 10 — Graph of Intensity (Total P) over Time (Fraction II/I) of Soil Phosphate Enrichment.

LA INTENSIFICACIÓN ECONÓMICA Y LA INTEGRACIÓN DEL MODO PASTORIL DURANTE LA EDAD DEL BRONCE

por

R. J. Harrison*

Abstract: Themes of subsistence and hierarchy are central to understanding the Bronze Age, but how can they be linked together? Present debates on the transformation from stratified Copper Age societies to differentiated Bronze Age ones in Spain privileges data related to the economic base. This can be studied systematically by using a model of economic change (the “Policultivo Ganadero” or Secondary Products Revolution), and show how original subsistence barriers were overcome in two different ways. That in the Copper Age had a food producing base where dry farming of cereals predominated over livestock raising, where cattle and pigs were significant meat producers. This was enhanced by exchange networks of prestige goods. By the final phases of the Copper Age, stock raising and horse riding become more important, and from 2200-1900 BC a preference for a distinct subsistence strategy can be detected throughout “dry” Spain and Portugal. In the Bronze Age after 1900 BC, pastoralism was no longer subordinate everywhere to agriculture, and the circulation of primitive valuables declines, to be replaced by animals, or their secondary products. Only after 1000 BC do prestige goods of material culture again dominate the exchange cycles. From this time bronze metalwork shows how the North and West of the Peninsula were included in a southern periphery of the Atlantic bronze industries.

Key-words: Intensification. Economy. Pastoralism.

La transformación social de las sociedades estratificadas desde el Eneolítico hasta la Edad del Bronce se acompaña de una ampliación de las prácticas económicas. Los cambios suceden tanto en los grupos muy estratificados del sureste, como en los menos estructurados del centro y norte de la Península (Gilman y Thornes 1985; Harrison 1993). Podemos estudiar sistemáticamente estos cambios a través del modelo llamado la Revolución de Productos Secundarios (2PR). Este modelo integra los temas de subsistencia y jerarquía, por lo que nos lleva más lejos que los modelos evolucionistas y tecnocráticos que hasta ahora

* Dept. Classics & Archaeology, University of Bristol, 11 Woodland Rd. Bristol BS8 1TB England.

se han empleado.

El concepto de intensificación es la descripción de un proceso, donde se aumenta la producción de bienes y alimentos, para adquirir excedentes disponibles con fines políticos o sociales. Insisto, en que la intensificación económica es una realidad más vinculada al ejercicio de una opción, para manipular el orden social a largo plazo, que a los cambios económicos (Bender 1990; Ingold 1980, 1992; Monod 1975).

Con esta aclaración, podemos observar cuatro aspectos del modelo, que reconoce:

1º que los llamados cambios económicos son preferencias culturales

2º que el comportamiento humano no se dirige a mantener un balance entre los recursos y la población

3º que es un proceso que se repite muchas veces, en condiciones independientes de un ideal social o situación particular

4º y finalmente, según las observaciones etnográficas, que las sociedades organizadas por principios de parentesco, saben evitar la división del trabajo.

En términos generales, el modelo de intensificación económica indica como se superaron las limitaciones regionales con dos estrategias distintas, siguiendo un largo ciclo histórico.

En el Eneolítico hubo una base económica agrícola mezclada, en la que la carne de cerdo tuvo un papel primordial. Además, las grandes redes de intercambio de bienes de prestigio, llegaron a abarcar zonas muy lejanas.

La Edad del Bronce tiene también una base agrícola, pero con un componente ganadero más variado y móvil. Esto se ve en la menor proporción de cerdos en los rebaños, y la súbita importancia de los caballos. Las antiguas redes de intercambio desaparecen.

A partir de 1200 aC, se renueva el intercambio de bienes de prestigio, por medio del círculo del Bronce Atlántico en el norte y oeste, y más tarde, a través de los Campos de Urnas en el noreste.

Estas estrategias son fáciles de comprender a nivel general. Ayudan a los grupos pequeños, inmersos en economías de subsistencia, a controlar los riesgos que les amenazan. Para Sherratt (1981), el autor del modelo original hace trece años, la intensificación perfilaba tanto la movilidad como los productos secundarios, de lo que deduce el énfasis en los arados, carros, caballos e industria lechera. Otros, como Thomas (1986), apuntan los cambios en las relaciones sociales de producción. Primero, el linaje tiene las tierras en posesión común, pero más tarde se transforma el sistema de linajes y surge la familia como núcleo central, quedando las tierras en manos particulares. Se trata también de un cambio ideológico, donde las líneas de linajes, que debían sus derechos a los antepasados, ceden ante las familias extendidas, que se basan en las relaciones consanguíneas

entre los vivos. La familia reemplaza el linaje, y gana importancia porque se desarrolla como el centro de interés para el individuo y su hacienda.

Este tipo de sociedad puede modificarse profundamente con sus propios recursos. A menudo se divide y expulsa miembros que fundan nuevos núcleos de población. El modelo nos interesa porque relaciona los recursos esenciales para la sobrevivencia, con una suerte imprecisa. Es decir, consigue mitigar los factores amenazantes y imprevisibles que pueden acabar con las sociedades pequeñas.

En menor escala, tenemos que mirar las sociedades donde la casa es la unidad de producción económica y social. Hay que pensar en las formas de cooperación que rigen su producción y consumo. ¿Cómo puede hacerse?

Generalmente, los dos problemas básicos de subsistencia a estos niveles, son la extensión de tierra y la cantidad de mano de obra disponible. Todos los demás factores son secundarios. A este respecto, la Península Ibérica es como otras regiones de Europa occidental. Con contadas excepciones, la tierra era ilimitada, hasta el punto de que podemos hablar de tierras sobrantes y baldíos por todas partes. Pero en cambio faltaba la mano de obra, que es la clave, que limita la producción agrícola y ganadera; el punto débil que destaca a nivel familiar. Fue un problema constante. Jamás había mano de obra bastante. ¿Cómo garantizar la ayuda suficiente en época de parir el rebaño, o recoger la cosecha? ¿Qué hacer cuando llega una catástrofe como la peste, o la sequía, o el hambre e incluso los ataques de los enemigos? Así, podemos ver la necesidad de asegurar ayuda y cooperación, a cambio de la promesa de reciprocidad en el futuro cuando llegue la ocasión. Halstead (1989) apuntaba cuatro soluciones sistemáticas a la falta de mano de obra:

- el intercambio
- la diversidad
- la movilidad
- el almacenamiento

Es decir, que cada uno escoge, según sus motivos, la solución más adecuada. A la larga, todas permiten que algunas familias se hagan más ricas que otras, de forma que surgen marcadas diferencias.

La estrategia del Eneolítico era esencialmente el intercambio, pero en la Edad del Bronce se optó por la diversificación y la movilidad. En el Ege se adoptó en el segundo milenio la solución de almacenamiento, que se extendió a las sociedades del resto de Europa un milenio después. Cuando tienen éxito, y crece la producción de alimentos, aparecen posibilidades de integración regional, y se desarrollan algunas entidades políticas, como las del mundo Argárico. En el sureste de España se logró sin construir monumentos funerarios grandiosos, ni depósitos de metal, dos métodos corrientes en la Europa atlántica. Pero las

demás regiones de la Península seca no siguieron esta ruta. Consiguieron evitar las soluciones que llegaran a concentrar bienes y poder en manos de una minoría. ¿Cómo ocurrió?

Creo, que la contestación está en el elemento pastoril que se originó en las economías agrícolas. El ganado asegura contra muchos desastres imprevistos, proporcionando productos de intercambio (como productos lácteos, animales de tiro, o razas fecundas), invisibles en el archivo arqueológico. Además, resuelve las apremiantes carestías de mano de obra, porque el elemento pastoril es compatible con la agricultura sedentaria en toda Europa. La historia y la etnografía proporcionan muchos ejemplos (Khazanov 1984; Spooner 1973).

Vamos a mirar a la Península para ver algunos datos que confirman el crecimiento del elemento pastoril en el segundo milenio.

Una característica esencial del ganado es su flexibilidad para aumentar o decrecer el número de cabezas según las condiciones, lo que resulta muy conveniente. Es normal integrar el elemento pastoril en un sistema agrícola sedentario, que puede tomar diversas formas. Este tipo de pastoralismo está muy bien adaptado en la Península seca.

Los datos arqueológicos que disponemos son directos en la forma de huesos y plantas carbonizadas, e indirectos en la forma de los pólenes y modelos de reconstrucción ambiental.

Los datos faunísticos, en general, demuestran que en la Edad del Bronce hubo un ganado doméstico más diverso que en el Eneolítico, y que surgieron nuevas soluciones. Por ejemplo, en la alta montaña (El Castillo, Frías de Albarracín) dominaron los ovicápridos, vacas y caballos; en las llanuras y marismas de la Mancha (Azuer) se dió importancia a las vacas lecheras; y en el somontano del Moncayo (Moncín y Majaladares), además de las vacas lecheras y los ovicápridos, destacaron los caballos y una caza preferente de cervatillos y animales de piel fina (Harrison, Moreno López y Legge 1993). Estos son algunos ejemplos de la importancia del ganado y el valor de los productos secundarios. En adición, es obvio que los moradores explotaron un territorio mucho mayor que el área de captación económica señalada para los agricultores. El caballo permitía al jinete vigilar un territorio diez o veinte veces mayor, como demuestran los restos faunísticos de Moncín y Majaladares, potenciando realmente esta revolución de movilidad y vigilancia.

Los datos que definen el policultivo mediterráneo en la Edad del Bronce, a base de trigo, olivo y vid, están ausentes o son controvertidos, y con seguridad, este régimen no se estableció hasta la llegada de los fenicios. Los pólenes y restos carbonizados demuestran sólomente que el olivo y la uva son frutos nativos, recogidos, como otras tantas plantas silvestres, desde el cuarto milenio. También, los datos que apoyan el regadío prehistórico son escasos y ambiguos,

predominando por todas partes la agricultura de secano hasta fechas avanzadas. Por estas razones, no podemos ver una intensificación de producción agrícola generalizada, ni en los tipos de plantas domesticadas, ni en la tecnología utilizada en su cultivo. Los cultivos son, en su mayoría, los mismos que se encuentran en el resto de Europa occidental. Es decir, no hubo un policultivo mediterráneo hasta la época histórica.

Los mejores datos indirectos salen de los análisis de pólenes del suroeste, de las lagunas de Las Madres y El Acebrón en Huelva. Dentro de las cinco columnas, fechadas entre 4000 aC y el presente, las fases con bosques aparecen y desaparecen. La sucesión no es en absoluto natural. Se ha demostrado que los bosques de robles tuvieron un sotobosque abierto, con plantas asociadas al cultivo intermitente, al pastoreo, o al fuego controlado, mientras que el denso sotobosque que acompaña a los bosques de robles en su estado natural, está ausente. Por lo tanto, las fases y los cambios sucesivos entre ellas, sólo pueden interpretarse en un sistema de dehesas, donde el sotobosque quedó reducido intencionalmente por el fuego y el pastoreo, mientras que los árboles se conservaban para la leña y los frutos silvestres, es decir, haciendo una comparación con las dehesas modernas y los sistemas conocidos desde la Edad Media. La primera dehesa simple apareció en 2500 aC, y continuó hasta 1600 aC, seguida de una destrucción general del bosque. En el 500 aC volvieron las dehesas con robles que duraron 1700 años, hasta el 1200 AD. Hay una relación doble entre las dehesas simples y las economías domésticas incrustadas en sistemas de producción familiar y las que sufren manipulaciones más profundas y dinámicas, que pueden vincularse al desarrollo del urbanismo y la vida política de estados arcaicos (Stevenson y Harrison 1992).

Estos datos son importantes a nivel general. Primero, demuestran que hay una nueva técnica de explotación del bosque, en forma de las dehesas simples, fechada en el Eneolítico tardío, que prosperó durante la Edad del Bronce. Segundo, que el desarrollo de las dehesas está relacionado con la estrategia económica de diversificación y movilidad, que es característica del segundo milenio. Tercero, que la aparición de dehesas en la Edad del Bronce apoya el modelo de intensificación económica.

En general, todos estos datos directos e indirectos señalan un aumento de la importancia del ganado doméstico en el segundo milenio.

Finalmente, vamos a considerar los últimos comentarios etnográficos sobre el pastoralismo. Los estudios sobre las tribus del este de África (Robertshaw 1968), los Kurdos (Cribb 1991), y los Sudaneses (Bradley 1991) están de acuerdo en que el pastoralismo es un elemento plénamente integrado dentro de una economía agrícola. Todos los tipos de explotación aprovechan del capital pastoril y se organizan en formas parecidas. En el fondo, todos se asientan dentro

de la familia, como unidad de producción y administración. Las relaciones de parentesco permiten redes de apoyo recíproco. Son sistemas naturalmente inestables, donde cambia continuamente el número de cabezas de ganado y la demanda por la mano de obra. Hay ciclos rápidos de acumulación y decadencia en pocos años, que resultan condiciones favorables, porque los cambios permiten a los habitantes buscar una respuesta adecuada a la inseguridad y riesgos que dominan continuamente sus vidas.

¿Cuáles son estas condiciones? Hay tres evidentes: la escasez de habitantes en poblaciones muy pequeñas; la necesidad de dividirse para establecer nuevas familias independientes; y la abundancia de tierra donde la mano de obra es escasa.

Verdaderamente estos estudios etnográficos arrojan mucha luz sobre las posibilidades pastoriles de la Península. También, vamos a ver que satisfacen los criterios de reducir los riesgos señalados antes, con dimensiones sociales importantes. Un elemento pastoril produce excedentes para intercambiar; genera diversos productos de gran valor, como animales de tiro y caballos domesticados; da movilidad; y proporciona almacenamiento de alimentos en forma de animales vivos. Estas tácticas permiten que las familias controlen la distancia social entre comunidades, el espacio y el tiempo.

Todos los casos etnográficos señalan que este elemento ganadero engendra cierta independencia muy codiciada. Muchas poblaciones pastoriles evitan así el pago tributario, porque no disponen de bienes fijos que les coaccionen. La coerción es bastante difícil, por lo cual, la riqueza ganadera es una opción institucional que frena el dominio de algunas familias sobre las demás. Y finalmente, es un elemento económico que permite que las fases de expansión se desarrollen independientemente. Este último punto puede ayudarnos a entender el origen y dispersión de fenómenos culturales como el de Cogotas I.

CONCLUSION

El pastoralismo puede entenderse bien dentro del modelo de los productos secundarios. Es, obviamente, una selección cultural, arraigada en las realidades de subsistencia familiar, limitada por una agricultura de secano. En adición, es un modo de intensificación, porque puede producir excedentes con fines políticos o sociales. Y finalmente, el modelo de los productos secundarios explica en general los cambios estructurales observados entre el Eneolítico y la Edad del Bronce. Efectivamente, no es evolucionario, porque enfatiza los contextos sociales donde los habitantes buscaron alternativas a los sistemas de carácter clasista, que surgieron en el sureste. Así disponemos de un mecanismo para

comprender la expansión no sincronizada en la Península durante el segundo milenio, y algunas transformaciones en el Bronce Tardío y Final.

BIBLIOGRAFÍA

- BENDER, B. (1990). The dynamics of non-hierarchical societies. En S. Upham (ed.), *The Evolution of Political Systems*, 247-63. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRADLEY, R. (1991). *Nomads in the Archaeological Record. Case Studies in the Northern Provinces of the Sudan*. Meroitica 13. Schriften zur altsudanischen Geschichte und Archäologie. Berlin: Akademie Verlag.
- CRIBB, R. (1991). *Nomads in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GILMAN, A. y J. B. THORNES (1985). *Land-Use and Prehistory in Southeast Spain*. The London Research Series in Geography, 8. London: George Allen & Unwin.
- HALSTEAD, P. (1989). The economy has a normal surplus: economic stability and social change among early farming communities of Thessaly, Greece. En: P. Halstead y J. O'Shea (eds). *Bad Year Economics*: 68-80. Cambridge: Cambridge University Press.
- HARRISON, R. J. (1993). The Bronze Age in northern and northeastern Spain 2000-800 BC. En: S. Stoddart y C. Mathers (eds.). *The Bronze Age in the Mediterranean*. Sheffield: University of Sheffield Press.
- HARRISON, R. J. ; G. MORENO LÓPEZ y A. J. LEGGE. (1993). *Moncín. Un poblado de la edad del Bronce en Aragón*. Serie Arqueología Aragonesa. Zaragoza: Cometa.
- INGOLD, T. (1980). *Hunters, Pastoralists and Ranchers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- INGOLD, T. (1992). Foraging for data. *Antiquity* 66 (252), 790-803.
- KHAZANOV, A. M. (1984). *Nomads and the Outside World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MONOD, T. (1975). Introduction. En *Pastoralism in Tropical Africa*, T. Monod (ed.) 1-183. London: International African Institute.
- ROBERTSHAW, P. (1989). The development of pastoralism in East Africa. En J. Clutton-Brock (ed.) *The Walking Larder. Patterns of Domestication, Pastoralism and Predation*, 207-14. London: Unwin Hyman
- SHERRATT, A. G. (1981). Plough and pastoralism: aspects of the Secondary Products Revolution. En I. Hodder, G. Isaac y N. Hammond (eds.), *Patterns of the Past: Studies in Honour of David Clarke*, 261-305. Cambridge: Cambridge University Press.
- SPOONER, B. (1973). *The Cultural Ecology of Pastoral Nomads*. Reading, Mass: Addison-Wesley.
- STEVENSON, A. C. y R. J. HARRISON (1992). Ancient forests in Spain: a model for land-use and dry forest management in south-west Spain from 4000 BC to 1900 AD. *Proceedings of the Prehistoric Society* 58, 227-47.
- THOMAS, J. (1986). Relations of production and social change in the Neolithic of north-west Europe. *Man (N.S.)* 22, 405-30.

METALURGIA EN EL POBLADO DE LA LOMA DEL LOMO (GUADALAJARA, ESPAÑA)

por

Jesús Valiente Malla *

Resumen: Los testimonios de una actividad metalúrgica hallados en el poblado de la Edad del Bronce Pleno de La Loma del Lomo (Guadalajara, España) indican que en el mismo se poseían y aplicaban unos conocimientos técnicos en lo referente a la obtención de aleaciones estanníferas que parecen delatar una vinculación con áreas atlánticas más que mediterráneas. El contexto en que aparecen estos testimonios da un marco cronológico situado entre los siglos XVII y XIV a.C.

Palabras-clave: Arqueometalurgia. Edad Del Bronce Pleno. Prehistoria Ibérica.

I. EL YACIMIENTO DE LA LOMA DEL LOMO Y SU ENTORNO

El yacimiento arqueológico al que se refieren estas notas¹ se halla situado en un peculiar accidente geográfico conocido como “La Loma del Lomo”, una larga y estrecha meseta formada por un paquete de estratos calizos de calidades diversas que se extiende de este a oeste, paralela a las últimas estribaciones del Sistema Central. Está recorrida longitudinalmente por una falla (conocida por los geólogos como “Sinclinal de Cogolludo”)² que en superficie se acusa a modo de una suave depresión protegida del embate directo de los vientos del sudoeste y del norte, que son respectivamente los dominantes y los más moles-

* Universidad de Alcalá de Henares.

¹ En la Loma del Lomo se han desarrollado doce campañas de excavaciones arqueológicas. Iniciadas bajo el mandato del Ministerio de Cultura, a partir de 1983 vienen siendo autorizadas y subvencionadas por la Consejería de Educación y Cultura de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha.

² Sobre la constitución geológica de La Loma del Lomo, cf. A. Sastre Merlín, Marco geológico y geohidrológico del yacimiento de “El Lomo” (Cogolludo, Guadalajara), en J. Valiente Malla, *La Loma del Lomo I*, 171-76.

tos que soplan sobre el paraje.

La Loma del Lomo es en muchos sentidos una divisoria geográfica. Hacia el sur, el paisaje se abre paulatinamente al valle del Henares y, en definitiva, a las anchuras de la Meseta Inferior. En dirección norte, el horizonte se cierra con la cortina de las sierras del Ocejón, Alto Rey, la Bodera y la Muela, en las que se abren fáciles portillos de comunicación con la Meseta Norte.

Formalmente, el poblado responde al tipo de los asentamientos de las Edades del Cobre y del Bronce cuyo rasgo más característico son los llamados “fondos de cabaña”, hoyas abiertas en el suelo, cuya funcionalidad ha dado origen a varias interpretaciones cuyos méritos o deméritos no corresponde discutir ahora.

Las excavaciones arqueológicas desarrolladas en este paraje a lo largo de doce campañas han revelado que en el mismo se instaló durante la Edad del Cobre un grupo de pastores en trance de sedentarización al que sucedió otro grupo, ya de la plena Edad del Bronce. De la primera ocupación quedan los restos de un hábitat formado aparentemente por la mera agregación de las viviendas. La segunda, en cambio, se caracteriza por la organización del poblado en sectores de funcionalidades diversas: corral, matadero y zona de silos y vertederos en torno al espacio ocupado por las viviendas, en cuyo subsuelo o inmediaciones se depositaron además hasta veintitrés enterramientos³. La base económica eran los cereales, de cuyo consumo nos hablan los numerosísimos hallazgos de molinos, molederas y elementos de hoz de sílex, aparte del desgaste que acusan las piezas dentarias de los esqueletos⁴. La economía de La Loma del Lomo se completaba con una ganadería diversificada, compuesta por especies como el vacuno, cerdo y ovicápridos, además del consabido recurso de la caza⁵.

II. LA METALURGIA EN LA LOMA DEL LOMO

1. Los hallazgos

Capítulo importante entre las actividades económicas del poblado durante el Bronce Pleno es el de la metalurgia. Los hallazgos que la documentan se han

³ De los enterramientos de este poblado se avanzaron noticias en varias ocasiones; cf. J. Valiente Malla, Enterramientos de rito argárico en la Meseta. El poblado de La Loma del Lomo (Cogolludo, Guadalajara); id., Enterramientos de la Edad del Bronce en El Lomo (Cogolludo, Guadalajara).

⁴ El poblado de La Loma del Lomo fue abandonado a finales de la Edad del Bronce Pleno y ya nunca fue reocupado, lo que ha propiciado la conservación relativamente satisfactoria de los depósitos arqueológicos ubicados en el subsuelo, aunque de sus estructuras, que debían de ser muy ligeras, apenas han quedado algunos indicios. El sector de hábitat propiamente dicho se estudia en J. Valiente Malla, *La Loma del Lomo II*.

⁵ Cf. G. Molero Gutiérrez, Estudio de los restos faunísticos del yacimiento de “El Lomo” de Cogolludo (Guadalajara), en J. Valiente Malla, *La Loma del Lomo I*, 187-91.

producido en la zona A (sector de vertederos) los más numerosos y comparativamente más escasos en la zona B (viviendas con enterramientos). De ésta proceden tres piezas asociadas a otros tantos enterramientos⁶:

1. Pequeño punzón de bronce. Mide 45 mm de longitud; está aguzado por un extremo y romo por el otro. Apareció colocado sobre las piedras que calzaban una gran cazuela carenada que contenía los restos de un enterramiento infantil (fig. 1,e).

2. Punzón de bronce, aguzado por uno de sus extremos y de grosor decreciente en el otro; mide 60 mm de longitud. Conserva briznas de madera del empuñe en el extremo más grueso. Se halló en la masa de tierra que sellaba un enterramiento de adulto, posiblemente como elemento de ajuar (fig. 1,f).

3. Costra de fundición de bronce hallada junto a la mano de un enterramiento de adulto (fig. 1,d).

De los vertederos de la zona A procede el conjunto más numeroso.

En concreto, han aparecido varios fragmentos de crisoles de barro, algunos de ellos con incrustaciones de metal. También se han recuperado fragmentos de moldes de fundición de arenisca y nuevos elementos metálicos. Las dos primeras piezas de la siguiente relación fueron ya publicadas en la primera memoria⁷; las restantes están aún inéditas. De todos estos hallazgos se consignan a continuación los susceptibles de análisis metalográfico.

4. Punta de un puñal o espada, de sección lenticular. Mide 26 mm de largo por 15 mm de ancho máximo y 3 mm de grosor máximo. Entre los materiales recuperados en la misma hoya y como más significativos están los restos de una tinaja completa, rota por el solero, y cuyos fragmentos se hallaron perfectamente colocados, y los de una gran cazuela y de dos cuencos carenados, formas típicas de la fase del Bronce Pleno del yacimiento (fig. 1,a).

5. Punta de flecha de aletas y pedúnculo. Mide 48 mm de largo, 15 mm de ancho entre extremos de las aletas y 2 mm de grosor máximo. Apareció en la misma hoya que la pieza anterior, aunque en un estrato más bajo (fig. 1,b).

6. Rebaba de fundición de bronce. Se recuperó en el tercio superior de la hoya 4A-4, un típico vertedero que contenía una notable proporción de fragmentos cerámicos correspondientes a cuencos y cazuelas de perfil carenado encuadrables en una fase más bien avanzada del Bronce Pleno, a juzgar por sus perfiles abiertos (fig. 1,c).

7. Punzón de bronce de sección cuadrada, en buen estado de conservación. Presenta una punta torcida antes de su enterramiento. No se aprecian restos ni huellas de posible empuñe o desgaste por uso. Longitud: 95 mm; grueso

⁶ Cf. J. Valiente Malla, *La Loma del Lomo II*, 187-88; lám. V,b.

⁷ J. Valiente Malla, *La Loma del Lomo I*, fig. 12, 385, 401.

máximo: 3 mm. Se recogió en el estrato superior de la hoya 5A-3, consistente en una densa capa de ceniza y pequeños bloques de carbón que se superponía a un típico relleno de vertedero con abundantes desechos domésticos, con formas carenadas propias de la fase del Bronce Pleno del yacimiento en sus momentos que podríamos caracterizar como más clásicos (fig. 1,h).

8. Hoja de cuchillo de perfil foliar. Presenta dos perforaciones a modo de finas ranuras en la zona del empuñadura. Pequeña escotadura en el extremo más ancho originada posiblemente por un golpe antes del enterramiento o por defecto de fundición. Restos de fibras vegetales, posiblemente madera. En los filos, mellas y otras señales de desgaste por el uso. Longitud: 85 mm; grosor máximo: 3,2 mm. Apareció englobado en un nivel de desechos domésticos con productos de combustión, de los que se tomó una muestra para análisis radiocarbónico que dio la fecha de 1670 ± 100 a.C. (fig. 1,i).

9. Capa de metal muy oxidado, de ± 1 mm de grosor, adherida a la superficie interior de un fragmento de crisol. Procede, al igual que la pieza siguiente, de la hoya 7A-5, que aportó una notable cantidad de desechos domésticos de todo tipo, entre ellos un buen conjunto de fragmentos cerámicos, aunque tan heterogéneos y de tamaño tan pequeño que no permitieron reconstruir sino unas pocas formas; entre éstas, las más características fueron una vez más los recipientes carenados de indudable adscripción a la fase del Bronce Pleno del yacimiento (fig. 2,b).

10. Adherencias de metal sobre un fragmento de crisol, de color verdoso en el fondo y blanquecino en el borde. Procede de la misma hoya que el anterior (fig. 2,c).

11. Punzón de bronce de sección cuadrada, en buen estado de conservación. No se aprecian restos del posible empuñadura ni señales de desgaste por el uso. Longitud: 97 mm; grueso máximo: 2,6 mm. Se recuperó en la hoya 8A-3, cuyo relleno estaba dividido en dos niveles de coloración distinta, más oscuro el superior, separados por una masa de restos de revestimientos o pavimentos calcáreos desintegrados. Esta pieza procede del nivel superior, consistente en una masa de tierra negra que contenía además varios trozos de carbón, uno de los cuales proporcionó la fecha radiocarbónica de 1420 ± 100 a.C. (fig. 1,g).

12. Bloque de escoria de fundición de cobre de tipo silicatado.

Desde el punto de vista tipológico, los hallazgos de Cogolludo componen una muestra nada excepcional, integrada por elementos tan escasos como sencillos: una punta de flecha, un cuchillo, algunas leznas y pequeños fragmentos de metal en proceso de recuperación. No obstante, el hallazgo de una punta fracturada de un cuchillo o puñal, y de un fragmento de molde para fundir hachas de lados curvos indica que la metalurgia de El Lomo producía otros tipos de utensilios

y armas. Por lo demás, lo recuperado en el yacimiento y lo demás de que tenemos algún testimonio indica que todo ello encaja en el panorama común a todos los yacimientos coetáneos, que muestran entre sí una notable homogeneidad rayana en la monotonía. Así, las puntas de flecha de pedúnculo y aletas son hallazgo habitual en asentamientos del Bronce Pleno del interior de la Península; para la Meseta Superior cabe citar los Tolmos de Caracena (Soria)⁸, el Cerro del Berrueco⁹ o el Castillo de Cardeñosa (Avila)¹⁰. La punta de flecha de pedúnculo y aletas es también el modelo predominante en las motillas manchegas¹¹.

Finalmente, el cuchillo de contorno foliar responde a un modelo habitual en asentamientos del Bronce Pleno¹²; entre los del interior de la Península podemos citar el Cerro de la Encantada, donde se manufacturaba este tipo de arma metálica y era además el más frecuente tanto en ambientes domésticos como funerarios¹³. En el entorno geográfico inmediato de El Lomo han aparecido escasas piezas metálicas de este momento cultural; entre ellas se cuenta uno de estos cuchillos, muy semejante desde el punto de vista formal al de Cogolludo¹⁴.

Los escasos paralelos que es posible señalar para estos hallazgos y sobre todo el ambiente que, dentro del yacimiento, les sirve de trasfondo aseguran que su marco cultural es efectivamente el del Bronce Pleno. Sin embargo, las peculiaridades que presentan estos materiales desde la perspectiva metalográfica hacen tanto más deseable precisar su cronología en El Lomo y en especial las fechas, siquiera aproximadas, de sus comienzos. Para ello contamos con las dataciones radiocarbónicas con que directa o indirectamente es posible asociar algunos de ellos, si bien ha de tenerse en cuenta que los procesos de colmatación de las hoyas evidencian en muchos casos un grado de complejidad que obliga a proceder con suma cautela a la hora de establecer correlaciones de este tipo¹⁵. En consecuencia, desecharemos

⁸ A. Jimeno Martínez, *Los Tolmos de Caracena (Soria)* I, 177; fig. 152, núms. 1.521, 1.522.

⁹ C. Morán, *Excavaciones Arqueológicas en el Cerro del Berrueco*, fig. VII, A.

¹⁰ C. Naranjo González, *El Castillo de Cardeñosa*, fig. 7, núms. 2-7.

¹¹ Cf. una panorámica general en el estudio de A. Hernando Grande, C. Galán Saulnier, *Armas metálicas en la "Motilla" de Santa María del Retamar (Argamasilla de Alba, Ciudad Real)*. Específicamente, para las puntas de flecha, A. Hernando Grande, *Piezas metálicas de la Edad del Bronce en la Meseta: puntas de flecha triangulares con pedúnculo y aletas*.

¹² Un estudio y clasificación pormenorizados de estos utensilios en V. Lull, *La "cultura" de El Argar*, 155-68.

¹³ A. Hernando Grande, C. Galán Saulnier, *Armas metálicas en la "Motilla" de Santa María del Retamar (Argamasilla de Alba, Ciudad Real)*, 214.

¹⁴ J. Valiente Malla, *Notas de metalurgia prehistórica en Guadalajara*, 44-48.

¹⁵ En los respectivos capítulos dedicados a la cronología del yacimiento en las dos memorias de excavaciones publicadas hasta el momento se analizan seis fechas radiocarbónicas de las ocho con que contamos actualmente; cf. J. Valiente Malla, *La Loma del Lomo* I, 157-62; id., *La Loma*

la fecha de 2130 ± 100 a.C., obtenida en la misma hoya que aportó las dos primeras piezas metálicas obtenidas en las excavaciones de Cogolludo, según se argumentó en su momento¹⁶. Muy distinto es el caso de la fecha de 1670 ± 100 a.C., asociada claramente al cuchillo descrito aquí con el nº 8, que apareció en la hoya 7A-4 (iné dita) junto con otros materiales tipológicamente encuadrables en un Bronce Pleno, en un sector del yacimiento caracterizado precisamente por la densidad de hallazgos relacionados con la metalurgia (dos crisoles con incrustaciones de metal en la hoya 7A-5 y otro fragmento de crisol, sin adherencias metálicas, en la hoya 7A-6, todas ellas contiguas). De aquí se deduce que la metalurgia de Cogolludo se inicia, como poco, a comienzos del siglo XVII a.C. También el punzón de bronce descrito con el nº 11 está fechado, por un trozo de carbón del mismo estrato en que fue recuperado, en 1420 ± 100 a.C.

2. Una metalurgia técnicamente avanzada

Desde el punto de vista metalográfico, los hallazgos de El Lomo son actualmente objeto de un estudio monográfico por parte de S. Rovira LLorens. De los análisis practicados hasta el momento adelantamos algunos datos que pueden ser muy significativos para mejor caracterizar este asentamiento. En concreto, damos a continuación los porcentajes de cobre, arsénico y estaño que contienen las piezas anteriormente descritas.

	Cu	As	Sn
1.	88,61	nd	10,45
2.	92,79	nd	6,53
3.	78,80	0,56	18,80
4.	90,37	0,14	8,49
5.	83,53	nd	15,51
6.	89,22	nd	8,43
7.	84,74	nd	12,11
8.	94,17	5,01	nd
9.	92,49	nd	6,42
10.	64,74	nd	34,56
11.	82,21	nd	17,08
12.	tr?	nd	dt

del Lomo II, 193-200; en estos estudios se destacan las dificultades con que tropieza la labor de establecer una conexión entre una datación específica y el contenido de la hoya de que se tomó la muestra correspondiente, debido a las características peculiares de este yacimiento y, en general, de los integrados mayoritariamente por depósitos practicados en hoyas.

¹⁶ Cf. J. Valiente Malla, *La Loma del Lomo* I, 159-62.

En el capítulo de la segunda memoria dedicado al estudio de los hallazgos de Cogolludo relacionados con la metalurgia se destaca el hecho de que predomina absolutamente la aleación de cobre y estaño sobre la de cobre y arsénico¹⁷, en contraste con otras áreas culturales sincrónicas, como las de El Argar o el Bronce Valenciano, e incluso geográficamente conexas, como las del Bronce de la Mancha en sus distintas facies (motillas, cerros y castellones). Al aumentar el catálogo de hallazgos en el curso de las sucesivas campañas de excavaciones, se ha reforzado esta perspectiva, de modo que, por un lado, la metalurgia es en Cogolludo una actividad no ya marginal o complementaria, sino verdaderamente capital, mientras que, por otro, este centro de producción aparece como una avanzadilla desde el punto de vista tecnológico.

En efecto, los análisis metalográficos realizados sobre objetos de las culturas mediterráneas del Bronce Pleno (Argar o Bronce Valenciano) revelan un predominio abrumador de aleaciones arsenicales para la etapa del Bronce Pleno. Hay centros metalúrgicos de primer orden, como Fuente Alamo (Cuevas de Almanzora, Almería) en que se trabaja exclusivamente el cobre arsenical¹⁸. Ésta es también la situación que reflejan habitualmente los análisis de artefactos metálicos procedentes de poblados argáricos granadinos, de las motillas¹⁹ o de otros asentamientos manchegos²⁰.

Una proporción significativa de estaño aparece tan sólo en casos esporádicos, como los de un puñal de Vélez Blanco (Almería) o un hacha de tipología portuguesa de Castril (Granada), que dieron respectivamente 4,8% y 10% de estaño, dentro de un lote de veintitrés objetos del Bronce Pleno procedentes de una amplia zona del Sudeste y el Levante²¹. En el área del Bronce Valenciano, concretamente en el asentamiento de la Muntanya Assolada (Alzira, Valencia) se ha documentado también como caso excepcional la presencia de dos piezas con contenidos de un 8,187% y un 8,565% de estaño dentro de un conjunto formado mayoritariamente por objetos de cobre arsenical y en un contexto en que consta la práctica de la metalurgia²².

¹⁷ J. Valiente Malla, *La Loma del Lomo* II, 187-90.

¹⁸ H. Schubart, O. Arteaga, *Fundamentos arqueológicos para el estudio socio-económico y cultural del área de El Argar*, 304-305, 307.

¹⁹ A. Arribas, P. Craddock, F. Molina, B. Rothenberg, D. R. Hooek, *Investigación arqueometalúrgica en yacimientos de las edades del Cobre y del Bronce en el Sudeste de Iberia*, 75-77; A. Hernando Grande, C. Galán Saulnier, *Armas metálicas en la "Motilla" de Santa María del Retamar (Argamasilla de Alba, Ciudad Real)*, 191-221.

²⁰ M. Fernández-Miranda, M. D. Fernández-Posse, C. Martín, *Caracterización de la Edad del Bronce en La Mancha. Algunas proposiciones para su estudio*, 293-310.

²¹ B. Blance, *Estudio espectrográfico de algunos objetos metálicos del Museo de Prehistoria de la Diputación de Valencia*, 163-73.

²² B. Martí Oliver, *La Muntanya Assolada (Alzira, Valencia). Poblado de la cultura del Bronce Valenciano*, 262.

No faltan tampoco indicios de que en el área argárica se conoce y aplica excepcionalmente la tecnología del bronce estannífero, como en El Oficio (Cuevas, Almería), un poblado de dedicación fundamentalmente metalúrgica en que los Siret excavaron un taller con utillaje muy completo y muestras notables de metales en distintas fases de elaboración²³; de este yacimiento procede un lingote con un 36,21% y un crisol con un 8,8% de estaño²⁴. También en el yacimiento epónimo de El Argar (Antas, Almería) se practica ocasionalmente una metalurgia del bronce estannífero centrada en un taller dotado de una estructura utilizada probablemente como horno de fundición y en que se hallaron crisoles y moldes; de los veintisiete objetos analizados por los Siret, dos eran de bronce genuino, uno de ellos (un brazalete) con un contenido del 11,84% de estaño. Se supone que los talleres argáricos pudieron utilizar en el proceso de la obtención del bronce la casiterita procedente de depósitos aluviales de Cartagena o Ifre (Murcia); de hecho, en El Oficio se halló un fragmento de bronce con plomo y concreciones de casiterita²⁵.

Sin embargo, uno de los rasgos más llamativos de la metalurgia argárica consiste en su apego a fórmulas arcaicas en lo referente a las aleaciones empleadas²⁶. En el mundo argárico no se dará el paso “dramático” de las aleaciones arsenicales a las estanníferas hasta bien entrado el Bronce Tardío; entre tanto se seguirá utilizando el cobre arsenical, quizá por tratarse de una tecnología que se domina perfectamente²⁷. Los casos excepcionales que se documentan puede que resulten por ello mismo altamente significativos para el estudio de la difusión de las técnicas metalúrgicas.

En esa misma línea son dignos de atención los datos que poseemos acerca de la metalurgia del bronce en varios enclaves de la periferia argárica, en algunos de los cuales se intensifica la producción de bronce estanníferos. Tal es el caso del Cerro del Culantrillo (Gorafe, Granada), típico asentamiento argárico en el que se hallaron armas hechas de bronce en sus dos tercios, con un contenido, a veces, de un 20% de estaño, muy superior al normal. El Cerro del Culantrillo ha sido caracterizado como un poblado de prospectores y comerciantes de metales que tratarían de enlazar, a través de la Meseta, con los mercados del estaño²⁸; su actividad se habría desarrollado posiblemente a partir del 1580 a.C. y habría durado algo más de

²³ V. Lull, *La “cultura” de El Argar*, 241-44.

²⁴ P. Castro y otros, *Estudio de los materiales arqueológicos*, 206-208.

²⁵ V. Lull, *La “cultura” de El Argar*, 241.

²⁶ R. J. Harrision, P. T. Craddock, M. J. Hughes, *A Study of the Bronze Age Metalwork from the Iberian Peninsula in the British Museum*, 164.

²⁷ D. R. Hook, A. Arribas Palau, P. T. Craddock, F. Molina, B. Rothenberg, *Copper and Silver in Bronze Age Spain*, 156-58.

²⁸ M. García Sánchez, *El poblado argárico del Cerro del Culantrillo, en Gorafe, Granada*; M. García Sánchez, J. Carrasco Rus, *Análisis espectrográficos de objetos metálicos procedentes de la provincia de Granada*.

un siglo, en respuesta a una demanda puntual de metales²⁹.

Esa misma explicación ha sido propuesta para un denso poblamiento argárico detectado en torno a la zona minera de Linares³⁰, con numerosos asentamientos dedicados a actividades mineras y metalúrgicas, en los que además se han producido diversos hallazgos de instrumentos metálicos³¹. De especial interés para el tema que tratamos es, dentro de este conjunto, el poblado de Peñalosa (Baños de la Encina, Jaén), con piezas de bronce que parecen relacionarse con cercanos depósitos de cobre y, en especial, de casiterita en forma de sedimentos aluviales en Navamorquí³². La metalurgia se practicaría en este asentamiento como una actividad doméstica, pero fundamental, con vistas al intercambio de sus producciones por alimentos de origen agrícola, en una época centrada en torno a la fecha de 1540 a.C. y también con la intención de instaurar “nuevas rutas de intercambio de carácter más atlántico”³³. La presencia de materiales y gentes de la cultura de Cogotas I en la Alta Andalucía y en el Sudeste indicaría precisamente la culminación de ese proceso tendente a establecer un enlace *por tierra* entre las comarcas del interior peninsular vinculadas a las áreas respectivamente atlántica y mediterránea, por obra de aquellos ganaderos de la Meseta.

3. ¿Círculo mediterráneo o círculo atlántico?

De las consideraciones anteriores parece deducirse que la metalurgia de Cogolludo muestra la singularidad de una utilización constante de la aleación de cobre y estaño, por contraste con lo que es habitual en asentamientos coetáneos de horizontes culturales afines.

Como ya se dijo al comienzo de este trabajo, Cogolludo se sitúa en un contexto geográfico que viene a ser una zona de ruptura entre el Valle del Henares, que se abre hacia las llanuras de Castilla-La Mancha, y las estribaciones de las Cordillera Central, en que hay varios pasos fáciles hacia la cuenca del

²⁹ V. Lull, *La “cultura” de El Argar*, 359-61.

³⁰ A. Arribas, *Panorama de la arqueología en la provincia de Jaen*, 13-14.

³¹ J. Valiente Malla, *La expansión de la cultura argárica en la Alta Andalucía*.

³² J. Muñoz Cobo, *Poblado con necrópolis del Bronce II mediterráneo en Peñalosa, término de Baños de la Encina*.

³³ F. Contreras, F. Nocete, M. Sánchez Ruiz, *Segunda campaña de excavaciones en el yacimiento de la Edad del Bronce de Peñalosa (Baños de la Encina, Jaén)*. No obstante, cf. las atinadas matizaciones que formula I. Montero Ruiz, *La actividad metalúrgica en la Edad del Bronce del Sudeste de la Península Ibérica*, 206-209, a las tesis que otorgan un peso exagerado tanto a la metalurgia en sí como a sus repercusiones sociológicas e incluso políticas en el ámbito argárico. Cf. también J. Valiente Malla, *La Loma del Lomo I*, 165-66, en el mismo sentido de otorgar a la agricultura y a la cosmovisión que ésta implica la primacía como motor del cambio, al menos en el ámbito en que se sitúa el asentamiento de La Loma del Lomo.

Duero, por lo que cabría esperar alguna relación entre los asentamientos del Bronce Medio situados sobre ambas vertientes de aquélla. Lo cierto es, sin embargo, que las metalurgias respectivas no acusan nada semejante. En los Tolmos de Caracena (Soria) se trabaja un cobre casi puro, aunque se ha documentado también un punzón con un elevado contenido de arsénico (6,01%)³⁴; los únicos bronce estanníferos documentados hasta ahora en Soria son una punta de aletas y pedúnculo hallada en Dévanos, muy semejante a la de Cogolludo, con un 14,11% de estaño; un puñal con dos escotaduras laterales, procedente de Numancia, con un contenido del 15,69% del mismo metal, y posiblemente un punzón de la Cueva del Asno, en Los Rábanos, con un 6,18% de estaño, que se situaría en un Bronce Medio fechado en 1430 a.C.³⁵ mejor que en la fase calcolítica del mismo yacimiento a la que, en principio, fue asignado.

También en los asentamientos de la Edad del Bronce Pleno de la Meseta Inferior, en un ambiente en que, como queda dicho, predominan absolutamente los productos de cobre arsenical, aparecen esporádicamente las aleaciones de bronce estannífero. Tal es el caso de dos hachas estudiadas por L. Monteagudo que contenían en torno a un 10% de estaño; formaban parte de un depósito de trece ejemplares, hoy dispersos por distintas colecciones, hallado en las inmediaciones del Castillejo del Acebuchal, un poblado de altura situado cerca de Almagro (Ciudad Real), en una zona densamente poblada durante la época del Bronce de La Mancha en sus distintas modalidades³⁶. Caso semejante es el de un cuchillo hallado en el “Cabezo A” de Almansa (Albacete)³⁷, con un contenido de un 10,69% de estaño, que se considera excepcional entre los hallazgos manchegos en general³⁸.

En la provincia misma de Guadalajara no faltan indicios de una práctica de la metalurgia vinculada a la difusión del campaniforme de tipo Ciempozuelos, concretamente en la comarca molinesa, siquiera a través de testimonios tan escasos como los crisoles del abrigo de Rillo de Gallo³⁹ o la espada de

³⁴ Según análisis de A. Martín Costea, en A. Jimeno Martínez, *Los Tolmos de Caracena (Soria)* I, 353. Los análisis de las piezas halladas en campañas sucesivas en esta mismo yacimiento, realizados por S. Rovira, I. Montero y S. Consuegra, confirman los resultados anteriores; cf. A. Jimeno Martínez, J. J. Fernández Moreno, *Los Tolmos de Caracena (Soria)* II, 113.

³⁵ A. Jimeno Martínez, J. J. Fernández Moreno, *La metalurgia de la Edad del Bronce en la provincia de Soria: el contexto cultural*, 240.

³⁶ I. Blanco de la Rubia, *El Castillejo del Acebuchal. Un yacimiento de la Edad del Bronce (Pozuelo de Calatrava, Ciudad Real)*.

³⁷ J. L. Simón García, *La Edad del Bronce en Almansa*, 30, 96; fig. 9, nº 2.

³⁸ M. Fernández Miranda, M. D. Fernández-Posse, C. Martín, *Caracterización de la Edad del Bronce en La Mancha*.

³⁹ R. de Balbín, P. Bueno, P. Jiménez, J. Alcolea, J. A. Fernández, E. Pino, J. C. Redondo, *El yacimiento de Rillo de Gallo (Guadalajara)*; eid., *Arte rupestre levantino en Guadalajara*.

TorreCuadrada, de cobre con un bajo contenido de arsénico⁴⁰. Encuadrables en la fase del Bronce Pleno tenemos dos piezas, la conocida como “espada de Guadalajara”, con “bastante” estaño y sin trazas de arsénico⁴¹, y un cuchillito de perfil foliar, muy semejante al de Cogolludo, que aún conserva sus dos remaches; fue hallado en la finca Casasola, a orillas del Henares y muy cerca del casco urbano de Guadalajara; el análisis metalográfico dio un contenido del 8,831% de estaño y del 0,986% de arsénico⁴². La espada de Guadalajara es una pieza excepcional por conservar su empuñadura forrada de una lámina de oro con adornos repujados por ambas caras entre los que destacan dos arquillos ultrasemicirculares⁴³. Este rasgo ornamental aparece troquelado en la hoja de otras espadas halladas en diferentes ámbitos peninsulares; entre éstas cabe señalar, por su mayor antigüedad, las dos de Villaviudas (Palencia)⁴⁴. Según los autores citados, Villaviudas I se incluye en el grupo I de Almagro, tipológicamente relacionado con ejemplares bretones, mientras que Villaviudas II y Guadalajara pertenecerían al grupo II, con difusión por toda la Península, aunque el detalle ornamental de los arquillos de herradura troquelados en la hoja o en la empuñadura delataría las conexiones atlánticas del grupo y sería testimonio de un “mestizaje” entre aquella corriente y la argárica.

En esta misma línea de las interconexiones atlánticas y mediterráneas se situaría la utilización de los estaños locales por los bronceistas ibéricos. En las Islas Británicas, el paso del bronce arsenical al estannífero se ha dado ya hacia el 2200 a.C.⁴⁵ y hay pruebas arqueológicas de que los depósitos aluviales de casiterita se explotaban a partir del año 2000 a.C. en Cornwall y desde el Bronce Medio en Bretaña⁴⁶; a partir del 1800 a.C. se advierte en la Europa nórdica un aumento de hallazgos de bronce estanníferos cuanto mayor es la proximidad a los centros atlánticos productores del estaño y ya a partir de 1500 a.C. está bien documentada la producción de bronce armoricano muy ricos en estaño, hecho que se interpreta como indicio de una explotación de arenas estanníferas “a gran escala”⁴⁷.

⁴⁰ J. Valiente Malla, Notas de metalurgia prehistórica en Guadalajara, 40-44; fig. 2.

⁴¹ M. Almagro Gorbea, La espada de Guadalajara y sus paralelos peninsulares, 57, n. 5.

⁴² J. Valiente Malla, Notas de metalurgia prehistórica en Guadalajara, 44-48; fig. 3.

⁴³ Buenas reproducciones de los distintos componentes de esta pieza excepcional en F. Gago Blanco, La espada de Guadalajara. Restauración.

⁴⁴ Sobre la espada de Villaviuda I, cf. P. de Palol, Una espada de bronce hallada en Villaviudas; provincia de Palencia. Sobre la espada de Villaviudas II, cf. J. A. Rodríguez, M. Rojo Guerra, J. M. Fernández, Una nueva espada del Bronce Medio hallada en Villaviudas (Palencia).

⁴⁵ S. P. Needham, M. N. Leese, D. R. Hook, M. J. Hughes, *Developments in the Early Bronze Age metallurgy of Southern Britain*.

⁴⁶ J. D. Muhly, Sources of tin and the beginnings of bronze metallurgy.

⁴⁷ J.-P. Mohen, *Metalurgia prehistórica*, 105-108.

Por lo que respecta al Noroeste de la Península Ibérica, se ha sugerido, en virtud de indicios diversos, que formaba también parte de este círculo atlántico en que se produciría un intercambio de ideas y objetos cuyos mecanismos nos son desconocidos, aunque bien podían consistir en el trasiego o incluso el extravío de pescadores, los intercambios comerciales regulares o la actividad de artesanos itinerantes⁴⁸.

Tenemos al respecto testimonios que nos hablan de un conocimiento muy temprano, también en la Península Ibérica, de las aleaciones estanníferas. Así, ya en el horizonte del campaniforme marítimo aparece en la fachada atlántica un grupo de utensilios, punzones en un primer momento y luego puntas Palmela, confeccionados con bronce estannífero, como parte de una metalurgia que ha adquirido un notable dominio de los distintos tipos de aleaciones⁴⁹. A este conjunto de bronce y a los análisis que de los mismos realizó el equipo de Stuttgart se alude a propósito de un hacha plana procedente de Carmona (Sevilla) y relacionada quizá con los hallazgos campaniformes de El Acebuchal; es una pieza con un contenido de un 5,9% de estaño⁵⁰. Una comparación basada en estos mismos trabajos establece que, para los comienzos de la metalurgia, el Sudoeste se caracteriza por una presencia mucho más densa del estaño en los distintos tipos de aleación utilizados⁵¹.

Con la difusión del campaniforme de tipo Ciempozuelos se produce la unidad cultural de las dos mesetas y la introducción de una nueva "civilización" con sus formas peculiares de organización económica, social y política en los territorios peninsulares del interior. Es ahora cuando se intensifica la difusión de la metalurgia, y entre sus novedades se cuenta también el empleo de aleaciones estanníferas, si bien es cierto que se documentan a través de hallazgos esporádicos y escasos sobre un panorama general de aleaciones arsenicales⁵². Por lo demás, la existencia de conexiones entre la Meseta y la Europa atlántica durante esta etapa se refleja también en el ámbito de la joyería⁵³.

⁴⁸ J. M. Coles, A. F. Harding, *The Bronze Age in Europe*, 226-27.

⁴⁹ R. J. Harrison, *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*, 43; id., *The Beaker Folk. Copper Age Archaeology in Western Europe*, 129-30.

⁵⁰ R. J. Harrison, P. T. Craddock, M. J. Hughes, *A Study of the Bronze Age Metalwork from the Iberian Peninsula*, 162-63; fig. 3, nº 12.

⁵¹ M. Corral Cañón, *Las primeras actividades metalúrgicas y su desarrollo en el País Valenciano*, 17-18.

⁵² S. Rovira, I. Montero, S. Consuegra, *La metalurgia de la Edad del Bronce en la provincia de Soria: estudio analítico*, 251, recoge datos sobre hallazgos de bronce estanníferos en contextos campaniformes. Cf. también S. Rovira Llorens, *Estudio analítico de dos punzones de la Cova de Punta Farisa (Fraga)*, 57, sobre dos piezas de bronce estannífero procedentes de Cazalilla (Jaén), fechadas en ambiente campaniforme antiguo.

⁵³ Cf. G. Delibes, *El Calcolítico*, 52.

4. Propuesta de interpretación

De las anteriores consideraciones se deduce que los bronce estanníferos aparecen en diferentes ámbitos de la Península Ibérica en fechas muy tempranas, pero de modo esporádico y casi siempre dentro de conjuntos integrados mayoritariamente por bronce arsenicales. En Cogolludo ocurre más bien todo lo contrario, de modo que se puede sospechar que los escasos bronce arsenicales serían más bien piezas viejas, chatarra en una palabra, destinadas a la refundición.

Cabría pensar que esta situación es producto de una invención local, y la idea resultaría hasta verosímil si se tratara de un enclave que contara con buenos recursos metálicos, especialmente de estaño, pero no parece ser éste el caso, y así lo indicaría el hecho de que en Cogolludo no hay señales de que se practicara la minería. Hay que pensar más bien en contactos con otras áreas metalúrgicas de las que, con seguridad, se obtendrían los metales y muy posiblemente se habrían aprendido las técnicas para su transformación.

Una de estas áreas podría ser, en el Bronce Pleno, la de las culturas itálicas de Polada II o de los Apeninos, que conocen el bronce estannífero y que, a través del Languedoc, influyeron sobre el Bronce Medio del Ebro, si bien la presunta área francesa de transmisión está marcada en lo tocante a la metalurgia del bronce por influencias atlánticas⁵⁴. Con esta segunda área se relacionaría también la metalurgia de Cogolludo, donde se advierte, ya desde la fase El Lomo I, eneolítica, una dependencia o conexiones múltiples con la cuenca del Duero.

En todo caso, se trata de una propuesta que futuras investigaciones arqueometalúrgicas se encargarán de confirmar o invalidar.

BIBLIOGRAFIA

- M. ALMAGRO GORBEA, La Espada de Guadalajara y sus paralelos peninsulares: *TP* 29 (1972) 55-82.
- A. ARRIBAS, Panorama de la arqueología en la provincia de Jaén: *XII CNA* (1971) 9-23.
- A. ARRIBAS, P. CRADDOCK, F. MOLINA, B. ROTHENBERG, D. R. HOOK, Investigación arqueo-metalúrgica en yacimientos de las Edades del Cobre y del Bronce en el Sudeste de Iberia, en C. Domergue (ed.), *Minería y metalurgia en las antiguas civilizaciones mediterráneas y europeas I* (Madrid 1989) 71-79.
- R. DE BALBÍN, P. BUENO, P. JIMÉNEZ, J. ALCOLEA, J. A. FERNÁNDEZ, E. PINO, J. C. REDONDO, El yacimiento de Rillo de Gallo (Guadalajara): *WAH* 16 (1989) 37-73.

⁵⁴ S. Rovira Llorens, *Estudio analítico de dos punzones de la Cova de Punta Farisa (Fraga)*, 58.

- Arte rupestre levantino en Guadalajara: *Revista de Arqueología* 106 (1990) 16-24.
- B. BLANCE, Estudio espectrográfico de algunos objetos metálicos del Museo de Prehistoria de la Diputación de Valencia: *APL* 8 (1959) 163-73.
- I. BLANCO DE LA RUBIA, El Castillejo del Acebuchal. Un yacimiento de la Edad del Bronce (Pozuelo de Calatrava, Ciudad Real): *XVI CNA* (1982) 359-71.
- P. CASTRO, J. A. DUEÑAS, P. GONZÁLEZ MARCÉN, S. HIGUERAS, M. MALLOL, P. PEDRÓ, R. E. CLOUGH, Estudio de los materiales arqueológicos de la prospección, en R. Chapman, V. Lull, M. Picazo, M. E. Sanahuja (eds.), *Proyecto Gatas*, 181-218.
- J. M. COLES, A. F. HARDING, *The Bronze Age in Europe* (Londres [1977] 1979).
- F. CONTRERAS, F. NOCETE, M. SÁNCHEZ, Segunda campaña de excavaciones en el yacimiento de la Edad del Bronce de Peñalosa (Baños de la Encina, Jaén): *Anuario Arqueológico de Andalucía* III (1987) 252-61.
- M. CORRAL CAÑÓN, Las primeras actividades metalúrgicas y su desarrollo en el País Valenciano, en *El Eneolítico en el País Valenciano* (Coloquio de Alcoy; Alicante 1986) 15-21.
- R. CHAPMAN, V. LULL, M. PICAZO, M. E. SANAHUJA (eds.), *Proyecto Gatas. Sociedad y Economía en el Sudeste de España c. 2500-800 a.n.e.* 1. *La Prospección Arqueoecológica* (BAR International Series 348; Oxford 1987).
- G. DELIBES DE CASTRO, El Calcolítico. La aparición de la metalurgia, en G. Delibes y otros, *Historia de Castilla y León 1. La Prehistoria del Valle del Duero* (Valladolid 1985) 36-52.
- M. FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. D. FERNÁNDEZ-POSSE, C. MARTÍN, Caracterización de la Edad del Bronce en La Mancha. Algunas proposiciones para su estudio: *ETF Preh. y Arq.* 1 (1988) 293-310.
- F. GAGO BLANCO, La Espada de Guadalajara. Restauración: *Revista de Arqueología* 106 (1990) 8-14.
- M. GARCÍA SÁNCHEZ, El poblado argárico del Cerro del Culatrillo, en Gorafe, Granada: *APL* 10 (1963) 69-96.
- M. GARCÍA SÁNCHEZ, J. Carrasco Rus, Análisis espectrográficos de objetos metálicos procedentes de la provincia de Granada: *XV CNA* (1979) 237-48.
- R. J. HARRISON, *The Bell Beakers Cultures of Spain and Portugal* (Cambridge, Mass. 1977).
- The Beaker Folk. Copper Age Archaeology in Western Europe* (Londres 1980).
- R. J. HARRISON, P. T. Craddock, M. J. Hughes, A Study of the Bronze Age Metalwork from the Iberian Peninsula in the British Museum: *Ampurias* 43 (1981) 113-79.
- A. HERNANDO GRANDE, C. GALÁN SAULNIER, Armas metálicas en la "Motilla" de Santa María del Retamar (Argamasilla de Alba, Ciudad Real): *ETF Preh. y Arq.* 2 (1989) 191-221.
- Piezas metálicas de la Edad del Bronce en la Meseta: puntas de flecha triangulares con pedúnculo y aletas: *ETF Preh. y Arq.* 1 (1988) 311-23.
- D. R. HOOK, A. ARRIBAS PALAU, P. T. CRADDOCK, B. ROTHENBERG, Copper and Silver in Bronze Age Spain en W. H. Waldren, R. C. Kennard (eds.), *Bell Beakers of the Western Mediterranean I* (BAR International Series 331i; Oxford 1987) 147-72.
- A. JIMENO MARTÍNEZ, *Los Tolmos de Caracena (Soria). Campaña de 1977, 1978 y 1979. Nuevas bases para el estudio de la Edad del Bronce en la zona del Alto Duero* (EAE 134, Madrid 1984).

- A. JIMENO MARTÍNEZ, J. J. FERNÁNDEZ MORENO, *Los Tolmos de Caracena. Campañas 1981 y 1982. Aportación al Bronce Medio de la Meseta* (EAE 161; Madrid 1991).
La metalurgia de la Edad del Bronce en la provincia de Soria: el contexto cultural, en *II Symposium de Arqueología Soriana I*, 231-46.
- V. LULL, *La "cultura" de El Argar. Un modelo para el estudio de las formaciones económico-sociales prehistóricas* (Madrid 1983).
- B. MARTÍ OLIVER, La Muntanya Assolada (Alzira, Valencia). Poblado de la cultura del Bronce Valenciano: *XVI CNA* (1982) 259-68.
- J.-P. MOHEN, *Metalurgia prehistórica* (Barcelona 1992).
- F. MOLINA GONZÁLEZ, E. PAREJA LÓPEZ, *Excavaciones en la Cuesta del Negro. Purullena, Granada* (EAE 86, Madrid 1975).
- I. MONTERO RUIZ, La actividad metalúrgica en la Edad del Bronce del Sudeste de la Península Ibérica: tecnología e interpretación cultural: *TP 49* (1992) 189-215.
- C. MORÁN, *Excavaciones Arqueológicas en el Cerro del Berrueco* (MJSEA 65; Madrid 1924).
- J. D. MUHLY, Sources of tin and the beginnings of bronze metallurgy: *AJA 89* (1985) 275-91.
- J. MUÑOZ COBO, Poblado con necrópolis del Bronce II mediterráneo en Peñalosa, término de Baños de la Encina: *Bol. del Inst. de Estudios Giennenses 90* (1976) 45-54.
- C. NARANJO GONZÁLEZ, El Castillo de Cardeñosa. Un yacimiento de los inicios de la Edad del Bronce en la Sierra de Avila (Excavaciones realizadas por J. Cabré en 1931: *NAH 19* (1984) 35-84.
- S. P. NEEDHAM, M. N. LEESE, D. R. HOOK, M. J. HUGHES, Developments in the Early Bronze Age metallurgy of Southern Britain: *World Archaeology 20/3* (1989) 383-402.
- P. DE PALOL, Una espada de bronce hallada en Villaviudas; provincia de Palencia: *BSAA 34-35* (1969) 295-98.
- J. A. RODRÍGUEZ, M. ROJO GUERRA, J. M. FERNÁNDEZ, Una nueva espada del Bronce Medio hallada en Villaviudas (Palencia): *BSAA 54* (1988) 219-23.
- S. ROVIRA LLORENS, Estudio analítico de dos punzones de la Cova de Punta Farisa (Fraga): *Estudios de la Antigüedad 6/7* (1989/1990) 57-60.
- S. ROVIRA, I. MONTERO, S. CONSUEGRA, La metalurgia de la Edad del Bronce en la provincia de Soria, en *II Symposium de Arqueología Soriana I* (Soria 1992) 247-59.
- H. SCHUBART, O. ARTEAGA, Fundamentos arqueológicos para el estudio socio-económico y cultural del área de El Argar, en *Actas del Congreso "Homenaje a Luis Siret"* (Sevilla 1986) 289-307.
- J. L. SIMÓN GARCÍA, *La Edad del Bronce en Almansa* (Albacete 1987).
- J. VALIENTE MALLA, La expansión de la cultura argárica en la Alta Andalucía: *Caesaraugusta 51-52* (1980) 87-102.
Enterramientos de rito argárico en la Meseta. El poblado de La Loma del Lomo (Cogolludo, Guadalajara): *Revista de Arqueología VIII/73* (1987) 34-43.
Enterramientos de la Edad del Bronce en El Lomo (Cogolludo, Guadalajara), en *Actas del I Congreso de Historia de Castilla-La Mancha III* (Toledo 1988) 79-91.
La Loma del Lomo I (EAE 152, Madrid 1984).
La Loma del Lomo II (Patrimonio Histórico-Arqueología 5; Toledo 1992).
Notas de metalurgia prehistórica en Guadalajara: *WAH 19* (1992) 39-48.

Est. I

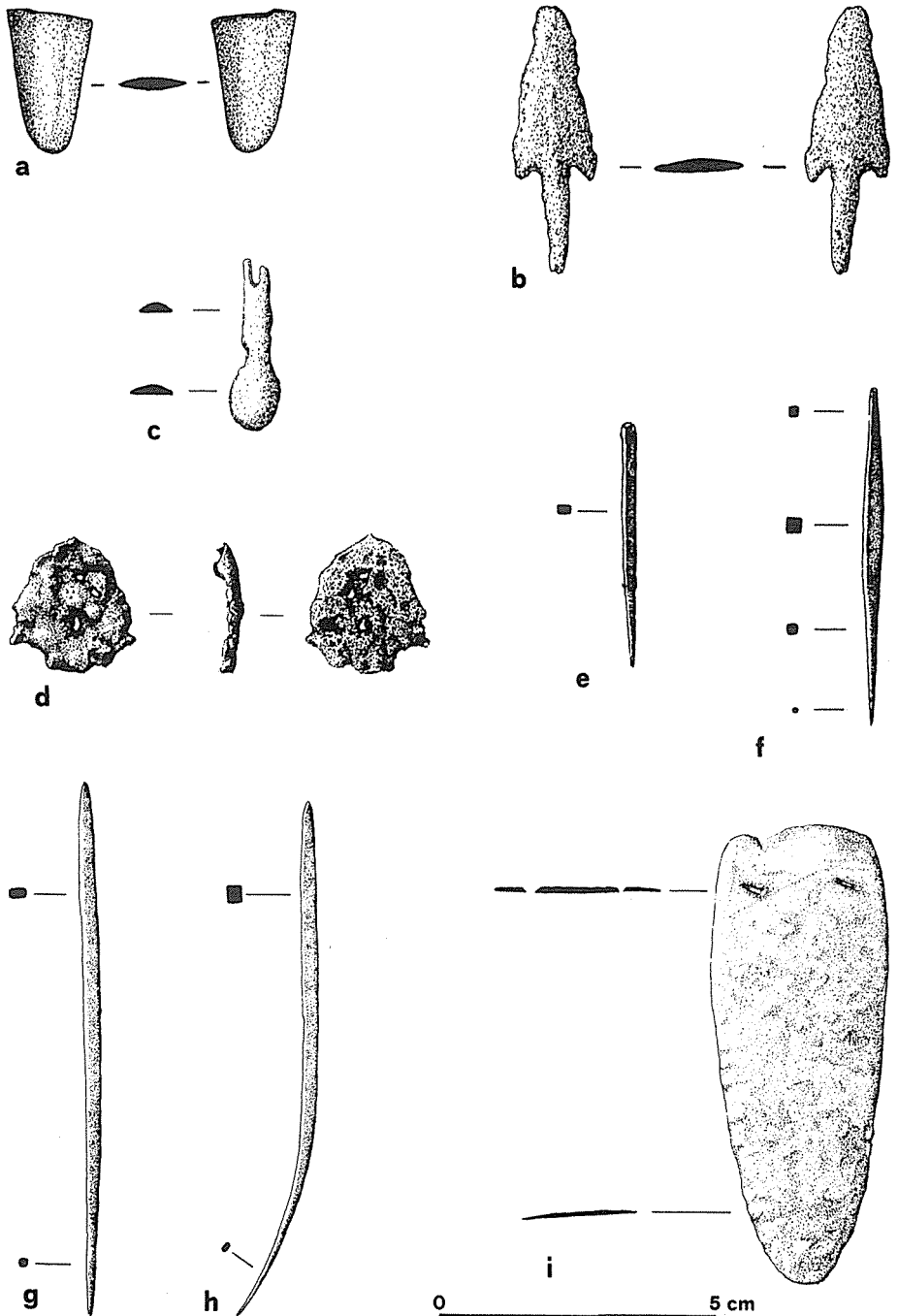


Fig. 1 — Metalurgia de La Loma del Lomo: punta de un cuchillo (a), punta de flecha (b); rebaba de fundición (c); costra de fundición (d); punzones (e-h); cuchillo (i).

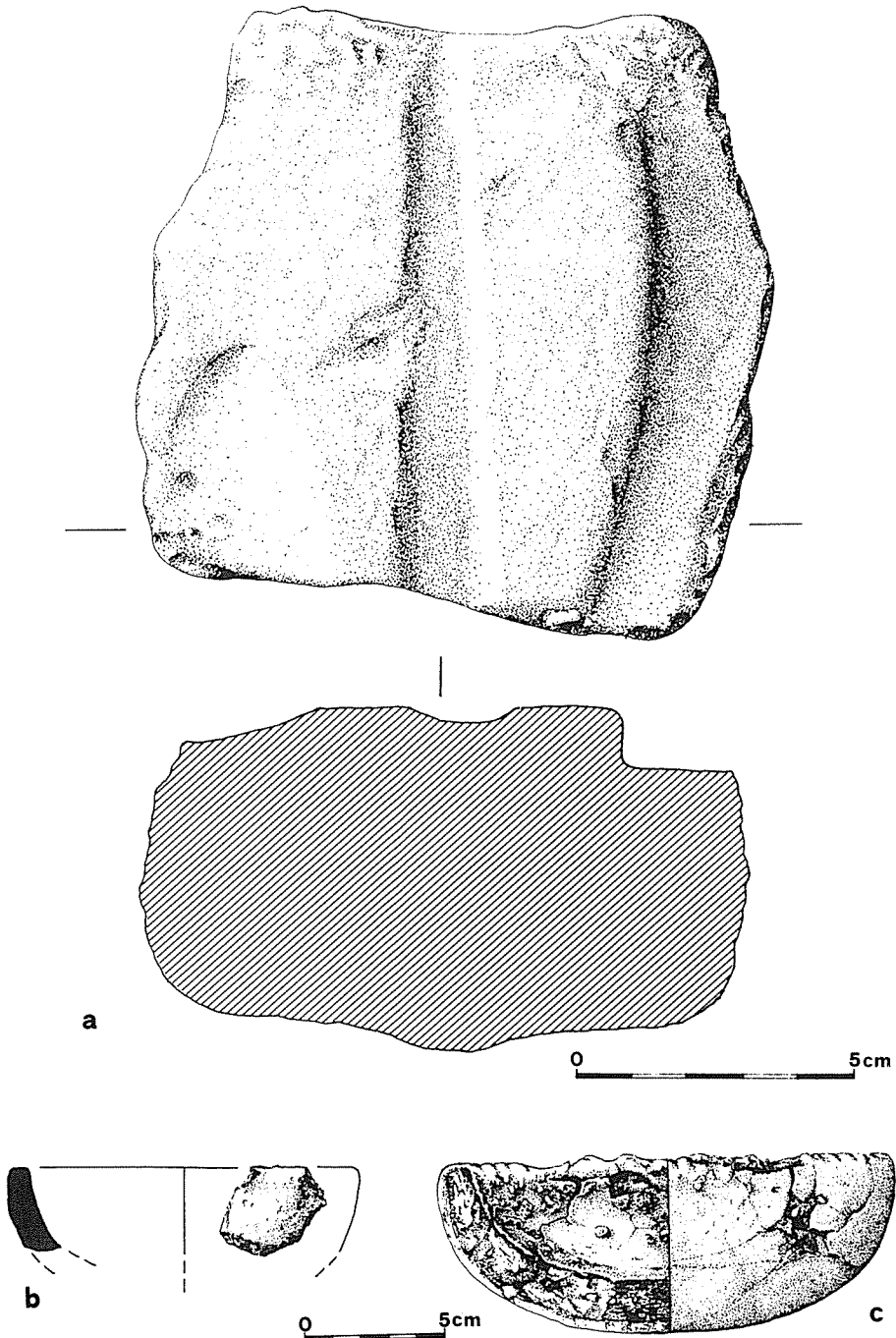


Fig. 2 — Metalurgia de La Loma del Lomo: fragmento de molde de fundición (a); crisoles (b-c).

PIEZAS CON LUSTRE DEL BRONCE FINAL DE PERALES DEL RIO (MADRID)

por

Carmen Gutiérrez Saez

Resumen: Estudio funcional de siete piezas recuperadas, próximas entre sí, en el fondo 21 del yacimiento. El conjunto fue abandonado en diversos estados de uso. La materia trabajada parece haber sido vegetal – quizás dos tipos – y las acciones segar y/o serrar.

Palabras-clave: Traceología. Dientes de hoz. Bronce.

Presentamos el estudio traceológico de un conjunto de piezas líticas del tipo conocido como diente o elemento de hoz, recuperadas en uno de los hoyos (fondo 21) del yacimiento de Perales del Río, en el Bajo Manzanares. En el yacimiento se han detectado dos ocupaciones, la primera durante el Bronce medio y la segunda fase, a la que pertenecen las piezas, se desarrolla durante el Bronce final.

El conjunto se compone de siete dientes de hoz, seis de ellos con un lustre intenso sobre su borde denticulado. Las siete piezas aparecían dentro del mismo hoyo, muy próximas entre sí, pero no propiamente en conexión anatómica. Como avance a un estudio más detallado del conjunto, hemos emprendido el análisis traceológico en un intento de comprobar

1) si se trata de piezas asociadas al trabajo de materiales vegetales, como su lustre parece indicar. Preferimos emplear esta opción ante la otra más arriesgada de actividades agrícolas, dado que ni se han recogido granos de cereal en el yacimiento ni los restos polínicos, identificados a nivel de familia, especifican los tipos concretos de plantas comestibles detectadas.

2) la posibilidad de que se trate de un conjunto de piezas preparadas para ser insertadas en un mango, y quizás en una misma hoz.

En el yacimiento aparecen también abundantes restos de industria lítica, principalmente lascas y restos de talla, escasas láminas y una muy baja proporción

de soportes retocadas, entre ellos algunos dientes de hoz más. Actualmente esta industria está en fase de estudio.

MATERIA PRIMA

Creemos que se trata en todos los casos de tipos de sílex propios del Manzanares, semejantes a algunos utilizados experimentalmente por nosotros con anterioridad (Gutiérrez 1990). Estos tipos de sílex se caracterizan por una gran variabilidad de color -tonos marrones a grises y blanquecinos- y de textura -muy fina y de aspecto opalino en algunos casos y más áspera al tacto en otros-. Ya habíamos apreciado durante la recogida de muestras esta amplia variación, incluso dentro de los mismos nódulos o bloques. El análisis de lámina delgada nos había revelado una composición muy homogénea de todos los tipos de sílex, a pesar de su aspecto externo; se caracterizan por un alto contenido en SiO₂ -del 94 al 98%- y escasa presencia de impurezas. Se diferencian por una mayor extensión de mosaico criptocristalino y la presencia de retículos opalinos en los tipos que presentan una textura externa más fina.

Un posterior análisis de superficies específicas discriminó estos tipos en función de su respuesta al uso. Aquellos sílex que presentaban mayor desarrollo del pulimento después del uso ofrecían también superficies específicas más bajas, es decir, mayor regularidad en su topografía; estos tipos eran justamente los de aspecto más opalino. Por el contrario aquellos de aspecto basto, que en las mismas condiciones de uso apenas desarrollaban pulimento, tenían unas superficies específicas más altas. (Gutiérrez, Fort y Bustillo 1991).

MORFOLOGIA

Las piezas presentan formas semicirculares, algunas con tendencia triangular o ligeramente trapezoidal. Están elaboradas sobre soporte de lasca al menos de segunda extracción, ya que sólo aparece cortex sobre una pieza, en este caso en dos tercios de la cara dorsal y el talón. Tmanpoco hemos detectado pátinas que indiquen un carácter cortical ante la ausencia de cortex calizo, rasgo éste frecuente en los sílex del Manzanares. Cinco de las piezas están enteras y dos de ellas rotas, una en la zona proximal (nº 7) y otra en el lateral derecho (nº 6).

Todas conservan un filo relativamente agudo, el resto del contorno ha sido tallado por retoque abrupto desde las dos caras, eliminando los talones salvo en un caso. Los bordes preservados conforman un filo potencialmente activo. La

presencia de talón en una pieza, y de características de talla como ondas de percusión, nos han permitido la orientación tecnológica de los filos activos. Se trata de dos bordes laterales - uno derecho y otro izquierdo- y dos bordes distales. En las tres piezas restantes, ante la falta de datos técnicos, estos filos han sido situados convencionalmente en la zona distal.

Dado que por su caracter estereotipado es previsible que su orientación durante el trabajo sea la misma, hemos decidido ofrecer los datos de longitud y anchura situándolas todas con el filo activo en la zona distal. Las medidas están tomadas en milímetros; la longitud indica la distancia entre el filo activo y el borde opuesto, la anchura hace referencia a la anchura del filo activo. Las medidas ofrecen un conjunto bastante uniforme, aunque con la excepción de alguna pieza en cada uno de los baremos. Son piezas cortas -su longitud oscila entre 21 y 25 mm- en relación a los filos; estos, en general, son algo más largos -entre 27 y 31 mm como valores medios- y relativamente espesas -de 6 a 8 mm- o muy espesas -10 y 11 mm-.

Los filos

De longitud medianamente homogénea, como hemos observado, presentan unos ángulos de espesor medio -entre 42º y 60º- y sólo dos de ellos son bastante espesos. Son filos de delineación recta que en dos casos tiene tendencia a ser ligeramente cóncavos y en otros dos cóncavos. Entre ellos, cuatro presentan cierto embotamiento en sus filos, macroscopicamente no muy acusado, lo que no les impide conservar parte de él aún utilizable; dos están prácticamente agotados, debido sobre todos a la cantidad de extracciones que presentan, y el último está aún bastante fresco.

Sobre el filo se observan una serie de extracciones que creemos tienen diferente origen. Por una parte, una serie de ellas aparecen repartidas de forma más o menos regular a lo largo del filo, dándole un aspecto denticulado; son profundos y de morfología semicircular, en algún caso con tendencia alargada. Su tamaño es bastante grande, algunos alcanzan entre 6 y 9 mm de anchura, la longitud (extensión hacia el interior) varía entre 2 y 3 mm. Su disposición sobre las caras ventral y dorsal es heterogénea. En cuatro casos han sido extraídos preferentemente desde la cara dorsal, situándose en la ventral; en los tres restantes aparecen, sobre todo, en la dorsal, aunque sobre dos de las piezas se detectan únicamente en esta cara. Creemos que se trata de retoques intencionales hechos mediante presión. Pudiera tratarse de desconchados saltados durante el uso; en este caso podrían ser producidos por una materia bastante dura y/o una actividad de percusión, pero su aspecto uniforme a lo largo del filo y su profundidad

nos inclinan a pensar que se trata de un retoque intencional. No obstante sólo una experimentación controlada nos podría afianzar mejor en este aspecto.

Junto a ellos se aprecia otra serie de extracciones de distribución más aleatoria y tamaño y morfología diversos. Son pequeños desconchados que, a menudo, sólo se distinguen con la lupa binocular; entre los grandes su tamaño medio es de 2 x 2 mm y, sólo en la pieza nº 2 alcanzan un tamaño de 3 y 4 mm de longitud y anchura. Aparecen representadas todas las morfologías: cuadrangular, triangular, trapezoidal e irregular, aunque predominan los de tipo semicircular. Su génesis parece claramente funcional, ya que en su mayoría aparecen cubiertos por pulimento; sin embargo no descartamos que algunos puedan haberse desprendido durante la talla y otros con posterioridad a la utilización de la pieza.

En conjunto se trata de piezas de factura rápida y aparentemente poco cuidada; no parece que procedan de los restos de preparación de un núcleo laminar, sino que, posiblemente, han sido elaboradas mediante un proceso de talla más aleatorio y oportunista. Se conforma mediante retoques todo el contorno de la pieza y se conserva un sólo filo medianamente agudo, que posteriormente se denticula mediante retoque. A pesar de ciertas variaciones de formas y tamaños su morfología tiene un carácter estereotipado que pudiera indicar una funcionalidad común.

ANÁLISIS FUNCIONAL

Hemos realizado este análisis funcional apoyándonos en una amplia colección de piedras experimentales; en ella fueron diversas las materias trabajadas -carne, piel, hueso, madera...- y las acciones ejecutadas -cortar, perforar, raspar...-. Entre estas materias se encontraban los vegetales. Trabajamos un pequeño conjunto de sílex de diversas calidades segando hierbas silvestres. No obstante, en la actualidad empieza a haber algunas conclusiones válidas que permiten una identificación bastante afinada en torno a los procesos de trabajo agrícola, apoyadas en una experimentación sistemática con cereales salvajes, domésticos y diversos tipos de plantas. Se trata, sobre todo, de las investigaciones de P. Anderson-Gerfaud (1983, 1986, 1988, 1992), G.F. Korovkoba (1981, 1992) y R. Unger-Hamilton (1983, 1985a y b, 1989, 1992). Dada la complejidad del tema y la necesidad de una colección experimental más replicativa de las condiciones concretas de nuestro conjunto arqueológico, hemos optado por apoyarnos en algunas de las conclusiones generales de las autoras anteriores, sin entrar en identificaciones muy específicas.

La observación

Las piezas aparecían muy concrecionadas, y en algunos casos la concrección se detenía bruscamente en las zonas mesial y distal (Fig. 1). Dentro de estas concrecciones de aspecto calizo se distinguían restos de alguna materia negruzca. Ante la hipótesis de que las piezas hubieran sido utilizadas emangadas y que parte de la almáciga de sujeción al mango, pudiera ser detectada, tomamos tres muestras de estas concrecciones. Dichas muestras fueron analizadas con un Microscopio Electrónico de Barrido, pero los resultados obtenidos fueron negativos.

Empezamos el trabajo con una observación a bajos aumentos a través de una Lupa binocular Olympus SZH; mediante una cámara clara incorporada a ella hemos dibujado las piezas a 5X, con el fin de poder situar los desconchados y el retoque en ellas. Para el resto de las huellas -pulimento, estrías y embotamiento- hemos acudido a un Microscopio metalográfico Olympus BHT, con un rango de 50X a 500X.

Después de la primera observación con la lupa, las piezas fueron lavadas con una solución de CIH al 10% durante media hora, seguido de una inmersión en KOH, también diluido al 10% y durante el mismo tiempo, para finalizar con un baño en cubeta ultrasónica con agua y detergente amoniacal.

La materia trabajada

El rasgo más destacable, a simple vista, es la presencia de lustre -el denominado lustre de cereal-, sobre seis de las siete piezas del conjunto. Este lustre se distribuye en forma de banda, paralela o ligeramente oblícua, lo largo de los filos denticulados, salvo en una de las piezas (nº 1), en que se conserva únicamente sobre los bordes de los desconchados. En las seis piezas el lustre se sitúa sobre ambas caras, dorsal y ventral, aunque no siempre con la misma extensión (Figs. 2 y 3).

La observación microscópica de las piezas nos ha llevado a determinar que la materia trabajada ha sido, probablemente, vegetal no leñoso sobre seis de las piezas y con cierta reserva en una de ellas (nº 7) (Fig. 4A, 4B y 4C). Esta conclusión confirma, en este caso, que el lustre tiene una procedencia vegetal. Ya en experimentos anteriores habíamos detectado que el lustre puede ser originado por otras materias diferentes a las plantas; habíamos obtenido experimentalmente esta huella, visible a simple vista, con el trabajo de asta de ciervo, hueso y piel con abrasivos. Sin embargo las características microscópicas del lustre -el pulimento- son diferentes, y además en el caso del asta y el

hueso, con un trabajo tan intenso, los filos aparecen mucho más dañados, debido a la dureza de estas materias.

Aunque tradicionalmente se ha asociado el lustre a las actividades agrícolas -su nombre más común es lustre de cereal, lustre de faucilles o sickle gloss-, el desarrollo de la experimentación en traceología ha venido a cuestionar esta hermandad. Así, se empieza a entender que diferentes materias son susceptibles de generar este lustre. Entre las materias vegetales puede ser producido por cereales -salvajes o domésticos-, pero también por el trabajo sobre cañas, juncos o hierbas. Estas últimas pueden haber sido recolectadas durante la Prehistoria con hoces, y pudieron tener como objetivo bien la obtención del forraje, bien su empleo como combustible, en actividades de cestería o para construcción de estructuras de habitación (Anderson-Gerfaud 1983:87; 1992:182). Así, por ejemplo, se ha sugerido que el uso más probable para las piezas denominadas crecientes, presentes durante el Bronce y Hierro belgas, era el trabajo de la tierra, más concretamente el de levantar pellas de tierra -quizá con destino a la construcción en una zona sin árboles-. Después de experimentar con réplicas de estas piezas se observó que las características microscópicas del lustre concordaban más con el trabajo de la tierra, que con la siega de cereal, actividad esta última que tradicionalmente se había atribuido (Van Gijn 1992). Otra materia identificada sobre conjuntos arqueológicos -y replicada experimentalmente- ha sido el trabajo de arcilla húmeda, llevado a cabo por unas láminas con lustre encontradas en un taller alfarero (Anderson-Gerfaud 1992).

El lustre es el aspecto macroscópico de la huella que se conoce con el nombre de pulimento o micropulido. Actualmente empieza a considerarse que, determinados atributos del pulimento, pudieran dar una información no sólo sobre la materia trabajada, sino también de los tipos de plantas. Así lo demuestran los trabajos experimentales con varios centenares de piezas emprendidos por las autoras ya citadas.

Para Anderson-Gerfaud (1983: 89) el factor subyacente es que la variación en el contenido de sílice de las plantas ataca de forma diferencial al borde activo del útil lítico, generando una cantidad distinta de pulimento. Por ejemplo, esta autora cortó con un útil lítico tallos de lino (*Linum usitatissimum*, pobre en sílice) por una cantidad de tiempo tres veces superior a la empleada para cortar tallos de *Lithospermum*; en el primer caso no consiguió desarrollar lustre macroscópico y en el segundo obtuvo un lustre muy intenso.

Más contundente es el resultado de Unger-Hamilton (1983: 245-246; 1989: 92). En sus experimentos, los pulimentos de trabajo de hierbas, espadaña y cebada aparecían progresivamente menos lisos; los de juncos y *T. monococum* mostraban con un aspecto rugoso. En cuanto al lustre macroscópico desarrollado por estas plantas, este aparecía después de 50 a 100 movimientos de trabajo

sobre juncos, 600 sobre hierba, 2000 sobre espadaña y *T. monocum*, finalmente necesitó 4000 movimientos para producirlo sobre cebada. Además la distribución también es variable; el pulimento de cereales se concentra junto al filo y se vuelve difuso hacia el interior de la pieza, mientras que el de juncos se reparte de manera más homogénea. Esta variación en la distribución pudiera deberse, según la autora, a la diferencia de flexibilidad y anchura de los tallos.

Además el grado de humedad de las plantas se ha relacionado con caracteres como el brillo y el aspecto del pulimento. En general, parece que las plantas más verdes provocan un pulimento liso y brillante, mientras que el generado por plantas secas presenta tonos apagados y un aspecto más plano.

Otras determinaciones más específicas han sido objeto de mayor discusión. Se trata sobre todo de los criterios para determinar si los cereales segados son salvajes o domésticos. Estos criterios han sido principalmente la anchura de la banda de lustre y la presencia de estrías.

Para Korovkoba (1993) los cereales cultivados se distinguen por una banda de lustre macroscópico más ancha -entre 3 y 7 mm- que la producida por el trabajo de la hierba -no sobrepasa 1 ó 2 mm-. Unger- Hamilton (1989:92) encontró un incremento progresivo de la anchura de los tallos de cereales y de la banda de lustre en las láminas palestinas, desde el Natufiense con cereales salvajes a los Neolíticos precerámicos A y B con cereales cultivados. Frente a esto Anderson (1992: 198) arguye que no ha encontrado una relación directa entre ambos criterios, ya que la anchura y longitud de los tallos puede ser muy variable, incluso dentro del mismo campo. Según esta última autora habría que considerar factores como formas de enmangue, la altura a la que se corta los tallos -más gruesos en la base y en zonas con nudos-, la forma del útil, la posición del segador y el ángulo de penetración del filo activo en los tallos. Concluye que, para un movimiento de siega, la anchura del lustre se incrementa con la intensidad de uso del útil.

El segundo criterio es la presencia de abundantes estrías y agujeros come-ta como indicadores de prácticas de cultivo (Korovkoba 1993). También Unger-Hamilton (1985a) apoya esta relación. Sí las estrías son cortadas cerca de su base habrá mayor presencia de granos de tierra que cortando el tallo más arriba; esta tierra introducida entre el útil y el tallo actúa como un agente abrasivo provocando las estrías. Ahora bien, esto ocurriría en terrenos labrados, donde la tierra aparece más suelta; por el contrario las plantas salvajes crecen sobre una densa cobertura herbosa que impediría que la tierra entrara en contacto con el útil. También Anderson matiza estos resultados (1992:196-197); la dicotomía no se establece entre cereales salvajes o cultivados sino entre recolección de cereales salvajes, de cereales salvajes cultivados y de domésticos cultivados, para los que pueden variar las técnicas; por otra parte, la preparación de la

tierra se hace mucho tiempo antes de la siega y por entonces la tierra pudiera no estar tan suelta, sino más bien endurecida. Esto es lo que sucedió durante sus experimentos de cultivo de cereales -domésticos y salvajes- en Jalès (Francia). La única deducción de la presencia masiva de estrías es la proximidad con que el util ha cortado cerca del suelo.

Finalmente Korovkova (1993) alude de pasada a las características del esquirlamiento del borde según diferentes plantas. Son, en general, desconchados pequeños, que dan un aspecto dentado al borde en el caso de los cereales y las ramas verdes de madera, más aislados y planos al segar hierba y abundantes, anchos, en forma de caparazón y superpuestos en varios niveles cuando se cortan juncos.

Una de las posibilidades de identificar con seguridad es el análisis de residuos detectado sobre el borde activo. Estos residuos son fragmentos mineralizados de estructuras vegetales que aparecen embebidos en el pulimento y se observan a partir de 500X-700X con Microscopio electrónico de barrido. Los residuos nos pueden dar información del taxón familia y, cuando son muy específicos, de la especie; en este último caso son especialmente valiosos; si la identificación nos informa, por ejemplo, que se han trabajado gramíneas, poco más podemos decir que se trata de una materia vegetal.

A pesar de las cuidadosas experimentaciones realizadas hasta ahora, las determinaciones de especies son aún delicadas y complejas, dado el número de variables que intervienen. En el caso de las piezas de Perales hemos constatado que no todos los pulimentos observados presentan la misma apariencia, ni extensión ni tampoco semejante número de estrías.

La primera observación que hemos de hacer es que, salvo una pieza, el resto presentaba unas huellas homegéneas, que no hacían referencia a más de una materia trabajada. Sin embargo, sobre la pieza número 6, hemos detectado dos tipos diferentes de pulimento; uno compacto y de textura curvada y suave, brillante, más restringido a las zonas altas y adyacentes de la topografía, superpuesto a otro más oscuro, plano y rugoso, que se extendía por amplias zonas del borde.

Según los criterios expuestos y, a modo de tentativa ante la falta de una experimentación propia sobre este tema, vamos a intentar agrupar las piezas por la similaridad de huellas. Las piezas 1, 6b y 7 (Fig. 2) presentan características similares: pulimentos rugosos, poco desarrollados, sin distribución linear y con escaso o ningún número de estrías. Pudieran haber trabajado la misma materia, pero en el caso de la pieza número 7 no nos inclinamos por ello. Se trata de una pieza con un borde fresco, potencialmente activo, lo que nos indica un trabajo poco intenso, pero fuera de esto poco más podemos determinar. Sí queremos hacer notar que esta pieza está realizada sobre un sílex más áspero que el resto

y que en experimentos anteriores dió escaso desarrollo del pulimento. En este caso ¿podiera tratarse de un elemento situado en una zona marginal de una hoz intensamente usada?. Por el contrario, en las otras dos piezas, el borde agotado da idea del gran esfuerzo llevado a cabo; la falta de desarrollo del pulimento puede deberse bien a que las zonas más pulidas han desaparecido con el alto número de desconchados desprendidos; estas zonas con pulimento más desarrollado son las que mantienen mayor contacto con la materia trabajada y se sitúan junto al filo, en la zona más frágil. Otra posibilidad es que la planta trabajada generó un desarrollo del pulimento más lento. Pudieramos apuntar que la falta de estrías alude a que el trabajo se ha ejecutado en zonas alejadas del suelo, es decir, en zonas altas de los tallos. Sin embargo el grado de agotamiento no debe de haberse producido al tiempo, ya que si la materia trabajada en 6b y 1 es la misma, posteriormente la pieza nº 6 volvió a ser empleada sobre otra materia vegetal (6a).

Las piezas 2, 3, 4, 5 y 6a son bastante homogéneas entre sí, en apariencia y brillo del pulimento, además todas presentan un uso bastante intenso, aunque aún conservan zonas del filo relativamente agudas y con posibilidades de uso, excepto la nº 6. Las diferencia la cantidad de estrías. En este caso ¿estamos ante piezas de una misma hoz pero que según en que posición se sitúen acusan menos la presencia de tierra?, o ¿se trata de elementos de hoz diferentes, de al menos dos hoces?. Pensamos que, como en el caso anterior, sólo la experimentación nos ayudaría a tratar de resolver cuestiones de este tipo.

La acción emprendida

El conjunto de piezas de Perales del Río parece que ha trabajado con una actividad de presión: la relación de huellas es más favorable a aquellas que indican un contacto continuado entre la materia trabajada y el útil, es decir el pulimento y el embotamiento. Los desconchados (exceptuamos los retoques) son de tamaño muy pequeño, salvo en la pieza nº 2, hecho que apunta también a una acción de presión.

En las piezas 2 a 6 los bordes han mantenido, durante el uso, una dirección longitudinal pero ligeramente oblicua. Este atributo está expresado por lo que hemos denominado Rasgos lineares, se trata principalmente de la dirección que toma el pulimento en el borde a través de pequeñas ondas sobre su superficie. Las estrías son más variadas, y aunque predominan la paralelas aparece una pequeña cantidad de oblicuas y perpendiculares al borde. Durante la observación hemos tenido la impresión de que algunas de las estrías se habían producido con posterioridad al uso, por causas accidentales; eran estrías finas, generalmente

muy cortas y que se presentaban en grupos con direcciones caóticas; este hecho era bien patente en la pieza número 7. Por eso nos hemos preferido considerar como más fiable la dirección del pulimento. La pieza número 1 presenta los mismos rasgos, pero únicamente por la posición de las estrías.

El ángulo de trabajo incide de manera ligeramente oblicua. El pulimento y las estrías se desarrollan más sobre una de las caras que sobre la otra, generalmente la dorsal. Cabría esperar un comportamiento inverso de los desconchados, con más presencia en la cara opuesta, pero no sucede en todos los casos. Hay que destacar, sin embargo, que la mayor extensión del pulimento, en la cara dorsal, en la pieza nº 3 (Fig.1B) puede deberse al hecho de que la cara ventral estaba casi completamente tapada por concreción, quedando libre únicamente la zona del filo. Si esta concreción tiene alguna relación con algún tipo de almáciga, bien pudiera ser esta la causa y no una acción de trabajo oblicua, con más incidencia de la cara dorsal.

Parece que se trata de una acción como segar, en que el borde activo ataca tallos vegetales blandos oblicuamente y se desliza en toda la longitud de su filo. Tampoco descartamos que pueda ser una acción como cortar o serrar tallos más duros, por ejemplo de juncos, al menos en las piezas nº 1 y 6, dada la cantidad de desconchados que presentan sus filos.

Entre los análisis funcionales realizados hasta el momento se incluyen unas piezas denticuladas del Neolítico inicial danés (Juel Jensen 1983). Se trata de láminas y lascas con uno o dos bordes denticulados, pero con una morfología diferente a la de nuestras piezas; los útiles daneses no aparecen retocados y su forma general ha sido respetada. Los bordes activos de estos denticulados mostraban huellas de un trabajo transversal sobre materias vegetales; no se pudo identificar la materia trabajada específica, pero se propuso su empleo para actividades artesanales.

Según la experimentación de Unger-Hamilton (1989:92) los trazos oblicuos del pulimento aparecen cuando se utiliza un movimiento oblicuo durante la siega, y semejante tipo de movimiento sólo puede ser ejecutado con una hoz oblicua. Pero pudiera deberse a una acción longitudinal con las piezas insertadas ligeramente oblicuas en el mango. Parece que en algunos casos casi podemos constatar el empleo de un mango. Sobre varias de las piezas hemos encontrado pulimentos a lo largo de todos los bordes y en algunas zonas altas de la topografía como las aristas; lamentablemente estos pulimentos tenían un grado de desarrollo demasiado débil para poder identificar la materia; sólo en tres casos (nº 2, 4 y 5) parecía propio de una materia dura como hueso, asta o madera, pero no nos es posible especificar más. Estas zonas pulidas pudieran formarse por el roce con la materia del mango, aunque tampoco se puede descartar causas accidentales como choques con materias duras en el sedimento. Por otra parte

hay que tener en cuenta que se trata de piezas de un tamaño muy pequeño para que se pueda trabajar comodamente con ellas si se las sostiene con la mano. Su morfología tan homogénea -estereotipada- apunta también a elementos hechos en serie para ser empleados juntos. Si podemos anticipar que las piezas no se insertaban en el mango completamente unidas entre sí, ya que se ha observado un pulimento bastante intenso, en varias ocasiones en los bordes laterales de las piezas, a la misma altura que el desarrollado sobre las caras dorsal y ventral, lo que indica un espacio libre entre pieza y pieza.

El tiempo de uso

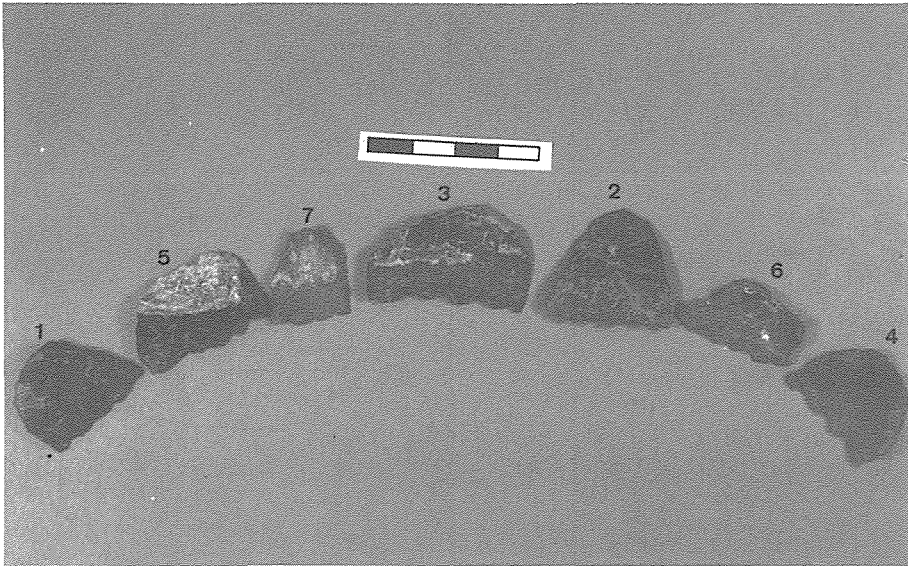
Hemos aludido ya a que, salvo la pieza nº 7, el resto presenta huellas de un uso intenso. Creemos además que las piezas han tenido más de un ciclo de uso y que han sido reavivadas para alargar su vida activa. Para Anderson (1992), el reavivado no parece esencial dada la resistencia de sus piezas; ella pudo utilizar varios años seguidos las mismas piezas sin necesidad de ningún reavivado. Pero en nuestro caso las extracciones del retoque se presentan a menudo cubiertas de un fuerte pulimento en sus aristas y zonas interiores, pero en otras se mostraban frescas y sin pulimento o con este muy diluido, en contraste con las superficies adyacentes fuertemente pulidas. Si tenemos en cuenta que estas extracciones parecen intencionales, las poco pulidas sólo pueden haberse hecho después de un trabajo ya avanzado con el fin de prolongar la vida del útil.

El conjunto fue abandonado dentro del fondo 21 de Perales en diversos estados de uso: una pieza apenas utilizada, cuatro fuertemente usadas, pero aún las cinco susceptibles de poder seguir siendo empleadas, y dos de ellas agotadas en su totalidad. Las piezas han sido empleadas para trabajar con un movimiento longitudinal plantas distintas, al menos de dos tipos. Todo el conjunto de datos apunta a que las piezas no formaron parte de la misma hoz.

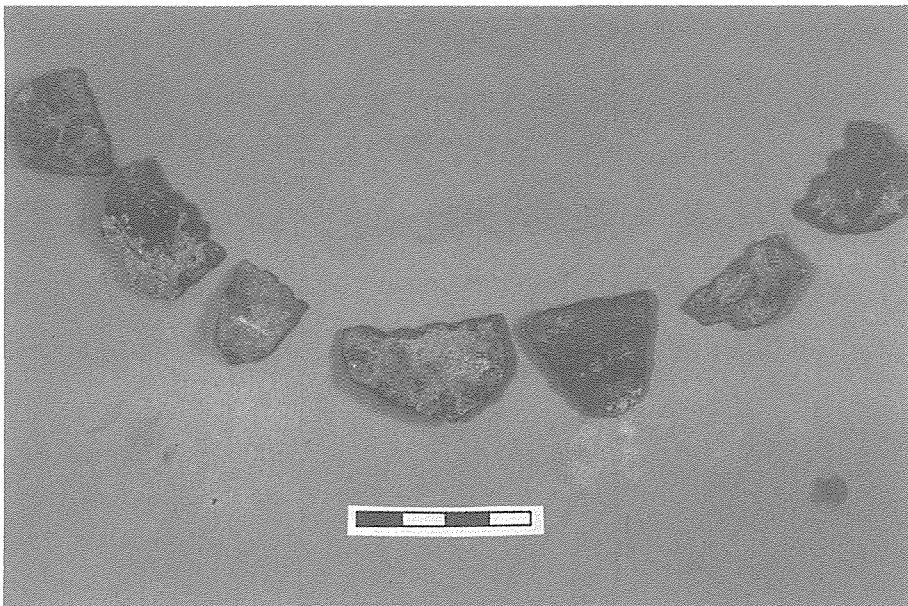
BIBLIOGRAFIA CITADA EN EL TEXTO

- ANDERSON-GERFAUD, P.C. (1983): A consideration of the uses of certain backed and "lustered" stone tools from Late Mesolithic and Natufian levels of Abu Hureira and Mureybet. M.Cl. Cauvin (Ed.): *Traces d'utilisation sur les outils néolithiques du Prôche Orient*. Travaux de la Maison de l'Orient 5, pp 77-105.
- ANDERSON-GERFAUD, P.C. (1988): Using prehistoric stone tools to harvest cultivated wild cereals: preliminary observations of traces and impact. D. Beyries (Ed.): *Industries lithiques: tracéologie et technologie*. BAR IS 411, pp 175-195.
- ANDERSON-GERFAUD, P.C. (1992): Experimental cultivation, harvest and threshing of wild cereal and their relevance for interpreting the use of Epipalaeolithic and

- Neolithic artefacts. P.C. Anderson (Dir.): *Prehistoire de l'agriculture: nouvelles approches experimentales et ethnographiques*. Monographie du CRA n° 6, C.N.R.S., pp 179-210.
- BLASCO, M.C.; SANCHEZ CAPILLA, M.L.; CALLE, J.; ROBLES, F.J.; GONZALEZ, V.M.; GONZALEZ, A. (1991): Enterramientos del Horizonte Protocogotas en el Valle del Manzanares. *CuPAUAM* 18, pp 55-112.
- GIJN, Van A. (1992): The interpretation of "sickles": a cautionary tale. P.C. Anderson (Dir.): *Prehistoire de l'agriculture: nouvelles approches experimentales et ethnographiques*. Monographie du CRA n° 6, C.N.R.S., pp 363-372.
- GUTIERREZ SAEZ, C.; Fort González, R.; Bustillo Revuelta, M. (1991): The influence of specific surface areas on determination of polish in flint raw materials. *Preactas del VII Flint International Symposium*. Madrid.
- GUTIERREZ SAEZ, C. (1990): Introducción a las huellas de uso: los resultados de la experimentación. *Espacio, Tiempo y Forma*, serie I.3. Prehistoria y Arqueología, pp: 15-53. Madrid.
- JUEL JENSEN, H. (1988): Microdenticulates in the Danish Stone Age: a functional puzzle. D. Beyries (Ed.): *Industries lithiques: tracéologie et technologie*. BAR IS 411, pp 231-252.
- KOROVKOBA, G. (1981): Ancient reaping tools and their productivity in light of experimental tracewear analysis. P.L. Kohl (Ed.): *The Bronze Age civilization of Central Asia*. pp 325-349.
- KOROVKOVA, G. (1993): La différenciation des outils de moisson après les données archéologiques. L'étude des traces et l'experimentation. *Traces et Fonction: Les gestes retrouvés*. Edic. Erault vol 50, pp 369-382.
- UNGER-HAMILTON, R. (1983): An investigation into the variables affecting the development and the appearance of plant polish on flint blades. M.Cl. Cauvin (Ed.): *Traces d'utilisation sur les outils néolithiques du Proche Orient*. Travaux de la Maison de l'Orient 5, pp 243-250.
- UNGER-HAMILTON, R. (1985): Microscopic striations on sickle blade as an indication of plant cultivation: preliminary results. *World Archaeology* 17, PP 121-126.
- UNGER-HAMILTON, R. (1989): Epipalaeolithic Palestine and the beginnings of plant cultivation: the evidence from harvesting experiments and microwear study. *Current Anthropology* 30, pp 88-103.
- UNGER-HAMILTON, R. (1992): Experiments in harvesting wild cereals and other plants. P.C. Anderson (Dir.): *Prehistoire de l'agriculture: nouvelles approches experimentales et ethnographiques*. Monographie du CRA n° 6, C.N.R.S., pp 211-224.

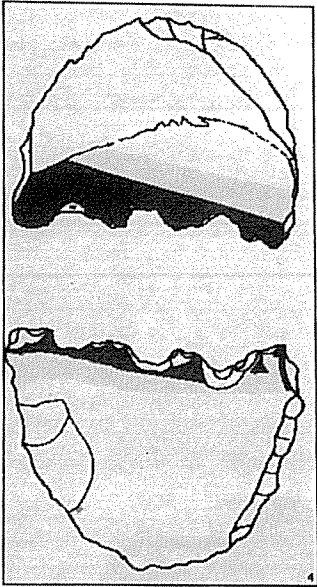
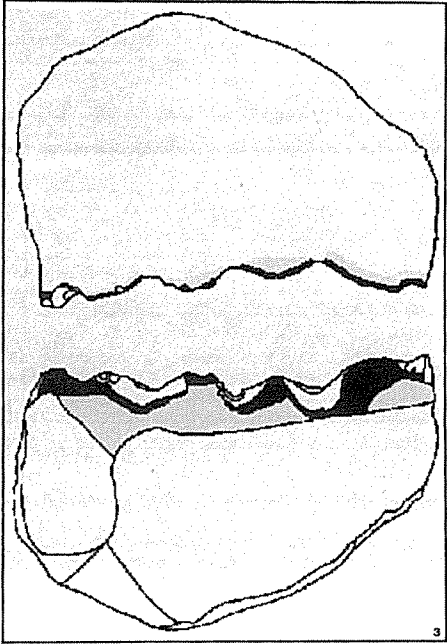
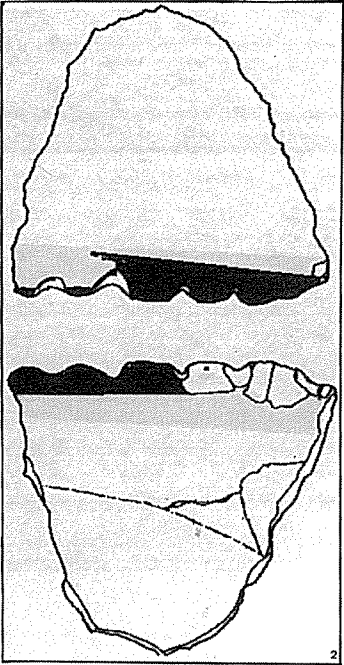


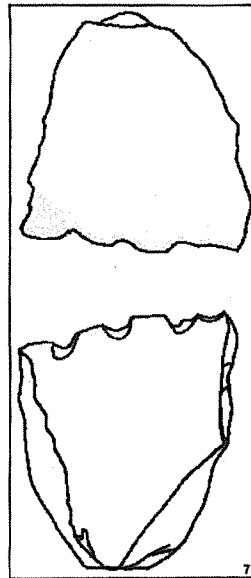
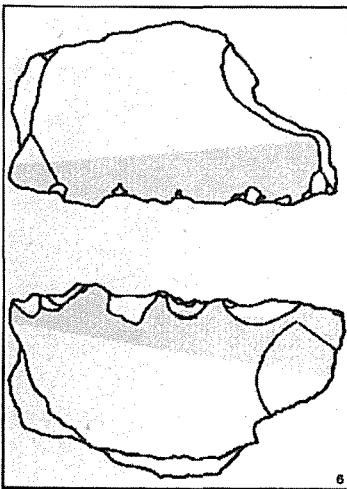
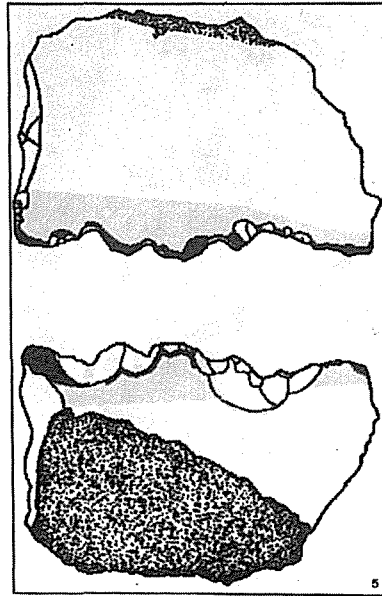
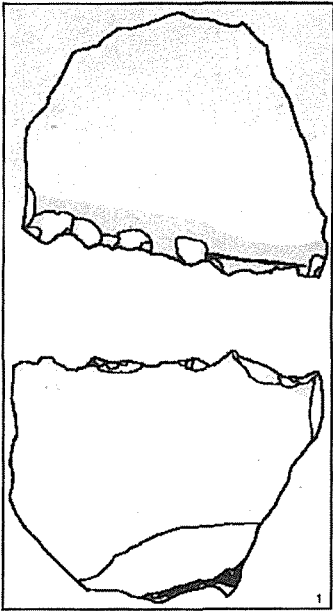
A



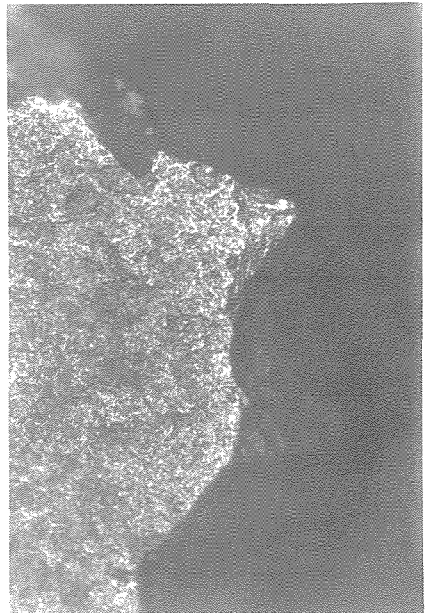
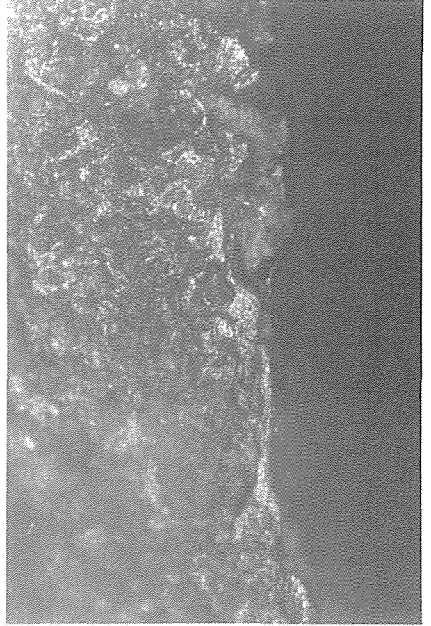
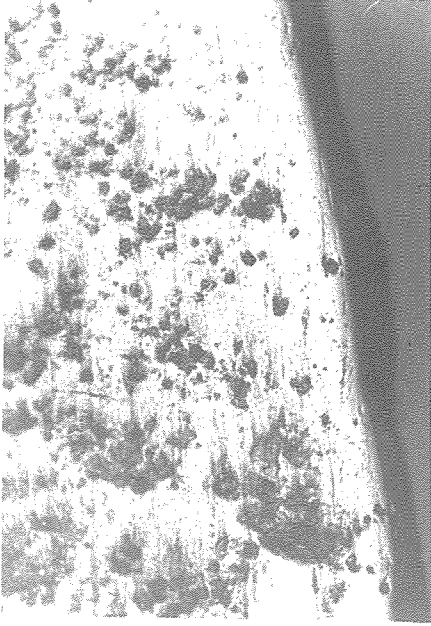
B

Est. II





Est. IV



LA CERAMICA A TORNO DE LOS CONTEXTOS CULTURALES DE FINALES DEL II MILENIO A.C. EN ANDALUCIA

por

J. C. Martín de la Cruz y M. Perlines Benito

Resumen: En el repertorio de cerámicas de fabricación a torno y de probable procedencia mediterránea se está realizando un conjunto de análisis, de Activación Neutrónica y Fluorescencia de Rayos X, que permitan identificar la homogeneidad de las muestras, para más tarde, cuando tengamos una amplia base de datos, proponer su posible origen. Las cerámicas analizadas se fechan en el último tercio del segundo milenio o en los primeros años del primero y proceden de los yacimientos: Gatas (Almería), Cuesta del Negro (Granada), Llanete de los Moros (Córdoba) y Carmona (Sevilla), y todas pertenecen a tres tipos formales: vaso contenedor, soporte y vaso globular.

Palabras-clave: Bronce. Relaciones mediterráneas. Análisis químicas.

La aparición de dos fragmentos de cerámica micénica en los trabajos de excavación que veníamos efectuando en el Llanete de los Moros (Montoro, Córdoba) durante la campaña de 1985, no fue sino la punta del iceberg en lo relativo a un conjunto de piezas que ya estábamos valorando pero que no eran tan expresivas ni tan relativamente fáciles de identificar como los dos fragmentos antes aludidos. Comenzó así una línea de investigación encaminada:

1. A documentar la existencia de cerámicas fabricadas a torno en los contextos estratigráficos andaluces de finales del segundo milenio a.C.

2. A comprobar por medios físico-químicos la homogeneidad de las pastas para determinar conjuntos afines y en su caso la posibilidad de sugerir áreas o centros de procedencia.

3. Dada la posibilidad de que las cerámicas procediesen del Mediterráneo, deberíamos observar en la continuidad de las secuencias, si hubo o no repercusión en la estructura material, técnica, social y económica de los grupos que recibieron

el contacto.

Aprovechando la celebración del XI Congreso Internacional de la U.I.S.P.P. en 1987 en Mainz (Alemania), (Martín de la Cruz, e.p.), presentamos las cerámicas micénicas cuando aún sólo podíamos demostrar su aloctonía apoyándonos en el registro estratigráfico. En ese mismo año comenzamos la publicación de otro conjunto de cerámicas a torno, de escasa variedad tipológica, que por aquellos años creímos que se trataban exclusivamente de soportes y contenedores (Martín de la Cruz y Baquedano Beltrán, 1987a). Meses más tarde publicábamos las cerámicas micénicas basándonos en la posición del estrato en el que fueron halladas y en la cronología relativa deducida del contexto material (Martín de la Cruz, 1987b). Un trabajo más completo en el que además de insertar las cerámicas de importación en su contexto se hacía una valoración de la secuencia estratigráfica correspondiente a la edad del bronce anterior al Bronce final lo publicábamos en 1988 (Martín de la Cruz, 1988).

No fue hasta 1990 - en estas fechas los fragmentos micénicos estaban plenamente identificados (Martín de la Cruz, 1990. Podzuweit, 1990)-, cuando gracias a la aplicación de técnicas químicas de análisis, como Activación Neutrónica, se pudo determinar el taller de procedencia de esos fragmentos, siendo el mismo un lugar localizado algo más al noreste de Micenas conocido como taller de Micenas-Berbatí (Mommsen y otros, 1990). (Fig. 1).

En 1991 se publicaba una conferencia pronunciada el año anterior en el Istituto per gli Studi Micenei ed Egeo-Anatolici del C.N.R. de Roma (Martín de la Cruz, 1991) en el que comenzábamos a valorar la importancia del contacto con las gentes mediterráneas añadiendo además una documentación más antigua que se remontaba a las excavaciones de L. Siret en Fuente Alamo y el Oficio. En este mismo año de 1991 participábamos en el II Convegno Internazionale de Micenologia, celebrado en Roma y en Nápoles (Martín de la Cruz, e.p.), donde presentamos un conjunto de once análisis químicos realizados por Fluorescencia de Rayos X, en donde se percibía la existencia de un grupo homogéneo de cerámicas, tanto en sus aspectos externos y de morfología como en los cuantitativos y cualitativos. En este conjunto de once piezas incluíamos un fragmento procedente del yacimiento granadino de la Cuesta del Negro (Purullena), que amablemente nos cedió el Dr. Molina para su análisis, y que nosotros habíamos reconocido como perteneciente a una de las formas, contenedor, que teníamos documentada en nuestra secuencia cordobesa.

Desde este momento nos planteamos aumentar el muestreo analítico procedente de el Llanete de los Moros así como revisar las estratigrafías publicadas con el fin de rescatar fragmentos que pudieran haber pasado desapercibidos.

Iniciamos así una nueva serie de análisis sobre diez piezas procedentes de el Llanete de los Moros y una del yacimiento de Gatas (Turre, Almería), que había aparecido en la campaña de 1992 y que hemos podido analizar gracias a la colaboración del Dr. Lull. Hemos identificado otra pieza en la secuencia estratigráfica de Carmona, aunque aún no la hemos analizado ni siquiera visto, pero que nos parece que pertenece al tipo soporte que tenemos bien documentado. Esta pieza procede de las excavaciones de Pellicer y Amores (Pellicer y Amores, 1980), y estamos gestionando la posibilidad de analizarla para incorporar su composición cuantitativa y cualitativa a nuestra base de datos.

Dado que nuestro inventario de piezas es superior al que tenemos analizadas y al de los contextos estudiados, sólo presentaremos aquellos localizados en secuencias que ya están conocidas, de forma que podamos ofrecer al menos una cronología relativa.

CERAMICA DE IMPORTACION: MORFOLOGIA, CONTEXTOS Y CRONOLOGIAS

De todo el conjunto cerámico, sólo presentan decoración los dos fragmentos, de pie y galbo, micénicos ya aludidos del taller de Micenas-Berbatí, pertenecientes a formas de crátera y taza respectivamente, aunque inicialmente el fragmento de galbo se interpretó como parte de una copa (Podzuweit, 1990). La cronología deducida de su identificación como una producción del Micénico III A2 o III B permite una datación de finales del siglo XIV hasta mediados del XIII a.C., lo que concuerda bastante bien con la deducida del contexto arqueológico en el que se halló, el estrato III del corte R-3. Dos fechas de C14 sin calibrar para el nivel en el que aparecieron las cerámicas y el inmediatamente encima dentro del estrato III dieron los siguientes resultados 1110 ± 60 y 1070 ± 60 a.C.¹

Como estas piezas están suficientemente conocidas (Martín de la Cruz, 1987b, 1988, 1990 y 1992), queremos centrarnos en el estudio del otro conjunto, el de cerámicas lisas, cuyo número está continuamente en aumento y que superan las cuarenta en nuestra base de datos, aunque en este caso y como ya avanzábamos, sólo presentaremos aquellas localizadas en cortes y estratos estudiados por nosotros de forma que podamos proponer al menos una cronología relativa, en relación a la personalidad cultural del contexto.

¹ Muestras tratadas por el Dr. Fernán Alonso del Instituto Rocasolano del C.S.I.C. Las fechas son C.S.I.C. 795: 3060 ± 60 , edad equivalente 1110 ± 60 a.C. y C.S.I.C. 794: 3020 ± 60 , edad equivalente 1070 ± 60 a.C.

El análisis morfológico de este conjunto nos indica que hasta el momento sólo conocemos tres formas: soporte, vaso contenedor o pithos y vaso globular, de las que el soporte es la forma más extendida. Todas ellas presentan unas características muy semejantes y concretas, están fabricadas a torno y cocidas en atmósfera oxidante. La matriz de la arcilla es muy depurada y compacta, con una coloración de pastas que se reducen a la gama que va desde el amarillo al naranja con matices que se acercan al salmón. Es igualmente destacable el grosor de las paredes que sugieren piezas grandes y robustas.

Soporte (Fig. 2)

De todos los fragmentos identificados sólo hemos podido reconstruir uno con 31 y 29,5 cm. respectivamente para sus diámetros mayor y menor, y una altura de 31,7 cm. Lo tenemos bien documentado en el Llanete de los Moros (Montoro, Córdoba), y por los diámetros que hemos podido obtener y la homogeneidad en el espesor de sus paredes, parece que el tipo está bastante bien definido métricamente.

El soporte que analizamos corresponde al número 0004 del inventario de piezas de importación y también al de la muestra analizada por Fluorescencia de Rayos X. Procede del estrato I del corte denominado B-1.2, localizado en el sector oeste del yacimiento. Aparece asociado a materiales de tipo Cogotas I y con otros cuyas características no permiten adscribirlos a Bronce final, formando un nivel de ocupación, mejor documentado en los cortes situados algo más al sur. Tras aquel se produce un abandono de la zona que no se vuelve a ocupar hasta época ibérica y romana de las que quedan evidencias constructivas, algunas de ellas profundizan y cortan el primer nivel de ocupación. La cronología absoluta que poseemos, obtenida de una muestra de carbón quemado localizado en la prolongación del estrato I por el corte contiguo denominado A-1.4, proporcionó la fecha de 950 ± 50 a.C. (Martín de la Cruz, J.C. y Montes Zugadi, A. 1986:494).

De este mismo estrato y corte tenemos otro fragmento de la misma forma, con idéntico contexto y cronología, que lleva por número de inventario y de análisis el 0010.

Del corte que hemos denominado R-2, localizado en el sector occidental del yacimiento, tenemos nueve fragmentos de importación repartidos entre los estratos IB al VIII, de los que hemos analizado cinco, todos ellos pertenecientes a diferentes soportes, cuyos números de inventario y de análisis son los 0001,

0002, 0003, 0006, y 0007.

Dos de los cortes que estamos estudiando, los denominados R-3 y Q-3, presentan una estratigrafía idéntica pues el Q-3 no es sino la ampliación del anterior hacia el oeste, por ello haremos conjuntamente la valoración de las piezas de importación. Del R-3 tenemos un total de doce piezas de las que hemos analizado siete perteneciendo dos al tipo soporte y una del que no sabemos su forma por ser un fragmento de galbo. Corresponden a los números 0008, 0009 y 0016 respectivamente. Del Q-3 tenemos analizadas hasta el momento tres piezas de las que ahora sólo nos interesan los números 0019 y 0020 que corresponden a soportes, pues la número 0021 fue una muestra de contrastación. La dispersión estratigráfica de las cerámicas de importación alcanza desde el estrato III al X de la secuencia unificada R-3 y Q-3, y en todos ellos la asociación con cerámicas del tipo de Cogotas I es constante.

Del yacimiento de la Cuesta del Negro en Purullena hemos reconocido como de importación las cuatro piezas recogidas en la publicación de los trabajos arqueológicos (Molina y Pareja, 1975: fig.102). De ellas sólo la nº 450 parece corresponder a un soporte.

De Carmona, en la provincia de Sevilla, procede un fragmento de soporte hallado en el nivel 23, estrato X, de las excavaciones de Pellicer y Amores en 1980 (Pellicer y Amores, 1985, fig. 57V). Los autores relacionan esta pieza con la colonización fenicia por el mero hecho de estar fabricada a torno, pero parece evidente su asociación a formas y decoraciones de finales del II milenio a.C.

Contenedor (Fig. 3)

La pieza mejor conocida procede del yacimiento granadino de la Cuesta del Negro, de su estrato VI sur, con número de orden 449 en la publicación (Molina y Pareja, 1975: fig. 102). Las dimensiones que podemos sugerir para esta pieza estarían en torno a los 40 cm. de diámetro, una anchura máxima sobre los 90-95 cm. y una altura de unos 72-75 cm.

En la misma figura de la publicación antes aludida aparecen otros dos fragmentos de posibles contenedores, números 451 y 452. El primero de ellos ha podido ser analizado por nosotros gracias a la colaboración de F. Molina, quedando registrado en nuestra base de datos como la muestra 0005.

Recientemente hemos conocido otra pieza perteneciente también al tipo contenedor hallada por el equipo que trabaja en el Proyecto Gatas (Turre, Almería), y que hemos podido analizar gracias a la colaboración de V. Lull, quedando

registrada en nuestra base de datos con el número 0022.

En la secuencias estratigráfica del Llanete de los Moros la tenemos documentada en los siguientes cortes y estratos:

En el corte R-1, estrato IIIA, hemos reconocido la base de un posible contenedor que está por analizar pero que consta en nuestro inventario con el número 0033.

En el corte R-3 creemos reconocer tres fragmentos que se reparten dos en el estrato VI y uno en el X, con número de muestras 0015, 0017 y 0018 respectivamente.

En el corte B-1.2, localizado en el otro sector del yacimiento, el oeste, hemos reconocido tres fragmentos correspondientes a posibles contenedores, todos ellos hallados en el estrato I y analizados con los números de muestras 0011, 0012 y 0013.

Vaso Globular (Fig. 4)

Hasta el momento sólo hemos podido documentar en una ocasión la existencia de un recipiente globular con unas dimensiones que alcanzan los 44,6 cm. de diámetro exterior. Sus paredes curvas nos inducen a pensar de que se trata de un vaso con forma globular, pero no podemos precisar más.

Este fragmento aparece en el estrato III del corte R-3 y lleva como número de muestra y de análisis el 0014

Los contextos en los que aparecen todas estas piezas son los siguientes: En el Llanete de los Moros, casi todos lo hacen en estratos en donde se asocian con cerámicas del tipo Cogotas I, aunque hay ocasiones en las que estas cerámicas a torno son previas a la presencia de Cogotas, caso del estrato IB del corte R-2 por ejemplo.

La cronología relativa que podemos obtener de estos contextos nos sitúa en el último cuarto del II milenio a.C. Las nueve muestras de C14 analizadas nos dan una cronología absoluta sin calibrar comprendida entre el 1130 y el 950 a.C., a excepción de una muestra, la UGRA 186, que con una tendencia central de 760 pero con una desviación de 250 no la consideramos². Dadas las fechas

² Las muestras son: UGRA 159: 2980 ± 130, edad equivalente 1030 ± 130 a.C. UGRA 160: 3000 ± 100, edad equivalente 1050 ± 100 a.C. UGRA 183: 3080 ± 90, edad equivalente 1130 ± 90 a.C. UGRA 187: 2910 ± 120, edad equivalente 960 ± 120 a.C. C.S.I.C. 624: 2900 ± 50, edad equivalente 950 ± 50 a.C. UGRA 186: 2710 ± 250, edad equivalente 760 ± 250 a.C. (Esta última fecha no la hemos considerado por su alto margen de error) UGRA 190: 2930 ± 110, edad equivalente 980 ± 110 a.C.

relativas más altas que proporcionan las cerámicas micénicas, creemos que éstas que acabamos de ofrecer deben estar más relacionadas con los momentos intermedios y finales de su empleo, que con los iniciales.

En la Cuesta del Negro los recipientes que hemos tratado aparecieron en “una construcción de planta rectangular en cuyo interior había una dependencia fabricada en adobe con planta elipsoidal, en la que aparecieron cierta cantidad de vasijas de buen tamaño, cuya mayor parte servía de recipiente a gran cantidad de trigo, quemado a causa del incendio que destruyó la vivienda” (Molina y Pareja, 1875: 28). La cronología absoluta obtenida a partir del trigo quemado y de una muestra de carbón del nivel de incendio que selló el estrato VI Sur, está comprendida ente el 1210 ± 35 y el 1185 ± 35 a.C.³. Desde el punto de vista cultural se asocia a cerámicas del tipo Cogotas I, que comienzan a aparecer en la zona desde el Bronce Tardío, fechado por Molina desde el siglo XIV a.C. (Molina, 1978: 199).

En Carmona se estima una cronología relativa del siglo VIII a.C. para el fragmento de soporte, sin embargo en el mismo nivel aparecen otras cerámicas a mano y con decoración de tipo Cogotas para las que se reconoce su cronología del segundo milenio a.C. (Pellicer y Amores, 1985: 147).

De la pieza procedente del Gatas desconocemos por el momento su localización estratigráfica y su contexto arqueológico, sin embargo parece que puede ser puesta en relación con alguna fecha absoluta que la situaría en el siglo X a.C. según comunicación de V. Lull.

LA ANALITICA POR ACTIVACION NEUTRONICA

Sólo se han analizado un total de cuatro piezas en el Institut für Strahlen und Kernphysik der Universität de Bonn, dos de ellas, las micénicas, demostraron pertenecer a un mismo taller que fue identificado en Micenas-Berbatí (Mommsen y otros 1990). Otras dos procedentes de los yacimientos de Llanete de los Moros y Cuesta del Negro, con los números de inventario 0004 y 0005 de nuestra base de datos, proporcionaron una composición muy semejante pudiendo proceder de idéntico taller, pero cuya localización desconocían nuestros colegas alemanes. La comparación entre ambas muestras indica una absoluta coincidencia en los elementos mayoritarios (CA, FE, K, NA y TI) y algo semejante en los veintitres elementos minoritarios

³ Las muestras GrN 7284 y GrN 7285 dieron respectivamente 3095 ± 35 y 3160 ± 35 , que equivalen a 1210 ± 35 y 1185 ± 35 a.C. En la publicación se citan las fechas de 1120 ± 35 y 1145 ± 35 a.C. que debe ser un error de imprenta (Arribas, A. 1976: 155).

detectados y expresados en partes por millón, a excepción de Bario que no parece tener importancia estadística. (Martín de la Cruz, e.p.).

Las dificultades para ampliar el muestreo, continuamente en aumento, mediante este tipo de análisis nos hizo recurrir a otro igualmente químico que, aunque detecte menos elementos, podíamos realizarlo en el Instituto de Ciencia Medioambientales del C.S.I.C.⁴

LA ANALITICA POR FLUORESCENCIA DE RAYOS X

De las veintidós piezas analizadas vamos a valorar sólo veintiuna pues en el caso de la muestra 0021 fue incluida para contrastar la información del resto del conjunto.

Los análisis han venido a comprobar lo que veníamos observando, la homogeneidad de este grupo cerámico, y según los datos obtenidos se puede afirmar que las diecinueve muestras procedentes de el LLanete de los Moros pueden proceder de un mismo taller, cuyas arcillas estarían caracterizadas por los siguientes valores:

MUESTREO SOBRE 19 PIEZAS DE EL LLANETE DE LOS MOROS (FLX)

Elementos Mayoritarios (%)			Elementos Minoritarios (ppm)		
<i>Medias</i>		<i>Desv. Est.</i>	<i>Medias</i>		<i>Desv. Est.</i>
SI	53,75	3,90	RB	83,74	7,09
AL	11,64	1,65	CU	28,00	9,26
FE	4,47	0,72	SR	372,95	51,73
MG	1,53	0,41	CO	9,58	2,91
CA	12,89	1,69	NI	41,26	18,95
K	2,64	0,21	ZN	79,68	14,76
P	0,22	0,08	ZR	216,21	28,36
TI	0,62	0,08	BA	643,95	245,53
MN	0,05	0,01	PB	18,48	2,24
			LA	23,95	9,30
			CR	78,00	42,48

⁴ Queremos agradecer la colaboración de los Dres. J. Galván y V. Galván del C.S.I.C. de Madrid.

La inclusión de los fragmentos procedentes de Cuesta del Negro y Gatas, muestras 0005 y 0022 respectivamente, nos permiten reconocer las mismas características constitutivas que el muestreo procedente de el LLanete de los Moros. Su comportamiento cuantitativo y cualitativo se sitúa entre los máximos y mínimos, tanto mayoritarios como minoritarios, del conjunto montoreño. Este resultado ya lo conocíamos en el caso de la pieza procedente de Cuesta del Negro por haberse efectuado tanto sobre ésta como en la muestra 0004 un análisis de Activación Neutrónica⁵. La comparación entre las cifras absolutas de los resultados y las relativas al ser incluidas en las medias y desviaciones estandar, nos indican que estamos trabajando con una muestra uniforme, cuyas características constitutivas y presencia son las que siguen:

**MUESTREO SOBRE UN CONJUNTO DE 21 PIEZAS
PROCEDENTES DE EL LLANETE DE LOS MOROS,
CUESTA DEL NEGRO Y GATAS**

Elementos Mayoritarios (%)			Elementos Minoritarios (ppm)		
<i>Medias</i>		<i>Desv. Est.</i>	<i>Medias</i>		<i>Desv. Est.</i>
SI	53,78	3,76	RB	83,95	7,21
AL	11,66	1,63	CU	27,90	9,24
FE	4,50	0,72	SR	385,62	67,19
MG	1,55	0,45	CO	9,48	2,82
CA	12,80	1,67	NI	41,24	17,99
K	2,63	0,22	ZN	79,86	14,21
P	0,23	0,07	ZR	214,0	28,05
TI	0,62	0,07	BA	633,43	235,50
MN	0,05	0,01	PB	18,67	2,35
			LA	24,38	8,93
			CR	77,10	40,57

⁵ Realizado por el equipo del Dr. Mommsen en Bonn, al que agradecemos su desinteresada colaboración.

La comparación de las medias y desviaciones estándar del grupo de muestras del Llanete de los Moros con la obtenida de la inclusión de las muestras de Cuesta del Negro y Gatas nos permiten sugerir una misma procedencia para todo el conjunto.

Las implicaciones culturales, cronológicas, y la necesaria revisión de nuestras bases argumentales para la comprensión de un segundo milenio a.C., cada vez más complejo, ya están planteadas en trabajos publicados o en curso de publicación (Martín de la Cruz, 1991 a y b. Otros en prensa en Roma, Nápoles y Córdoba).

BIBLIOGRAFIA

- MARTIN DE LA CRUZ, J.C. y MONTES ZUGADI, A. (1986) "El horizonte Cogotas I en la Cuenca Media del Guadalquivir". *Homenaje a L. Siret*. 227 - 242. Sevilla.
- MARTIN DE LA CRUZ, J.C. y BAQUEDANO BELTRAN, M.I. (1987a) "Cerámicas Inéditas del Bronce Final". *Rev. de Arqueología*, nº 70, 50 - 56. Madrid.
- MARTIN DE LA CRUZ, J.C. (1987b). "¿Cerámicas Micénicas en Andalucía?". *Rev. de Arqueología*, nº 78, 62 - 64. Madrid.
- (1988). "Mykenische Keramik aus Bronzezeitlichen Siedlungsschichten von Montoro am Guadalquivir". *Madrider Mitteilungen*, 29, 77 - 92. Mainz.
- (1990). "Die erste mykenische Keramik von der Iberischen Halbinsel". *Prähistorische Zeitschrift*, 65, 49-52. Berlín.
- (1991a). "L'età del Bronzo nel sud della penisola Ibérica. La sequenza locale e gli influssi esterni". *Seminari 1990*, 85 y ss. Roma.
- (1991b). "El Calcolítico y la Edad del Bronce en Andalucía". En *Veinte años de Arqueología en España*, 55-74. Madrid.
- (1992). "La península Ibérica y el Mediterráneo en el segundo milenio a.C." En *El Mundo Micénico*, 110 - 114. Madrid.
- e.p. "Cerámicas a torno en contextos del Bronce avanzado en Andalucía (España)". *U.I.S.P.P.* Mainz 1987. Alemania.
- e.p. "Nuevas cerámicas de importación en Andalucía (España): Sus implicaciones culturales". *II Convegno Internazionale de Micenologia*. Roma-Napoli, 1991.
- e.p. "Spagna, Oriente e Mediterraneo Centrale nella 1ª metà del II millennio". *Nápoles-Procida*, 1992. Italia.
- e.p. "Los primeros contactos entre Grecia y la Península Ibérica: La problemática planteada por los hallazgos de Montoro". *Arqueología de la Magna Grecia, Sicilia y Península Ibérica*. Córdoba 1993.
- MOLINA F. y PAREJA, E. (1975). "Excavaciones en la Cuesta del Negro (Purullena, Granada)". *E.A.E.* 86. Madrid.
- MOMMSEN, H.; DIEHL, U.; LAMBRECHT, D.; PANTENBURG, G.J. und WEBER, J.

- (1990). "Eine mykenische Scherbe in Spanien: Bestätigung ihrer Herkunft mit der Neutronaktivierungsanalyse (NAA)". *Prähistorische Zeitschrift*, 65, 59-61. Berlín.
- PELLICER, M. y AMORES, F. (1985). "Protohistoria de Carmona. Los cortes estratigráficos Ca-80/A y Ca-80/B". *Not. Arq. Hisp.* 22, 57-189. Madrid.
- PODZUWEIT, K. (1990). "Bemerkungen zur mykenischen Keramik von Llanete de los Moros, Montoro, Prov. Córdoba". *Prähistorische Zeitschrift*, 65, 317-324. Berlín.

Est. I

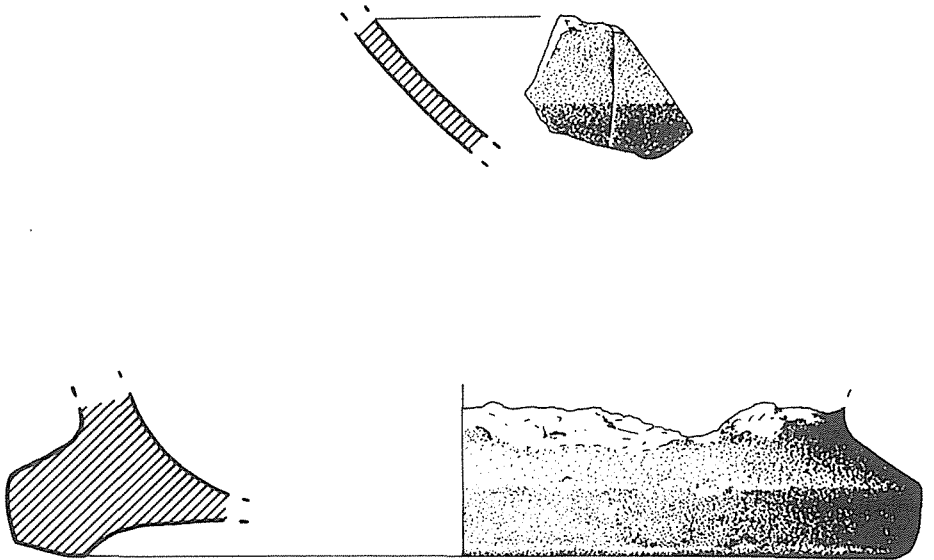


Fig. 1

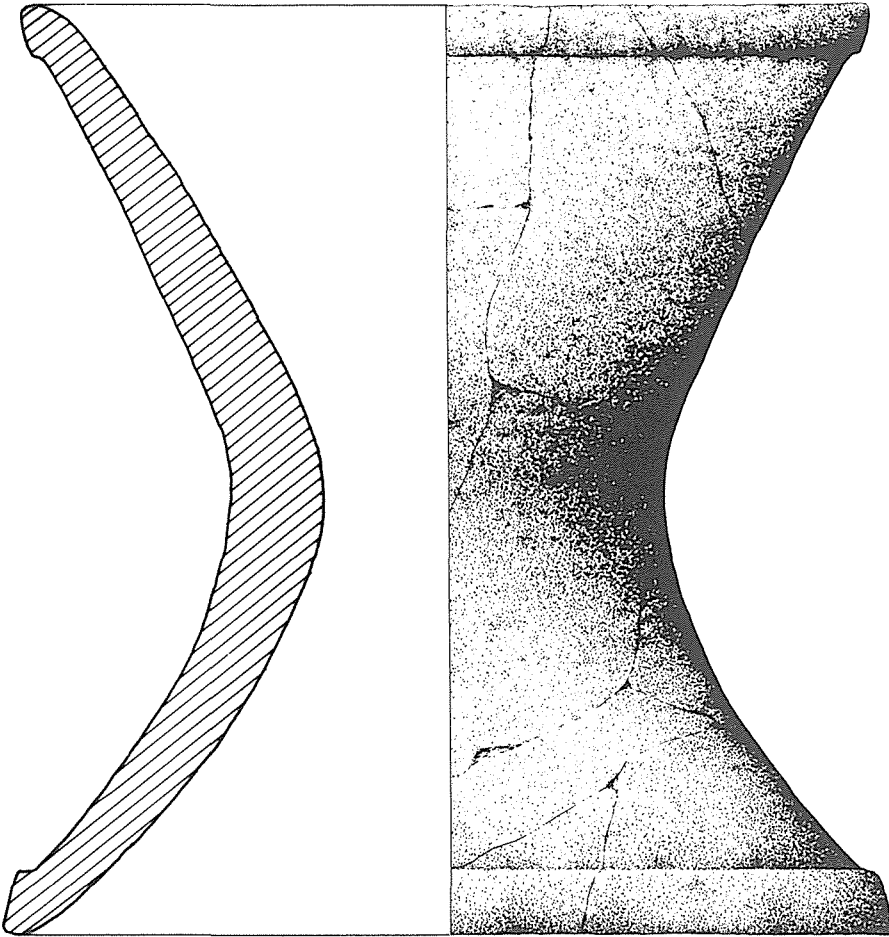


Fig. 2

Est. III

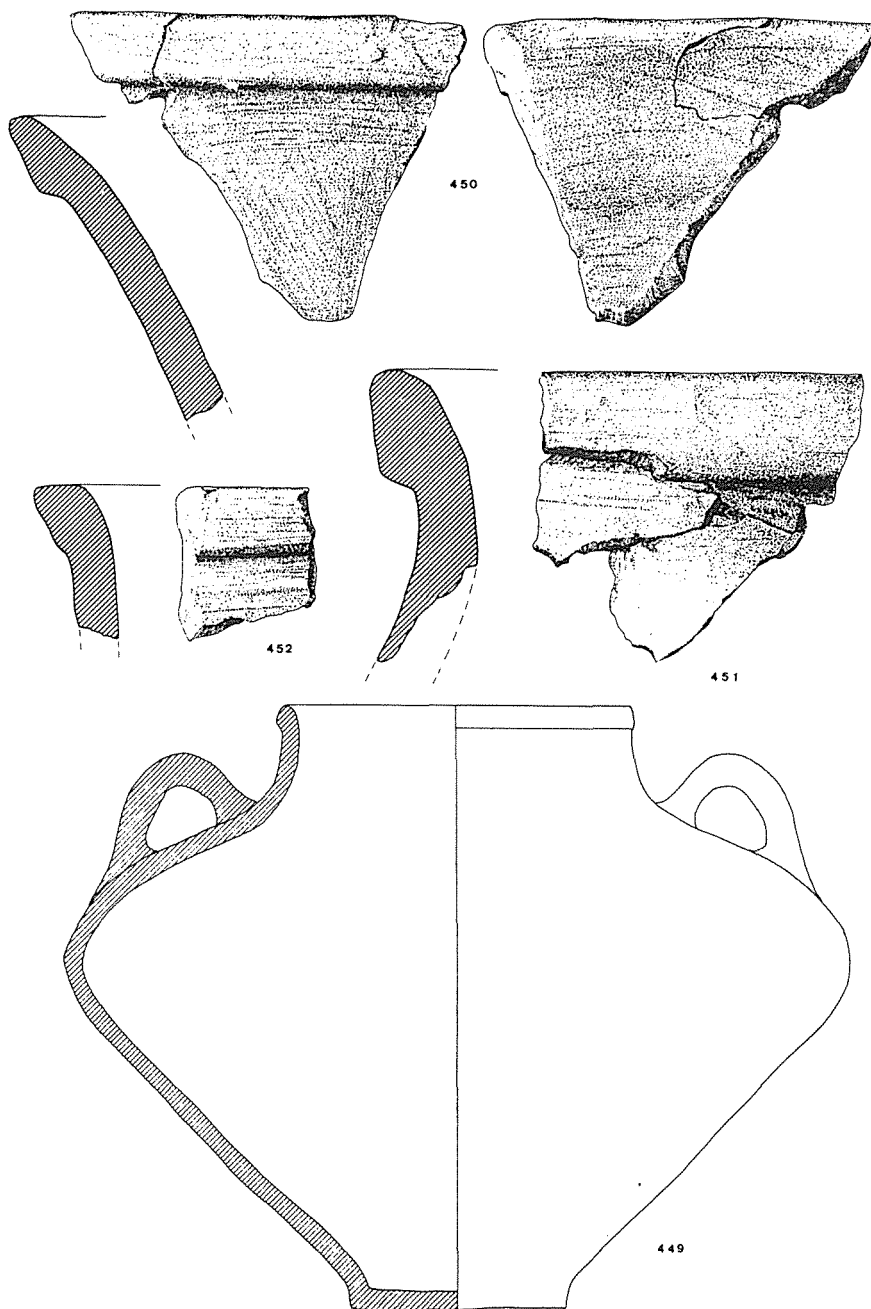


Fig. 3 — Material procedente del estrato VI Sur de la Cuesta del Negro (Purullena) (Según Molina y Pareja, 1975).

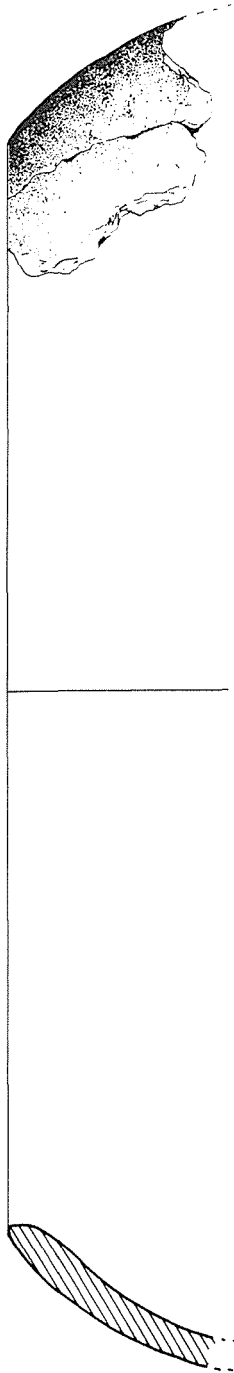


Fig. 4

AS NECRÓPOLES DA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL: ARQUITECTURA E RITUAIS

por

Virgílio Hipólito Correia *

Resumo: É analisada a evolução da arquitectura funerária da I.^a Idade do Ferro do Sul de Portugal, tendo como base os dados publicados e apresentando-se pela primeira vez o levantamento topográfico da necrópole de Fernão Vaz, a mais vasta conhecida. São também recenseados os dados conhecidos sobre os rituais associados às inumações, pretendendo-se apresentar uma panorâmica, o mais completa possível, dos conhecimentos disponíveis sobre o tema.

Palavras-chave: Idade do Ferro. Sul de Portugal. Necrópoles.

O objectivo deste trabalho é produzir uma panorâmica actualizada dos conhecimentos sobre as práticas mortuárias em uso na I.^a Idade do Ferro do Sul de Portugal (séc. VIII-V a.C.), centrando-se mais nas necrópoles do que em eventuais casos de inumações isoladas. Isto, em rigor, conduz-nos a dar uma muito maior atenção ao Baixo-Alentejo do que ao Algarve; a identidade cultural basicamente semelhante das duas sub-regiões envolvidas, neste período, pode, no estado actual do conhecimento e julgando pela epigrafia, ser postulada, mas não está efectivamente suportada por um conjunto coerente de dados arqueológicos. O ritual funerário, aliás, era algo distinto, nomeadamente porque se utilizavam no Algarve, ainda na Idade do Ferro, cistas rectangulares como sepulturas (VASCONCELOS 1900, VIANA *et alii* 1953, ROCHA 1908, VEIGA 1891). Por outro lado, só em Bensafrim (ROCHA 1908, VEIGA 1891, BEIRÃO e GOMES 1980) está amplamente documentada uma verdadeira necrópole, sendo provável a existência de outras em Ameixial e no Vale dos Vermelhos - donde provêm importantes conjuntos epigráficos (BEIRÃO 1986) - conhecendo-se nos outros locais, tão só, casos de cistas isoladas.

A orla costeira alentejana está sujeita às mesmas observações: à imagem de Corte de Pére Jacques, num ponto de charneira entre o Algarve e a costa do

* Museu Monográfico de Conimbriga. 3150 CONDEIXA.

Alentejo - Aljezur - também o Tesouro do Gaio (Sines) provém de uma sepultura em cista (COSTA 1967, id. 1972). Por outro lado a necrópole do Galeado parece testemunhar a ocorrência precoce do ritual de incineração deposta em urnas, num caso que provavelmente se associa a um ambiente propriamente colonial (BEIRÃO e GOMES 1984).

Centramos portanto o nosso objectivo: as necrópoles monumentais do interior do Baixo-Alentejo, particularmente bem documentadas nos concelhos de Ourique e Almodôvar e com testemunhos nos seus limítrofes.

A NATUREZA DO REGISTO ARQUEOLÓGICO

Ainda que se possa considerar a idade do Ferro do Sul de Portugal um período privilegiado pela investigação, verificar-se-á que o panorama, no que à problemática que pretendemos abordar diz respeito, não é particularmente rico. Contamos, sobretudo, com o trabalho de um investigador: Caetano de Mello Beirão cujas primeiras publicações sobre o tema datam de 1970, por vezes em colaboração com M.M. Alves Dias e L. Coelho, que viriam posteriormente a dar outros contributos ou com M. Varela Gomes, por último com o autor. Anteriormente, tinha Abel Viana escavado uma destas necrópoles (a chamada *Mamôa do Marchicão*), sem que a identificação que fez das estruturas se possa considerar correcta. Conta-se ainda com a investigação levada a cabo e publicada por M. Maia, num caso em colaboração com J. A. Correa, na área de Castro Verde, o que representa, no total, o conhecimento pormenorizado de cinco necrópoles e respectivo processo e desenrolar da escavação, referências a materiais recolhidos na escavação de outras treze, e referências dispersas a outras dez (Cf. Apêndice e Bibliografia).

O grau de conhecimento sobre estas necrópoles pode portanto ser sistematizado da seguinte forma:

— Necrópole completamente escavada de que se publicou a documentação (com diversos graus de rigor e exaustividade)

— Necrópole decapada de que se conhece uma planta, sem que exista documentação sobre eventuais escavações.

— Necrópole de que é conhecida a existência e localização (mais ou menos precisa) por referência ou recolha de material, sem outra informação.

Estas diversas escalas de profundidade do conhecimento são, maioritariamente, função directa do método de trabalho de Caetano de Mello Beirão (BEIRÃO 1986, 45-50) que consistia na prospecção selectiva de locais indiciados pela recolha ou notícia de achado de lápides epigrafadas (o objectivo primordial da sua investigação), a subsequente decapagem das áreas das necrópoles, denun-

ciadas por uma topografia e litologia superficiais particulares, que denotavam uma maior dimensão ou um melhor estado de conservação (fruto das preocupações de gestão patrimonial, nomeadamente em função do potencial turístico, que acompanharam os seus trabalhos desde as primeiras campanhas subsidiadas pelo Fundo de Fomento do Turismo até aos seus últimos trabalhos como Director do Serviço Regional de Arqueologia do Sul), e a escavação limitada a estações globalmente em perigo ou a áreas de outras cuja situação geomorfológica acarretava potencialmente a destruição (designadamente às mãos de escavadores clandestinos).

Sob a responsabilidade ou corresponsabilidade do signatário, e em colaboração com Caetano de Mello Beirão, desenvolveu o então Serviço Regional de Arqueologia do Sul três projectos de inventariação de sítios que permitiram cobrir, desde vários ângulos, uma zona fulcral para o conhecimento da Iª Idade do Ferro do Sul de Portugal: a do Concelho de Ourique e áreas limítrofes. Foram este projectos:

— Carta Arqueológica do Concelho de Ourique; subsidiada pelo IPPC, foi levada a cabo em 1989, tendo como objectivo principal a prospecção e referenciação exacta de estações conhecidas nas freguesias de S. Salvador e de Garvão.

— PESIARM; por extenso: Projecto Experimental de criação de um Sistema de Informação Ambiental relativo à bacia hidrográfica do Rio Mira; empreendido pelo Serviço Nacional de Informação Geográfica em que o IPPC colaborou na cartografia e caracterização dos sítios arqueológicos dos Concelhos de Odemira, Ourique e Almodôvar.

— Parque Arqueológico da Cola; projecto de criação de uma estrutura de visita das estações da zona de Fernão Vaz e de Nª Srª da Cola, que permitiu executar o registo topográfico detalhado dos arqueosítios da Idade do Ferro nesta zona, designadamente da necrópole de Fernão Vaz.

A realização sucessiva destes trabalhos permitiu recuperar quase toda a informação dos vinte anos de prospecções eventuais que tinham sido levados a cabo. Parece, aliás, oportuno divulgar os resultados brutos desses trabalhos, na ocasião em que se ensaia o tratamento científico do conhecimento disponível sobre as necrópoles (C.f. fig. 5 e Apêndice).

Especificamente sobre estas o conjunto é, ainda que escasso, suficiente para ser levada a cabo uma indagação preliminar sobre o carácter e significado do ritual funerário da sociedade a que corresponde. No entanto, como poderemos observar, a evidência documentada no registo arqueológico sobre esse ritual é por demais limitada

Foram sistematicamente referenciadas nas várias necrópoles escavadas violações profundas dos vários túmulos, que revolveram as fossas sepulcrais tendo daí sido expoliados todos os elementos significativos do mobiliário fune-

rário. Efectivamente parece ser possível determinar que só em casos esporádicos, devido a condições particulares de jazida de sepulturas específicas, se localizam espólios intactos, abonando o geral estado fragmentário dos objectos recolhidos a favor da pertinência das observações estratigráficas (nem sempre, infelizmente, pormenorizadamente registadas) sobre os revolvimentos posteriores.

Por exemplo, na necrópole de Fernão Vaz há vestígios das sistemáticas violações de sepulturas também aqui se documentando o facto de estas violações terem sido produzidas num momento em que os monumentos estão ainda completamente exentos, ou seja, em datas não muito distanciadas da sua construção e utilização. De facto o monumento rectangular com degrau do núcleo Sul foi violado através da destruição da parede lateral Oeste, num sentido oblíquo, a partir da cota da rocha de base, o que permitiu aos violadores acederem à sepultura sem revolver as tampas que a cobriam. Vestígios de uma violação é também o conjunto de contas recolhido sobre um monumento do sector norte (BEIRÃO e GOMES 1980).

Também nas necrópoles do Pêgo e da Fonte Santa, o estado fragmentário dos elementos de espólio abonam em favor da existência de revolvimentos e saqueios. No caso da necrópole do Pardieiro, onde estes revolvimentos puderam ser mais pormenorizadamente analisados, a sua documentação não cabe no espaço estrito desta comunicação.

OS RITUAIS FUNERÁRIOS DOCUMENTADOS

Das sepulturas não perturbadas pelas violações, e daquelas que, tendo-o sido, permitiram não obstante a recolha de materiais que constituem uma amostragem (passe o termo) do espólio original, cremos possível isolar alguns tipos bem caracterizados de espólio que passamos a descrever com as necessárias referências aos conjuntos documentados:

— Deposição de objectos de adorno: a deposição de conjuntos de jóias, normalmente contas de colar, em conjuntos numerosos, está documentada pelos casos de dois túmulos do Pardieiro e de um da Fonte Santa. Outras jóias, elementos de colar nomeadamente, faziam parte do mobiliário funerário de vários túmulos, mas interessa-nos aqui realçar os casos em que se verificou a sua deposição tumular numerosa e exclusiva. Num dos casos, (T. 3 do Pardieiro) a deposição simultânea de um cossoiro e de um elemento de ferro, talvez elemento de fuso, revela provavelmente um enterramento feminino, mas é toda a informação disponível, na ausência de dados antropológicos. Nos outros casos surgem associadas outras jóias (escaravelhos e botão de ouro na Fonte Santa,

amuleto de prata no T. 4 do Pardieiro) existindo, obviamente, uma apreciável dispersão na quantidade de material depositado (140 contas na Fonte Santa, 82 no T. 4 do Pardieiro, 63 no T. 3) mas a avaliação fina do diferente valor que estes “colares” representam não pode ser feita. O carácter alógeno dos materiais (onde sobressaem as contas de vidro negro oculadas a branco e as contas de âmbar) é no entanto bem marcado.

— Deposição de conjuntos de armas: deixando de lado as imediatas associações conjuntos de armas / túmulos de guerreiro, que alguns dados desmentem, é no entanto necessário verificar uma variabilidade semelhante àquela que ocorre com os conjuntos de elementos de colar tendo lugar na deposição de conjuntos de armas nestes monumentos. A tipologia das armas é por norma muito simples, pertencendo as pontas de lança (maioritárias no geral) ao tipo Alcácer do Sal. Alguns contos e pequenas facas afalcatadas (raramente com aplicações de cobre ou bronze) completam os conjuntos, por vezes depositados com peças de cerâmica (como no caso notável do nicho do T. 6 do Pardieiro). Testemunha-se já aqui o ritual da inutilização da arma antes da sua deposição, nomeadamente pela quebra da ponta da lança, cuja extremidade não é normalmente depositada.

— Deposição de mobiliários funerários complexos: os casos acima sumariados não podem no entanto esconder o facto de, testemunhados parcamente em túmulos violados, haver espólios mais complexos, como o caso do T. 1 do Pardieiro (com o resto da armação de um escaravelho, contas de ouro e pependentes de cornalina, e vestígios de objects de ferro e cerâmica). Para além disso será de ressaltar que - contra a opinião dos escavadores - as peças de ferro do T. 17 do Monta da Mealha Nova são muito provavelmente ferragens de uma roda de carro e que o pequeno elemento cónico de ouro do T. 4 do Pêgo¹ deve ser descrito como um fragmento de uma arrecada do tipo das do Gaio ou de Aliseda, correspondendo a uma das flores de lótus da orla; exemplos, por si só anedóticos, que no entanto nos testemunham uma pluralidade de dados que o avançar da investigação virá, esperamos, a completar e integrar num quadro coerente.

Uma outra questão que ultrapassa esta estrita divisão (e que em certa medida a cruza) é o a determinação do tratamento dado ao cadáver antes da sua deposição no túmulo. Esta questão é, sem dúvida, motivo de perplexidade dada a disparidade de referências que, a espaços, se encontram na bibliografia.

Parece-nos que não estamos perante um caso em que possamos, linearmente, falar de uma cultura de inumação ou de uma cultura de incineração como fenómenos mutuamente exclusivos (como acontecerá talvez noutras áreas

¹ Que pudemos analisar detalhadamente no MNAE.

e períodos) sendo de afirmar - tomando literalmente as diversas afirmações produzidas pelos vários escavadores (o que condições de terreno reconhecida-mente ingratas nos desculpariam talvez de não fazer) - que coexistiram uma e outra forma de tratamento do cadáver, com qualquer um dos tipos de deposição ritual de mobiliário, em datas muito diversas.

A EVOLUÇÃO DA ARQUITECTURA FUNERÁRIA NO BAIXO-ALENTEJO

As características específicas destas necrópoles, com o uso sistemático de monumentos construídos como *tumuli* ou *cairns* sobre as sepulturas oferece no entanto um outro vector de análise: a verificação da estratigrafia estrutural marcada na forma de construção adossada que os monumentos adoptam. Para além disso, a existência de tipologias bem caracterizáveis de monumentos permite traçar o esquema cruzado de ocorrências desses tipos em posição estratigráfica precisa dentro de conjuntos delimitados que, ainda que nem sempre os incluam todos, dão origem a um esquema de periodização dos estilos de monumentos, que aqui pretendemos estabelecer.

Socorremo-nos para isso, não só de documentação publicada, mas também de documentação inédita, que tentamos ilustrar (ainda que os 1150 metros quadrados da necrópole de Fernão Vaz, por exemplo, sejam de difícil edição), crendo ser possível traçar o quadro da referida evolução, com um rigor aceitável, entre os séc.s VIII e V a.C.

As estruturas tumulares de Fernão Vaz, que é a necrópole conhecida de maior dimensão, e que constitui por isso a base do esquema de faseamento e periodização de todo o conjunto de necrópoles, mostram uma evolução arquitectónica importante².

A necrópole é constituída por 36 monumentos funerários (referimo-nos apenas aqueles de que conseguimos identificar claramente a planta), de diversos tipos. Estão organizados em dois núcleos principais dispostos paralelamente a uma faixa central que tem sido intepretada como parte do caminho que dava acesso ao povoado. Esta interpretação, que se impõe pelo aspecto da topografia da área, se não é corroborada por dados arqueológicos evidentes, também não é por eles contraditada.

Estes núcleos têm aspectos diferentes:

— O núcleo Sul tem no seu centro dois monumentos circulares adossados,

² A necrópole de Fernão Vaz ainda que apenas brevemente referida (BEIRÃO 1986, 105), constituía a base de muito do pensamento de Caetano de Mello Beirão.

à volta dos quais se construíram outros monumentos, quadrangulares, um dos quais, aparentemente o último a ser construído, provido de um pequeno degrau circundante. No sentido Este estende-se uma área muito perturbada, onde se identificam pequenos monumentos rectangulares e, no extremo Este, três pequenos monumentos quadrados, estreitamente adossados.

— O núcleo Norte é composto por dois sectores, um dos quais se destaca pela altura dos monumentos (Oeste). Neste sector os monumentos são rectangulares, sendo um (de novo o último a ser construído) provido de degrau circundante. Este conjunto parece ser posterior, estando adossado, ao monumento circular com degrau, mas esta observação necessita de ser confirmada por sondagens. Para Leste existe um monumento em degraus rodeado por um murete, que sobrepõe o degrau do monumento circular, e é por sua vez sobreposto por um conjunto de três monumentos quadrados, rodeados por um único degrau.

Do único monumento escavado podem fazer-se algumas observações sobre a forma de construção:

— Era aberta uma fossa no xisto de base - cuja forma é, neste caso específico, alongada mas que outras necrópoles documentam poder variar bastante - que era coberta por lages de grande dimensão. Sobre estas lages era então construído o monumento, cuja forma responde mais à intenção monumentalizante dos construtores do que às necessidades funcionais de selagem da sepultura. Estas observações coincidem com outras feitas sobre outros monumentos noutras necrópoles e podem, de alguma forma, representar um paradigma do método de construção geralmente utilizado.

Na necrópole da Chada (BEIRÃO 1986, 84-86; SILVA e GOMES 1992, 149-150), a sucessão de sepulturas corrobora e em alguns pontos complementa a detectada em Fernão Vaz, com um monumento funerário circular original (T. 1 do sector B), a que se adossa um monumento rectangular (T. 3). Existem ainda outras importantes relações estratigráficas: o monumento 2 do sector B é constituído por uma corôa de lages sub-verticais, incluídas num *tumulus* quadrangular, semelhante aos monumentos III e IV da necrópole do Pêgo (DIAS *et alii* 1970), e a sua relação de imediata posterioridade relativamente ao monumento circular é corroborada na necrópole dos Mourços (SILVA e GOMES 1992, 149). Conhece-se um outro no Monte de S. Luís, nos arredores de Ourique.

A necrópole do Pardieiro (BEIRÃO 1990 a, id. 1990 b) demonstrou uma evolução paralela à detectada em Fernão Vaz. O monumento 5 é sem dúvida o mais antigo da necrópole, tratando-se de um grande *tumulus* rectangular, rodeado por um murete reduzido a uma simples fiada de pedras, com dimensões de 4,60 x 3,60m. Rodeado de outros monumentos por todos os lados, estes

sobrepueram o degrau que o rodeia em toda a sua extensão. Ao lado Sul do monumento 5 foi adossado o monumento 1 (monumento de contorno sub-quadrangular, construído com dois muretes concêntricos cujas dimensões gerais atingem os 3,77 x 3,18 m). O murete externo deste está encostado ao anterior, provavelmente sobrepondo o degrau. Outros monumentos de planta rectangular, de menor dimensão, sobrepoem um ou outro destes túmulos, com espólios de tipo orientalizante (particularmente notáveis os conjuntos de contas de vidro), de cronologia dificilmente precisável. A Leste do monumento 1 foi construído o monumento 3 (monumento de contorno rectangular, constituído por um *tumulus* rodeado em três dos seus lados por um murete baixo, o lado restante correspondendo ao adossamento deste monumento ao monumento 1). Ao lado Leste do monumento 5 e a norte do monumento 3 foi construído o grande *tumulus* do monumento 6 (grande monumento rectangular, constituído simplesmente por um *tumulus* de pedras de 3,15m x 3,80m, no centro do qual são visíveis dois espaços diferenciados, um correspondente ao espaço sepulcral, desprovido de fossa, e outro, contíguo a Nordeste, correspondente ao nicho onde foi depositado o espólio, com 50 x 60cm, e profundo apenas cerca de 20 cm). Ao monumento 6 foi adossado, a Norte, o monumento 8 (grande monumento rectangular de 2,51 x 3,63m) e a este, sucessivamente, o monumento 9 (pequeno *tumulus* rectangular constituído por um murete, de que se conservam três lados).

Para Norte do monumento 5, foi construído posteriormente o monumento 10 (pequeno monumento constituído por um *tumulus* de pedras com 1,95 x 1,65 m, rodeado por um murete que o circunda) e junto a ele detectou-se um outro (monumento 11) indeterminável. Do lado Oeste do monumento 5, encostado ao monumento 4, muito destruído, deverá ter sido construído o monumento 2. Também posteriormente ao monumento 4 teria sido construído o *tumulus* do monumento 7 (monumento de forma indeterminada).

Idêntico ao túmulo 1 do Pardieiro é o túmulo 1 da Fonte Santa (BEIRÃO 1986, 71), onde se recolheu escasso material. Mais antigo que este é o túmulo 4, cobrindo duas fossas sepulcrais, está bem datado pelo aparecimento de um conjunto de objectos vários de cariz orientalizante, de grande riqueza, incluindo um escaravelho do séc. VII (BEIRÃO 1986, 71), bem como os túmulos IV do Pêgo e III do Mealha Nova (DIAS *et alii* 1970), ambos com espólio parco em datações precisas, mas de grande interesse.

Assim, a um momento original caracterizado pelos monumentos circulares (BEIRÃO 1986; SILVA e GOMES 1992, 151), sucede-se um segundo, com túmulos quadrangulares (BEIRÃO e GOMES 1986, SILVA e GOMES 1992, 142) com câmara funerária central (formada por grandes lages, ou não) e raros monumentos constituídos por simples *tumuli* rectangulares. De um momento de

transição será bom exemplo o grande monumento do Pêgo da Sobreira, circular, mas com câmara funerária quadrangular destacada no seu centro.

O desenvolvimento de uma fase em que se verifica a construção de uma grande variedade de monumentos quadrangulares, bem representados pelas necrópoles da Fonte Santa, da Vaga da Cascalheira (BEIRÃO 1986, 105) e do Pardieiro, é algo complexo.

São esses os monumentos que compõem a maioria das necrópoles, sendo melhor conhecidas as do Pêgo, da Favela Nova e da Fonte Santa, mas o mesmo ocorrendo com outras, como Biscoitinhos ou Vaga da Cascalheira.

A existência de degraus, muitas vezes reduzidos apenas a um pequeno soco, de uma única fiada de pedras, é frequente neste período.

Diferentemente se deve considerar o problema dos monumentos rodeados por um *temenos* (SILVA e GOMES 1992, 151), de que conhecemos o caso do sector A da Chada (T. 2, grande monumento escalonado em três degraus), da Fonte Santa (em que o muro do *temenos* parece rodear três pequenos monumentos quadrangulares) do Pardieiro (T. 10, incerto) e de Fernão Vaz (semelhante ao da Chada, mas mais pequeno).

Parece-nos que este fenómeno se liga mais estritamente a questões rituais, talvez ligadas à posição social do inumado do que a considerações de ordem cronológica, mas não temos dados suficientes para analisar a questão.

Semelhante ao monumento 2 do sector B da Chada seria talvez o muito destruído monumento I da Necrópole da Mealha Nova (DIAS *et alii* 1970), onde se recolheu um escaravelho com cartela de Pedubaste - 817/763 - de provável produção de Náucratis.

O monumento em degraus do Pardieiro, incluía material datável de fins do séc. VII ou inícios do séc. VI, constituindo um *terminus post quem* para o grande monumento rectangular com degrau circundante.

O espectro cronológico abrangido pela fase de vulgarização dos monumentos quadrangulares progressivamente mais pequenos é, na necrópole da Chada, indicado por alguns elementos:

— A fíbula anular de bronze, do túmulo 2 do sector A, a datar do séc. VI, provavelmente dos seus inícios, sendo de corrigir a datação apresentada na ocasião por Caetano de Mello Beirão, por demasiado baixa (BEIRÃO 1986, 86; C.f. RUIZ 1989, 197-198).

— Do túmulo 2 do sector B, temos um conjunto de materiais entre os quais ressaltam as contas de vidro, com paralelos exactos no Pardieiro, e a taça de verniz vermelho, a datar de fins do séc. VII, inícios do VI (BEIRÃO 1986, 96-98).

Os túmulos do Pardieiro estabelecem a duração desta fase ao longo de todo o séc. VI a.C. A evolução da arquitectura funerária, no sentido da redução

do volume dos *tumuli*, parece clara.

O momento final de evolução da arquitectura funerária é representado por pequenos monumentos sub-quadrangulares, que aparecem normalmente isolados (casos da Atafona, Carapetal e Mestras, C.f. BEIRÃO e CORREIA, n.p.c.; SILVA e GOMES 1992) mas que em dois casos se localizam na periferia de necrópoles mais antigas, nomeadamente os monumentos 9 do Pardieiro e V do Pêgo. A datação destes monumentos deve centrar-se em datas posteriores aos meados do séc. V.

De acordo com estes dados estabelecemos da seguinte forma a periodização da evolução da arquitectura funerária:

— Fase I - Monumentos circulares: pleno séc. VIII³.

— Fase II - Monumentos rectangulares de câmara sepulcral destacada: fins do séc VIII a meados do VII.

— Fase III - *Tumuli* rectangulares cobrindo fossas sepulcrais: alguns antigos, mas dominantes da segunda metade do séc VII ao fim do séc VI; alguns de pequena dimensão podem sem dúvida ser posteriores⁴.

— Fase IV - Monumentos em π , coexistindo com incinerações em urna (SILVA e GOMES 1992, 151-152 e 176-177.): desde o início do séc. V estas últimas, os monumentos parecem centrar-se em meados desse século (BEIRÃO e CORREIA n.p. c).

AS NECRÓPOLES COMO VECTORES DE ANÁLISE DA SOCIEDADE

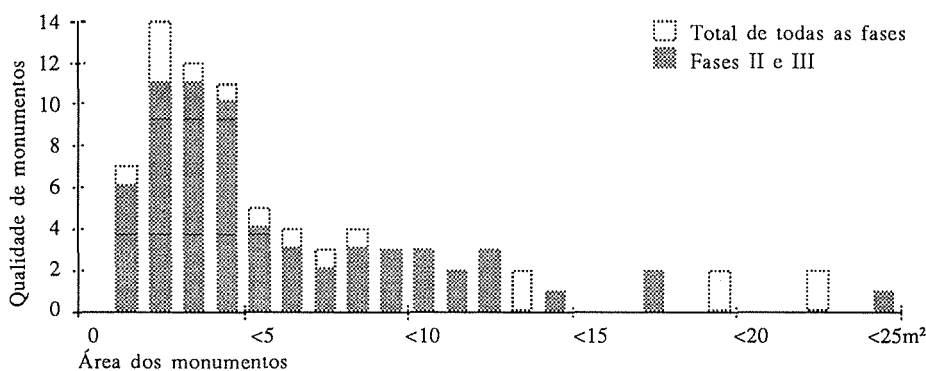
As sistemáticas violações posteriores das necrópoles impedem uma análise sistemática da distribuição de objectos nos túmulos, invalidando assim a possibilidade de, a partir dela, estimar a diferenciada capacidade de apropriação de bens dos indivíduos (WELLS 1988, 66-69 e 124-128; CHAMPION *et alii* 1988, 341.). Esta reflecte, sem dúvida, diferentes posições numa estrutura social hierarquizada, que explora o território nas suas variadas possibilidades, mas já não é seguro que, na ausência daquele conjunto de dados, e apenas com

³ C.f. BEIRÃO 1986, 49-50. O início da série é-nos indicado pela necessidade de considerar esta arquitectura como absolutamente posterior à sua origem óbvia, as necrópoles Tipo Atalaia, de que a epónimo está datada pelo C14, numa fase avançada do seu desenvolvimento, de 1105-800 a.C.. (SCHUBART 1975, 171-172; SOARES e CABRAL 1984).

⁴ SILVA e GOMES 1992, 151. Serão de grande importância, quando correctamente publicadas pelos escavadores (M.M. Alves Dias e L. Coelho) as datas de C14 das necrópoles do Pêgo e da Favela Nova (apresentadas no V Colóquio de Línguas e Culturas Prerromanas da Península Ibérica - Colónia, 1991) que, incorrectamente publicadas em GAMITO 1991, 300, se estendem do terceiro quartel do séc. VI aos inícios do séc. IV.

o que resta - a dimensão dos monumentos - se passe o mesmo. Ainda assim, pode-se colocar a hipótese de, na realidade, a dimensão de um monumento funerário estar na razão directa da riqueza do indivíduo aí sepultado e, nessa medida, reflectir a sua posição mais ou menos importante dentro da hierarquia social que estrutura o seu grupo. É necessário, no entanto, fazer duas ressalvas importantes. A primeira tem a ver com a tendência da arquitectura funerária, no geral, de reduzir as dimensões dos monumentos, como se disse; a segunda prende-se com os condicionalismos técnicos elementares que impedem, quer a redução, quer a ampliação, até ao infinito, da área construída. Uma terceira ressalva prende-se com a admissibilidade de se estar perante um reflexo, não de uma determinada realidade socio-económica, mas de uma representação, ideologicamente condicionada, de uma situação politico-social que seria impossível determinar. Neste caso, de todas as formas um facto não comprovável, estaremos ainda perante um testemunho de um padrão mental que, em essência, não é afectado pela sua existência ou inexistência concretas, e nesse sentido revelador do fenómeno que nos importa: uma determinada hierarquização social, seja ela económica ou de outra base. Deixamos, aliás, de lado a questão, por agora irrelevante, se todos os elementos das comunidades eram ou não sepultados sob monumentos; a irrelevância prende-se com o facto de nos parecer óbvio que, se nem todos o fossem, devem as necrópoles ser atribuídas a um mesmo escalão da hierarquia social - o superior - sendo tal facto redundante ao estabelecer o binómio monumentalização tumular/estrutura social.

Sob esta perspectiva, verifiquemos o registo arqueológico:



O gráfico estabeleceria, segundo a hipótese que se colocou acima, a demonstração de uma clara hierarquização social, materializada numa gama muito distinta de áreas construídas (isto é, de esforço empregue na construção dos

monumentos), e portanto permitir-nos-ia afirmar que era notável a distinção hierárquica entre os indivíduos tumulados.

Esta verificação é independente da evolução da arquitectura no sentido da redução da área dos monumentos pois, ainda que se eliminem da série quer os monumentos mais antigos, quer os mais recentes (respectivamente os circulares e os em π) a curva continua basicamente a mesma⁵.

Podem-se colocar duas hipóteses de interpretação deste fenómeno, uma de base estritamente económica, outra de base socio-política:

— A dimensão de um monumento, e logo o esforço empregue na sua construção, são função directa da capacidade de concentração económica que um determinado grupo familiar (independentemente da sua dimensão) detem num determinado momento, veiculando parte proporcional desses recursos para a construção e, eventualmente, para o espólio depositado.

— A construção do monumento é, para além das condicionantes económicas, função de um subsistema que as envolve ao mesmo tempo que envolve a posição específica do indivíduo inumado no grupo social em que se integra, num momento dado, e a sua relação com outros grupos e a própria evolução histórica desse grupo - entre outros dados possíveis - correspondendo em suma a uma consideração - mítica ou miticizável - que um grupo específico faz do indivíduo.

A reprodução deste fenómeno - independentemente da interpretação - num largo número de comunidades de pequena dimensão é, segundo a nossa perspectiva, demonstrativa da existência de uma complexa rede de grupos semi-autónomos, que se implantam regularmente no território, constituindo um conjunto do que chamaríamos de micro-chefados, integrados, como tentaremos demonstrar, numa estrutura mais complexa de povoamento, que, no estado actual da investigação, podemos vislumbrar, mas não podemos descrever.

A ARQUITECTURA FUNERÁRIA NO QUADRO DA 1ª IDADE DO FERRO NO SUDOESTE PENINSULAR

A primeira ilacção a retirar da periodização proposta é sem dúvida a de uma absoluta anterioridade da arquitectura funerária monumental no Sudoeste

⁵ O gráfico foi estabelecido a partir das plantas de oitenta e dois monumentos, designadamente das necrópoles de Mestras (segundo BEIRÃO 1986, 48), Fonte Santa (segundo BEIRÃO 1986, 70), Chada (segundo BEIRÃO 1986, 83 e 85), Mealha Nova (segundo DIAS et alii 1970, 199 e 201), Pêgo (segundo DIAS et alii 1970, 207-210), Mouricoes (segundo BEIRÃO e GOMES 1980, 27), Carapetal (segundo SILVA e GOMES 1992, 269), Pardieiro (segundo BEIRÃO 1990, 110), Atafona (segundo SILVA e GOMES 1992, 269, e documentação inédita para os restantes monumentos), Pêgo da Sobreira, Casarão e Fernão Vaz (segundo documentação aqui publicada).

relativamente a outras manifestações similares na Península, excepção feita aos *tumuli* propriamente tartéssicos (Setefilla, Acebuchal, etc.) que, no entanto, respondem a uma técnica de construção absolutamente distinta. O estabelecimento deste dado reveste-se de alguma importância, pois permite afirmar que este fenómeno decorre em paralelo com a adopção precoce de outras manifestações culturais ligadas ao ritual funerário, particularmente a escrita. Duas “precocidades” tão nítidas não podem ser tomadas como resultado aleatório da evolução cultural de uma sociedade exposta à multiplicidade de influências do período orientalizante, senão que devem ser entendidas como manifestação de um complexo fenómeno socio-económico, que na origem deve ter uma importante componente política.

A homogeneidade do processo, com efeito, não nos parece poder ser explicada sem se admitir que os diversos núcleos populacionais de pequena dimensão que, a partir do séc. VIII, passam a erigir estas necrópoles segundo “modelos” e seguindo uma linha evolutiva comuns, mantinham umnexo estreito entre si, materializado numa centralização de mecanismos económicos e políticos. Os pontos, os sítios, onde esta centralização se opera são, por agora, desconhecidos e a análise da natureza desta centralização está-nos vedada, mas a dispersão tão fina das manifestações de alto estatuto social (assim consideramos não só a escrita mas a própria arquitectura monumental) abona em favor da existência de uma rede de dependências entre indivíduos de estatuto idêntico, eventualmente correlacionadas em favor de estruturas mais complexas, que tanto podem ser grupos familiares propriamente urbanos, como outras estruturas, que a própria existência da escrita indicia que controlam mecanismos administrativos e/ou sacerdotais de alguma complexidade; complexidade essa historiograficamente entendível apenas como fruto da intensificação das relações de dom e troca que a colonização fenícia acarreta.

A coesão geográfica do fenómeno, por outro lado, não pode senão indicá-nos os limites dentro dos quais ele se desenvolve. Aqui, no entanto, coloca-se-nos uma perplexidade, pois este padrão de criação do espaço mortuário surge estritamente ligado ao uso da epigrafia funerária que, por seu lado, conhece uma divulgação algo mais lata que a construção de monumentos funerários adossados. Estas diferentes áreas de dispersão de um e outro fenómeno são, senão de correlacionar directamente, pelo menos de comparar com um quadro populacional complexo, dividido entre entidades cuja caracterização é desconhecida - normalmente referidas como etnias - que são conhecidas através da *Ora Marítima*.

A interpretação que propomos é a de existir, durante a Idade do Ferro no Sudoeste Peninsular, e á volta de uma entidade geográfica e populacional, denominada a partir, e por extensão, dessa cidade mítica - ou miticizada - chamada Tartessos, um número indeterminado de grupos populacionais dotados

de uma forma de organização política que agrupa e centraliza os múltiplos chefados que constituiriam a base de organização das sociedades da Idade do Bronze. Tais entidades, interagindo entre elas por diversas formas, tenderiam a adoptar, em graus diversos e por vezes contrastantes, algumas manifestações culturais de cariz orientalizante, sempre guiadas por uma complexa equação que relacionaria os dados culturais próprios, aqueles alógenos com que, numa conjuntura precisa, eram postos em contacto e, por emulação ou por sublimação, aqueles que os grupos contíguos mais rapidamente adoptavam. No caso do Baixo Alentejo, acessoriamente do Algarve e de partes da Extremadura, é a escrita que desempenha o papel fulcral nessa utilização de distintos traços culturais de origem oriental, que é impossível não admitir tratem-se dos motivos pelos quais as fontes clássicas distinguem uma entidade demo-geográfica de outra. A um outro nível é a distinta tradição da arquitectura funerária que nos diz que sob essa superstrutura se desenvolvem outros fenómenos, para cuja análise o registo arqueológico necessita ainda de um notável enriquecimento.

Em suma, consideramos que o ritual funerário utilizado na Idade do Ferro no Sudoeste, na sua grande variabilidade, corresponde à variabilidade proporcional das entidades demográficas, geográficas e políticas que ocupam essa parcela de território, parecendo-nos, além disso, que essa correlação não pode senão ser encarada como algo de intencional. A monumentalização dos túmulos e a sua marcação com epígrafes corresponde à marcação no espaço e no tempo de um determinado binómio indivíduo - grupo — *A trama espacio-temporal não representa mais do que um dos elementos do tecido social, não estando aí implicadas as relações de identificação individual [e] exterioriza-se a nível de um sistema de referências, não específicas mas sim étnicas, exprimindo-se através do adorno, das atitudes da linguagem, do cenário social* (LEROI-GOURHAN 1965) — marcação essa feita por, e a favor, deste último; a repetição destes gestos servindo para isolar um grupo mais vasto de outros que não o repetem.

APÊNDICE

Sítios arqueológicos da Idade do Ferro⁶

- 1 - Panóias (Ourique). Necrópole parcialmente escavada (sem documentação). VAS-CONCELOS 1929, BEIRÃO 1986.
- 2 - Ilha Grande (Ourique; 186,1/83,9). Povoado parcialmente escavado.
- 3 - Chada (Ourique; 186,0/82,7). Necrópole completamente escavada. BEIRÃO 1986,

⁶ A seguir à localização administrativa do sítio (concelho) indicam-se as suas respectivas coordenadas Gauss. A ausência de tal indicação significa que o sítio não foi exactamente localizado, ou que a sua localização não representa a identificação de um sítio arqueológico, *strictu sensu*.

BEIRÃO & GOMES 1988.

- 4 - Garvão (Ourique). Santuário de que é conhecida uma *favissa*. BEIRÃO *et alii* 1985.
- 5 - Arzil (Ourique; 179,9/82,2). Necrópole detectada pelo achado de uma lápide epigrafada. BEIRÃO 1986.
- 6 - Arzil (Ourique; 179,8/82,2). Povoado sobre vestígios de exploração mineira, detectado por prospecção.
- 7 - Fonte Santa (Ourique; 186,5/80,5). Necrópole completamente escavada. BEIRÃO 1986, BEIRÃO & GOMES 1988.
- 8 - Fonte Santa (Ourique; 186,4/80,5). Necrópole de urnas, parcialmente escavada. BEIRÃO 1986.
- 9 - Fonte Santa (Ourique; 186,3/80,6). Povoado detectado por prospecção. BEIRÃO 1986.
- 10 - Nobres (Ourique; 182,4/79,7). Achado de lápide epigrafada. BEIRÃO 1986.
- 11 - Bastos (Ourique). Achado de lápide epigrafada. BEIRÃO 1986.
- 12 - Junqueira (Monte Coito ? Ourique; 189,3/77,0). Necrópole detectada por prospecção e parcialmente escavada. BEIRÃO 1973.
- 13 - Junqueira (Ourique; 189,4/76,8). Povoado detectado por prospecção.
- 14 - Monte Coito (Ourique; 189,7/76,2). Povoado detectado por prospecção, com recolhidas de material. BEIRÃO, 1972.
- 15 - Ourique. Achado de lápides epigrafadas.
- 16 - Penedo (Ourique; 84,8/75,2). Necrópole detectada pelo achado de uma lápide epigrafada. BEIRÃO 1986.
- 17 - Penedo (Ourique; 184,8/75,5). Povoado detectado por prospecção.
- 18 - São Luís, Monte de (Ourique; 192,4/72,8). Monumento funerário detectado por prospecção.
- 19 - Cruzes (Ourique; 188,0/71,8). Povoado detectado por prospecção, inédito.
- 20 - Cruzes (Ourique; 188,2/71,4). Necrópole detectada por prospecção.
- 21 - Carapetal III (Ourique; 188,3/71,2). Povoado detectado por prospecção. BEIRÃO 1986.
- 22 - Carapetal II (Ourique; 180,0/70,9). Monumento funerário, escavado. BEIRÃO 1986, BEIRÃO & CORREIA, 1991 a).
- 23 - Carapetal I (Ourique; 188,6/70,8). Necrópole detectada por prospecção. BEIRÃO 1986.
- 24 - Cerro do Ouro (Ourique; 188,5/70,43). Povoado detectado por prospecção.
- 25 - Cerro do Ouro (Ourique; 188,1/70,5). Necrópole detectada por prospecção. BEIRÃO & GOMES 1988.
- 26 - Monte Poço (Ourique; 188,4/70,1). Necrópole detectada por prospecção.
- 27 - Monte Poço (Ourique; 188,6/70,3). Povoado detectado por prospecção. BEIRÃO 1986.
- 28 - Mealha Nova (Ourique; 189,5/70,2). Povoado detectado por prospecção.
- 29 - Mealha Nova (Ourique; 189,7/70,0). Necrópole parcialmente escavada. DIAS, BEIRÃO & COELHO, 1970; BEIRÃO 1986.
- 30 - Biscoitinhos (Ourique; 187,7/69,5). Povoado detectado por prospecção.
- 31 - Biscoitinhos (Ourique; 188,0/69,3). Necrópole detectada por prospecção, com recolhida de fragmentos de epígrafes. BEIRÃO 1986.
- 32 - Pardieiro (Odemira; 180,4/70,5). Necrópole completamente escavada. BEIRÃO 1990, BEIRÃO 1991.

- 33 - Favela Nova (Ourique; 192,7/70,4). Necrópole parcialmente escavada. DIAS & COELHO 1983.
- 34 - Marchicão (Ourique; 191/65). Necrópole escavada numa vasta extensão, com documentação deficiente. VIANA 1962.
- 35 - Nora Velha (Ourique; 186,2/68,3). Necrópole em curso de escavação por J. Morais Arnaud.
- 36 - Castro da Cola (Ourique; 185,1/67,9). Povoado fortificado medieval, com vestígios de ocupação da Idade do Ferro. VIANA 1960, VIANA 1961, TORRES 1992, CORREIA 1990, BEIRÃO E CORREIA n.p. a).
- 37 - Azinhal (Ourique; 185,8/67,3). Necrópole detectada através do achado de uma lápide epigrafada. BEIRÃO, 1986.
- 38 - Casarão (Ourique; 188,3/67,6). Monumento funerário detectado por prospecção.
- 39 - Arreganhado (Ourique; 189,2/67,3). Povoado detectado por prospecção.
- 40 - Ovilheiro, Moinho do (Ourique; 187,7/66,7). Povoado detectado por prospecção. BEIRÃO & CORREIA 1990.
- 41 - Vaga da Cascalheira (Ourique; 187,2/66,5). Necrópole detectada por prospecção. BEIRÃO & CORREIA n.p. a).
- 42 - Fernão Vaz (Ourique; 187,5/66,2). Necrópole detectada por prospecção. BEIRÃO 1986; BEIRÃO & GOMES 1985.
- 43 - Vaga da Cascalheira (Ourique; 187,4/66,4). Povoado detectado por prospecção. BEIRÃO & CORREIA n.p. a).
- 44 - Cortadouro (Ourique; 187,2/66,1). Povoado sobre vestígios de exploração mineira. TAVARES DA SILVA & SOARES 1977, BEIRÃO & CORREIA n.p. a).
- 45 - Fernão Vaz (Ourique; 187,4/66,0). Povoado escavado. BEIRÃO 1972, BEIRÃO 1986, BEIRÃO & CORREIA n.p.a, BEIRÃO & CORREIA n.p.a. b).
- 46 - Porto das Lages (Ourique; 188,5/55,1). Povoado escavado. CORREIA 1989.
- 47 - Pêgo da Sobreira (Ourique; 189,6/66,2). Monumento funerário escavado. BEIRÃO & CORREIA n.p. a).
- 48 - Pêgo da Sobreira (Ourique; 189,5/66,2). Povoado detectado por prospecção. BEIRÃO & CORREIA n.p. a).
- 49 - Abóbada (Almodôvar; 190,6/64,3). Necrópole detectada pelo achado de 3 uma lápide epigrafada. DIAS & COELHO 1971, BEIRÃO 1986, BEIRÃO, GOMES & MONTEIRO 1980.
- 50 - Hortinha (Almodôvar; 190,6/64,3). Necrópole detectada por prospecção.
- 51 - Guerreiros (Almodôvar; 184,5/64,0). Necrópole detectada por prospecção. BEIRÃO 1986; BEIRÃO, GOMES & MONTEIRO 1980.
- 52 - Atafona (Almodôvar; 200,2/63,8). Povoado detectado por prospecção.
- 53 - Atafona, Monte da (Almodôvar; 199,7/63,9). Necrópole escavada. BEIRÃO & CORREIA, n.p.c. a).
- 54 - Pêgo, Herdade do (Ourique; 189,2/62,8). Povoado detectado por prospecção superficial.
- 55 - Pêgo, Herdade do (Ourique; 189,3/62,8). Necrópole parcialmente escavada. DIAS, BEIRÃO & COELHO 1970

BIBLIOGRAFIA

- ARNAUD, José Morais, RAMOS, Carlos Alberto e MARTINS, Artur, "Prospecção arqueológica na Herdade do Gavião" (Aljustrel), in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, A.A.P., 1991.
- AUBET, Maria Eugénia, *La necropolis de Setefilla en Lora del Rio, Sevilla*, Barcelona, 1975.
- BEIRÃO, Caetano de Mello, *Cinco aspectos da Idade do Bronze e da sua transição para a Idade do Ferro no Sul do país*, in *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, II, Lisboa, 1972; 193-221.
- BEIRÃO, Caetano de Mello, *Une civilization protohistorique du Sud du Portugal*, Paris, De Boccard ed., 1986
- BEIRÃO, Caetano de Mello, «Epigrafia da I Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos», in *Presenças orientalizantes em Portugal da pré-história ao período romano*, Lisboa, Instituto Oriental, 1990, [Estudos Orientais I], 107-118.
- BEIRÃO, Caetano de Mello, «Nota sobre duas pedras de Cenáculo», in *Arquivo de Beja*, S. II 3, Beja, Câmara Municipal, 1986, 101-112.
- BEIRÃO, Caetano de Mello, «Novos dados arqueológicos sobre a epigrafia da I Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica», in *Actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, Salamanca, Universidad, 1990, 684-696.
- BEIRÃO, Caetano de Mello, «Epigrafia da I Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos», in *Presenças orientalizantes em Portugal - Da Pré-história ao Período Romano*, Lisboa, Instituto Oriental, 1990. [Estudos Orientais I].. 107-118.
- BEIRÃO, Caetano de Mello e CORREIA, Virgílio Hipólito, «Novos dados arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz» in *Homenage a J. M^º Blazquez*, Madrid, Universidad Complutense (no prelo, a)
- BEIRÃO, Caetano de Mello e CORREIA, Virgílio Hipólito, «A cronologia do povoado de Fernão Vaz», in *Conimbriga*, Coimbra, Instituto de Arqueologia (no prelo, b)
- BEIRÃO, Caetano de Mello e CORREIA, Virgílio Hipólito, «A II^a Idade do Ferro no Sul de Portugal. Estado actual dos conhecimentos», in *Actas del XXI Congreso Arqueológico Nacional*, Teruel, (no prelo, c).
- BEIRÃO, Caetano de Mello e GOMES, Mário Varela, *A I Idade do ferro no Sul de Portugal - Epigrafia e Cultura* (Catálogo de exposição), Lisboa, 1980.
- BEIRÃO, Caetano de Mello e GOMES, Mário Varela, «A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes)», in *Arqueólogo Português*, Série IV, 1, Lisboa, 1983; 207-266.
- BEIRÃO, Caetano de Mello e GOMES, Mário Varela, «Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal», in *Actas del III Coloquio sobre Lenguas Y Culturas Paleohispanicas*, Salamanca 1985, 465-502.
- BEIRÃO, Caetano de Mello e GOMES, Mário Varela, «A estela epigrafada do Pardieiro, S. Martinho das Amoreiras (Odemira, Beja)», in *Veleia* 5, Vitoria, Instituto de Ciencias de la Antigüedad, 1988, 115-123.
- BEIRÃO, Caetano de Mello e GOMES, Mário Varela, «Três novas estelas epigrafadas da I Idade do Ferro do Sul de Portugal», in *Arquivo de Beja* (no prelo).
- BEIRÃO, Caetano de Mello e GOMES, Mário Varela, «Coroplastia da I^a Idade do Ferro

- do Sul de Portugal» in *Hommage à Georges Zbyszewsky*, Paris, C.N.R.S., 1984, 450-482.
- BEIRÃO, Caetano de Mello; GOMES, Mário Varela e MONTEIRO, J. Pinho, *As estelas epigrafadas da I Idade do Ferro do Sul de Portugal* (Catálogo de exposição), Setúbal, 1979.
- BEIRÃO, Caetano de Mello; TAVARES DA SILVA, Carlos; GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela, «Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão Notícia da primeira campanha de escavações» in *O Arqueólogo Português*, S. IV 3, Lisboa 1985, 45-135.
- BELLIDO, Antonio García y, *España y los españoles hace dos mil años, según la "Geografía de Strabón*, Madrid, Espasa-Calpe, 1968 (4ª), [Colección Austral 515].
- BERROCAL Rangel, Luís, *Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica*, Madrid, Ed. Complutense, 1992.
- BERTHELOT, A., *Festus Avienus: Ora Marítima*, Paris, Librairie Ancienne, 1934.
- COELHO, Luís, «Inscrições da necrópole proto-histórica da Herdade do Pêgo, Ourique», in *O Arqueólogo Português* S. III 5, Lisboa, M.N.A.E., 1971, 167-180.
- COELHO, Luís, «Epigrafia prelatina del SO. peninsular português», in *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica*, Salamanca, Universidad, 1976, 201-211.
- COELHO, Luís, «Quelques notes a propos d'une nouvelle inscription aux caracteres 'ibériques' du SW peninsulaire portugais, provenant des environs d'Aljustrel (Portugal)», in *Actas del II Coloquio sobre Lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica*, Salamanca, Ediciones Universidad, 1979, 371-379.
- COELHO, Luís e DIAS, M. M. Alves, «South-West Iberian early iron age: a theoretical hypothesis», in *Actas del IV Coloquio sobre lenguas y culturas Paleohispanicas (Veleia 2-3, 1985-1986)*, Vitoria, Instituto de Ciencias de la Antigüedad, 1987, 447-448.
- CORREA, J.A., «Escritura y lengua prerromanas en el Sur de la Península Ibérica», in *Unidad y Pluralidad I*, Madrid, 1983 [Actas del VI Congreso Español de Estudios Clásicos], 397-441.
- CORREA, J.A., *La inscripción en escritura tartésica de Alcalá del Río*, Alcalá del Río, 1985.
- CORREA, José A., «Consideraciones sobre las inscripciones tartesias», in *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas PaleoHispanicas*; Salamanca, Ediciones Universidad, 1985, 377-395.
- CORREA, José A., «El signário tartesio», in *Actas del IV Coloquio sobre lenguas y culturas Paleohispanicas (Veleia 2-3, 1985-1986)*, Vitoria, Instituto de Ciencias de la Antigüedad, 1987, 275-284.
- CORREA, José A., «Estela en Escritura Tartesia (o del SO.) hallada en Alcoforado (Odemira, Baixo Alentejo)», in *Archivo Español de Arqueología* 61 nº 157-158, Madrid, C.S.I.C., 1988, 197-200.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, «A estação da Idade do Ferro de Porto da Lages (Ourique, Beja)», in *Portugalia* N.S. IX-X, Porto, Instituto de Arqueologia, 1989.
- CORREIA, Virgílio Hipólito, «A expansão orientalizante na fachada atlântica da Península» in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Vol. 30, Porto, 1990.
- COSTA, José Miguel da, «O tesouro fenício ou cartaginês do Gaio (Sines)», in *Ethnos*, 5, Lisboa, 1967.
- COSTA, José Miguel da, «O tesouro púnico-tartésico do Gaio, Novos achados», in

Actas das II Jornadas Arqueológicas, II, Lisboa, 1972; 97 ss.

- CUADRADO, Emeterio, *Precedentes y prototipos de la fíbula anular hispánica*, Madrid, S.H.P.H.U.M., 1963, [Trabajos de Prehistoria VII], 28-36.
- DIAS, M. Manuela Alves, BEIRÃO, Caetano de Mello e COELHO, Luís, «Duas necrópoles da Idade do Ferro do Baixo-Alentejo: Ourique», in *o Arqueólogo Português*, S. III, 4, 1970, 175-219.
- DIAS, M. Manuela Alves e COELHO, Luís, «Notável lápide proto-histórica da Herdade da Abóbada - Almodôvar (primeira notícia)», in *o Arqueólogo Português*, S. III, 5, 1971, 181-190.
- DIAS, Maria Manuela Alves e COELHO, Luís, «Objectos arqueológicos de um tumulo de incineração da necrópole proto-histórica da Herdade da Favela Nova (Ourique)» in *Arqueólogo Português*, Série IV, 1, Lisboa, MNAE, 1983; 197 ss.
- FABIÃO, Carlos e GUERRA, Amílcar, «O povoado fortificado de "Mesas do Castelinho", Almodôvar», in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, A.A.P., 1991, 305-320.
- GAMITO, Teresa Júdice, «A introdução da metalurgia do ferro no Sudoeste peninsular (com base nas datações de radio-carbono)», in *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, A.A.P., 1991, 299-304.
- GÓMEZ-MORENO, M., *Misceláneas. Historia, Arte, Arqueología*, Madrid, 1949.
- GOMEZ-MORENO, Manuel, «La escritura Bastulo-turdetana (Primitiva Hispánica)», in *Revista de Archivos, Bibliotecas e Museos*, T. LXIX 2, Madrid, 1961, 879-918.
- GOODY, Jack, *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, Ed. 70, 1987 (tradução portuguesa de *The logic of Writing and the Organization of Society*, Cambridge University Press, 1986).
- HOZ, Javier de, «El Origen de la escritura del S.O.», in *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas PaleoHispanicas*, Salamanca, Ediciones Universidad, 1985, 423-464.
- HOZ, Javier de, «El desarrollo de la escritura y las lenguas de la zona meridional», in AUBET Semmler, Maria Eugénia (dir.), *Tartessos, Arqueologia Protohistórica del Bajo Guadalquivir*, Sabadell, AUSA, 1987, 523-587.
- HOZ, Javier de, «El origen de las antiguas escrituras hispanas y el desarrollo de la escritura del Algarve», in *Presenças orientalizantes em Portugal-Da Pré-história ao Período Romano*, Lisboa, Instituto Oriental, 1990, [Estudos Orientais I], 219-246.
- LASSERRE, François, *Strabon Géographie T.II - Livres III-IX*, Paris, Les Belles Lettres, 1966. [Collection des Universités de France].
- LEROI-GOURHAN, André, *O gesto e a palavra, 2 - Memória e ritmos*, Lisboa, Ed. 70, 1983 (tradução portuguesa de *Le geste et la parole - la mémoire et les rythmes*, Paris, Ed. Albin Michel, 1965).
- MAIA, Manuel, «Algumas reflexões em torno da cultura do Sudoeste», in *Actas del IV Coloquio sobre lenguas y culturas Paleohispanicas (Veleia 2-3, 1985-1986)*, Vitoria, Instituto de Ciencias de la Antigüedad, 1987, 433-446.
- MAIA, Maria Garcia Pereira, «Neves II e o "facies" cultural de Neves-Corvo» in *Arquivo de Beja*, 3-IIªS., 1986, 23-42.
- MAIA, Maria Garcia Pereira, «Dois lamakes da Idade do Ferro do Sul de Portugal», in *Actas del IV Coloquio sobre lenguas y culturas Paleohispanicas (Veleia 2-3, 1985-1986)*, Vitoria, Instituto de Ciencias de la Antigüedad, 1987, 223-242.
- MAIA, Maria e MAIA, Manuel, *Arqueologia da área mineira de Neves-Corvo*, Lisboa, Somincor, s/d (1987).

- MAIA, Maria Garcia Pereira e CORREA, José A., «Inscripcion en escritura tartesia (o del SO.) hallada en Neves (Castro Verde, Baixo Alentejo) y su contexto arqueológico», in *Habis* 16, Sevilla, Publicaciones de la Universidad, 1985, 243-274.
- MALUQUER de Motes, Juan, *Epigrafia Prelatina de La Península Ibérica*, Barcelona, Instituto de Arqueologia y Prehistoria, 1968, [Publicaciones Eventuales nº 12].
- MURPHY, J.P., *Rufus Festus Avienus. Ora Maritima*, Chicago, Ares Pub., 1977.
- PAÇO, Afonso do, RIBEIRO, Fernando Nunes e FRANCO, Mário Lyster, «Inscrição ibérica de Corte do Freixo», in *Zephyrus* 16, Salamanca, Universidad, 1968, 99-106.
- RIBEIRO, Fernando Nunes, «Noticiário arqueológico regional», in *Arquivo de Beja* 23-24, Beja, 1966-1967, 382-390.
- ROCHA, António dos Santos, *Estações Pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira* (Reedição Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra 1971)
- RUIZ Delgado, Manuel M^a, *Fibulas Proto-históricas en el Sur de la Península Ibérica*, Sevilla, Universidad, 1989, [Serie Filosofia y Letras 112].
- SCHMOLL, Ulrich, *Die Südlusitanischen inschriften*, Wiesbaden, Otto Harrassowitz, 1961.
- SCHUBART, Hermanfrid, *Atalaia, uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo*, Beja, 1965 (separata do *Arquivo de Beja* 22).
- SCHUBART, Hermanfrid, «Acerca de la ceramica del Bronce Tardío en el Sur y Oeste peninsular», in *Trabajos de Prehistoria* N.S. 28, Madrid, C.S.I.C., 1971, 153-182.
- SCHUBART, Hermanfrid, *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*, Berlin, Walter de Gruyter e Co, 1975, [Madriider Forschungen 9].
- SCHULTEN, Adolfo, *Las fuentes de 500 AC hasta César*, Barcelona, Libreria Bosch, 1925 [*Fontes Hispaniae Antiquae* II].
- SCHULTEN, Adolfo, *La Geografía de Estrabón*, Barcelona, Libreria Bosch, 1952 [*Fontes Hispaniae Antiquae* III].
- SCHULTEN, Adolfo, *Avieno, Ora Marítima*, Barcelona, Libreria Bosch, 1955 (2^a) [*Fontes Hispaniae Antiquae* I].
- SCHÜLE, Wilhelm, *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*, Berlin, Walter de Gruyter e C^a, 1969, [Madriider Forschungen 3].
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, «I^a Idade do Ferro», in ALARCÃO, Jorge de (coord.), *Portugal, das origens à romanização*, Lisboa, Presença, 1990, [SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, (dir.), *Nova História de Portugal* vol. 1].
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da e GOMES, Mário Varela, *Proto-História de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta, s/d (1992).
- SOARES, António Monge e CABRAL, João M. Peixoto, «Datas convencionais de radiocarbono para estações arqueológicas portuguesas e a sua calibração: revisão crítica», in *O Arqueólogo Português*, S. IV vol. II, Lisboa, M.N.A.E., 1984 167-214.
- VASCONCELOS, J. Leite de, «Novas inscrições ibéricas do Sul de Portugal», in *O Archeologo Português* V, Lisboa, Museu Ethnologico Português, 1900, 40-42.
- VASCONCELOS, J. Leite de, «Novas inscrições ibéricas do Sul de Portugal», in *O Archeologo Português* XXVIII, Lisboa, Museu Ethnologico Português, 1929, 205-208.
- VIANA, Abel, FORMOSINHO, José e FERREIRA, Octávio da Veiga, «De lo prerromano a lo arabe en el Museo Regional de Lagos», in *Archivo Español de Arqueologia* XXVI, Madrid, C.S.I.C., 1953, 113-138.
- VIANA, Abel, «Mamoá do Marchicão - Aldeia dos Palheiros (Ourique)», in *XXVI Congresso Luso Espanhol para o Progresso das Ciências, Secção VII, História e Arqueologia*, Porto, 1962, 279-288.



Fig. 1 — Fernão Vaz.

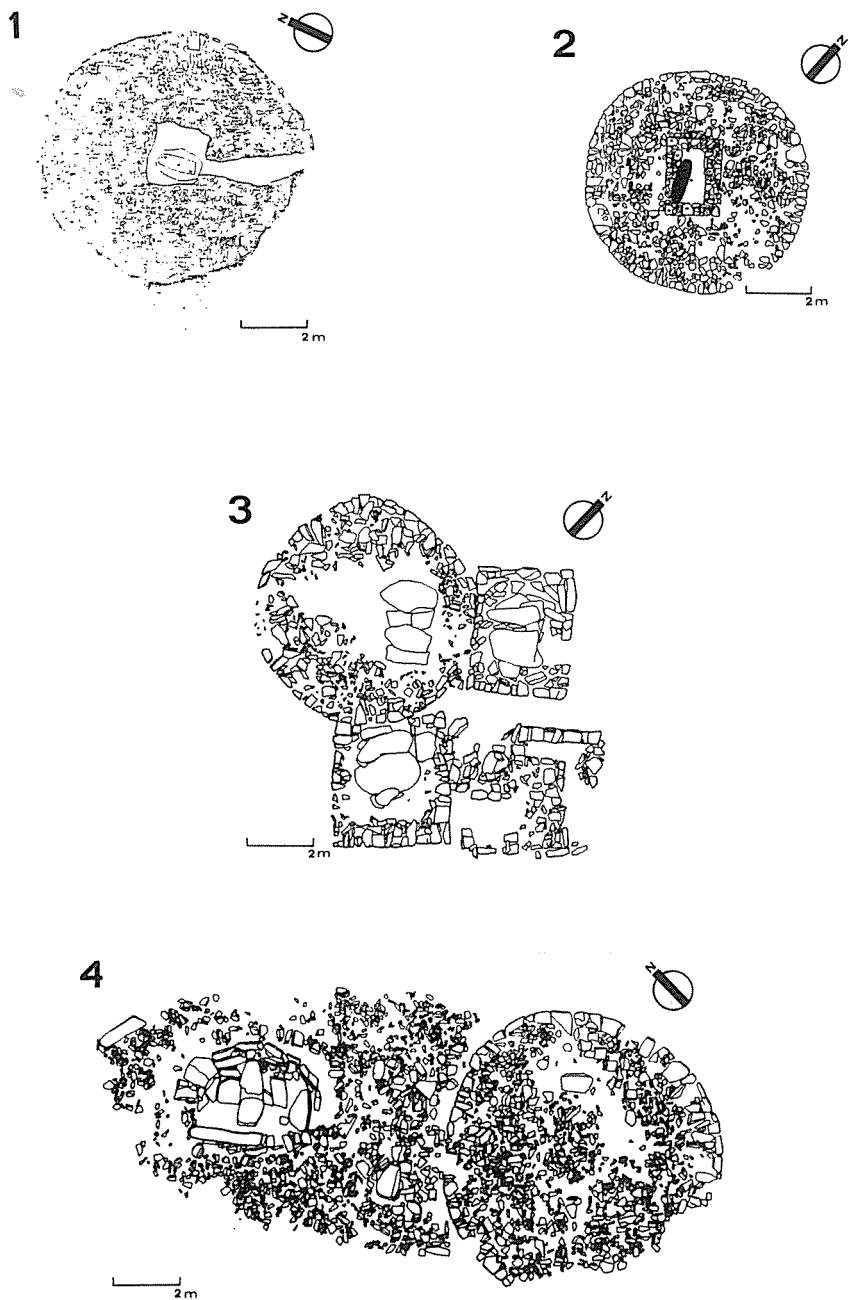


Fig. 2 — 1, Casarão; 2, Pêgo da Sobreira; 3, Chada-sector B; 4, Mouriços. (3 segundo BEIRÃO 1986, 4 segundo BEIRÃO *et alii* 1980).

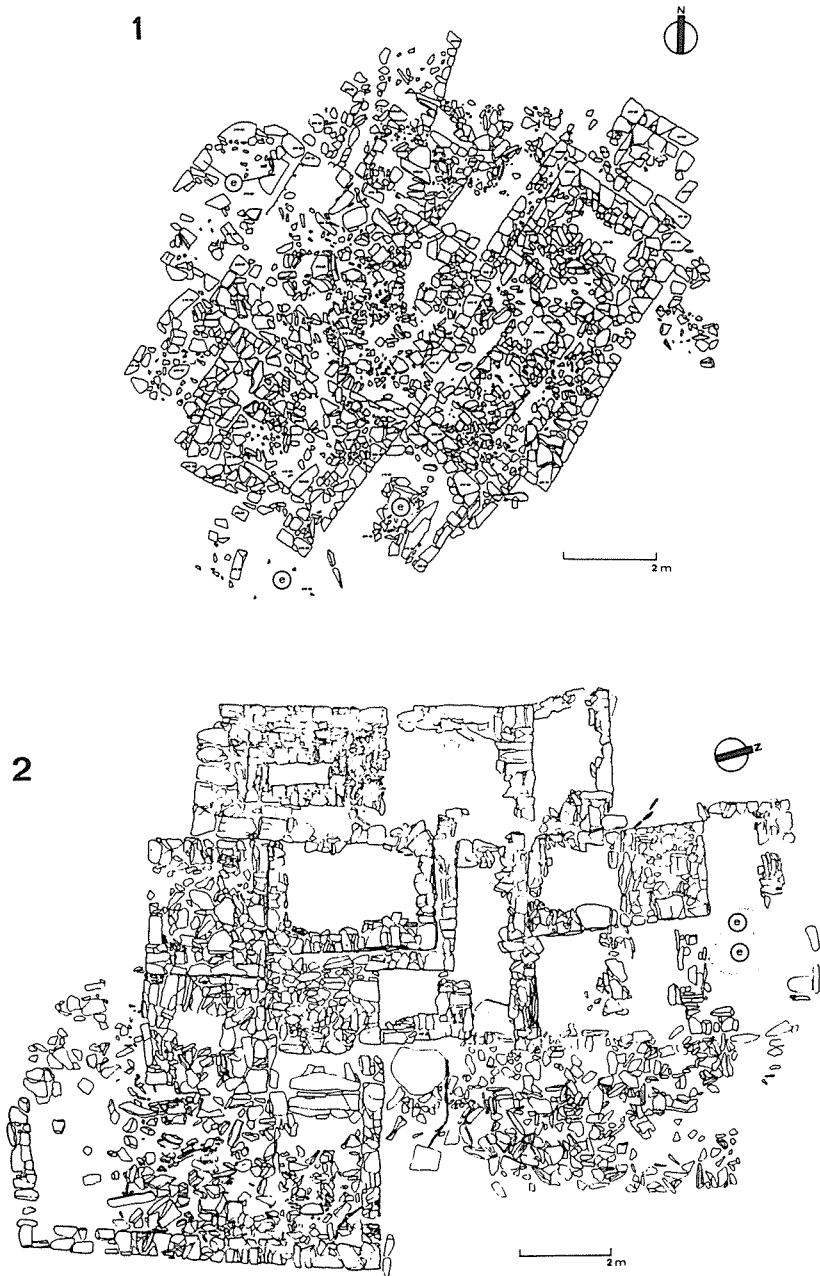


Fig. 3 — 1, Pardieiro; 2, Fonte Santa (1 segundo BEIRÃO 1990, 2 segundo BEIRÃO 1986).

Est. IV

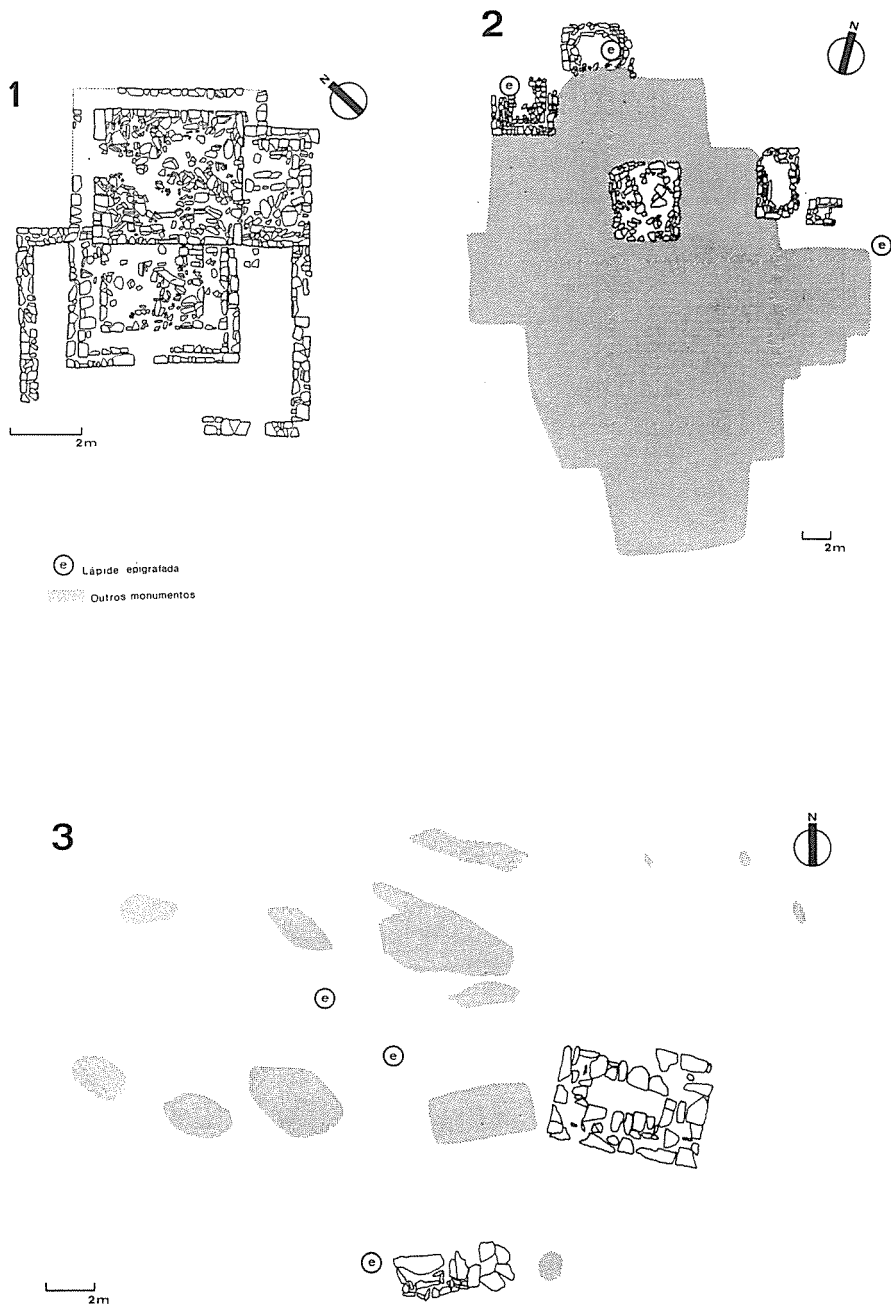


Fig. 4 — 1, Chada-sector A; 2, Pêgo; 3, Mealha Nova. (1 segundo BEIRÃO 1986, 2 e 3 segundo DIAS *et alii* 1970, modificados).

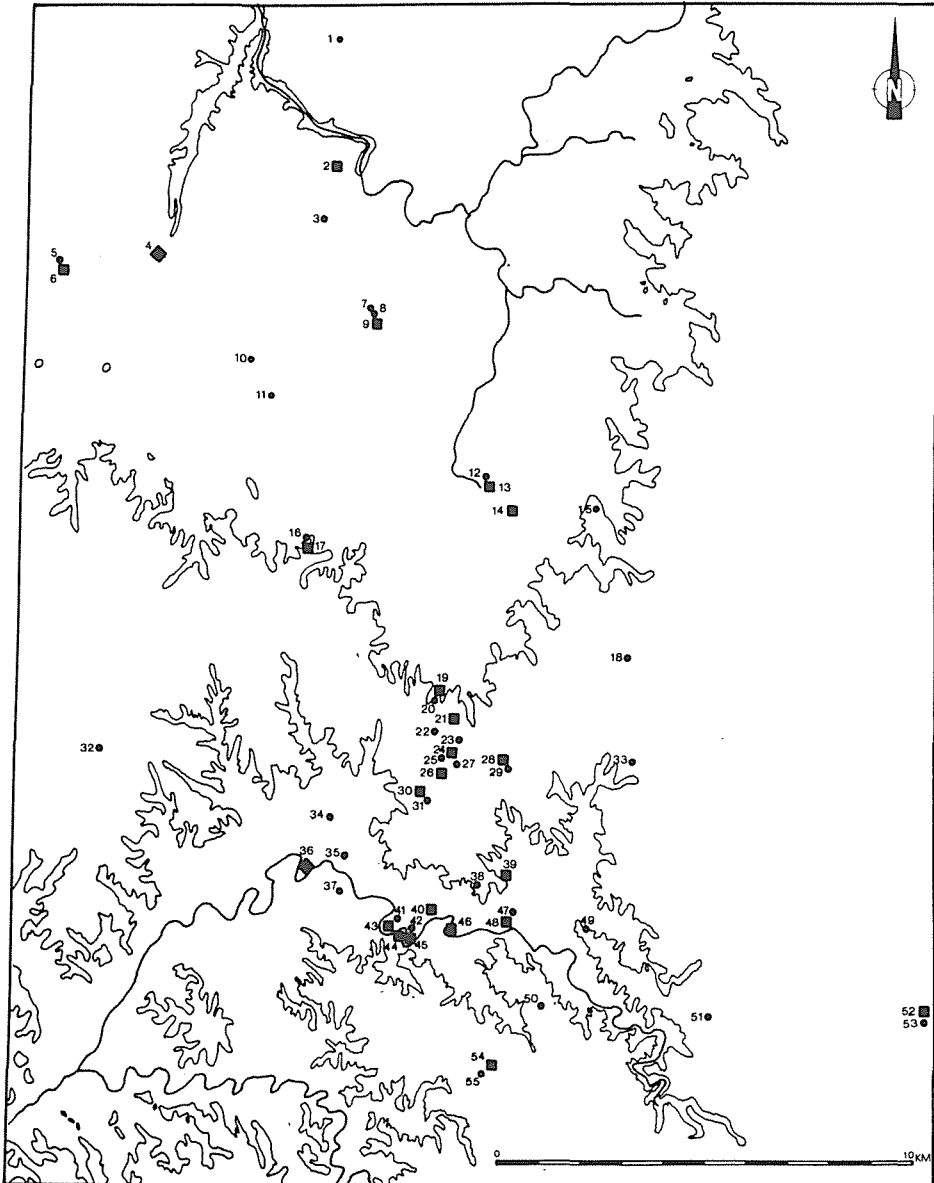


Fig. 5 — Sítios arqueológicos da Idade do Ferro nos vales superiores do Mira e do Sado (quadrados: povoados; círculos: necrópoles; losangos: povoados fortificados). Equidistância das curvas de nível - 100 m.



EL FENOMENO FUNERARIO DURANTE LA EDAD DEL HIERRO EN EL PAIS VASCO

por

Idoia Filloy Nieva*

Resumen: Se realizará una síntesis del tema en estudio, que actualmente carece de un planteamiento global. Se analizarán las evidencias arqueológicas existentes en este territorio, los typos de ritual evidenciados, las estructuras funerarias registradas, los ajuares asociados, así como las propias disposiciones de los enterramientos. También se analizarán los cambios de rito según las zonas, y con respecto a la Edad del Bronce y a época romana.

Palabras-clave: Edad del Hierro. Fenómeno funerario. Ritual.

El fenómeno funerario, englobaría todas aquellas manifestaciones relacionadas con la muerte y el ritual de enterramiento, de los individuos de un colectivo o grupo humano.

Estas manifestaciones, en ocasiones, nos han dejado unos restos analizables arqueológicamente, que nos permiten conocer determinados rasgos de dicho fenómeno relativos por ejemplo a sus formas de enterramiento, al ajuar o a las ofrendas funerarias que los acompañaban; y deducir aspectos de índole cronológico-cultural. Pero además, estas evidencias, suponen un inestimable punto de contacto con el mundo de las creencias y el universo conceptual de estas gentes del pasado, a los que no podemos acceder directamente como tales, sino a través de los restos materiales que han llegado hasta nosotros, como fruto de su materialización en determinados rituales -entre ellos los funerarios-.

De esta forma, analizaremos aquí las manifestaciones que, del fenómeno funerario, han sido arqueológicamente constatadas, en el territorio que ocupa el actual País Vasco, durante el período cronológico-cultural conocido como Edad del Hierro.

En el transcurso de la misma, el territorio en cuestión no constituía un área aislada, sino que -como se evidencia en etapas anteriores y se constata

* INSTITUTO ALAVES DE ARQUEOLOGIA, C./San Antonio 41, E-01005 VITORIA-GASTEIZ.

también posteriormente- participaba de los rasgos culturales y de las pautas evolutivas de un área más amplia; con manifestaciones que unas veces le acercan a territorios más norteños, al otro lado de los Pirineos; y otras en cambio, le aproximan al mundo peninsular de la Meseta Norte y del Valle del Ebro. En este sentido, será la zona más meridional del territorio -actualmente ocupada por el Territorio Histórico alavés-, la que participe de una mayor variedad de manifestaciones culturales, consecuencia de una posición geográficamente más favorable a contactos de diversa procedencia.

Este hecho, se evidenciará también en el fenómeno funerario, de forma que cuando estén ausentes determinadas manifestaciones del mismo, o se carezca de ciertos datos, éstos se van a poder deducir o suplir, a través de lo que se registre en ese área más amplia que participa de unos similares rasgos culturales.

ANTECEDENTES

Las manifestaciones más antiguas del ritual de enterramiento que se evidencian en el País Vasco, corresponden al Neolítico.

En este período, se ha constatado la utilización de cuevas con finalidad funeraria, que continuó y se afianzó posteriormente, durante el Eneolítico y la Edad del Bronce, y que quizás perduró ya muy residualmente, en la primera fase de la Edad del Hierro (se tiene constancia de la aparición de restos antropológicos en cuevas, junto a cerámica de esta cronología, pero se trata en cualquier caso de datos de prospección, sin contextualizar en una secuencia stratigráfica).

También en el Neolítico se evidencia el inicio del uso de los dólmenes como construcciones destinadas al enterramiento. Como las cuevas, se continuaron utilizando durante el período Eneolítico, hasta el Bronce Antiguo, momento en el que al parecer, dejan de utilizarse estas construcciones megalíticas, al menos con su concepción funeraria originaria.

Otras estructuras funerarias construídas por el hombre, aunque de menor entidad, y de origen más tardío serían los denominados túmulos y cromlechs, de amplia utilización a partir del Eneolítico-Bronce, y con una comprobada utilización posterior, durante la Edad del Hierro.

Cuevas y dólmenes, como espacios contenedores de enterramientos, compartieron por tanto un marco cronológico común (Neolítico-Eneolítico-Bronce Antiguo), si bien en un momento dado, dejarán de usarse los segundos, continuando la utilización funeraria de las primeras. El ritual de enterramiento manifestado en ambos casos durante este largo período temporal, será el de la inhumación colectiva, realizada al interior de espacios o recintos cerrados de

pequeñas dimensiones. Este hecho, respondería sin duda, a unas determinadas creencias en torno a la muerte, que se manifestarían en dicho ritual funerario, en el que se otorgaba a los enterramientos una protección al interior de espacios naturales (las cuevas), o de estructuras artificiales (los dólmenes).

Se trataría en cualquier caso, de unas manifestaciones rituales de enterramiento, llevadas a cabo por gentes cuya vida no se desarrollaba en poblados de carácter estable -como los que se conocen ya para épocas posteriores-, sino posiblemente en asentamientos de tipo estacional o con un marcado carácter trashumante. No hay que olvidar aquí, las relaciones que se han venido estableciendo entre los constructores de dólmenes y el mundo pastoril, al situarse estas estructuras en muchos casos, en zonas próximas a las cañadas tradicionales.

LA EDAD DEL HIERRO

A partir del Bronce Final-Edad del Hierro, se va a registrar un cambio sustancial en los rituales funerarios, lo que evidenciará a su vez una transformación en el universo creencial de estas gentes.

Así, el rasgo más característico de los rituales de enterramiento durante este período, será la utilización de la incineración. Esta práctica funeraria se impuso en Centroeuropa durante el Bronce Final, extendiéndose de la mano de la denominada Cultura de los Campos de Urnas. Con anterioridad a este período, ya eran practicadas algunas incineraciones, pero será ahora cuando éstas alcancen una gran expansión y generalización, que va a penetrar también en la Península Ibérica, en donde si bien la Cultura de los Campos de Urnas (con todas sus connotaciones culturales, no sólo con la presencia de sus características necrópolis), únicamente se manifestará como tal en el NE. peninsular (Cataluña); el rito funerario incinerador que la caracterizaba, con enterramientos en hoyo con o sin urna, con o sin estela y a veces con cubierta tumular, se va a imponer en la mayor parte de la Península, sobre todo a partir de los denominados Campos de Urnas Tardíos del Hierro I (en el Bronce Final, aún perdurarán las inhumaciones, por la influencia de la cultura meseteña denominada Cogotas I).

Así, a partir de la Edad del Hierro, se impondrá en la Península la incineración de los cadáveres, que además, se asociará a otros cambios rituales. Así, se practicará el enterramiento individualizado (o -en algún caso- de un grupo reducido, manteniendo el concepto de "individualidad"), en el que los restos de cada individuo cremado, manifiestan un tratamiento "personalizado" y un enterramiento "privado", en el que en muchos casos, se ven acompañados por ofrendas funerarias y/o por ajueres personales. Además, ya no existiría la creencia por la que debía

haber un espacio cerrado que contuviera los restos enterrados, y así, surgen las necrópolis propiamente dichas, al aire libre, en las que -fuera de los poblados o de los asentamientos-, se produce el enterramiento individualizado de los depósitos funerarios, ocupando por tanto áreas extensas y presentando muy variadas tipologías de enterramientos.

Por otra parte, se constata el mantenimiento del ritual de la inhumación, pero aplicado exclusivamente a individuos infantiles, que además son enterrados en los lugares de hábitat, esto es, en los poblados, manifestando por tanto un tipo de enterramiento muy diferente al de períodos anteriores, al ser exclusivos de un tipo de individuos, practicarse de forma individual, y asociados a lugares de habitación.

Los cambios rituales evidenciados en las prácticas funerarias de estas gentes, como manifestación de una transformación de su universo creencial, debe ponerse en relación con la evolución que se constata en sus sistemas productivos y en su forma de vida, y que desembocaron en la creación y desarrollo de poblados de carácter estable, dotados ya de importantes obras de infraestructura -en muchos casos de tipo defensivo-.

El País Vasco, y especialmente la zona más meridional del mismo (más próxima y abierta a las corrientes culturales peninsulares, de procedencia no sólo mediterránea sino también centroeuropea), también participará en este fenómeno cultural, con la aparición de los primeros poblados estables durante el Bronce Final-Edad del Hierro, que evidencian una clara transformación de la dedicación económica de estas gentes hacia sistemas productivos más evolucionados, con un gran desarrollo agrícola, y actividades comerciales, sobre todo a partir de la IIª Edad del Hierro, en la que eclosionará además el desarrollo pleno de la metalurgia del hierro. Estos poblados, tendrían necrópolis propiamente dichas en sus proximidades, como se constata en el mundo peninsular. En el caso del territorio que nos ocupa, sólo ha sido localizada por el momento una necrópolis como tal. A pesar de ello, este yacimiento nos proporciona un importante testimonio del fenómeno funerario más característico de los asentamientos de carácter estable de esta etapa cronológico-cultural.

Por otra parte, continúan utilizándose los túmulos como estructuras funerarias, así como la construcción de los denominados cromlechs. Este tipo de edificaciones, se asocian a un hábitat menos estable, evidenciado sobre todo en zonas de montaña -y por tanto en parte del territorio alavés, en Guipúzcoa y Vizcaya- y acercan más este territorio a las características que se manifiestan en el mundo cultural del norte de los Pirineos.

Finalmente, en muchos de los poblados del territorio, sobre todo en los de la zona más meridional, al ser donde se ha investigado más y donde hay un mayor número de localizaciones arqueológicas de este tipo, se registra el fenó-

meno de las inhumaciones infantiles.

Se manifiesta por tanto durante la Edad del Hierro en el territorio en estudio, una pluralidad en los ritos funerarios, que evidencia el complejo mundo espiritual de estas gentes.

El retorno parcial al ritual inhumador de la cultura hallstättica del Hierro I y del período inicial de la de La Tène del Hierro II, que se evidencia en Centroeuropa, no incidirá prácticamente en la Península, aunque quizás sí el retorno a la utilización de estructuras tumulares. Además, estas culturas apenas incidirán al Sur de los Pirineos, evidenciándose solamente algunos aportes de cultura material. De esta forma, la Península -y con ella el País Vasco-, manifestará una evolución propia, prácticamente al margen de los influjos centroeuropeos.

De esta forma, analizaremos a continuación, las manifestaciones arqueológicamente constatadas del fenómeno funerario en el País Vasco, durante el período cultural de la Edad del Hierro.

LAS NECRÓPOLIS

Constituyen la manifestación por excelencia del fenómeno funerario durante la Protohistoria peninsular, y es en ellas donde se desarrollan plenamente los cambios rituales vinculados a la extensión del nuevo rito de la incineración.

Estas necrópolis siguen en líneas generales, el modelo de los denominados Campos de Urnas, ya que constituyen superficies extensas, en las que se entierran los depósitos funerarios al interior de agujeros excavados en el suelo, con o sin una preparación estructural interna, depositándose en su interior, los restos cremados del individuo, contenidos o no en urnas de cerámica, así como -en su caso- los correspondientes elementos de ajuar personal y/o de ofrenda funeraria. Dentro de estas pautas generales, existen lógicamente muy variadas manifestaciones rituales, constatables tanto en las propias estructuras funerarias, que pueden estar o no señalizadas al exterior con superestructuras de piedra (por ejemplo, con cubiertas tumulares), o con estelas; y pueden contar o no con estructuras internas dentro de las fosas de deposición (por ejemplo cistas de piedra); como en los mismos elementos materiales con los que se acompañaba a los restos cremados del individuo enterrado (presencia o no de urna funeraria, de ajuar o de ofrendas). Estas variaciones, debieron responder no sólo a las diferentes corrientes culturales constatables en la Protohistoria peninsular, sino también -lógicamente- a diferencias en las creencias religiosas en torno a la muerte, que se materializaron en diferencias dentro del ritual de enterramiento.

En el País Vasco, la única necrópolis de este tipo que se conoce por el

momento, es la correspondiente al poblado de La Hoya (Laguardia, Alava) (figura 1). De cualquier forma, evidencia la participación de al menos la parte meridional del País, en el ámbito cultural de un territorio más amplio, abierto a influencias de diversa índole, que unidas a la propia evolución de cada pueblo, fueron generando las distintas etapas culturales que se pueden distinguir en el mismo durante su desarrollo protohistórico. Este yacimiento, evidencia este hecho de una forma plena, puesto que en él se registra la presencia de elementos culturalmente adscritos a diferentes áreas del territorio peninsular.

La necrópolis de La Hoya, fue descubierta en el año 1986, como consecuencia de un cambio en el cultivo de una finca situada próxima al poblado del mismo nombre, el cual venía siendo excavado sistemáticamente desde 1972, por el equipo dirigido por D. Armando Llanos. Tras el descubrimiento de esta necrópolis, fueron desarrolladas en ella un total de 3 campañas de excavación de 1987 a 1989, bajo la dirección adjunta de quien suscribe.

La necrópolis, se ubica en un terreno llano, unos 600 m. al NW. de su poblado, junto a un antiguo camino que bordeaba el poblado y que se dirigía -a través de la Sierra de Cantabria- a la Llanada alavesa, y próxima también a un curso de agua actualmente canalizado. Ocupa una banda longitudinal de unos 80 x 6 m. en sentido N.-S., con una extensión por tanto de unos 480 m², de los que se han excavado unos 370 m².

Presenta un único nivel estratigráfico, correspondiente a su vez a uno de los grandes períodos de ocupación del poblado. Éste, presenta un hábitat continuado al menos desde un Bronce Final, hasta el siglo III a.C. aproximadamente. La necrópolis correspondería al momento de mayor desarrollo del mismo, en el que se evidencia un planificado desarrollo urbanístico, la presencia de una potente agricultura y de intercambios comerciales, así como el amplio desarrollo de la metalurgia del hierro. Este período de poblado, vinculado culturalmente a la celtiberización de la zona, se ubicaría cronológicamente, en torno a mediados del s. V- mediados del s. V a.C. La necrópolis localizada, correspondería con bastante seguridad a esta fase de este poblado, ya que no sólo son coincidentes las dataciones obtenidas por radiocarbono, sino que además, se localizaron en ambos yacimientos una serie de elementos materiales, de carácter excepcional, y prácticamente idénticos en uno y otro caso. De cualquier forma, por el volumen de depósitos funerarios localizados, hay que señalar que se trataría únicamente de una parte de lo que debió ser la necrópolis del poblado en este período.

Se trata de una necrópolis de incineración, de la II^a Edad del Hierro, que se vió bastante afectada postdeposicionalmente por las labores de desfonde producidas con la plantación del viñedo que ocasionó su descubrimiento. Los depósitos funerarios, se colocaron de forma subyacente, al interior de cistas

cuadrangulares de piedra, de pequeñas dimensiones -en torno a 1 m²., constituidas en base a losas de arenisca colocadas verticalmente. Exteriormente, estarían señalizadas por estelas de piedra, de las que se han encontrado fragmentos con decoración astral. En su interior, se depositaron -en ocasiones-, unos escasos restos cremados del individuo, no contenidos en urnas cerámicas. Los elementos cerámicos que aparecían (sea representados intencionalmente con un fragmento, o con un recipiente completo), constituían un elemento más de la ofrenda funeraria, y no un elemento contenedor. El ajuar representado en estos depósitos, era excepcionalmente rico en todos los casos, constituido -casi en su totalidad-, por piezas metálicas, en su mayoría elementos de tipo armamentístico. Nos encontramos, por tanto, ante los característicos ajuares de guerrero, que constituyen más del 95% de los depósitos funerarios identificados en esta necrópolis, porcentaje totalmente excepcional comparado con lo que ocurre con otras necrópolis de este tipo. Ahora bien, en este sentido habría de tenerse en cuenta que probablemente se trata de sólo parte de los lugares de enterramiento del poblado en la fase correspondiente, no habiéndose localizado aún por tanto, las necrópolis correspondientes a otro tipo de individuos. De hecho, se han podido identificar como tales unos 54 depósitos funerarios, aunque habría alguno más (hay que tener en cuenta que parte de ellos estaban alterados postdeposicionalmente, por lo que se ha contabilizado el nº mínimo de ellos). Entre los elementos de ajuar más característicos, destacarían los metálicos, entre los que podríamos distinguir, los de tipo armamentístico, como: las lanzas (con sus variadas tipologías), los regatones, los puñales con sus vainas (entre los que destacarían los tipos de Monte Bernorio, así como los de empuñadura en espiga o en frontón y vainas de cañas), tahalíes (también a su vez con una amplia gama tipológica), umbos de escudo (de cúpula y de Monte Bernorio), arreos de caballo, y en menor medida, cuchillos y navajas. Como elementos metálicos no armamentísticos tendríamos: fíbulas (representando una amplia gama tipológica con piezas de torrecilla, de disco, laténicas y zoomorfas especialmente), pulseras, botones de travesaño, campanillas, pinzas, *sympula*, colgantes (entre los que destaca uno antropomorfo), espiraliformes, torques. Ya en muy menor medida, se registraba la presencia de fragmentos cerámicos de producción modelada o torneada de tipo celtibérico, depositados intencionalmente como tales; así como recipientes completos en este último tipo de producción. Destaca también la aparición de un pie votivo en arcilla decantada, con representación de la sandalia. En piedra se recogieron bolas, además de los mencionados restos de estelas con representaciones de tipo astral. Entre el ajuar, destacaremos como elemento excepcional, un objeto hemisférico realizado en chapa de bronce, con tapa remachada, decorado con gallones -recubiertos de una lámina de asta quemada-, y rematado en dos cabezas de caballo, que nosotros interpretamos como un

cetro.

El número de piezas por depósito, era muy variable, si bien la asociación más repetida era la de puñal, tahalí, lanza, umbo y fíbula.

Vemos por tanto, el predominio de los elementos en hierro, los cuales presentaban en ocasiones complejas decoraciones geométricas, destinadas sobre todo a las vainas y tahalíes; realizadas bien mediante repujado en la propia chapa de hierro, bien mediante aplicaciones de bronce en láminas o tiras, también con repujados, o bien por medio de la técnica del nielado en plata o en bronce. En este último metal, se realizaban objetos menores como fíbulas, pinzas, pulseras, *sympula*, etc.

Se observaban variaciones de ritual en el tratamiento sufrido por los diversos elementos componentes del depósito funerario. Así, se evidenciaba cómo algunos elementos armamentísticos aparecían inutilizados al haber sido doblados, recogiendo un hecho habitual en necrópolis de esta época, y que se interpreta como una práctica destinada a impedir el uso de estos elementos de uso personal por parte de otras personas. Ahora bien, esto no ocurre en todos los casos, por lo que la variación ritual que se constata es difícilmente interpretable. También se observa el hecho de que en tanto unas piezas muestran un alto grado de cremación por haber sido sometidas directamente al fuego, de manera que están totalmente deformadas; otras en cambio están intactas, sin huella alguna de cremación. Como en el caso anterior, esto supone un diferente tratamiento ritual, que debía estar en relación con determinadas creencias, que desde la actualidad, son difícilmente interpretables.

Nos encontramos por tanto con un yacimiento en la parte meridional del País Vasco, como único representante del mundo de las necrópolis de incineración de la Edad del Hierro. Evidencia, de cualquier manera, la riqueza de contactos culturales que existió en la zona, de forma que participa plenamente de la celtiberización de la Meseta, presenta elementos propios del ámbito cultural de Monte Bernorio, así como elementos latènicos de realización hispánica, principalmente.

EL FENÓMENO TUMULAR Y LOS CROMLECHS

El País Vasco, constituye una zona con una gran tradición tumular, cuyos primeros testimonios datan de mediados del III^{er}. milenio a.C., manteniéndose durante todo el Eneolítico-Bronce y participando de la corriente incineradora propia del Bronce Final y la Edad del Hierro. Son muy numerosos sobre todo en la parte meridional del territorio, habiéndose localizado un total de 154 en Alava, y 19 en Guipúzcoa y Vizcaya. Los cromlech, cuya aparición parece

eneolítica, perdurarán también hasta la Edad del Hierro. Inversamente al caso de los túmulos, se trata de estructuras presentes en su mayor parte, en el área nor-septentrional del territorio, esto es, en Guipúzcoa, con un total de 79 localizaciones, frente a las 9 de Alava y Vizcaya.

Tradicionalmente, se han relacionado este tipo de estructuras de carácter funerario, con poblaciones de carácter no estable, y con emplazamientos pastoriles.

Los túmulos en general, presentan una estructura externa de cubrición, que delimita una construcción hemisférica bien definida, en cuyo interior se suele delimitar una zona de depósito que puede ser de cista o no. Por su parte los cromlech, constituyen círculos de piedra, con una estructura central o no de depósito.

En general se trata de construcciones con restos muy escasos, que dificultan enormemente la atribución cronológica de los mismos, así como su interpretación como estructuras de tipo funerario. En ocasiones se evidencia en ellos la deposición de ceniza y huesos quemados, a veces junto a material arqueológico muy poco significativo, básicamente cerámico y lítico. Sin embargo en algunos sólo es posible documentar su estructuración antrópica, al carecer de evidencia arqueológica adicional alguna.

Dentro de este complejo mundo de las estructuras tumulares, y de su significación como fenómeno funerario, podemos señalar aquí el reciente descubrimiento de un campo tumular, en un poblado de la Edad del Hierro, situado en territorio alavés. Se trata del castro de Carasta (Caicedo Sopena) (figura 1), en el que se registra una ocupación continuada desde el Bronce Final, hasta época altoimperial romana. En esta última etapa, en la cual se registra una menor extensión del área ocupada del poblado, se construye dicho campo tumular. Actualmente, se encuentra en proceso de excavación una de estas estructuras, bajo la dirección de la que suscribe. Aunque aún se encuentra en proceso de estudio, queremos señalar aquí la importancia de este hallazgo, por el hecho de que supone que en plena época altoimperial, en concreto hacia la 2ª mitad del s. I d.C., existen poblaciones indígenas que continúan habitando un emplazamiento -en el que llevaban viviendo siglos-, de carácter totalmente estratégico y defensivo; con la construcción de estructuras que serían la manifestación de sus creencias religiosas; y ello a pesar de mantener contactos con el mundo romanizador, como se evidencia en la presencia de elementos de cultura material propiamente romana, obtenidos posiblemente por intercambio comercial.

El túmulo excavado por nosotros, con un \varnothing mayor de 5,40 m., y un \varnothing menor de 5 m. (ampliado por una estructura de contención en su parte Sur de 3,40 m.) -siendo de tamaño pequeño respecto a otros del yacimiento-; evidencia una construcción compleja, con una definición clara del peristalito, mediante

piedras hincadas verticalmente en su perímetro, y ligeramente basculadas hacia el interior, y con un relleno de capas de lajas de piedras imbricadas de plano. En su interior, se localizó una estructura interna, constituida por una serie de muros bien aparejados, que definían recintos muy estrechos y alargados (de unos 2 x 0,60 m.). Estos recintos, presentaban un alto contenido en evidencias arqueológicas, sobre todo cerámicas, con algún elemento metálico (pulsera, hebilla en omega, en bronce; cuchillos en hierro), y restos óseos cremados. Aunque aún es pronto para certificar la naturaleza funeraria de la estructura (a la espera de los oportunos análisis), lo que está clara es la intencionalidad ritual de la misma, lo que demostraría el mantenimiento de formulaciones creenciales indígenas, cuando ya se habían iniciado claramente los contactos con el mundo romanizador.

LOS ENTERRAMIENTOS INFANTILES

Conviviendo, en el ámbito peninsular, con la generalización del ritual funerario de la incineración, y del enterramiento individualizado en necrópolis, próximas -pero exteriores- a poblados de carácter estable; durante el Bronce Final-Edad del Hierro y residualmente en época romana, se evidencia la presencia de otro ritual también funerario, totalmente diferente del anterior, aplicado exclusivamente sobre individuos infantiles, y consistente en la inhumación individualizada de éstos al interior de dichos poblados. Se registra por tanto, cómo sobre una población concreta, la infantil, se aplica un rito diferenciador tanto en el tratamiento del cadáver (que es inhumado sin incinerar), como en la ubicación de su lugar de enterramiento (en relación a lugares de habitación y no en necrópolis). Desconocemos si era un “tratamiento” aplicado a todos los individuos infantiles que morían en el seno de estos grupos humanos, ya que al practicarse la incineración a los depositados en necrópolis, y al no ser posible en todos los casos la extracción de datos antropológicos de los restos localizados en las mismas, no se puede certificar el hecho de que todos los infantiles fueran sometidos al mismo ritual diferenciador.

Los enterramientos diferenciados de individuos infantiles, constituyen un hecho arqueológico ampliamente extendido temporal y espacialmente; constatado ya entre las poblaciones indoeuropeas de Centroeuropa en época prehistórica; así como entre los pueblos del ámbito mediterráneo del I^{er}. milenio a.C., perdurando en algunos casos hasta época romana. En este amplio marco, el fenómeno en cuestión respondería a diferentes mentalidades y creencias espirituales.

Así, en el mundo semítico por ejemplo, se constata arqueológicamente, la existencia de lugares reservados al enterramiento de individuos infantiles inci-

nerados. Estos lugares, denominados tofets, se relacionan con la práctica de sacrificios rituales; y convivirían con la existencia de necrópolis de inhumación en las que junto a los adultos, también se enterraban niños muertos de forma natural. Aunque no hay total acuerdo historiográfico sobre el hecho de que los tofets correspondan a una práctica de tipo sacrificial, lo cierto es que las fuentes nos aportan informaciones sobre la práctica de sacrificios infantiles entre las poblaciones de origen semita, como forma profiláctica de obtener el favor de los dioses.

En el mundo griego, sin embargo, el fenómeno presenta una manifestación ritual diferente, que respondería a una mentalidad también distinta. De este modo, se evidencia en él la existencia de inhumaciones infantiles al interior de viviendas, coexistiendo con las producidas en necrópolis propiamente dichas. Las ideas y creencias que provocaron entre los griegos el tratamiento funerario diferencial sobre los niños, es muy diferente al existente entre los semitas. Las fuentes nos informan de la creencia griega según la cual el fuego doméstico simbolizaba la vida colectiva del clan y por tanto, enterrando en la vivienda, se preservaba la unidad familiar y se favorecía el retorno del niño muerto al seno materno, posibilitando así su renacimiento.

Se observa por tanto como entre las poblaciones mediterráneas del I^{er} milenio a.C. se aplica un ritual funerario de carácter diferencial sobre al menos parte de sus individuos infantiles fallecidos (por causas naturales o sacrificiales), que es muy diferente tanto conceptualmente, como en el propio ritual de tratamiento del cadáver (incineración en un caso e inhumación en el otro) y de la ubicación del enterramiento (en tofets en un caso, y al interior de las viviendas en otro).

El origen del fenómeno funerario que se manifiesta en el ámbito peninsular desde el Bronce Final, y durante toda la Edad del Hierro, con una perduración ya más residual en época romana; relativo al tratamiento diferencial de al menos parte de la población infantil que moría, es muy probablemente indoeuropeo, de forma que habría más semejanza conceptual con el mundo griego -de origen también indoeuropeo-, y diferente por tanto del que se evidencia entre las poblaciones semíticas. Manifiesta en cualquier caso, un complejo mundo de creencias cuya significación se nos escapa; pero a las que se ofrecen hipótesis interpretativas, en las que no hay acuerdo entre los investigadores.

Para unos se trata de enterramientos reservados a los individuos infantiles del colectivo, muertos por causas naturales. Su enterramiento al interior de los poblados, se explicaría dentro del concepto profiláctico visto en el mundo griego, según el cual el individuo permanecía en el ámbito familiar, y así se le posibilitaba el retorno al seno materno, por lo cual su cuerpo no sería destruido por el fuego. Otra explicación, apuntaría a la posibilidad de que el fenómeno responda al hecho de que se tratara de individuos que aún no habían llegado a ser miembros

de pleno derecho dentro de su grupo humano, por lo cual no eran enterrados junto a los demás. De hecho, las inhumaciones infantiles, en la mayor parte de los casos, no presentan ajuar ni ofrendas, formando parte del depósito funerario, como si el individuo enterrado no hubiera vivido lo suficiente para ser poseedor de elementos personales.

Para otros, se trata de sacrificios humanos, realizados con una finalidad profiláctica hacia la vivienda que se crea o se renueva. La aparición en muchos poblados, de depósitos rituales -especialmente de ovi-cápridos-, que sí parecen responder a dicha finalidad, sirve de argumento para confirmar esta hipótesis, ya que presentan una estructura de deposición similar a la registrada en los enterramientos infantiles, y así, son interpretados como víctimas sustitutorias.

Estas serían a grandes rasgos, las dos grandes líneas interpretativas del fenómeno en cuestión. A nuestro juicio, hoy por hoy, y con los datos que disponemos, consideramos de mayor peso la primera de las hipótesis, por una serie de razones, entre las que podemos señalar que:

— La mayor parte de los individuos, rondan edades perinatales, con lo cual es lógico suponer el fuerte riesgo de muerte natural que debía suponer el parto.

— No se aprecian huellas de muerte violenta en los restos óseos de los individuos que han llegado hasta nosotros; aunque también es cierto que una muerte de este tipo no tendría por qué dejar necesariamente su señal en los huesos.

— En ocasiones aparece una superabundancia de individuos en lugares que son claramente viviendas (al margen de los enterrados en ambientes necroláticos al interior de los propios poblados), con lo cual no sería lógico relacionarlos con sacrificios, ya que en esos casos serían masivos.

De esta forma, el enterramiento de individuos infantiles al interior de los poblados, es un fenómeno de compleja interpretación, pero que es significativo del complejo mundo espiritual de estas gentes. A nivel global, el rito presenta variantes, de forma que se pueden establecer tipos: enterramiento primario o secundario; en urna o en fosa sin urna; simples o múltiples; con o sin ajuar, y/ o con o sin ofrendas funerarias; dentro de unidades de habitación propiamente dichas, o en recintos de carácter necrolático al interior de los poblados, o en lugares de paso también dentro de los poblados. De cualquier forma, se constata cómo la inhumación se realiza normalmente junto a los paramentos de los recintos que contienen estos enterramientos, y bajo el pavimento de los mismos.

En el marco cronológico-cultural y territorial que nos ocupa, se constata también una fuerte presencia de este fenómeno, en concreto en su parte meridional, ya desde el Bronce Final. Así en el territorio alavés, que es en el que existe un mayor número de yacimientos localizados y excavados, y en el que

está más avanzada la investigación de este período, se ha podido registrar la aparición de enterramientos infantiles de inhumación al interior de los poblados, entre los que se podrían destacar los de La Hoya (Laguardia) -en sus niveles del Bronce Final, Hierro I y Hierro II-; y Atxa (Vitoria-Gasteiz) -en su nivel de la IIª Edad del Hierro- (figura 1); al ser los más extensamente excavados (el primero bajo la dirección de D. Armando Llanos, y el segundo bajo la de D. Eliseo Gil Zubillaga), y los que han proporcionado por tanto, un mayor número de evidencias de este tipo. Así, en La Hoya, poblado de unas 4 Ha. de extensión, de las que se ha excavado una cuarta parte, se localizaron un total de 256 individuos infantiles inhumados al interior del mismo; y en Atxa, del que se excavaron unos 830 m². un total de 49. Vemos por tanto cómo se registra un alto índice de restos localizados en proporción a las superficies excavadas de cada uno de los poblados, lo cual permite una valoración amplia del fenómeno, en la zona en estudio.

Los individuos infantiles localizados en estos yacimientos alaveses, corresponden en su mayor parte a lo que se denomina fetos a término o neonatos. Así, en el caso de Atxa, donde ya se ha llevado a cabo el estudio completo de los mismos (por D.Francisco Etxebarria y Dña. Mª Lourdes Herrasti, de la Sociedad de Ciencias Aranzadi), nos encontramos con 38 fetos a término o neonatos, 9 nacidos entre 1 a 10 meses de vida, y 2 individuos que llegaron a la edad de 2 años (lo cual es excepcional).

Son inhumados en la mayor parte de los casos, en posición fetal; sin ajuar u ofrenda funeraria, excepto en algún depósito correspondiente precisamente a individuos de mayor edad, en los que el cadáver se acompañaba de algún objeto que pudiera corresponder al ajuar personal del individuo, como por ejemplo una pequeña grapa de bronce en el caso de uno de los niños de 2 años del yacimiento de Atxa, o las pulseras de bronce que aparecen con alguno de los enterramientos de La Hoya; y también se registran casos de ofrendas funerarias, como por ejemplo la deposición de un pequeño recipiente cerámico con una lapa en su interior, en algunas de las inhumaciones infantiles de La Hoya.

Se trata en todos los casos de inhumaciones primarias, ya que cuando los restos localizados están incompletos y/o no conservan la conexión anatómica de sus partes esqueléticas, se debe a alteraciones y remociones postdeposicionales. Esto es muy evidente en el yacimiento de Atxa, debido a la instalación -mucho tiempo después del abandono del poblado- de un campamento militar romano en época flavia, que ocasionó dichas alteraciones y remociones parciales del nivel inferior, al instalar la cimentación de sus propias estructuras.

No se documenta en todo el territorio, la inhumación de los restos al interior de urnas, sino que el depósito funerario se realiza al interior de fosas, situadas normalmente próximas a los muros de los recintos que los contienen,

y bajo el pavimento de los mismos. No se observa en general, preparación alguna de los enterramientos, sino que se trata simplemente de la excavación de un pequeño agujero en el suelo de la habitación, perforando el pavimento de la misma, y volviéndolo a restituir tras efectuar el enterramiento. En el caso de Atxa, al estar el poblado instalado directamente sobre la roca base del terreno, y al poseer estructuras excavadas en la roca, se ha detectado en ocasiones, la excavación de un pequeño agujero en ésta (una marga arcillosa muy fácilmente trabajable), para la instalación del cadáver.

Se trata de enterramientos individuales. En ocasiones, al interior de una misma vivienda, se localizan varias inhumaciones. Así por ejemplo, en el caso de Atxa, en el denominado fondo de cabaña nº 4, se registraron un total de 13 individuos en un recinto de unos 38 m². No los consideramos en ningún caso como depósitos múltiples, puesto que se evidencia un tratamiento individualizado de cada uno, que de hecho, ocasionó a veces la remoción de un enterramiento anterior por otro nuevo, probablemente porque se había olvidado el lugar concreto de deposición del mismo. De hecho no se ha localizado -por el momento- evidencia alguna que apuntara a la posibilidad de que se tratara de enterramientos señalizados al exterior.

Vemos por tanto, cómo el fenómeno de los enterramientos infantiles en poblados, está bien representado en el territorio que nos ocupa, mostrando nuevamente su participación en un ámbito cultural más amplio.

Con la presente comunicación, esperamos haber ofrecido una visión global de las manifestaciones del fenómeno funerario que se registran durante la Protohistoria en el territorio ocupado por el actual País Vasco, esperando que en un futuro, nuevos hallazgos permitan completar un panorama que se muestra variado y complejo con los testimonios actualmente conocidos.

BIBLIOGRAFIA

- AUDIN, A. (1960): Inhumation et incinération. En *Latomus* XIX, págs. 315-316.
- AUDIN, A. (1961): Inhumation et incinération. En *Latomus* XX, págs. 518-532.
- BARRIAL, O. (1989): El paradigma de les inhumacions infantils, i la necessitat d'un nou enfocament teoric. En *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología castellonenses*, 14. Ed. Diputación Provincial de Castellón de La Plana, Castellón de La Plana, págs. 9-17.
- CORZO, R. (1989): Los sacrificios infantiles en Cádiz. En *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología castellonenses*, 14. Ed. Diputación Provincial de Castellón de La Plana, Castellón de La Plana, págs. 239-246.
- FILLOY, I. (1990): Tahalíes y otros elementos de anclaje en la necrópolis celtibérica de La Hoya (Laguardía-Alava). En *Necrópolis celtibéricas. II Simposio sobre los celtíberos*, ed. Institución Fernando el Católico, Zaragoza, págs. 241-246.

- FILLOY, I. (1991): El castro de Carasta. En *Revista de Arqueología*, nº 122. Ed. Zugarto ediciones, Madrid, págs.40-43
- FILLOY, I. (1992): Avance al estudio del fenómeno funerario en el mundo de las necrópolis durante la Edad del Hierro en el Alto/Medio Valle del Ebro. Los casos alavés y navarro. En *Príncipe de Viana. Segundo Congreso General de Historia de Navarra*, anejo 14, añoLIII, ed. Institución Príncipe de Viana, Pamplona, págs. 67-73.
- FILLOY, I. (en prensa): Temas iconográficos en las estelas funerarias de la IIª Edad del Hierro en Alava: representaciones astrales, animales y humanas. En *IV Congreso Internacional sobre el Estela Funeraria*, 1991. Organizado por Eusko Ikaskuntza, San Sebastián.
- FILLOY, I./GIL, E. (1990): Las fíbulas de la necrópolis celtibérica de La Hoya (Laguardia-Alava). En *Necrópolis celtibéricas. II Simposio sobre los celtíberos*, ed. Institución Fernando el Católico, Zaragoza, págs. 267-271.
- FILLOY, I./GIL, E. et alii (1992): *Atxa. Poblado indígena y campamento militar romano*. ed. Diputación Foral de Alava, Vitoria-Gasteiz.
- GALILEA, F. (1980): Catálogo de túmulos y campos tumulares en Euskalerrria. Su análisis. En *Kobie* 10, II, Bilbao, págs. 421-448.
- GARCIA-SOTO, E. (1990): Las necrópolis de la Edad del Hierro en el alto valle del Duero. En *Necrópolis celtibéricas. II Simposio sobre los celtíberos*, ed. Institución Fernando el Católico, Zaragoza, págs. 13-38.
- GISBERT, J.A./SENTI, M. (1989): Enterramientos infantiles fundacionales en el edificio Horreum y edificio occidental, del yacimiento romano de Dianium (Denia, Alicante). En *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología castellonenses*, 14. Ed. Diputación Provincial de Castellón de La Plana, Castellón de La Plana, págs. 95-126.
- GRACIA, F./MUNILLA, G./MERCADAL, O./CAMPILLO, D. (1989): Enterramientos infantiles en el poblado ibérico de La Moleta del Remei (Alcanar, Montsia). En *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología castellonenses*, 14. Ed. Diputación Provincial de Castellón de La Plana, Castellón de La Plana, págs. 133-159.
- GUERRERO, V.M. (1989): Posibles sacrificios infantiles en la cultura talayótica de Mallorca. En *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología castellonenses*, 14. Ed. Diputación Provincial de Castellón de La Plana, Castellón de La Plana, págs. 191-209.
- GUSI, F. (1970): Enterramientos infantiles ibéricos en viviendas. En *Pyrenae* 6, Barcelona, págs. 65-70.
- GUSI, F. (1989): Posibles recintos necroláticos infantiles ibéricos en Castellón. En *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología castellonenses*, 14. Ed. Diputación Provincial de Castellón de La Plana, Castellón de La Plana, págs.19-42.
- LLANOS, A. (1990): Necrópolis del Alto Ebro. En *Necrópolis celtibéricas. II Simposio sobre los celtíberos*, ed. Institución Fernando el Católico, Zaragoza, págs.137-147.
- RAMOS, R. (1989): Sobre cierto tipo de enterramientos infantiles ibéricos. En *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología castellonenses*, 14. Ed. Diputación Provincial de Castellón de La Plana, Castellón de La Plana, págs. 127-132.

Est. I



Fig. 1

POBLADOS DE LA EDAD DEL HIERRO EN LA SIERRA DE HUELVA. ORIGENES E INFLUENCIAS EN LA FORMACION DE LA BAETURIA

por

Juan Aurelio Pérez Macías *

Resumen: Se presentan tres yacimientos de la Edad del Hierro en la vega de la rivera del Chança (Guadiana), relacionándolos con las poblaciones ya conocidas de esta época en Portugal y Extremadura española.

A partir de los datos publicados del poblado de Castañuelo (Aracena, Huelva), se ensayará un modelo de desarrollo para estas poblaciones de la Edad del Hierro en el Sudoeste, indiendo en las migraciones que dieron origen a la Baeturia y las influencias que contribuyeron a su definición cultural.

Palabras-clave: Sudoeste. Baeturia. Cultura.

La investigación de la Edad del Hierro en el norte de la Provincia de Huelva está unida casi en sus comienzos al contenido de las informaciones de Strabón (García Bellido, 1986) y Plinio (García Bellido, 1982) sobre el asentamiento de poblaciones de etnia céltica que, al ocupar el reborde montañoso de la margen derecha del río Guadalquivir y extendiéndose hasta la orilla del río Guadiana, definieron una región mesopotámica denominada en las fuentes clásicas como Baeturia Céltica (García Iglesias, 1971).

Los testimonios arqueológicos de estas culturas tardaron en llegar debido al olvido sistemático de esta zona en los proyectos de investigación y a la fuerte atracción que ejercieron desde siempre en la provincia de Huelva otros fenómenos culturales más conocidos, en especial la implantación megalítica y los espectaculares ajuares de las poblaciones del Bronce Final, muy en boga desde el descubrimiento fortuito del Depósito de la Ría de Huelva (Almagro Basch, 1975) y las primeras excavaciones en los cabezos de Huelva.

* Conjunto Monumental de Niebla.

Por ello, mientras se iba descubriendo en la Tierra Llana el origen y desarrollo de la cultura turdetana, continuadora y deudora del impacto orientalizante sobre las poblaciones tartésicas, se continuaba considerando la zona montañosa de la provincia como una realidad distinta, con una cultura rural de economía ganadera y escaso desarrollo urbano, tal como podría deducirse del estudio de las fuentes, que sólo citan a la ciudad de Arucci-Turobriga.

Las investigaciones en el sur de Badajoz y en la región alentejana tampoco habían brindado ningún hallazgo relevante que permitiera definir con claridad el carácter céltico de estas poblaciones y sus diferencias o sintonías con el mundo turdetano de las zonas costeras.

Influidos quizá de las descripciones de las fuentes, algunos autores parecían ver “célticos” allí donde una mínima apoyatura de la cultura material podía dar su refrendo arqueológico. Así ocurrió con algunos objetos de influencia atlántica de la Ría de Huelva, considerados como la prueba de la presencia de poblaciones indoeuropeas en la zona del estuario de los ríos Tinto y Odiel, que simbolizarían la dualidad cultural de Tartessos, definido desde la época de A. Schulten como la simbiosis de elementos mediterráneos e indoeuropeos. Otro caso particularmente importante en la búsqueda de estas poblaciones surgió a raíz de las excavaciones en el yacimiento metalúrgico de Cerro Salomón en las minas de Riotinto. La abundancia por primera vez de cerámicas a mano digitadas en contextos de Bronce Final Orientalizante, supuestamente emparentadas con las cerámicas digitadas de la Edad del Hierro de la Meseta, dio pie a la propuesta sobre las poblaciones “célticas” en las minas, donde llegarían atraídas por la riqueza minera y el auge de la producción que se había provocado como consecuencia de la demanda fenicio-mediterránea (Blanco, Luzón y Ruiz, 1975).

Con el tiempo, estas valoraciones han ido perdiendo peso, sobre todo a partir de la localización de hábitats y necrópolis de la Segunda Edad del Hierro en todo el Suroeste Peninsular. Sin embargo, la categoría cultural de fenómeno tartésico y una innoble repugnancia hacia el término “céltico”, ha motivado que, cuando ya estaba suficientemente individualizada esta cultura, incluso se apellidaran como turdetanos a algunos de estos yacimientos (Fernández y Rufete, 1986).

Son ya muchos los yacimientos documentados, aunque algunos, desgraciadamente, no estén del todo publicados. Por su importancia pueden destacarse los de Garvão (Beirão *et alii*, 1985), Mirobriga (Soares y Tavares, 1979), Serpa (Monge y Rodríguez, 1992) y Segovia (Judice Gamito, 1981) en Portugal; Capote (Berrocal Rangel, 1988), Ermita de Belén (Rodríguez Díaz, 1991) y Cantamento de Pepina (Berrocal Rangel, 1990) en la provincia Badajoz; y Castañuelo (Del Amo, 1978) y Pasada del Abad (Pérez Macías, 1987) en la de Huelva.

Pero, no nos interesa en este trabajo una definición correcta de estas

poblaciones. La oportunidad que he tenido de estudiar algunos materiales de Castañuelo en el Museo Provincial de Huelva y la localización de algunos yacimientos más en la zona de los Picos de Aroche, emparentados pero diferentes, me han ofrecido los datos necesarios para ofrecer una propuesta cronológica sobre la formación de esta cultura, incidiendo especialmente en el momento de su origen y en las corrientes de influencia. Este será el tema principal de este trabajo, que se centrará exclusivamente en yacimientos de la provincia de Huelva, en concreto el de Castañuelo en Aracena, Pasada del Abad en Rosal de la Frontera, Cerro de la Mucla y Praditos en Aroche.

1. CASTAÑUELO (ARACENA)

El yacimiento arqueológico de Castañuelo está compuesto por dos asentamientos superpuestos, un hábitat de la Edad del Bronce con sus correspondientes necrópolis de la mitad del segundo milenio a.C. y un poblado de la Edad del Hierro que será motivo de nuestra descripción.

Era un yacimiento conocido ya en la bibliografía arqueológica de la provincia de Huelva. En 1952, después de la aparición de un botón de oro, los vecinos de la aldea de Castañuelo, término municipal de Aracena, realizaron algunas excavaciones clandestinas destinadas a la búsqueda de objetos de oro. Ante estas circunstancias, los comisarios de excavaciones arqueológicas de las provincias de Huelva y Sevilla, D. Carlos Cerdán y D. Antonio Collantes de Terán, practicaron una serie de zanjas en cuadrícula recuperando algunos objetos metálicos de las tumbas y cerámicas a mano y torno del poblado. En aquellos años sólo se publicaron unas breves notas sobre los materiales recogidos y no se profundizó en la filiación cultural de cada uno de los diferentes materiales arqueológicos (Cerdán, 1953).

La importancia de este yacimiento quedó marcada en los trabajos de campo de Mariano del Amo, entonces director del Museo Provincial de Huelva, quien, después de excavar varios grupos de cistas de la Edad del Bronce, realizó algunas catas en el poblado a la búsqueda del asentamiento de la Edad del Bronce y se encontró con un poblado de la Edad del Hierro prácticamente intacto que fue motivo de una breve publicación posterior (Del Amo, 1978).

Después de estas intervenciones arqueológicas, han sido continuas las expoliaciones en el yacimiento y muchos de sus materiales engruesan hoy varias colecciones particulares de Aracena.

El poblado de Castañuelo se encuentra a escasa distancia de la aldea de Castañuelo. Se sitúa en la parte alta y las laderas de un cerro de 522 metros de altitud en la finca de Los Barrancos. Sus lados norte, sur y oeste, de escarpado

relieve, los rodea el Barranco de Castañuelo, que desaguará después en la Rivera de Huelva. Su acceso desde levante ofrece una suave pendiente.

Dejando a un lado los elementos de la Edad del Bronce, aun poco investigada, la fama le ha llegado al yacimiento por los ajuares de la Edad del Hierro.

Aunque el poblado no ha sido excavado en su totalidad, se ha documentado la planta de ocho habitaciones. De manera general presentan plantas cuadradas o rectangulares. Un dato característico es que los habitáculos se encuentren intercomunicados, con una entrada que se realiza de uno a otro por medio de una puerta. La organización urbana no forma calles a las que se abren las puertas, sino núcleos independientes con una entrada común para las habitaciones. Este peculiar tipo de estructura pudiera traducirse como un modo de organización social donde la familia o el clan plasmara su independencia en un apartado propio dentro del conjunto del poblado. Otro elemento que define a las habitaciones suele ser el hogar, central en unos casos y adosado a los muros en otros. Se construyeron sobre una plancha de arcilla alisada, colocada directamente sobre el piso, o sobre una plataforma de mampostería. Se les circunda siempre con una serie de pequeñas piedras que delimitan sus contornos rectangulares, cuadrados o circulares. Las bancadas formadas por muros interiores recuerdan la cita de Strabón sobre otros pueblos prerromanos comentando que comen sentados sobre bancos contruidos alrededor de las paredes.

La técnica constructiva es muy primitiva. El pavimento de las habitaciones lo forman cantos rodados cubiertos con arcilla apisonada y los muros son de mampostería a base de piedras y barro sin formar hiladas regulares. La techumbre pudo ser un simple ramaje sobre una estructura de madera.

Este sistema de viviendas de plantas angulares se introdujo bien por la propia tradición europea de la población o por la influencia púnica de la costa, con la que se produjeron intercambios como se detallará en este trabajo. Lo más probable es que fuera ya propio de la tradición de las gentes de Castañuelo, como revela la ausencia de la regularidad hipodámica, común a la tradición urbanística mediterránea.

Dentro de las cerámicas de este poblado se observa una dualidad de tecnología; se emplea la fabricación manual y la utilización del torno. Los vasos de tipología púnica son el mejor exponente de las influencias exteriores que determinaron el uso de la rueda de alfarero. La mayor parte de la cerámica está fabricada a mano y sigue modelos y técnicas que nos permiten estudiar el origen de estas poblaciones, que son bajo nuestro punto de vista la primera presencia y asentamiento estable de comunidades "célticas" en el territorio que después se denominaría Baeturia Céltica.

Dentro de la cerámica a mano destacan una serie de recipientes de gran tamaño. Presentan en general dos formas, los de cuerpo piriforme y boca estrecha

y los de carena alta y borde cóncavo, a veces con cordones de incisiones oblicuas a la altura de la carena. Otros vasos con boca abocinada están decorados con pintura de grafito.

Estas cerámicas grafitadas presentan una particular difusión en la Península Ibérica. J. Valiente Malla las considera como típicas del área céltica y las relaciona especialmente con la penetración de los Campos de Urnas. Aparecen en la necrópolis de Augullana en Gerona, en los poblados de la Hoya y Henayo en Alava, Sorba, Torre de Campoabajo y Redal en Logroño, Castejón de Aguedas y Cortes en Navarra, y Azaila, Cabezo de Monleón y San Cristobal de Calaceite en el Bajo Aragón. En la Meseta se han documentado en la provincia de Soria, Sanchorreja en Avila, y Riosalido y Prados Redondos en Guadalajara. Los ejemplares más al sur aparecen en el poblado de Cástulo en Jaén (Valiente Malla, 1982).

En Europa es característica del Macizo Central francés, donde se desarrolló una cultura de pastores que enterraban bajo túmulo que influiría poderosamente en los grupos del Languedoc, desde donde pudo entrar en Cataluña y Valle del Ebro.

Otra serie de vasos a mano son las ollas de cuerpo ovoide y borde exvasado decoradas con collarines digitados. La suspensión puede realizarse mediante asas de pestaña o por serie de mamelones. Sus pastas son siempre bastas, de tonalidades castañas y desgrasantes gruesos perceptibles.

Sus formas se acercan a vasos similares de los Campos de Urnas del Noreste, aunque no está del todo aclarado si fueron introducidas por las poblaciones o adoptadas de la cultura local de la Edad del Bronce. Su extensión se alarga desde Cataluña al Sistema Ibérico y Alava. En algunos yacimientos como Castejón de Aguedas aparece conjuntamente con la cerámica digitada.

La decoración digitada, abundante también en los yacimientos protohistóricos andaluces, se utilizó como principio en el que sustentar la teoría de penetraciones indoeuropeas en el Bajo Guadalquivir. Hoy día esta idea ha perdido vigencia a medida que el panorama de la cultura tartésica se ha ido conociendo con mayor profundidad. La realidad es que es un tipo de decoración diferente, pues se aplica directamente sobre las paredes de los vasos y no sobre cordones. Son corrientes en los yacimientos mineros y metalúrgicos y pudieran representar la extensión de los gustos de las poblaciones del norte peninsular hacia esta zona, con la que debieron existir relaciones comerciales, en especial con los centros de producción y comercio de metales argentíferos.

A pesar de estas evidentes relaciones de parentesco de la población de Castañuelo con las gentes de los Campos de Urnas, resulta muy problemático buscar su origen concreto. Las propias características de la penetración de los Campos de Urnas, que van aculturando tanto en Europa como en la Península

Ibérica a las poblaciones autóctonas, impide por ahora definirlo con mayor precisión, salvo la presencia de elementos comunes. Tal es el caso también de la cerámica acanalada y los morillos, que nos transmiten el mismo ambiente cultural que la cerámica grafitada y la decoración plástica.

La cerámica acanalada de Castañuelo no puede considerarse como la típica de los Campos de Urnas del Noreste y debe señalarse como una reminiscencia tardía de estas cerámicas de los Campos de Urnas del Bajo Aragón y Cataluña. La perduración de esta técnica en momentos posteriores es evidente en la necrópolis de Navazo en Cuenca, donde coexiste con cerámica torno como en Castañuelo (Galván Surnier, 1980).

El morillo aparecido en la excavación de Mariano del Amo es una pieza zoomorfa de barro poco cocido y parece representar la figura de un ave. El centro del cuerpo tiene una perforación transversal que atraviesa la figura y otra longitudinal que lo hace desde la parte posterior a la delantera. Según Mariano del Amo, las reducidas dimensiones de la pieza imposibilitan que tuviera funciones de verdadero morillo y se decide por un carácter votivo (Del Amo, 1978).

Este tipo de objetos son abundantes en el Valle del Ebro durante la Edad del Hierro. El primero apareció en las excavaciones de San Cristobal de Mazaleón. Después se han estudiado los de Roquizal del Rullo, Cortes de Navarra, etc (Maluquer de Motes, 1958). Aparecen casi siempre en relación con la cerámica acanalada. En Cortes de Navarra los tipo zoomórficos aparecen a partir del siglo VI a.C., abandonándose desde entonces su verdadera función por el valor votivo.

Los vasos a torno de tipología local de Castañuelo traslucen formas propias de la Meseta. Tienen las paredes muy gruesas como para estar fabricados a torno rápido, pero las estrías anchas indican la utilización de algún instrumento rotatorio. No ofrecen una simetría perfecta, algunos están combados, etc, y muestran una escasa pericia, propia de poblaciones que están experimentando unas nuevas técnicas alfareras. Sus pastas castañas son diferentes de las cerámicas a torno importadas. Entre sus formas destacan los vasos con asa de cesta, un tipo antiguo en la cerámica a torno de la Meseta y Valle del Ebro, donde se han fechado entre la segunda mitad del s. V y el s. IV a.C.

Otro de los elementos característicos de la Meseta que aparece entre el ajuar de la población de Castañuelo son los colgantes bolsiformes de bronce, que formarían parte de una ajorca como la que se conserva en el Museo Arqueológico de Sevilla. Su difusión se extiende por la Meseta occidental y sus zonas de influencia, Extremadura, Galicia y Andalucía occidental. Maluquer de Motes les asigna una cronología de los siglos V y IV a.C.

Esta cronología de la segunda mitad del siglo V y principios del siglo IV a.C. que nos aportan los materiales autóctonos de la producción local, viene

refrendada por las cerámicas de importación, que marcan desde el punto de vista económico las relaciones comerciales que pudieron modificar en parte o aculturar a los habitantes de Castañuelo. De la misma forma nos obliga a indagar en el interés y productos de este comercio que debió ser estable a juzgar por la abundancia y coherencia de los materiales.

En base a los productos de importación, las relaciones serían intensas con el mundo púnico de la Bahía de Cádiz. De este hecho son fiel exponente las ánforas fenicias, reducidas morfológicamente a dos tipos muy conocidos. La primera de ellas presenta el borde ligeramente engrosado y exvasado, labio plano, hombros curvados que la parte inferior del cuerpo, asas de orejetas de sección circular y cuerpo estrangulado desde donde se abre la panza, que termina en un fondo cónico. Corresponde a la forma Mañá B-4 y su cronología se sitúa a caballo de los siglos V y IV a.C. Un segundo tipo se corresponde al ánfora fenicia del círculo del Estrecho de Gibraltar. Su borde es engrosado, su cuerpo tronco-cónico y carenado con dos asas de orejetas; la parte superior del cuerpo es tronco-cónica y con línea de carena donde el ánfora alcanza su máxima capacidad, que la separa del fondo cónico, más corto que la parte superior del cuerpo, pero de mayor anchura. Este tipo de ánfora ha sido bien estudiada en el área gaditana, donde se inicia su producción en el siglo V a.C. y perdura con ligeras variantes hasta el siglo II a.C. Los ejemplares de Castañuelo se acercan a las formas gaditanas e ibicencas del siglo V a.C.

Estos envases, que contendrían los productos de comercio púnico con Castañuelo (vino, aceite, etc) llegarían acompañados de otras formas menos voluminosas, pero igualmente características. Entre ellas merece destacarse una olla de borde saliente, cuello estrangulado, cuerpo ovoide con asas amorcilladas y fondo con umbo, o el vaso de cuerpo ovoide con fondo en umbo, cuello estrangulado y borde ligeramente saliente.

Unas y otras formas fueron copiadas por los alfareros de Castañuelo en ejemplares a mano, que sólo ofrecen generalmente como novedad formal la transformación del fondo en umbo en un pié indicado de base plana.

A estos vasos de origen púnico debe añadirse un fragmento de borde y pié de una copa griega del tipo denominado de Cástulo por su abundancia en este yacimiento oretano. Su cronología fue estudiada por B. Sheftón (Sheftón, 1982) y les atribuye un origen ático que inicia su producción en pleno siglo V a.C. y se prolonga a los inicios del siglo IV a.C. Se Caracterizan por su robustez y por estar cubiertas de barniz negro, salvo la zona inferior del arranque de las asas y parte del fondo, donde sólo presenta uno o dos círculos de barniz. Su distribución se centra sobre todo en el área levantina y algunos yacimientos del interior en Extremadura y Andalucía occidental, lo que ha sido interpretado como consecuencia de los impedimentos impuestos al comercio griego después

de la batalla de Alalía que le obligaría a extenderse por rutas del interior desde la costa levantina, evitando el paso del Estrecho, cerrado por los cartaginenses a la expansión comercial griega. No obstante, su aparición en minoría dentro del elenco de importación de carácter púnico nos lleva a plantear que su presencia se debe también al comercio púnico, que pudo incluirlas dentro de sus productos por su relación con el vino que iría envasado en las ánforas. Sea cual fuera la ruta comercial, nos parece más oportuno resaltar su cronología de fines del siglo V a.C. y los principios del siglo IV a.C., pues nos permitirán diferenciar cronológicamente a estas poblaciones baeturias de otros asentamientos posteriores de ergología material diferente, pero de ambiente cultural parecido.

Otras cerámicas importadas que vienen a corroborar esta cronología son los vasos de cerámica gris de occidente. Especialmente numerosos son los platos de borde voladizo, con paralelos en la fase III de la necrópolis de Medellín, fechada en el siglo V a. C. (Almagro Gorbea, 1976).

Finalmente, a los estrechos lazos con el comercio púnico se deben relacionar los colgantes amocillados macizos, frecuentes en zonas de influencia cartaginense.

El punto de mayor controversia de este yacimiento se centra no obstante en la contradictoria fecha de Carbono 14 que se recogió en unos de los hogares de las casas y que fecharían el final del poblado a fines del siglo III a.C.. Sin embargo, nuestra opinión es que la fecha de radiocarbono es anómala y no se encuentra refrendada por ningún material arqueológico, que abrumadoramente podría encuadrarse entre la segunda mitad del siglo V y principios del siglo IV a.C. Tanto la cerámica a torno como la cerámica a mano, particularmente la grafitada, el morillo y la acanalada, así como algunos útiles metálicos son exponente de una cultura material que no encaja de ninguna forma a fines del siglo III a.C., cuando la zona estaba ocupada por poblaciones con un ambiente material completamente diferente, tal como vamos a describir a continuación.

Antes de iniciar la descripción de esta nueva población no quisiera dejar pasar la ocasión de remarcar la definición de la población de Castañuelo como la primera migración de gentes de la Meseta a la zona conocida más tarde como Baeturia Céltica. Sus orígenes deben rastrearse en los Campos de Urnas del Noreste a partir de mediados del siglo V a.C. Las causas de estas migraciones deben buscarse en la necesidad de nuevos alicientes económicos, especialmente los minerales, siendo significativa en este sentido la producción argentífera de la población de Castañuelo (Del Amo, 1978), lo que lo convertiría en un punto preferente de comercio púnico-gaditano. Su cultura material se caracterizaba por la preponderancia de cerámica a mano sin decorar; la escasa decoración existente se reduce a la pintura de grafito o a la utilización de collarines digitados.

2. PASADA DEL ABAD (ROSAL DE LA FRONTERA)

Se sitúa este yacimiento en la margen derecha de la Rivera de Chanza (Guadiana), en los Llanos de Aroche, a escasos metros de la ribera del río, del que aprovecha una pronunciada hoz que forma en el lugar conocido como Pasada del Abad para proteger casi la mitad de su perímetro. A esta defensa natural hay que añadir una muralla sencilla con una puerta bastionada en situación opuesta a la línea protegida por el río.

El establecimiento de este asentamiento, sobre la misma vega del Chanza y en la línea de lo que en época romana será la calzada de Hispalis a Pax Iulia, tiene unas coordenadas orográficas en las que se decanta una preferencia por la situación en terrenos llanos, con buenas condiciones para la comunicación y sobre uno de los escasos pasos conocidos de la cabecera del Chanza, en un lugar por tanto de paso obligado.

Los asentamientos de culturas anteriores tienen una preferencia sistemática por los lugares en altura, siempre en relación a algún barranco que le permite un buen acceso a la zona de valle. Esta situación en altura les confiere unas posibilidades naturales de defensa y así en ninguno de ellos se han detectado paramentos de fortificación, que se hacen corrientes durante la Segunda Edad del Hierro, cuando la población se establece en el llano.

Dentro del conjunto del material cerámico de este poblado conviven todavía las piezas torneadas y las de factura manual. Dentro de las segundas predominan dos formas principales, los vasos tronco-cónicos invertidos, entre los que cabe establecer ligeras diferencias atendiendo a la forma de la base, que puede ser maciza, indicada o con solero de anillo; y las ollas de suave perfil en S y pié en anillo, con decoración en la mayor parte de los fragmentos. Esta decoración se desarrolla mayoritariamente sobre la parte superior de la panza; en los fragmentos mejor conservados formando una orla de mamelón a mamelón. Los motivos y las técnicas se repiten con facilidad: impresiones de puntos, impresiones ungulares, incisiones paralelas oblicuas formando una metopa, incisiones en forma de espina de pescado o de hoja de acacia e incisiones de diente de lobo entre líneas paralelas. Más raras resultan las decoraciones de motivos de triángulos enfrentados rellenos de paralelas, o las pseudoexcisiones a punta de navaja, que en nuestro caso se encuentra asociada otros motivos de técnica incisa.

Otras formas menos abundantes de la cerámica a mano son los cuencos semicirculares con umbo y los vasos de perfil en S anguloso. Destaca por su singularidad un quemaperfumes de cuerpo tronco-cónico y borde vuelto al interior, con asas para la suspensión y las características ventanillas triangulares en el cuerpo.

Las fusayolas bicónicas y cilíndricas completan el repertorio de formas

elaboradas a mano, en todos los casos sin decoración. Estas cerámicas a mano en términos porcentuales representan más del cincuenta por ciento del conjunto cerámico.

Las cerámicas a torno, aunque escasas, incluyen piezas de importación como algún borde de ánfora púnica y están dominadas por grandes recipientes de atmósfera oxidante, superficies toscas y formas de carena alta y cuellos cóncavos, tipificables por su decoración estampillada sobre el hombro, que repite motivos triangulares o rectangulares según los casos.

Por todo ello, se puede definir el conjunto material cerámico de este poblado prerromano por el predominio de la cerámica a mano con ricas decoraciones incisas, impresas, excisas y bruñidas. Las formas más comunes son el vaso de perfil tronco-cónico invertido, la olla de suave perfil en S y los quemaperfumes. La cerámica a torno esta mejor definida por los vasos de fuego oxidante con decoración estampillada y las ánforas púnicas, que son el elemento de mayor interés cronológico.

Este conjunto de cerámicas son parangonables con los yacimientos de Garvão (Beirão *et alii*, 1975), Ermita de Belén (Rodríguez Díaz, 1991) y la necrópolis de Cantamento de Pepina (Berrocal Rangel, 1990). A ellos podríamos añadir, aunque sin una correspondencia tan exacta, los de Pedra de Atalaia (Tavares, 1978), Mirobriga (Soares y Tavares, 1979), Sierra de Martela (Enríquez y Rodríguez, 1988) y los Castillejos de Fuente de Cantos (Fernández, Saucedo y Rodríguez, 1988).

Los componentes de esta serie de poblados se han relacionado con el mundo protoceltibérico (Berrocal Rangel, 1990), como indicaba ya el mismo Plinio. Queda en evidencia también su diferencia con los poblados que representa la serie de Castañuelo, cuyos ajuares domésticos difieren en todo con estos conjuntos de cerámicas ricamente decoradas, en las cuales se mantienen sólo algunos elementos como las asas de pestaña, la decoración digitada y las fusayolas sin decoración.

Pero, corresponde a esta diferencia material una distinta cronología? O, es la diferencia en la tipología cerámica sólo un exponente de la diversidad cultural que se desarrolla de manera coetánea?

Nuestra opinión, que motiva este trabajo, está más en la línea de considerar esas diferencias materiales como consecuencia no sólo de una distinta cronología, sino incluso de distintas corrientes culturales que darán lugar a una realidad cultural denominada Baeturia Céltica por las fuentes greco-latinas, explicitando, tal como hoy día nos indican los materiales arqueológicos, un fuerte componente de elementos procedentes de la Meseta (Céltica). Las diferencias que se observan de unos yacimientos a otros deben estar en relación al desarrollo temporal de estas poblaciones.

3. CERRO DE LA MUELA (AROCHE)

Este yacimiento cambia la tónica de situación de los poblados prerromanos de la zona. Al establecerse la población sobre los cerros que bordean la vega del Chanza, se está buscando una protección en altura e inaccesibilidad ante una nueva serie de acontecimientos históricos. Estas circunstancias históricas tienen que ver con la presencia romana a tenor de algunos materiales, como nos indica la aparición de las ánforas Dresell 1-A.

El poblado del Cerro de la Muela se desarrolló paralelamente a la penetración de la influencia romana a lo largo del siglo II a.C. y como consecuencia de ella, probablemente, la población hubo de abandonar el lugar para establecerse en cotas menos favorables.

Los materiales indican las influencias que formaron el nuevo rumbo cultural de la Baeturia Céltica. Aunque siguen predominando las cerámicas a mano en formas de cuencos tronco-cónicos invertidos y las ollas de perfil en S con decoración en el hombro, aparecen las decoraciones estampilladas en las cerámicas a torno reducidas y se hacen corrientes formas puramente celtibéricas, como las ollas de borde de perfil de “palo de golf” y “pico de ánade”. Serían elementos que indicarían una mayor relación con el elemento celtibérico. Está detrás de estos modelos de cerámica un mayor nivel de relaciones a consecuencia de las Guerras Celtibéricas ? Sea como fuera, este mismo esquema se traduce en la aparición de monedas hispano-romanas del Valle del Ebro en los siglos I y II a.C. en otros yacimientos de la comarca (Pérez Macías, 1987).

4. NECRÓPOLIS DE LOS PRADITOS (AROCHE)

Aunque ya hemos indicado anteriormente la extensión de esta necrópolis desde el Bronce final a momentos romano-republicanos (Pérez Macías, 1987), recientemente se ha producido el descubrimiento fortuito de una tumba de incineración que contenía una serie de vasos que pueden encuadrarse también en este período prerromano. Uno de los vasos está fabricado a torno, cocido en atmósfera reducida, con pasta grisácea y decoración estampillada, corresponde a la urna funeraria. Otros dos, fabricados a mano, de reducido tamaño y pastas rojizas-castañas, completaban el ajuar recuperado.

Sobre la cronología de los vasos grises con decoración estampillada hemos de remitirnos a los trabajos y la estratigrafía del poblado de la cercana Ermita de Belén (Rodríguez Díaz, 1991), donde se fechan a partir del siglo III a.C.

LA BAETURIA, REALIDAD ETNOCULTURAL

Aunque las poblaciones que se conocen en la Baeturia Céltica durante la Edad del Hierro ofrecen un mismo fondo cultural que las poblaciones de la Meseta, no todos los momentos de su formación responden a iguales corrientes de influencia.

El yacimiento de Castañuelo representa hasta ahora la presencia más antigua de poblaciones de la Meseta en la zona, que pudo producirse según los materiales a los largo de la segunda mitad del siglo V a.C. Su origen debemos buscarlo en las poblaciones de los Campos de Urnas Tardíos del Valle del Ebro. Las razones de estas penetraciones no están del todo explicitadas, aunque la crisis del comercio tartésico-fenicio y la atracción de los centros mineros pudieron ser algunas de las razones. No debe ser casual que en Castañuelo aparezcan elementos relacionados a la producción de plata y que ésta genere la presencia del comercio gaditano.

Pero a lo largo del siglo IV a. C. debieron producirse nuevos traslados e influencias. La Pasada del Abad y toda una nueva serie de yacimientos en el Suroeste Peninsular nacieron como consecuencia de esta situación, sin que supongan la continuidad de las poblaciones anteriores, salvo al parecer el castro de Segovia (Júdice Gamito, 1981), donde se documenta un nivel de base con cerámicas digitadas. Estas nuevas fundaciones *ex novo* son el eco de una migración de gentes del Valle del Duero de componente protoceltibérico (Berrocal Rangel, 1990).

En el siglo III a.C. los poblados mantienen unas relaciones constantes con el mundo lusitano y la Submeseta Sur, cuyo exponente principal son las cerámicas grises con decoración estampillada. La continuidad, sin ruptura, de las cerámicas a mano decoradas del siglo IV a.C., no dejan entrever nuevas migraciones. Estos nuevos rumbos culturales no denotan la aparición de otros hábitats y la población se mantienen en los mismos poblados que nacieron en el siglo IV a.C.

La presencia romana en el Valle del Guadalquivir en el siglo II a.C. y su interés de penetración en las tierras del interior, motivaría un mayor nivel de alianzas entre todas las poblaciones "célticas" frente a la política romana. Este esquema de alianzas se traduciría en un mayor nivel de relaciones, sustentadas en una mayor dependencia comercial de las ciudades celtibéricas que imponen las transacciones en monedas de cecas del Valle del Ebro y genera la aparición de cerámicas de tipología celtibérica. Con el mundo turdetano-romano las relaciones serían escasas, a excepción de Córdoba e Ilipa, que se asienta sobre la vía que conducía a la capital de la Hispania Ulterior.

Esta situación política y cultural explica que la Baeturia Céltica ocupe un

papel destacado en la rebelión sertoriana, ya en el siglo I a.C., coligada con los pueblos de la Meseta en la lucha con el poder romano (Chic García, 1983).

Es pues la Baeturia Céltica una realidad cultural muy distinta del mundo turdetano, que, como éste con respecto al mundo tartésico y fenicio, debe sus caracteres más singulares a la migración de poblaciones protohistóricas de la Meseta, con la que se alía ante la amenaza de los ejércitos romanos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO BASCH, M. (1975): "El Depósito de la Ría de Huelva". *Huelva, Prehistoria y Antigüedad*. Madrid.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1976): "El Bronce Final y el período Orientalizante en Extremadura". *Biblioteca Prehistórica Hispana*, XIV. Madrid.
- BEIRÃO, C.; TAVARES, C.; SOARES, J.; VARELA, M.; y VARELA, R. (1985): "Deposito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Noticia da primeira campanha de excavações". *O Arqueólogo Português*, 3, Serie IV. Lisboa.
- BERROCAL RANGEL, L. (1988). *Excavaciones en Capote I (Baeturia Céltica)*. Fregenal de la Sierra.
- BERROCAL RANGEL, L. (1990): "Materiales a mano de una necrópolis nertobrigense (Cantamento de Pepina, Badajoz)". *Necrópolis Celtibéricas. II Simposio sobre los Celtíberos*. Zaragoza.
- BLANCO, A.; LUZON, J.M.; y RUIZ, D. (1970). *Excavaciones Arqueológicas en el Cerro Salomón, Riotinto (Huelva)*. Sevilla.
- CERDAN, C. (1953): "Excavaciones en Aracena. Inventario Nacional de Folios Arqueológicos, 554". *Noticiero Arqueológico Hispano*, II. Madrid.
- CHIC GARCÍA, G. (1983): "Q. Sertorius Proconsul". *Actas de la reunión sobre Epigrafía Hispánica de época romano-republicana*. Zaragoza.
- DEL AMO Y DE LA HERA, M. (1978): "El Castañuelo. Un poblado céltico en la provincia de Huelva". *Huelva Arqueológica*, IV. Huelva.
- ENRIQUEZ, J. y RODRIGUEZ, A. (1988): "Campaña de Urgencia en la Sierra de la Martela (Segura de León, Badajoz)". *Extremadura Arqueológica*, I. Salamanca.
- FERNANDEZ JURADO, J. y RUFETE TOMICO, P. (1986): "El final de Tartessos". *Huelva y su Provincia*, II. Cádiz.
- FERNANDEZ, J.M.; SAUCEDA, M.I.; Y RODRIGUEZ, A. (1988): "Los poblados calcolítico y prerromano de los Castillejos (Fuentes de Cantos, Badajoz)". *Extremadura Arqueológica*, I. Salamanca.
- GALAN SURNIER, C. (1980) "Memoria de la primera campaña de excavaciones en la necrópolis de El Navazo (La Hinojosa, Cuenca). 1976". *Noticiero Arqueológico Hispano*, 8. Madrid.
- GARCIA BELLIDO, A. (1982). *La España del s. I de nuestra Era (según P. Mela y C. Plinio)*. Madrid.
- GARCIA BELLIDO, A. (1986). *España y los españoles hace dos mil años según la Geografía de Strabón*. Madrid.
- GARCIA IGLESIAS, J.A. (1971) "La Baeturia, un problema geográfico de la Hispania Antigua". *Archivo Español de Arqueología*, 44. Madrid.

- JUDICE GAMITO, T. (1981):" A propósito do castro de Segovia (Elvas). Resistência a Roma no Sudoeste peninsular". *Historia*, 29. Lisboa.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1958):" Sobre el uso de morillos durante la Edad del Hierro en la cuenca del Ebro". *Príncipe de Viana*, 90-91. Pamplona.
- MONGE SOARES, A. y RODRIGUEZ BRAGA, J. (1992):" Balanço provisorio da intervenção arqueológica já realizada no castelo de Serpa". *Arquivo de Beja*, III-2ª serie. Beja.
- PEREZ MACIAS, J.A. (1987). *Carta Arqueológica de los Picos de Aroche*. Higuera de la Sierra.
- RODRIGUEZ DIAZ, A. (1991). *La Ermita de Belén (Zafra, Badajoz). Campaña de 1987*. Mérida.
- SHEFTON, B.(1982):" Greeks and greek imports in the South of the Iberian Peninsula. The archaeological evidence". *Madridier Beitrage*, 8. Mainz.
- SOARES, J. y TAVARES, C. (1979):" Cerâmica preromana de Mirobriga (Santiago do Cacem)". *Setubal Arqueológica*, V. Setubal.
- TAVARES DA SILVA, C. (1978):" Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacem)". *Setubal Arqueológica*, VI-VII. Setubal.
- VALIENTE MALLA, J. (1982):" Cerámicas grafitadas de la comarca seguntina". *Wad-al-Hayara*, 9. Guadalajara.

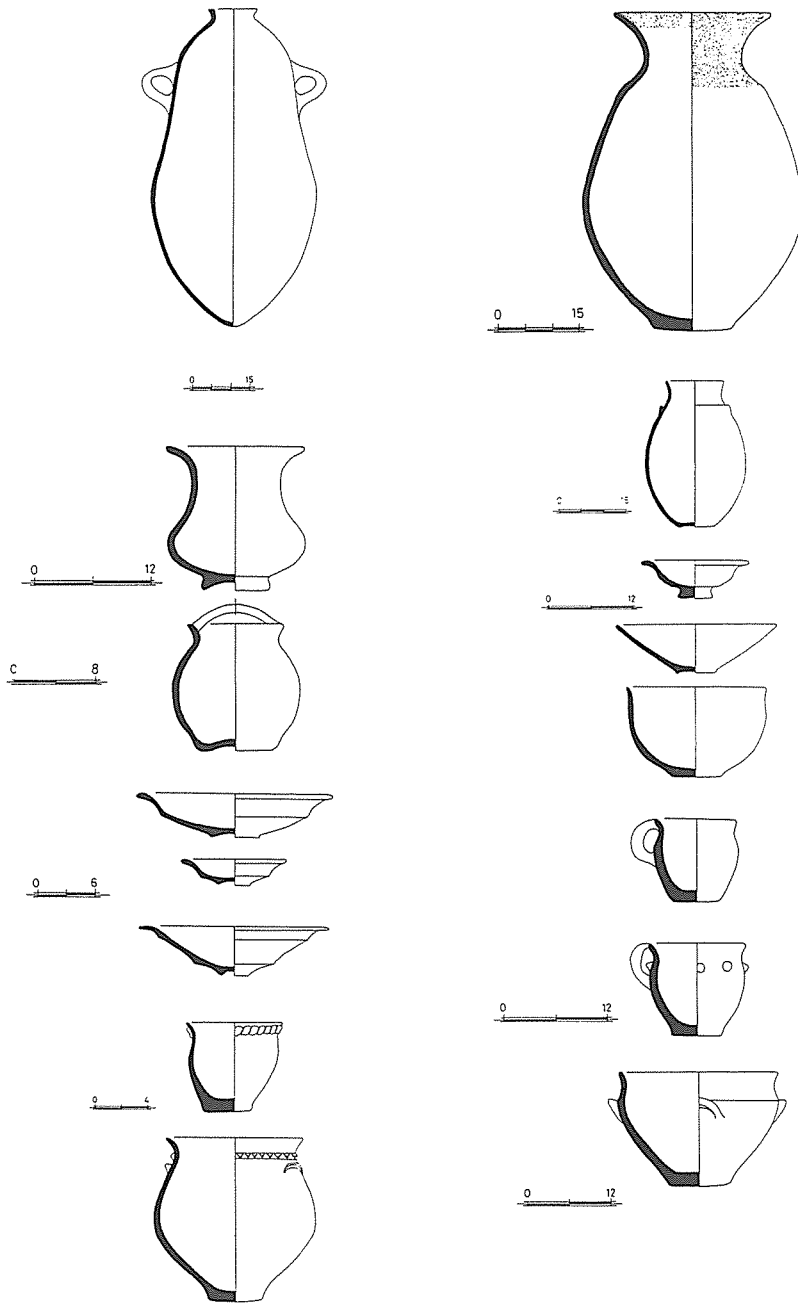


Fig. 1 — Castañuelo (Aracena).

Est. II

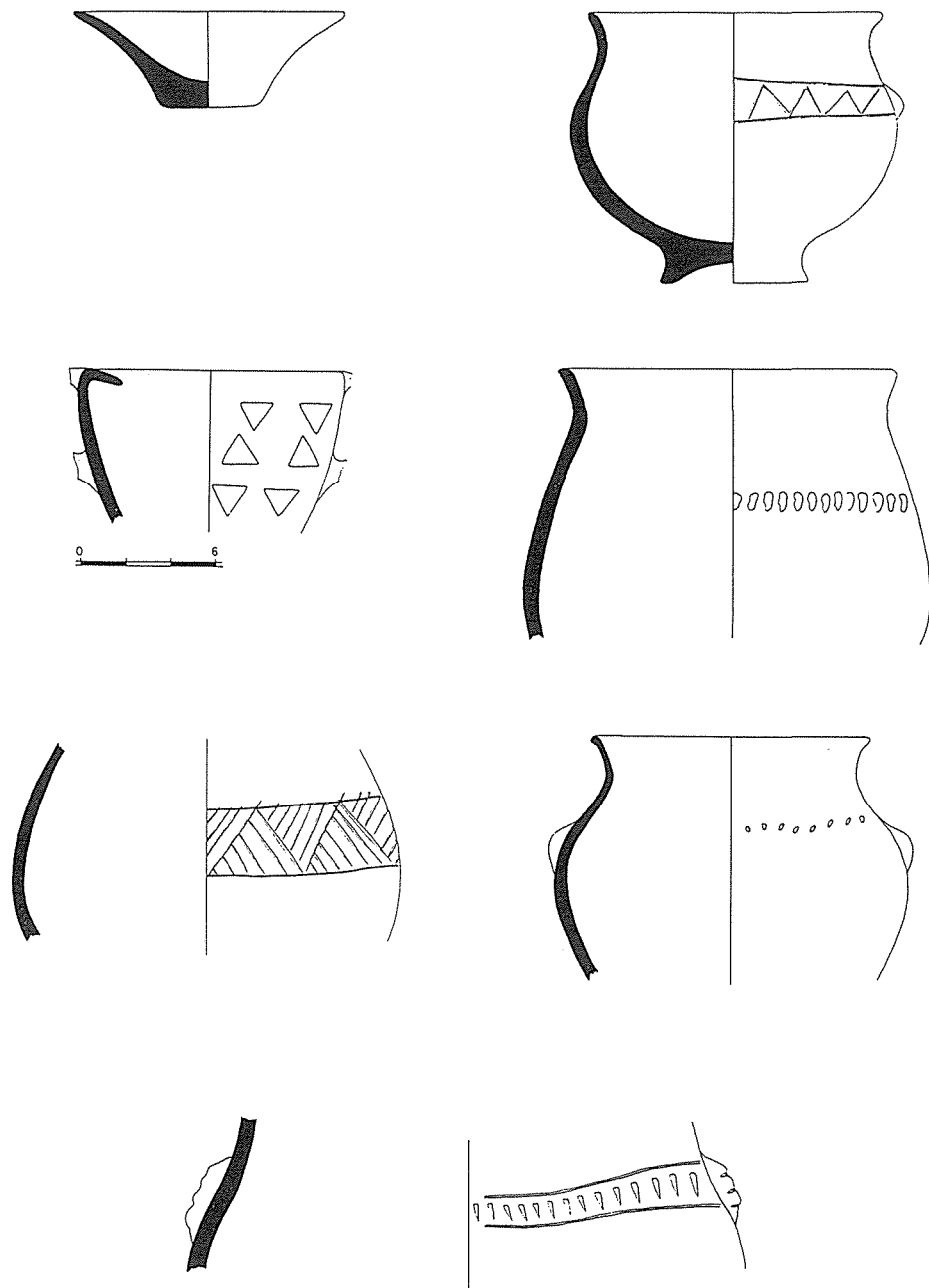


Fig. 2 — Pasada del Abad (Rosal de la Frontera).

Est. III

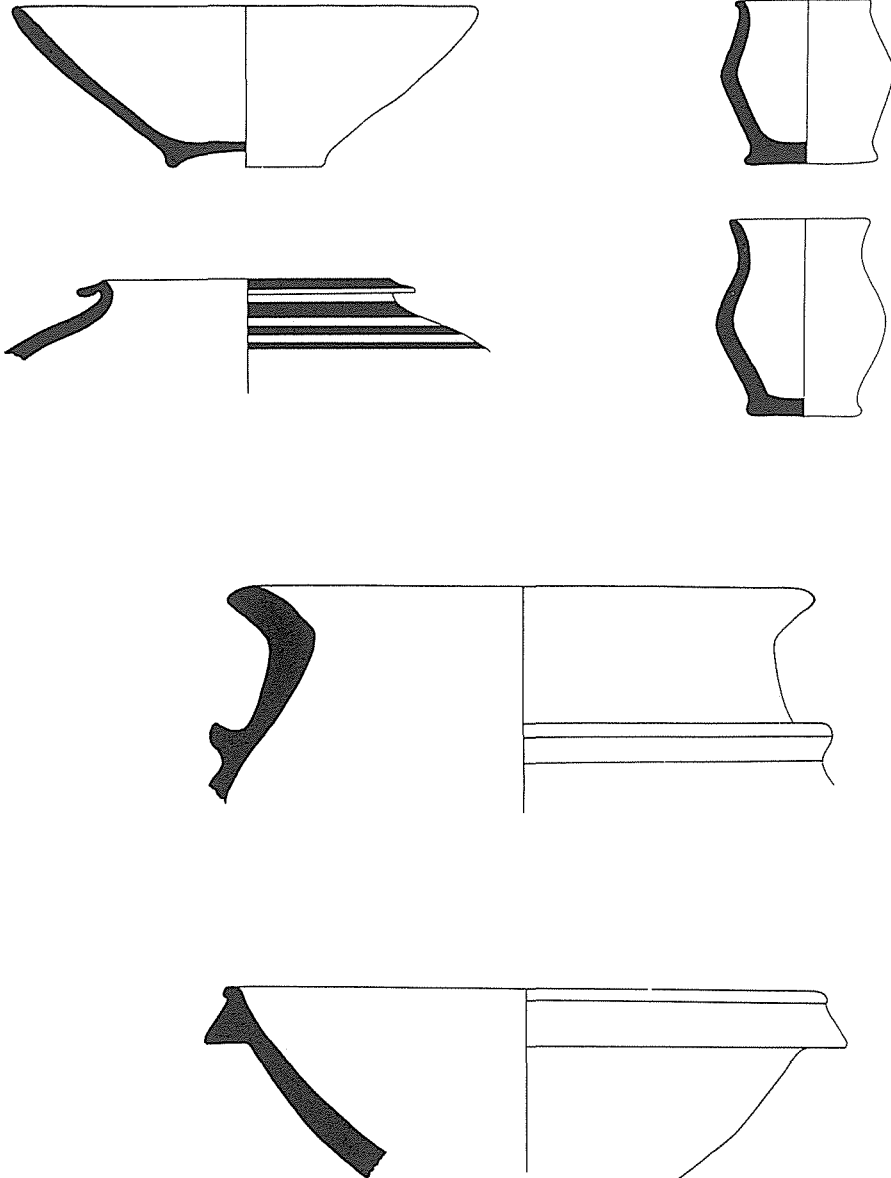


Fig. 3 — Cerro de la Muela y Praditos (Aroche).

MUNDO IBÉRICO Y MUNDO PÚNICO EN LA ALTA ANDALUCÍA

por

Teresa Chapa Brunet *, Juan Pereira Sieso **
y Antonio Madrigal Belinchón *

Resumen: La revisión de los materiales procedentes de las necrópolis ibéricas del Guadiana Menor (Jaén - Granada), y su comparación con necrópolis de tipo púnico (Villaricos, Almería), permiten esbozar un modelo de interacción cultural que propone unas relaciones que respetan la autonomía de ambas áreas.

Palabras-clave: Arqueología funeraria. Cultura ibérica. Contacto cultural.

Nuestro trabajo trata de afrontar un problema planteado -y en parte soslayado- por la investigación dedicada al mundo ibérico. Se trata de las relaciones que los pueblos del interior ibérico, concretamente de la Alta Andalucía, mantuvieron con el entorno cartaginés antes de la llegada de los Bárquidas a la Península. De todos es reconocida la dificultad que supone analizar el peso y el alcance de la política cartaginesa en el sur peninsular antes del s. III a.C., y más aún antes del 348 a.C., en el que se impone la ciudad de Mastia como límite al tráfico naval romano (Aubet, 1986: 612). Según los estudios más clásicos, la primera entrada de los cartagineses se produciría a fines del s. VI a.C., y tendría como objetivo ayudar a Gades en sus conflictos con los pueblos circundantes. Después de esta acción, que Schulten llegó a poner en relación con el hundimiento de Tartessos (Bendala, 1987: 123), parece que no abandonaron el territorio, sino que ejercieron su influencia sobre las antiguas colonias fenicias y sus intereses comerciales (Huss, 1993: 39). Esto se deduce de un conciso pasaje de Justino (44, 5, 2-4), que ha sido sin embargo vinculado por otros autores, como

* Dpto. de Prehistoria. Universidad Complutense. 28040 Madrid. Fax (91) 3946008.

** Area de Prehistoria. Universidad de Castilla - La Mancha. Campus de Toledo.

García y Bellido, a una época posterior. Esta se situaría entre el 241 y el 238 a.C., y la acción cartaginesa iría destinada a conseguir una continuidad en la llegada de plata procedente de las minas andaluzas, ya que un corte en el suministro habría provocado la revuelta de los mercenarios en Cartago (Blázquez y García Gelabert, 1991: 32). Existen opiniones que subrayan una presencia muy activa de los Cartagineses en el entorno ibérico (Whittaker, 1978: 75), basándose principalmente en el texto de Polibio (II, 1, 5), en el que se alude a una recuperación de Iberia por Amilcar Barca, lo que implica que el territorio se había poseído con anterioridad a su pérdida (García Bellido, 1975: 365). La fase de crisis y de nuevas fundaciones costeras también se relaciona con esta nueva potencia colonial (Aubet, 1986). Sin embargo, la investigación actual parece desechar una política dominante de Cartago en el interior peninsular, buscando las causas del final del mundo tartésico en factores internos, y otorgando un papel más activo a la población indígena en la gestión de los recursos (González Wagner, 1989; Alvar et al., 1992: 52, con una extensa bibliografía sobre este tema).

El contacto del mundo ibérico con Cartago en los siglos V y IV resulta claro, aunque sólo sea por la presencia de mercenarios peninsulares en los ejércitos cartagineses al menos desde la batalla de Himera (480 a.C.), continuándose durante todo el s. IV a.C. (Barceló, 1991: 23). Hay que pensar por tanto en agentes que llevaban a cabo el reclutamiento en territorio indígena, si bien actuarían igualmente otros que promovían la inclusión en los ejércitos griegos. Por otro lado, la gran cantidad de materiales áticos que se incluyen en contextos ibéricos en la primera mitad del s. IV a.C. fueron considerados en un principio como introducidos por los mercenarios (Bosch Gimpera, 1966), pero hay mayor número de estudiosos que se decanta actualmente por su traslado en barcos púnicos (LLobregat, 1993: 185; García Gelabert y Blázquez, 1993: 104).

La presencia de asentamientos y necrópolis en las costas reafirman la actividad comercial, ya que no sólo actuarían como centros exportadores de los productos que se fabricaban en sus factorías, sino también como vías de entrada y centros intermediarios con las poblaciones del interior. Incluso se ha pensado que el alcance de estas influencias podía ir más allá del simple intercambio de mercancías, debido a la política expansionista cartaginesa, que llegará a su máximo auge con la conquista bárquida (Bendala, 1987: 139). Esta suposición, sin embargo, tropieza con las dificultades que plantea toda comprobación a través de la evidencia arqueológica, aún excesivamente parca en el reconocimiento de una presencia tan directa del mundo púnico en las áreas del interior peninsular. Vamos a intentar analizar en qué medida los restos materiales pueden matizar la naturaleza de esta relación.

EL ÁREA EN ESTUDIO

La Alta Andalucía ha recibido en los últimos tiempos una especial investigación de conjunto que permite un análisis diacrónico (Ruíz y Molinos, 1993). Esta zona puede servir como ejemplo de la interacción con el área colonial desde épocas antiguas, así como de la correspondiente al mundo ibérico pleno, que trataremos con más detenimiento.

A) PRIMEROS CONTACTOS CON EL MUNDO COLONIAL: LA FORMACIÓN DE LA CULTURA IBÉRICA

Entre las influencias del mundo colonial en las comunidades indígenas la más evidente es la que afecta a los productos cerámicos a torno, que desde los asentamientos costeros penetraron hacia las tierras del interior de Extremadura y del Valle del Guadalquivir, desarrollándose el consiguiente proceso de imitación y fabricación local (Belón y Pereira, 1985: 339). Este proceso se detecta en Andalucía por la aparición de un repertorio de formas cerámicas, cuyos prototipos se fechan en los siglos VIII y VII a.C., desapareciendo a partir del s. VI a.C. en la zona occidental, y continuando su evolución tipológica en la oriental (Belón y Pereira, 1985). Esto ocurre en los casos de los vasos "a chardon" y de las urnas del tipo "Cruz del Negro" (Escacena, 1992: 326), desarrollando estas últimas una variante formal y decorativa que se ha documentado en las necrópolis de Toya, Cástulo, Puente del Obispo, La Guardia y Cerro Alcalá (Negueruela et al., 1990), conocida como "variante Toya" (Pereira, 1988: 148). Todo ello demuestra la emergente personalidad de las comunidades ibéricas a través de la capacidad de sus alfares, no sólo de recibir e imitar nuevas formas, sino también de modificarlas y reelaborarlas de acuerdo con sus criterios o modelos.

Otro de los aspectos que tradicionalmente se ha considerado como una aportación del mundo colonial fenicio a las poblaciones indígenas del Mediodía peninsular es la difusión del ritual de la cremación del cadáver, que a partir del Ibérico antiguo será exclusivo entre los pueblos de Andalucía oriental (Pereira y Madrigal, e.p.). Sin embargo, podrían hacerse una serie de precisiones sobre el supuesto proceso de aceptación de este rito. En el horizonte pre-ibérico de esta zona puede citarse la inhumación de Fonelas (Granada), documentada como un enterramiento secundario en un megalito (Ferrer, 1977). En Peal de Becerro se encontró un enterramiento colectivo en pozo que contenía cinco inhumaciones (Mergelina, 1943-4: fig. 7). En ambos casos los ajuares consistían en brazaletes de bronce similares a los documentados por Siret en el Sureste (Ferrer, 1978). En la fase de transición del Bronce Final al Hierro hay que destacar la necrópolis

del Cerrillo Blanco de Porcuna, con tumbas de inhumación en cuyos parcos ajuares aparecen broches de cinturón de bronce, peines de marfil y algunos objetos de hierro (Torrecillas, 1985). Sin embargo, la necrópolis de La Guardia proporcionó una sepultura de cremación, cuyo ajuar estaba formado por cuencos con decoración de retícula bruñida (Ruíz y Molinos, 1993: 204). En momentos más avanzados pueden señalarse las cremaciones de Cástulo (Blázquez, 1975), Ceal (Blanco, 1960; Molina, 1978), Cerro Alcalá (Carrasco et al., 1980; Negueruela et al. 1990) y Mengíbar (Carrasco y Pachón, 1986). La coexistencia de ambos ritos se repite también en las necrópolis indígenas del Sureste, descritas inicialmente por Siret y revisadas por Molina (1978) y Lorrio (1986). Este es el caso de Cabezo Colorado, Caporchanes, Cañada Flores nº 2, Barranco Hondo, etc. (Lorrio, 1986: 92, 93, 102).

En cuanto al mundo colonial fenicio, el predominio de la cremación va dando paso al de la inhumación, llegando a coexistir los dos rituales en los hipogeos de Trayamar, lo que algunos autores interpretan como transformaciones paralelas a las que experimentan los indígenas en el sector meridional de la Península (Schubart y Arteaga, 1986: 515). A partir del s. VI a.C., con la progresiva influencia del mundo púnico sobre las factorías fenicias, la inhumación va siendo el ritual normativo en éstas, mientras que el área ibérica opta por el rito opuesto, exclusivizando la cremación, y marcando así claras diferencias entre los dos entornos culturales.

B) RELACIONES ENTRE EL ÁREA IBÉRICA Y EL MUNDO COLONIAL PÚNICO

Desde el año 1985 venimos desarrollando en el Valle del Guadiana Menor un proyecto de investigación sobre la formación, desarrollo y delimitación de las comunidades ibéricas que utilizaron dicho territorio, y que las fuentes denominarán como Oretanos y Bastetanos. Este trabajo se ha centrado en su primera fase en los restos funerarios, no sólo en el área señalada, sino también en su prolongación noroeste y sureste, cuyos dos extremos, Castulo y Villaricos, marcan los límites de una de las vías de comercio más importantes de Andalucía oriental (Figura 1). Al estudiar las estructuras funerarias y sus ajuares, es frecuente observar que los especialistas aluden a una serie de influencias que responderían a una interacción entre los asentamientos púnicos y las comunidades de la Alta Andalucía (García Gelabert, 1991), y que pasamos a revisar a continuación.

B.1. Las cámaras funerarias

La personalidad funeraria en el área del Guadiana Menor reside en buena

parte en el empleo de cámaras para enterramientos individuales o colectivos, siendo éste uno de los rasgos característicos de la zona (Almagro Gorbea, 1982). Su génesis ha sido siempre vinculada con el mundo mediterráneo, siendo valoradas como elementos de aculturación. García Bellido (1935) las relacionó con el mundo greigo, y posteriormente con el etrusco, opiniones recogidas por Nicolini (1973: 65) y Blázquez (1960). Será a partir de Fernández de Avilés (1942) cuando se proponga una filiación feno-púnica por paralelos arquitectónicos, siendo ésta la opinión actualmente más extendida (Almagro Basch, 1975; Blázquez, 1986: 173, quien sitúa el modelo original en Chipre; García Gelabert, 1991: 894).

Las cámaras ibéricas conocidas se han localizado en Toya, Ceal y Galera. Son estructuras normalmente excavadas en el suelo rocoso, cuya planta suele ser cuadrangular. El suelo se cubre con losetas de adobe o de piedra, y las paredes están a veces construídas con bloques de piedra de diseño irregular. El acceso es horizontal, y se realiza siempre a través de una puerta que puede tener un corredor o rampa de acceso. Se diferencian así de las fosas complejas, que pueden tener estructuras similares, pero cuyo acceso es siempre vertical, atestigüándose en los mismos yacimientos (Blázquez y García Gelabert, 1987 para Cástulo; Chapa et al., 1991, para Castellones de Ceal; Presedo, 1982 para Baza, etc.).

La cronología de estas cámaras se ha situado a grandes rasgos en la primera mitad del s. IV a.C. (Blázquez, 1986: 173), pero su amplitud cronológica es considerablemente mayor. Así, si la tumba 20 de Galera puede remontarse incluso a fines del s. V a.C. (Sánchez, 1992: 327), otras son de la primera mitad del s. IV a.C., y otras aún debieron corresponder al s. III a.C. -posiblemente las tumbas 144, 150 y 153-. Esta última fecha es la que parece convenir a las cámaras de Los Castellones de Ceal (Chapa et al., 1990: 85), mientras que la conocida cámara de Toya suele fecharse entre 375 y 350 a.C. (Sánchez, 1991, nº 386, 398 y 399).

El carácter subterráneo y a menudo colectivo de las cámaras puede ser relacionado con el mundo colonial (García Gelabert, 1991), pero también es preciso rastrear determinados usos similares en el sustrato indígena, que podrían ayudarnos a entender su integración en época ibérica, desde las tumbas colectivas de Jaén, Granada y Almería (Rivero, 1988), al enterramiento quíntuple de Toya ya citado (Mergelina, 1943-44). Asimismo, la estructura de estos sepulcros puede considerarse como una auténtica mansión fúnebre, que reproduciría la morfología doméstica ibérica (Almagro Gorbea, 1990), cuyo paralelo más próximo serían las viviendas documentadas en Puente Tablas (Jaén) (Ruíz y Molinos, 1988). Se incorpora, por tanto, una estructura arquitectónica que conviene a la expresividad funeraria ibérica, dándole un sentido propio dentro de la

sociedad, y alejado quizá del que tuvo en el mundo colonial.

B.2. Las cajas funerarias

Los enterramientos ibéricos en este tipo de recipientes son bastante escasos, centrándose en la Alta Andalucía y Sureste peninsular. Se han localizado en yacimientos como la Loma de las Casillas de Martos, Cortijo de la Chica de Villargordo, Torre de Benzalá, Toya o Castellones de Ceal en Jaén, Galera y Baza en Granada, Dalías y Villaricos en Almería, Cigarralejo en Murcia, o el Molar en Alicante (Madrigal, e.p.). Estas cajas presentan variantes en las tapaderas -a doble vertiente o planas-, en el sistema de cierre o en la base. La decoración es frecuente, siendo en relieve y/o pintada. Su cronología es bastante difícil de establecer, ya que la mayor parte procede de excavaciones antiguas o de hallazgos aislados, desconociéndose en general los contextos excepto en casos concretos de Toya, Galera o Villaricos. Su origen podría situarse en las postrimerías del s. V, o mejor en el s. IV a.C. (ejemplares de La Loma de las Casillas, Toya, Galera, Baza o Cigarralejo), teniendo un gran desarrollo en el s. III a.C. (Villargordo, Torre de Benzalá, Galera, Castellones de Ceal, Villaricos) o incluso en el s. II (Villaricos).

Almagro Gorbea (1982) las considera, junto con las cámaras, uno de los índices identificadores de la Bastetania, aunque como se ha podido ver, su dispersión es bastante más amplia. Olmos (1982) las ha interpretado como una versión reducida de la casa/crátera, al igual que ocurre con los enterramientos en cámara y con otros tipos de tumbas ibéricas. La presencia de estos elementos en un enclave mixto como Villaricos, muestra otro tipo de enlace con el mundo colonial, ya que las cajas se integran en contexto púnico -aunque posiblemente en fechas tardías-, y a su vez tienen paralelos en las necrópolis cartaginesas de Saint Monique y Bordj-Djedid (Gaukler, 1915).

B.3. Cerámica ática

Uno de los elementos importados de mayor interés por sus distintas implicaciones cronológicas, culturales y económicas son los vasos áticos que aparecen con cierta profusión en los ajueres funerarios ibéricos, donde servirán tanto para expresar el estatus del personaje enterrado como para asimilar una nueva funcionalidad como contenedores de cenizas (cráteras) o elementos complementarios -ofrendas, libaciones o tapaderas en el caso de páteras, cuencos o copas-. Estos productos eran traídos y comercializados por intermediarios

púnicos, formando parte de cargamentos como el del Pecio del Sec (Mallorca), fechado entre el 375 y el 350 a.C. (Arribas et al., 1987). Desde Villaricos, siguiendo la vía del Guadiana Menor, alcanzarían la región de Cástulo, donde confluían con la otra vía de comercio de productos áticos que seguía el valle del Segura, lo que explicaría que el repertorio de formas áticas documentadas en Cástulo sea más variado y numeroso que el del resto de los yacimientos ibéricos de la Alta Andalucía (Sánchez, 1991: 311). Sin embargo, y aunque el intermediario comercial fuera púnico, su influencia sobre la clientela potencial ibérica fué limitada, ya que la mayoría de los investigadores del comercio de productos áticos en la Alta Andalucía afirman que tanto desde el punto de vista funcional (Sánchez, 1991: 317), como desde el punto de vista iconográfico (Olmos, 1987) el cliente ibérico selecciona con sus propios criterios los vasos que necesita importar.

EL PAPEL DE VILLARICOS EN LA INTERACCIÓN CON LA ALTA ANDALUCÍA

Uno de los asentamientos que previsiblemente actuó como lugar de entrada, salida y contacto de personas y mercancías debió ser Villaricos, la antigua Baria. Su origen se ha situado en torno al s. VI a.C., cuando se instala un centro púnico en un área próxima al complejo minero de Herrerías, donde la explotación de cobre, plomo, plata, oro y cinabrio se constata desde mucho tiempo atrás (Aubert, 1986: 619). Los datos acerca de esta ocupación temprana son muy escasos, y se deben en su mayor parte a importaciones encontradas fuera de contexto. Más adelante, sin embargo, el componente púnico es claro, y se refleja en numerosos elementos, esencialmente rituales. Estos consisten en el empleo de unas prácticas funerarias muy parecidas a las del área de Cartago, con cámaras hipogeas, fosas revestidas de estuco, madera o adobe, cistas de sillares, etc. (Fig. 2), todas ellas concebidas para la inhumación, con o sin ataúd. Entre el equipo funerario abundan las ánforas, los ungüentarios, los cascarones de huevos de avestruz y las lucernas, todo ello característico del mundo púnico occidental. Las estelas y cipos completan unos usos propios, muy diferentes de los que se emplean contemporáneamente en la población indígena.

Sin embargo, junto a estos restos de clara filiación púnica se sitúan otros que pueden atribuirse a una población ibérica de características muy similares a las emplazadas más al interior, en tierras de Granada y Jaén (Fig. 3-4). Este contingente ibérico mantuvo siempre sus rituales característicos, en concreto la cremación como tratamiento exclusivo del cadáver, al que acompañan además cerámicas y armas típicamente ibéricas. Es un caso claro de coexistencia de un

enclave púnico con una población básicamente local (Aubet, 1986: 619), evidencia que hay que tratar de comprender en una dinámica productiva y comercial más amplia.

Nuestra propuesta reside en la consideración de Villaricos como un puerto de comercio a través del cual los colonos de origen púnico canalizarían los recursos y excedentes producidos por el mundo ibérico del interior. Sin embargo, el impacto territorial de esta colonia sería muy limitado, ya que el comercio en tierras hispanas lo controlarían las aristocracias locales. Este tipo de enclaves permitiría la entrada de objetos de muy distinta procedencia, llegados en embarcaciones del tipo encontrado en El Sec (Arribas et al., 1987). Muchas de estas importaciones irían destinadas a las élites del interior en calidad de piezas de prestigio (Blázquez, 1991: 33), si bien pudieron ser acompañadas de innovaciones de otra índole, como técnicas que permitieran la intensificación de la producción.

La población púnica de Villaricos permaneció fiel a su ritual, y explotó conjuntamente con la ibérica el territorio inmediato. Su papel consistiría en gran medida en canalizar el tráfico de mercancías a través de su puerto. Aquellas, sin embargo, eran proporcionadas desde el mundo ibérico de la Alta Andalucía en un engranaje que parece dominado totalmente por las jerarquías locales, articulando un sistema económico basado de forma importante en la producción de excedentes para el comercio. Sabemos por las fuentes que los indígenas dirigían las explotaciones mineras de Linares (Blázquez, 1991). La localización de ciertos asentamientos, como Castellones de Ceal, en zonas claramente de paso ha sido valorada en función del control de las vías de tránsito (Chapa et al., 1984). Las aristocracias locales, ligadas entre sí por vínculos de parentesco, dirigirían los canales de aprovisionamiento y comercialización de recursos, iniciando una fase de acumulación de riqueza visible tanto en las necrópolis como en los santuarios (Santos Velasco, 1989).

Durante los siglos V y IV a.C. estamos ante una relación entre colonos e iberos en la que son estos últimos los que desarrollan la gestión comercial. Tradicionalmente se otorgaba a los enclaves foráneos una valoración muy superior en una cuestionable escala cualitativa. La difusión de ideas y objetos era consecuentemente la única posibilidad de entender una relación entre grupos desiguales. Hoy día, sin embargo, se valoran más los procesos internos, como única alternativa para comprender una evidencia que de otra manera, llegaría incluso a ser leída de forma absurda (López Castro, 1992).

Los iberos del Sureste estuvieron en contacto con los púnicos, pero no en una situación de dependencia. En algunos casos el contacto llegó a la inclusión de ciertos segmentos de la población en los ejércitos cartagineses, lo que provocó el contacto directo con otras áreas del Mediterráneo. La aculturación que esto

provocó fue, sin embargo, menos profunda de lo habitualmente reconocido, ya que no sólo no llegaron a cambiarse los ritos, adoptando costumbres de tipo púnico, sino que ni siquiera objetos que pudieron considerarse exóticos o novedosos, como los huevos de avestruz, las lucernas bicornes, etc., fueron jamás introducidos en los equipos funerarios altoandaluces. Es cierto que hay elementos para los que no es descabellado pensar en un posible origen colonial, como las cámaras o las fosas de sillería que encontramos en el Guadiana Menor, pero se adoptan en plena consonancia con las costumbres ibéricas, sin que este uso implique transformación ideológica alguna, ya que en su interior las urnas y los elementos de ajuar siguen la norma típicamente indígena. Recientemente se ha hecho hincapié en la posibilidad de diferenciar áreas étnicas a partir de rasgos zoológicos (Escacena, 1992: 328), y si ésto es así la diferenciación no puede ser más clara, puesto que en la Alta Andalucía no hay un sólo ajuar que contenga los elementos típicos del entorno púnico que hemos citado más arriba. Ciertamente es que la evidencia es incompleta, pero por el momento, si existieron grupos púnicos en esta zona, no dejaron constancia material de su identidad.

El estudio de las relaciones de contacto entre etnias diferentes es un problema muy delicado, y hasta el momento poco tratado (Alvar, 1990; González Wagner, 1989), pero en tiempos pre-bárquidas las relaciones ibero-púnicas debieron descansar más en manos de los primeros que de los segundos. Puede recordarse que incluso Asdrúbal y Aníbal debieron casarse con princesas locales para introducirse en un alto nivel jerárquico dentro del esquema ibérico, única forma de asegurarse una colaboración eficaz. Villaricos debió ser, como en el caso posterior de Cartago Nova, un lugar en donde se produce el intercambio de mercancías (Estrabón, III, 4, 6, citado en García y Bellido, 1945: 134), pero se mantuvo siempre una frontera clara con el entorno ibérico, cuya personalidad se mantuvo hasta época romana.

REFERENCIAS

- ALMAGRO BASCH, M., (1975): "Las raíces del arte ibérico". *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia* 11: 251-279.
- ALMAGRO GORBEA, M., (1982): "Tumbas de cámara y cajas funerarias ibéricas. Su interpretación sociocultural y la delimitación del área cultural ibérica de los Bastetanos". *Homenaje a Conchita Fernández Chicarro*: 249-257. Ministerio Cultura. Madrid.
- ALVAR, J., 1990: "El contacto intercultural en los procesos de cambio". *Gerión* 8:11-28.
- ALVAR, J. ET AL. , (1992): "La (supuesta) participación de Cartago en el fin de Tarteso". *Habis* 23: 39-52.
- ARRIBAS, A. et al., (1987): "El Sec. Grecs et Ibères au IVe. siècle avant Jesus-Christ".

- Revue des Etudes Anciennes* LXXXIX: 15-146.
- AUBET, M.E., (1986): "La necrópolis de Villaricos en el ámbito del mundo púnico peninsular". *Actas del Congreso "Homenaje a Luis Siret" (1934-1984)*: 612-624. Sevilla.
- BARCELÓ, P., (1991): "Mercenarios hispanos en los ejércitos cartagineses en Sicilia". *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*: 21-26. Roma.
- BELÉN, M. Y PEREIRA, J., (1985): "Cerámicas a torno con decoración pintada en Andalucía". *Huelva Arqueológica* VII: 307-316.
- BENDALA, M., (1987): "Los Cartagineses en España". *Historia General de España y América*. Vol. I.2: 115-168. Ed. Rialp. Madrid.
- BLANCO, A., (1960): "Orientalia II". *Archivo Español de Arqueología* XXXIII: 3-43.
- BLÁZQUEZ, J.M., (1960): "La cámara sepulcral de Toya y sus paralelos etruscos". *Oretania* 5: 233-237.
- IDEM, (1975): "*Cástulo I*". Acta Arqueológica Hispana. Madrid.
- IDEM, (1986): "El influjo de la cultura semita (fenicios y cartagineses) en la formación de la cultura ibérica". *Aula Orientalis* 4: 163-178.
- BLÁZQUEZ, J.M. y GARCÍA GELABERT, M.P., (1987): "La necrópolis de "El Estacar de Robarinas", Cástulo. Tipología de los enterramientos". *Archivo de Prehistoria Levantina* XVII. *Homenaje a D. Domingo Fletcher*: 177-198.
- IDEM, (1991): "Los Bárquidas en la Península Ibérica". *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*: 27-50. Roma.
- BOSCH GIMPERA, P., (1966): "Les soldats ibériques agents d'hellenisation et de romanisation". *Mélanges J. Carcopino*: 141-148. Paris.
- Carrasco, J. et al., (1980): "Hallazgos del Bronce Final en la Provincia de Jaén. La necrópolis del Cerro Alcalá, Torres (Jaén)". *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada* 5: 221-236.
- CARRASCO, J. y PACHÓN, J., (1986): "La Edad del Bronce en la provincia de Jaén". *Actas del Congreso Homenaje a Luis Siret*: 361-377. Sevilla.
- CHAPA, T. et al., (1984): "Análisis económico y territorial de Los Castellones de Ceal". *Arqueología Espacial* 4: 223-235. Teruel.
- CHAPA, T. et al., (1990): "La cámara funeraria de Los Castellones de Ceal (Hinojares, Jaén)". *Verdolay* 2: 81-86.
- CHAPA, T. et al., (1991): "La sepultura 11/145 de la necrópolis ibérica de Los Castellones de Ceal (Hinojares, Jaén)". *Trabajos de Prehistoria* 48: 333-348.
- ESCACENA, J.L., (1992): "Indicadores étnicos en la Andalucía Prerromana". *SPAL* 1: 321-343.
- FERNÁNDEZ DE AVILÉS, A.,: "El aparejo irregular de algunos monumentos marroquíes y su relación con el de Toya". *Archivo Español de Arqueología* 15: 344-347.
- FERRER, J., (1977): "La necrópolis megalítica de Fonelas (Granada). El sepulcro Domingo I y sus niveles de enterramiento". *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada* 3: 173-211.
- IDEM, (1978): "Serie de pulseras decoradas pertenecientes al Bronce Final en el enterramiento secundario de la necrópolis megalítica de Fonelas (Granada)". *Baetica* I.
- GARCÍA BELLIDO, A., (1935): "La cámara sepulcral de Toya (Jaén) y sus paralelos mediterráneos". *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnología y Prehistoria* 14: 67-106.
- IDEM, (1945): "*España y los Españoles hace dos mil años*". Espasa Calpe. Col.

Austral, nº 515. Madrid.

- GARCÍA GELABERT, M.P., (1991): "Los enterramientos de la Alta Andalucía (España): sus relaciones con el Mediterráneo Oriental". *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*: 889-895. Roma.
- GARCÍA GELABERT, M.P. y BLÁZQUEZ, J.M., (1993): "Oretania entre los siglos VI-III a.C." En J. Untermann y F. Villar (eds.): "*Lengua y Cultura en la Hispania Prerromana*" : 91-109. Salamanca.
- GAUKLER, P, 1915: "*Necropoles puniques de Carthage*". Vol. I. Paris.
- GONZÁLEZ WAGNER, C., (1989): "The Carthaginians in Ancient Spain. From Administrative Trade to Territorial Annexation". *Studia Phoenicia* X: 145-156. Leuven.
- HUSS, W.: "*Los Cartagineses*". Ed. Gredos. Madrid.
- LÓPEZ CASTRO, J.L., (1992): "El concepto de romanización y los Fenicios en la Hispania Republicana. Problemas Historiográficos". En *La Colonización Fenicia en el Sur de la Península Ibérica. 100 Años de Investigación* : 151-170. Instituto de Estudios Almerienses. Facultad de Humanidades de Almería.
- LORRIO, A., (1986): "*Las necrópolis de incineración en el Sudeste de la Península Ibérica*". Memoria de Licenciatura. Universidad Complutense de Madrid.
- LLOBREGAT, E., (1993): " Los diversos factores concurrentes en la configuración del arte y la cultura ibéricos". En J. Untermann y F. Villar (eds.): "*Lengua y Cultura en la Hispania Prerromana*" : 159-188. Salamanca.
- MADRIGAL, A. e.p.: "Cajas funerarias ibéricas de piedra de Andalucía Oriental". *II Congreso de Historia de Andalucía*. Córdoba, 1991.
- MERGELINA, C. (1943-4): "Tugia: reseña de unos trabajos". *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología* 10: 13 ss.
- MOLINA, F. (1978): "Definición y sistematización del Bronce Tardío y Final en el Sureste de la Península Ibérica". *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada* 3: 159-232.
- NEGUERUELA, I. et al., (1990): "Informe preliminar de la Campaña de excavaciones de 1987 en la necrópolis de "Las Tosquillas". Cerro Alcalá (Torres, Jaén). *Anuario Arqueológico de Andalucía* /87. Vol. II.
- NICOLINI, G., (1973): "*Les Ibères. L'Art et la Civilisation de l'Espagne Antique*". Paris.
- OLMOS, R., (1982): "Vaso griego y caja funeraria en la Bastetania Ibérica". *Homenaje a Conchita Fernández Chicarro*. Madrid: 259-268.
- IDEM, (1987): "Iconografía griega, iconografía ibérica: una aproximación metodológica". *Grecs et Ibères au IVe. s. av. Jesus Christ. Revue des Etudes Anciennes* LXXXIX: 238-296.
- PEREIRA, J., (1988): "La cerámica ibérica de la cuenca del Guadalquivir. Propuesta de clasificación". *Trabajos de Prehistoria* 45: 143-173.
- PEREIRA, J. Y MADRIGAL, A., e.p.: "El ritual funerario ibérico en la Alta Andalucía". *Homenaje al Prof. J.M. Blázquez*. Madrid.
- PRESEDO, F.J., (1982): "*La necrópolis de Baza*". Excavaciones Arqueológicas en España. Nº 119. Madrid.
- RIVERO, E., (1988): "*Análisis de las cuevas artificiales en Andalucía y Portugal*". Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- RUÍZ, A. Y MOLINOS, M., (1988): "Informe de la Campaña de 1988 en el Cerro de la Plaza de Armas de Puente Tablas (Jaén)". *Anuario Arqueológico de Andalucía*

1988. Vol. II: 179-184.
- IDEM, (1993): *"Los Iberos"*. Ed Crítica. Barcelona.
- SÁNCHEZ, C., (1991): *"El comercio de productos áticos en Andalucía Oriental: siglos V y IV a.C.. Estudio e iconográfico de la cerámica"*. Tesis Doctoral. Universidad Complutense. Madrid.
- IDEM, (1992): "Las copas tipo Cástulo en la Península Ibérica". *Trabajos de Prehistoria* 49: 327-333.
- SANTOS VELASCO, J.A., (1989): "Análisis social de la necrópolis de El Cigarralejo y otros contextos funerarios de su tiempo". *Archivo Español de Arqueología* 62. Madrid.
- SCHUBART, H. Y ARTEAGA, O., (1986): "El mundo de las colonias fenicias occidentales". *Actas del Congreso Homenaje a Luis Siret*: 499-525. Sevilla.
- TORRECILLAS, J.F., : *"La necrópolis de época tartésica del Cerrillo Blanco (Porcuna, Jaén)"*. Instituto de Estudios Gienenses. Jaén.
- WHITTAKER, C.R., (1978): "Carthaginian Imperialism in the Fifth and Fourth Centuries" En: *"Imperialism in the Ancient World"*. Cambridge.

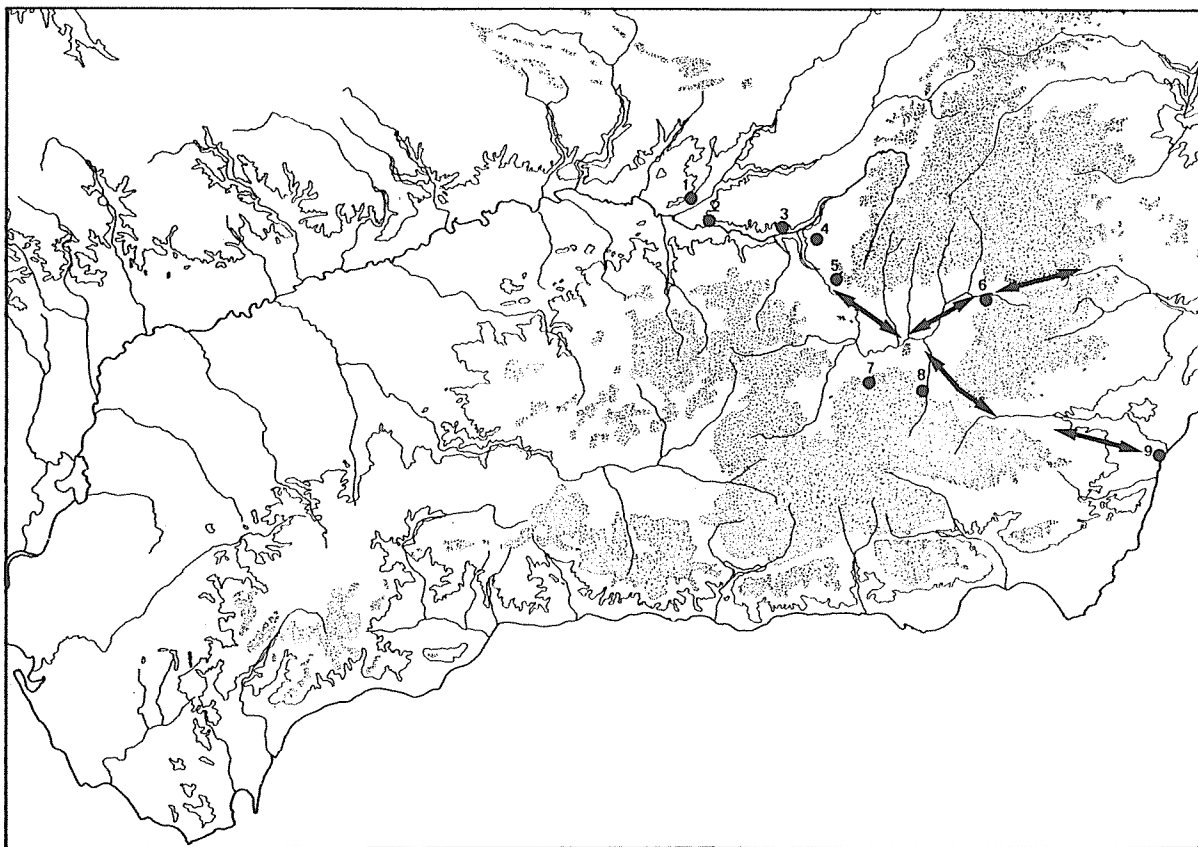
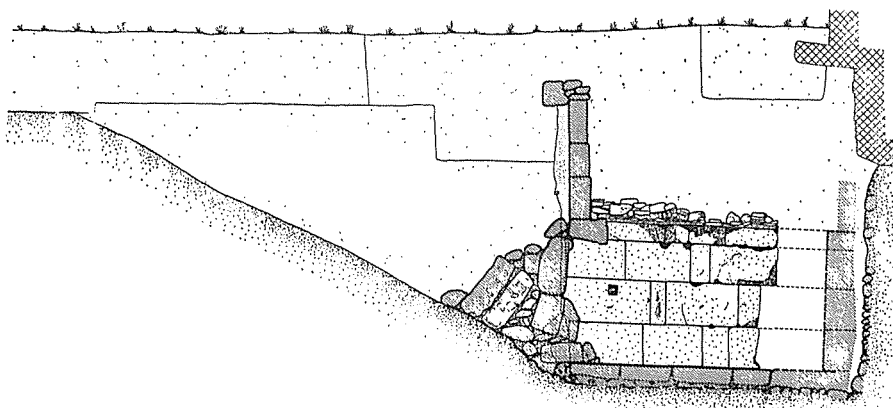
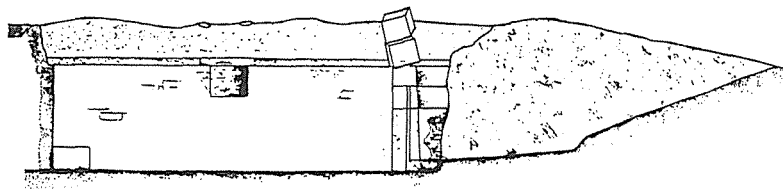


Fig. 1 — Principales vías de acceso al Alto Guadalquivir. 1 — Cástulo. 2 — Puente del Obispo. 3 — Ubeda la Vieja. 4 — Toya. 5 — Castellones de Ceal. 6 — Galera. 7 — Gor. 8 — Baza. 9 — Villaricos.

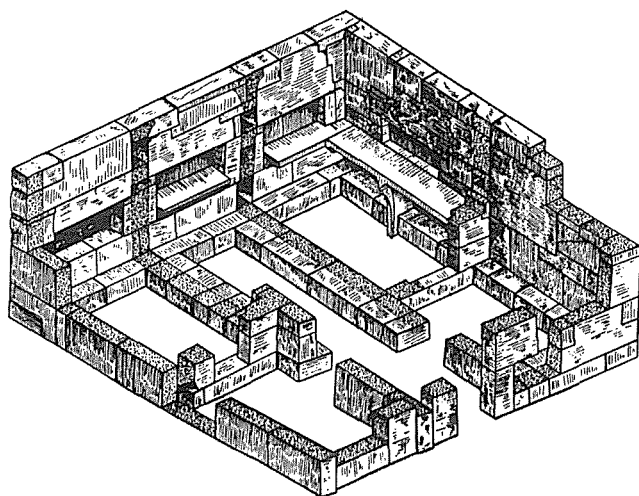
Est. II



1



2



3

FIGURA 2

Fig. 2 — Nº 1 - Sección del hipogeo 1 de Tráymar. (Según Schubart).
Nº 2 - Sección del hipogeo 223 de Villaricos (Según Siret).
Nº 3 - Visión axonométrica de la cámara hipogea de Toya (Según Cabré).
Se reproducen a distinta escala.

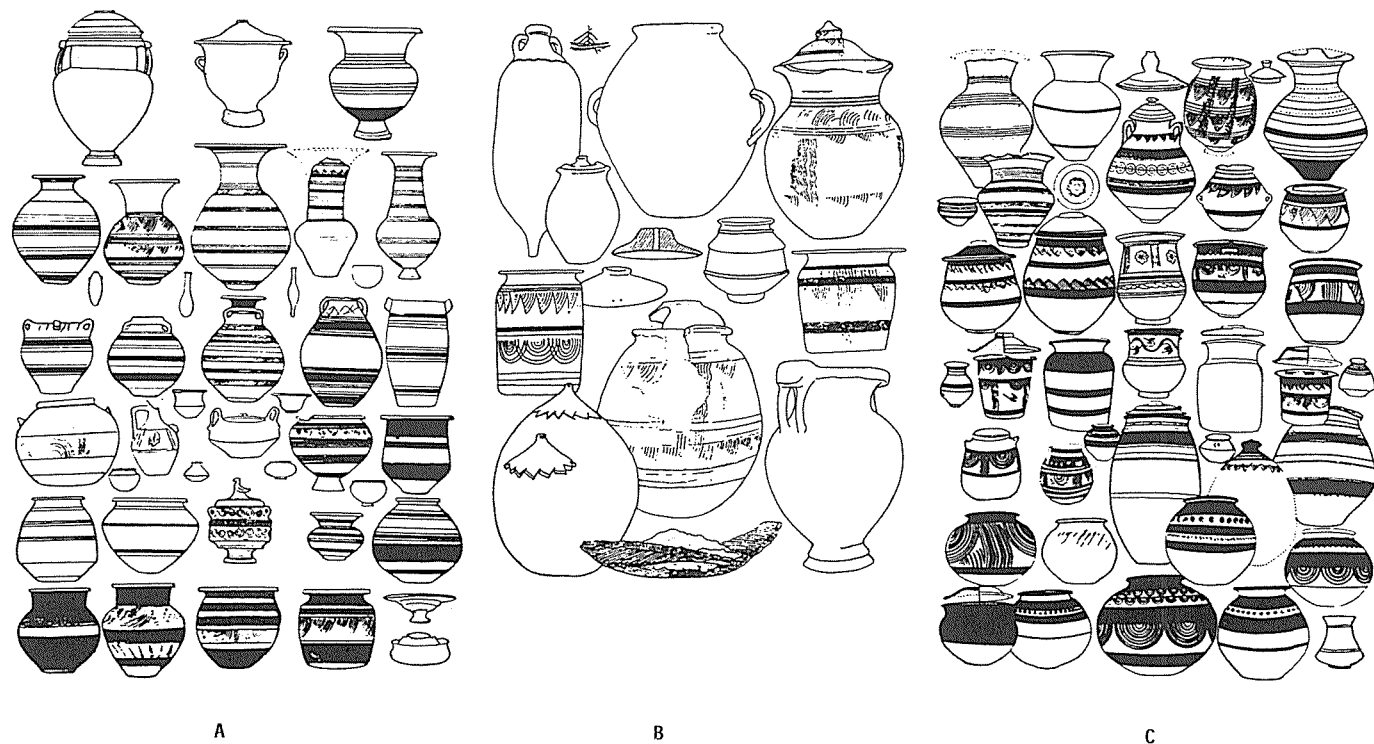


Fig. 3 — A — Repertorio de las formas cerámicas de la necrópolis de Toya (Según Cabré).
 B — Repertorio de las formas cerámicas de las sepulturas de incineración de Villaricos (Según Siret).
 C — Repertorio de formas cerámicas de la necrópolis de Galera (Según Cabré).

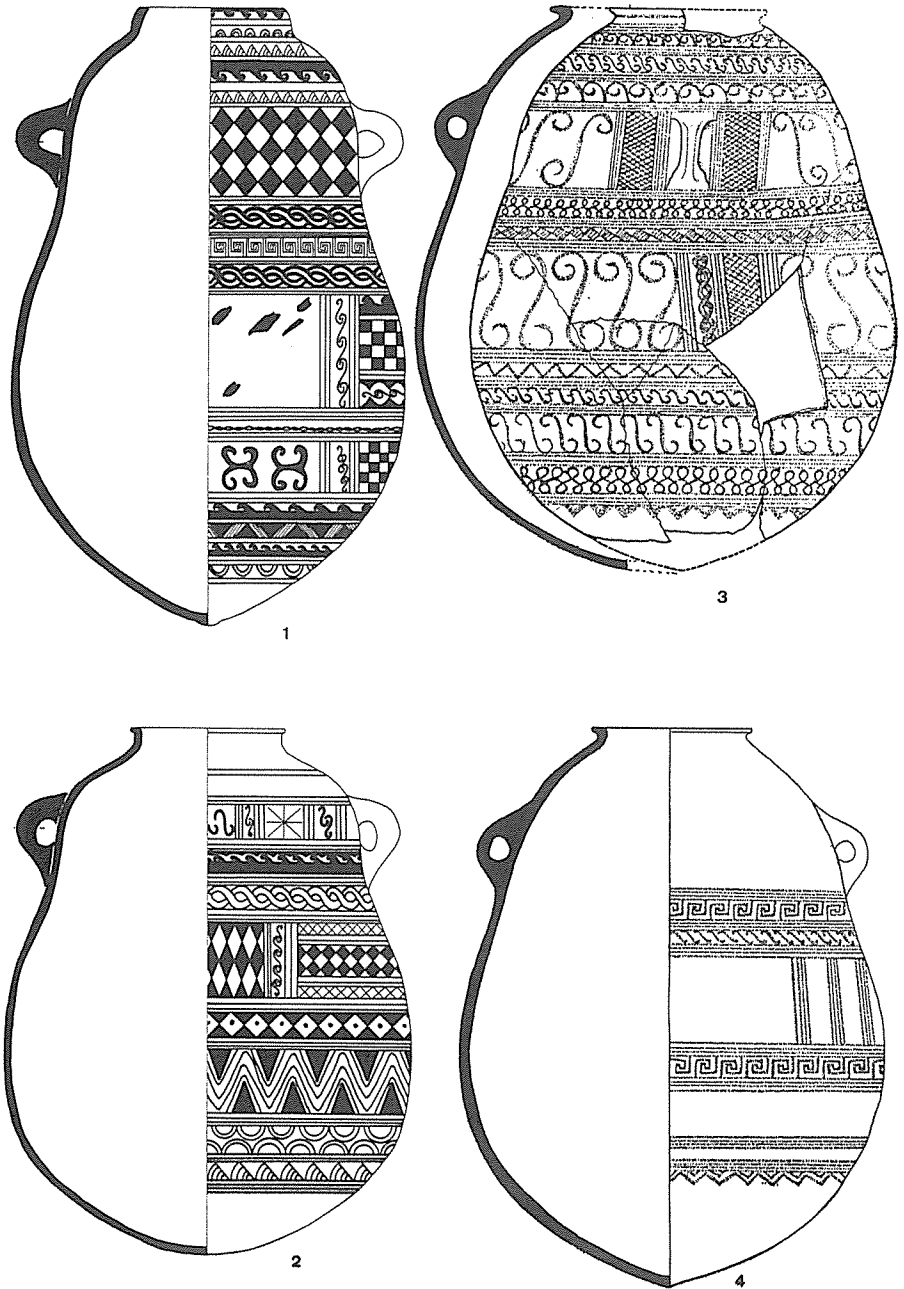


Fig. 4 — Ns 1 y 2 Anforas de la tumba 6 de la necrópolis de Galera.
Ns 3 y 4 Anforas de la necrópolis de Villaricos (Según Almagro Basch).

OCUPAÇÃO PROTO-HISTÓRICA E ROMANA NO ENTRE-DOURO-E-VOUGA LITORAL: BREVE BALANÇO DE UMA INVESTIGAÇÃO EM CURSO

por

António Manuel S. P. Silva*

Resumo: Com o presente texto (que antecede em parte os resultados da dissertação de Mestrado em Arqueologia que o A. tem em preparação na Universidade do Porto) apresentam-se as principais problemáticas da investigação arqueológica relacionada com a ocupação humana de uma vasta região entre os Rios Douro e Vouga, no período compreendido entre o Bronze Final e a Baixa Romanidade. As principais conclusões a propósito da romanização desta área geográfica apontam, por enquanto, para uma especial influência romana, a partir dos castros pré-existentes, nas zonas mais litorais, acompanhando nomeadamente a via *ad Bracaram*, enquanto no interior mais montanhoso a aculturação mais significativa dos povos indígenas parece ter constituído um fenómeno tardio no quadro do domínio romano na Península.

Palavras-chave: Proto-história. Romanização. Entre-Douro-e-Vouga Litoral.

Abstract: This paper presents the preliminary results of a research project focused on the Iron Age/Roman Period transition in a region of about 2,200 km² bounded by the Douro and Vouga rivers (Oporto-Aveiro districts) in the North of Portugal. According to the present data, Roman influence on the indigenous peoples seems deeper in the coastal area, arising from the Iron Age “castros” (fortified hills); whereas in the hinterland the Roman presence appears as a late phenomenon in its domination on this Empire province.

Key-words: Iron Age. Roman period. Northern Portugal.

0. INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui a primeira apresentação pública de um projecto de investigação que vimos desenvolvendo para o estudo da proto-história e da romanização no Entre-Douro-e-Vouga Litoral.

Desta forma, a visão de síntese que iremos propor, se poderá estar em parte condicionada pelo carácter provisório decorrente de qualquer pesquisa em

* Direcção da S.P.A.E. Centro de Arqueologia de Arouca (Ap. 39 - 4540 Arouca).

curso, em particular para uma área geográfica tão extensa e para um âmbito cronológico tão amplo, por outro lado possibilita a primeira análise de conjunto recente sobre esta região, e adianta por certo uma parte significativa das conclusões gerais da investigação.

A arqueologia da região portuguesa do Entre-Douro-e-Vouga litoral desde há muito revela potencialidades que só o pouco desenvolvimento das investigações impediu até há alguns anos que fossem confirmadas e que aquela área assumisse um lugar mais destacado no conhecimento arqueológico.

Área vasta e de uma grande variedade ecológica, charneira entre o Norte e o Centro do País e faixa litoral que se adentra e faz a transição para o interior montanhoso das Beiras, (Est. I,1) desde a Pré-história que atraiu a fixação de populações cujos vestígios em muitos casos se conservam.

Nomeadamente, apresenta-se hoje esta região, à luz dos modernos conhecimentos, como uma área bastante rica em testemunhos pré-históricos, particularmente no que ao Megalitismo diz respeito. Os vestígios da ocupação proto-histórica, por sua vez, são abundantes, e bastante expressivos também os de cronologia romana, como adiante se verá.

Todavia, após os trabalhos pioneiros de alguns investigadores, como Félix Alves Pereira (1907), José Fortes (1909), Amorim Girão (1921), Alberto Souto (1930, 1942), Armando de Mattos (1937), Rocha Madhail (1941), Arlindo de Sousa (1947-48, 1954) ou Albuquerque e Castro (1946), desenvolvidos até meados do presente século, a região foi quase esquecida na pesquisa arqueológica, ao que constituiu excepção apenas um ou outro estudo pontual, como os efectuados por D. Domingos de Pinho Brandão para a epigrafia romana (1961a, 1961b, 1962a) e alguns achados metálicos dos concelhos de Arouca (1962b) e Vale de Cambra (1963). Só na última década, praticamente, a investigação se dinamizou, surgindo então alguns projectos de pesquisa, quer na área da pré-história¹, quer naquela que mais nos interessa, o castrejo-romano, com o lançamento de diversas acções de escavação sistemática, em estações de Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Espinho, Arouca e Albergaria-a-Velha, essencialmente².

Esta uma das razões que suscitaram a escolha do espaço geográfico do interflúvio durio-vaucense para o nosso trabalho.

¹ Principalmente através do estudo sistemático do Megalitismo da região, que vem sendo realizado por Fernando A. Pereira da Silva (cfr. especialmente Silva, F.A.P. 1993, com bibliografia e uma visão geral). Estudos mais localizados vêm também a ser feitos em Vila Nova de Gaia (Jorge 1984; Rodrigues & Ribeiro 1991) e Castelo de Paiva (Silva, E.J.L. 1990).

² V. bibliografia final para referências.

1. MEIO NATURAL

Por outro lado, se é por certo discutível tratar-se esta área de uma região natural perfeitamente homogénea, mesmo considerando a fluidez do conceito e a sua variabilidade de acordo com os domínios que se elejam como mais significativos (altimetria, geologia, edafologia, clima ou revestimento vegetal, etc.)³, a maior parte dos geógrafos concordam em atribuir-lhe uma certa identidade própria, ainda que nem sempre coincidente nos respectivos limites.

Esta relativa identidade comporta, todavia, uma diversidade altimétrica e ecológica que muito particularmente nos interessou.

Geologicamente, a área pode repartir-se, de forma simplificada, em três grandes unidades. Na parte central e Nascente, distribui-se o designado complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico, alternante e não raro metamorfozado com diferentes séries de granitos hercínicos alcalinos e porfiríoides. A orla mezocenozóica ocidental, finalmente, que se alarga de modo especial a Sul da latitude de Espinho, é composta em grande medida pela cobertura dunar recente (finais do Würm-Holoceno) e por depósitos detríticos de natureza diversa⁴.

Relativamente aos aspectos orográficos, (Est. I,2) a zona mais ocidental do Entre-Douro-e-Vouga combina a planície litoral com as áreas submontanas e um *hinterland* montanhoso bastante vigoroso, subindo as cotas desde o nível do mar até aos 1100 metros numa estreita faixa que em média se distancia apenas cerca de 40km à linha da costa. De acordo com caracterizações geomorfológicas recentes (Araújo 1991) verifica-se que a uma plataforma litoral de poucos quilómetros sucede-se, a partir dos 120-140 metros de altitude, um relevo marginal relativamente expressivo, que alonga o nível basal até aos 400 metros (Cary 1985:35), seguindo depois as altitudes até aos níveis montanos superiores a 700-800 metros, característicos do Maciço da Gralheira (Serras da Freita, Arada e Arestal). Este conjunto de relevos, de orientação geral NO.-SE.-NE., representa precisamente, na orla ocidental do “maciço antigo”, as plataformas de erosão que marcam o contacto do bloco hespérico com a franja mezocenozóica litoral e que como que “fecham”, pelo Oriente, a nossa região de estudo, fazendo a transição para o Montemuro e os planaltos beirões.

Do ponto de vista hidrográfico, por outro lado, a região revela-se como uma área particularmente bem irrigada. Ocupando basicamente o espaço de duas grandes bacias, a do rio Douro e a do Vouga, é extremamente numerosa a quantidade de rios e de linhas de água de menor expressão que sulcam o território, correndo geralmente de Sudeste ou Sul para Norte e de Nordeste para

³ Para uma discussão crítica do conceito v. Roncayolo 1986.

⁴ Cfr. Araújo 1991, em especial pp. 81-97, para síntese actualizada sobre esta problemática.

Sul ou Sudoeste conforme a bacia em que se inserem, (Est. II) situação a que escapam apenas um conjunto de ribeiros da plataforma litoral, cujo curso é perpendicular à costa (Araújo 1991).

A variedade altimétrica e geológica e a presença destes dois grandes rios, com capacidade de penetração, bem como o ecossistema lagunar muito próprio do Baixo-Vouga, suscitaram naturalmente uma gama de recursos diversificados, em que o sal e o peixe, as terras férteis das várzeas do Norte ou dos campos do Vouga e os planaltos de vocação pastoril, os depósitos minerais, ou mesmo a circunstância de ser um eixo natural de circulação Norte-Sul criaram fortes estímulos à fixação humana. Um último elemento de particular relevância, já que condicionou fortemente a ocupação antrópica da região e a eventual preservação dos correspondentes vestígios arqueológicos, diz respeito às alterações da linha da costa, provocadas pelas oscilações do nível marinho, nomeadamente a transgressão flandriana (Martins, F.1946; Alves *et al.*, 1988-89).

Neste contexto, este território, convencionalmente considerado algo “marginal” (Cardozo 1973:262) — logo, de transição e sobreposição — em relação à área nuclear da cultura castreja normativamente entendida, desafiou-nos ao estudo cujos primeiros resultados agora se apresentam.

2. A OCUPAÇÃO PROTO-HISTÓRICA

A mancha de dispersão dos povoados castrejos, a partir dos primeiros aldeamentos em altura do Bronze Final, reúne já mais de três dezenas de estações, confirmadas individualmente a partir do trabalho de campo⁵.

A cartografia obtida (Est. III) cobre, muito naturalmente, um conjunto de estações de parâmetros cronológicos muito amplos, desde os povoados ocupados (e porventura abandonados) no final da Idade do Bronze até aos castros profundamente romanizados que tiveram precisamente o seu momento de maior expansão e relevância em época tardia do Império.

Esta realidade deverá aconselhar-nos alguma prudência nos estudos de tipo espacial, do género “*site catchement area*”, áreas de visibilidade, zonas de influência a partir de polígonos de Thiessen ou outros, a menos que consideremos uma espécie de *optimum* de ocupação que permita estabelecer uma relação

⁵ Comparando este número com as estações recenseadas no último inventário dos castros do Norte de Portugal (Silva, A.C. 1986), no que a esta região se refere, verificamos que o número global de povoados resulta por enquanto no nosso levantamento um pouco inferior, o que decorre do facto de termos considerado algumas estações ali enunciadas como de cronologia incerta ou localização imprecisa, défice que algumas inéditas que acrescentámos não compensou totalmente.

de coetaneidade minimamente segura entre todos, considerando, por exemplo, que nos séculos II-I a.C. todos os povoados existiriam já. Todavia, se entendemos este critério relativamente aceitável para o limite cronológico superior, já que as fundações romanas alto-imperiais parecem ser aqui muito raras, tal deixaria de fora algumas estações cuja ocupação parece circunscrever-se ao Bronze Final, como sucede por exemplo com o povoado de S. Julião (Albergaria-a-Velha) recentemente localizado e actualmente em curso de escavação⁶.

A implantação topográfica dos castros que recenseámos não se afasta muito, por ora, dos modelos estabelecidos para todo o Noroeste (Silva,A.C.1986). Se bem que pareça notar-se uma certa preferência por altitudes médias, a localização dos povoados é diversificada em função das condições do relevo, o que ocasiona estações assentes em esporões (Sandim, Cristelo, etc.), cerros dominantes (Cividade, Monte Murado) ou colinas de baixa altitude mas destacadas na paisagem (Craсто de Mansores, Mafamude), e, muito naturalmente, uma grande atracção pelas linhas de água.

Esta relação do povoamento castrejo com a rede hidrográfica, já salientada em termos genéricos (Silva,A.C. 1986:23-26) e que é evidente em cartografia a grande escala no modo como várias estações “procuraram” as linhas do Douro e do Vouga, por exemplo, torna-se ainda mais relevante se considerarmos a localização microtopográfica de cada povoado. Então, com poucas excepções, vemos como as estações se situam próximo de cursos fluviais, instalando-se frequentemente em meandros ou bifurcações (Sandim, UI, Ossela, Salreu, Paradela, etc.). O rio é, assim, elemento de acessibilidade ou transporte, quando navegável, providencia recursos alimentares e económicos de diferente ordem e, sobretudo, é incorporado nos elementos da estruturação defensiva, tornando dispensável parte do investimento de trabalho na construção de muralhas de perímetro total ou na escavação de fossos.

Em relação à tipologia e arquitectura de cada povoado, as informações disponíveis são bastante escassas. A presença generalizada de amuralhamentos só para duas ou três estações está suficientemente documentada. Nos casos de Romariz e de UI, nomeadamente, as muralhas pétreas, espessas, com muros de reforço e aparelho poligonal ou helicoidal afeiçoado a pico (Silva,A.C. 1986: 32-3; Marques 1989:70), parecem corresponder a momentos cronologicamente avançados daqueles castros, ocorrendo em muitos outros estruturas menos desenvolvidas como taludes de terra, terraplenos ou muros defensivos mais frustres, de datação por ora incerta. A presença de fossos, por outro lado, parece ganhar mais expressão nos castros litorais de menor altitude e maior dificuldade de uma defesa eficiente, como sucede por exemplo no de Ovil, (Paramos,

⁶ Trabalho que conduzimos em co-direcção com Fernando A. Pereira da Silva.

Espinho)⁷.

Também as estruturas habitacionais são bastante mal conhecidas, já que apenas uma estação, o castro de Romariz, apresenta escavada uma área representativa (Silva & Centeno 1982; Silva, A.C. 1986). Aqui, os trabalhos revelaram uma organização proto-urbana⁸ assente em núcleos familiares de várias salas e espaços isentos delimitados por muros divisórios (Silva & Centeno 1982; 1993), modelo que A. C. Ferreira da Silva tem vindo a identificar em Sanfins e noutras estações (1986). A organização nuclearizada das habitações e a presença de pátios lajeados a criar entre elas espaços comuns sugere que modelo idêntico poderá ocorrer nos castros de Ul (Marques 1989) e de Ovil (Ferreira & Silva 1984, 1985; Salvador 1992), o que neste último caso, a confirmar-se, será extremamente interessante, dada a natureza quase exclusivamente indígena do povoado.

3. A OCUPAÇÃO ROMANA

Se do quadro da Idade do Ferro passarmos ao ambiente do domínio romano, verifica-se antes de mais que se a informação se diversifica, reduz-se também no que ao número de assentamentos humanos diz respeito.

Na realidade, a quantidade de castros com vestígios de romanização evidentes é escasso e parece seguir uma estratégia de implantação extremamente selectiva, com clara preferência pelo eixo litoral e pelas proximidades do Douro ou do Vouga.

Naturalmente, tal quadro pode também decorrer de lacunas de investigação, já que o número de estações escavadas é diminuto e em muitos locais não ocorrem sequer materiais de superfície que indiquem a sua cronologia. Por outro lado, não considerámos o simples e isolado aparecimento de fragmentos de ânfora, por exemplo, como indicador seguro e completo de romanização; dado o carácter muito específico e até por vezes precoce daquele material no âmbito da aculturação do Noroeste.

⁷ O estudo deste importante castro litoral (situado a cerca de 2 km da linha costeira), iniciado por Carlos J. A. Ferreira (†) e Maria Antónia S. Silva (Ferreira & Silva, 1984, 1985) foi recentemente retomado (Salvador 1992; Silva, A.M. & Salvador 1992) com vista à obtenção de dados que permitam compreender, entre outros aspectos, as suas infra-estruturas económicas, mormente em relação com os recursos marítimos de que a próxima armadilha fixa de pesca de Silvalde é exemplo cabal (Alves *et al.* 1988-89).

⁸ Para usar a expressão convencional, já que nos parecem acertadas as críticas de F. Calo a esta concepção clássica do urbanismo castrejo (1993:102-3).

Na carta que apresentamos (Est IV)⁹ ressaltam, como elementos que a par dos povoados mais poderão porventura contribuir para análises demográficas e de aculturação, a distribuição das necrópoles e dos achados epigráficos.

No que respeita aos espaços funerários, a mancha produzida é extremamente desigual e rarefeita, o que sem dúvida se deve ao pouco investimento da pesquisa neste domínio. Praticamente todas de incineração, localizam-se quer no litoral atlântico norte, casos de Valadares e Gulpilhares, em Vila Nova de Gaia (Fortes 1909; Guimarães 1993), associadas a castros, como no Monte Murado, também em Gaia (Lima 1989), ou em Vila Cova de Perrinho, Vale de Cambra, de que existem apenas notícias algo vagas, e nuclearizadas depois na margem esquerda do rio Paiva. É desta região, aliás a única escavada, parcialmente, nos últimos anos e com metodologia adequada, em Sardoura, Castelo de Paiva (Dias 1985), cuja publicação integral se aguarda com muito interesse.

Mais disseminada e variada é a epigrafia da região. Conhecem-se mais de uma vintena de inscrições, embora, como é tradicional neste tipo de testemunhos, o seu contexto arqueológico seja muitas vezes inseguro.

Além do marco miliário de Ul, Oliveira de Azeméis, do século I (Almeida, F. 1956), e do *terminvs avgvustalis* que na mesma zona define a transição entre a região norte habitada pelos Túrduos Velhos e a área mais meridional ocupada pelos Talabrigenses (*idem* 1953; Silva, A.C. 1983, 1984 1986), é epitafial a grande maioria das inscrições. Entre as religiosas, atestam divindades indígenas as do Castelo da Feira (Encarnação 1971) e devotaram-se a Júpiter as restantes identificadas com leitura. Importa ainda mencionar o importante achado recente de um cipo votivo dedicado pelos *Haberi*, etnónimo de ressonâncias meridionais que parece vir ampliar o quadro dos *populi* identificados na margem esquerda do Baixo Douro (Silva, A.C. 1992:46-7).

Ressaltam da carta da distribuição da epigrafia dois elementos que merecem destaque: por um lado, a localização de uma oficina de lapicida na área do Baixo Paiva, que produziu, em época tardia, as estelas em xisto da necrópole de Alvariça (Espunça, Arouca)¹⁰, de que se registaram pelo menos sete exemplares (Brandão 1962a, 1987), e a aparecida em Folgoso, Castelo de Paiva (Aguiar 1944; Almeida, C.A.F. 1972a) que se guarda no Museu do Instituto de

⁹ Carta que, aliás, intencionalmente não legendámos de forma pontual, dado o carácter provisório de algumas das informações utilizadas e a circunstância de recorrermos aquele mapa apenas com o propósito de análises de distribuição, não ainda de inventário e caracterização individualizada.

¹⁰ Infelizmente, acha-se disperso o espólio desta importante necrópole e não se conhece sequer o contexto preciso das epígrafes publicadas. Segundo a revisão dos dados que vimos efectuando e o exame directo do local, pode mesmo colocar-se a possibilidade de tratar-se não de uma mas antes de duas necrópoles bastante próximas.

Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto. Por outro, a existência de como que um núcleo epigráfico na área feirense das freguesias de Vale-Romariz-Fiães, onde se acharam já nove peças, porventura a sugerir a importância dos respectivos castros ou do eixo viário litoral.

A circulação monetária romana está atestada de forma muito desigual na nossa região. Além dos achados avulsos, documentados em praticamente todos os concelhos, ou dos numismas que ocorreram em escavações de castros, pontualmente em grande quantidade, como sucedeu no de Fiães (Almeida, C.A.F. 1972c; *idem* & Santos 1971), revela-se significativo o aparecimento de alguns tesouros.

No castro de Romariz encontrou-se no século XIX um tesouro de cerca de uma centena de moedas republicanas dos séculos II-I a.C., cujo ocultamento poderá ter ocorrido entre os anos de 74 e 72 a.C., relacionado com a fase final das guerras sertorianas, segundo proposta de Rui Centeno (1976-77), que estudou o conjunto monetário. No castro de Fiães conhecem-se dois outros tesouros, totalizando cerca de centena e meia de moedas do século IV, cujo contexto arqueológico indicia claramente que a sua perda esteve associada a situações de abandono ou destruição, como regista o mesmo Autor (1976).

Dois outros tesouros apareceram em regiões mais interiores, igualmente do século IV mas de menor expressão arqueológica e valor monetário. Trata-se, num dos casos, de um achado de Sobrado, Castelo de Paiva, constituído aparentemente por algumas dezenas de pequenos bronzes, uma vez que o achado se acha deficientemente publicado (Pinho 1946; Hipólito 1960-61). O outro, corresponde a um achado recente da Vila de Arouca (Silva, A. M. 1989-90). Mais uma vez um pequeno tesouro de 20 numismas do século IV, de composição aparentemente similar ao de Paiva e que parece ter sido ocultado entre os finais do século IV e os inícios da centúria seguinte. Infelizmente, o contexto arqueológico da descoberta é muito difuso, merecendo realce, todavia, a circunstância incomum do esconderijo do tesouro, o movente de uma mó giratória, em cuja face superior foi rasgada uma pequena cavidade onde as moedas foram ocultas, disfarçando-se então o entalhe com uma argamassa plástica (*idem*, Est. I,1).

A carta dos elementos da romanização mostra-nos ainda a ocorrência de dois fornos cerâmicos, do século primeiro o do Paranho Canelas, V. N. Gaia (Silva, A.C. *et al.* 1984), bem mais tardio o de Eixo, Aveiro (Almeida, C.A.B. *et al.* 1987); bem como os vestígios de mineração romana no Braçal, Sever do Vouga (Castro 1946) e a armadilha de pesca de Silvalde, Espinho (Alves *et al.* 1988-89), importante testemunho da exploração dos recursos marítimos por parte das comunidades do século I, eventualmente conectáveis com o próximo Castro de Ovil.

4. CONCLUSÕES

Do exposto, e na presente fase da nossa investigação, podemos enunciar um conjunto de ideias-força, simultaneamente resultado e hipótese de trabalho a confirmar futuramente pelo desenvolvimento das escavações e outras acções de campo.

1) **A romanização é um fenómeno essencialmente litoral**, para o qual terão contribuído grandemente os percursos das campanhas militares, como a de *Decimvs Ivlivs Brvtvs* em 138-136 a.C., e fundamentalmente a construção da via *ad Bracaram* descrita no roteiro antoniniano.

Esboçando o traçado da via romana na carta da romanização (Est. IV) vê-se claramente o seu papel na ligação das estações de maiores dimensões (como Cabeço do Vouga, Ul, Fiães e Monte Murado) e na concentração de vestígios de diversa tipologia. Fora do eixo da estrada militar romana, aliás, as estações aproximam-se de outras “vias”: as constituídas pelos rios Douro e Vouga, e mesmo o aparecimento de testemunhos romanos nas zonas de Escariz-Fermedo (Arouca) e Castelo de Paiva pode estar ligada aos eixos viários subsidiários que de Viseu conduziam ao litoral, entroncando na via militar por alturas de Fiães, e ao Douro.

2) Se há alguns casos em que o *habitat* do Bronze Final parece não ter continuidade (como aparentemente sucede em S. Julião, Albergaria-a-Velha) e castros que parecem ter sido desocupados ou não terem sentido a influência romanizadora (à excepção da eventual e esparsa presença de fragmentos de ânfora, como sucede em Baiza ou Ovil), **a generalidade da ocupação romana faz-se a partir dos castros pré-existentes**, nuns casos com uma certa intensidade já no período do Alto Império, o que as *tesserae hospitales* do Monte Murado claramente confirmam (Silva, A.C. 1983), noutros, sendo meramente vestigial a ocupação deste período e parecendo ocorrer um *floruit* relevante nos séculos IV-V (Valinhas, Fiães, Cacia). **Não se detectam aparentemente novas fundações de época romana¹¹ nem há vestígios de qualquer villa.**

3) **A romanização do interior parece ser claramente um fenómeno tardio e algo marginal.** A raridade dos vestígios romanos em geral e o quase deserto que é a época alto-imperial na área do concelho de Arouca, por exemplo, sugerem que estas povoações terão mantido o seu estilo de vida autóctone, pouco sensíveis à presença ordenadora dos invasores ou pouco interessados, estes, no investimento em regiões economicamente pouco compensadoras.

¹¹ Quando muito, estarão documentadas em Cacia (Aveiro) e Cristelo da Branca (Albergaria-a-Velha), de onde não se conhecem com segurança materiais pré-romanos (cfr. Souto 1930, 1942 e Vaz 1981-82, 1983).

Veja-se, a título ilustrativo, que são do Baixo Império os tesouros monetários de Arouca e de Paiva e tardias as necrópoles de Alvariça e, no geral, as de Paiva. Mesmo numa estação que vimos estudando, o castro de Valinhas (Sta. Eulália, Arouca), os materiais dos séculos I-II são, pelo menos até ao momento, meramente vestigiais em relação aos dos séculos IV e V, que se apresentam, por sua vez, de produção muito local e atípica.

BIBLIOGRAFIA GERAL¹²

- AGUIAR (1944): J. Monteiro de Aguiar, Epitáfio romano de Folgoso (Castelo de Paiva), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 10 (2), Porto, 167-9.
- ALARCÃO (1988): Jorge de Alarcão, *Roman Portugal. II. Gazetteer* (Inventário), Fasc. 2, Warminster.
- ALMEIDA C.A.B. *et al.* (1987): Carlos Alberto Brochado de Almeida, Artur Jorge Almeida e António J. Cunha Leal, O forno cerâmico romano de Eixo - Aveiro, *Portvgalia*, Nova Série, VIII, Porto, IAFLUP, 69-72.
- ALMEIDA, C.A.F. (1959): Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Duas inscrições romanas da "Civitas Sanctae Mariae", *Douro Litoral*, 9ª Série, I, Porto, 161-6.
- Idem* (1972a): Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 3, Porto, 113-136.
- Idem* (1972b): Cerâmica romana de Fiães, *Rev. Fac. Letras. História*, 3, Porto, 191-205
- Idem* (1972c): O Castro de Fiães (II), *Rev. Fac. Letras. História*, 3, Porto, 207-14.
- Idem* (1983): Cultura castreja. Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, GEAP, 70-74.
- Idem* (1986): Arte castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência à romanidade, *Arqueologia*, 13, Porto, GEAP, 161-72.
- Idem* & SANTOS (1971): Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Eugénio dos Santos, O Castro de Fiães, *Rev. Fac. Letras. História*, 2, Porto, 147-68.
- ALMEIDA, F. (1953): Fernando de Almeida, *Terminus Augustalis* entre Talabriga e Langobriga, *O Arqueólogo Português*, 2ª Série, 2, Lisboa, 209-12.
- Idem* (1956): Marcos miliários da via romana "Aeminium-Cale", *O Arqueólogo Português*, 2ª Série, 3, Lisboa, 111-6.
- ALVES *et al.* (1988-89): Francisco J. S. Alves *et al.*, "A armadilha de pesca da época romana descoberta na praia de Silvalde (Espinho), *O Arqueólogo Português*, Série IV, 6/7, Lisboa, 187-226.
- ARAÚJO (1991): Maria da Assunção F. P. Araújo, *Evolução geomorfológica da plataforma litoral da região do Porto*, 2 vols., diss. polic., Fac. de Letras Univ. Porto, Porto.
- BRANDÃO (1961a): Domingos de Pinho Brandão, *Lápide sepulcral luso-romana de Fermedo*, Arouca, sep. "Lvcerna", I, 1, Porto.
- Idem* (1961b): *Ainda a inscrição de Fermedo*, sep. "Lvcerna", I, 2, Porto.

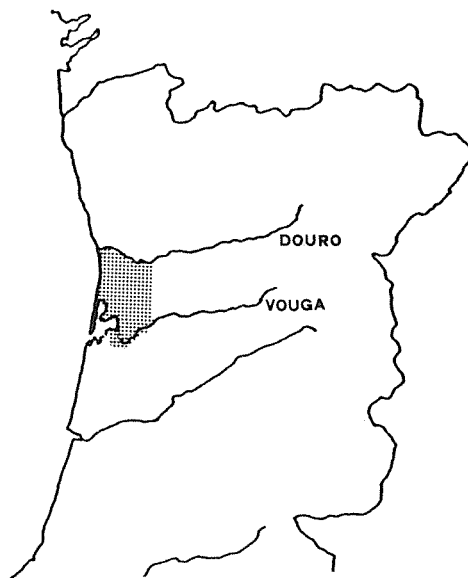
¹² Por compreensível economia de espaço referenciamos apenas a bibliografia directamente citada no texto, com uma ou outra excepção para trabalhos fundamentais para a área e tema em estudo.

- Idem* (1962a): A epigrafia latina do concelho de Arouca e alguns dos seus problemas, *Stvdivm Generale*, 9(1), Porto, 313-8.
- Idem* (1962b): Achados soltos de cobre e bronze no concelho de Arouca, *Stvdivm Generale*, 9(1), Porto, 85-93.
- Idem* (1963): Achado da “época do Bronze” de Vila Cova de Perrinho - Vale de Cambra, *Lvcerna*, 3, Porto, 114-8.
- Idem* (1987): Oito inscrições latinas funerárias do concelho de Arouca, in *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca*, Arouca, 107-13.
- CALO (1993): Francisco Calo Lourido, *A Cultura Castrexa*, Vigo, A Nosa Terra.
- CARDOZO (1973): Mário Cardozo, La Culture des “Castros” du Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXII (3), Porto, 262-82.
- CARY (1985): Francisco Caldeira Cary, *Enquadramento e perfis do investimento agrícola no continente português*, I, Lisboa.
- CASTRO (1946): Luis Albuquerque e Castro, Um achado romano - lucernas, *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, 2 (2), 108-10.
- CASTRO, M. (1987): Miguel Elfísio de Castro, Trajecto da via militar romana (desde a Branca a Fiães da Feira), in *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca*, Arouca, 47-52.
- CENTENO (1976): Rui M. S. Centeno, Numismática de Fiães: dois tesouros do Baixo-Império, *Nymisma*, 138-143, Madrid, 171-85.
- Idem* (1976-1977): O tesouro monetário do castro de Romariz (Portugal), *Sautuola*, 2, Santander, 209-19.
- Idem* (1987): *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, (Anexos *Nymmvs*, 1), Porto.
- DIAS (1985): Lino A. T. Dias, Castelo de Paiva. Necrópole de Valbeirô - Sardoura, 1982, *Informação Arqueológica*, 5 (1982-83), Lisboa, IPPC, 37-8.
- ENCARNAÇÃO (1971): José d’Encarnação, Duas importantes aras romanas de Vila da Feira, *Aveiro e o seu Distrito*, 11, Aveiro, 59-61.
- FERREIRA & SILVA (1984): Carlos J. Alves Ferreira e Maria Antónia S. Silva, Distrito de Aveiro. Espinho. Castro de Ovil, *Informação Arqueológica*, 4 (1981), Lisboa, IPPC, 41-3.
- Idem, idem* (1985): Espinho: Castro de Ovil -1982, *Informação Arqueológica*, 5 (1982-83), Lisboa, IPPC, 38-9.
- FORTES (1909): José Fortes, Gaya no passado, in António Arroyo *et al.*, *Mea Villa de Gaya*, Porto, 9-28.
- GIRÃO (1921): Aristides de Amorim Girão, *Antiguidades pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da arqueologia de Portugal*, Coimbra.
- GONÇALVES (1984): António Huet de Bacelar, Notas arqueológicas de Rui de Serpa Pinto sobre o litoral entre Douro e Vouga, *Gaya*, 2, V. N. Gaia, 73-82.
- Idem* (1989): Novos inéditos de Rui de Serpa Pinto, *Póvoa do Varzim. Boletim Cultural*, XXVI (2), Póvoa de Varzim, 467-97.
- GUIMARÃES (1993): Gonçalves Guimarães, *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*, V. N. Gaia.
- HIPÓLITO (1960-61): Mário de Castro Hipólito, Dos tesouros de moedas romanas em Portugal, *Conimbriga*, 2/3, Coimbra, 1-166.
- JORGE (1984): Vítor Oliveira Jorge, Escavação da Mamoa da Gestosa (Sandim - Vila Nova de Gaia), *Gaya*, II, V. N. Gaia, 19-38.
- LAMBRINO (1959-60): Scarlat Lambrino, *Le nom Aefvs et la cité d’Avobriga en Lusitanie*,

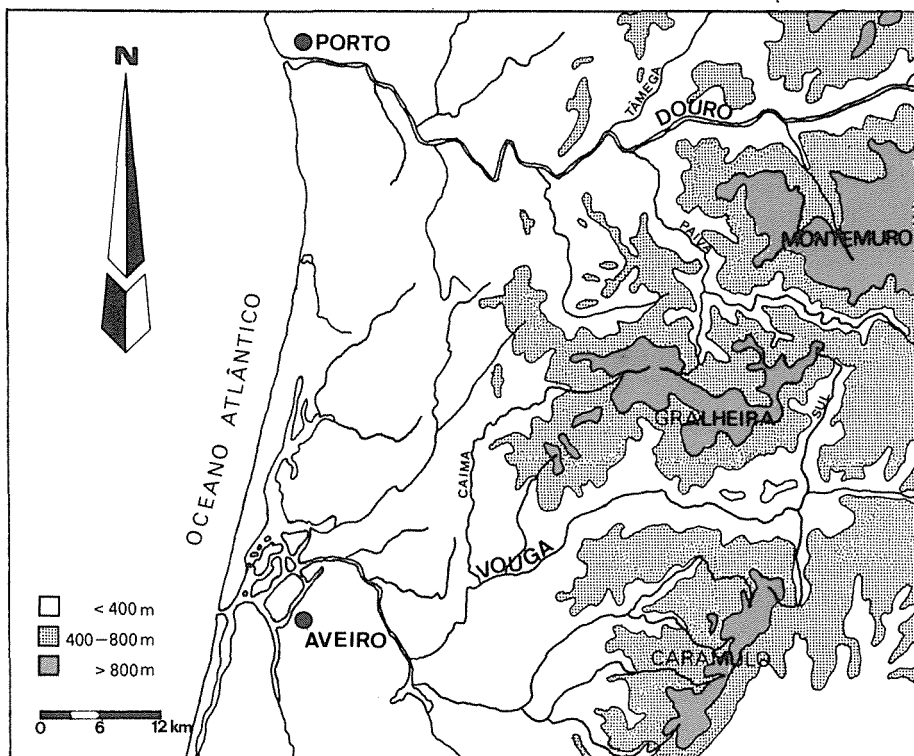
- sep. "Bulletin des Études Portugaises", XXII, Lisboa, 5-20.
- LIMA (1989): António M. Carvalho, *O Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso/Perosinho, Vila Nova de Gaia) - Proposta de classificação como imóvel de interesse público. Memória descritiva e justificativa*, Relat^o dactilog^o, V. N. Gaia.
- MADHAIL (1941): António G. Rocha, Estação luso-romana do Cabeço do Vouga. I. Terraço subjacente à Ermida do Espírito Santo ou da Vitória, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 7, Aveiro, 227-58, 313-69.
- MARQUES (1989): José A. Maia Marques, Escavações no Castro de Ul (Oliveira de Azeméis). Primeira notícia, *Revista de Ciências Históricas*, Porto, Univ. Portucalense, 65-89.
- MARTINS, F. (1946): Fernandes Martins, A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostila a um mapa. *Biblos. Rev. da Fac. de Letras de Coimbra*, XXII, I, Coimbra, 163-97.
- MARTINS, M. (1990), Manuela Martins, *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia/Monografias, 5, Braga, Univ. Minho.
- MATTOS (1937): Armando de Mattos, *As estradas romanas no concelho de Gaia*, Vila Nova de Gaia.
- PEREIRA (1907): Félix Alves Pereira, Geographia protohistorica da Lusitania. Situação conjectural de Talabriga, *O Arqueólogo Português*, 12, Lisboa, 129-58.
- PINHO (1946): Margarida R. M. de Pinho, *Elementos para a história de Castelo de Paiva*, Coimbra.
- REBELO (1988): Maria Teresa H. Rebelo, *Informações arqueológicas: Arões, Castelões e Junqueira (Vale de Cambra)*, Relat^o dactilog^o, Coimbra, Inst^o de Arqueologia.
- RODRIGUES & RIBEIRO (1991): Sérgio E. Monteiro Rodrigues e João Pedro Cunha Ribeiro, A Estação paleolítica do Cerro (Madalena - Vila Nova de Gaia), *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, VIII, Porto.
- RONCAYOLO (1986): Marcel Roncayolo, Região, in Romano, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, 8. Região, Lisboa, 161-89.
- SALVADOR (1992): Jorge Salvador, *Relatório dos trabalhos de limpeza no Castro de Ovil - Paramos, Espinho*, Relat^o dactilog^o, Espinho.
- SILVA, A.M. (1987): António Manuel S. P. Silva, *Introdução ao estudo do povoamento castrejo-romano na região de Arouca* (comunic. ao VI Colóquio Portuense de Arqueologia), no prelo.
- Idem* (1988): Notas para o estudo do período castrejo-romano no concelho de Arouca, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28, Porto, 85-98.
- Idem* (1989-90): Um pequeno tesouro monetário tardo-romano de Arouca (Aveiro), *Nvmmvs*, II Série, XII/XIII, Porto, 29-38.
- Idem* & SALVADOR (1992): António Manuel S. P. Silva & Jorge Salvador, *O Castro de Ovil e o povoamento da região de Espinho da proto-história à romanização*, Relat^o dactilog^o, Espinho.
- SILVA, A. C. (1983): Armando Coelho Ferreira da Silva, As tesserae do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, Vila Nova de Gaia). Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia Antiga, *Gaya*, I, V. N. Gaia, 9-26.
- Idem* (1983-84): A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias, *Portvgalia*, Nova Série, IV/V, Porto, IAFLUP, 121-9.

- Idem* (1984): Aspectos da proto-história e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento, *Gaya*, II, V. N. Gaia, 39-58.
- Idem* (1986): *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- Idem* (1992): Proto-história do Norte e Centro de Portugal, in Silva, A.C.F. & Gomes, M. V., *Proto-história de Portugal*, Univ. Aberta, 48, Lisboa, 29-97.
- Idem* & CENTENO (1982): Armando Coelho F. Silva e Rui Centeno, 1ª Campanha de Escavações Arqueológicas no Castro de Romariz (Vila da Feira, Aveiro) - 1980. Notícia sumária, *Humanidades*, 1, Porto, FLUP.
- Idem* & CENTENO (1993): *Habitat castrejo e aspectos de aculturação: a domus do Castro de Romariz (Santa Maria da Feira)*, Comunic. ao 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993), em vias de publicação.
- Idem et al.* (1984): Armando Coelho F. Silva, António Baptista Lopes e Maria J. F. Lobato, O forno romano de Canelas (Vila Nova de Gaia), *Gaya*, II, V. N. Gaia, 59-72.
- Idem et al.* (1986): Armando Coelho F. Silva, Celso Tavares da Silva e António Baptista Lopes, *Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu)*, Porto.
- SILVA, E.J. (1990): Eduardo Jorge Lopes da Silva, Primeira notícia da escavação de emergência do núcleo megalítico de Carvalho Mau (S. Pedro do Paraíso - Castelo de Paiva), *Revista de Ciências Históricas*, V, Porto, Univ. Portucalense, 7-22.
- SILVA, F.A. (1993): Fernando A. Pereira da Silva, Megalitismo e tradição megalítica no Centro-Norte litoral de Portugal: breve ponto da situação, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXIII (1-2) (1º Congresso de Arqueologia Peninsular, *Actas*, I), Porto, 93-13.
- SOUSA (1947-48): Arlindo de Sousa, Vila da Feira lusitano-romana, *Douro Litoral*, 2ª Série, VIII (p. 52-9), IX (p. 35-40) e 3ª Série, I (p. 37-49), II (p. 21-5), Porto.
- Idem* (1954): Umica (Civilizações pré-histórica, proto-histórica, romana (...)) no concelho da Feira), *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XX, Aveiro, 3-31, 165-91.
- SOUTO A. (1930): Alberto Souto, *A estação arqueológica de Cacia. I - Primeiras palavras, primeiras impressões*, Aveiro.
- Idem* (1942): Romanização no Baixo-Vouga. (Novo "oppidum" na zona de Talábriga), *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 9 (4), 283-328
- SOUTO D. (1958): Dulce Souto, Subsídios para uma carta arqueológica do Distrito de Aveiro no período de Romanização, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 24, Aveiro, 241-76.
- VAZ (1981-82): João L. da Inês Vaz, Primeira campanha de escavações em Cristelo da Branca, *Boletim da ADERAV*, núms. 6 e 7, Aveiro.
- Idem* (1983): *Escavações no Cristelo da Branca. Breves notas*, sep. "Munda", 5, Coimbra.

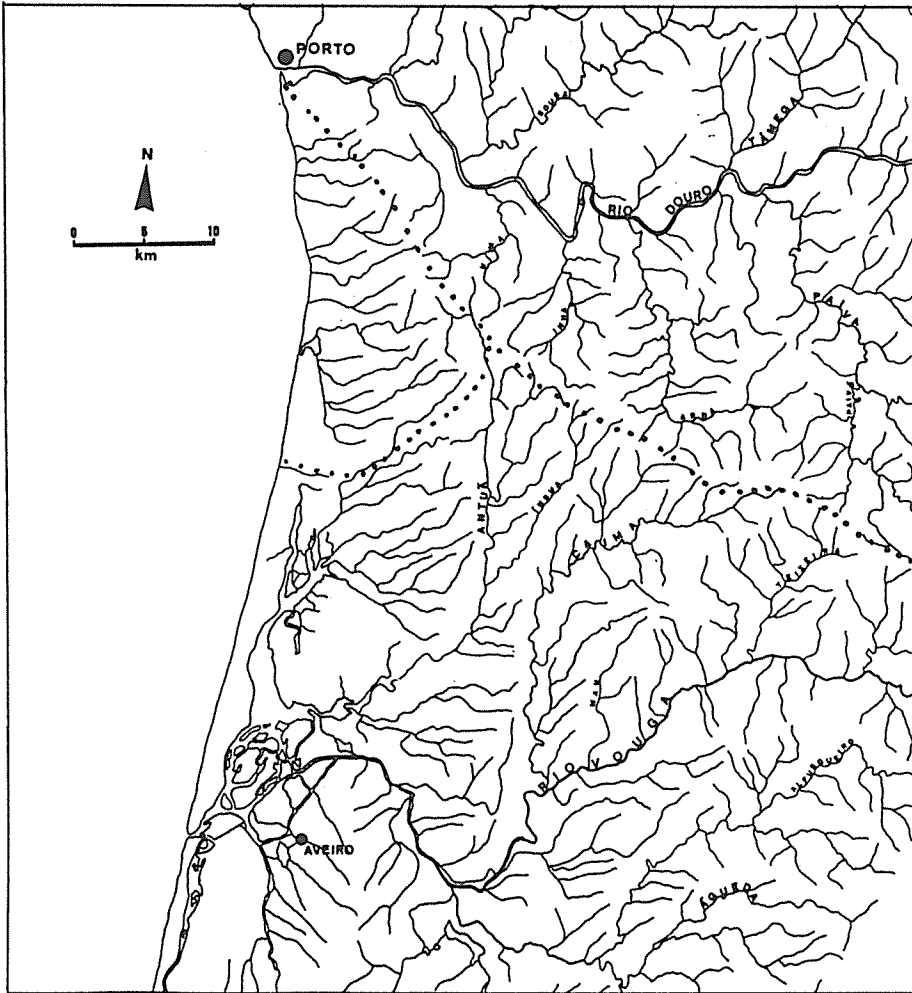
Est. I



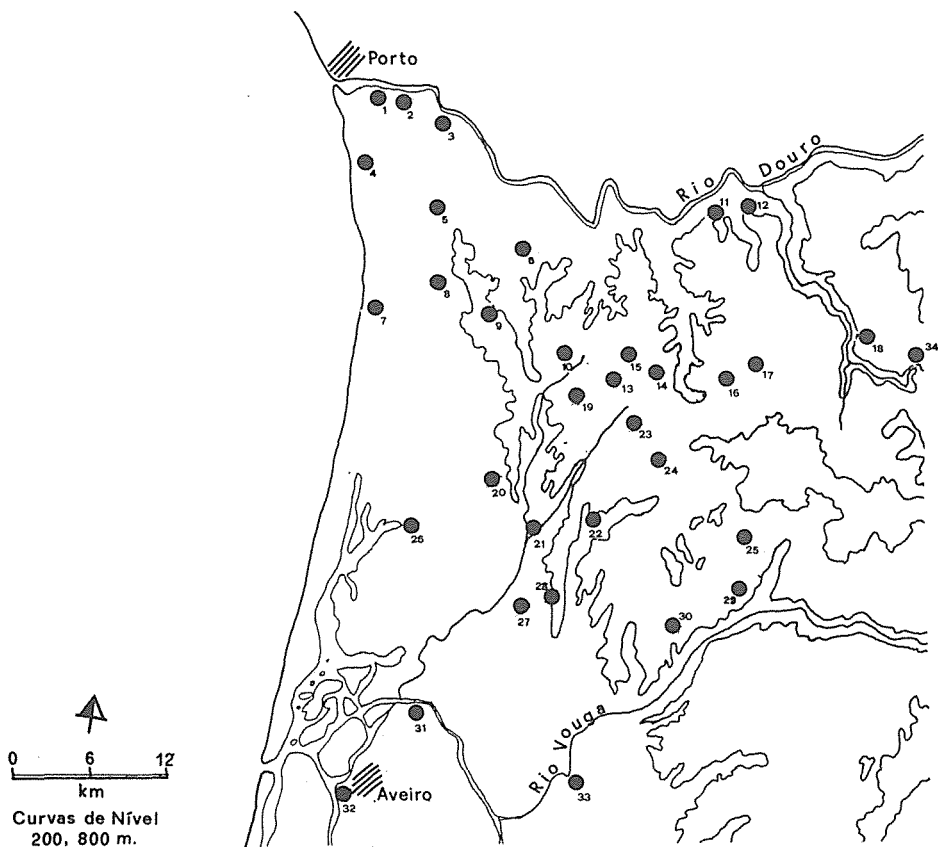
1 — Localização da zona estudada no Norte de Portugal.



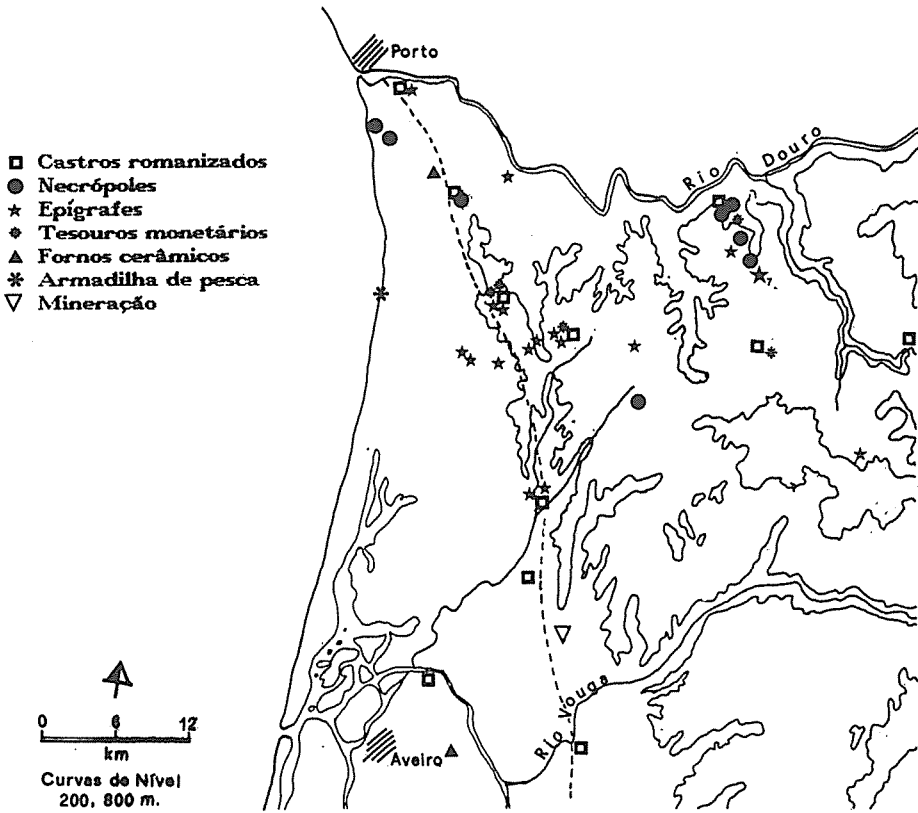
2 — Esboço hipsométrico do Entre-Douro-e-Vouga.



1 — Rede hidrográfica da região considerada. A pontilhado, a separação esquemática entre a Bacia do Douro (margem esquerda), onde o Uíma, o Inha, o Arda e o Paiva/Paivó constituem os principais cursos, e a do Vouga (margem direita), destacando-se o Antuã e o Caima, bacias a que escapam, apenas, no sector NO. da área, um conjunto de ribeiros que correm directamente para o Atlântico.



1 — Carta de distribuição dos Castros. 1 - Castelo de Gaia, 2 - Mafamude, 3 - Baiza, 4 - Madalena, 5 - Monte Murado, 6 - Sandim (todos em Vila Nova de Gaia); 7 - Ovil (Espinho); 8 - Moselos, 9 - Fiães, 10 - Romariz (Santa Maria da Feira); 11 - Sardoura, 12 - Fornos (Castelo de Paiva); 13 - Coruto, 14 - Monte Castêlo, 15 - Crasto de Mansores, 16 - Cividade, 17 - Valinhas, 18 - Alvarenga (Arouca); 19 - Cesar, 20 - Recarei, 21 - Ul, 22 - Ossela, 23 - Perrinho (Oliveira de Azeméis); 24 - Sandiães, 25 - Chão de Carvalho (Vale de Cambra); 26 - Salreu (Estarreja); 27 - Cristelo, 28 - S. Julião (Albergaria-a-Velha); 29 - Paradela, 30 - Pena (Sever do Vouga); 31 - Cacia, 32 - Verdemilho (Aveiro); 33 - Cabeço do Vouga (Águeda); 34 - Cabril (Castro Daire).



1 — Carta de distribuição dos vestígios de ocupação romana (a tracejado, o traçado esquemático da via *ad Bracaram*).

BUSCANDO A LOS PASTORES *

por

Joaquín Gómez Pantoja **

Resumen: Una de las asunciones típicas de la discusión de la situación de la Península Ibérica en época romana es el alto valor económico de las actividades ganaderas, en gran medida asociadas a prácticas transhumantes o semi-nómadas. El origen de esta concepción descansa mayormente en las condiciones impuestas por la singular climatología peninsular y por la extensión al pasado de prácticas que se nos aparecen muy arcaicas. El uso histórico de esta creencia ha sido considerable, no sólo por el hecho en sí sino por cuanto el constante movimiento de gentes que lleva aparejado el fenómeno es susceptible de generar interesantes transacciones étnicas y comerciales.

Sin embargo, cuando se cuestiona el axioma de que el clima fuerza necesariamente a sostener el ganado con migraciones estacionales a gran distancia, el resultado es que no existen pruebas directas ni testimonios materiales que avalen la existencia y la antigüedad de la industria transhumante.

Esta comunicación aborda ese problema y examina si la real carencia de testimonios directos de debe a que efectivamente, la Península Ibérica no conoció en la Antigüedad esta forma de ganadería, o a que la sociedad pastoril es, por las especiales características de su cultura material y modos de vida, invisible a la investigación histórica habitual.

Palabras-clave: Pastoralismo. Economía antigua. Hispania romana.

Comienzo con dos pasajes tomados de sendos historiadores de reputación:

“Satis adhuc in uastis Lusitaniae Celtiberiaeque montibus pecora consecrando nulum emolumentum tot laborum periculorumque uestrorum uidistis.”

“La ganadería fue la principal fuente de riqueza de la Hispania prerromana y continuó siendo, durante la República y comienzo del Imperio, la base de alimentación y vida económica de los indígenas. Imprimió su sello a la

* Este trabajo se ha realizado en el marco del Proyecto de Investigación PB 90—289: *Exploración, conquista e imagen del mundo bárbaro por el grecorromano*, financiado por la Dirección General de Investigación Científica y Técnica de la Secretaría de Estado de Universidades. Igualmente, he de agradecer a Apple Computer de España una subvención otorgada en 1991 para estudiar las trazas del antiguo pastoreo.

** Universidad de Alcalá de Henares.

estructura social y territorial, a los regímenes de economía y trabajo, y tuvo positiva influencia en las formas de vida, como ha escrito C. Viñas. El carácter pastoril de la gran mayoría de las poblaciones indígenas de Hispania, a final de la República, queda claro en las fuentes literarias, arqueológicas y numismáticas. Incluso en regiones donde la agricultura era muy floreciente, como en Turdetania, la abundancia de ganado de toda clase era enorme”.

El autor del primer pasaje es Livio (xxi 43.8-9) y corresponde a la arenga de Anibal a los soldados hispanos que le acompañaban en vísperas de su memorable jornada itálica; el argumento del gran cartaginés es que el botín que arranquen por las armas de Roma y sus aliados compensará sobradamente las privaciones seculares — *labores, pericula* — padecidas en Hispania; no hay necesidad de especificar cuáles eran esos padecimientos, porque la mención al ganado sobra para indicar al lector que la mayor parte de Hispania era una tierra de clima extremado y poco apta para la agricultura, una descripción en la que coinciden otros escritores antiguos¹. Estas líneas han sido frecuentemente invocadas como evidencia de que el pastoreo era el modo de vida imperante en gran parte de la Península a fines del siglo III antes de Jc².

El otro texto está entresacado de la extensa obra de un autor contemporáneo, cuyo magisterio ha beneficiado a muchos³, y lo he elegido por ser una buena muestra de la extendida opinión — basada mayormente en la literatura clásica — que hace de la Península ibérica un mundo pastoril; así, la sorpresa sobre la abundancia de ganados en la Turdetania debe entenderse en el contexto de la creencia antigua de que las actividades pastoriles y agrícolas eran mutuamente excluyentes⁴. Además, la cita también es llamativa por su carácter apodíctico; nótese cómo no parece haber necesidad de sustentar con pruebas lo dicho, quizá porque se considera palmaria la evidencia disponible, o al menos eso parece indicar el uso sistemático del modo indicativo. Sin embargo, la cita no es un mero trasunto de las noticias antiguas, en la medida en que lo que para Livio y sus colegas era un forma de mal vivir, para Blázquez es “la principal fuente de rique-

¹ Str. iii, 1.2 (C 137); 4.13 (C 163); nótese que en el *laus Hispaniae* pliniano (NH xxxvii,77. 203), una parte de la Península es descrita como *squalida*, cf. con el *horrida* de Val. Max. ix, 1.5. Las cualidades tópicas de la tierra podían también atribuirse a sus nativos, como sucede en el caso del ilustre *rhetor* M. Porcio Ladrón, que es calificado *deagrestis.*, sin duda un ingenioso juego de palabras sobre su origen hispano (Sen., *Controv.* i, *praef.* 16).

² Vid. J. Caro Baroja, *Los pueblos de España* (Madrid 1975) 155; J.M. Blázquez, *Historia económica de la Hispania romana* (Madrid 1978) 49; M. Salinas de Frías, *Conquista y romanización de la Celtiberia* (Soria 1986) 101.

³ J.M. Blázquez, *La Romanización*, vol. ii (Madrid 1975), 126

⁴ Cf. Varr., *RR* ii, 10.4 sobre el aparente disgusto de bástulos y turdetanos por las artes pastoriles.

za”, una afirmación presuntamente basada en datos arqueológicos y numismáticos tratados según las normas que gobiernan la investigación histórica actual.

En su cita, Blázquez notaba que la ganadería “imprimió su sello a la estructura social y territorial, a los regímenes de economía y trabajo, y tuvo positiva influencia en las formas de vida”. Parece, pues, capital delimitar cuál fue el ámbito de lo pastoril en la Hispania romana y cuál su importancia social y económica. Indudablemente, si las actividades ganaderas constituyeron la forma económica “nativa” — entendiéndolo por ello la más tradicional y ecológicamente más rentable — de las tierras peninsulares, este hecho resulta vital para entender, entre otras cosas, la génesis de determinados tipos de paisaje, la distribución del habitat y el trazado de la red viaria. Además, el modo en que se afronta la cría del ganado tiene importantes repercusiones en la estrategia agrícola; los animales proporcionan trabajo, abono, alternativas alimenticias y una fuente de capital que puede ser crucial en la elección de un cultivo u otro, en la intensidad del mismo, en la productividad y, en última instancia, en la capacidad del agro antiguo para generar la riqueza necesaria que mantenía la porción de la sociedad más visible históricamente pero que productivamente “parasitaba” al resto.

A la vista de la unánime conclusión a la que arriban dos autores separados por casi veinte siglos, muchos pensarán con razón que el tema está agotado y que difícilmente puede decirse algo nuevo al respecto. Otros, en cambio, quizá más malévolos, argüirán que lo anterior sólo muestra la inadecuación y parcialidad de las fuentes antiguas en todo lo que no sea la narración de *rerum gestarum* y nuestra incapacidad para ir más allá de ellas: la repetición de las mismas vaguedades durante dos mil años no las hace más verdaderas.

Tal deficiencia justifica por qué la discusión de cualquier aspecto de la Economía antigua equivale con frecuencia a un *casus belli*. A tenor de la experiencia de sociedades con un grado de desarrollo supuestamente parecido al de época romana y del sentido común, resulta fácil aceptar que la mayor parte de la población de Hispania — como sucedía en el resto del Imperio —⁵ arrancaba un vivir del cultivo de la tierra y del cuidado del ganado. Las disputas surgen de los matices y del énfasis que cada uno quiera darles: el alcance de la subsistencia, el monto del superavit generado por el campo, el papel del comercio y la inversión especulativa en el sistema, así como las consecuencias sociales, culturales y de *status* derivadas de cada uno de los aspectos anteriores⁶.

⁵ Además de las conocidas y muy citadas monografía de M.I. Finley, *The Ancient Economy* (Londres 1985³); A.H.M. Jones, *The Roman Economy: Studies in Ancient Economic and Administrative History* (Oxford 1974); P. Garnsey y R. Saller, *The Roman Empire: Economy, Society and Culture* (Berkeley 1987), nótese

⁶ K. Hopkins, “Introduction” en P. Garnsey, K. Hopkins y C.R. Whittaker, *Trade in the Ancient Economy* (Berkeley 1983) ix-xiv.

Por desgracia, las implicaciones económicas de la agricultura de época romana resultan especialmente difíciles de conceptualizar; parte del engaño reside en que ciertos aspectos — sean los casos específicamente alusivos a Iberia o los otros que se aplican a ella de modo traslaticio — están muy bien documentados en las fuentes literarias; igualmente, hay un caudal de información arqueológica y epigráfica: vestigios de viejas *limitationes*, aperos y material agrícola, planos de explotaciones rurales, abundantes restos de los envases empleados en el comercio del vino, el aceite y el trigo, análisis de huesos de animales domésticos y de semillas cultivadas. Sin embargo, debe notarse que esta evidencia es menos ilustrativa de lo que parece, casi siempre ambigua y la experiencia ha mostrado cuán peligrosa puede resultar la extrapolación generalizada de cualquiera de esos datos, sea evidencia arqueológica o la información suplida por un autor antiguo. Considérese, por ejemplo, el caso de las estampillas de las ánforas donde viajaba a otros puntos del Imperio el aceite, el vino y el trigo peninsular: el estudio de la distribución geográfica permite conocer los centros de producción, los de consumo y las fechas aproximadas en que estuvieron en alza los diferentes mercados; pero a nadie se le escapa que esta *Inscribed Economy* refleja precisamente lo que no era práctica ordinaria⁷. Las producciones mencionadas requerían unas condiciones edáficas, climáticas y humanas que sólo se daban en algunos lugares excepcionales y eran tan especulativas que los desembolsos necesarios para ponerlas en marcha, distribuirlas y resistir las fluctuaciones del mercado las ponían fuera del alcance de la mayor parte de los agricultores. Como a menudo sucede en la mayoría de los campos, estamos mejor informados sobre los aspectos extraordinarios y anormales de la Antigüedad que sobre lo que era la práctica habitual diaria: si “lo cotidiano son las pequeñas cosas que apenas tienen relevancia en el tiempo y en el espacio”, los estudiosos de la Antigüedad raramente sabemos cómo recuperar esa parcela para el dominio de la Historia⁸.

En este panorama, resulta notabilísimo constatar la infrecuencia con que — en Hispania y en el resto del Imperio — se han tratado los temas relativos al pastoreo. Fuera de la generalidades al estilo de las citadas al principio, el análisis de la ganadería romana ocupa una parte minúscula en cualquier obra

⁷ Me sirvo del afortunado título de un libro reciente (W. Harris (ed.), *The Inscribed Economy* (Ann Arbor 1993)) donde se presentan las contribuciones a un coloquio sobre el valor documental de los *instrumenta domestica* para el estudio de la economía romana. Nótese, por otro lado, cómo cambiaría un tema relativamente bien conocido (el comercio vinario) si se admite — como parece probable — que las ánforas no eran el único envase sino que una parte se transportaba en barricas de madera (*ibid.* p. 28 nota 122).

⁸ F. Braudel, *Civilization and capitalism (15th-18th century), i: the structures of everyday life: the limits of the possible* (Londres 1981), 29.

consagrada a la agricultura antigua y son contados los tratamientos monográficos⁹; inconscientemente, los especialistas modernos siguen el modelo establecido por Catón, Columella y otros *scriptores rei rusticae*¹⁰. Sin embargo la reluctancia a enfrentarse con las implicaciones sociales y económicas de la granjería pastoril deriva más de nuestra forma de *faire de l'Historie* que de la sumisión a las reglas de un género literario. El ámbito común de los pastores es la montaña, un apto símbolo de la marginalidad social y geográfica, pero es conocida la propensión de los historiadores a quedarse en las ciudades, ya que no en vano eran — y siguen siendo — los lugares de la “movida” donde todo parece suceder. Alejarse de los sitios de moda donde actúan las *prima donne* y penetrar en las fragosidades adyacentes significa entenderse con lugares mal comunicados, subyugados por la Naturaleza y cuyos pocos habitantes eran “pueblos en la sombra”, siervos de la *no-historia*: aparte de su proverbial desaliño, zafiedad y hedor, hablaban dialectos incomprensibles, practicaban raramente la escritura y tenían la mala costumbre de vivir “sin que nunca pase nada”¹¹.

Hace cincuenta años Braudel mostró magistralmente como el historiador debe vencer sus reparos e internarse en “las tierras pobres del Mediterráneo, sus reservas de proletarios”¹². Traigo esto a colación para recordar que si bien los

⁹ Tómese, por ejemplo, el popular K. D. White, *Roman Farming* (Londres 1970), que dedica a la ganadería apenas 60 páginas (272-331), en un libro que supera las 500. Desde otro punto de vista algo burdo, cf. la bibliografía sobre cuestiones ganaderas reunida por K.D. White, *A Bibliography of Roman Agriculture* (Reading 1970), 47-50 con las escasas adiciones aportadas por D. Flach (ed.) *Bibliographie zur römischen Agrargeschichte* (Paderborn 1991), 90-93. Desgraciadamente, el tiempo no hace sino poner en mayor evidencia los defectos y carencias de la monografía clásica de O. Keller, *Die Antike Tierwelt* (Liepzig 1909-13; reimpresso 1980): tratamiento desequilibrado de las diversas especies animales y debilidad en el análisis del aprovechamiento económico de los animales. V. Hehn, *Kulturpflanzen und Haustiere* (Darmstadt 1963⁹) es especialmente valioso por el recuento de fuentes sobre el origen y localización de cultivos y animales domésticos en la Antigüedad, pero no tiene en cuenta otra documentación más que la literaria. Vid. también la útil, si bien general, obra de J.M.C. Toynbee, *Animals in Roman Life and Art* (Londres 1973).

¹⁰ Una práctica que no deja de sorprender y que, por tanto, precisa de explicación, especialmente si se considera que Varrón rompe claramente la regla, vid. P. Sáez, “El lugar de la ganadería en los tratados de agricultura de época romano-republicana: el *De agri cultura* de M. Porcio Catón”, *Ktèma* 12 (1987), 257-69, con referencias a otra bibliografía.

¹¹ Una magnífica caracterización del pastor es el retrato de Lícidas según Theoc. *Id.* vii, 13-19. Llamo la atención sobre dos pasajes que me parecen especialmente ilustrativos de la marginación y diferenciación social de los pastores: el primero es Liv. x,4.7 y ss., relativo al dialecto montañés; el segundo episodio se refiere al asesinato del pretor L. Cornelio Piso, *leg. iud. p.H.C.* en el año 25 (Tac. *Ann.* iv, 45; vid. G. Alföldy, *Fasti Hispanienses* (Wiesbaden 1969) 67) a manos de *quodam agrestis nationis Terrestinae*.

¹² F. Braudel, *La Méditerranée et le Monde Monde Méditerranéen à l'Epoque de Philippe II* (París 1966²), vol. i, 30 y ss.

estudios actuales hacen tímidos esfuerzos en tal dirección¹³, esa no fue precisamente la actitud de los autores clásicos, que preferían rehuir la montaña o todo lo más, hablaban de oídas de ella y de sus ocupantes; no me refiero aquí específicamente a la frecuencia con que nuestras “autoridades” recurren a relatos de cuarta o quinta mano cuando tratan la materia (aunque también sea un factor que debe tenerse en cuenta), sino a sus fuertes prejuicios contra las áreas marginales y contre quienes las habitaban¹⁴.

El *locus classicus* que ejemplifica esta actitud es el famoso y repetido pasaje de Estrabón describiendo las formas de vida de lusitanos, celtíberos “y de las tribus que ocupan el lado septentrional de Iberia” (iii 3,7 (C 155) y donde la observación crítica de los aspectos morales (sobriedad, comportamiento con criminales y enfermos, costumbres de las mujeres) está íntimamente mezclada con los datos que hoy tendríamos como etnológicos: hábitos alimenticios e higiénicos, vestido, diversión...etc¹⁵. La única forma de vida posible es la pastoría y en la génesis de este lugar común intervino, a no dudar, otra cualidad de los habitantes de Hispania que fue proverbial en la Antigüedad, a saber, su valor militar¹⁶. Pastoría y belicosidad eran entendidas como dos caras de la misma moneda y si los hispanos resultaban magníficos soldados, se debía a que eran pastores, es decir, no agricultores, lo que indudablemente ocurría porque su país era pobre e inhospito; esta circunstancia les obligaba a buscar fama y riqueza en el latrocinio y la guerra y de ahí, su indisposición hacia el cultivo de la tierra y la preferencia por el pastoreo. Este razonamiento circular, basado

¹³ Vid. L. Pauli, *Die Alpen in Frühzeit und Mittelalter. Die archäologische Entdeckung einer Kulturlandschaft* (Berna 1980); A. Giardina, *Allevamento ed economia della selva in Italia Meridionale: trasformazioni e continuità* (Bari 1981); C.R. Whittaker (ed.), *Pastoral Economies in Classical Antiquity* (Cambridge 1988); J. Sasel, “La montagna romana: problemi e metodi della ricerca” en G. Susini (ed.), *Sestinum: comunità antiche dell’Appennino tra Etruria e Adriatico* (Rimini 1989) 211-8; *Peuplement et exploitation du milieu Alpin: Antiquité et Haut Moyen Age (Caesarodunum XXV*, Turín 1991); Ph. Leveau, “L’Occupation du sol dans le Montagnes méditerranéennes pendant l’Antiquité: apport de l’archéologie des paysages a la connaissance historique”, en G. Fabré (ed.), *La montagne dans l’antiquité. Actes du colloque de la Société des Professeurs d’Histoire Ancienne de l’Université* (Pau 1990) p. 5-29. Son también dignas de notar las contribuciones de E. Gabba, “La transumanza nell’Italia romana. Evidenze e problemi; qualche prospettiva per l’età altomedievale” y C. Wickham, “Pastoralism and Underdevelopment in Early Middle Ages” en la *XXXI Settimane di Spoleto: L’Uomo di fronte al mondo animale nell’Alto Medioevo*, vol. i (Espoleto 1985), 373-89 y 401-51, respectivamente.

¹⁴ L. Friedländer, *Darstellung aus der Sittengeschichte Roms* i¹⁰ (1922), 482 y iv⁹ i¹⁰ (1922) 142; A. Lovejoy—O. Boas, *Primitivism and related ideas in Antiquity* (Baltimore 1935), 7-19. 287-367.

¹⁵ Str. iii, 3.5-6 (C 153-5); cf. Diod. v, 33; Cat. xxxvii, 18-20.

¹⁶ Por ejemplo, Flor. *Epit.* 1, 22.38: *bellatricem illam, uiris armisque nobilem Hispaniam, illam seminarium hostilis exercitus.*

en presupuestos etnológicos bien conocidos¹⁷, puede iniciarse por cualquiera de sus elementos: el orden nunca afectó al resultado final¹⁸. Nada ilustra mejor el tópico que el resumido *curriculum vitae* de Viriato que nos ofrece una fuente antigua: *ex venatore, pastor; ex pastore, latro*¹⁹.

Sin embargo, los rasgos anteriores no son exclusivos de las poblaciones hispanas “de nombres menos bellos e ignorados”; ni siquiera son consecuencia de la particular xenofobia de Estrabón o cualquier otro autor clásico, sino que forman parte de la imagen que los habitantes de las *poleis* mediterráneas se forjaron de aquellos pueblos que, por primitivismo, pobreza u otras razones, mantenían formas de vida diferentes a las “civilizadas”, y empleo este término en su pleno sentido etimológico. Salvo algunas particularidades idiosincráticas, cada elemento de la descripción estraboniana se repite en los perfiles que otros autores clásicos ofrecen, por ejemplo, de los germanos, escitas, nómadas y hunos²⁰. Por todo ello me parece ocioso discutir siquiera la historicidad del pasaje del historiador patavino que abría estas páginas. El fragmento procede de un discurso y dados los manierismos y las licencias del género histórico antiguo, seguramente se trata de otro ejemplo del legítimo artificio retórico que permitía poner en boca del protagonista las ideas y palabras que se consideraban apropiadas para una situación determinada²¹. En el caso que nos ocupa, la artificiosidad queda patente cuando se considera que Livio sitúa la arena de Aníbal, y otra del oponente romano de turno, justo antes de la batalla del Ticino (xxi 43-44), es decir, al inicio del *bellum hannibalicum*; dos alocuciones similares, esta vez de Aníbal y Escipión Africano (xxx 30-31), preceden al relato de la batalla de

¹⁷ Varr., *R.R.* ii praef. 3-5; Arist. *Pol* 1256a 40-1256b 1-7; vid., “Aristóteles descubre la Economía”, en K. Polanyi, C.M. Arensberg, H.W. Pearson, *Comercio y mercado en los Imperios antiguos* (Madrid 1974) 111-41.

¹⁸ Str. iv 1.5; vid. F. Hartog, *Le miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre* (Paris 1980) 35-78; B.D. Shaw, “‘Eaters of Flesh, Drinkers of Milk’. The Ancient Mediterranean Ideology of the Pastoral Nomad”, *AncSoc* 13-14 (1982-3), 5-31; P. Thollard, *Barbarie et Civilisation chez Strabon* (Paris 1987), 7-19.

¹⁹ Liv., *Per.* 52; B.D. Shaw, “Bandits in the Roman Empire”, *Past & Present* 105 (1984), 3-52.

²⁰ Germanos: Tac., *Germ.* v, xiv, xxiii, xxvi. Escitas: Hdt. iv 2.2, 19-20; Str. xi, 8.7 (C 513). Nómadas: Hdt iv 181, 186-8; Sall., *Iug.* 17-19. Hunos: Amm. Marc. xxxi 2. Vid. A.N. Sherwin-White, *Racial Prejudice in Imperial Rome* (Cambridge 1967), 1-13; J.P.V.D. Balsdon, *Roman and Aliens* (Londres 1979), 59-71; F. Hartog, “Les Scythes imaginaires: espace et nomadisme”, *Annales (ESC)* 34 (1979), 1137-54; P. Troussset, “L’image du nomade saharien dans l’historiographie antique”, *Production pastorale et société* 11 (1980) 97-105; menos interesante a nuestros efectos, A. Lusi, “Nomádes e Numidae. Caratterizzazione etnica di un popolo” en M. Sordi (ed.), *Conoscenze etniche e rapporti di convivenza nell’antichità* (Milán 1979) 57-64

²¹ Cf. Tuc. i, 22 y Diod. xx, 1-2.2; sobre la veracidad histórica y el uso de los discursos en la narración histórica antigua, vid. C. Fornara, *The Nature of History in Ancient Greece and Roma* (Berkeley 1983) 142-68.

Zama que, como todos sabemos, marca el desenlace de la Segunda guerra púnica²². Por lo tanto, las palabras supuestamente pronunciadas por el gran Bárcida no tienen otra validez histórica que manifestar la idea tópica que un romano bien informado tenía del interior de la Península ibérica y de sus habitantes y pone de manifiesto, al menos así lo creo, el cuidado con que debe manejarse la evidencia de las autoridades clásicas en cuestiones relacionadas con el pastoreo peninsular. Pero si prescindimos de ellas ¿qué nos queda? ¿debe rechazarse por infundada la *communis opinio* tan aptamente reflejada por Blázquez?

Evidentemente, el pastoralismo es una actividad más invisible para la Historia que la propia agricultura: muchas de sus transacciones se han venido realizando sin necesidad de instrumentos documentales y la zafiedad e incultura de los pastores los sitúa habitualmente en el dominio anepigráfico²³. Incluso cuando sus prácticas han merecido la atención del legislador, la mayor proporción de regulaciones “pastoriles” frente a las “agrícolas” no debe tomarse como indicación del predominio de la ganadería sobre el labrantío: simplemente es una muestra de que la granjería animal es una práctica conflictiva²⁴. Desde el punto de vista arqueológico, la situación tampoco es mejor: los enseres pastoriles suelen estar hechos de materiales perecederos, la escasez de recursos no incita al atesoramiento y la marginación social de zagales y gañanes impide que sus manufacturas raramente atraigan la atención: nada tiene de extraño que se haya preguntado sin no se trata de una cultura “invisible”²⁵. Y a pesar de lo afirmado por Blázquez, no alcanzo a entender como la evidencia numismática es relevante en esta cuestión: si la presencia de animales en los tipos monetarios indica una inclinación pastoril, *Nemausus* (hoy Nîmes) debió de ser el primer lugar del mundo donde se practicó la granjería del cocodrilo.

Pero volviendo al tópico del pastoreo en Hispania, lo característico de un lugar común no es su falsedad sino su vulgaridad y por lo tanto, su inadecuación

²² T.J. Luce, *Livy. The Composition of His History* (Princeton 1977) 27

²³ Algo que, al menos para el profano, merece explicación es la aparente disimetría entre el ámbito epigráfico griego y el latino: en el primero son corrientes las dedicatorias de pastores (vid. L. Robert, “Epithaphe d’un berger à Thasos”, *Hellenica* 7 (1949), 152-60; C. Brixhe-E. Gibson, *Kadmos* 21 (1982), 130-169 (=SEG xxxii 1291-1301); A.J.M. Weiler, “Herdens en kudden in Griekse inscripties”, *Lampas* 20 (1987), 16-22), mientras que en el Occidente es una práctica mucho más excepcional (*CIL* xiii 7070 y G. Salmieri, “Un *magister ovium* di Domizia Longina in Sicilia”, *ASNP* 14 (1984), 13-23)

²⁴ C. Wickham, *art. cit. supra* (nota 13), 413. A este respecto nótese el intencionado comentario de Cicerón, *pro Cluent.* 161: *Cum quaedam in callibus*, ut solet, *controversia pastorum esset orta* (el énfasis es mío).

²⁵ R. Cribbs, *Nomads in Archeology* (Cambridge 1990), 65-83, esp. 65-68; desde otra perspectiva, cf. D. P. Kehoe, “Pastoralism and agriculture”, *JRA* 3 (1991), 386-7. Las dificultades quedan patentes cuando se tienen en cuenta los esfuerzos de D. Moreno, *Dal documento al terreno. Storia e archeologia dei sistemi agro-silvo-pastorali* (Bologna 1990) para retrazar los vestigios del pastoreo en los montes ligures en ¡los siglos XVI-XIX!

como base para cualquier análisis económico y social. Por ello, la verdadera *crux* del problema no es tanto la existencia de pastoralismo en Hispania — el sentido común y otra evidencia así lo indican —²⁶, cuanto la conceptualización y extensión de esas prácticas. De nuevo chocamos con la deficiente comprensión de los autores antiguos que, cegados por una radical antítesis labrador — gañán, fueron incapaces de distinguir entre las clases de pastoría y notar que no todas ellas son incompatibles con la agricultura: las diversas formas de nomadismo, la ganadería no especializada y la trashumancia, por citar los tipos que, según el análisis geográfico, son de aplicación a las condiciones imaginables en el mundo Antiguo²⁷. La historia de los pastores nómadas que los romanos pudieron encontrar en la Península ibérica es, me temo, irrecuperable y, como sucede con muchos grupos marginales, se conocen mejor las opiniones que las sociedades civilizadas tenían sobre ellos que su real modo de vida²⁸; en cualquier caso, este estudio parece más competencia del prehistoriador que del clasicista.

Mayor optimismo cabe respecto a la ganadería practicada en el *fundus* y complementaria de la agricultura. Las técnicas arqueológicas puestas a punto en los últimos años — fotografía aérea, prospección sistemática de regiones enteras — y una mayor atención de los excavadores a la *pars rustica* de las *villae*²⁹, ha permitido comprobar que la granjería animal coexistió frecuentemente con la labranza y que la densidad de establecimientos agrícolas en una región determinada en absoluto indica la existencia de *latifundia*. Todo lo cual parece coherente con los datos de los *scriptores rerum rusticarum* y con la concepción “primitivista” de la economía antigua que ahora está en voga y que acentúa el carácter de

²⁶ Nótese que aquí, basándose en los presupuestos de la vigente concepción “primitivista” de la economía antigua y en la evidente importancia del grano en la dieta clásica, que podía llegar a proporcionar 3/4 partes de las necesidades calóricas cotidianas (L. Foxhall—H.A. Forbes, “*Sitometreia: The Rôle of Grain as a Staple Food in Classical Antiquity*”, *Chiron* 12 (1982), 41-90) cabe adoptar una postura que radical que niega tanto la existencia de un nivel económico distinto a la mera subsistencia incluso en ciudades, como la necesidad de producciones animales en la economía antigua (W. Jongman, *The Economy and Society in Pompey* (Amsterdam 1988) 184-90) y “Adding it up”, en C. R. Whittaker (ed.), *cit. supra* (nota 13), 210-2), pero ambas suposiciones han estado sujetas a fuertes críticas (cf. B.W. Friar, *JRA* 4 (1991) 243-7 y D. Kehoe, *art. cit. supra* (nota 25) p. 387).

²⁷ X. de Planhol, “Nomades et pasteurs”, *Rev. géogr. de l'Est* 1 (1961), 291-310; 2 (1962), 295-318; 3 (1963), 269-98. D. Johnson, *The Nature of Nomadism* (Chicago, 1969); cf. M. Corbier, “Intervention”, en C.R. Whittaker, *cit. supra* (nota 13), 216-8.

²⁸ Vid. *supra* en nota 18 los trabajos de P. Troussel y B. Shaw.

²⁹ R. Agache, *La Somme pré-romaine et romaine* (Amiens 1978); G. Barker—J. Lloyd (ed.), *Roman Landscapes. Archaeological Survey in the Mediterranean Region* (Londres 1991), con referencia a las más recientes prospecciones en Italia y en otros lugares del Mediterráneo; como ejemplo de excavación “total”, A. Carandini—A. Ricci, *Settefinestre: una Villa Schiavistica nell'Etruria romana* (Modena 1985).

subsistencia de la actividad agrícola³⁰. Aunque es de suponer que la aplicación a otras regiones de la Península Ibérica de estudios como los de Ponsich o los de Keay y sus colaboradores³¹ permitan en un futuro próximo alcanzar una estimación de su volumen e importancia económica, me parece que esta práctica, lejos de poseer los rasgos pastoralistas a los que se viene aludiendo, puede ser entendida como su antítesis y, como tal, dejarla de lado en nuestra discusión. La confusión de los antiguos es crítica en el caso de la trashumancia, que es una forma muy especializada de pastoreo practicada por culturas sedentarias y cuya más destacada característica es la migración regular del ganado entre pastos estacionales, a veces distantes entre sí muchos cientos de kilómetros. Se trata pues, de un pastoreo propio de diversas especies animales, pero la más característica es la ovina y su finalidad económica primordial es el aprovechamiento de la lana. Todo lo cual, dicho en este país, puede sonar a perogrullada, pues no en vano ir a extremos ha sido una actividad casi connatural para nuestra gente. Pero es importante resaltar que aunque, funcionalmente, nomadismo y trashumancia son prácticas similares, que envuelven el desplazamiento de ganados y pastores; pero hay diferencias esenciales: en la primera, toda la población sigue al rebaño; en la segunda, sólo los pastores por lo tanto, lejos de ser la actividad de quienes estaban a caballo entre el nomadismo y la vida sedentaria — como creía la etnología clásica —, la vida cañariega constituye una forma pastoril muy desarrollada y tan necesitada de inversión que sólo resulta posible en sistemas económicos que, superada la mera subsistencia, admiten una cierta demanda especulativa; también parece necesitar de un marco legal y gubernativo capaz de garantizar y regular la compleja movilidad del ganado³².

Ciertamente hay datos que confirman que una industria de estas características existió en la Antigüedad. En Grecia, unos versos de *Oedipus Rex* narran el encuentro veraniego de dos pastores en las praderas del monte Citerón, mientras que un famoso pasaje de Dión Crisóstomo refiere la situación, en época de Domiciano, de dos pastores que al morir quien les daba trabajo invernal en la llanura, se ven obligados a vivir todo el año en la sierra.³³ En Italia, en los años inmediatos al cambio de Era, Varrón testimonia fehacientemente cómo sus rebaños

³⁰ Vid. *supra* nota 5. Sobre la *new orthodoxy*, vid. K. Greene, *The Archaeology of Roman Economy* (Berkeley 1986), 14-16.

³¹ M. Ponsich, *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir* (París 1974-); S. Keay, "The *ager Tarraconensis*", en G. Barker-J. Lloyd (edd.), *Roman Landscapes. Archaeological survey in the Mediterranean region* (Londres 1991), 79-87.

³² A. Fribourg, La transhumance en Espagne, *Annales de Géographie* (15 de Mayo de 1910) 231-44. E. H. Carrier, *Water and Grass. A Study in the Pastoral Economy of Southern Europe* (Londres 1932), 6-7 y C.D. Smith, *Western Mediterranean Europe* (Londres 1979), 239-56

³³ Soph., *OT* 1121 y ss.; Dio Chrys. *Or.* 7. Vid. S. Georgoudi, Quelques problèmes de la transhumance dans la Grèce ancienne, *REG* 87 (1974), 155-85.

trashumaban entre los agostaderos reatinos y los pastos invernales de Apulia y sus contertulios tenían intereses parecidos en el Epiro y otros lugares del Orbe³⁴; a tenor de la llamada *lex agraria epigraphica*, la práctica llevaba en vigor al menos dos siglos y, en época de Marco Aurelio, la inscripción de la *porta Boiano*, en Sepino, refleja que el sistema pastoril estaba tan regulado y supervisado como más tarde lo fue la *Dogana* o la Mesta³⁵. Evidencia similar, en verdad menos abundante y conclusiva, existe en otros lugares del Mediterráneo: en el Sur de Francia, el tomillo de las altipalnicies calizas de la Crau atraía todos los años grandes rebaños³⁶; en los *poljes* dálmatas, pastores de otros lugares se aseguraban, mediante acuerdos, el acceso a los escasos manantiales que existían en las zonas de pastos³⁷; en Lycia, la compleja reglamentación de un festival cuadrienal en Oenanda revela como hasta 35 aldeas dependían de esta pequeña ciudad, un dato que el editor de tan interesante documento interpreta como núcleos de ocupación estacional para aprovechar los pastos estivales, el equivalente de la modernas *yaylas* anatólicas³⁸; en el Wallis suizo, en fin, el hallazgo de cuatro altares — uno consagrado a los *Pastores*, los otros tres a *Diana*,

³⁴ Varro, *r.r.* ii *passim*; vid. E. Frezouls, "Remarques relatives à des domaines d'amis de Varron", *REL* 36 (1958) 33-34; cf. A. Grenier, "La transhumance des troupeaux en Italie et son rôle dans l'histoire romaine", *Mél. d'arch. et d'hist. de l'Ecole Française de Rome*, 1905, 307-12; J.E. Skydsgaard, Transhumance in Ancient Italy, *ARID* 7 (1974) 7-36; M. Pasquinucci, "La transumanza nell'Italia romana", en E. Gabba y M. Pasquinucci, *Strutture agrarie e allevamento transumante nell'Italia romana (III-I sec. a.C.)* (Pisa 1979), 79-182; J.M. Frayn, *Sheep-rearing and the Wool Trade in Italy* (Liverpool 1984), 45-66.

³⁵ *Lex agraria*: CIL I² 585 = Bruns, *Fontes*⁷, 11 = Riccobono, *FIRA* i, 8 = K. Johannsen, *Die Lex agraria des Jahres 111 v. Ch. Text und Kommentar* (München 1971); traducción francesa en J. Granet, "La loi agrarie épigraphique de 111", *Pallas* 35 (1989) 125-40. Cf. F.T. Hinrichs, "Die Lex agraria des Jahres 111 v. Ch. in Zeit", *Sav.Stif.* (1966) 252-283; H.B. Matingly, "The Agrarian Law of the Tabula Bambina", *Latomus*, (1971), 281-3; J. Granet, "La Loi Agraire de 111 et l'élevage", *Pallas* 35 (1989), 141-54.

Saepinum: CIL ix 2438 = Bruns, *Fontes*⁷ 71 = Riccobono, *FIRA* i, 61; una lectura revisada en U. Laffi, "L'iscrizione di Sepino (CIL, IX, 2438) relativa ai contrasti fra le autorità municipali e i conduttori delle greggi imperiali con l'intervento dei Prefetti del Pretorio", *SCO* 14 (1965) 177-20; cf. M. Corbier, "*Fiscus and Patrimonium*. The Saepinum Inscription and Transhumance in the Abruzzi", *JRS* 73 (1983), 126-131

³⁶ Plin., *NH* xxi 57 (cf. Str. iv 1.6); vid. C. Goudineau, "Le pastoralisme en Gaule", en C.R. Whitaker (ed.), *cit. supra* (nota 13), 160-70; D.S. Geddes, "Neolithic Transhumance in the Mediterranean Pyrenees", *World Archaeology* 15 (1983) 51-66.

³⁷ CIL III p. 2328⁷¹ (= J. Wilkes, "Boundary stones in Roman Dalmatia, I. The Inscriptions", *Arheoloski Vestnik* 25 (1974), 258-9) y vid. J. Sasel, "Pastorizia e transumanza. Contributo a la discussione", *RSA* 10 (1980), 181-2.

³⁸ *SEG* xxxviii, (1988) 1462 (= traducción S. Mitchell, *JRS* 80 (1990), 183-7); vid. M. Wörrle, *Stadt und Fest im kaiserzeitlichen Kleinasien* (München 1988). Cf. con la situación descrita por U. Espinosa—L.M. Usero, "Eine Hirtenkultur im Umbruch. Untersuchungen zu einer Gruppe von Inschriften aus dem conventus Caesar-Augustanus (Hispania Citerior)", *Chiron* 18 (1988), 477-504.

Mercurius, Silvanus — posiblemente indica un temprano *alpage*³⁹.

Curiosamente faltan datos comparables en la tierra que vió crecer el arquetipo de sistema pastoril organizado, el Honrado Concejo de la Mesta. Esto, sin embargo, no ha sido óbice para que muchos crean que el comienzo de las prácticas trashumantes en la Península se remonta a época romana o antes⁴⁰; la justificación de este axioma se busca diversamente en la extrapolación de las prácticas de otros lugares del Mediterráneo, en la imagen de Hispania dada por los autores clásicos, en la evidencia arqueológica y en los argumentos ofrecidos por la ciencia geográfica del pasado siglo, que entendió la trashumancia casi como un rasgo del clima mediterráneo, tan esencial a estas tierras como los suelos rojos o la peculiar actividad de los centros de acción atmosférica⁴¹.

A tenor de lo dicho anteriormente, es evidente que no debe prestarse crédito indiscriminado al testimonio de los autores clásicos; es más, una lectura cuidadosa de las fuentes puede servir para decidir precisamente lo contrario, a saber, que la trashumancia fue desconocida en Hispania romana: ¿de qué otro modo puede interpretarse el silencio al respecto de Columella?. No cabe recurrir a la disculpa de que el célebre escritor gaditano olvidase el tema o ignorase el negocio pecuario ya que sus libros contienen la única referencia a la selección de especies legada por la Antigüedad: cómo precisamente un tío suyo importó carneros africanos para mejorar la lana de sus rebaños⁴². Por otro lado, la aportación de los datos arqueológicos, sean éstos ciertas figuraciones animales o la distribución de determinados objetos a lo largo de las rutas tradicionalmente tenidas por pastoriles, resultan más ambiguos de lo que a primera vista parecen y la argumentación es frecuentemente circular, porque la trashumancia es la causa de los mismos fenómenos que otras veces se tienen por consecuencia⁴³. Final-

³⁹ AE 1966, 272-5; vid. R. Frei-Stolba, "Viehzucht, Alpwirtschaft, Transhumanz: Bemerkungen zu Problemen der Wirtschaft in der Schweiz zur römischen Zeit", en C.R. Whitaker (ed.), *cit. supra* (nota 13), 143-159.

⁴⁰ J. Gómez-Pantoja, "Antes de la Mesta: ¿trashumancia en Hispania romana?", en *Actas del Congreso Internacional de Caminería hispánica (Pastrana 1992)* (en prensa).

⁴¹ Un ejemplo clásico del uso de la trashumancia como constante histórica en F. Braudel, *op. cit. supra* (nota 12). La aplicación de esta idea a la Península ibérica en A. Cabo, "Condicionamientos geográficos", en M. Artola, *Historia de España Alfaguara*, vol. i (Madrid 1976), 151.

⁴² Col., *Rust.* vii.2.4; este detalle, de gran fuerza retórica, fue notado por M.J. Walker, "Laying a mega-myth: Dolmens and Drovers in Prehistoric Spain", *World Archaeology* 15 (1983), 37 y ss.

⁴³ Vid. G. Aparicio, "De etnología ovina. El merino. A propósito de dos testas de camero esculpadas en sarcófagos romanos de Córdoba", *Archivos de Zootecnia* 76 (1970) 124 y ss.; E. Laguna, *Historia del merino* (Madrid 1986), 55-59 (sobre una figurita de bronce encontrada también en Córdoba y que el autor considera la primera representación de un merino); vid. V. Paredes Guillen, *Historia de los foramontanos celibéricos* (Plasencia 1888), sobre los verracos como indicadores de rutas pastoriles; la idea ha sido retomada con variantes por M. Ruiz Galvez-E. Galán, "Las estelas del Suroeste como hitos de vías ganaderas y rutas comerciales", *Trabajos de Prehistoria* 48 (1991) 257-73.

mente, la idea de que esta forma de granjería pastoril es consustancial al clima y a las formas de vida mediterráneas está últimamente de capa caída debido a una mejor comprensión de la compleja interrelación de los fenómenos agrícolas⁴⁴. Se ha producido así un curioso giro copernicano en la historiografía que ahora considera que la praxis descrita por Varrón era más la excepción que la regla⁴⁵.

Como sucede frecuentemente en el mundo de las ideas, hay un fuerte radicalismo en este tipo de cambios y la afirmación de una postura exige la negación absoluta de su antítesis. Por ello, aún considerando las múltiples inadecuaciones de las fuentes y la ambigüedad del resto de la documentación disponible, me sigue pareciendo que admitir la existencia de una *grande transhumance* en Hispania romana es un modelo que ofrece mayor comprensión de ciertos fenómenos que la tesis opuesta.

Desgraciadamente, la arqueología de este país no ha desarrollado la metodología necesaria para documentar la industria que nos interesa o, al menos, los intentos que se han hecho en este sentido, se aplican generalmente a períodos donde, paradójicamente, la documentación escrita que pudiera avalar o confirmar cualquier resultado es nula o escasa⁴⁶. Necesitaríamos en los próximos años que los restos oseos se interrogasen de modo distinto al mero recuento de especies: hay que determinar el momento de la matanza de ovejas y vacuno para saber cuál fue aprovechamiento alimenticio y económico⁴⁷. Nótese también que las grandes dehesas de pastos de la Península (Tras-os-montes, la Siberia extremeña, la Alcuía, las tierras de Alcantara), coinciden con zonas metalogénicas y cotos mineros; en muchas ocasiones, se trata de metales y oligoelementos capaces de fijarse en los huesos de cuantas especies hayan pastado allí: ¿no sería posible, determinar la concentración de esos elementos en los restos oseos de un yacimiento: si tienen una concentración anómala de mercurio, posible-

⁴⁴ J. Lewthwaite, *Plains Tails from the Hills: Transhumance in Mediterranean Archaeology*, en A. Sheridan- G. Bailey (edd.), *Economic Archaeology. Towards an Integration of Ecological and Social Approaches*, Oxford 1981 (BAR Int'l Series 96), pp. 57-66; cf. las posturas antagónicas sobre el papel del ganado en Grecia de S. Hodkinson, "Animal Husbandry in the Greek Polis" y J.E. Skydsgaard, "Transhumance in Ancient Greece", ambos en C.R. Whittaker, *cit. supra* (nota 13), 35-74 y 75-86, respectivamente.

⁴⁵ P. Gamsey, "Mountain Economies in Southern Europe. Thoughts on the Early History, Continuity and Individuality of Mediterranean Upland Pastoralism", en C.R. Whittaker, *cit. supra* (nota 13), 196-200; P.L.J. Halstead, *Tradicional and Ancient Rural Economies in Mediterranean Europe: Plus ça change?*, *JHS* 107, 1987, pp. 77-87.

⁴⁶ G. Barker, "The archeology of the Italian shepherd" *Trans. Cambridge Phil. Soc.* 215 (1989) 1-19; *id.* *Possiamo riconoscere la transumanza nelle testimonianze archeologiche?*, en *Atti Giornate Internazionale di studio sulla transumanza (L'Aquila-Foggia 1984)* (L'Aquila 1990), 39-51.

⁴⁷ Vid. J.-D. Vigne, "The meat and offal (MOW) method and the relative proportion of ovicaprines in some ancient meat diet of the NW. Mediterranean", *RSL* 67 (1991), 17-42

mente sea indicación de que pastaron fuera de su area y que pasaron temporadas en la Alcudia.

Pero la evidencia de trashumancia antigua en la Península está posiblemente también en las fuentes clásicas, que deben examinarse teniendo en cuenta los prejuicios a los que antes se ha aludido. Tómese, por ejemplo, el temprano episodio de 193 en que M. Fulvio Nobilior se enfrenta en las proximidades de Toledo a una coalición de vettones, vacceos y celtíberos (Liv. xxxv 7). La noticia no explica los antecedentes de la disputa ni el aglutinante de la coalición, pero es claro que lo que estaba en juego era el control del Tajo. Que el general romano tratara de hacerse con el paso entre las dos mesetas, un punto crítico para los ganados cañariegos peninsulares, no es una suposición aventurada si se considera que por esos mismos años, en Italia se estaba tratando de regular y aprovechar fiscalmente la actividad pastoril y el mismo Livio informa de las sustanciosas multas impuestas a unos anónimos *pecuarii* en 196 y en 193⁴⁸. Si esta interpretación es correcta, el bando indígena, compuesto por habitantes de ambas vertientes del Sistema Central, se aliaron contra la disrupción de las prácticas tradicionales: unos, lo más norteños, defendían los pastos invernales de sus ganados y, otros, los ribereños del Tajo, los ingresos que el tránsito debía reportarles.

Otro caso digno de consideración es un desgraciado accidente sufrido por una señora de postín en el Bierzo o sus alrededores; según una fuente hagiográfica tardía, la matrona Teodora y su sequito se vieron atropellados por una estampida de reses mientras hacían camino buscando a san Valerio. Como el siniestro ocurrió *propinquante vindemiae tempore*, lo lógico es situarlo a comienzos de la migración anual que conducía el ganado hacia la internada en los pastos meridionales, sobre todo si se considera otra noticia, esta vez de la *Vita Fructuosi* 2, que narra las visitas del padre del ese santo a los muchos rebaños que tenía por la región⁴⁹.

Por otro lado, una olvidada inscripción conservada en el Museo de Granada (CIL ii 5510), que he comentado en un artículo reciente, es probablemente el único vestigio conservado de un rescripto de Domiciano estableciendo los límites de un *callis publicus*; este interesante documento abre nuevas perspec-

⁴⁸ Liv. xxxiii 42.10 y xxxv 10, 12; cf. el testimonio paralelo de Fest. p. 238 M (p. 276 L) s.v. *Publicius clivus*; referido al 241. Vid. C. Trappennard, *L'ager scripturarius. Contribution à l'histoire de la propriété collective*, París 1908, *passim*; Cl. Nicolet, *Tributum. Recherches sur la fiscalité directe sous la republique romaine*, Bonn 1976, pp.79-86; P. Botteri, "Pecuarius et scripturarius", *REL* 55 (1977) 313-24.

⁴⁹ Val., *Repl.* 3 (ed. C.M. Aherne, *Valerio of Bierzo* (Washington 1943); M. Díaz y Díaz, *La Vida de San Fructuoso de Braga*, Braga 1974. Agradezco a L.A. García Moreno que llamase mi atención sobre este dato, sobre el cual debe verse su "La tecnología rural en España durante la Antigüedad tardía", *MHA* 3 (1979), 217-37.

tivas sobre la ganadería romana en la Península. Pero las menciones directas a pastores y sus ganados no abundan, como cualquiera que haya manejado los índices de CIL ii habrá tenido oportunidad de comprobar. Aún así, las inscripciones ofrecen una mina de dato y en un trabajo de hace unos años, traté de mostrar cómo los emigrantes clunienses y uxamenses documentados en lápidas de diversos lugares de Hispania se explican mejor por razones de industria pastoril que como trabajadores mineros, que era la etiología más comúnmente atribuida a este fenómeno. A mi juicio, la trashumancia justificaría tanto la abundante presencia de esos personajes en Capara, Segovia, Avila y Segobriga, que son lugares sin explotaciones mineras como su corriente aparición en los cotos metalogénicos explotados en la Antigüedad (Trás-os-Montes, el curso medio del Tajo, Sierra Morena): no en vano esas zonas coinciden también con las dehesas de pastos tradicionales⁵⁰.

Hace sesenta años, Loeschke, a partir de una miscelánea documentación literaria, epigráfica y arqueológica, fue capaz de presentar un panorama coherente de la producción vinícola romana en Treveris y sus alrededores, a pesar de que el área nunca mereció la atención de ninguno de los escritores agrícolas clásicos⁵¹. *Mutatis mutandis*, estoy convencido que la estrategia de relectura e interpretación que he señalado antes nos permitirá, en un futuro no muy lejano, afirmar la práctica de la trashumancia en Hispania romana y precisar su extensión e importancia económica; no en vano, el romance peninsular convirtió algo originariamente tan rústico y azagadero como los *calles* en la quintaesencia de lo urbano⁵².

⁵⁰ J. Gómez-Pantoja, "Clunienses por el mundo", en *Homenaje al Prof. Blázquez* (Madrid, en prensa desde 1990); "Pastores y trashumantes de Hispania" en J. Burillo (ed.), *Actas del III Coloquio sobre los Celíberos* (Daroca 1991) (en prensa), con la bibliografía citada.

⁵¹ S. Loeschke, "Römische Denkmäler vom Weinbau an Mosel, Saar und Ruwer", *TZ* 7 (1932) 1-60.

⁵² La ejemplificación material de este curioso hecho lingüístico la constituyen los bernes cabañiles existentes todavía junto a la Puerta de Alcalá, a dos pasos de la zona más *chic* y urbana de Madrid, las calles de Serrano y Velázquez. Nótese igualmente que sólo en otras dos lenguas romances, el italiano y el rumano, se ha operado la mutación del significado de *callis* en *via* (it. *calle* y rum. *calea*). Es sobradamente conocida la importancia, hasta épocas recientes, de la trahumancia en Italia; para los Carpato, vid. E. de Martonne, "La vie pastorale et la transhumance dans les Karphates méridionales; leur importance géographique et historique", *Zu Fr. Ratzels Gedächtnis* (Liepzig 1904) 225-45.

EL PAIS VASCO EN EPOCA ROMANA. NUEVAS PERSPECTIVAS ARQUEOLÓGICAS

por

Eliseo Gil Zubillaga*

Resumen: Partiendo de la base de una revisión crítica de la documentación arqueológica existente, e incorporando los recientes y notorios datos obtenidos en nuestro programa para el estudio de la romanización, se procederá a trazar un panorama global del País Vasco durante la época romana. Incidiremos en la distribución espacial del fenómeno romanizador, articulado en torno a los dos grandes ambientes geográficos en los que se divide este territorio: vertiente atlántica y vertiente mediterránea, con sus particularidades de patrón de asentamientos, cronologías e presencia de elementos de cultura material.

Palabras-clave: País Vasco. Época romana. Arqueología.

Nos centraremos en el análisis de los territorios que constituyen la actual Comunidad Autónoma del País Vasco, aún a sabiendas de las limitaciones que trae consigo la elección de un marco político que no se corresponde a unidades de organización de la Antigüedad. Está compuesto por los Territorios Históricos de Alava/Araba, Vizcaya/Bizkaia y Guipúzcoa/Gipuzkoa, con una extensión de 3.047, 2.217 y 1.997 Km², respectivamente; lo que totaliza 7261 km².

En primer lugar, hemos de hablar del medio geográfico. Sin entrar en cuestiones de determinismo, hemos de constatar la gran variedad de paisajes, de biotopos, en estrecha relación -como veremos-, con los diferentes tipos de asentamientos. De modo muy general, nos encontramos con dos grandes áreas: al norte, los territorios costeros vizcaínos y guipuzcoanos de la vertiente atlántica, con bruscos desniveles que van de los 100 a los 1000 metros. Un estrecho corredor entre el mar y la montaña, con numerosos cortes transversales ocasionados por los ríos de fuerte caudal que han ido creado profundos y estrechos valles. La costa en sí es irregular, y con acantilados, si bien presenta numerosas

* INSTITUTO ALAVES DE ARQUEOLOGIA. C./San Antonio, 41. E-01005 VITORIA-GASTEIZ. Tfno. 07-34-45-230617.

playas. Al sur, el territorio alavés, cuya característica más sobresaliente es, por contraste, su llanura; determinada por los amplios valles de los ríos que desaguan al mediterráneo, en especial el Ebro y su afluente el Zadorra. Evidentemente hay un reflejo de todo ello en las condiciones climáticas, pese a enmarcarse dentro del clima continental, tenemos una gradación norte-sur: marítimo en la costa, de transición en la parte central y comarcas prepirenaicas alavesas; y mediterráneo en el sur alavés. Finalmente se dan también áreas de clima de montaña por encima de los mil metros.

Este conjunto de paisajes estaría habitado durante la Antigüedad por una serie de grupos humanos de los que los autores clásicos nos han transmitido los siguientes nombres y localizaciones: se trataría de los Autrigones que ocuparían el occidente de Vizcaya y el de Alava (extendiéndose además por Burgos, Cantabria y La Rioja); los Caristios en algo más de la mitad oriental de Vizcaya; norte y centro de Alava; y una pequeña franja del occidente de Guipúzcoa; los vándulos en el todo el resto de Guipúzcoa -salvo su extremo nororiental- y este de Alava (extendiéndose por una pequeña área de la vecina Navarra); los Vascones en el extremo este de Guipúzcoa (extendiéndose por toda Navarra y territorios limítrofes); y por último los Berones, al sur de Alava, en la Rioja Alavesa (extendiéndose por la vecina Comunidad de La Rioja). La compleja realidad de estos pueblos previamente a sus contactos con el mundo clásico ha sido puesta de manifiesto por los trabajos arqueológicos¹ y su detallado excede con creces a los planteamientos de este artículo, por lo que nos centraremos en su análisis a partir de época romana.

En cuanto a la organización político-administrativa de estos territorios durante época romana, recordemos que, tras la consolidación de las estructuras romanas -y quedándonos con algún hecho significativo-, se integran en la provincia Hispania Citerior Tarraconense, con capital en Tarraco. Dos serán los *Conventus* a los que pertenecerán dentro de esa provincia: casi en su mayoría al *Cluniensis*, con capital en *Clunia* (Coruña del Conde, Burgos); salvo la zona berona de la Rioja Alavesa y el territorio vascón del extremo nororiental de Guipúzcoa que

¹ Para el caso alavés, especialmente los de A. Llanos en diferentes poblados de este Territorio. Véase por ejemplo (Llanos, 1990) «La Edad del Hierro y sus precedentes en Alava y Navarra», *Munibe* 42. De ellos destacaremos los llevados a cabo por este investigador en el de La Hoya (Laguardía, Alava), paradigma de asentamientos protourbanos, con un elevado desarrollo, anteriores al mundo clásico (Llanos, 1983) *Poblado protohistórico de La Hoya, Laguardia, Alava*; o más recientemente los de E. Gil en el poblado de Atxa (Vitoria-Gasteiz) (Filloy/Gil et alii, 1992); o los de I. Filloy en el Castro de Carasta (Caicedo Sopena, Alava) (Filloy, 1990). Aún más cercano en el tiempo es el desarrollo de la investigación del mundo protohistórico en los territorios de Vizcaya y Guipúzcoa. A reseñar los trabajos de L. Valdés en el Castro de Maruezea (Nabarniz, Vizcaya); o los de X. Peñalver en el de Intxur (Albiztur-Tolosa, Guipúzcoa) (Olaetxea/Peñalver/Valdes, 1990) «El bronce Final y la Edad del Hierro en Gipuzkoa y Bizkaia», *Munibe* 42.

pertenerán al *Caesaraugustus*, con capital en *Caesaraugusta* (Zaragoza).

Así pues, partimos de una variada y compleja realidad previa y una diversidad, también a nivel organizativo, durante época romana. Qué ocurrió en el lapso entre esas dos situaciones? Aún recientemente se han llevado a cabo síntesis de corte “histórico” para explicar el desarrollo de nuestro Territorio desde el final de la Protohistoria a la Antigüedad. Esto es; utilizando sólo parte de las fuentes (literarias y epigráficas, básicamente; y en menor medida la numismática), y aplicando las coordenadas de la Historia romana y sus avatares peninsulares a la realidad del País, acomodando los escasos datos disponibles. No obstante, creemos que es a partir del análisis de las fuentes arqueológicas de donde se puede obtener un verdadero avance en la reconstrucción histórica de esta etapa; tanto por el agotamiento de los análisis tradicionales, como por la variada realidad que va poniendo de manifiesto la investigación arqueológica.

En líneas generales podemos establecer el siguiente esquema: existen dos pautas en cuanto a la implantación de la cultura material romana, y en definitiva en cuanto al patrón de asentamientos. Tenemos una zona norteña -en Vizcaya y Guipúzcoa-, con asentamientos de tipo costero de diversa entidad; entre ellos: Forua (Guernica, Vizcaya), Zarauz (Guipúzcoa) o Oiasson (Irún, Guipúzcoa). En el extremo opuesto una zona meridional, agrícola, cuyo arquetipo son los valles alaveses. Entre ambos una zona de transición que pone en comunicación ambos ambientes. Los tipos de establecimiento son también sensiblemente diferentes; desde los hábitats costeros, normalmente en relación además con factorías de transformación de mineral de hierro, hasta los asentamientos rústicos convencionales; y por supuesto la nota distintiva del fenómeno urbano, exclusiva del territorio alavés, con un único ejemplo, la conocida ciudad de Iruña/Veleia; y toda la serie de enclaves relacionados con la principal vía de comunicación que atravesaba el País Vasco, por su parte meridional -básicamente por el corredor este-oeste de la Llanada alavesa-; nos referimos a la vía *De Hispania in Aquitania ab Asturica Burdigalam*, según el Itinerario de Antonino.

En cuanto al nivel de la Cultura material, podemos establecer el siguiente balance. Partimos de una fase preliminar, significada por elementos fechables en la época de los primeros contactos de estos territorios con el mundo clásico, en torno a los episodios de las guerras de conquista. Se trata normalmente de piezas numismáticas -bien acuñaciones indígenas o hispanolatinas (desde fines del siglo II a.C. a época de Calígula)-, que forman parte tanto de conjuntos o “tesorillos”, como de hallazgos aislados. Entre los primeros por ejemplo, los conjuntos de Larrabezúa (Vizcaya) o de Ataun (Guipúzcoa); entre los segundos los hallazgos de Castros de Lastra (Caranca, Alava) o del Castro de Carasta (Caicedo Sopeña, Alava). La ubicación de estos hallazgos va, desde lugares aislados de cualquier otro hecho arqueológico, a hábitats. La significación de

los mismos parece clara desde la vía de la aculturación. Nos encontramos ante el aparato romano culminando su proceso de conquista de la Península Ibérica. En este ambiente, los elementos monetales llegan a este “área de retaguardia” que constituye el actual País Vasco, y son acogidos por sus habitantes como un elemento de prestigio más, digno de ser atesorado.

La segunda fase viene constituida por la presencia -llamémosle ya, masiva-, de elementos de cultura material romana, en su más amplia diversidad: desde las ubicuas producciones cerámicas, a las nuevas formulaciones arquitectónicas. La charnela entre ambas fases será, cronológicamente, la mitad del siglo I de la Era. A qué se debe esta verdadera eclosión de la presencia de elementos romanos, que se constata con claridad meridiana en el registro arqueológico? En algunos de los casos, nos encontramos aún con las últimas fases de una aculturación que se superpone sobre estructuras de raigambre indígena -un ejemplo modélico sería el del citado Castro de Carasta-; en otros responde a fenómenos de nuevos asentamientos de patrón clásico: campamentos militares como el de Atxa (Vitoria, Gasteiz), estaciones termales, como Arcaya (Otazibarra, Alava), o Albeiumendi (San Román de San Millán, Alava); o ciudades como Iruña/Veleia (Iruña de Oca, Alava). En cualquier caso nos encontramos, en esta segunda mitad del siglo I d.C., con un reflejo de la política Flavia, que traerá consigo un profundo cambio en la ordenación y estructuración de estos territorios, afectando sustancialmente a las pautas de poblamiento.

No obstante, dentro de este planteamiento general, existe también una gradación a tener en cuenta. Constatamos en cuanto a cronología que, es en la zona norte donde se dan los elementos de cultura material de fechación ligeramente más antigua que los de la zona meridional. Puede parecer paradójico que el área cantábrica “menos romanizada” en la historiografía al uso, aporte los ítems más tempranos (entre ellos sigillatas itálicas tardías y gállicas; como es el caso de Forua, o del área de Oiasson); sin embargo hemos de tener presente su situación privilegiada en las tempranas rutas costeras y de cabotaje; así como los incentivos que suponían las explotaciones mineras, perfectamente encajables dentro del sistema romano de explotación de territorios. De este modo se ocuparían puntos estratégicos: puertos, ensenadas, sin llegar al corazón de un territorio sobre el que no existía ni voluntad ni interés para su ocupación y ordenación integral. Otro caso muy distinto, y de mayor profundidad y alcance, es el de la zona meridional del País. Aquí ya no existen los intereses de explotación de materias primas, y parece que los rendimientos agrarios no serían la justificación única de la ocupación. Se trata por el contrario de una actuación programada y global, que traerá consigo, como hemos adelantado, una nueva ordenación del poblamiento. Para ello hemos de esperar a la política Flavia, y de ahí el pequeño desfase cronológico entre norte y sur. De hecho, todos los establecimientos de

época romana en el territorio alavés, que hemos controlado directamente o a través de los datos de sus investigadores, comienzan su andadura en la segunda mitad del siglo I d.C. Así entre sus ajuares se observa, por ejemplo, un claro predominio de la sigillata hispánica, sobre los tipos gállicos, y la ausencia de productos itálicos.

Veamos pues, cuáles han sido los aportes concretos de la investigación arqueológica en los últimos tiempos. Para lo que respecta a la zona norte del País² podemos ver cómo, puntos clave entre los asentamientos de este área costera los constituyen los yacimientos de Forua para la costa vizcaína y del area de Irún (El Juncal, Sta. Elena), para la guipuzcoana. En una faja en la que los establecimientos de carácter urbano más cercanos son: por el oeste, el puerto de Flaviobriga (Castro Urdiales, Santander), y por el este la mansio de Imus Pyrenaeus (Saint Jean Pied de Port); se revaloriza aún más la entidad de estos núcleos. A juzgar además, por los nuevos hallazgos de Irún (zona de embarcaderos, espigón y almacenes)³, se reafirmaría la preponderancia de Oiasson, como el más importante puerto de la costa vasca; notoriedad a la que contribuiría sobremanera su ubicación privilegiada en el trazado viario romano. De hecho se trataría de la cabecera de la vía que partía desde Tarraco, pasando por Caesaraugusta. Sería además la única salida al mar del territorio vascón. Adicionalmente Oiasson se comunicaría, por un ramal secundario, a la vía Astorga-Burdeos; en concreto, y según el Anónimo de Rávena, a través de la mansio de Allantune, se llegaría a la de Alba, ya en la vía XXXIV.

Qué ocurre por su parte con la zona mediterránea del País?. Como hemos visto existe un ligero retraso cronológico frente a la presencia de determinados ítems de cultura material romana en la franja costera. Sin embargo, entorno a esa segunda mitad del siglo I de la Era se produce una verdadera eclosión en el terreno de los asentamientos. Como fruto del programa específico que para el estudio de la Romanización en este territorio alavés, venimos desarrollando desde 1982, se ha incrementado sensiblemente la cantidad y calidad de los datos disponibles sobre estos momentos. Conocemos alrededor de 140 localizaciones de época romana en este territorio (frente a los más de 30 para la zona cantábrica). De estas localizaciones podemos decir que existe una amplia

² Un punto clave de partida, lo constituye la excelente tesis de M. Esteban, recogida en su obra *EL País Vasco Atlántico en época romana* (Esteban, 1990). Además de la gran tarea de síntesis llevada a cabo, destaca por el propio planteamiento global, sobre un período y un área muy poco tratados en la historiografía al uso. Seguiremos a esta autora en los datos sobre la zona norte del País.

³ Recientemente descubiertos en las excavaciones llevadas a cabo por Arkeolan, bajo la dirección de M. Urteaga, quien amablemente nos mostró la notoria colección de ítems arqueológicos recuperados; así como datos sobre este prometedor asentamiento.

variedad de circunstancias. Su entidad va desde las simples hallazgos de material, poco definidos como asentamientos, hasta verdaderas ciudades, como es el caso de Iruña/Veleia. Su registro cronológico es significativo; de ellos unos 115 pueden ubicarse en época altoimperial, de los que 10 perduran en época tardía. A esta fase bajoimperial se adscribirían unos 25 de nueva creación. Ello nos permite apuntar nuevos niveles de análisis, como son los de la periodización y alternativas del proceso romanizador en este área.

En cuanto a las características elegidas para los emplazamientos, podemos ver cómo, en época altoimperial hay, en la zona meridional (Figura 1), casi un equilibrio entre los asentamientos en zonas “desprotegidas” (terrazas fluviales, terrenos llanos en general) -con más de un 35% de los casos controlados-; y los ubicados en lugares “estratégicos”, de fácil defensa (colinas, cerros, collados,...) -con más de un 32%-. A ellos hay que añadir una serie de localizaciones de materiales en cuevas, así como un conjunto de otros hallazgos de superficie, aún poco definidos para otorgales la categoría de verdaderos asentamientos. Para lo que a momentos bajoimperiales se refiere, la proporción se altera ligeramente: en zonas desprotegidas pasamos a más del 39% de los casos, mientras que el factor estratégico prima en un 18% de las situaciones. No obstante, a éste último porcentaje puede ahora añadirse con propiedad, los casos en cuevas, con un 30%.

Por su parte en la vertiente norte (figura 2), hay -además de un número menor de asentamientos (unos 35, frente a los 140 de la zona meridional), una diferente proporcionalidad. Evidentemente, contamos, con un tipo distintivo de emplazamiento: el costero (puertos, fondeaderos), con un 25% de los casos, los emplazamientos en zonas llanas son escasos - a lo que contribuye manifiestamente la propia orografía de la zona-, con algo más de un 8%. Idéntico porcentaje llevan las ubicaciones estratégicas. Finalmente lo más espectacular es la proporción de localizaciones en cueva -prácticamente todas ellas con niveles tardíos-, con más de un 58%.

Puede afirmarse que nos encontramos con un relativamente amplio territorio (7261 km²), organizado en torno a un núcleo central, dinamizador y centralizador de servicios (la ciudad de Veleia)⁴. Su área de influencia posee un radio que oscila entre los 30-40 kms., teniendo en cuenta además que por el Norte, los habitantes de la franja comprendida entre ésta y la costa, acudirían probablemente también a Veleia como centro de servicios más próximo. En cuanto a la relación pues, de esta verdadera ciudad-isla, con su correspondiente entorno geográfico en época romana, podemos reseñar que Veleia constituía el núcleo principal,

⁴ Como expresamos en la comunicación “Iruña/Veleia”, presentada al recientemente celebrado XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica . (Filloy/Gil/Iriarte, en prensa).

vertebrador de un amplio territorio, que lindaba con los correspondientes a otros establecimientos de similar o mayor importancia. En líneas generales, mencionaríamos -por el Este-, en la costa, la aún poco definida (aunque prometedora a juzgar por los resultados de los últimos trabajos en su solar) Oiasson, separada por un amplio hiato de Pompaelo, a la que sigue Andelos; -por el Sur-, Vareia, Tritium Magallum, Libia; -por el Oeste-, Vindeleia; y, cerrando el arco por la costa, el puerto de Flaviobriga.

Ello nos lleva, obligatoriamente, a un pequeño excursus sobre este yacimiento de Iruña/Veleia, así podremos ponderar más ajustadamente sus características. En cualquier caso, en un territorio donde es el único en su categoría resulta pieza fundamental para el análisis del proceso romanizador.

Las ruinas de la ciudad romana de Iruña/Veleia constituyen una de las referencias más características del paisaje alavés. Su notable entidad queda incluso reflejada en el significativo topónimo euskérico con el que ha llegado a nuestros días (*Iruña* = la ciudad). Se trata además, hoy por hoy, del único asentamiento merecedor del nombre de ciudad existente en época clásica en la Comunidad Autónoma del País Vasco.

A pesar de que todavía en la bibliografía reciente sobre el tema, aún se constatan dudas sobre la identificación del yacimiento con la *Veleia* de las fuentes clásicas, y aunque aún no dispongamos de algún documento epigráfico -que sería lo definitivo-, consideramos que existen datos suficientes que permiten justificar la atribución.

Así, la *Notitia Dignitatum* menciona el asentamiento de la *Cohors I Gallica en Veleia*⁵. Independientemente de la adscripción cronológica de esta cita, que algunos autores creen que refleja un estado de cosas de época tetrárquica y no honoriana, y teniendo en cuenta la práctica habitual de conceder *hospitium* a unidades militares en ciudades amuralladas preexistentes (procedimiento que en áreas con cierto grado de urbanización, resultaba mucho más económico que levantar campamentos fortificados “ex novo”), y que *Veleia* ya aparece citada en las fuentes con bastante anterioridad⁶; implicaría que la citada cohorte, se estableció en una ciudad amurallada preexistente. El único yacimiento de la zona que encaja en este esquema es Iruña.

La otra fuente que cita *Veleia* y que suministra algún tipo de dato, es el

⁵ *Notitia Dignitatum*. Occ. XLII. 32: “*Tribunus cohortis primae gallicae Veleia*”. *Fontes Hispaniae Antiquae* Fasc. IX, págs. 21-26, Barcelona 1947.

⁶ Por ejemplo por Plinio, quien recoge hacia el 77 d.C., en su *Naturalis Historia*, II,6 a los *velienses*, habitantes de una de las cinco “ciudades” de carietes y vennenses; o por Ptolomeo, quien hacia mediados del s. II d.C., cita en su *Geographiké Hyphégesis*, VI,6 a *Velia* entre los *oppida* mediterráneos de los caristios.

Itinerario de Antonino⁷. Las distancias entre mansiones que menciona para la denominada vía XXXIV -*De Hispania in Aquitania ab Asturica Burdigalam-*, a su paso por Alava, permiten también ubicar esta mansio en la zona de Iruña.

Conocemos en líneas generales el desarrollo de esta ciudad: las evidencias protohistóricas atestiguan un importante establecimiento previo, desde un Bronce Final al término de la IIª Edad del Hierro. Hacia mediados del siglo I d.C. se constata la presencia de la cultura material romana. Durante esta centuria y la siguiente se configurará un pujante núcleo urbano, de carácter abierto, poseedor de un urbanismo desarrollado y de edificios públicos. Por ejemplo en el área de las terrazas bajas del sur, donde se ubicaron termas y un importante edificio teatral (por dimensiones se trata del segundo teatro más grande después del de la capital del Conventus). Hacia época tetrárquica Iruña sufre una profunda reestructuración; la ciudad, pese a no mostrar rastros de haber sufrido a consecuencia de la tan manida incursión de los franco-alemanes, se había reducido notablemente de tamaño -acusando la crisis generalizada que aquejaba al Imperio-, y se rodea de una potente muralla defensiva, que aún así, encierra unas 11,6 Ha. Sí que parece detectarse, por el contrario, un nivel de destrucción en el registro estratigráfico, que se puede hacer coincidir cronológicamente, con el período de luchas civiles que seguiría a la muerte de Constantino el Grande (las últimas acuñaciones constatadas en el yacimiento corresponden a Constante). Aunque se constatan elementos de cultura material correspondientes a la segunda mitad del S. IV-S. V d.C., junto con enterramientos de inhumación al interior del recinto amurallado-, la vida de la ciudad languidecerá hasta su desaparición. Posteriormente pasará por un episódico reaprovechamiento medieval, permaneciendo abandonada hasta la actualidad. De hecho los terrenos al interior del oppidum, únicamente se utilizaron como campos de cultivo, al modo tradicional y serían paulatinamente abandonados desde mediados de esta centuria. De ahí que las potencialidades de estudio de este notorio núcleo sean elevadas a priori, al no contar con las graves interferencias que aquejan a las ciudades antiguas que han continuado como espacio habitado hasta el presente. Esperamos ofrecer en un futuro próximo los resultados del nuevo programa de estudio para este yacimiento, dentro de las directrices del Plan integral de arqueología de la Diputación Foral de Alava.

Dentro del hinterland de Veleia, las comarcas que registran una mayor concentración de establecimientos y elementos de cultura material romana, son la Llanada alavesa, Valles occidentales y Treviño. Sin embargo, la prospección sistemática de esos territorios, parece revelar un patrón de asentamiento basado

⁷ *Itinerarium Provinciarum Antonini Augusti*; atribuido desde época del propio Marcus Aurelius Severus Antoninus (196-217 d.C.), a una elaboración del siglo IV d.C.

en un hábitat disperso, con yacimientos generalmente de relativa pequeña extensión, no llegando en ningún caso a la entidad de establecimientos urbanos. Las fuentes, sin embargo, nos transmiten los nombres de varias localidades como Alba, Tullonium, Suessatium, Deobriga, Uxama Barca,...; que -a excepción del caso de Veleia, no se reconocen como ciudades en el registro arqueológico. El análisis más detallado de las zonas en que se enclavaban algunos de estos asentamientos, evidencia la existencia de pequeños yacimientos de carácter rural (algunos realmente muy pequeños), vertebrados en torno a otros no necesariamente de mayor extensión, pero sí dotados de las infraestructuras necesarias para convertirlos en centros focalizadores de una subárea. Esto nos permite confirmar la hipótesis de que las denominaciones transmitidas por las fuentes no se referían necesariamente a localidades propiamente dichas, sino a pequeños territorios dotados de un centro dinamizador.

Con ello, nos acercamos a la entidad o carácter de toda esta red de asentamientos. Nos encontramos con una serie de categorías especializadas: campamentos militares como el de Atxa (Vitoria-Gasteiz), el del Riberón/Ruines (Castillo Sopena, Alava), el de El Fuerte (Nanclares de Oca, Alava), y los probables de Aloria (Aloria, Alava), Aldaya (Arroyabe, Alava) o San Andrés de Argote (Treviño); establecimientos en el entorno de la calzada, como la ciudad de Iruña o las mansiones de Suessatium (alrededores de Vitoria-Gasteiz; bien Salbaterrabide o bien Arcaya), Tullonium (Angostina, Alegría de Alava/Dulantzi), o Alba (San Román de San Millán, Alava). No obstante y pese a su importancia, estos establecimientos son minoría frente al común de localizaciones, cuyo carácter rústico-agrícola está fuera de toda duda. Evidentemente, no estamos hablando de casi un centenar de villæ; las hay, como la conocida de Cabriana (Comunión, Alava), o la relacionada con el basurero de Uralde (Treviño), pero consideramos más oportuno, en el actual estado de las investigaciones, hablar de una categoría más ambigua, como la de explotaciones agrícolas.

Qué sucede a nivel de detalle? Esto es, a través del análisis directo de las diferentes localizaciones. Como hemos mencionado, en la segunda mitad del siglo I d.C., se produce el comienzo de la mayor parte de los asentamientos del mediodía vasco. Ello se constata estratigráficamente por ejemplo, en los campamentos de Atxa o El Riberón, en la villa de Cabriana, en el basurero de Uralde, en las termas de Arcaya, en la mansio de Alba, en el yacimiento rústico de La Iglesia (Laguardia, Alava); todos ellos de nueva planta o ubicados en lugares habitados durante la Protohistoria pero ya abandonados. En otros se dará continuidad en el poblamiento, bien con un carácter netamente diferente (Ciudad de Veleia sobre el Castro indígena de Arkiz/Iruña), bien como superposición de elementos de cultura material (Castro de Carasta). A ellos hay que añadir el gran bloque de localizaciones de superficie ubicadas en época

altoimperial romana. Algunas de ellas son ciertamente de entidad -como el conjunto Las Ermitas/Barcabao (Espejo, Alava), relacionable con la Uxama Barca de las fuentes; los yacimientos riojanos de Assa, Sta. María (Moreda de Alava) u Oyón (Alava). La ubicación en época altoimperial, viene dada en gran parte de los casos, por la presencia de especies cerámicas adscribibles cronológicamente -en un tanto por ciento muy elevado se trata del fósil director por excelencia: la sigillata-. Ocurre con ello que tenemos muy claros los yacimientos altoimperiales -con T.S.G. o con la preponderante T.S.H. tritense -, muy claros igualmente los yacimientos tardíos -con T.S.H.T.-, y más inconcretos los intermedios (recordemos que la T.S.H. está, hoy por hoy poco, definida en el crucial, por otros motivos, siglo III d.C.). No obstante registros estratigráficos como los obtenidos en el establecimiento rústico de La Iglesia; o la secuencia tipológica obtenida en el conjunto de basureros de Uralde, nos permiten avanzar la hipótesis de la perduración de un mayor porcentaje de asentamientos (de aquellos 10 sobre 115), durante los tiempos que anteceden a la periodización clásica de la T.S.H.T. (mediados del siglo IV-siglo V d.C.). En cualquier caso hay que reconocer que se produce un punto álgido en la expansión del poblamiento (segunda mitad del I-siglo II d.C.), y a partir de ahí un serio declive inmerso en las coordenadas de crisis estructural y factores externos que afectan de modo general al Imperio, y de cuya andadura, son reflejo los hechos constatados en el registro arqueológico. Qué tipo de yacimientos perdura? Evidentemente el más importante: la ciudad de Veleia, si bien se adapta a los tiempos, constriñendo su extensión y dotándose, como hemos citado, de un impresionante aparato defensivo. Junto a él, otros de muy variada naturaleza, como El Riberón/Ruines, las Ermitas/Barcabao, Arcaya o Alba. En esta última se observa en cualquier caso una paulatina amortización de las estructuras, con una última etapa en la que las instalaciones termales habrían perdido su primitiva utilidad. Entre los establecimientos de nueva planta de época tardía no podemos olvidar a unos de los más polémicos, al menos a nivel historiográfico. Nos referimos al hábitat en cuevas. Realmente se trata de un fenómeno marginal, aunque proporcionalmente notorio (para el caso alavés una decena de cuevas con materiales tardíos sobre un total de 25 nuevas localizaciones), y ello ha llevado a especular, entre otras cosas sobre la entidad de las gentes que ocuparon estos lugares. Sin entrar en esa polémica, vemos que la motivación del uso de estos emplazamientos puede enmarcarse en la coyuntura de inseguridad existente. No todas las localizaciones responderían además, necesariamente a lugares de habitación; de hecho se hace imprescindible un estudio a fondo del problema, ya que gran parte de los lugares se conocen únicamente a través de tareas de prospección. En cualquier caso, ejemplos tan conocidos como Solacueva de Lacoymonte (Jócano, Alava), responde más a un lugar de usos, llamémosle rituales que

habitacionales.

Y tras ello, el epílogo. Ciertamente los siglos que suceden a la caída del mundo clásico, merecen el calificativo de oscuros que les otorga la historiografía. Parcos son los testimonios y la interpretación histórica ha de despejarse, especialmente para el análisis de estos momentos, de lastres ideológicos.

Quedan evidentemente, muchísimas cuestiones en el tintero, que no tienen encaje en estas breves líneas. Esperamos, no obstante, haber ofrecido -desde la perspectiva de la investigación arqueológica-, una visión global y comparativa de los Territorios que componen el actual País Vasco en época romana.

BIBLIOGRAFÍA

- ESTEBAN, M. (1990). *El País Vasco Atlántico en época romana*. En Cuadernos Universitarios. Dpto. de Historia, nº 6. Ed. Mundaiz (E.U.T.G.), San Sebastián.
- FILLOY, I. (1990). "Memoria de la 1ª campaña de sondeos estratigráficos en el yacimiento de Carasta (Caicedo Sopena, Alava)". En *Estudios de Arqueología Alavesa* 17. Ed. Diputación Foral de Alava, Vitoria-Gasteiz. Págs. 7-36.
- FILLOY, I. (1990). "Memoria de la campaña de sondeos estratigráficos en el yacimiento de «El Riberón/Ruines» (Castillo Sopena, Alava)". En *Estudios de Arqueología Alavesa* 17. Ed. Diputación Foral de Alava, Vitoria-Gasteiz. Págs. 71-128.
- FILLOY, I./GIL, E. (1993): "Memoria de las intervenciones arqueológicas en el yacimiento de Uralde (Condado de Treviño)". En *Estudios de Arqueología Alavesa* 18. Ed. Diputación Foral de Alava, Vitoria-Gasteiz. Págs. 101-340
- FILLOY, I./GIL, E. et alii (1992): *Atxa. Poblado indígena/campamento militar romano*. Ed. Diputación Foral de Alava, Vitoria-Gasteiz.
- FILLOY, I./GIL, E./IRIARTE, A. (1990). "Algunas precisiones sobre la ciudad romana de Iruña (Trespuentes, Alava)". En *Cuadernos de Sección (Prehistoria/Arqueología)* 4. Ed. Eusko Ikaskuntza, San Sebastián. Págs. 230-264.
- GIL, E. (1990). "Memoria de la campaña de sondeos estratigráficos en el yacimiento de Albeiumendi (San Román de San Millán, Alava)". En *Estudios de Arqueología Alavesa* 17. Ed. Diputación Foral de Alava, Vitoria-Gasteiz. Págs. 37-70.
- GIL, E. (1990). "La romanización en Alava. valoración arqueológica". En *Munibe (Antropología-Arkeología)* 42. Ed. Soc. de Ciencias Aranzadi, San Sebastián. Págs. 327-336.
- GIL, E./FILLOY, I. (19..): "El yacimiento romano bajoimperial de La Iglesia (Laguardia, Alava). Avance a su estudio". En *Actas XIX Congreso Nacional. de Arqueología*. Ed. Secretaria Congresos Arqueológicos Nacionales, Zaragoza. Págs. 341-347.

Est. I

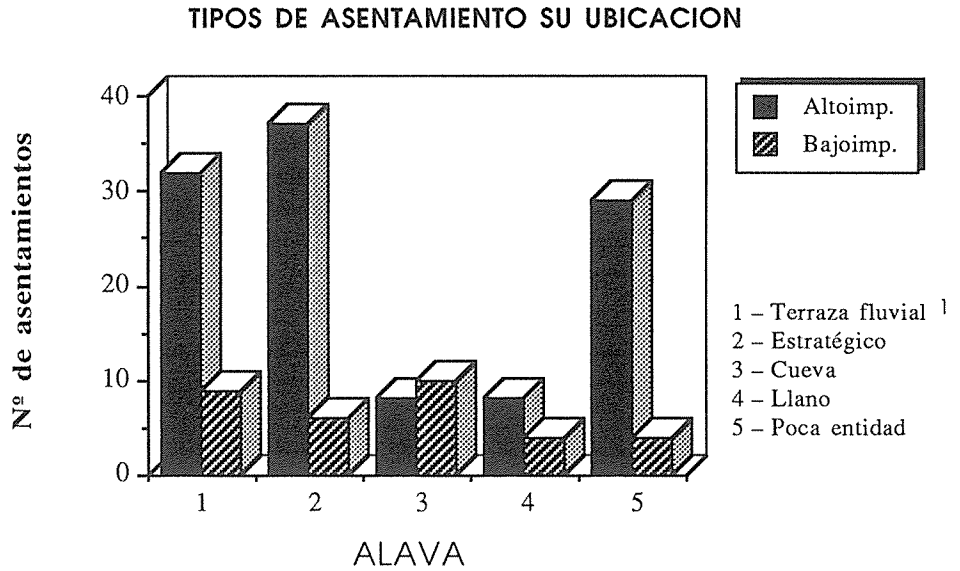


Fig. 1

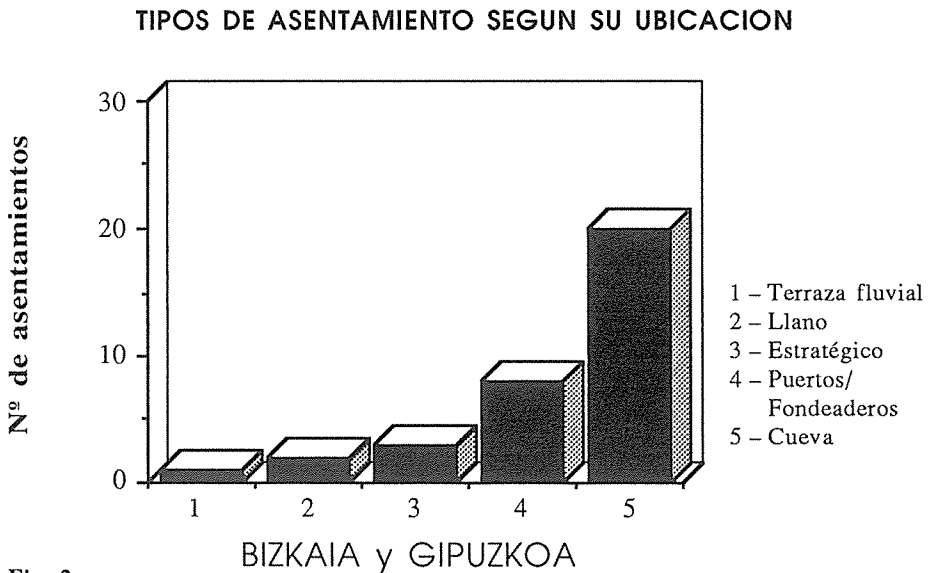


Fig. 2

EL BARRIO JUDÍO Y EL CONVENTO DE ST. FRANCESC DE PUIGCERDÀ (GIRONA). PRIMEROS RESULTADOS

por

Oriol Mercadal i Fernández*

Resumen: La excavación arqueológica de una parte del barrio judío, hasta ahora sólo conocido — y mal — por las fuentes escritas, puso al descubierto una red urbanística muy bien dispuesta. Tres calles paralelas orientadas Oeste-Este, que integran conducciones de agua, actúan de ejes hallándose las casas a ambos lados de cada una. Una olla de cerámica colocada en un agujero practicado en el suelo, se utiliza como hogar. Entre los materiales destacan un sello de ébano para marcar el pan, con una leyenda en árabe, y un fragmento de lámpara de Hannukah de mármol. Por vez primera, conocemos la planta del convento de los franciscanos, uno de los mayores de Catalunya. Es el reflejo de dos siglos (XIII-XIV) de máximo esplendor en la Historia de Puigcerdà.

Palabras-clave: Call. Franciscanos. Puigcerdà.

INTRODUCCIÓN

La documentación escrita

La primera referencia al convento de que disponemos data de principios del s. XVII (1603) y se debe a J. Trigall. Como datos más relevantes, merece destacarse la descripción detallada que el autor hace de éste, explicándonos que se componía de iglesia con claustro, dependencias conventuales, cementerio propio y huertos. La iglesia tenía 28 altares bellamente decorados, con algunos retablos, y las paredes estaban ornadas con pinturas. Finalmente, lo considera, por sus dimensiones, uno de los más importantes de Cataluña, en su momento.

Otro documento, el acuerdo municipal del Consell puigcerdanés que data de 3 de Octubre de 1733, amplía la información y nos sitúa el convento dentro de *la Vila*, con mucha precisión, al referirse a la procesión del Jueves Santo (Llibre de Consells, 1733-36). También explica que el refectorio del convento se situó encima

* Museu Cerdà (Puigcerdà).

o aprovechando lo que había sido la sinagoga judía, dato de extremo interés.

Por otro lado, disponemos de un plano de fecha desconocida (probablemente, s. XVII), que sitúa los tres conventos de órdenes mendicantes existentes en Puigcerdà (Sto. Domingo, San Agustín y Sta. Clara) dentro del núcleo amurallado, reedificado en diversas épocas.

Los documentos hablan de un Puigcerdà muy próspero a lo largo de los siglos XIII y XIV, hallándose en funcionamiento una canónica (Sta. María) y los tres conventos citados, además de un barrio judío de cierta importancia. La actividad comercial está bien documentada, erigiéndose en centro redistribuidor y enlace entre Catalunya y algunos mercados europeos (RENDU, 1991).

La fundación de los framenores o *menorets* (orden de San Francisco) de Puigcerdà data del año 1315, cuando se establece una casa. Poco después (1320) se empieza la edificación del convento definitivo en el lugar que conocemos. Antes del 1350 éste ya tenía entre 20 y 30 monjes, pero tras un siglo de esplendor, las dificultades económicas por las que pasaron fueron mermándolo, hasta transferirlo a los jesuitas en 1568, y diez años más tarde, a los agustinos.

Durante la segunda mitad del s. XVII y los primeros años del s. XVIII, la iglesia y las diversas dependencias fueron utilizadas como cuartel por las tropas francesas del duque de Noailles. Se trata de un fuerte edificado en planta de estrella, típico de este momento y similar al que se conserva intacto en Montlluís (Cerdanya francesa), ingeniado por Vauban. Actualmente, disponemos de diversos planos que lo reflejan fidedignamente.

Finalmente, los agustinos franceses lo ocuparon hasta finales del s. XVIII y tras la desamortización del s. XIX, el terreno fue utilizado como huerto, pasando al olvido de la memoria popular. Hasta ahora, sólo los topónimos de calle Sant Agustí, rec dels Agustins y Pla del Fort recuerdan este pasado no tan remoto.

Por lo que respecta al "Call" o barrio judío, sabemos que se conformó, casi con toda seguridad, fuera de la muralla construída a finales del s. XII a partir de un privilegio concedido por el rey Alfonso I (II) el Casto. Después, quedaría enmarcado por la muralla posterior (ss. XIII-XIV) la cual abrazaría, asimismo, los conventos de dominicos y franciscanos (VELA, 1988). La población que lo integraría había llegado, en su mayor parte, del Rosselló (Perpinyà, Elna, etc.) hacia el 1260, y el año 1280 se les concede un espacio propio y, poco después, se cita como barrio propiamente dicho, bien delimitado. Con el tiempo, su comunidad se convertiría en una de las importantes de Catalunya, disponiendo de sinagoga y cementerio propio, entre otras cosas. Para una buena parte de su población, el hecho de ser prestamistas y la protección real de la que gozaron, les proporcionaron una situación privilegiada frente al resto de la de puigcerdaneses.

LOS HALLAZGOS FORTUITOS Y EL PRINCIPIO DE LA INVESTIGACIÓN

Uno de las razones por las que se inició la presente investigación fue el estudio realizado por la Dra. Jill R. Webster sobre los franciscanos en la Corona de Aragón. A partir de aquí, ella misma se vió sorprendida por la abundante información existente en el Arxiu Històric Comarcal de Puigcerdà referente a la actividad desarrollada por la orden, en dicha población.

Así pues, a los estudios de J. Webster (1989), preocupada sobre todo, por el tema social, se le añadirían los hallazgos de restos arquitectónicos (muros, pozo...) y enterramientos, hechos a partir de diversos trabajos de construcción realizados en las décadas de los años '70 y '80. Los miembros del Institut d'Estudis Ceretans pudieron recoger muestras cerámicas, vítreas, óseas, etc., así como documentar - mediante croquis y fotografías - algunas de las estructuras afectadas por las obras. A su vez, se iniciaron los trámites pertinentes para que se realizase una excavación o prospección de urgencia en dicho solar, con el fin de saber, exactamente, que tipo de restos había y que grado de conservación presentaban. Desgraciadamente, la Direcció General del Patrimoni Artístic de la Generalitat de Catalunya hizo caso omiso por lo que, a pesar de la reiterada insistencia en el tema, se ha tenido que esperar casi diez años para sacar a la luz los restos que presentamos.

El conocimiento de todo ello y la inminente construcción de un aparcamiento subterráneo, desembocó en la concesión de un permiso de prospección, desarrollándose los trabajos durante Julio de 1992. Los objetivos se centraron en la documentación y cualificación de los restos potencialmente existentes; es decir, el tipo y estado de conservación de las estructuras, y la estratigrafía y cronología del yacimiento. Finalmente, el buen resultado obtenido motivó la excavación sistemática de todo el solar en dos fases (noviembre-diciembre de 1992, y febrero-mayo de 1993), al aparecer restos de lo que fue el barrio judío. La subvención de la excavación, por tanto, ha corrido a cargo de la Generalitat de Catalunya (Servei d'Arqueologia; Departament de Cultura) principalmente, y, también, del Ayuntamiento de Puigcerdà.

LOS TRABAJOS ARQUEOLÓGICOS

Se han puesto al descubierto dos conjuntos habitacionales diferentes: por un lado, parte del convento edificado y remodelado por los franciscanos, así como por los agustinos, posteriormente; por otro, un sector de la judería.

EL CONVENTO DE ST. FRANCESC/ST. AGUSTÍ

De él se exhumó la cabecera de la iglesia junto con dos capillas laterales, pavimentadas con cal y cuyas paredes mostraban restos de un estucado decorado con franjas de pintura roja y negra. En el pavimento se hallaron diversas señales dejadas por el peso de unos postes, que delimitan un espacio circular; podría tratarse de un baldaquino o similar.

En otro sector, se localizaron tres agujeros de poste, en el interior de los cuales aparecieron fragmentos de cerámica en verde y manganeso, lo que determinaría un *terminus ante quem* de finales del s. XIV (PINEDO y VIZCAINO, 1979; CABESTANY, 1992:132; LERMA, 1992, etc.), si bien, en ocasiones, ésta parece perdurar durante las primeras décadas del s. XV (CARBÓ, 1991). La gran mayoría de esta producción muestra una calidad bastante deficiente, si la comparamos con otra - minoritaria - también hecha en verde y morado. Es probable que el primer grupo esté integrado por materiales catalanes de procedencia diversa (Barcelona, Manresa, Girona, Rosselló...) o, incluso, locales - no debe olvidarse la importancia de Puigcerdà a lo largo de los ss. XIII y XIV - (BOSOM, 1982:30-31; RENDU, 1991; p.ej.) y la existencia de hornos de cerámica tanto aquí como en la vecina localidad de Llivia- mientras que las producciones más buenas procederían del área valenciana. La cronología de aquellos materiales podríamos situarla, pues, entre el final del s. XIII y la primera mitad del s. XIV, muy probablemente.

El área definida por este gran muro de la iglesia está dividida en tres espacios menores de planta casi cuadrada, delimitados por pilares, a cada lado, y cerrados por un murete de bloques bien tallados, aunque sólo por una cara. Los datos estratigráficos actuales sólo nos permiten plantear unos hechos a título de hipótesis: inicialmente, se construiría el muro principal relacionado *amb* un pavimento de cal, colocándose en un momento posterior los pilares a ambos lados, dividiendo la cabecera; finalmente, se cerraría todo el espacio con el murete de bloques. Esta última remodelación iría asociada a un cambio de pavimento (solera de grandes cantos y pavimento de tierra batida), que, probablemente se dataría dentro del s. XVII.

Otras estructuras murarias menores presentan una factura y composición similares (cantos rodados y piedras irregulares ligadas con mortero de cal), lo que llevó a pensar en probables modificaciones sufridas por el convento con el tiempo, verificándolo después, en parte, a partir del plano citado. Por otra parte, la diferencia con los muros de la judería es muy evidente: en esta última, las paredes son estrechas (50 cm.) y bastante mal dispuestas - si bien, se suele tratar de los cimientos -, conformadas siempre por piedras de diverso tamaño, sin desbastar y ligadas con tierra.

La datación de los espacios que aquellas delimitan resulta imposible ya que todos los niveles de ocupación estaban revueltos, como demostraba el material recuperado: cerámica de reflejos metálicos, azul y blanca catalana, vidriada moderna (ss. XVIII-XIX), etc. Ello se debe, en gran parte, a la ocupación por las tropas francesas, anteriormente citada. De todas formas, la estratigrafía horizontal muestra una continua remodelación que se ajusta perfectamente con lo que conocemos a partir de la documentación escrita.

En dirección a la puerta de la iglesia, y en el punto de unión del presbiterio con la nave, se localizó una habitación subterránea de planta rectangular, de pequeñas dimensiones (2.45 m. x 1.95 m. x 2.15 m.) y cubierta con bóveda de cañón. En su interior fueron hallados gran cantidad de restos óseos humanos, que habían perdido la conexión anatómica original, en su gran mayoría. Con todo, en la base de la cámara se conservaron algunos individuos bien dispuestos en el interior de ataúdes de madera. Los materiales encontrados son muy diversos (cerámica, vidrio, monedas... de diferentes momentos). La factura del recinto, así como su localización en la nave de la iglesia apuntan a una construcción en el momento fundacional del convento o poco posterior (s. XIV); su función podría haber sido, ya desde un primer momento, la de panteón. Sin embargo, es evidente que el sepulcro fue reutilizado y/o violado en diferentes etapas. Las monedas exhumadas documentan una utilización situable, como mínimo, entre los siglos XVI y XVIII - según S. Pons -, aunque hay otros materiales que la alargarían hasta el presente siglo, si bien es posible que ya no con carácter sepulcral.

Tal panteón es fácil que fuera utilizado, inicialmente por lo menos, por a una/as cofradía/as o familia/as acomodadas, ya que en el aparecieron tanto individuos infantiles y juveniles, como adultos de ambos sexos. El número mínimo de personas inhumado, se calcula en unas treinta. La documentación escrita refleja, asimismo, el deseo de algunos familiares de los monjes por enterrarse en el cementerio de los franciscanos en una fecha tan primeriza como el 1315, incluso antes de fundarse el convento definitivo; es el caso expuesto en el testamento de Berenguera, mujer de Cerdà de Unnes, de Puigcerdà, y hermana de Fr. Pere Llaguna o, también, el de Guillem, padre de Fr. Bernat de Arceggell, que da dinero para la construcción de una capilla, el año 1321 (WEBSTER, 1989:169 y 173). Webster hace incidencia en la importancia que las cofradías tuvieron en la fundación del convento por el soporte económico ofrecido.

Paralelos similares de esta construcción los tenemos en diferentes lugares de Cataluña; así, p.ej., en la iglesia de Sant Vicenç de Cardona, el osario principal es un espacio cubierto con bóveda de cañón, con acceso superior y sin pavimentar, la función original del cual podría haber sido diferente - almacén,

cisterna... - en opinión de sus excavadores (ESPADALER y DE JUAN, 1991).

En relación a la planta de la iglesia, documentada a partir del plano del mencionado fuerte, sigue la típica disposición de nave única, capillas laterales aprovechando los contrafuertes y cubierta con arco-diafragma. La cabecera (rectangular) sigue una de las variantes de la arquitectura de las órdenes mendicantes, aunque no sea la más frecuentemente desarrollada. Por su parte, el claustro, que medía 40m. de lado, siendo de planta cuadrada regular, se situaría entre los mayores de los construídos por estas órdenes (Palma de Mallorca, Pedralbes...).

EL CALL O JUDERÍA

En relación al segundo conjunto expuesto, podemos decir que se trata de una red urbanística, la orientación de la cual es diferente de la del convento. Se observa un conjunto de habitaciones (orientadas norte-sur) dispuestas a lado y lado de dos calles, así como de un canal de desagüe - o callejón por donde circulaba el agua - (orientados este-oeste). La planta de los habitáculos es rectangular, los cimientos están hechos con cantos de río y tierra, y los suelos no presentan pavimentación alguna, excepto una regularización del terreno con piedras y alguna laja de pizarra. La disposición de todos ellos es muy regular y la superficie que cubren, bastante homogénea. En los casos en que ha podido observarse, las fachadas se abrían al sur, orientación lógica tanto a nivel de insolación, como por quedar la casa guarecida del fuerte viento del norte (*rufaca*), que aquí suele ir acompañado de nieve o lluvia.

Se ha podido constatar, como mínimo en un caso, la remodelación de una casa después de haber sufrido un incendio, generalizable a todo el solar. Posteriormente, otras sufrirían un segundo incendio. El primero de ellos podría coincidir con los ocurridos en 1280 o 1319, que destruyeron gran parte de la población; mientras que el otro, probablemente ocurrido en la segunda mitad del s. XIV, sería relacionable con los de 1379 o 1389 (GALCERÁN, 1978). Como elemento poco frecuente se documentó la existencia de una pieza de cerámica encabida en la roca de base, recortada, en todas las habitaciones cuya planta se levantó entera; y, en ocasiones, fueron halladas hasta tres dentro de una misma, siendo su localización en ésta muy variable. Los indicios de una fuerte y continuada combustión - color de la base de las cerámicas, relleno con carbones, cenizas y tierra rubefactada - apuntan una función de brasero o similar.

Algunas casas conservaban estructuras particulares que, en principio, son consideradas como comunitarias. Se trata de un depósito de agua, de planta circular y recortado en la roca, del que salía una conducción de agua (residual?) también delimitada en la roca y cubierta con lajas de pizarra; ésta seguía el

mismo trazado que la calle, disponiéndose en un lateral y entre su empedrado.

Otra estructura de interés es la conducción de agua potable compuesta por una cañería de cerámica, que discurre por debajo de la misma calle, en dirección al centro de la población; su procedencia más probable es el denominado “rec dels Agustins”, es decir, un canal de riego que tiene su origen en el lago artificial de Puigcerdà. Consultadas las fuentes escritas, vimos que un documento situable entre 1388 y 1400 hacía referencia a una convención entre el procurador real y la aljama de judíos de Puigcerdà, concediéndoles la escuela (sinagoga) y un “hilo” de agua para su uso, a cojerlo del Canal Real, a cambio de un censo (ROBIN, 1868).

Para la datación del primer nivel de incendio -que afecta, directamente, a la roca de base - disponemos de un lote de materiales entre los que se encuentra una mayoría de cerámica gris, y un conjunto de cerámica en verde y manganeso “local”, así como algún ejemplar de la misma de procedencia valenciana. Si bien, se trata sólo de un primer análisis, todo parece apuntar a un momento situable a finales del s. XIII o inicios del s. XIV, en el que lo predominante son los materiales autóctonos, de uso cotidiano, o los de un ámbito cercano quizás considerados de mayor lujo -. Esto estaría en consonancia con el primer establecimiento de la población judía en Puigcerdà, muy a finales del s. XIII. En principio, este nivel afectaría a todas las casas documentadas en el solar, remodelándose parte del trazado como se observa en la desafectación de una calle y las ampliaciones de diversas casas.

Los materiales exhumados en el nivel de relleno del canal de desagüe fijan una cronología aproximada entre la segunda mitad del s. XIV y principios del s. XV (LERMA et al., 1992), si bien algunos muestran una gran perduración (final s. XIII-inicios s. XV), hecho que hace difícil establecer una cronología más precisa. Entre la cerámica en “azul y dorado”, tenemos representado la de “estilo malagueño”, que suele datarse dentro del s. XIV, y más concretamente, en su primera mitad, mientras que las del “estilo de Pula” observadas aquí las situaríamos a mediados del s. XIV, pero presenta una fuerte perduración (1250-1450 aprox.) que lo convierte en poco operativo. En Rougiers (Provenza) - DÉMIANS D’ARCHIMBAUD, 1980 - éste se data entre el 1332 y el 1348. En relación a los materiales de “Manises”, los dataríamos hacia 1325 (1300-1350) unos, y sobre 1450 (1350-1475), otros; es decir, entre la primera mitad del s. XIV y mediados del s. XV. Las producciones en azul analizadas (Paterna) confirmarían esta cronología, datándose mayoritariamente, entre el final del s. XIV y 1430, en el Castillo de Llinars del Vallès (MONREAL y BARRACHINA, 1983).

El nivel del incendio más reciente - que podría no haber afectado a todas las habitaciones - está caracterizado por cerámicas similares. Las de verde y

manganeso - platos, cuencos y jarras - se datan dentro de la primera mitad del s. XIV, unas (estilo malagueño), mientras que otras parecen ser algo posteriores (1350-1425). Alguna producción de Manises podría llevarse, sin embargo, hasta los inicios del s. XV (1400-1450). Por su parte, las producciones en azul, decoradas con motivos radiales de hojas o aspas las situaríamos entre el final del s. XIV - si bien, algunas presentan una gran perduración (1300/1400) - y la primera mitad del s. XV (1400-1450).

Por tanto, observamos como las producciones más tardías se sitúan en la transición ss. XIV-XV o ya dentro de la primera mitad del s.XV, como datación más factible. Parece documentarse una producción final de la cerámica en “verde y manganeso” que coincidiría con la llegada de las producciones valencianas en “azul y dorado”, y las primeras piezas realizadas sólo en “azul”. Con todo, tenemos algunas producciones (determinadas formas en verde y manganeso) que parecen documentar una utilización de la calle desde un momento anterior, durante la primera mitad del s. XIV. De todas formas, es muy posible - como apunta el hallazgo de gran cantidad de materiales más modernos - que las mismas casas se continuasen utilizando siglos después; sin embargo, las continuas remociones no permiten observarlo estratigráficamente.

En relación al carácter de tales cerámicas, parece factible pensar que se trata de una producción rica, que se comercializa, y evidencia un momento álgido de la población y, en especial, del colectivo judío. En comarcas vecinas, aunque en condiciones algo diferentes - sobre todo, monasterios e iglesias parroquiales rurales (Berguedà, Andorra, etc.) - la producción documentada fue, casi exclusivamente, de cerámica gris-negra medieval hasta inicios del s.XV (LLOVERA, 1988).

Entre los materiales no cerámicos aparecidos, merecen destacarse dos piezas: una, de madera, en donde aparece inscrito un motivo solar de nueve puntas, entre decoración geométrica, con una leyenda en el centro. En opinión de la Dra. Carmen Barceló, se trata de un sello de pan árabe, en donde aparece escrito “buen provecho” con letra cursiva escrita “en espejo”. En este caso, el incendio posibilitó su conservación. Según la restauradora A. Jover, la madera es ébano, pero estamos pendientes de un nuevo análisis que lo confirme definitivamente. En apariencia, parece haberse dado una reutilización de la misma, porque el trabajo definitivo corta algunos motivos inscritos.

La segunda pieza es un fragmento de mármol que conserva dos cazoletas de forma circular y sección semicircular, acabadas en un canalillo. En la parte más cercana al límite superior hay restos de un posible contenedor de planta y sección rectangulares, así como de dos incisiones frontales que podrían enmarcar una inscripción, muy erosionada. Por los paralelos que conocemos, se trataría de una lámpara de Hannuka, utilizada como lámpara de aceite por el pueblo

judío, durante la “Fiesta de las Luces”; de los pocos ejemplos conservados se deduce un origen situable a finales del s. XII, haciéndose frecuente su utilización durante los dos siguientes. En este momento último, se empezaría a usar la lámpara de pared de bronce, que acabaría por sustituirla. El estilo es de origen español, pues los quemadores son en forma de arcos de herradura. Además, uno de ellos está elaborado con mármol de St. Beat, en la región pirenaica francesa (NARKISS, 1980; 1988).

La importancia de la población judía puigcerdanesa es evidente, pues se sabe que estuvo formada por un buen número de familias (DELCOR, 1977) y disponía de una judería en donde se localizaba la sinagoga, y un cementerio propio, alejado del lugar de habitación (ALART, 1878; ALBERCH y ARAGÓ, 1985), a diferencia de otros núcleos de Cataluña. Es probable que disfrutasen de otros servicios exclusivos, como indica un pasaje referido a la carnicería. Sabemos, también, que hacia 1360 la mayoría de las transacciones realizadas en la Cerdanya todavía las llevaban a término los judíos (ROBIN, 1868), préstamos hechos, incluso, al Monasterio de Ripoll; y en muchos lugares, es sólo a partir del s. XII cuando los cristianos son autorizados a hacer préstamos y sacar beneficios, aunque en porcentajes más bajos que los judíos. Evidentemente, una cosa era lo que fijaba la ley y otra, la realidad existente. Resulta ejemplar ver como en la mentalidad de la época, frecuentemente, se asociaba el ideal de progreso económico al establecimiento de un grupo de judíos en los dominios de uno mismo (ALBERCH y ARAGÓ, 1985:52).

A pesar de ello, el año 1391 parte de la población judía tuvo que refugiarse en el castillo de Llívia, perseguida por gente de Puigcerdà (ALBERCH y ARAGÓ, 1985). De hecho, se trata de una fecha generalizable a buena parte del este peninsular; así, en Girona fue incendiado el portal del Call y resultaron frecuentes las persecuciones de judíos y los robos en sus propiedades. En Puigcerdà, también se conocen algunas disputas entre esta población y la cristiana, aunque la convivencia parece que fue buena, en general. Por otro lado, está bien documentado que en muchos sitios (Provenza, Languedoc, Cataluña...) la relación entre religiosos y judíos no siempre fue pacífica ni distendida (IANCU, 1988). Es frecuente ver a los franciscanos sitios junto al barrio judío, incluso tocándose pared con pared; dispuestos allí premeditadamente, en función de intereses de índole diversa (económica, religiosa...).

CONCLUSIONES PRELIMINARES

Una vez descritas y analizadas superficialmente las diversas informaciones de que disponemos, hemos llegado a unas primeras conclusiones:

La excavación ha permitido localizar dos conjuntos habitacionales: del primero, referente al convento de Sant Francesc, se tenían algunas noticias a nivel documental, pero estaban totalmente borrados de la memoria colectiva sus restos arquitectónicos. En este sentido la aportación del estudio de Jill Webster ha sido fundamental.

Del segundo se conocía poco, ya que los diversos investigadores del judaísmo catalán han prestado muy poca atención a la información que proporcionan los numerosos documentos existentes en los archivos de Perpinyà y Puigcerdà, especialmente (testamentos, notariales...). Por fortuna, la realización de una tesis doctoral (C. Dénjean) está permitiendo la actualización y el estudio sistemático de toda ella. En cuanto a su estructura, no se sabía nada, y tan sólo se especulaba sobre su situación. Así, pues, la importancia de los resultados arqueológicos queda fuera de toda duda; más, cuando la interrelación entre documentación escrita y arqueológica ha sido - y promete seguir siendo - muy satisfactoria.

Debe resaltarse, igualmente, que se trata del primer barrio judío excavado sistemáticamente en Cataluña - aunque no esté completo -; puesto que en centros de mayor importancia como Barcelona o Girona, poco es lo que ha podido hacerse en este sentido, y sólomente se conocen hallazgos dispersos, parte del cementerio - excavado a principios de siglo - o nos tenemos que basar en las fuentes escritas para ir resiguiendo sus trazados.

En un determinado momento, habrían coexistido los dos grupos - monjes y judíos -, si hacemos caso tanto del registro documental como arqueológico; aunque los materiales exhumados apuntan un abandono de este sector de la judería anterior al final del s. XV (1493), en que son expulsados, a partir de un edicto de exilio perpétuo para los judíos de Rosselló y Cerdanya, promulgado por Fernando II. A nivel arqueológico, se ha documentado una superposición de las estructuras del convento sobre las del Call, y una desafectación de otras (como la conducción de agua potable). Esto indica que, presumiblemente, parte de la judería ya no se habitaría a la llegada de los franciscanos, pues se hace difícil pensar en una ocupación forzosa; más, cuando la población judía hacía poco tiempo que se había instalado y gozaba de poder y prestigio.

El área que ocupaba el Call sufrió dos importantes incendios - como mínimo - en relativamente poco tiempo, suponemos que accidentalmente, porque concuerdan con los sucedidos en otras partes de la Vila, según las fuentes escritas. Y, por otro lado, no tenemos constancia de problemas de relieve entre las poblaciones cristiana y judía.

Los materiales aparecidos evidencian una actividad comercial relevante entre Puigcerdà y otros centros catalanes (Manresa, Barcelona, Reus...), así como con los del País Valenciano y, probablemente, Teruel; tales hechos quedan

parcialmente reflejados en la documentación medieval. Por otro lado, determinadas piezas muestran una aparente relación con grupos de población morisca. Además, debe incidirse en el hecho de que algunas de ellas son únicas en Catalunya y raras en el resto del mundo.

La ocupación militar de los ss. XVII-XVIII también dejó su huella aquí, tanto en lo que se refiere a la conservación del convento, como por algunos de los materiales hallados durante la excavación.

BIBLIOGRAFIA

- ALART, B. (1878) *Notices historiques sur les communes du Roussillon*. Segunda serie. 118. Perpinyà.
- ALBERCH, R. y ARAGÓ, N.J. (1985). *Els jueus a les terres gironines*. Quaderns de la Revista de Girona. Sèrie: guies; nº 1. Diputació de Girona. Girona.
- BOLÓS, J. y MALLART, L. (1986) *La granja cistercenca d'Ancosa. La Llacuna. Excavacions Arqueològiques a Catalunya nº 7*. Departament de Cultura, Generalitat de Catalunya. Barcelona.
- BOSOM, S. (1983). *Homes i oficis de Puigcerdà al segle XIV*. Institut d'Estudis Ceretans. Puigcerdà.
- CARBÓ, P. (1991). "Intervenció arquitectònica a l'església de St. Magdalena del Pla. El Pont de Vilomara (Bages)". *Actuacions en el patrimoni edificat medieval i modern. I Simposi*. Diputació de Barcelona. Servei del Patrimoni Arquitectònic. Barcelona. pp. 153-161.
- CABESTANY, J.F. (1992) "El pot de farmàcia de St. Quirze de Pedret (s.XIV)". *Actuacions en el patrimoni edificat i la restauració de l'arquitectura dels segles IX i X. II Simposi*. Diputació de Barcelona. Servei del Patrimoni Arquitectònic: Barcelona.
- DD.AA. (1982) *Les excavacions arqueològiques a Catalunya en els darrers anys. Exc. Arq. a Catalunya nº 1*. Departament de Cultura, Generalitat de Catalunya. Barcelona.
- DD.AA. (1983) *L'Arqueologia a Catalunya, avui*. Departament de Cultura, Generalitat de Catalunya. Barcelona.
- DD.AA. (1983-4) *Ceràmica grisa i terrissa popular de la Catalunya medieval. Acta Medievalia*. Annexos d' arqueologia medieval nº 2. Dep. d'Història Medieval. U.B. Barcelona.
- DD.AA. (1986) *El Bullidor, jaciment medieval. Quaderns d'Estudis Santjustencs*, III. Ajuntament de St. Just Desvern.
- DELCOR, M. (1977). *Estudis històrics sobre la Cerdanya*. pp. Col.lecció Tramuntana. Barcelona.
- DELCOR, M. (1986) "Les ordes mendiantes a Puigcerdà", dins *Aspects de la Cerdagne*, p.113-148. Societé Agricole Scientifique et Litteraire. XCIVe volume. Perpignan.
- DEMIANS D'ARCHIMBAUD, G. (1987) *Rougiers. Village médiéval déserté*. Ministère de la Culture et de la Communication. Imprimerie National. Paris.
- ESPADALER, R. y DE JUAN, M. (1991). "Excavació arqueològica de St. Miquel de Cardona (Bages)". *Actuacions en el patrimoni edificat medieval i modern. I Simposi*. Diputació de Barcelona. Servei del Patrimoni Arquitectònic. Barna. pp. 197-206.

- GALCERAN, S. (1977). *Dietari de la fidelíssima vila de Puigcerdà*. Fundació Salvador Vives Casajuana. Barcelona.
- GALCERÁN, S. (1978) *Historial del cuerpo de bomberos de Puigcerdà en el 117 Aniversario de su Fundación*. Imp. Maideu. Ripoll.
- GALLART, J. y SANTANACH, J. (1989) "Excavacions d'urgència al cementiri vell de Granyena de Les Garrigues (Les Garrigues)", *Excavacions arqueològiques d'urgència a les comarques de Lleida*, pp. 181-202.; *Exc. arq. a Catalunya*, 9. Dep. de Cultura, Generalitat de Catalunya. Barcelona.
- IANCU, D. (1987). *L'expulsion des juifs de Provence*. Thèse. Univ. Aix-en-Provence.
- IANCU, C. (1988). "Les juifs à Montpellier et dans le Languedoc". *Colloque*. Univ. Paul Valéry. Centre de Recherches et d'Études Juives et Hébraïques.
- LERMA, J.V. et alii (1992) *La loza gòtico-mudéjar en la ciudad de Valencia* (1). Monografías del Museo Nacional de Cerámica y de las Artes Suntuarias "Gonzalez Martí". Ministerio de Cultura. Valencia.
- LLOVERA, X. (1988). "La vida a l'Edat Mitjana". *Andorra Medieval*. Govern Andorrà. Conselleria d'Educació i Cultura. pp. 54 y ss. Andorra la Vella.
- MITJAVILA, J. (1768) Còpia manuscrita de: TRIGALL, J. (1603) *Cerdanya y Puigcerdà*. Arxiu Històric Comarcal de La Cerdanya. Puigcerdà.
- MONREAL, L. y BARRACHINA, J. (1983). *El Castell de Llinars del Vallès. Un casal noble a la Catalunya del segle XV*. Publicacions de l'Abadia de Montserrat. Biblioteca Abat Oliva, 28. Barcelona.
- NARKISS, B. (1980) "Un objet de culte: la lampe de Hanuka", en AA.VV. *Art et Archéologie des juifs en France médiévale*. pp. 187-206. Privat Éditeur. Toulouse.
- NARKISS, B. (1988) "The Girona Hanukkah lamp: fact and fiction". *Jewish Art*, XIV. Jerusalem.
- PINEDO, C. y VIZCAÍNO, E. (1979). *La cerámica de Manises en la Historia*. Ed. Everest. León.
- RENDU, Ch. (1991) "Un aperçu de l'économie cerdane à la fin du XIII siècle. Draps, bétail et céréales sur le marché de Puigcerdà en 1280-1281", *Ceretania* nº 1, pp. 85-106, IEC-GRAHC. Perpinyà-Puigcerdà.
- ROBIN, M. (1868). *Inventaire de la Série B. Tome I. Juifs de Puigcerdà. 1360-1495*. Archives des Pyrénées Orientales. Perpignan.
- SANTACANA, J. (1986) *L'excavació i restauració del castell de la Sta. Creu (Calafell, Baix Penedès)*. Monografies arqueològiques nº 6. Servei de Cultura de la Diputació de Barcelona. IPA. Barcelona.
- VELA, S. (1988). *Puigcerdà, vila reial. Fundació i desenvolupament (ss. XII-XIV)*. UAB. Inédito. 43 y ss.
- WEBSTER, J. (1989). "El desconocido convento de Puigcerdà. -Su fundación y desarrollo-". *Archivo Ibero-Americano*. T. XLIX. Núms. 193-194. pp. 167-194.

AGRADECIMIENTOS

Al equipo de excavación, formado por las siguientes personas, juntamente con nosotros: Carne Subiranas (co-directora), Jordi Campillo, Àngels Casadesús, M. Teresa Gil, Susanna Secases y Teresa Vilaró (auxiliares).

Al Servei d'Arqueologia de la Generalitat, por diversos conceptos.

Al Ajuntament de Puigcerdà, por la confianza depositada en el proyecto.

Al Servei d'Investigacions Arqueològiques de Girona; Sra. Aurora Martín.

Muy especialmente, al director del Arxiu Històric Comarcal, Sr. Sebastià Bosom, verdadero promotor de los diversos trabajos, por su interés y apoyo incondicional.

A las siguientes personas, que colaboraron en los trabajos de excavación: Ramon y Francesca Casadesús, Marc Valls, Helena Borràs, Sara Aliaga, Xavier Olmo.

Por diversos conceptos, a la Sra. Rosa Estany y a los Sres. Ricard Parés, Salvador Torrent, Josep Brunet, Jesús Montesinos, Pere Font, Xavier Latorre, Nabil, Josep Ribera, Jordi Casanovas y Eduard Feliu. Igualmente, a la Casa d'Oficis de Puigcerdà y a la familia Bosom-Valiente.

Al maquinista Sr. Joan Salvadó, por el buen trabajo realizado; así como a la Empresa Flotats y al Sr. Josep Solé, por las facilidades concedidas.

A la Srta. Claude Denjean, por la información y consejos facilitados.

En lo que se refiere a los especialistas, algunos de ellos se hallan trabajando en el tema, actualmente o ya nos han dado ya los resultados. Una parte de estos lo hicieron desinteresadamente y nos han permitido adelantar unos resultados preliminares. A todos, nuestro agradecimiento:

Aureli Álvarez; Carmen Barceló; Dolors Bramon; Júlia Chinchilla; Anna Jover; Jordi Nadal; Salvador Pons; Maite Ros; Pere Valiente.

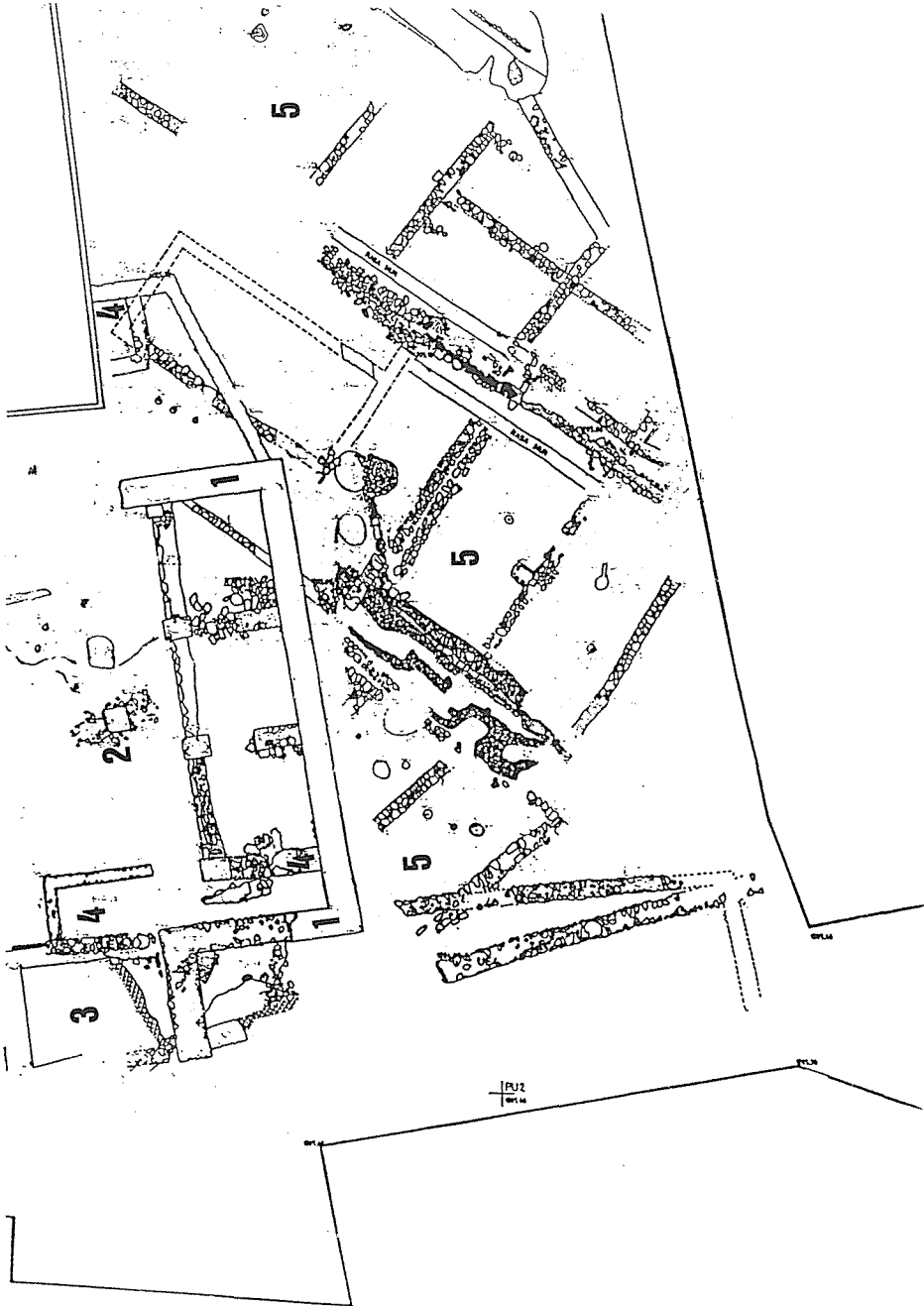


Fig. 1 — Planta general del yacimiento: 1 - Cabecera de la iglesia. 2 - Panteón. 3 - Capilla lateral. 4 - Remodelaciones posteriores. 5 - Call o judería. (Autores: Lluís Sant y Pilar Camps. Servei d'Arqueologia. Generalitat de Catalunya).

Palacio de Fium	19	Escuela de sang
Palacio de Fium	20	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	21	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	22	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	23	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	24	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	25	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	26	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	27	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	28	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	29	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	30	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	31	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	32	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	33	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	34	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	35	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	36	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	37	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	38	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	39	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	40	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	41	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	42	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	43	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	44	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	45	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	46	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	47	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	48	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	49	Exercitio pópulo
Palacio de Fium	50	Exercitio pópulo



PLAN
DV FORT ADRIEN
DE PVYCERDA

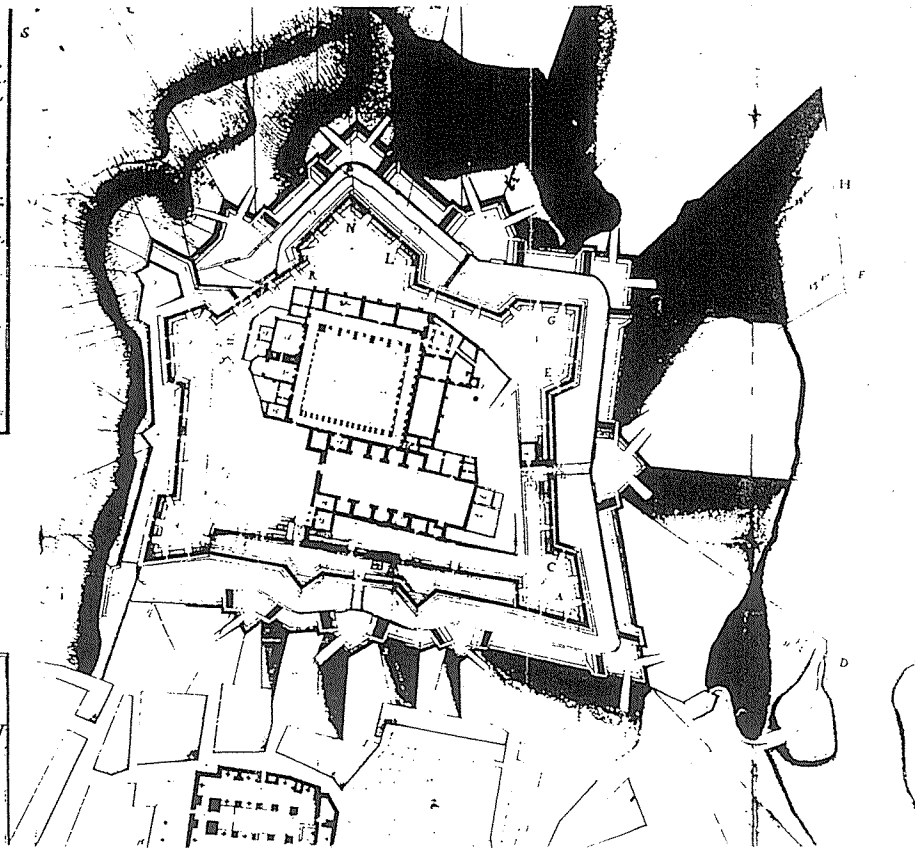


Fig. 2 — Plano de la fortaleza francesa (ss. XVII-XVIII), que aprovechó las dependencias del convento (Facilitado por Joan Pous).

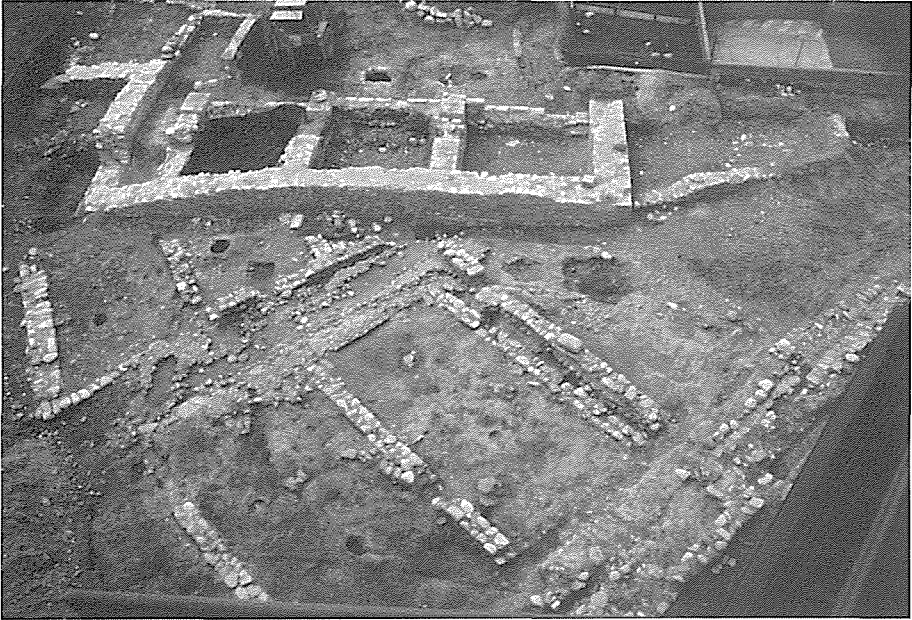


Fig. 3 — Vista aérea parcial del yacimiento.

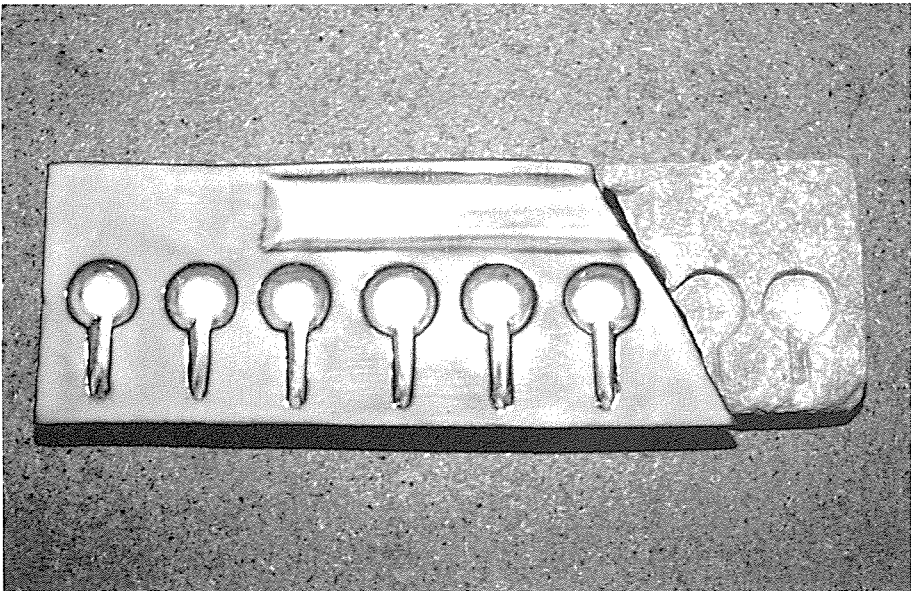


Fig. 4 — Fragmento y reconstrucción hipotética de una *lámpara de Hanukkah* judía.

Est. IV



Fig. 5 — Sello para marcar pan, de origen árabe. (Foto: *Sebastià Bosom*).

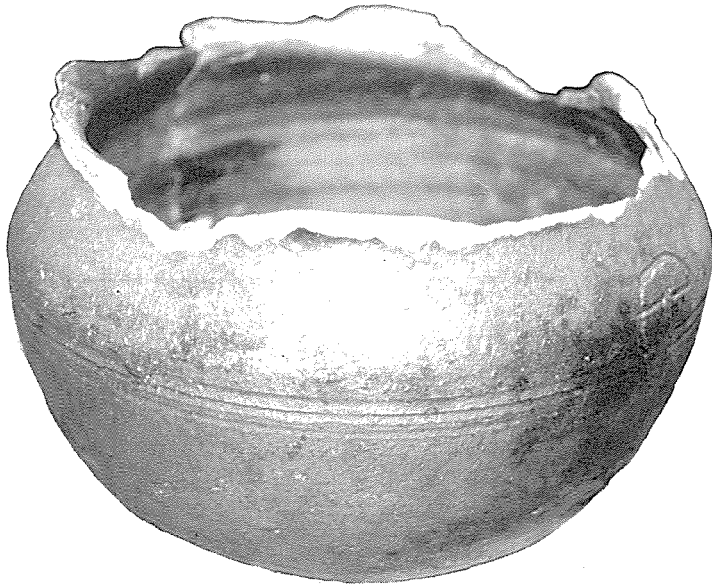


Fig. 6 — Ejemplo de «brasero» hallado en una de las habitaciones, encajado en la roca de base.

TERMOLUMINISCENCIA APLICADA AL PATRIMONIO ARQUEOLOGICO

por

Isabel Rubio de Miguel* y M^a Concepción Blasco Bosqued*

Resumen: Esta comunicación presenta los resultados de los primeros trabajos llevados a cabo en el Laboratorio de datación por TL, instalado en la Universidad Autónoma de Madrid.

Las investigaciones se han centrado, por el momento, en los siguientes objetivos:

- la datación de cerámicas procedentes de excavaciones arqueológicas;
- la datación de materiales arquitectónicos y
- la autentificación de piezas cerámicas.

Fruto de estos análisis son las dataciones de cerámica neolítica de la Cueva de la Vaquera (Segovia), de cerámica del Horizonte Cogotas I del yacimiento de la Fábrica de Ladrillos (Madrid) y la autentificación de cerámicas nazcas y tiahuanacotas del Museo de América de Madrid, ya publicadas, así como la datación de cerámica ibérica de Los Villares (Albacete) y de materiales romanos de Mérida (Badajoz), que permanecen aún inéditas.

Palabras-clave: Termoluminiscencia. Datación. Autentificación.

El establecimiento de una cronología fiable para los objetos que integran el registro arqueológico ha constituido una preocupación constante en la investigación del pasado. La datación por termoluminiscencia (TL) representa un paso más en el camino de los procedimientos para la obtención de fechaciones absolutas. En el caso concreto de la Península Ibérica, la cronología basada en este sistema dista mucho de ser abundante y, en ese sentido, podemos afirmar sin temor a equivocarnos, que puede ser considerada, como una técnica en periodo experimental.

Si tuviéramos que explicar brevemente qué es la TL podríamos decir que es “la emisión de luz que se produce cuando un mineral es calentado después de haber sido expuesto a una radiación ionizante” (ARRIBAS, 1992, 2). Esta emisión posee dos características principales que son las siguientes:

- a) Su intensidad es proporcional a la cantidad de radiación recibida.

* Dpt^o de Prehistoria y Arqueología, Universidad Autónoma de Madrid.

b) Un calentamiento hasta una temperatura dada “borra” la emisión por debajo de dicha temperatura.

La intensidad de luz puede ser relacionada con la cantidad de radiación (radioactividad ambiental natural), recibida desde el último calentamiento importante que, en el caso de la cerámica se corresponde con la cocción de la misma durante su fabricación (ARRIBAS, 1992, 2-3). Dicho de otro modo, la base del método consiste, fundamentalmente, en contar los electrones “atrapados” por efecto de la radiación en estructuras moleculares cristalinas a partir de un determinado momento, que se liberan mediante el calor (FERNÁNDEZ, en prensa). La determinación de la edad se efectúa mediante el siguiente cálculo:

Edad= Dosis arqueológica total (Dt)/ Dosis anual (Da) Así, la edad en años es el cociente entre la radiación recibida por la cerámica durante el enterramiento (Dosis arqueológica total) y la radiación media que recibe durante un año en ese punto (Dosis anual)(ARRIBAS y BLASCO, 1989, 233).

Resulta inevitable la comparación de la TL con el C14 en cuanto a procedimiento y resultados y, en ese sentido, es muy posible que su condición de sistema de cronología absoluta pueda, como en el caso del segundo, verse un tanto cuestionada en el futuro, ya que no son pocas las dificultades que entraña, como tendremos ocasión de plantear a través de los distintos análisis efectuados. Sin embargo, tal como otros autores han puesto ya de manifiesto (FERNÁNDEZ, en prensa), podrían señalarse como más destacadas las complicaciones técnicas de la medición de la radiación absorbida y, sobre todo, de la dosis anual, en especial a causa de las variaciones cronológicas de la humedad del depósito. Una explicación más amplia del procedimiento, de sus dificultades, así como de los requisitos para la toma de muestras han sido exhaustivamente expuestos por ARIBAS, CALDERÓN y BLASCO (1989), por lo que basta con remitir a dicha publicación a quien desee una información más precisa al respecto.

En el estado de nuestros conocimientos y a la vista de los resultados conocidos, se ha observado que para los periodos en los que el C14 resulta más ajustado (30.000-40.000 años de antigüedad), difícilmente podrá ser reemplazado por la TL, ya que el error de las dataciones B.P. obtenidas por ella viene a tener un margen de un 8 a un 10%, por lo que el interés, en este caso, residiría más bien en una contrastación de las fechas obtenidas por ambos procedimientos, lo que de cualquier manera consideramos útil. Sin embargo, para etapas anteriores y en dataciones del Paleolítico final, en las que el radiocarbono posee un margen de error comparable, presentan mayores ventajas, entre otras cosas porque las dataciones de TL no necesitan calibración, contando además con que su techo temporal es más amplio (unos 500.000 años) (FERNÁNDEZ, en prensa). Con todo, la ventaja fundamental de la^a TL sobre el C14 reside en su aplicación a

materiales de interés arqueológico propio (cerámicas, terracotas, etc.).

Esta comunicación pretende constituir una aportación más en ese camino señalado al inicio, habiéndose enfocado no obstante desde la perspectiva del arqueólogo exclusivamente y no desde la del físico que obtiene la datación por procedimientos de laboratorio. Nos ocuparemos, por tanto, de la exposición de las posibilidades y problemas evidenciados en el transcurso de los estudios, así como también de la valoración cultural de los resultados, reservando los aspectos de carácter técnico para voces más autorizadas que las nuestras en este campo.

Se presentan aquí los resultados de los primeros trabajos llevados a cabo en el Laboratorio de Datación por TL, instalado en la Facultad de Ciencias de la Universidad Autónoma de Madrid. La realización de los mismos ha sido posible gracias a una subvención de la D.G.I.C.Y. T. (nº PB-87-0091-C02-01/2), que permitió poner en marcha un Proyecto de Investigación en el que colaboraron dos equipos integrados por investigadores de las Facultades de Ciencias y de Filosofía y Letras, respectivamente. Los estudios se han centrado, por el momento, en los siguientes objetivos.

1) Datación de cerámicas procedentes de excavaciones arqueológicas.

Fruto de los análisis practicados sobre las mismas fueron las fechaciones obtenidas para la cerámica neolítica de la Cueva de la Vaquera (Segovia) (RUBIO y BLASCO, 1988-89), para la cerámica del Horizonte Cogotas I del yacimiento de la Fábrica de Ladrillos (Madrid) (ARRIBAS *et alii*, 1989), para la del yacimiento de La Capellana (Madrid) perteneciente al Hierro I (BLASCO *et alii*, 1993) y para la cerámica de la necrópolis ibérica de Los Villares (Albacete), fecha que aún permanecía inédita.

2) Datación de materiales arquitectónicos (ladrillo), procedentes de distintas construcciones de la ciudad romana de Mérida (Badajoz), asimismo sin publicar todavía.

3) Autentificación de piezas cerámicas, en este caso nazcas y tiahuanacotas del Museo de América de Madrid (ARRIBAS *et alii*, 1992).

Ante todo convendría señalar diversas cuestiones previas relacionadas, podríamos decir, con la filosofía de la investigación que damos a conocer. No solamente se ha intentado obtener nuevas dataciones absolutas, sino que se ha procurado, siempre que ha sido posible, la realización de análisis sobre materiales procedentes de yacimientos que previamente habían sido datados por C14, con el objeto de poder contrastar ambas fechaciones. De esa manera, podíamos observar, además, si estos procedimientos pueden convertirse en correctores uno del otro o, en todo caso, cual es su comportamiento comparativamente hablando. De todos modos, únicamente cuando dispongamos de secuencias de

fechas obtenidas por TL o, al menos, de un número de ellas más importante, podremos avanzar conclusiones más firmes en este sentido.

Por otro lado, la dinámica misma de la investigación y de los análisis han puesto de manifiesto otras posibilidades, en las que igualmente se ha trabajado y en las que merece la pena profundizar, que amplían las del procedimiento específico de datación, no solo a materiales como los constructivos, sino a otros aspectos en principio colaterales como pueden ser la autenticación de piezas cerámicas y también un mejor conocimiento de la tecnología alfarera, así como del origen de las materias primas a través del estudio mineralógico. De todo ello trataremos en las páginas que siguen.

Por lo que respecta al primer apartado y respetando el orden cronológico, como no podía ser menos en una comunicación de esta índole, de las dataciones y no de la fecha de su obtención, hemos de hacer referencia, en primer lugar, al estudio de los materiales de la **Cueva de La Vaquera** (Segovia) y su problemática, cuestiones que han sido ya objeto de dos artículos que abordaban los aspectos técnicos (ARRIBAS *et alii*, 1988-89) y culturales (RUBIO y BLASCO, 1988-89), respectivamente.

Se analizaron ocho muestras: M1, M2 y M5, pertenecientes al nivel de base (Neolítico), M3, M4 y M6 del perfil C (Neolítico) y M7 y M8 del perfil A (Bronce), tomadas todas ellas durante los trabajos de excavación llevados a cabo por D. Juan Carlos Iglesias de la Universidad de Valladolid (ARRIBAS *et alii*, 1988-89, 161-162). Dichas muestras cerámicas fueron estudiadas por distintos procedimientos: petrográficamente por lámina delgada para conocer las características de los desgrasantes utilizados, por difracción de rayos X y A.T.D., con objeto de averiguar las temperaturas de cocción de dichas cerámicas, así como por microscopía electrónica de barrido para estudiar la estructura, textura y composición química de las mismas, además naturalmente de ser datadas por TL.

Las conclusiones obtenidas a partir de los diversos análisis fueron las siguientes. Desde el punto de vista de la tecnología cerámica, se evidenciaba que en los niveles inferiores convivían las cerámicas lisas con las decoradas, observándose que, si bien la proporción de los desgrasantes era similar (30 %), la decorada presentaba un grano más fino que raramente alcanzaba 1 mm., producto de una decantación más elaborada. El análisis térmico reveló que su cocción superaba los 500° C, prácticamente el doble que la de las lisas del mismo nivel. Estas, sin embargo, presentaban indicios de haber sido sometidas por un breve espacio de tiempo a temperaturas en torno a los 500° C, lo que podría explicarse bien por un avivado del horno de cocción en el momento final o, posiblemente, por su utilización como recipientes de cocina.

No se evidenciaron cambios sustanciales en la tecnología cerámica de las del perfil C que, no obstante, mostraban la presencia de desgrasantes de origen

metamórfico de rocas que no se hallan en el entorno de la cueva ni proceden del arrastre del río. Se deben seguramente al empleo de restos del granito con el que se fabricaron molinos y manos de moler. Se trata, por tanto, de un material alóctono, que no debe su búsqueda y transporte a la utilización en la alfarería, sino que muestra una interrelación entre distintas actividades industriales, lo que favorecería posiblemente una rentabilidad y una productividad mayores (RUBIO y BLASCO, 1988-89, 151-152).

Por su parte, el microscopio óptico demostró que las cerámicas del perfil A poseían una proporción más elevada de desgrasantes (50 %), lo que les confería una mayor tosquedad, pero también una mayor resistencia en su exposición al fuego, que les permitió ser usadas como recipientes de tipo culinario. Por otro lado, el empleo de desgrasantes como feldespato y mica, fundamentalmente, frente a una débil proporción de cuarzo supuso una dificultad en la datación, ya que estos dos minerales no son buenos dosímetros. Asimismo, la baja temperatura de cocción de estas cerámicas (unos 300° C) ha contribuido a agravar esta dificultad, poniéndose de manifiesto que se precisan al menos unos 500° para poder fechar. Precisamente, la baja temperatura de cocción de las cerámicas, hecho que se constata también en estudios realizados para otras áreas peninsulares fue la causa de que tan solo pudiera ser medida una (M1) de las ocho muestras. Se trata del fragmento decorado, de factura más cuidada, que proporcionó una cronología del 3.032 ± 336 a. C.. Esta fecha resulta extremadamente interesante teniendo en cuenta que procede de uno de los contados yacimientos neolíticos de la Meseta, con una secuencia estratigráfica amplia y otra datación de C14 (CSIC 148: 3.700 ± 80 a.C.)(ZAMORA, 1976, 63) para los mismos niveles (a unos 4 m. de profundidad), que permite la contrastación entre ambas. La diferencia que se observa entre las dos podría deberse bien a dos momentos de una misma ocupación neolítica de la cueva, bien a un desfase entre dataciones obtenidas por procedimientos distintos, lo que por el momento no estamos en condiciones de afirmar con seguridad.

Por lo que se refiere a la idoneidad de la cronología para un contexto de cerámicas decoradas con técnica de punto y raya y aguadas a la almagra, cabe señalar que encaja sin ningún problema en el marco general del neolítico peninsular, como puede comprobarse en el cuadro de la Figura 1, tanto si tenemos en cuenta la cronología de los posibles paralelos andaluces (PELLICER y ACOSTA, 1982), como si tomamos en consideración otras dataciones de la propia Meseta, si bien con distinto contexto cultural (FERÁNDEZ MIRANDA y MOURE, 1975) y, en todo caso, pertenecientes a un neolítico avanzado con el que sería coincidente el documentado en La Vaquera, aunque para este área pudiera ser el primero, resultando también paralelo al inicio del fenómeno megalítico en la Meseta (DELIBES *et alii.*, 1986, 227-236 y DELIBES *et alii.*, 1987, 186-187).

La problemática que plantea esta datación y sus relaciones se hallan expuestas de forma más extensa en la publicación de la datación (RUBIO y BLASCO, 1988-1989).

En segundo lugar, hemos de considerar los análisis practicados sobre cerámicas pertenecientes al Horizonte Cogotas I del yacimiento de la **Fábrica de Ladrillos** (Getafe, Madrid)(ARRIBAS *et alii*, 1989). Se trata de un yacimiento de “fondos de cabaña” típicos del área madrileña, de una considerable extensión, que conserva además una buena parte del suelo de ocupación (PRIEGO y QUERO, 1983). Esta parece haber sido intensa, ya que, si bien en una primera valoración se situó en un momento de plenitud del citado horizonte, a causa de la presencia en la cerámica de técnicas como el boquique y la excisión además de incrustaciones de colorante rojo, en posteriores campañas de excavación han sido hallados materiales campaniformes puntillados de tipo geométrico muy puro, así como de la etapa Protocogotas, que amplían la duración de la misma.

Como en el caso anterior, este yacimiento contaba con dos fechas de C14. Una de ellas: Teledyne Isotopes I-12, 863: 2490 ± 95 B.P. = 540 a. C., obtenida a partir de una muestra de cenizas del interior de una vasija hallada en el “fondo” 12 (PRIEGO y QUERO, 1983, 303), y la otra: Teledyne Isotopes, I-13, 748: 2840 ± 90 B.P. = 890 a.C., procedente de una muestra de materia orgánica del fondo 157 tomada a 0,60-0,70 m. de profundidad que fechaba, según la autora, las cerámicas incisas encontradas en el mismo (PRIEGO, 1986, 132). Por lo que respecta a la TL, se establecieron tres dataciones absolutas obtenidas en Milán, en una primera fase del proyecto (ARRIBAS *et alii*, 1989):

– M.F2A: 1078 ± 257 a. C., M.F2E: 1198 ± 249 a.C. y M.F2G: 894 ± 213 a.C.

Sin embargo, en el transcurso de los análisis se documentaron nuevas dificultades. Los altos valores de potasio (K20): 4,5 % que eran muy superiores a los normales documentados en cerámicas constituyeron el principal problema, debiéndose seguramente a dos factores:

1) La acumulación de abundantes residuos orgánicos en los fondos de desecho que suelen ser la principal fuente de potasio.

2) La contaminación actual provocada por la cercanía a centros de fuerte actividad industrial y de vertidos urbanos (ARRIBAS *et alii*, 1989, 242), favorecida también por la intensa circulación de agua.

Otra dificultad observada es que los altos contenidos en uranio (U) y torio (Th) aumentan la dosis anual y por tanto la total recibida por las muestras, lo que se traduce en intensidades altas en la curva de TL. Los valores de la ED (dosis beta equivalente) son, por tanto, muy altos y también muy dispersos, debiéndose su dispersión a la presencia de elementos contaminantes extraños (por ejemplo detergentes) y de materia orgánica. Tales complicaciones han motivado que dos de las fechas hayan sido desechadas, ya que se ha conside-

rado que los valores anómalos hubieran impedido una cronología fiable.

Las dataciones, en todo caso, encajan perfectamente con el contexto cultural reflejado en el yacimiento y en los parámetros en que se mueven las de C14 obtenidas para yacimientos del Horizonte Cogotas I en general (cuadro de la Figura 2).

Resulta, en todo caso, llamativa la diferencia de unos 300 años entre la fechación más antigua del yacimiento madrileño y la más reciente, hecho que se constata asimismo en San Román de la Hornija y que ya había sido puesto de manifiesto por una de nosotras (ARRIBAS *et alii*, 1989, 243). Como se sabe la fecha más reciente existente para un yacimiento de este género era hasta el momento la del 870 a.C. del yacimiento vallisoletano (DELIBES, 1978, 236). En nuestro caso podría estar causada por las reocupaciones acaecidas en distintos momentos documentadas en sucesivas campañas de excavación y, en este sentido, su interés radicaría en que posibilitarían un mejor conocimiento de la duración total de las mismas en los “fondos de cabaña”, hasta ahora inexistente. Muy distinto es el caso de San Román de la Hornija, ya que las muestras proceden de carbón y hueso cuya muerte ha podido ocurrir en etapas diferentes. Tal como puede observarse en el cuadro citado, aunque a través de los materiales se ha comprobado la ocupación desde un momento Protocogotas, las dataciones absolutas de La Fábrica indican una coincidencia con el de mayor extensión del Horizonte Cogotas I, en el que se producen una serie de contactos más fluidos y estrechos entre la Meseta y Andalucía (ARRIBAS *et alii*, 1989, 243). Otros yacimientos de la Meseta norte, La Vaquera entre ellos, con estratos que han proporcionado elementos propios de Cogotas I se han fechado en cambio por encima del s. XIV a.C., lo que en opinión de FERNÁNDEZ-POSSE (1982, 156), se debería a que ésta es la zona de origen y formación de este horizonte.

En resumen, como resultado fundamental podemos resaltar la fijación más sólida del marco temporal del Horizonte Cogotas I, con una coincidencia importante en este caso entre los dos procedimientos de datación absoluta, debiendo considerarse la fecha radiocarbónica del 540 a.C. como anómala por ser excesivamente baja y sin confirmación por TL en este caso ni paralelo en ningún otro.

En tercer lugar y siguiendo el orden cronológico, las fechas del yacimiento de **La Capellana** (Madrid) resultan de extraordinario interés ya que datan un asentamiento con materiales del Hierro I, sin presencia de torno pero con abundantes acabados a la “almagra” que parecen imitar los efectos de los barnices rojos, aunque siempre aplicados sobre ejemplares hechos a mano. Esta fase del Hierro I sería posterior a la representada en el yacimiento madrileño de San Antonio con mayor presencia de la pintura postcocción bicroma y las decoraciones incisas metopadas, a veces, con incrustaciones de pigmentos.

El interés reside en que, hasta el momento, no contábamos con fechaciones de este horizonte en la Meseta sur, por otra parte, el yacimiento parece haber tenido una vida relativamente corta y no se encuentra contaminado por ocupaciones anteriores o posteriores y además tres de las cuatro fechas obtenidas se centran en un lapso temporal extremadamente corto ya que va del 528 al 514 a. C., y la cuarta corresponde a mediados del siglo V. Los análisis se han realizado a partir de dos cerámicas con acabados de “almagra” y una “a cepillo”, mientras que la fecha del siglo V corresponde a un ejemplar negro de superficies muy bruñidas (BLASCO *et alii*, 1993). Es interesante constatar que un fragmento de cerámica común no pudo ser fechado por no haber alcanzado temperatura suficiente, un handicap a tener en cuenta en cualquier etapa de la Prehistoria.

Si tenemos en cuenta las fechas antes comentadas para el Horizonte Cogotas I y que el yacimiento de La Capellana puede representar un momento evolucionado de la I Edad del Hierro en el que se empiezan a generalizar las imitaciones de las producciones fenicias tendríamos una secuencia de gran interés especialmente para un área como la Meseta donde no son precisamente abundantes.

Por último, dentro de este apartado nos resta por considerar la fecha de la cerámica procedente de la necrópolis de **Los Villares** (Albacete) que damos a conocer en esta comunicación. Se trata de una necrópolis ibérica excavada por D. Juan Blázquez (1990), en la que durante las campañas realizadas entre 1983 y 1986 se localizaron quince estructuras tumulares y setenta cremaciones en hoyo. La cronología aproximada va desde la segunda mitad del s. VI a. C. hasta los inicios del s. IV a.C.. Se tomaron un total de siete muestras, correspondientes cuatro de ellas a fragmentos de cerámica encontrados en un “silicernium” y tres a fragmentos de una urna funeraria. La procedencia de las cuatro primeras, una acumulación de piezas fragmentadas y quemadas con posterioridad a la celebración de un banquete funerario, hace que la edad proporcionada sea la de la incineración de las piezas durante el enterramiento y no de la cocción de las mismas, aunque, dado que se fabricaban con destino a estas ceremonias, pudo no haber un gran desfase entre ambas. El “silicernium” pertenece al túmulo 20, distribuyéndose las muestras como sigue: LV-1 y LV-2 cerámicas áticas de tipo Saint-Valentin y LV-3 y LV-4 cerámicas ibéricas.

El segundo grupo estaría constituido por las LV-5 y LV-6, procedentes de la zona basal de la urna del túmulo 18, incluido en un complejo de adobes en el que se han diferenciado hasta seis tumbas juntas y por la LV-7 procedente asimismo de la zona basal de una urna funeraria del túmulo 6.

En opinión de los investigadores que realizaron el análisis (ARRIBAS, 1992, 136-137), la diferencia en contenido de agua entre las muestras era sorprendente. Las primeras proceden de una zona superficial y su contenido en agua estaba cercano a la sequedad, mientras que el resto, tomadas a profundi-

dades mayores se hallaban próximas a la saturación de agua, a pesar de que en el momento de la toma de muestras la temperatura ambiental podía alcanzar los 40° C. Esta diferencia se apreciaba igualmente entre los dos tipos cerámicos, ya que las áticas presentaban una saturación cercana al 20 %, mientras que en las ibéricas, más groseras con relación a las anteriores, oscilaba entre el 8 y el 10%.

De las pertenecientes al primer grupo, a excepción de la cuarta que no pudo ser datada, el resto proporcionaron las siguientes cronologías:

– LV1: 378± 156 a.C., LV2: 587± 191 a.C., LV3: 459± 132 a.C..

El margen de error de las fechas individuales es del 7 %, pero dado que las tres databan un mismo acontecimiento, parecía lógico calcular una fecha final considerando las tres anteriores. El resultado fué: 470± 149= 98 a.C., con un error total de aproximadamente un 6 % y, teniendo en cuenta las densidades aleatorias, de un 4 % solamente.

En el segundo grupo los resultados fueron los siguientes:

– LV5: 529± 247 a.C., LV6: 1095± 243 a.C., LV7: 820± 167 a.C..

Sorprende la diferencia entre las muestras 5 y 6 habida cuenta de que pertenecen a la misma urna, así como también la excesiva antigüedad de la 6 y la 7. Así las cosas solo parece ser válida la 5. La urna de la que procede se hallaba situada en un entorno muy heterogéneo, lo cual conduce a una radiación ambiental producto de materiales muy distintos entre sí, circunstancia que puede provocar grandes desviaciones en la edad obtenida.

Las procedentes del “silicernium” están muy bien datadas tipológicamente, situándose la producción de las del tipo Saint-Valentin a mediados del s. V a.C. (BLÁNQUEZ, 1993, 118), lo cual concuerda con la fecha obtenida por TL. Estas mismas vasijas, diez en concreto, permitieron fechar la escultura que remataba la tumba (un personaje a caballo sin ningún tipo de armamento), en torno al 410 a.C. (BLÁNQUEZ, 1991). En el caso de la ibérica, no es tan fácil su adscripción a una época concreta, por lo que la correlación entre ambas dataciones no es tan clara.

Por tanto, podemos resumir los problemas principales señalando cómo en entornos heterogéneos, con gran variedad de material rodeando la muestra, no parece conveniente realizar una datación por TL, salvo si se tiene acceso a la medida directa de la dosis anual contenida en la muestra (ARRIBAS, 1989). La piedra del túmulo produjo en este caso la elevada radioactividad externa. Que el alto contenido de fosfato en los huesos quemados proporciona dataciones asimismo más elevadas debido a la mayor radioactividad (interna en la muestra que nos afecta) y, finalmente, que el contenido en agua a asumir por una cerámica depende más de la profundidad a la que se encuentre y del tipo de tierra que de la sequedad del entorno o de las condiciones climatológicas.

El segundo de los apartados incluía la datación de materiales arquitectónicos que, en este caso, proceden de la ciudad de Mérida (Badajoz). En concreto, los análisis se practicaron sobre ladrillos romanos y sobre los empleados en la reconstrucción de dicho teatro, llevada a cabo en 1957 siendo Director General de Bellas Artes el Dr. Nieto Gallo. Las muestras, que igualmente damos a conocer en esta comunicación, y su correspondiente cronología son las siguientes:

– M-8 (teatro): $1934 \pm 199 = 57$ d.C., M-9 (teatro): $1973 \pm 149 = 18$ d.C., M-14 (A. Culto Imp.): $1982 \pm 180 = 9$ d.C., M-10: (anfiteatro): $1970 \pm 147 = 21$ d.C., M-11 (anfiteatro): $56 \pm 14 = 1935$ d.C., M-12 (anfiteatro): $2048 \pm 241 = 57$ a.C. *, M-15 (acueducto): $2070 \pm 164 = 79$ a.C. *, M-17 (acueducto): $2063 \pm 178 = 72$ a.C. *, M-18 (acueducto): $2075 \pm 168 = 84$ a.C. * (Figura 3).

Las obtenidas para el teatro y el edificio de culto existente en el mismo se hallan dentro de los parámetros previstos, es decir, corresponderían a época augustea, con alguna fecha ligeramente posterior para un momento en que pudo haberse efectuado alguna reconstrucción. Por lo que respecta a las del anfiteatro, la más correcta sería la M-10, mientras que la M-12 resulta anómala y la M-11 procede de uno de los ladrillos modernos empleados en la reconstrucción de 1957. Las tres del acueducto señalarían momentos previos a la fundación de Mérida. Lo extraño de estas últimas dataciones puede explicarse por la radioactividad superior a la normal producida por el granito de la propia construcción, hecho que se comprobó con posteriores mediciones. Más tarde, se obtuvieron otras fechas más tardías que las de época augustea, ajustadas, no obstante, al tipo de construcción posterior que alterna el ladrillo con la piedra. Por tanto, un problema más a tener en consideración será el aumento de la radioactividad producido por materiales como el granito.

Finalmente nos referiremos al tercer apartado establecido en esta comunicación: la autenticación de piezas cerámicas (ARRIBAS *et alii*, 1992). Se seleccionaron cinco ejemplares, de los cuales tres se creía que eran piezas auténticas y dos falsificaciones. Las primeras pertenecían a la cultura Nazca (200-600 d.C.) y dos a la cultura Tiahuanaco, coetánea, y procedían de la Colección Larrea (ARRIBAS *et alii*, 1992, 42-43). Todas ellas se hallaban en el Museo de América de Madrid. A efectos de análisis las piezas fueron denominadas A3, A4, A5 y A1 y A2, respectivamente.

Estos han señalado que, en el caso de las tres primeras citadas, las muestras son más antiguas de lo que se suponía y, de cualquier manera, auténticas. La dosis externa anual en sus respectivos yacimientos presenta valores mayores a los considerados estándar. Contienen una dosis arqueológica total compatible con la edad supuesta para las mismas, lo que implica que se pueden considerar como auténticas.

Por que se refiere a las otras dos, no ha sido posible detectar la existencia

de picos de TL en la zona alta de la temperatura, lo que hace pensar que la muestra no es lo suficientemente antigua como para haber podido acumular electrones en esta zona estable (ARRIBAS *et alii*, 1992, 48). Entre otros cálculos, las dosis arqueológicas totales medidas revelan que las mismas son incompatibles con la edad supuesta, lo que puede indicar que las muestras fueron recocidas en algún momento no muy lejano y que son de época reciente (ARRIBAS *et alii*, 1992, 50). Las diferencias de comportamiento pueden verse en la Figura 4. La metodología empleada para determinar estos resultados se halla expuesta de forma exhaustiva en la publicación varias veces citada (ARRIBAS *et alii*, 1992), a la que remito.

Con estas páginas creemos haber cumplido el objetivo que nos habíamos marcado de dar a conocer los resultados de análisis diversos que con fines igualmente distintos se habían acometido en un laboratorio de nueva creación como es el de la Universidad Autónoma de Madrid y aportar con ello nuestra modesta contribución al mejor conocimiento de la TL y sus posibilidades. En nuestra opinión, no solo aquellos que han proporcionado nuevas dataciones pueden ser considerados útiles, sino todos ellos puesto que el conocimiento de los diversos problemas no es sino el primer paso para su resolución. Posiblemente, al igual que la excavación arqueológica cada muestra y cada análisis contengan un problema específico, pero no es menos cierto que únicamente la experiencia puede mostrar el camino por el que avanzar y, tal como esperamos haber puesto de manifiesto, abrirnos la puerta a nuevas opciones que rebasen los meros límites de la datación como demuestran los casos expuestos en la presente comunicación.

BIBLIOGRAFIA

- ARRIBAS, J.G., 1992: "*Datación absoluta por termoluminiscencia de materiales arqueológicos*", Tesis doctoral leída en la Universidad Autónoma de Madrid.
- *et alii*, 1988-89: "Datación absoluta por termoluminiscencia y análisis mineralógico de materiales arqueológicos procedentes del yacimiento Cueva de la Vaquera (Segovia)", *Zephyrus*, XLI-XLII, Salamanca, págs. 149-160.
- CALDERON, T. y BLASCO, M^o C., 1989: "Datación absoluta por termoluminiscencia: un ejemplo de aplicación arqueológica", *Trabajos de Prehistoria*, n^o 46, Madrid, págs. 231-246.
- *et alii*, 1992: "Aplicación de la termoluminiscencia a la autentificación de piezas de museo: un ejemplo sobre supuestos mateles nazcas y tiahuanacotas del "Museo de América" (Madrid)", *Revista Española de Antropología Americana*, n^o 22, Universidad Complutense, Madrid, págs. 35-51.
- BLANQUEZ, J.J., 1990: "La formación del mundo ibérico en el sureste de la Meseta", *Serie I. Ensayos históricos y científicos*, n^o 53, Inst^o de Estudios Albacetenses.

- 1993: "El mundo funerario albacetense y el problema de la escultura ibérica: la necrópolis de Los Villares", *Jornadas de Arqueología Albacetense en la U.A.M.*, Madrid, págs. 11-128.
- BLASCO, M^a C. et alii, 1993: "El Hierro antiguo en el alto Tajo. Aproximación cultural y marco cronológico apoyado en cuatro fechas de termoluminiscencia del yacimiento de La Capellana", *Madridrer Mitteilungen*, 34.
- DELIBES, G., 1978: "Una inhumación triple de la facies Cogotas I en San Román de la Hornija (Valladolid)", *Trabajos de Prehistoria*, nº 35, págs. 223-250.
- ALONSO, M. y GALVAN, R., 1986: "El Miradero: un enterramiento colectivo tardoneolítico de Villanueva de los Caballeros (Valladolid)", *Estudios en Homenaje al Prof. Beltrán*, Zaragoza, págs. 227-236.
- ALONSO, M. y ROJO, M.A., 1987: "Los sepulcros del Duero Medio y Las Loras y su conexión con el foco dolménico riojano", *El megalitismo en la Península Ibérica*, Madrid, págs. 181-197.
- FERNANDEZ, V., en prensa: "La datación absoluta en arqueología: problemas y soluciones", *II Congreso de Historia de Andalucía*, Córdoba 1-6 abril 1991.
- FERNANDEZ MIRANDA, M. y MOURE, A., 1975: "El abrigo de Verdelpino (Cuenca): un nuevo yacimiento neolítico en el interior de la Península Ibérica", *Noticiario Arqueológico Hispánico*, nº 3, págs. 19-235.
- PELLICER, M. y ACOSTA, P., 1982: "El neolítico antiguo en Andalucía occidental", *Le néolithique ancien méditerranéen*, Montpellier, 1981, págs. 49-60.
- PRIEGO, M. C., 1986: "Datación por el método del C14: la Fábrica de Ladrillos (Getafe, Madrid)", *Villa de Madrid*, 89-90 (3-4), 132.
- y QUERO, S., 1983, "Actividades de la sección arqueológica del Museo Municipal durante 1982", *Estudios de Prehistoria y Arqueología madrileñas*, Madrid, págs. 287-310.
- RUBIO, I., 1991: "Epipaleolítico y Neolítico", *Veinte años de Arqueología en España*, *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, nº 30-31, enero-diciembre, Madrid, págs. 27-39.
- y BLASCO, M^a C., 1988-89: "Análisis cerámicos de la Cueva de la Vaquera (Torreiglesias, Segovia)", *Zephyrus*, XLI-XLII, Salamanca, págs. 149-160.
- ZAMORA, A., 1976: «Excavaciones de la cueva de la Vaquera, Torreiglesias, Segovia (Edad del Bronce),» Segovia.

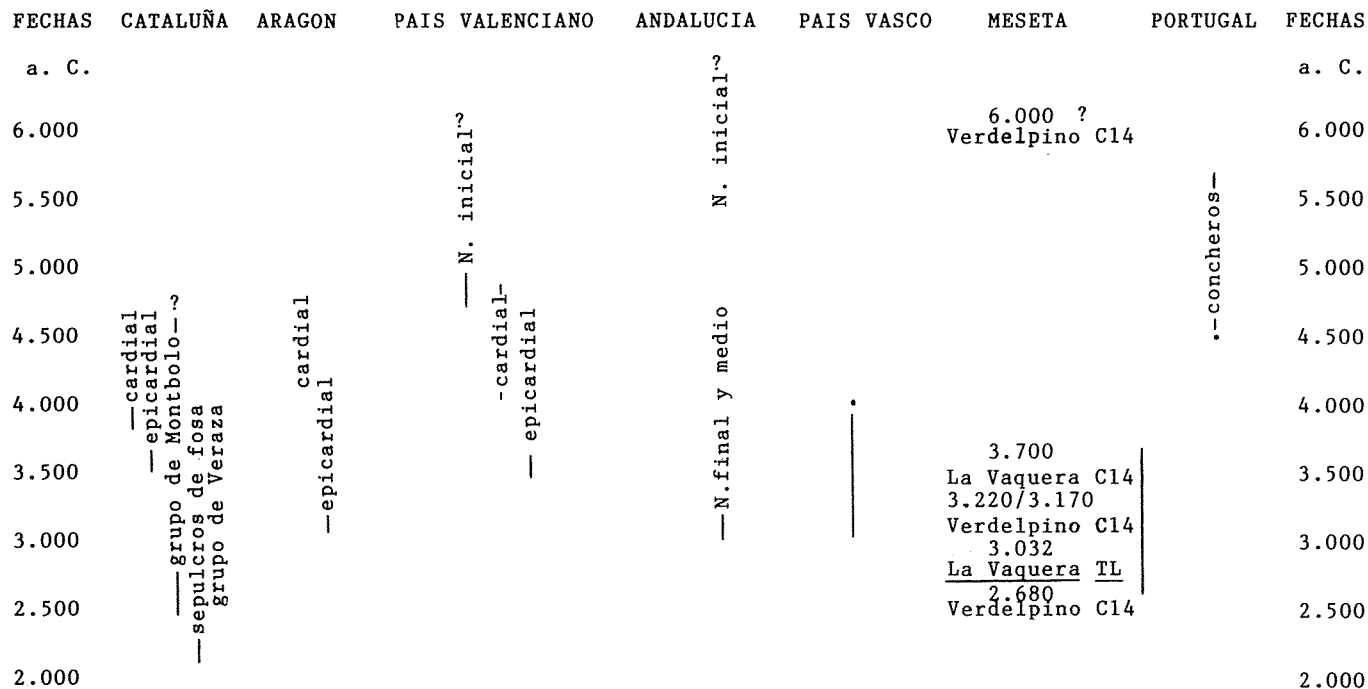


Fig. 1 — Cronología del Neolítico peninsular basada en las dataciones absolutas (C14 y TL) existentes (a partir de RUBIO, 1991, cuadro 2).

FECHAS a.C.	LA FABRICA (Madrid)	ECCE HOMO (Madrid)	SAN ROMAN DE LA HORNIJA (Valladolid)	PURULLENA (Granada)	LLANETE DE LOS MOROS (Córdoba)	FECHAS a.C.
1.500						1.500
	1.198 TL	1.150 C14		1.185 C14 1.120 C14		
1.000	1.078 TL	1.070 C14 1.070 C14	1.010 C14		1.030 C14 980 C14	1.000
	894 TL 890 C14		870 C14			
500	540 C14					500

Fig. 2 — Dataciones absolutas para el Horizonte Cogotas I.

M E R I D A

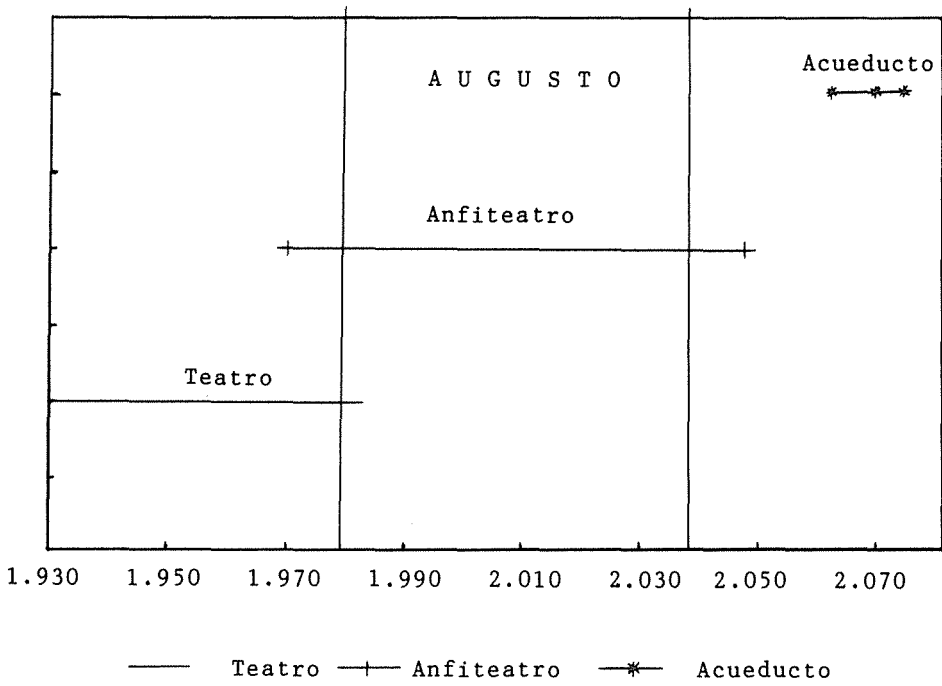


Fig. 3 — Cronología establecida para determinadas construcciones de Mérida apartir de las dataciones de TL.

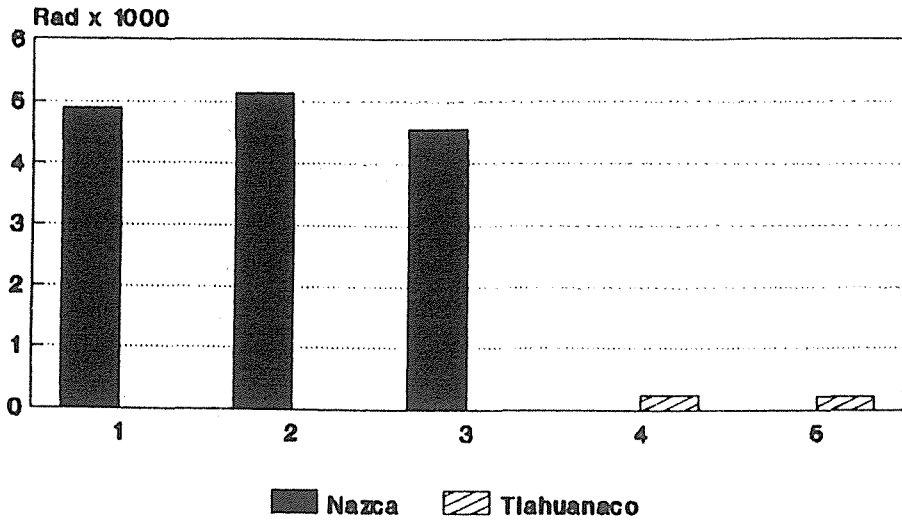


Fig. 4 — Comparación entre valores de Dosis beta equivalente para las muestras A3, A4, A5 (4 y 5 en el diagrama) pertenecientes a la cultura tiahuanaco (según Arribas *et alii*, 1992, fig. 5).

Revisão de provas deste volume

João Manuel Abreu, Sandra Carla Barbosa, Zoltán Biedermann, Daniela Pinto Ferreira, Ricardo José Fidalgo, Vítor Oliveira Jorge, Maria do Rosário Marques, Teresa Margarida Miranda, Leonor Raquel Pereira, Maria Pilar Reis, Manuela Ribeiro, Teresa Ponte Riccou, Paula Mota Santos, António Manuel Silva, Luísa da Conceição Soares, Jorge Manuel Sousa.

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
FACULDADE DE LETRAS
12 - 18 OUTUBRO
1993

